UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WAGNER GEMINIANO DOS SANTOS

A INVENÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA PROFISSIONAL, ACADÊMICA: Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)

Recife
2018

WAGNER GEMINIANO DOS SANTOS

A INVENÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA PROFISSIONAL, ACADÊMICA: Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: Cultura e Memória.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo de Morais Rezende.

Recife

2018

Catalogação na fonte
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB4-1689

S237i Santos, Wagner Geminiano dos.
A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica : geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012) / Wagner Geminiano dos Santos. – 2018.
437 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo de Morais Rezende.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2018.
Inclui referências.

1. História. 2. História – Metodologia. 3. Historiografia - Brasil. 4. Historiadores – Brasil. 5. Memória. 6. Epistemologia. I. Rezende, Antonio Paulo de Moraes (Orientador). II. Título.

981 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2018-151)

WAGNER GEMINIANO DOS SANTOS

A INVENÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA PROFISSIONAL, ACADÊMICA: Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em: 28/02/2018.

BANCA EXAMINADORA

_____
Profº. Dr. Antonio Paulo de Morais Rezende (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profº. Dr. Flávio Weinstein (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profª. Dr. Antonio Jorge de Siqueira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profº. Dr. Fernando Nicolazzi (Examinador Externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

_____
Profº. Dr. Rodrigo Turin (Examinador Externo)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

_____
Profº. Dr. Alarcon Agra do Ó (Examinador Externo)
Universidade Federal de Campina Grande

AGRADECIMENTOS

Desde que inicie a vida acadêmica tenho uma atenção especial pelos agradecimentos feitos em dissertações, teses, livros e similares. Acredito que eles trazem uma marca de historicidade muito importante para qualquer trabalho. Dizem muito sobre aqueles que escrevem e, sobretudo, como pensam o seu fazer e o articulam a partir de um dado lugar social. Sempre quando o faço procuro fugir ao tom protocolar que caracteriza boa parte destes textos e busco produzir narrativas condizentes com o percurso da pesquisa que realizei. E desta vez não poderia ser diferente. Quero marcar, sobretudo, as diversas contribuições que tornaram possível ou se constituíram como fundamentais para a realização desta tese.

Neste sentido, inicio agradecendo aos governos Lula e Dilma. Sim, a seus governos. Pois, sem as políticas públicas de ampliação e democratização do ensino superior e das vagas nas pós-graduações, sobretudo com a garantia de bolsas de pesquisa, abertas em seus governos dificilmente estaria aqui defendendo esta tese. Dificilmente um filho de agricultores, nascido no sertão da Paraíba, vindo morar em Recife sem conhecer praticamente ninguém, sem as mínimas condições financeiras de manter-se na capital pernambucana sem o auxílio de uma bolsa, teria conseguido finalizar o mestrado e, tão pouco, terminar o doutorado. Portanto, esta tese é mais um dos milhares de frutos das políticas públicas que garantiram financiamento, bolsas de estudo e, sobretudo, oportunidades para milhares que, como eu, tinham o sonho e a vontade de um dia se fazerem doutores. Hoje esse sonho se concretiza. E ele traz as marcas, as digitais dos governos petistas, de Lula e Dilma. Não poderia ser mais grato. E uma das formas de o fazê-lo é reconhecendo a importância das políticas públicas que estes dois governos criaram, em especial para a educação superior, e que permitiram minha formação e a conclusão deste doutorado.

Minha gratidão e agradecimentos se estendem também, sempre de forma primeira, a minha família. A meus pais, José Júlio e Marli. A eles devoto sempre o melhor de mim, com eles aprendi o melhor de mim. Neles tenho sempre meu porto de partida e de chegada. Nesses últimos anos mais de partidas que de chegadas. Mas o amor permanece, a cada dia mais forte e presente. Sei o quanto torcem por mim, o quanto me amam, mesmo distantes, mesmo sem minha presença física por perto. A eles não tenho como agradecer o não medir esforços para que eu me dedicasse, integralmente, aos estudos. Mesmo em períodos difíceis, onde certamente seria mais

útil se estivesse trabalhando e contribuindo com o sustento da casa e da família, eles nunca permitiram que o fizesse. Sempre me quiseram estudando “para ser doutor”. Meu pai, minha mãe hoje vocês podem dizer e se orgulhar ainda mais, seu filho se fez doutor, não por que se graduou em Direito como vocês queriam, mas porque cumpriu com a árdua jornada, principalmente para quem não nasceu rico neste país, de se dedicar a formação superior e cumprir com as obrigações de um mestrado, depois doutorado, e que agora torna-se doutor, de fato e de direito.

Agradecer a meu irmão, Fagner Giminiano, minha cunhada Juliana e meus sobrinhos Maria Eduarda e Enzo Gabriel. A família aumentou, e com ela o orgulho de se sentir mais acolhido e amado. Meu irmão é um exemplo para mim, de força de vontade, de capacidade de dar a volta por cima, de perseverança, de inteligência. Quero vê-lo, em breve, ocupando este mesmo lugar que hoje acesso.

Nem todo mundo tem o privilégio de poder ter nos seus sogros e cunhado uma segunda família. A Ernane e a Luziara (Lú) sou eternamente grato por tudo que fizeram e fazem por mim. Sei que que vocês me têm como um filho e eu os tenho como segundos pais. A mesma gratidão estendo a meu cunhado, que considero um irmão.

Mas gratidão maior tenho para com minha esposa, Wanessa, e meus dois filhos, Sophia e Miguel. A eles sou grato por estarem sempre ao meu lado, em todos os momentos. Sempre ali, cobrando minha atenção, suplicando por um pouco de carinho. Que, infelizmente, ao longo destes últimos cinco anos foram rareando de minha parte para com eles. Sempre assoberbado de trabalho, de pesquisa, de tese, ao ponto que chegou determinados momentos que morávamos no mesmo espaço, mas nos víamos a cada três dias. Sou profundamente grato por, mesmo assim, continuarem me amando, cuidando de mim, me querendo sempre perto, pedindo por um final de semana em família. Ao ponto de minha filha tomar verdadeira ojeriza desta palavra, tese. O que para mim é uma enorme conquista, muitas vezes para minha família significou o meu distanciamento, a minha ausência. Mas agora passou. Posso dizer que cada minuto pensei em vocês três. Nos momentos mais complicados, nos momentos finais onde cheguei a pensar em dizer chega, nos momentos de extremo cansaço físico e mental, saber que vocês estavam ali onde sempre estiveram e onde sempre vão estar, ao meu lado, me revigora(va). Não há amor maior que o meu por vocês. Não existe eu sem vocês. Vocês estão em mim e de agora por diante estarei mais com vocês. Essa tese é para vocês.

Ah, os amigos. O que falar deles? Como agradecê-los? São vários, de vários estilos, de inúmeros lugares, de diversas posições e opções. Alguns posso chamar de irmãos, outros, outros de amigos. E talvez, no nosso vocabulário, não aja palavra mais bela, mais honesta e sincera para definir uma relação que essa, amizade. E felizmente fui agraciado com vários deles que fica difícil enumerá-los sem correr o risco de esquecer alguém. Ingrid, Sheyla, Tavinho, Renatinha, Pablo Spindola, Karla Carvalho, André, Márcio Ananias, Giscard, Félix, seu Eduardo, Laís Bento...pessoas que me tornam melhor, que me humanizam a cada dia, com quem aprendo, com quem cresço pessoalmente. Amigos que torcem por mim, que me devotam respeito, carinho, amor e, sobretudo, amizade. Este percurso tem um pouco de cada um de vocês. Eu tenho um pouco de cada um de vocês. O que seria de nós sem os amigos, o que seria de mim sem vocês.

Não poderia deixar de agradecer também aos companheiros de trabalho. A todos àqueles que nestes últimos dois anos, sobretudo nesta reta final, trabalharam comigo na Secretaria de Educação de São José da Coroa Grande. Que compreenderam minhas ausências e seguraram a barra para que o trabalho fluísse e fosse realizado com o mesmo empenho de sempre. O que me possibilitou uma maior dedicação e tranquilidade na escrita desta tese. A todos vocês meu muito obrigado.

Caminho para finalizar estes agradecimentos, mais uma vez, agradecendo e me posicionando politicamente em defesa da educação pública. Pois sou filho dela, sou fruto da escola pública e da universidade pública. Sem ela, sem sua estrutura, sem seus profissionais jamais me tornaria o que sou hoje. Esse doutorado é construção coletiva. Produto de muitas mãos. Com isso não estou querendo ser modesto e renunciar ao meu compromisso diário com os estudos e com a pesquisa. Mas sou grato o suficiente para reconhecer a importância da escola pública, da universidade pública e, sobretudo, de seus professores em toda a minha formação até este momento. Foi na universidade pública que conheci uma das pessoas mais fundamentais em minha vida profissional, intelectual e pessoal. O professor e hoje amigo Durval Muniz de Albuquerque Jr. Professor na graduação, orientador no mestrado e um dos objetos de estudo desta tese. Ser humano admirável, sincero, honesto, generoso, inteligente. Com ele aprendi a importância da generosidade, da humildade tanto profissional quanto intelectual. Com ele aprendi a ser historiador, a me pensar como historiador. Esta tese, em grande medida, nasce deste encontro, com sua obra, com seu pensamento, com sua pessoa. Querido Durval, mais uma vez

muito obrigado por tudo, em especial pelas inúmeras conversas, ao longo desses cinco anos, sobre esta tese. Foram sempre inspiradoras e estimulantes.

Foi a universidade pública que me permitiu conhecer Antônio Paulo Rezende. Meu orientador. Uma pessoa e um professor fantásticos. Com ele aprendi na prática o significado de liberdade intelectual. Antônio é uma pessoa sem vaidades intelectuais, mesmo do alto de toda a sua carreira. Afetuoso, generoso, amigo. Suas aulas são um encantamento. São acontecimentos. Seu modo de conduzir a orientação, a distância, mas sempre presente, sempre preocupado e atento. Sensível às nossas angustias e potências. Esta tese tem muito dele, mas a inteira responsabilidade de tudo que foi dito e como foi dito é só minha, da permissão que ele me deu para exercitar minha liberdade de pensar, de pesquisar, de produzir, de escrever. Com Antônio aprendi, sobretudo, a como ser professor. A você toda minha gratidão. O seu entusiasmo a cada conversa nossa sobre minha tese foi sempre uma das energias mais revigorantes de toda essa caminhada. Muito obrigado.

Quero agradecer também a Sandra e a Patrícia, funcionárias públicas exemplares, sempre carinhosas e atentas às nossas demandas no PPGH, sobretudo para nos ajudar a resolver os entraves burocráticos da caminhada. Sou muito grato a ambas.

Não poderia deixar de agradecer também aos membros da banca de qualificação, que também comporão a banca de defesa: Professor Flávio Weistein e Professor Jorge Siqueira. Suas arguições, o rigor e generosidade com que leram o trabalho e conduziram a banca de qualificação, as sugestões dadas foram fundamentais para os rumos que o trabalho tomou e como ele ora se apresenta. Quero agradecer mais uma vez o aceite do convite para estarem na banca de defesa.

Agradeço imensamente a generosidade dos membros externos da banca, Professor Alarcon Agra do Ó, velho conhecido, meu professor de graduação, que me dará a honra de avaliar meu trabalho; tese esta que ainda guarda um pouco de suas aulas de teoria da história na UFCG, minha casa primeira. Ela não poderia deixar de estar representada na banca, e ninguém melhor que Alarcon para o fazê-lo. Agradecer aos professores Fernando Nicolazzi, da UFRGS, e Rodrigo Turin da UNIRIO, por terem aceito o convite para participarem da banca. Desde o início do contato sempre muito atenciosos e generosos. O professor Fernando tive o prazer de encontrar e conversar pessoalmente ano passado em Brasília, quando do evento nacional da ANPUH. Humildade em pessoa. Parecia que nos conhecíamos a anos, mesmo sendo

o primeiro contato. O professor Rodrigo Turin apesar de não o conhecer pessoalmente, foi da mesma receptividade desde o primeiro e-mail. Infelizmente, não poderei ter o prazer de conhece-lo pessoalmente no momento da defesa. No país de um governo golpista e ilegítimo que assaltou o poder de estado, a universidade pública está mais uma vez sob ataque. Dado o desmonte implementando no último ano, não há mais recursos para os programas de pós-graduação custearem, sequer, a vinda de professores de outros estados para a participação em uma banca de doutorado.

A participação de ambos terá de ser por Skype. Uma frustração para mim, tão afeito que sou a conversa e ao debate feito com interlocutores presentes fisicamente. Infelizmente a universidade pública tem de se submeter, mais uma vez, ao desmonte neoliberal e a sanha predadora de nossas elites e oligarquias escravocratas que tomaram, mais uma vez de assalto, o estado brasileiro. É preciso reagir e resistir. É preciso dizer as pessoas que a Universidade pública não é privilégio, mas um dos únicos meios por onde o filho do pobre, o preto favelado, onde o filho de agricultor, vindo do sertão da Paraíba pode se fazer doutor, onde muitos outros, como eu, podem trilhar o mesmo percurso. Finalizo, portanto, rendendo todas as minhas homenagens e agradecimentos a universidade pública, em especial às instituições que me fizeram historiador e, neste momento, doutor, a UFCG e a UFPE.

RESUMO

Esta tese busca historiar como foi possível pensar, a partir dos anos 1980, aquilo que chamamos de historiografia brasileira. Parto da hipótese que esta noção só pode ser pensada e dita para se referir ao ofício do historiador profissional, acadêmico e ao produto deste ofício produzidos no Brasil, mas, também, para se pensar e problematizar a escrita da história como um conjunto mais ou menos regular de procedimentos, protocolos, domínios e áreas de pesquisas que se articulam a um lugar social e buscam ser apresentadas para os pares, em particular, e a sociedade, em geral, na forma de uma escrita legítima e autorizada, nomeada pelo termo de historiografia brasileira, apenas a partir da década de 1980. Desde então esta noção passa a ser usada, quase que exclusivamente, para se referir ao trabalho do historiador profissional, acadêmico e ao produto de seu ofício, entendido como a escrita da história no Brasil. Para historiar este problema e pensar esta hipótese uso um *corpus* documental recortado e selecionado a partir de três revistas científicas da área: a Revista Brasileira de História – RBH, criada em 1981, a Revista Estudos Históricos – REH publicada a primeira vez em 1988, e a Revista Anos 90 que começa a circular em 1993. Desta série documental selecionei e recortei os textos que abordam e discutem questões relativas à teoria e metodologia da história, àqueles pensados como balanços historiográficos ou avaliações críticas do ofício do historiador e do produto deste, a escrita da história, assim como os trabalhos de história da historiografia. Esta série permitiu recortar o período de abrangência desta tese e discutir como os trabalhos de teoria da história e história da historiografia produzidos nesse recorte contribuíram para configurar, definir e validar o que chamamos hoje de historiografia brasileira como sendo, majoritariamente, aquele saber produzido na academia, em especial nos programas de pós-graduação, por um historiador profissional, disciplinado. A tese foi dividida em duas partes: na primeira trato da configuração de uma geografia disciplinar para a história no Brasil, a partir da disposição espacial dos seus lugares de produção e circulação e, de forma correlata, da elaboração de uma memória disciplinar, como modo de temporalização do saber histórico e de sua relação com o seu passado (como limitação e constrangimento), o seu presente (como espaço de experiência) e seus horizontes de expectativas. Na segunda discuto processos de temporalização do saber histórico a partir da

emergência da história da história como área privilegiada de historicização do conhecimento histórico, mas, também, de sua validação e avalição epistemológica, espécie de consciência crítica do ofício do historiador profissional no país e da escrita da história. Conclui-se que a historiografia brasileira é produto da tensão permanente entre a configuração de uma geografia e uma memória disciplinar, permeada por disputas político-institucionais sobre o dizer-se nacional, e da legitimação social do produto daí decorrente, a escrita da história, tanto pelos pares quanto pela sociedade a qual se articula em um dado tempo e lugar, neste caso o Brasil entre os anos de 1980 e 2012.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia brasileira. Geografia disciplinar. Memória disciplinar. Epistemologia. Instituições.

ABSTRACT

This thesis tries to record how it was possible to think, from the 1980s, what we named Brazilian historiography. I start from the hypothesis that this notion can only be thought and said to refer to the carreer of the professional historian and the product of this craft, but also to think and problematize the writing of history in the country as a more or less regular set of procedures, protocols, domains and research areas that are articulated to a social place and looking for be presented to pairs, in particular, and society in general, in the form of legitimate and authoritative writing ,named as Brazilian historiography, only from the 1980s. From that, this is the notion used to refer to the work of the professional historian and the product of his craft, understood as the writing of history in Brazil. To get to make history from this problem and to think about this hypothesis, I am launching a documentary corpus that has been cut out and selected from three scientific journals of the area: the Brazilian History Magazine - RBH, created in 1981, REH published the first time in 1988, and 90's Magazines, which began circulating in 1993. From this series I selected and cut out the texts that address and discuss issues related to the theory and methodology of history, to those thought as historiographical balances or critical evaluations of the office the historian and the product of this, the writing of history, as well as the works of history of historiographical of the 1980s. This series allows me to shorten the scope of this thesis and to discuss how the works of history theory and history of historiography produced in this section contributed to configure, define and validate what we call today Brazilian historiography as being, mostly, that knowledge produced in academia, especially in graduate programs, by a professional historian. From the work with this corpus the thesis was divided into two parts. In the first I deal with the configuration of a disciplinary geography for history in Brazil, based on the spatial disposition of its places of production and circulation and, correspondingly, the elaboration of a disciplinary memory, as (as limitation and constraint), its present (as an experience place) and its horizons of expectations. In the second I discuss these processes of temporalization of historical knowledge from the emergence of history as a privileged area of historicization of historical knowledge, but also of its validation and epistemological evaluation, a kind of critical awareness of the professional historian in the country and writing history. It is concluded from this that Brazilian historiography is a product of the permanent tension between the configuration of a geography and a disciplinary

memory, permeated by political and institutional disputes around being called national, and the social legitimacy of the writing of history, as much the peers, as much the society to which it articulates in a given time and place, in this case Brazil between the years of 1980 and 2012.

KEYWORDS: Brazilian historiography. Disciplinary geography. Disciplinary memory. Epistemology. Institutions.

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**15**
2	**O LUGAR SOCIAL DE PRODUÇÃO DA RBH**.....	**33**
2.1	LUGARES INSTITUCIONAIS: A RBH e a ANPUH	33
2.2	A RBH E AS PÓS-GRADUAÇÕES	48
2.3	A RBH E A CONSTRUÇÃO DO *NÓS* HISTORIOGRÁFICO	64
2.4	A PUBLICAÇÃO NA RBH E O CRIVO DOS PARES	80
3	**A RBH E A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO HISTORIOGRÁFICO BRASILEIRO PROFISSIONAL, ACADÊMICO: Cartografando lugares e estabelecendo uma memória disciplinar.**.....	**88**
3.1	A RBH NOS ANOS 1990: As redes intelectuais e institucionais que cartografam a historiografia brasileira profissional, acadêmica.....	88
3.2	ERIGINDO FRONTEIRAS GEOGRÁFICAS EM TORNO DE DADAS MEMÓRIAS DISCIPLINARES PARA O SABER HISTÓRICO NO BRASIL: Disputas pela “moderna historiografia brasileira”.....	107
3.3	CONFIGURANDO A GEOGRAFIA DISCIPLINAR DA HISTORIOGRAFIA BRASILIERA PROFISSIONAL, ACADÊMICA NOS ANOS 2000: Cartografando novos espaços e redesenhando antigas áreas.....	120
3.4	AS COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DA ANPUH E DOS 30 ANOS DA RBH: A memória disciplinar da Associação e da Revista em cheque.....	130
4	**UMA NOVA CARTOGRAFIA: Os debates teórico-metodológicos como definidores da geografia disciplinar da historiografia brasileira profissional, acadêmica.**.....	**178**
4.1	ESCRITAS DA HISTÓRIA NAS PÁGINAS DA RBH: Ensaiando debates teóricos, metodológicos e historiográficos.....	179
4.2	A RBH E A DEFINIÇÃO DE DADOS MARCOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA A “MODERNA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA”: Usos e apropriações.....	199
5	**A RETÓRICA DA CRISE E A EMERGÊNCIA DA CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1980: uma tentativa de definir a historiografia brasileira profissional, acadêmica.**.....	**233**
5.1	A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA COMO OBJETO DE REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA.....	233
5.2	CRISE DA HISTÓRIA OU CRISE DOS HISTORIADORES? Francisco Falcon e a crítica historiográfica como instrumento de reflexão sobre a identidade do historiador.....	262
5.3	A CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA NO BRASIL NOS ANOS 1990 E O “ESPECTRO” DO *LINGUISTIC TURN*: Um “combate” entre “modernos” e “pós-modernos”.....	270
6	**A REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS – REH E A FORMAÇÃO DE UMA REDE INTELECTUAL PARA PENSAR A HISTÓRIA DA**	

HISTÓRIA NO BRASIL: A crítica historiográfica como epistemologia da história...... **289**
6.1 A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA COMO OBJETO DE REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA..... 289
6.2 CRISE DA HISTÓRIA OU CRISE DOS HISTORIADORES? Francisco Falcon e a crítica historiográfica como instrumento de reflexão sobre a identidade do historiador..... 314
6.3 A CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA NO BRASIL NOS ANOS 1990 E O "ESPECTRO" DO *LINGUISTIC TURN*: Um "combate" entre "modernos" e "pós-modernos"..... 327
7 A REVISTA ANOS 90 E A ESPECIALIZAÇÃO DE UMA ÁREA DE DISCUSSÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO: Pensando a teoria e a metodologia da história como área de pesquisa no Brasil...... **366**
7.1 DURVAL MUNIZ DE ALBUQUERQUE JR.: A crítica historiográfica pensada a partir da "terceira margem do rio" ou "um olhar das margens"..... 393
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 414

REFERÊNCIAS..... 419

1 INTRODUÇÃO

As discussões em torno da história da historiografia e da teoria e metodologia da história tem recebido inúmeras contribuições ao longo dos últimos anos em nosso país. O que vem possibilitando, dentre outras questões, uma elaboração teórica e metodológica mais substancial e aprofundada das obras historiográficas aqui produzidas. Tem-se dado maior ênfase à discussão, ao entendimento e à operacionalização dos conceitos, e aos aparatos teórico-metodológicos usados para a construção do saber histórico no Brasil.

Isto se refletiu, sobremaneira, numa maior relevância da história da historiografia como uma das áreas mais discutidas, problematizadas e estudadas dentro do da disciplina História, no Brasil, hoje. Exemplos disso são a criação de linhas de pesquisa específicas para a discussão da teoria e metodologia da história e da historiografia em alguns dos principais programas de pós-graduação do país, tais como o programa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e o da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, mas também as discussões realizadas por historiadores localizados em instituições cariocas como a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFFRJ, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, assim como, mais recentemente, em instituições paulistas como a Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP e a Universidade Estadual Paulista – UNESP/Assis. Também foram criados alguns espaços institucionais que encampam e, em grande medida, direcionam estas discussões, como, por exemplo, a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia – SBTHH e dois Grupos de Trabalho – GTs inscritos na Associação Nacional de História – ANPUH Nacional. Vale lembrar ainda que a Associação Nacional de História foi presidida nos biênios 2007-2009 por Manoel Luiz Salgado Guimarães e em 2009-2011 por Durval Muniz de Albuquerque Júnior, pesquisadores ligados à área.

Outro importante espaço institucional tem sido garantido pela Revista de História da Historiografia – RHH, ligada ao programa da UFOP e a SBTHH que tem dado vazão a artigos escritos por pesquisadores nacionais e internacionais e se constituído como veículo de divulgação de pesquisas da área, gozando de respeito internacional. Também no campo das revistas cientificas, a Revista de Teoria da

História ligada ao PPGH da Universidade Federal de Goiás – UFG, se constituiu como um importante instrumento de afirmação científica para os pesquisadores ligados ao campo da teoria e história da historiografia.

Já existe também um número significativo de pesquisadores ligados à área, como por exemplo; Temístocles Cezar e Fernando Nicolazzi na UFRSG, Pedro Spinola Pereira Caldas e Rodrigo Turim na UNIRIO, Rebeca Gontijo e Maria da Glória de Oliveira na UFRRJ, Valdei Lopes de Araújo e Sérgio Ricardo da Mata na UFOP, Estevão Resende Martins e Arthur Oliveira Alfaix Assis da UNB, Lucia Maria Paschoal Guimarães e Thiago Lima Nicodemo da UERJ, Luiz Costa Lima e Marcelo Gantus Jasmin na Pontífica Universidade Católica – PUC-Rio, Marlon Salomon, Carlos Oiti Berbet Junior e Luiz Sérgio Duarte da Silva da Universidade Federal de Goiás – UFG, Durval Muniz de Albuquerque Júnior das Universidades Federal do Rio Grande do Norte e de Pernambuco – UFRN/UFPE, para citar apenas alguns dos mais conhecidos. Os pesquisadores citados desenvolvem pesquisas e promovem cursos apontando questões variadas e inovadoras relativas à teoria e história da historiografia, demonstrando a multiplicidade e a consolidação da área em diferentes vertentes e instituições. É a esta tradição de pesquisa que o presente trabalho se filia, sem, contudo, deixar de fazer uma abordagem critica desta própria tradição e pensa-la a partir de sua própria historicidade, tentando evitar os riscos de uma adesão ingênua e acrítica.

Assim, a teoria da história e a história da historiografia vem se consolidando como áreas de saber com certo grau de especificidade, perscrutando a produção do ofício do historiador de forma cada vez mais sistemática e contundente. Tanto do ponto de vista conceitual, metodológico e das regras e procedimentos que presidem a construção deste saber, quanto do ponto de vista de sua historicidade, da sua imersão nos meandros das múltiplas temporalidades que perpassam e constituem a história da historiografia no Brasil.

No entanto, estas discussões são bastante recentes no campo historiográfico brasileiro. A história da historiografia como área de pesquisa e o historiador que a toma como objeto de estudo são fenômenos bem recentes no país. Sua atual proeminência, quantidade e qualidade de produção tem uma história que

não é das mais longas dentro da história da história no Brasil. Estes estudos, como o definimos hoje, emergem no país apenas a partir da segunda metade dos anos 1980[1].

Quando iniciei esta pesquisa, por volta do ano de 2011, para elaborar o projeto de seleção de doutorado que resultaria nesta tese, era a seguinte questão que se colocava para pensar: como foi possível a emergência da história da historiografia no Brasil e como ela se tornou uma área com relativo grau de especificidade dentro da seara do saber histórico ao ponto de, por muitas vezes, ser pensada como uma espécie de epistemologia da história a avaliar e validar toda a produção de um período? Esta questão se impunha, naquele momento, de forma muito enfática. Sobretudo, por conta das características dos debates teóricos que mobilizavam a maioria dos historiadores brasileiros do período e que apontavam para uma polarização ou uma tensão permanente entre "modernos" e "pós-modernos", "racionalistas" e "irracionalistas", historiadores sociais e historiadores culturais, as questões em torno *linguistic turn* e da escrita da história e por aí se seguia[2]. Minha ideia inicial era dar conta de pensar estas questões e problematizar às condições históricas de possibilidade de sua emergência. Em outros termos, o que tentava recortar como objeto era as condições de emergência da história da historiografia e as implicações disto para o saber histórico no Brasil. Tentando dar conta destas questões eu partia, naquele momento, do entendimento de que:

> A história da historiografia ou a análise historiográfica, entendida como a reflexão sobre os modelos e as regras que norteiam as práticas da pesquisa e da escritura da história, em momentos e espaços específicos ou em autores e obras tomadas individualmente, faz parte do que podemos chamar da cultura histórica de uma dada época ou sociedade. A maneira como os profissionais do campo historiográfico se debruçam sobre o saber já produzido na área e como o submete a uma avaliação crítica, penso que diz muito dos códigos que delimitam

[1] Há estudos anteriores a este período que são colocados, dentro de uma dada memória da área, como inauguradores ou fundadores da área no Brasil, como, por exemplo, os trabalhos de José Honório Rodrigues – colocado por muitos como o pai fundador da história da historiografia no Brasil –, de José Roberto do Amaral Lapa, Francisco Iglésias e Carlos Guilherme Mota. Neste sentido, os principais trabalhos destes autores referenciados são: *Teoria da história do Brasil* (1949)*, A pesquisa histórica no Brasil* (1952), *História e historiadores do Brasil* (1965)*, História e historiografia* (1970) e *História da história do Brasil* (1979) de José Honório Rodrigues; *A história em questão:* historiografia brasileira contemporânea. (1976) de José Roberto do Amaral Lapa; *Ideologia da cultura brasileira* (1977) e *História e contra-história:* Perfis e contrapontos (2010) de Carlos Guilherme Mota.

[2] Esta discussão resultou na escrita do seguinte artigo "Invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-modernos". Cf. SANTOS, Wagner Geminiano dos. Invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-modernos. **Revista de Teoria da História**. Goiás, Nº 7, 2012, pp. 128-155.

> a prática historiadora ou mesmo as práticas acadêmicas e científicas, neste campo, num dado momento histórico e social. (ALBUQUERQUE JR., 2006. p. 192)

Assim, o que pretendia fazer era historicizar a história da história no Brasil a partir da década de 1980, tomando como porta de entrada as análises historiográficas dos historiadores brasileiros produzidas acerca dos "modelos e regras que norte[avam] as práticas da pesquisa e da escritura da história" no país, daquele período em diante. Aplicando a esta área de pesquisa as seguintes questões, colocadas a partir de Michel de Certeau: "O que fabrica o historiador quando 'faz história' da história? Para quem trabalha? Que produz?" (CERTEAU, 1982). No entanto, esta questão inicial foi sendo modificada ao longo do doutorado e da pesquisa realizada, em grande medida por conta dos acontecimentos políticos que o país foi vivendo e das demandas sociais que emergiram, sobretudo para os historiadores e para o conhecimento histórico no Brasil, a partir de 2013.

Acompanhar e assistir uma série de manifestações que reafirmavam determinados discursos e clichês que a maior parte da comunidade de historiadores julgava soterrados e mortos num passado que acreditava-se já superado, ao menos historiograficamente, fez aparecer uma série de outras questões e problemas. Assistir a reatualização das narrativas da ameaça comunista e vermelha, agora travestida de bolivarianismo-lulo-petista, observar o retorno público das vivandeiras da ditadura e suas passeatas pedindo uma nova intervenção militar no Brasil; viver a experiência de um golpe jurídico-parlamentar-midiático que fraturou todos os princípios republicanos e pôs em frangalhos o Estado Democrático de Direito e todas as suas instituições; ver o recrudescimento de pautas protofascistas, etc, etc. aliado a uma explícita falta de leitura histórica – condizente com as atuais leituras acadêmicas produzidas sobre os diversos períodos da história do país – da realidade brasileira presente em praticamente todos estes discursos, veiculados ao longo destes últimos cinco anos, assim como presenciar a difusão maciça, via redes sociais e mídia coorporativa, destas leituras, que ao mesmo tempo que se pretendem históricas não trazem a menor profundidade ou amparo nas práticas e pesquisas historiográficas acadêmicas mais recentes, provocou um deslocamento sensível na maneira como eu havia estabelecido o problema da pesquisa e sua pertinência quando do início do doutorado.

Assim, este conjunto de eventos e acontecimentos foi me fazendo redefinir o problema e, sobretudo, a perguntar pelo que fizeram os historiadores brasileiros quando produziram história nas últimas quatro décadas, em especial depois do período de redemocratização do país. O problema que começava a se impor era o seguinte: o que é isto que chamamos de historiografia brasileira, hoje? Como ela tem sido ou foi produzida nas últimas décadas? Como se forjam ou são forjados os sujeitos historiadores? Quais os lugares de produção deste saber ao longo deste período e para quem os historiadores escrevem/falam? Quais as *virtudes epistêmicas* que constituem ou permitiram construir esta *persona acadêmica* que chamamos de historiador, no Brasil, a partir dos anos 1980? E, sobretudo, como ele tem atuado publicamente, na academia e fora dela? Assim, da história da historiografia como objeto voltamos a pensar as próprias condições históricas de possibilidade daquilo que chamamos hoje, de forma tão naturalizada, de historiografia brasileira. Comecei a me perguntar quais os critérios, as regras, os procedimentos que definem, regulam e permitem chamar uma dada prática de saber como historiografia brasileira. E como ela tem se legitimado socialmente. Ao deslocar o problema inicial para esta questão busquei dar conta de compreender porque caminhos os historiadores profissionais, acadêmicos e a "historiografia brasileira" por eles produzida sofrem, hoje, um forte processo de deslegitimação social, sendo muitas vezes reduzidos a condição de historiadores "doutrinadores, comunistas" e seu saber tido como "ideológico e militante" da causa petista. Minha interrogação se endereça muito mais às escolhas da comunidade dos historiadores brasileiros, ao longo das últimas três décadas, do que propriamente a uma análise da recepção desta historiografia fora da comunidade dos pares.

Os eventos cada vez mais conturbados que recortavam o presente e o sentimento angustiante de ver o passado e aquilo que julgávamos história se repetirem de forma aguda e, muitas vezes, dolorosa me fazia perguntar sobre como isso foi possível, sobre como nós, historiadores, mesmo diante de toda sofisticação das discussões que perpassa(va)m nossa área, não conseguimos criar uma cultura histórica e um dever de memória que pudesse ter bloqueado às possibilidades de retorno efetivo do passado no presente? Uma sensação de que havíamos falhado, enquanto historiadores, me tomava naquele momento. A sensação de que nossas escolhas teóricas, metodológicas, temáticas, os modos escolhidos para se escrever a história no Brasil, sobretudo após a redemocratização, pareciam não ter sido

suficientes senão para evitar a repetição ou a reatualização daquilo que há de pior na nossa história, mas ao menos para criar bloqueios narrativos capazes de fazer barragem ao retorno desavergonhado e desabrido daquelas narrativas e das práticas a ela atreladas ao espaço público. Portanto, foi tentando entender como isso foi possível que me voltei para pensar o que fizeram os historiadores brasileiros quando escreveram história nos últimos 30 anos, sobretudo depois da experiência traumática da ditadura civil-militar. Procuro, portanto, problematizar quais os caminhos, os percursos, as disputas e discussões que configuraram a historiografia brasileira no nosso período democrático, mas que não foram capaz de construir ou de contribuir de forma mais contundente para a construção de mecanismos eficazes de empoderamento e defesa da própria democracia, sobretudo entre públicos e audiências mais amplas que os pares. São estas questões que mobilizam e orientam esta tese. E ao descrever e analisar o percurso que faz do saber histórico produzido no Brasil, ao longo deste período, ser chamado de historiografia brasileira e dos sujeitos responsáveis por este ofício serem chamados de historiadores, espero oferecer mecanismos para escrutinarmos e nos postarmos politicamente no presente e repensarmos o nosso próprio fazer e o formato que ele tomou hoje, e quem sabe pensar novos horizontes de expectativa para a história e os historiadores no Brasil.

Para dar conta destas questões recorro a alguns operadores heurísticos que aparecerão ao longo desta tese. Apresentarei neste introito apenas àqueles que julgo centrais para pensar o problema colocado. Inicio com os de *virtudes epistêmicas* e *persona acadêmica*. Faço um uso pouco ortodoxo destes conceitos a partir da leitura que fiz da tese de doutorado de João Munhoz Ohara, intitulada *Virtudes Epistêmicas na Historiografia Brasileira (1980-1990)*, na qual o mesmo, a partir de Herman Paul, pensa o primeiro conceito da seguinte maneira:

> O uso histórico do conceito de virtude epistêmica é provavelmente muito mais sensível a contextos do que os filósofos gostariam...de uma perspectiva algo “historicista”, o que importa é entender como, em certos lugares e épocas, valores específicos foram considerados mais importantes do que outros no processo de produção do conhecimento [histórico]...isso significa que o importante é entender como os historiadores...vieram a valorizar a precisão no trato documental mais que a proeza literária ou a rica imaginação; ou como alguns historiadores...mudaram suas referências e passaram a dar mais valor à criatividade.
> Dito isso...o objetivo do historiador é o de compreender como diferentes condutas foram consideradas adequadas para a aquisição

> de conhecimento em diferentes instâncias, pouco importa se o grupo estudado considera como virtuosas faculdades cognitivas ou disposições de caráter. É indiferente também o fato de algumas condutas parecerem mais ou menos apropriadas para o presente; a tarefa central, mais do que julgar, é de descrever os enunciados e as formações discursivas que cercam a conduta daquele a quem se designou a capacidade de falar do passado. Em outras palavras, o uso histórico do conceito de virtude epistêmica opera mais no nível descritivo do que no prescritivo, no sentido de que seu objetivo é descrever e analisar casos concretos de uso de discursos axiológicos, mais do que chegar a uma definição precisa do que seria uma virtude epistêmica *tout coutr*. (OHARA, 2017, p. 20-21)

Portanto, o leitor atento logo perceberá quando estarei me apropriando deste operador conceitual e de como preferi operar dentro dos níveis descritivo e analítico, tentando evitar qualquer caráter normativo ou prescritivo, mas buscando configurar uma imagem mais geral deste processo de constituição do historiador acadêmico, profissional no Brasil pós 1980. Me interessa, portanto, mapear quais valores e condutas tornaram-se centrais na constituição do ofício do historiador e na definição de sua(s) identidade(s) a partir dos anos 1980, e como estes valores e virtudes reverberam na escrita da história no Brasil, permitindo ou possibilitando falar de uma "historiografia brasileira" e de um determinado tipo de historiador, o historiador acadêmico, profissional forjado, em grande medida, nas oficinas da pós-graduação, o historiador disciplinado. É neste sentido que agenciamos o conceito de *persona acadêmica*, apropriado a partir de Ohara da seguinte maneira:

> A persona acadêmica é um repertório de características em relação às quais um indivíduo se situa para ser reconhecido enquanto acadêmico – no caso específico desta pesquisa, enquanto um historiador. Mas como sistema de valores, tais repertórios só existem na medida em que são mobilizados em performances concretas. Aqui o conceito de *scholarly self* faz referência às performances individuais que tencionam as experiências particulares dos indivíduos com as constelações regulatórias abstratas...em outras palavras, essas *personae* só existem enquanto ideias regulatórias em relação aos quais indivíduos podem posicionar na produção de suas próprias subjetividades – seus *scholarly selves*.
>
> Tais valores não são exclusivamente epistêmicos ou intelectuais; em muitos casos podem envolver também questões éticas políticas ou econômicas. De várias maneiras, fatores extra ou não-epistêmicos constituem motivações importantes em certas configurações específicas de personas acadêmicas (OHARA, 2017, p. 24)

Dito isto, retomo o problema que orienta e articula esta tese: o que é que se foi chamando de historiografia brasileira nas últimas três ou quatro décadas? A

hipótese que orientou este trabalho é a de que do ponto de vista da constituição do território nacional e tomando a perspectiva de análise de uma formação discursiva nacional que possa falar em nome de uma “historiografia brasileira”, sobretudo acadêmica, profissional, disciplinada, pensada como unidade e homogeneidade, não pode ser pensada, nestes termos, no Brasil, antes da década de 1980. Ou seja, aquilo que consideramos e nomeamos hoje como historiografia brasileira, profissional, acadêmica, é uma invenção derivada das disputas políticas, institucionais, intelectuais, econômicas e culturais produzidas a partir daquele período. Advogo que antes de 1980 só é possível falar em historiografias e disputas de campo muito restritas a planos locais e/ou regionais que se arvoravam falar em e ocupar o lugar do nacional. Havia um campo do saber histórico paulista, monopolizado pelos historiadores e pela historiografia produzida na USP até mais ou menos meados dos anos 1980 e que pretendia falar em nome do e se dizer nacional, espaço este que vai ser disputado a partir daquela década também pelos historiadores estabelecidos no PPGH da UNICAMP. Havia um campo do saber histórico fluminense, bastante plural, constituído por diversas instituições do saber e os sujeitos a elas atrelados, historiadores profissionais ou não, desde àquelas mais oficiais e tradicionais como o Museu Histórico, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional passando pelo IHGB até se chegar a fundações como a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e a Fundação Getúlio Vargas – FGV e finalizando com os programas de pós-graduação das universidades públicas e privadas (UFF, UFRJ, UERJ, UNIRIO, PUC-RJ, etc.) que também, sobretudo a partir dos anos 1980, reivindicam a autoridade e a legitimidade em falar pelo nacional ou em se colocar como o próprio. Mesmo diante dos vários Planos Nacionais de Pós-Graduação aprovados e dos crescentes financiamentos por parte de fundações e entidades de fomento como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, até meados dos anos 1990 não era possível se falar, plenamente de uma “historiografia brasileira”, acadêmica, profissional que pudesse ser entendida tanto do ponto de vista de seus objetos quanto do recorte espacial como um saber identificado ou representativo de todo o território nacional. Desconfio se é possível se falar nestes termos ainda hoje, principalmente se o pensarmos a partir de uma suposta unidade e identidade desta produção e da própria formação do historiador profissional no Brasil.

Este era – e ainda é – um objeto, um conceito e um território em disputa. É neste sentido que ao invés do conceito de campo prefiro usar e falar, para me referir a alguns momentos desta produção, me apropriando de uma leitura de Gilles Deleuze feita a partir de Roberto Machado no seu livro *Deleuze e a Filosofia*, de *geografia disciplinar*. Entendo que dos anos 1980 em diante o que se busca constituir no país é uma *geografia disciplinar* para o conhecimento histórico no Brasil. E aqui isto se liga ao fato que entendo a história da historiografia como uma espécie de genealogia da história. E neste sentido uma de suas características:

> É o fato de ela se propor mais como uma geografia do que propriamente como uma história, no sentido em que, para ela, o pensamento, não apenas e fundamentalmente do ponto de vista do conteúdo, mas de sua própria forma, em vez de constituir sistemas fechados, pressupõe eixos e orientações pelos quais se desenvolve. O que acarreta a exigência de considera-lo não como história linear progressiva, mas privilegiando constituição de espaços, de tipos. (MACHADO, 1990, p. 08)

Penso desta maneira o agenciamento deste conceito para o articular a uma outra questão que me parece fundamental para pensar o período que estou estudando, qual seja: em boa parte deste período, sobretudo entre os anos 1980 e 1990 a história da história foi pensada como crítica historiográfica e, neste sentido, carregava não só um sentido prescritivo, mas, sobretudo, normativo e regulatório ao se colocar como uma espécie de epistemologia da história. Assim esta modalidade de epistemologia da história representaria para o saber histórico aquilo que, segundo Roberto Machado, Deleuze afirmava que a história da filosofia e a epistemologia procuravam representar para a filosofia, ou seja:

> Quando Deleuze diz que o filósofo é criador e não reflexivo, o que ele pretende é se insinuar contra a caracterização da filosofia como um metadiscurso, uma metalinguagem, que tem como objetivo formular ou explicitar critérios de legitimidade ou de justificação, e reivindicar para ela a produção de conhecimento ou, mais propriamente, a criação de pensamento, como as outras formas de saber, sejam elas científicas ou não. Daí porque ele denuncia a epistemologia como um agente de poder da filosofia que desempenha, como a história da filosofia, um papel de repressor do pensamento ou se constituí como um aparelho de poder no próprio pensamento. (MACHADO, 1990, p. 02)

Portanto, é a partir destes dois registros e desdobrando suas possibilidades que usarei o conceito de *geografia disciplinar* para pensar a espacialização do saber histórico no Brasil a partir dos anos 1980 e a constituição das hierarquias de espaços e lugares de inscrição e produção do discurso histórico nesse período. Do mesmo modo o conceito de *epistemologia histórica* será pensado como uma modalidade de crítica historiográfica que visa regular, avaliar e, acima de tudo, se posicionar como um aparelho de poder que explicita os critérios que legitimariam e justificariam o saber histórico em um dado tempo e lugar. Portanto, no entendimento que estou firmando nesta tese só se pode falar em um campo do saber histórico no Brasil, de forma mais ou menos homogênea, depois que sua geografia é configurada pela primeira vez em um território tido como nacional. Por fim recorro a um outro conceito que é central nesta tese e se faz correlato aos anteriores, o de *memória disciplinar*. Pois se há um processo de espacialização do saber histórico este não deixa de ser correlato e simultâneo a um dado modo de temporalização do discurso histórico, entendido aqui como a formulação ou constituição de uma memória disciplinar. Recorro ao historiador Rodrigo Turin, que por sua vez se apropriou das leituras de Manoel Salgado Guimarães para pensar este conceito, chamando a atenção para o fato de que é preciso

> Atentar para essa dupla dimensão, na qual a pesquisa sobre as formas de representação do passado e, mais especificamente, sobre a disciplina histórica, caminhava paralelamente a um questionamento constante em relação aos constrangimentos e às possibilidades legadas por essa mesma tradição disciplinar na qual se inseria. Uma das noções recorrentes em seus trabalhos e que mais sintetiza essa postura é, justamente, a de “memória disciplinar”. Presente em diferentes textos, esta noção visava introduzir uma dimensão crítica necessária a todo trabalho hermenêutico da história da historiografia. Ela implicava reconhecer, acima de tudo, que o próprio surgimento deste lugar de enunciação, a história da historiografia, estava estritamente vinculado a um trabalho de memória, submetendo o passado a uma narrativa de identidade disciplinar (GUIMARÃES 2005). Uma memória que, em seu ordenamento narrativo, ao mesmo tempo dá a ver e silencia, condicionando invariavelmente a percepção de seus herdeiros a respeito do passado (TURIN, 2013, p. 79).

Portanto, a invenção ou a construção da ideia de uma historiografia brasileira profissional, acadêmica como um conjunto de práticas e discursos mais ou menos regulares e de produção de sentidos referido a um tempo e lugar, neste caso o Brasil a partir dos anos 1980, pressupõe, a meu ver, uma tensão permanente entre

a configuração de uma geografia disciplinar como processo de espacialização e hierarquização do saber histórico e a elaboração de uma memória disciplinar como estabelecimento de uma dada relação dos historiadores e da escrita da história com uma temporalidade ou com um regime de historicidade qualquer, ou seja, é a relação que o historiador e o discurso por ele produzido em um dado momento e lugar estabelecem com o seu passado, o seu presente e as suas expectativas de futuro que definem uma memória disciplinar para a área. É desta tensão que emerge um campo de saber que pode vir a ser nomeado de historiografia brasileira.

É justamente esta história que busco contar no texto que se segue. Como foi possível que a partir dos anos 1980 emergisse aquilo que chamamos hoje de historiografia brasileira, fabricada academicamente por um historiador dito profissional. Quais eram os projetos e modelos de escrita da história em disputa? Como a história da historiografia se insinua neste processo e participa da elaboração deste campo? Qual o papel que ela desenvolve na formulação desta instituição chamada historiografia brasileira e, sobretudo, o que que a define como tal ao longo deste período? Qual é o sujeito historiador requerido para falar em nome da historiografia brasileira?

São questões que implicaram o recorte e seleção de um *corpus* documental bem preciso, que me permitisse ao mesmo tempo mapear e representar grande parte da produção histórica feita no Brasil neste período e não me fizesse recair em generalizações grosseiras e arbitrárias ou na produção de balanços genéricos e laudatórios. Desta forma recortei três revistas especializadas da área como fontes básicas para este trabalho, são elas: a Revista Brasileira de História – RBH, da Associação Brasileira de História – ANPUH, a Revista Estudos Históricos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC da Fundação Getúlio Vargas – FGV e a Revista anos 90 do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. A escolha destas revistas não foi, de modo algum, aleatória. Ela está diretamente ligada ao problema que articula esta tese, à medida que a RBH consistiu num dos principais instrumentos de divulgação e circulação do saber histórico produzido no país a partir dos anos 1980. Criada em 1981 como a revista da principal Associação de historiadores do país, a ANPUH, a RBH representa, portanto, uma parcela significativa desta produção e permite constituir uma série documental bastante longa a partir da qual é possível observar uma certa perspectiva de conjunto desta produção e, acima

de tudo, se perguntar qual memória disciplinar ela permite elaborar acerca da “historiografia brasileira” bem como cartografar, a partir dela, a configuração de uma dada geografia disciplinar do saber histórico no Brasil neste período.

Já a Revista Estudos Históricos se configura, a partir de finais dos anos 1980, em importante espaço de divulgação e circulação de discussões teóricas e metodológicas acerca do conhecimento histórico, em particular, e das Ciências Sociais, no geral. A Revista é criada com este propósito e se configura como um espaço de acalorados debates sobre o ofício do historiador no Brasil, adotando uma postura editorial não disciplinar para promover e circular tais discussões. Não sendo, portanto, uma revista só de historiadores. Além disso, ela nasce ligada e vinculada às instituições fluminenses de produção do saber histórico. O que me permite coloca-la numa série documental ao mesmo tempo complementar e oposta àquela configurada pela RBH, possibilitando, com isso, observar uma maior pluralidade de debates sobre o que estava sendo chamado de historiografia brasileira e, por conseguinte, mapear outros espaços e lugares de enfrentamento e disputas institucionais e intelectuais em torno do saber histórico no país.

Por seu turno a escolha da Revista Anos 90 foi definida por ser uma das primeiras revistas especializadas ligadas diretamente a um Programa de Pós-Graduação que tem como uma de suas principais linhas de pesquisa a teoria e a metodologia da História. Neste sentido, a revista foi palco de intensos debates ao longo dos anos 1990 e 2000 que tiveram como foco esta área de pesquisa. Área que era considerada e vista como marginal ou periférica dentro da configuração da geografia disciplinar do saber histórico no país até meados dos anos 1990, mas que a partir deste momento em diante começa a ganhar cada vez mais centralidade na definição e validação da “historiografia brasileira” profissional, acadêmica. Neste sentido, a criação da Revista Anos 90 é um acontecimento simbólico para a emergência deste tipo de discussão e me permite constituir uma série documental que articula este debate para além do eixo Rio-São Paulo, buscando pensá-lo a partir desta área do conhecimento histórico e de como ele participa da definição do objeto desta tese, a historiografia brasileira.

No entanto, trabalhar com todos os artigos, textos, entrevistas, resenhas etc. publicados ao longo dos últimos 20 ou 30 anos, desde a criação destas revistas, é praticamente impossível, dado a periodicidade e o volume de publicações existentes nos três periódicos. Para não incorrer em generalismos e recortar melhor a massa de

documentos e constituir uma série documental mais homogênea recortei para análise, nas três revistas, apenas os artigos, textos, entrevistas, resenhas que discutissem questões de ordem teórica, metodológica ou epistemológica sobre o oficio do historiador e a escrita da história. Assim como àqueles trabalhos que se apresentavam como sendo de história da historiografia, sejam em formato de balanços historiográficos, resenhas ou pesquisas mais elaboradas. A partir deste recorte procurei mapear outros debates ocorridos alhures, mas que se articulavam aos textos publicados nas revistas acima e, portanto, configuravam as disputas para constituir e configurar a historiografia profissional, acadêmica no Brasil a partir dos anos 1980. Assim, partimos das revistas especializadas e deste recorte temático para mapear um debate um pouco mais amplo na formação do campo do saber histórico no país a partir daquela década.

É importante destacar que as revistas especializadas terão um papel fundamental neste processo, sobretudo para a institucionalização e profissionalização da história e dos historiadores no Brasil, em torno, sobretudo, dos programas de pós-graduação. As revistas serão um dos principais veículos de circulação dos debates e pesquisas aí produzidas e promovidas, assim como vetores do processo de especialização pelo qual passou a história e os historiadores no país nos últimos anos. Não haveria especialização do conhecimento histórico no Brasil sem a presença e o papel desempenhado por estas revistas.

Por fim, contribuiu sobremaneira para a produção desta tese uma outra série de documentos, os currículos lattes disponíveis na Plataforma Lattes. Eles se constituíram em importantes instrumentos de mapeamento de debates, de localização de textos e artigos, de interlocuções intelectuais e institucionais bem como para pensar as biografias intelectual, institucional e profissional de alguns historiadores e seus percursos de formação. Os *curriculuns lattes* são fontes imprescindíveis para quem trabalha com história da historiografia e estabelece como horizonte de pesquisa a formação do historiador profissional, acadêmico, disciplinado no Brasil.

Dito isto, estruturei a tese da seguinte maneira: ela segue dividida em duas partes, cada uma composta por três seções[3]. Na primeira parte tentei dar conta de

[3] Parte das discussões apresentadas agora em formato de tese já haviam sido apresentadas aos pares, em diversos momentos, seja em formato de artigos, comunicações orais, palestras, resumos expandidos, etc. Gostaria aqui de agradecer as várias interlocuções que de maneira direta ou indireta contribuíram para a construção desta tese, sobretudo aos membros do Fórum de Teoria e História da Historiografia: Prof. Dr. Bruno Balbino (IFRN), Prof. Doutorando Diego José Fernandes

apresentar como, ao longo das últimas três décadas, a RBH, como Revista da maior e mais representativa Associação de historiadores do país, a ANPUH, contribuiu substancialmente, por meio de sua política editorial, para a construção dos principais lugares de produção e enunciação do saber histórico no Brasil; e como, a partir deles, se configura uma dada geografia disciplinar dispondo e hierarquizando-os, constituindo áreas de interesse e espaços de pesquisa a partir da redefinição de toda uma geografia política e institucional do saber histórico, sobre o qual passa a ser inscrito o sentido de historiografia brasileira como uma unidade praticada mais ou menos sob as mesmas regras e modos em todos os programas de pós-graduação em História do país ou instituições com mesmas características. Para isso a Revista e as relações institucionais que a engendram possibilita também a elaboração de uma dada memória disciplinar para este território chamado historiografia brasileira. Neste sentido, esta primeira parte trata de configurar uma imagem mais geral do que se convencionou chamar, a partir dos anos 1980, de “moderna historiografia brasileira”.

A segunda parte da tese busca pensar como as discussões de ordem teórica e metodológica produzidas e circuladas a partir da Revista Estudos Históricos e da Revista Anos 90 no final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990 e 2000, possibilitaram a emergência de uma nova área de pesquisa, a história da historiografia, e como esta participa e se coloca como um dos principais lugares de disputa, discussão, avaliação e definição do saber histórico no país, buscando dizer e validar, a partir de bases epistemológicas, muitas vezes de cunho normativo e prescritivo, o que era o ofício do historiador e, sobretudo, o produto deste fazer, a escrita da história. Defendo nesta parte da tese que a partir dos anos 1990 a crítica historiográfica e, posteriormente, o que chamamos hoje de história da historiografia se transformaram em áreas centrais a partir das quais se começou a pensar e a formatar uma dada noção de historiografia brasileira profissional, acadêmica configurando-lhe um tempo (uma memória) e um lugar (uma geografia) a partir da historicização de suas práticas e discursos.

Portanto, a tese trata de pensar como foi possível a invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica a partir dos anos 1980, e como ela foi

---

(PPGH/UFRGS), Prof. Doutorando Elton John Silva Farias (PPGH/USP), Prof. Dr. Evandro Santos (CERES, UFRN), Prof. Dr. Rodrigo Perez (UFBA), Prof. Doutorando Renato Freire (PPGH/UFPE) e ao amigo e também membro do fórum Prof. Dr. Pablo Spindola (PPGH/UFFRJ). Suas contribuições foram fundamentais para o trabalho ora apresentado.

sendo definida, pensada e disputada pelos historiadores brasileiros ao longo das últimas três décadas.

Para finalizar quero fazer duas ressalvas. A primeira diz respeito a alguns silêncios desta tese. O mais significativo será a ausência de uma discussão mais elaborada e recortada a partir dos atuais estudos de história da historiografia, principalmente com a rede intelectual que orbita a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia – SBTHH e a Revista de História da Historiografia – RHH, mas também com as discussões circuladas na Revista de Teoria da História da Universidade Federal de Goiás – UFG, que hoje, sem dúvida, são dois dos espaços de discussão dos mais qualificados quando se trata de pensar a teoria da história e a história da historiografia no Brasil. Esta discussão não aparece nesta tese por alguns motivos: o primeiro é porque entendo que tais redes e os debates por ela estabelecidos fazem parte deste processo mais geral de configuração da assim chamada historiografia brasileira, só que com algumas particularidades e como fruto de condições históricas de possibilidade diversas das recortadas para a análise nesta tese. Explico, a história da historiografia como praticada hoje, em especial por estas redes intelectuais e institucionais configuram uma área de saber com dada especificidade dentro da geografia disciplinar do saber histórico no Brasil que, muitas vezes, se arvora dizer e prescrever o que deve ser o campo, buscando atuar sobre ele definindo regras, procedimentos, estabelecendo lugares e, sobretudo, nomeando e inscrevendo modos de ser historiador e, sobretudo, delineando epistemologicamente o que é válido pensar como escrita da história no Brasil, em termos temáticos, conceituais, metodológicos e narrativos. Pensar toda esta reconfiguração dentro desta tese ficava descabido, pois ela implica uma outra tese e, portanto, um espaço bem maior de problematização. Para não ser superficial e genérico nesta abordagem, deixando de tratá-la com a profundidade analítica e o rigor que tais estudos merecem, preferi deixá-lo de fora deste trabalho. Mesmo sabendo que é um silêncio grave.

Recusei, inclusive, usar boa parte desta produção que foi circulada na RHH e na RTH e que buscou pensar a história da historiografia no Brasil, pois entendo que não seria metodologicamente correto na análise dos textos e do *corpus* documental recortado para esta tese. Pois entendo, com João Munhoz Ohara, que:

> Há uma ligação próxima entre a cristalização de um determinado conceito de “historiografia” e o processo de institucionalização da história enquanto disciplina universitária no Brasil... o conceito de historiografia passaria a designar, pelo menos a partir de meados do século XX, a história produzida para e por profissionais formados, diplomados – a história acadêmica, profissionalizada. Assim, parece-me, o conceito de historiografia seria um índice de autonomia de um determinado campo intelectual – seus próprios integrantes produzindo os critérios de validação para entrada e posicionamento de novos elementos. Seria, de uma outra perspectiva, evidência de um conjunto de regras procedimentais dedicadas a delinear, dar forma, bem como regular e configurar uma determinada modalidade discursiva cujo funcionamento estabelece que apenas um grupo de iniciados pode falar do passado – ou que, ao menos, os “estrangeiros” devam se curvar aos critérios pretensamente universais, atemporais, ou racionais de validação do discurso [histórico]. (OHARA, 2017, p. 22)

Acredito que é exatamente esse papel que a rede intelectual que orbita a SBTHH e a Revista História da Historiografia tem assumido recentemente, sobretudo no tocante a tentativa de, ao fazer a história da história, normatizar e regular aquilo que chamamos de historiografia brasileira à medida que se apontaria os caminhos percorridos ao longo de uma dada temporalidade e num dado espaço para se chegar ao atual estágio da disciplina. Claro que há nuances neste grupo que precisam ser explicitadas e pensadas, e é exatamente por isso também que decidi não trazer esta discussão para esta tese. Assim como não achei justo aplicar as avaliações e discussões produzidas a partir destes estudos para pensar o seu momento inicial de emergência. Isso poderia fazer com que eu transformasse um dos objetos de minha tese em instrumento de análise dele mesmo. Não que isso não seja possível, mas seria infrutífero para os propósitos aqui delineados, sobretudo no tocante ao fato que a história da historiografia como praticada hoje é uma das principais responsáveis não só por pensar a memória disciplinar do saber histórico no Brasil, mas também por instituí-la à medida que institui uma memória para si e tenta inserir-se em um lugar privilegiado da geografia disciplinar deste saber. Mais uma vez pensando com Ohara e “lembrando Certeau, o conceito de historiografia seria evidência também de uma configuração muito específica do lugar social de produção do discurso histórico, delimitando uma profissão, impondo condições de ingresso, tornando ‘possíveis certas pesquisas por conta de conjunturas e de problemáticas comuns’, interditando tantas outras possibilidades” (OHARA, 2017, p. 22). Portanto, dadas estas circunstâncias, tal discussão ficará para um outro momento e trabalho.

A segunda ressalva diz respeito a estrutura da tese e o modo narrativo que escolhi. A estrutura não segue um padrão, uma regularidade de um tópico para outro ou até mesmo de uma seção para outra. Há seções maiores, outras menores, tópicos curtos e outros um pouco mais longos. Deixei desta maneira, de forma consciente, para apontar como cada discussão tem densidades e efeitos de duração distintos. Isso não significa, necessariamente, uma hierarquia de importância entre estas seções e subseções, mas apenas como estas discussões se apresentam em cena, como elas entram e saem de foco, como elas aparecem e reaparecem ao longo de um dado período. Quanto ao modelo narrativo adotado, optei pela montagem de um quadro descritivo alinhado a análise arqueológica dos discursos, muito embora tenha momentos que procuro mesclar estas duas formas de narrar, sobretudo na segunda parte da tese, dedicada a escrutinar os debates teóricos, metodológicos e epistemológicos que configuram a crítica historiográfica e a história da história no Brasil.

Feitas estas considerações introdutórias convido-os a leitura. Vamos a tese!!!

PARTE I:

A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA EM REVISTA: GEOGRAFIA E MEMÓRIA DISCIPLINAR, DEBATES TEÓRICOS; UMA ABORDAGEM A PARTIR DA REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA – RBH.

2 O LUGAR SOCIAL DE PRODUÇÃO DA RBH

2.1 LUGARES INSTITUCIONAIS: A RBH e a ANPUH

Esta subseção tem por objetivo historiar a produção historiográfica brasileira a partir das páginas da principal revista direcionada a comunidade de historiadores do país, a Revista Brasileira de História – RBH[4]. Buscando pensar a partir de qual lugar social a RBH é produzida, editada e circulada. Para tanto, historiaremos as condições históricas e institucionais de criação e produção da Revista no início dos anos 1980 em meio aos debates, conflitos e tensões institucionais que perpassavam e constituíam, à época, a Associação Nacional de História – ANPUH. Procurando, a partir da RBH, contornar qua(is)l image(ns)m da historiografia brasileira são configuradas a partir daquele período.

A RBH alcançou no ano de 2016 a sua edição de número 70 em 35 anos de circulação, com cerca de quase mil artigos publicados ao longo destes anos, além de resenhas, entrevistas e a publicação de documentos. Não só por estes motivos – longevidade, continuidade, perenidade, quantidade e qualidade das publicações – se torna notória a importância da revista para a comunidade de historiadores brasileiros, tanto é que, antes mesmo de chegar a esta marca, no ano de 2011 quando da publicação do número 62, e na comemoração dos 30 anos da revista, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES faz o seguinte reconhecimento:

> No segundo semestre de 2011 atingimos um novo marco importante. Com o objetivo de ampliar a internacionalização da produção acadêmica brasileira, a Capes decidiu apoiar dois periódicos por área, ao longo de cinco anos, com a intenção de convertê-los em referências. Em nossa área optou-se por edital interno em que poderiam concorrer todas as revistas classificadas entre Qualis A1 e B2. Responderam ao convite 12 revistas, então avaliadas por um comitê escolhido especificamente para esse fim. Entre as duas selecionadas, a Revista Brasileira de História foi escolhida por unanimidade. Essa aprovação não só representa o reconhecimento da importância do papel da RBH e da Anpuh (sic), mas também nos permitirá alcançar um novo patamar, podendo ampliar o número de

[4] A partir deste momento quando nos referirmos a Revista Brasileira de História utilizaremos apenas a sigla RBH.

> artigos publicados, produzir a edição trilíngue – em espanhol e inglês – e alcançar uma maior interação com a comunidade internacional de historiadores. (FERREIRA, 2011, p. 08)[5]

A escolha da RBH, por unanimidade, por uma das principais instituições de fomento e avaliação da pesquisa e da produção científica no país, a CAPES, parece atestar não só a importância da RBH para a área da produção do conhecimento histórico no país, como reconhecer também o papel institucional que ela representa na definição desta área desde a publicação do seu primeiro número nos idos de 1981. No entanto, nos caminhos de constituição da RBH como revista de referência para a comunidade de historiadores brasileiros nem tudo são flores, muito menos tal percurso foi palmilhado por elas. A produção da revista se defrontou e se defronta com inúmeros conflitos, tensões e debates no intuito de se construir como um espelho da historiografia brasileira e como uma referência para a mesma. Algumas destas dificuldades são atestadas e apontadas por um de seus últimos editores, o historiador da UFBA Antonio Luigi Negro[6], em um dos números publicados, o 70:

> "Penso que, na Itália, os historiadores especializaram muito as suas leituras, no sentido de ler apenas historiadores, e frequentemente historiadores italianos", afirmou Giovanni Levi em uma entrevista. Estrategicamente, nosso caminho passa pelo enfrentamento dessa intrincada questão. A História não pode se fartar apenas consigo mesma nem tampouco se limitar a confins estreitos. Falta de diversidade e ensimesmamento não fazem bem a ninguém. Em acréscimo, outras balizas demarcam os caminhos. A pesquisa, por exemplo, pode ser motivo apenas de grupos pequenos. Mas a revista não prescinde de amplos coletivos. E aqui não cabe escolher um em detrimento do outro. Decerto, cumpre ponderar que pesquisadores necessitam, por várias razões, vir a público para expor resultados de sua atividade investigativa, submetendo-os ao teste da recepção pelos pares (algo que já começa na avaliação de pareceristas, às cegas). Em paralelo, é fácil perceber que o público atraído pela História é amplo e diversificado, além de marcantemente jovem, assim como o são os congressos organizados pela Anpuh (sic) nos estados e em nível nacional.

---

[5] A historiadora Marieta de Moraes Ferreira é professora da UFRJ desde 1986, pesquisadora do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Fez toda a sua formação – mestrado e doutorado – na Universidade Federal Fluminense – UFF nos finais dos anos 1970 (mestrado) e ao longo dos anos 1980 (doutorado) sob orientação da professora Ismênia de Lima Martins. Cf. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783207E6, acesso em 22 de fevereiro de 2016 as 00:01.

[6] O historiador Antonio Luigi Negro é professor da UFBA desde o ano de 2002, tendo feito a sua graduação na UFF e o mestrado e doutorado na UNICAMP ao longo dos anos 1990, sob orientação do prof. Michael Hall. Cf. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782390E0 acesso em 22 de fevereiro de 2016 as 00:08 h.

> Sendo o Brasil um país multiétnico e continental (não é à toa que foi chamado de império), uma revista almejar expressá-lo em sua pluralidade já é, a rigor, uma ambição hercúlea. Não deixa, pois, de causar certa reação o parecer do CNPq que lamenta ter a RBH uma "inserção internacional" de amplitude "limitada". Em outras palavras, em tempos de vacas magras, parece que nos atribuíram a lida de tirar leite de pedra.
> De olho no crescimento da pós-graduação em todo o país, a Anpuh (sic) e a RBH visam atender essa variedade, observando, a propósito, que as centenas de milhares de vezes que os artigos mais acessados são clicados – ou lidos – não correspondem a um número proporcional de citações SciELO. São usos diferentes do conhecimento científico, e estamos felizes de ver a revista apropriada de diversos jeitos nas mais de 7 milhões de vezes a que teve seus artigos consultados pela cidadania curiosa, ou ávida, de História. (NEGRO, 2015. p. 09-10).

A apresentação de Negro ao número 70 da RBH permite-me apontar e balizar algumas questões a partir das quais pretendo perscrutar, problematizar e historiar a produção circulada na revista, suas relações institucionais e políticas; enfim, o lugar social que a (in)forma. A primeira questão é a relação da revista e da produção aí circulada não só com a recepção dos pares; mas, sobretudo, com um público mais amplo, bem como a vulgarização do conhecimento histórico no país, seja através do ensino, seja através de publicações em periódicos ou em livros demandados pelo público "curioso" ou "avido" por "História". E eu acrescentaria também pelos meios de comunicação de massa e pelas editoras comerciais. Minha intenção, neste sentido, não é ponderar ou pesquisar como se deu esta recepção, mas problematizar e historiar como este debate foi travado no interior da revista e pelos historiadores que estiveram à frente de sua publicação e circulação ao longo dos anos. E neste aspecto me parece ser inevitável – óbvio dizer – estabelecer as relações institucionais da revista com a Associação Nacional de História – ANPUH. Pensar, sobretudo, como a RBH foi sendo construída em meio aos embates políticos e institucionais que forjaram e forjam a principal associação de historiadores do país.

Uma segunda questão apontada no texto de Negro e que pretendo historiar é até que ponto a RBH contempla, representa e expressa a pluralidade da produção historiográfica brasileira, dando vazão a sua diversidade diante da ampliação constante, em todo o país, dos programas de pós-graduação em história, desde os anos de 1980? Colocando a questão de uma outra maneira: busco pensar como foi produzida na e pelas páginas da RBH esta suposta pluralidade e diversidade da produção historiográfica nacional ou se é esta imagem que se pode configurar a partir

das páginas da revista. Ao longo deste capítulo outras questões somar-se-ão a estas. Contudo, as duas questões acima apontadas, permite-me, neste momento, iniciar a fazer uma história da revista para poder estabelecer o seu lugar social de produção.

No ano de comemoração do aniversário de 30 anos da RBH e de 50 anos da ANPUH, na apresentação do número 61 – Dossiê: Comemorações de janeiro/junho de 2011, a editora da revista, a historiadora Marieta de Moraes Ferreira sintetiza a história da Associação e dos objetivos da revista, quando de seu lançamento em 1981, da seguinte maneira:

> Neste ano de 2011 a Anpuh (sic) está completando meio século, e a Revista Brasileira de História, 30 anos. Criada em 1961, por ocasião da realização do I Encontro de Professores Universitários de História, em Marília, com o objetivo de promover um intercâmbio entre os professores e as universidades, desde as suas origens a Anpuh (sic) se constituiu em um padrão para os seus congêneres nas demais faculdades de filosofia que estavam sendo criadas no país. Igualmente importantes para serem lembradas foram as lutas travadas no âmbito da Anpuh (sic) pela melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa histórica, bem como pela defesa dos princípios democráticos e contra o arbítrio e a repressão ao longo das décadas de 1960 e 1970. A recuperação de sua trajetória é uma contribuição importante para a compreensão da formação do campo da História como disciplina universitária e para a própria história das instituições de ensino e pesquisa no Brasil.
> Em 1981 foi lançado o primeiro número da Revista Brasileira de História, com o objetivo de se constituir em um canal de divulgação da produção dos professores e historiadores brasileiros. Criada com o intuito inicial de suprir o vazio deixado pelo fim da publicação dos Anais dos Simpósios da Anpuh (sic), que até 1978 divulgaram os trabalhos ali apresentados, a Revista Brasileira de História veio ao encontro das conquistas no campo científico e da necessidade de sua divulgação. (FERREIRA. Apresentação. RBH, Nº 61, 2011, p. 07)

A síntese feita por Ferreira naturaliza a história da ANPUH, por mais que a autora aponte para os debates e tensões estabelecidas na construção desta história. Na verdade, estes debates e tensões são exteriores a constituição da ANPUH enquanto instituição, são debates e tensões dos quais a Associação participou enquanto tal. E o que me interessa aqui são os debates e tensões internos a constituição da própria instituição, muito embora uma coisa não esteja desvinculada da outra. Da mesma maneira Ferreira o faz em relação a criação da RBH, colocando seu lançamento em 1981 como sendo produto da necessidade de “um canal de divulgação da produção dos professores e historiadores brasileiros”. Sendo criada, portanto, “com o intuito inicial de suprir o vazio deixado pelo fim da publicação dos

Anais dos Simpósios da Anpuh, que até 1978 divulgaram os trabalhos ali apresentados". Desta forma, de acordo com Ferreira, "a Revista Brasileira de História veio ao encontro das conquistas no campo científico e da necessidade de sua divulgação". Aqui parece não haver a mão dura da necessidade jogando com os dados do acaso. Há apenas o estabelecimento de uma continuidade necessária entre a produção "científica" que se ampliava no universo acadêmico das pós-graduações e a criação da revista, com esta sendo uma resultante natural daquela. Em grande medida Ferreira reproduz o discurso da primeira editora da revista, a historiadora Alice Piffer Canabrava[7], a época da criação da RBH[8] também presidente da ANPUH. Então vejamos como Canabrava se reporta a RBH na apresentação do lançamento de seu primeiro número:

> Parece-nos auspicioso o lançamento da **Revista Brasileira de História**, no aniversário comemorativo de vinte anos de fundação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). Duas décadas de existência que registraram a consolidação e a expansão, o que vale dizer, o sucesso da entidade.
> A **Revista Brasileira de História** pretende suprir o vazio criado, desde que se interrompeu a sequência daquela publicação, [os anais dos nove Simpósios, de 1961 a 1997]. Vem de encontro, prioritariamente,

[7] A historiadora Alice Piffer Canabrava foi presidente da ANPUH no biênio 1979-1981 e exerceu a função de editora da RBH no biênio 1981-1983 na presidência de José Ribeiro Júnior a frente da Associação. Alice Canabrava tem sua formação como historiadora no contexto de criação da FFCL-USP no final dos anos 1930 e nos anos 1940. Tem sua tese de doutorado defendida em 1942 sob a orientação do historiador francês Jean Gagé, substituto de Fernand Braudel, na segunda missão francesa na USP. A este respeito ver RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Ouro Preto. Nº 11, 2013, pp. 85-103.

[8] A historiadora Raquel Glezer historia, oficialmente, a criação da RBH da seguinte maneira: "No dia 08 de agosto de 1980 realizou-se a Rua Macapá, 29, São Paulo, residência do Presidente, às 13:00 h. (sic) a reunião da Diretoria e Conselho Consultivo da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), convocada especialmente para discutir os problemas referentes ao lançamento de um periódico, como órgão oficial da Associação. Compareceram a esta reunião: Prof. Dra. Alice Piffer Canabrava, Presidente da ANPUH; Prof. Rosa Maria G. Silveira, representando o Prof. Silvio Frank Alem, Vice-Presidente da ANPUH, Prof. Dr. Flávio Azevedo Marques Saes, 2º secretário da ANPUH, Prof. Caio C. Boschi, 1º Tesoureiro da ANPUH, Prof. Dr. Fernando Novais, do Conselho Consultivo da ANPUH, Prof. Rui C. Wachowicz, do Conselho Consultivo da ANPUH e Profª Drª Raquel Glezer, secretária do Núcleo Regional de São Paulo. A Presidente da ANPUH historiou suas sugestões para obter a verba destinada à publicação de um periódico, como órgão oficial da entidade. Para liberar as verbas será necessário apresentar um orçamento que foi solicitado ao Prof. Dr. Antonio Guimarães Ferri, Diretor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, em cuja gráfica será impresso o periódico, pelo menos nesta fase inicial. Confirmou que pretende apresentar pelo menos o nº 1 no XIº (sic) Simpósio, a ser realizado em João Pessoa, na Paraíba, em julho de 1981, data comemorativa do 20º aniversário de fundação. No decorrer do debate sobre o periódico discutiu-se a parte prática da edição, a saber: de uma lista de nomes sugeridos para título da publicação escolheu-se **Revista Brasileira de História**, órgão da ANPUH; com periodicidade de dois números anuais, de cerca de 200 páginas". In: GLAZER, Raquel. A fundação da Revista. **Revista Brasileira de História**. Órgão da Associação Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH. São Paulo, março de 1981.

> às exigências legítimas que envolvem as conquistas no campo científico, quanto à divulgação das mesmas.
> Estamos conscientes das enormes dificuldades que envolvem a permanência e a regularidade de um periódico destinado a um público especializado. De modo geral, as publicações deste gênero, em nosso país, puderam cimentar-se como parte da obra de divulgação de entidades oficiais ou daquelas beneficiadas pelo amparo governamental. Nossa agremiação floresceu nestes últimos vinte anos sem concurso de verbas oficiais, estribada apenas na contribuição do professor participante dos conclaves e no apoio das universidades que os patrocinam.
> O descortínio de novos horizontes que levaram a novas iniciativas, sempre despertaram (sic) o revigoramento fecundo da colaboração associativa. Temos confiança que, com este espírito, a nossa **Revista** poderá afrontar, sem receio, os anos futuros. (CANABRAVA. RBH, Nº 01, 1981, p. 1 e 9)

Como podemos observar, o discurso de Ferreira adere ao de Canabrava e o toma como expressão ou marco fundador da revista. Discursos estes também muito próximos ao produzido, institucionalmente, por Raquel Glezer[9] conforme é possível observar na nota Nº 5, para dar conta do ato inaugural da RBH. No entanto, estes discursos fundacionais, produzidos a época e 30 anos depois, parecem esconder ou silenciar as tensões e as disputas internas a ANPUH que levaram não só a criação da Revista, no marco de comemoração dos 20 anos da Associação – aliás, a partir destes discursos fundacionais a RBH parece ter sido pensada também como um prêmio ou presente de aniversário pelas comemorações em torno dos 20 anos da entidade –; mas, também, a uma sensível reestruturação da própria Associação. Tensões e disputas estas que vinham se processando desde o ano de 1977, quando da realização do Simpósio Nacional de História de Florianópolis, como parece atestar a professora e historiadora Déa Ribeiro Fenelón em entrevista concedida a Ilka Miglio, doutora em educação pela UNICAMP, no ano de 2005 e publicada nos Cadernos do CEOM no ano de 2008. Nessa entrevista Fenelón destaca o debate e o conflito gerado pela colocação em assembleia da proposta de incorporação dos professores de História de 1º e 2º graus – hoje ensino fundamental e médio – como sócios da Associação, com direito a voz e voto. Déa descreve tal evento da seguinte maneira:

---

[9] A historiadora Raquel Glazer é professora da Universidade de São Paulo – USP desde 1971, quando era professora assistente de ensino. Sua formação ocorre também na USP, ao longo dos anos 1970, sob a orientação da historiadora Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. Glazer também teve atuação destacada na ANPUH, sendo Secretária Geral por três vezes consecutivas (biênios: 1981-1983, 1983-1985 e 1985-1987), Presidente no biênio 1987-1989 e Vice-presidente no biênio 2009-2011. Cf. https://uspdigital.usp.br/tycho/CurriculoLattesMostrar?codpub=D7A0A8FC88AD, Acessado em 22 de fevereiro de 2016, as 02:33 h.

> Era muito pelo lado de que a Associação era uma associação científica, de conhecimentos, de produção e apresentação de trabalhos e era uma coisa dos historiadores. Fazia-se muito essa diferença. E o professor ainda estava numa fase que não produzia, que não era um pesquisador e etc. E, por outro lado, havia uma reação também grande...Essa foi assim... A professora Cecília Westphalen, que é uma das primeiras presidentes da Associação, rasgou o estatuto e falou que a gente ia destruir a Anpuh. Para não substituir a sigla, nós chamamos de profissionais da História. E aí, isso deu uma reação porque cheirava a sindicalismo. O nome não agradou, as pessoas achavam que Associação de Profissionais de História parecia um sindicato, parecia uma associação de classe. E na verdade isso nos custou bastante voto, uma discussão bastante complicada. E custou até a saída de algumas pessoas da Associação para ir para a SBPH. Muito nesta base da reação de que não ia mais ser um espaço científico, de apresentação de trabalho, de conhecimento, porque vinha essa turma de professores... A incorporação dos professores de 1º e 2º graus é um traço, é um momento de divisão da vida da Anpuh porque forçou, não tenho dúvida, uma discussão sobre o que era a Associação, o que é que a gente queria, porque os professores podiam vir assistir e não podiam apresentar trabalho, não podiam discutir os seus problemas. (MIGLIO, 2008, p.285)

A fala de Déa Fenelón explicita de forma muito clara um dos principais debates e conflitos internos a ANPUH, na virada da década de 1970: a incorporação dos professores de 1º e 2º graus nos quadros de sócios efetivos da Associação, com direito a voz e voto. Este problema explicita um outro, mais profundo e, ao que me parece, muito próximo ao entendimento corrente a época no Brasil do que era uma disciplina científica. A fala acima explicita o desconforto de alguns membros da ANPUH, em destaque a historiadora paranaense Cecília Westphalen, à incorporação dos professores de 1º e 2º graus a uma instituição que se queria científica. Justificar a não aceitação deste grupo sob o argumento da ameaça ao discurso científico parecia significar duas coisas: primeiro, a História Científica seria distinta da história ensinada, portanto avessa ou reacionária a sua vulgarização e socialização para um público leitor “ávido” por história. Segundo, e também atrelado a este primeiro significado, a persistência do mito positivista de uma ciência pura e neutra, afastada das demandas sociais e políticas de seu tempo. A ciência não poderia se lambuzar no social e, sobretudo, no político. Esta visão parecia estar corroborada nos estatutos da ANPUH de 1961 e ainda bastante presente nos finais dos anos 1970 e 1980, como se pode evidenciar a partir de outra passagem do discurso de apresentação feito por Canabrava ao primeiro número da RBH, vejamos:

> À luz desses condicionamentos pode-se compreender melhor as diretrizes que vêm marcando o movimento associativo dos professores universitários de História e lhe conferiram um padrão especial e talvez único ao tempo de sua criação em 1961. Atribuiu como objetivos seus, o aperfeiçoamento do ensino da História em nível superior, a pesquisa e a divulgação dos assuntos com respeito à História em nível superior, a pesquisa e a divulgação dos assuntos com respeito à História e a defesa das fontes e manifestações culturais de interesse para esses estudos, conforme estatutos. Ainda que alguns desses objetivos não sejam inovadores nem exclusivos, pois de certo modo são presentes, se não no texto pelo menos no espírito de outras entidades, há algo implícito que deu dimensão nova ao agrupamento: a História é entendida como ciência, reclama formação e treinamento específicos, apanágio dos professores universitários de História. Esta convicção têm o sentido de uma bandeira desfraldada, a conduzir as campanhas e atividade normal da entidade. (CANABRAVA, 1981, 05).

Portanto, para a reação, como pontuou Déa Fenelón, uma instituição que se queria e se pensava científica não poderia "cheira[r] a sindicalismo". "O nome não agrard[ava], [pois], as pessoas achavam que Associação de Profissionais de História parecia um sindicato, parecia uma associação de classe". Assim, a entrada de professores, que não os universitários, na ANPUH parecia ser visto por alguns de seus membros como uma mácula e uma ameaça a história como ciência. E isto provocou, como aponta Déa, um cisma dentro da ANPUH, com a criação de outra associação e saída dos professores descontentes para formarem a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH[10], como vai ser apontado também pela historiadora Maria do Carmo Martins:

> No IX Simpósio Nacional de História que ocorreu em Florianópolis (SC), em 1977, alunos de pós-graduação, professores do ensino fundamental e professores universitários favoráveis à "abertura" da ANPUH manifestaram-se, exigindo reformas nos estatutos e a participação, em condições de igualdade nos eventos científicos, dos

[10] Segundo os historiadores Carlos Fico e Ronald Polito "A Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), criada em 1980, objetivava reunir 'um número cada vez maior daqueles que efetivamente se dedicam à pesquisa histórica, sem se deixarem envolver por um espírito rotineiro que muitas vezes uma docência pouco gratificante, devido a massificação das Universidades, acaba criando'. (SILVA, Anais da I Reunião SBPH, 1982, p. 07). Entidade, portanto, sem um recorte temático específico, do gênero das associações que reúnem categorias profissionais, de certo modo concorre com a ANPUH, cuja reestruturação, em fins dos anos 70, provocou uma cisão da qual surgiu a SBPH. Os motivos desta cisão nunca foram bem explicados. A entidade realizou pelo menos seis reuniões". (FICO e POLITO, 1992, p. 89). Isto aponta para a cientificidade como uma virtude epistêmica fundamental para se pesar o conhecimento histórico por àqueles historiadores, e como ela parecia não está vinculada à docência, portanto, ao ensino, e ser pensada apenas como prerrogativa da pesquisa e de seu produto, a escrita da história.

> dois grupos de historiadores, que apesar de serem profissionais da História, eram excluídos de atuar na Associação. Tratava-se de incluir, no rol de associados, os estudantes de pós-graduação e os professores de 1º e 2º graus. Professores universitários contrários a essa incorporação de novos membros romperam com a Associação, afastaram-se dela (não sem antes declarar seu repúdio ao "desrespeito" que foi cometido aos estatutos de 1961) e criaram a Sociedade Brasileira de Pesquisa de História (SBPH).
> Até 1981, tal cisão ainda rendia situações explícitas de confronto. Temia-se que a ANPUH perdesse sua maior característica de até então: a de ser uma associação científica, pouco articulada com movimentos sociais. Quando, em 1981, no XI Simpósio Nacional de História, ocorrido em João Pessoa (PB), os estatutos reformulados foram apresentados à Assembleia Geral, a discussão do papel político da Associação foi objeto de discussão, conforme relatado em ata. (MARTINS *apud* OLIVEIRA, 2003, p. 47-8)

Portanto, como pudemos observar, a conjuntura de finais dos anos 1970 e início dos anos 1980, do ponto de vista da constituição interna, foi bastante conturbada e conflituosa para a ANPUH. Pois, confrontada com demandas sociais e políticas que buscavam não só flexibilizar, mas, sobretudo, romper com os limites institucionais impostos pelo estatuto de 1961 que vedava a participação de alunos de graduação e pós-graduação, bem como de professores primários e secundaristas não só como apresentadores de trabalhos, assim também como participantes com direito a fala, voz e voto nos Simpósios organizados pela Associação. Como afirma a historiadora Margarida Maria Dias de Oliveira "a partir de 1977, é posta a discussão e, nos Simpósios seguintes (Niterói, em 1979, e João Pessoa em 1981), consolidaram-se todas as ações necessárias para incluir no quadro de sócios da entidade professores dos outros níveis de ensino, além de professores universitários". (OLIVEIRA, 2003, p. 48). Decorrente também destes debates e conflitos a ANPUH teve seu nome alterado e passou a ser a "Associação Nacional de História, embora conservando a sigla pela sua representatividade e legitimidade junto à comunidade acadêmica", ampliando, também, "suas preocupações com o ensino" de História nos níveis primário e secundário. (OLIVEIRA, 2003, p. 52)

Este debate explicita uma questão fundamental: como, naquele período, havia entre os historiadores uma divisão social do trabalho intelectual na produção e circulação do conhecimento histórico, ou seja, uma clivagem entre os que produziam conhecimento (o cientista, pesquisador: o profissional de história) e àqueles que supostamente só o reproduziam e vulgarizavam (os professores de história). Há um claro incômodo, por parte dos historiadores acadêmicos, profissionais, ditos

“cientistas” da história, de finais dos anos 1970 e início dos 1980, em se verem misturados com seus “primos pobres”, os professores de 1º e 2º graus. Estes eram vistos como profissionais de outra categoria, atendendo a outro recorte na divisão social do trabalho intelectual na seara histórica. A reação à entrada destes últimos na ANPUH parecia significar a reafirmação de um dado lugar de historiador: a universidade e os cursos superiores de história, e de uma dada identidade de historiador: a do pesquisador, professor universitário, cientista da história.

Recuperando este debate e estes eventos na conferência de abertura do XXVII Simpósio Nacional de História, realizado na cidade de Natal – RN, no ano de 2013, que tinha como tema “Conhecimento Histórico e Diálogo Social”, o então presidente da ANPUH, o historiador Benito Bisso Schimidt[11], procurava pensar, mais uma vez

> Os desafios do profissional de História no Brasil na atualidade, especialmente no que diz respeito a seus diálogos com outros grupos sociais, enfatizando três facetas dessas interlocuções nas quais a Anpuh esteve bastante envolvida nos últimos anos: o ensino de História, relação dos historiadores com as comissões da verdade e a atuação desses profissionais em espaços voltados à preservação, organização e disponibilização ao público do patrimônio histórico. (SCMIMIDT, RBH, Nº 67, 2014, p. 325)

Assim, mais uma vez, a Associação, através da fala de seu presidente, se colocava diante das mesmas questões presentes nos finais dos anos 1970 e início dos anos 1980. O da vulgarização e socialização do conhecimento Histórico para além dos muros acadêmicos e da apreciação dos pares. E neste interim vem à baila, mais uma vez, a questão do ensino de História. Desta vez recuperada a partir das demandas sociais do presente por narrativas sobre o passado como, por exemplo, as lutas por reparação de crimes contra a humanidade, como os praticados pela Ditadura Civil-Militar no Brasil. E para dar conta deste debate Schmidt recupera para pensar esta questão o depoimento concedido por Déa Fenelón a Ilka Miglio. No entanto, a apropriação que Schmidt faz desta fala é bastante sintomática de como a ANPUH se

[11] O historiador Benito Bisso Schimidt foi Presidente da ANPUH no biênio 2011-2013. É professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS desde 1994. Fez o mestrado também na UFRGS sob orientação da historiadora Silvia Regina Petersen e o doutorado na UNICAMP, sob orientação do historiador Claúdio Henrique de Moraes Batalha nos finais dos anos 1990 e início dos 2000.Cf.https://lattes.ufrgs.br/servlet/jpkFltGeral.cFltVisualizador?&pTipoIdentif=2&pTipoRelat=1&pSearch=I3VmcmdzI2NwZCM0MjQxNDUwNDA3MiN1ZnJncyNjcGQj&pCodOrigemCur=1 Acesso em 22 de fevereiro de 2016, as 18:55.

pensa como instituição em permanente construção, mas, ao que parece, a partir de uma memória infensa ou não atravessada por conflitos e disputas políticas internas. Vejamos como Schmidt recorta a fala de Fenelón:

> Era muito pelo lado de que a Associação era uma associação científica, de conhecimentos, de produção e apresentação de trabalhos e era uma coisa dos historiadores. Fazia-se muito essa diferença. E o professor ainda estava numa fase que não produzia, que não era um pesquisador e etc. E, por outro lado, havia uma reação também grande... [Uma professora que havia sido presidente da Associação] rasgou o estatuto e falou que a gente ia destruir a Anpuh ... E custou até a saída de algumas pessoas da Associação para ir para a SBPH. Muito nesta base da reação de que não ia mais ser um espaço científico, de apresentação de trabalho, de conhecimento, porque vinha essa turma de professores... A incorporação dos professores de 1º e 2º graus é um traço, é um momento de divisão da vida da Anpuh porque forçou, não tenho dúvida, uma discussão sobre o que era a Associação, o que é que a gente queria, porque os professores podiam vir assistir e não podiam apresentar trabalho, não podiam discutir os seus problemas. (MIGLIO, 2008, p. 285)

Schmidt silencia e recorta da fala de Fenelón justamente naquelas passagens que explicitam o caráter político da instituição. Suprime a menção direta que Déa faz a Cecília Westphalen[12], colocando conscientemente em seu lugar o eufemismo “[Uma professora que havia sido presidente da Associação]”, apagando com isso as disputas internas à instituição, que envolviam não só a disputa por posições institucionais, mas, ao que parece, questões pessoais. Ao agenciar a citação de Fenelón, Benito Bisso Schmidt apaga também as passagens que expressam a razão de ser deste conflito: a relação que a ANPUH poderia vir a estabelecer não só com o mundo lá fora, mas com os grupos sociais sindicalizados, podendo, portanto, a Associação correr o risco de seguir o mesmo caminho, ou seja de torna-se uma congênere das associações de classe, dos sindicatos. O que prejudicaria o seu caráter científico. Caráter este que, como explicita Déa Fenelón, passava por disputas políticas internas, pela conquista ou perda de votos pelos diversos grupos que constituíam a instituição. Disputas em torno de concepções de mundo, de ciência, de

[12] Para um estudo mais aprofundado do percurso intelectual e profissional de Cecília Westphalen e as relações institucionais que a mesma estabeleceu tanto na ANPUH quanto na criação da SBPH ver: MACHADO, Daiane Vaiz. Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, Nº 22, dezembro 2016, pp. 134-151.

História e de como esta deveria ser praticada, circulada e socializada[13]. Nesta direção, os historiadores Carlos Fico e Ronald Polito no seu livro "A História no Brasil (1980-1989): Elementos para uma avaliação historiográfica" publicado em 1992, fazem uma crítica contundente a este tipo de postura explicitado por Schmidt recentemente, mas que parece ser uma marca da própria Associação desde a sua fundação e que era visível nos anos 1980, como apontam Fico e Polito. Vejamos:

> Desde o início a ANPUH foi possuída pela dúvida quanto à inclusão, ou não, em seus quadros, de historiadores que não fossem universitários. Se a restrição real com o tempo caiu, a nominal persiste até hoje. Neste sentido, também pode ser interessante, para quem se proponha uma "sociologia do conhecimento" em nossa área, analisar os "rachas" que, ao longo do tempo, foram se constituindo, isto é, historiadores que, pelas mais diversas razões, não quiseram pertencer aos quadros da ANPUH ou a olharam com desprezo. Os motivos destes conflitos, aliás, nunca ficaram ou ficam muito evidentes, numa tradição da área de evitar explicitar claramente as diferenças, discordâncias e divergências políticas, deixando que o silêncio ou as acusações mais ou menos veladas criem os limites dos subgrupos ou confrarias que, ao leigo ou ao indiferente, sempre sugerem como enigmáticos ou obscuros. Aspecto também interessante desta análise seria a consideração dos processos eleitorais para a escolha das diretorias, que sempre ocorrem durante os simpósios nacionais, e que se constituem num verdadeiro microcosmo da ojeriza nacional de nossas elites à explicitação das diferenças e de sua tendência à conciliação a todo custo. (FICO e POLITO, 1992, p. 87)

Além destes eventos e conflitos que contribuíram para uma viragem institucional na ANPUH, um outro acontecimento, trágico, também contribui para este clima de mudanças institucionais pelos quais passou a Associação nos finais dos anos 1970 e início dos anos 1980: a morte de Eurípedes Simões de Paula[14] em novembro

---

[13] A este respeito Daiane Vaiz Machado afirma: "Com a imagem de que a politização do discurso acadêmico que a ANPUH promovia prejudicava os resultados científicos da pesquisa, veiculou-se que esta havia se tornado um grande sindicato de pouco diálogo acadêmico. Em contrapartida, era possível acusar a SBPH de ser uma sociedade "conservadora/ reacionária", e, mesmo, negacionista de sua responsabilidade ética. Estas figuras de oposição, caricaturais e pouco explicativas, é certo, foram, no entanto, funcionais à época, como se observa na troca de correspondência de Westphalen com os sócios. Na formação destes dois grupos há um ideal de condução da disciplina, uma disputa disciplinar, pouco verbalizada, entre a formação de um perfil de historiador engajado no debate público e um tipo "unicamente" devoto ao "desenvolvimento da pesquisa histórica no Brasil" (WESTPHALEN, 11 nov. 1980), em uma acepção de que intervir não seria competência de quem faz ciência". (MACHADO, 2016, p. 144)

[14] Eurípedes Simões de Paula foi professor catedrático da USP. Recrutado pessoalmente por Fernand Braudel na primeira missão francesa que aportou em São Paulo para criar a USP e por de pé a FFCL da USP em 1934, Simões de Paula, com a partida de Braudel, assume a cátedra de História Antiga e Medieval em 1938, tendo Eduardo D'Oliveira França como seu assistente. Doutora-se em 1942, sob a supervisão de Jean Gagé, após a obrigatoriedade trazida pela federalização. Desde então, ao lado de Eduardo D'Oliveira França, Astrogildo Rodrigues de Mello e Pedro Moacyr Campos se

de 1977. Simões de Paula comandava a ANPUH “com mãos firmes” desde o congresso de Franca, realizado em 1965. Foram “doze anos ininterruptos no exercício da Presidência” interrompidos pelo trágico acidente de ônibus – um ônibus desgovernado o atropelou enquanto caminhava por uma das ruas de São Paulo – que o levaria a óbito, três dias depois, em um hospital paulista. A morte de Simões de Paula representou, por um lado, um duro golpe na estrutura hierárquica da ANPUH, que caminhava para a vitalicidade sob o seu comando, tal qual o sistema de cátedras na USP do qual havia sido um dos principais expoentes, senão o principal. Por outro, a sua morte possibilitou uma inflexão e a abertura para uma gestão mais democrática e plural, a partir do biênio 1979-1981, quando a Associação foi presidida ainda por um dos expoentes fundadores, vindo também dos quadros da USP, a Prof. Alice Piffer Canabrava[15]. Mas, de toda maneira, estavam abertas as portas da instituição para a sua refundação em novos marcos institucionais, mas não menos conflituosos e tensos.

A presidência de Simões de Paula a frente da ANPUH era a expressão de sua figura no meio universitário. Simões de Paula conduzia a Associação “ao seu feitio patriarcal, mobiliza[ndo] recursos que naturalmente convergiam para sua pessoa, como uma das figuras centrais da administração universitária e como antigo Mestre, ao qual estavam afetas algumas centenas de professores de História”. (PAULA, 1977, p. 07). Além disto, Simões de Paula foi o responsável direto pela edição, publicação e circulação dos Anais dos Simpósios da ANPUH. Ao longo dos seus 13 anos à frente da presidência, “a partir do volume de 1965, consagrado ao IIIº (sic) Simpósio realizado em Franca SP., o Prof. Eurípedes Simões de Paula empenhou-se em publicá-los regularmente.” (CANABRAVA, 1981, p. 09). Portanto, além de presidente vitalício e fundador da ANPUH, Simões de Paula era o editor e publicador dos Anais da entidade – instrumento responsável pelo registro e divulgação dos trabalhos da Associação entre os pares. E fazia isso com “mãos firmes”, de forma centralizadora e

---

constituem nos principais expoentes da hierarquia da 5º seção da FFFC-USP. Simões de Paula foi também sócio fundador e Presidente da ANPUH e fundador da Revista de História da USP. Para uma discussão mais aprofundada Cf. RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Ouro Preto, Nº 11, 2013, pp. 85-103. MESGRAVIS, Laima. O curso de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Nº 5, 1983, pp 87-118.

[15]Para um estudo da trajetória de Alice Canabrava ver: ERBERELI JR., Otávio. De preterida a preferida: considerações em torno da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, Nº 22, dezembro 2016, pp. 97-115.

“patriarcal” uma vez que “não compartilhava com pessoa alguma o trabalho de organizar os textos, corrigir provas, providenciar a apresentação material dos volumes. Acompanhava de muito perto a impressão, na Gráfica da Faculdade de Filosofia, com a assiduidade de múltiplas visitas cotidianas”. (PAULA, 1977, p. 07)

Paula também era fundador e editor de outro periódico bastante importante a época: A Revista de História da USP. Portanto, estavam ou passavam pelas suas mãos a editoração dos dois principais veículos de divulgação de pesquisas “científicas” na área de História daquele período. Um poder tamanho que a algum tempo vinha causando algum desconforto nos historiadores que não orbitavam em torno do seu mandarinato[16] e muito menos estavam ligados a historiografia escrita na USP. Desconforto este produzido pelas restrições e limitações a esta produção e sua publicação nestes veículos e, sobretudo, ao quase exclusivismo que a Revista de História dava aos historiadores da USP, afinal ela era a Revista de História da USP. Esta Revista sequer comportava ou acomodava a produção dos novos historiadores uspianos, sobretudo os recém doutorados e os doutorandos e mestrandos naquele período. Neste sentido, a morte acidental de Simões de Paula significou também a interrupção da publicação destes dois veículos, os Anais[17] e a Revista de História da USP[18]. Assim, os historiadores acadêmicos brasileiros, em especial os que orbitavam os círculos uspianos, à época se viram desprovidos de dois de seus principais veículos de circulação da produção historiográfica do país.

Vai ser, portanto, neste contexto de intensos debates, conflitos, tragédia e comemorações – do 20º aniversário da ANPUH – que será criada a Revista Brasileira de História – RBH, que tem seu primeiro número oficialmente lançado em 1981. Neste

---

[16] Conceito pensado a partir de Pierre Bourdieu. Estou significando-o da seguinte maneira: “os mandarins talvez nem sempre sejam irrepreensíveis, mas vistos coletivamente servem a um sistema admirável com dignidade, com grande sabedoria e manifestando uma idéia elevada de sua missão... e é, bem entendido, essa aliança de poder, saber e competência ideológica que define, em primeiro lugar, o mandarinato”. Cf. WILL, Pierre-Étienne. A distinção entre os mandarins. *In*: ROCHE, Daniel & BOUVERESSE, Jacques (Orgs). **La liberté par la connaissance. Pierre Bourdieu (1930-2002)**. Paris: Odile Jacob, 2004, 215-232.

[17] Ao longo da gestão de Simões de Paula a frente da ANPUH foi publicado 19 volumes dos *Anais*, sendo o último o do Simpósio de Florianópolis em 1977 e publicado já postumamente em 1979 quando do Simpósio de Niterói, sob a organização de Alice Piffer Canabrava. (FICO e POLITO, 1992, p. 64) e (CANABRAVA, RBH, Nº1, 1981, p. 9)

[18] Segundo os historiadores Carlos Fico e Ronald Polito “a *Revista de História* que, durante 27 anos, desde 1959, circulou com periodicidade bimestral. Em 1997, com a morte de seu editor, [Eurípedes Simões de Paula], sua produção foi interrompida. Doada ao Departamento de História da USP, entrou em nova fase e, finalmente, em 1983, voltou a circular com periodicidade semestral, ao menos prevista. Infelizmente, a partir do número 119 esta periodicidade foi interrompida. Nos anos 80, portanto, formam publicados apenas 6 números”. (FICO e POLITO, 1992, p. 64)

sentido, a criação da RBH parecia atender não apenas a necessidade de suprir “às exigências legítimas que envolvem as conquistas no campo científico, quanto à divulgação das mesmas” e o vazio deixado pela interrupção da publicação dos Anais. Parecia ser a resposta da ANPUH a questão colocada pelas discussões do Simpósio de 1977 sobre a ampliação dos quadros da Associação e, sobretudo, a necessidade de ampliação, para além dos pares, do saber produzido na área de história dentro das universidades, preservando, contudo, a partir da criação de um periódico “feito por historiadores e para historiadores”, o caráter científico da área e do conhecimento aí produzido. A criação da RBH parecia querer dar conta também das demandas dos novos profissionais de história, não só do ensino de 1º e 2º graus, mas, sobretudo, do crescente número de universitários e pós-graduandos que vinha se ampliando de forma considerável desde finais dos anos 1970 com o relativo crescimento dos cursos de pós-graduação em história no país, que requeriam novos espaços institucionais que os incorporassem ou a reformulação e redefinição dos antigos para atender as suas demandas profissionais e intelectuais.

Portanto, o ambiente interno a Associação não era tão tranquilo como faz supor os discursos de Alice Canabrava e o de Marieta de Moraes Ferreira, um pronunciado no calor do momento da criação da revista e outro nas comemorações de seu trigésimo aniversário. Nesse sentido, a RBH tem na ANPUH um dos seus lugares institucionais de produção. É a partir dele que ela se torna possível como um periódico produzido por e para historiadores. Neste sentido, a RBH nascia como uma das primeiras revistas nacionais voltadas, exclusivamente, para a publicação e circulação da produção dos professores universitários de História filiados a ANPUH. Em grande medida foi, em seus primeiros cinco números, a Revista da ANPUH. Se constituindo, portanto, no suporte material de circulação das pesquisas produzidas pelos filiados da ANPUH, tendo, com isso, nos seus cinco primeiros números, a publicação de textos, artigos, pesquisas e informativos ficado restritos aos sócios daquela “agremiação”.

Na subseção seguinte apresentarei como a RBH se relacionou com outras instituições do saber, notadamente os programas de pós-graduação em História. E como esta relação ressoou na produção publicada e circulada na revista.

2.2 A RBH E AS PÓS-GRADUAÇÕES

No entanto, aquelas não foram as únicas condições históricas de possibilidade da RBH. Há também elementos externos a ANPUH que constituem o campo de possibilidades para a criação da revista e que conformam o seu lugar social. Nesta subseção historiarei, como dito acima, a relação da RBH com os PPGHs. Neste sentido, um dos elementos a serem considerados, sem dúvida, é a consolidação e expansão dos programas de pós-graduação em história no país, sobretudo, no centro-sul a partir de finais da década de 1970 e início da de 1980. Segundo Fico e Polito:

> Observando o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em História no país durante os anos 80, uma primeira constatação é a do seu relativo crescimento em relação à década anterior. Não que os cursos de pós-graduação tenham proliferado descontroladamente, ainda que alguns tenham surgido e atestem também relativo crescimento. Mas, houve um amadurecimento interno dos cursos já existentes e uma certa estabilização, para a maioria, de um fluxo de pesquisas e dotações orçamentárias.
> A pós-graduação, em História, nos termos em que ela hoje se apresenta no país, iniciou sua implantação em 1971. Nos anos 70 é que se estabeleceu a maioria dos cursos até hoje existentes. Entre 1971 e 1974, foram instalados 8 cursos de pós-graduação, na USP, UFF, UFPR, PUC-SP, UFGO, PUC-RS, FFCLSCJ/Bauru (posteriormente desativado) e UFPE. Todas estas pós-graduações eram cursos de mestrado, à exceção da USP, com doutorado em História Social e História Econômica. Na segunda metade dos anos 70, iniciaram suas atividades mais 4 cursos de mestrado, na UFSC, na UnB, UNICAMP e UFRJ. Os anos 80 tiveram um número bem menor de cursos de mestrado criados, apenas 5, 2 entre 1980/1984 e 3 entre 1985/1989: UNESP/Assis (1980), UNESP/Franca (1980), UFRGS (1985), UNISINOS (1987) e PUC-RJ (1988). Houve uma expansão dos cursos de doutorado, com a criação de mais quatro, na UFSC (1981), na UFF (1984), na UNICAMP (1984) e na PUC-RS (1986). Temos, portanto, funcionando no fim dos anos 80, 16 cursos de mestrado e 5 de doutorado em História, o que representa um aumento de 75% em relação aos anos 70. O mais expressivo destes dados foi a criação de 4 novos doutorados, decisivos, ainda que em seus primórdios, para a profissionalização da área. (FICO e POLITO, 1992, pp. 32-33)

Portanto, a criação da RBH não pode ser pensada de forma desconectada destas mudanças institucionais no campo da educação superior no país. Uma vez que no início dos anos 1980 e ao longo de toda a década as principais instituições universitárias do país, inclusive as mais tradicionais e conservadoras, como a USP, já

haviam atravessado os primeiros estágios da reforma universitária do final dos anos 1960 e início dos 1970 e caminhavam, céleres, para “uma maior profissionalização da área de História durante os anos 80”. Com a Universidade assumindo, pela primeira vez no país, o papel de lugar hegemônico na produção de conhecimento histórico, isto se expressando na consolidação das pós-graduações criadas ainda na década de 1970 e a criação de outras, sobretudo em nível de doutorado, ao longo dos anos 1980. Esta maior profissionalização e institucionalização da produção do conhecimento histórico a partir das universidades se constitui elemento fundamental para se pensar a criação da RBH, uma vez que a demanda de novas pesquisas e produções daí decorrentes virão destes programas. São estes alunos de pós-graduação, por exemplo, que encabeçarão a luta política dentro da ANPUH por maior participação nos Simpósios e dentro da própria Associação.

Há neste processo um outro elemento a ser pontuado. Emergia, de finais dos anos 1970 para início dos anos 1980, não só um novo *locus* privilegiado de formação de historiadores e de produção historiográfica, a pós-graduação nas universidades. Mas acima de tudo uma nova identidade de historiador, cada vez mais distante do professor de história. Emergia ali, para hegemonizar-se nas décadas seguintes, o historiador profissional, forjado na academia, dentro dos protocolos da ciência histórica e voltado, quase que exclusivamente, para a pesquisa. Isto insinuava também outra divisão social dentro dos quadros da universidade, qual seja: se até a reforma universitária promovida pelo Regime Civil-Militar a partir de 1968 e que se consolida com o I Plano Nacional de Pós-Graduação implementando a partir de 1975 a sua função precípua, sobretudo nas humanidades, era a formação de professores para o ensino primário e secundário e para a composição dos quadros universitários, a partir de então o fomento à pesquisa tornou-se dimensão central, ficando os outros dois pilares do ensino superior – o ensino e a extensão – relegados a segundo e terceiro planos, respectivamente. E isto se agravou sobremaneira, como veremos mais adiante, na seara do conhecimento histórico. Onde o ensino de história, sobretudo no nível básico, passou a ser visto como atividade menor e, com isso, a provocar um distanciamento cada vez maior entre o professor de história e o pesquisador de história das universidades, cada vez mais pensado como profissional de história, como o historiador. E os professores da educação básica vistos como meros reprodutores, vulgarizadores que não produziam conhecimento, sobretudo

conhecimento científico. As discussões, deste período, internas a ANPUH, como vimos acima, explicitam estes conflitos e lutas.

Estas demandas e lutas, como dito anteriormente, requeriam novos espaços institucionais de circulação destas pesquisas e de acolhimento profissional e intelectual de seus autores. A RBH vai ser um destes espaços, por mais que, como veremos adiante, a construção dele tenha sido feito em meio a indefinição da área nos anos 1980 e pela manutenção de velhas hierarquias que passam, a partir das páginas da RBH, a querer ditar o que era a História no país ou, em outros termos, o que seria a historiografia brasileira, em especial aquela produzida nas universidades e programas de pós-graduação. É esta relação de continuidade entre Universidade-pós-graduação-ANPUH que Alice Canabrava tenta estabelecer em seu discurso de apresentação ao primeiro número da RBH, vejamos:

> Decorridos pouco mais de um quarto de século do surgimento das primeiras Faculdades de Filosofia, as atividades de pesquisa revelavam-se aleatórias, avocadas por docentes como imposição para galgar os degraus da carreira universitária, sem desenvolver-se como atividade permanente do corpo docente. Faltava-lhe também a estrutura básica administrativa e financeira, cujos primeiros delineamentos assentaram-se com os cursos de pós-graduação e especialização implantados pela reforma e a colaboração de instituições de apoio.
> O impulso dado à investigação e o fluxo de trabalhos consagrados em teses acadêmicas repercutiram logo nas comunicações apresentadas aos Simpósios da nossa entidade. Em 1977 os participantes do conclave de Florianópolis, reunidos em plenário, acolheram calorosamente a proposta para enriquecer a agenda com uma secção nova, a de “Pesquisas em andamento”, com o objetivo de dar oportunidade àquelas não ajustadas ao tema oficial. Deste modo, incorporou-se aos trabalhos dos Simpósios, em forma definitiva, todo o painel de investigações históricas em prosseguimento nas universidades.
> Tratava-se, portanto, de trazer para o âmbito do grêmio de professores, os desdobramentos fecundos que estão em processo no recinto das Universidades. (CANABRAVA, 1981, p. 07)

Naquele momento a pós-graduação em História da USP ainda era a mais importante do país, não só pela quantidade de trabalhos, a nível de mestrado e doutorado (o único programa neste nível na época) ali produzidos, mas, sobretudo, porque era de seus quadros que saiam a maioria dos professores que iriam compor os programas dos PPGHs das demais Universidades do país, em especial os departamentos de História. A USP, neste sentido, formava não só os seus quadros na

área de História, mas boa parte dos quadros que iam formando os demais programas das universidades brasileiras. Como afirmam Fico e Polito:

> A predominância da USP no total de trabalhos defendidos persiste ainda durante todos os anos 80. Mesmo que tenha diminuído sua participação no número total de dissertações (131 trabalhos, 19,7%), ela foi propriamente a única que possuiu uma produção regular de teses de doutorado, perfazendo 149 dos 152 trabalhos do período e quadruplicando, portanto, sua produção em relação aos anos 70. (FICO e POLITO, 1992, p 44)

Esta predominância da USP ao longo dos anos 1980 como principal instituição universitária a produzir conhecimento histórico acadêmico no país é uma das condições históricas de possibilidade que explicam a postura editorial que a ANPUH e suas seguidas diretorias irão tomar em relação a RBH. Esta vai nascer, portanto, bastante vinculada a pós-graduação de história da USP, muito embora, não mais sob o signo e o poder de Simões de Paula, mas de uma suposta tradição francesa que ali se tinha instituído e que no texto inaugural da RBH, que busca contar a história da ANPUH, Alice Canabrava faz questão de destacar da seguinte maneira:

> A mensagem dos docentes de História formados pelas Faculdades de Filosofia, significou a renovação do pensamento histórico brasileiro tradicional. Famosos mestres franceses foram chamados a colaborar e a darem uma contribuição fundamental. Sua influência revigora-se continuamente com o fluxo, não interrompido no presente, de licenciados para as universidades francesas e a atualização sempre viva quanto às novas correntes que enriquecem o pensamento histórico. Metodologicamente tem sido este o crédito maior para o desenvolvimento da moderna historiografia brasileira, e viria a se refletir nos trabalhos da Associação. Qualificando-a como moderna, queremos significar sua distinção com referência a outras correntes do pensamento histórico brasileiro. A História é compreendida no centro das Ciências do Homem e cada uma das suas qualificações, no universo da História Geral. Destarte, ao desenvolver-se a nossa entidade, tornaram-se claro os vínculos que a ligavam ao movimento intelectual que se expressa, desde 1929, nas páginas dos **Annales**. Sob alguns aspectos a entidade desempenha o papel de escola, no seu sentido legítimo, a congregar licenciados e graduandos para o convívio com os métodos, técnicas e interpretações que germinam nas fronteiras avançadas do conhecimento histórico. (CANABRAVA, 1981, pp. 04-05.) (Grifo no original.)

Com este discurso Canabrava procurava articular muito claramente a produção historiadora dos associados da ANPUH a uma única tradição historiográfica, a tradição francesa. Tradição da qual Canabrava, como historiadora, era fruto; uma

vez que tinha sido orientada por Jean Gagé, durante a segunda missão francesa na USP ainda na década de 1940 (ERBERELI JR., 2016). Desta maneira ela vinculava a Associação a esta tradição e aos desdobramentos da mesma nas universidades brasileiras e concede a ela o papel de instaurar a "moderna historiografia brasileira" dado os "vínculos que a ligavam ao movimento intelectual que se expressa, desde 1929, nas páginas dos Annales". Assim, para Canabrava, a moderna historiografia brasileira havia nascido com as missões francesas que haviam criado as Faculdades de Filosofia no Brasil, na década de 1940, em especial na USP. E esta tradição havia se prolongado no tempo ao ponto de não só repercutir na formação da ANPUH, mas de constituir a própria essência dos trabalhos da Associação. Muito embora Canabrava reconheça que "repercutiram na Associação todos os problemas decorrentes do desenvolvimento das Faculdades de Filosofia", ela homogeneiza a produção historiadora ligada a ANPUH a apenas uma tradição historiográfica, malgrado a diversidade de historiadores deste grêmio e os conflitos e debates presentes naquele período. Neste sentido, o discurso de Canabrava é profundamente político uma vez que reivindica para a Associação que preside uma tradição que marca a fundação não de toda a moderna historiografia brasileira, mas, apenas, aquela que funda o departamento de História ou o campo da História na Universidade da qual faz parte e da pós-graduação da qual era uma das expoentes e fundadoras, a USP. Este discurso de Canabrava e sua tentativa, já nas páginas da RBH, de construir uma determinada história da historiografia brasileira e de vinculá-la a uma determinada escola e a uma dada tradição encontraria eco, alguns anos depois, mais precisamente no anos de 1994, no texto de Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer e Vera Lúcia Amaral Ferlini intitulado a "Escola uspiana de História" no qual as autoras procuram constituir a produção historiadora da USP quase como uma continuidade da produção dos *Annales*. Inclusive a história da "escola uspiana de História" feita por elas segue a velha divisão em fases, e não por coincidência as autoras a dividem em três fases bem aos moldes de como se conta, tradicionalmente, a história dos *Annales*.[19]

[19] Além da definição da "escola uspiana" em três fases, as autoras fazem questão de apontar os principais nomes em torno dos quais a produção orbitava no interior do departamento de História da USP. Neste sentido, nomes como Simões de Paula, Eduardo D'Oliveira França e Sergio Buarque de Holanda aparecem com notório destaque. Cf. CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lúcia. A escola uspiana de História. In: CAPELATO, Maria Helena Rolim (Orgs.). **Produção Histórica no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1994.

Contudo, apesar da consolidação das pós-graduações em história e sua ampliação nos anos 1980, havia ainda, naquele momento uma indefinição sensível nestes programas quanto as linhas de pesquisa, áreas de concentração, principais temas a serem estudados e abordados. Assim como sobre quais tendências teóricas e metodológicas seguir. A profissionalização e consolidação institucional do conhecimento histórico em torno dos PPGHs e das universidades não refletiam ainda, no início dos anos 1980, uma definição epistemológica, teórica, metodológica, de temas, abordagens ou objetos. O campo do conhecimento histórico encontrava-se ainda indefinido na maioria dos programas, como apontam Fico e Polito:

> Se as áreas de Ciências Exatas e Biológicas apresentam um perfil mais nítido neste sentido [a indefinição das linhas e áreas de concentração], isto diz respeito também a uma definição mais clara de seus diversos setores e subsetores, o que não se verifica com as Ciências Humanas. Foi esta busca de uma definição que talvez tenha levado cursos de pós-graduação em História do país a alterarem, em tão pouco tempo, suas áreas de concentração, em certos casos mais de uma vez, como a UFF. Apenas alguns cursos, como os da USP, da UFPR, da UnB e da UFRJ, criados nos anos 70, permaneceram com as mesmas áreas de concentração, sendo que todos os outros sofreram alterações significativas, para o que concorreu também a especificidade de seus respectivos corpos docentes. (FICO e POLITO, 1992, p. 36)

Esta indefinição é patente, por exemplo, nos programas das universidades do Rio de Janeiro, notadamente na Universidade Federal Fluminense – UFF e na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, caudatárias também das missões francesas da década de 1930 e seus programas de pós-graduação em História decorrentes das Faculdades de Filosofia, a Faculdade Fluminense de Filosofia – FFFi e a Faculdade Nacional de Filosofia – FNFi. Nesta duas Faculdades, que depois da reforma universitária de finais dos anos 1960 seriam incorporadas, respectivamente, a UFF e UFRJ, a discussão que se desdobrava era bastante diversa daquela feita nos quadros da USP. Uma vez que seus programas de pós-graduação não aderem a tradição francesa dos *Annales* ou só a ela, mas também a outras tradições, nem sempre historiográficas, de outros países como, por exemplo, a americana – a partir dos vários brasilianistas que compuseram os programas das duas instituições. Assim como as tradições inglesa, alemã ou até mesmo latino-americana, depois da chegada de Ciro Flamarion Cardoso ao programa da UFF. Retomarei esta discussão em relação a historiografia do Rio de Janeiro e suas diferenças em relação a historiografia

paulista, em especial a uspiana, um pouco mais adiante quando for tratar destas relações dentro da produção circulada nas páginas da RBH. Porquanto, neste momento, vale destacar apenas esta divergência.[20]

O Programa de Pós-Graduação em História de outra universidade paulista, a UNICAMP, criado na segunda metade da década de 1970 e que procurava se constituir e construir como um *locus* de renovação da historiografia nacional, pensado em oposição ao programa da USP, muito embora a grande maioria dos professores que formavam o PPGH da UNICAMP tenham tido sua formação no programa uspiano, se coloca como outro lugar institucional de conformação da RBH. Uma vez que, como dito acima, o departamento de História da USP havia se tornado pequeno para comportar estes novos historiadores surgidos e formados nos seus próprios quadros. Se colocava, portanto, no horizonte de expectativa destes novos historiadores a necessidade de construção de novos espaços institucionais que lhes acomodassem e dessem legitimidade acadêmica e institucional. É tendo em vista este cenário que Edgard Salvadori De Decca em entrevista concedida no mês de março de 2001, para José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego para a composição do livro "Conversas com Historiadores Brasileiros", elabora a sua memória da formação do programa da UNICAMP da seguinte maneira:

> Cheguei na Unicamp em 1977 e ocupei por coincidência a vaga do Boris Fausto. Ele tinha dado aula aqui e com a vacância dele o Ítalo Tronca e a Stella Bresciani, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, me convidaram para fazer uma entrevista coletiva...havia outras coisas favoráveis, o fato de que professores que já estavam aqui, como a Stella Bresciani e o Ítalo Tronca, eram ex-colegas de graduação da USP. Existia também uma predisposição para que eu viesse para cá...antes da Unicamp fui professor da USP por dois anos; lá havia um sistema escravocrata de professor voluntário, no qual se dava aula sem remuneração.
> A gente [boa parte da turma de Decca na USP] tinha que formar um campo à margem da História da USP. A USP, na época, não comportava nosso grupo, pois não tinha espaço político que comportasse o ingresso de uma proposta de reformulação. Na Unicamp era diferente: a pretensão desta universidade era muito

[20] Para uma discussão mais aprofundada sobre a constituição dos programas de Pós-graduação em História da UFF e UFRJ Cf. FALCON, Francisco. História e Memória: origens e desenvolvimentos do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Ouro Preto, Nº 11, 2013, pp. 15-32. FALCON, Francisco. Reflexões sobre o Programa de Pós-Graduação em História Social – trinta anos. *In*: **TOPOI**. Rio de Janeiro, Nº 25, 2012, pp. 6-24. Cabe fazer uma ressalva quanto a estes dois textos, eles trazem uma forte carga memorialística fruto da experiência e das vivências do próprio Falcon quando professor das duas instituições.

> grande e inovadora; nós podíamos tentar fazer tudo, podíamos tentar fazer um Departamento de História, uma pós-graduação, orientar pesquisa do modo que a gente bem entendesse, e isso tudo na USP não dava, devido a hierarquia que por lá reinava. Nós queríamos muito mais do que a USP podia oferecer, queríamos, inicialmente, um espaço próprio para inovação. Eu acho que a pós-graduação no Brasil tem esse formato hoje porque todos os outros cursos que surgiram implantaram o modelo da Unicamp: linhas de pesquisa e ingresso democrático e não por vinculação paternalista de orientador com orientando. Quem inaugurou isso? Fomos nós e de acordo com nosso projeto.
> [Estas mudanças e inovações jamais seriam possíveis na USP]. Não seria um bom caminho para se chegar a uma grande renovação historiográfica, como a que fizemos na Unicamp. Nosso questionamento vinha de diversas direções e o nosso grupo pôde contar com o que havia de mais inovador no campo da História Social. Para a Unicamp, vieram os professores americanos Michael Hall e Peter Eisenberg... além de historiadores de enorme vitalidade e desejo de renovação como a Dea Fenelón (sic). (MORAES e REGO, 2002, pp. 270-271)

O relato de De Decca constrói uma outra narrativa, bem distinta daquela produzida por Canabrava, acerca da produção historiadora nos programas de pós-graduação naquele momento. Além de tentar deslocar a Unicamp da área de influência da USP, construindo-a em seu relato como o lugar da mudança e da inovação, De Decca constrói o Departamento de História da USP como o lugar do conservantismo, do engessamento, da presença de uma forte estrutura hierárquica, produto do regime de cátedras, que se desdobrava através do paternalismo de orientadores para com orientandos e a pouca ou nenhuma abertura política para a construção e produção de uma historiografia inovadora, sobretudo, proveniente dos novos quadros formados naquele departamento. Se a tradição uspiana era francesa e estava assentada na contribuição intelectual dos *Annales,* a da UNICAMP, para De Decca se assentava no que “havia de mais inovador no campo da História Social” o que se constatava pela presença dos “professores americanos Michael Hall e Peter Eisenberg” e de Historiadores como Déa Fenelón que, antes de chegarem na UNICAMP, tinha feito sua formação nos EUA. Não por coincidência Déa Fenelón, como vimos acima, vai ser uma das insufladoras das mudanças institucionais da ANPUH, iniciadas no Simpósio de Florianópolis de 1977, ao instrumentalizar e colocar em pauta a mudança dos estatutos da Associação para a incorporação plena de estudantes de pós-graduação e de professores de 1º e 2º graus nos quadros da ANPUH. Era, portanto, a emergência de um outro projeto político e institucional que

se queria construir, estrategicamente, bem diverso do da USP e com um ativismo que procurava penetrar em todos os lugares políticos e institucionais possíveis aos historiadores acadêmicos naquele momento, dentre eles a ANPUH. Daí a necessidade de se autonomear como o novo, como a inovação, como a mudança. Muito embora uma boa parte dos professores que vieram a formar o PPGH da UNICAMP fossem oriundos da USP, colegas da mesma turma de graduação e orientandos praticamente do mesmo orientador, Carlos Guilherme Motta[21].

Portanto, como venho descrevendo, no início dos anos 1980, aquilo que hoje chamamos de campo do conhecimento histórico no Brasil encontrava-se ainda profundamente indefinido. Ou melhor, era um campo ainda em construção, em disputa e sem maiores contornos ou definições precisas, que só um olhar retrospectivo pode dar. Muito embora, já se pudesse vislumbrar uma geografia que buscava contornar e cartografar algumas tendências institucionais, definir pontos de convergência, lugares e espaços de atuação. Como, por exemplo, a colocação dos programas de pós-graduação como o *locus* privilegiado de produção do conhecimento histórico no país e, portanto, a partir do qual se buscava definir este campo e os seus sujeitos como historiadores profissionais. Ou pelo menos é assim que os historiadores que o orbitam vão querendo fazer crer, disputando espaços e confrontando as narrativas históricas produzidas fora da academia.

Desta maneira, a RBH, nasce como expressão desta nova modalidade institucional de produção do conhecimento histórico centrado nas Universidades e nos seus programas de pós-graduação e como produto destas condições históricas de possibilidade. Depois da morte de Simões de Paula a ANPUH passa a se acomodar a este novo formato, desde a presidência de transição da historiadora Aidyl de Carvalho Preis, que passou a presidência para Alice Canabrava no biênio 1979-1981. Biênio onde foi criada a RBH e a partir do qual começam a se configurar e a se definir a linha editorial adotada pela Revista. De seu primeiro número até o número cinco, ela

[21] O Historiador Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota é professor da USP desde 1964. Fez sua formação em nível de doutorado na própria USP nos finais dos ano 1960, sob orientação de Eduardo D'Oliveira França. Foi orientador, dentre outros historiadores de renome, de Edgard Salvadori De Decca, Maria Stella Martins Bresciani, Ademir Gebara, Isabel Andrade Marson e Adalberto Marson. Todos estes depois de finalizarem sua formação na USP se dirigiram e foram absorvidos pelo PPGH da UNICAMP. Cf. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783183D6 Acessado em 27 de fevereiro de 2016, às 02:34 h.

estará sob a editoria de Alice Canabrava, ao longo da presidência do historiador José Ribeiro Junior [22] no biênio 1981-1983. Neste período a RBH destinava:

> Uma parte do periódico dará publicidade a artigos originais sobre pesquisas de História ou de seu interesse. A atualização permanente com respeito à bibliografia histórica é objeto de outra secção. Esta, de início, considerou especialmente a produção dos periódicos consagrados à História, nacionais e estrangeiros, no sentido de proporcionar aos professores e pesquisadores uma contribuição que viesse suprir a carência das bibliotecas universitárias. A informação bibliográfica deverá ser ampliada para divulgar também comentários de obras históricas. Finalmente, o "Noticiário" visa tornar mais conhecida a atividade dos Núcleos Regionais, dar maior publicidade aos conclaves de História realizados no país e no exterior e a outros assuntos e interesses para os que militam no campo da História. (CANABRAVA, 1981, p. 9)

Muito embora organizada a partir deste conjunto de tipologias de publicações (divulgação de artigos inéditos, bibliografias, comentários a obras históricas e noticiário sobre os eventos e atividades da ANPUH e seus Núcleos Regionais) nos seus cinco primeiros números a RBH não tem uma linha editorial bem definida no que diz respeito às temáticas, abordagens teórico-metodológicas, objetos ou problemas de pesquisa em torno dos quais possam orbitar cada um dos números da revista. Isto, em grande medida, refletia o que se passava também nos PPGs de História à época. A Revista constituía-se, neste momento, muito mais como suporte material de circulação das pesquisas produzidas pelos filiados da ANPUH, sendo, nestes cinco primeiros números, a publicação de textos, artigos, pesquisas e informativos restritos aos sócios daquela "agremiação". Assim a RBH circulou, ao longo da editoria de Canabrava, de forma bem modesta sendo impressa quase que artesanalmente pela Gráfica Imprensa Metodista, e financiada apenas pela CAPES, nos seus três primeiros números pelo CNPQ e FAPESP, apenas por esta no quarto e só pelo CNPQ no quinto. Nestes primeiros números a revista será marcada pelo caráter fortemente ensaístico dos textos publicados. Textos em sua maioria prolixos,

[22] O Historiador José Ribeiro Júnior era a época professor da UNESP – Assis, tendo feito sua formação em nível de mestrado e doutorado na USP, ao longo dos anos 1970, sob a orientação de Manoel Nunes Dias. Em 2013 o professor José Ribeiro Júnior publicou na revista de História da Historiografia um artigo em que recuperava a memória de sua trajetória docente, intitulado "Memórias de um profissional de História". Neste ele informa que, apesar de ter sido orientando de Dias, "sem desmerecer os mestres que tive, devo assinalar na minha graduação e perdurando durante minha vida profissional, as presenças de Emilia Viotti da Costa, Fernando Antonio Novais – meu principal modelo – e Eduardo d'Oliveira França". Cf. RIBEIRO JR., José. Memórias de um profissional de História. *In*: **História da Historiografia**. Ouro Preto, Nº 11, 2013, pp. 33-44.

descritivos e pouco analíticos e sem uma maior preocupação metodológica com a utilização e explicitação dos documentos, das fontes que os embasam. O que demonstra que as virtudes epistêmicas requeridas aos historiadores profissionais e seus textos, no início dos anos 1980, ainda não estavam definidas. Não é demais dizer que predomina, nestes cinco primeiros números, como postura teórica a abordagem de temas ligados a história política, econômica e social (no sentido estrito de se ater ao estudo de uma dada sociedade), sem maiores discussões conceituais e/ou metodológicas, muito embora fique bastante claro, para o leitor atento, uma influência do pensamento marxista tanto em relação aos métodos quanto às técnicas e postura teórica. E ainda, resquícios de certa história política tradicional.

Nestes cinco primeiros números, excetuando-se o primeiro em que os artigos publicados foram de historiadores convidados a fazê-lo, não se tem explicitado quais os critérios de seleção dos textos escolhidos e publicados pela editora na composição dos demais números. Como inexiste uma delimitação temática os artigos parecem, à primeira vista, ter sido escolhidos de forma aleatória. No entanto, quando observamos de forma mais atenta, dos 47 textos publicados nestes cinco primeiros números, nas modalidades acima apontadas, nada menos que 27 são de historiadores ligados a USP, sejam eles professores ou discentes do programa de pós-graduação daquela instituição. A UNICAMP, a UFMG, UFRGS e a UFF comparecem com quatro textos cada, a UFPE, a UFRJ e a UFPR com dois textos de autores ligados a cada instituição[23]. Portanto, estes cinco primeiros números expressam o perfil da pós-graduação em História no Brasil naquele período, como apontado acima por Fico e Polito. Indefinição temática, teórica e metodológica, busca por consolidação institucional dos programas de pós-graduação e hegemonia da USP. Esta presença majoritária da USP nas páginas da RBH se explica também pela própria editoria da revista, conduzida por uma das mais notórias professoras daquele programa, Alice Canabrava. O que expressava também uma permanência do antigo sistema de cátedras no nascedouro da pós-graduação em História pós-reforma universitária. A “moderna historiografia brasileira”, no dizer de Canabrava, era filha da mais

[23] Cf. os Nº 01, 02, 03, 04 e 05 da RBH publicados respectivamente em 1981 (Nº 01 e 02), 1982 (Nº 03 e 04) e 1983 (Nº 05). Todos os números da RBH estão digitalizados e disponíveis no site da ANPUH. Estes, em específico, podem ser acessados aqui: http://www.anpuh.org/revistabrasileira/public/8 e aqui: http://www.anpuh.org/revistabrasileira/public/7. Em alguns dos textos publicados não constam a filiação institucional dos autores, o que só conseguimos descobrir fazendo consultas ao banco de dados da Plataforma Lattes e do site Escavador.

conservadora e hierárquica tradição universitária, o sistema de cátedras. Isso externava também o poder político e institucional que o programa da USP exercia sobre a produção historiográfica no Brasil e sua circulação, mesmo diante das contestações a este poderio já bastante sensíveis desde a década anterior.

Contudo, estas alterações só irão se processar de forma mais sensível nas páginas da RBH a partir do biênio 1983-1985, e do número seis da RBH, publicado ainda em 1983. Este número já é organizado pela nova diretoria da ANPUH, que tem a historiadora Déa Ribeiro Fenelón, professora da UNICAMP a época, como presidente da Associação no biênio, e que nomeará como membros do Conselho Editorial da Revista, os também historiadores, José Jobson Arruda e Marcos Antonio da Silva da USP e Edgar Salvadori De Decca, professor da UNICAMP. Esta nova diretoria expressa a ruptura definitiva, ao menos em termos institucionais, com o antigo sistema de cátedras. Daí por diante praticamente mais nenhum membro da diretoria da Anpuh ou do corpo editorial da RBH será ocupado por um historiador formado no sistema antigo. Todos serão historiadores profissionais, acadêmicos, disciplinados e forjados nos PPGHs. Em editorial publicado no número 8/9 da RBH, de set. 1984/abri. 1985, o Conselho Editorial se pronuncia da seguinte maneira acerca destas mudanças editoriais:

> A REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA aos poucos está se modificando. Fundada em 1981, sob a inspiração de Alice P. Canabrava, é, hoje, um veículo imprescindível de divulgação da produção historiográfica no Brasil.
> A partir de seu número 6 – "A Lucta Trabalhadores" – a RBH sofreu transformações mais acentuadas, deixando de ser uma publicação restrita aos sócios da Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH). O atual Conselho de Redação formado por Edgar Salvadori de Decca, José Jobson de Andrade Arruda e Marcos Antonio da Silva foi responsável por esta reformulação editorial e a RBH, desde o seu nº 6, passou a atingir um público mais amplo, chegando finalmente às livrarias. Essa iniciativa respaldou-se na constatação de que não havia, na praça, uma revista *feita* por historiadores, capaz de servir de canal de divulgação de toda uma importante e renovada historiografia. Éramos cientes, contudo, das dificuldades a serem enfrentadas. O projeto da atual diretoria se definiu por duas linhas de atuação. Em primeiro lugar, optou-se pela eleição de um tema historiográfico a cada número da RBH, abrindo espaço para os debates, já existentes, entre os vários núcleos de pesquisa histórica do país...Em segundo lugar, pensávamos que uma revista de uma associação nacional de historiadores deveria buscar um reconhecimento, não somente dos pesquisadores brasileiros, mas de centros de pesquisa histórica de outros países. (CONSELHO DE REDAÇÃO, RBH, 1984/85, p. 1)

Mas, as modificações editoriais da RBH não pararam por aí e não se resumem apenas aos aspectos institucionais e de normatização e indexação da Revista. As modificações passam a se expressar também, e, sobremaneira, nos artigos publicados e nas discussões que os mesmos passam a encetar, tanto do ponto de vista da abordagem historiográfica quanto dos usos e tratamento das fontes que expressavam, dentre outras coisas, a aproximação cada vez maior destes historiadores brasileiros e da historiografia por eles produzida com as ciências sociais e o pensamento de autores estrangeiros como E. P. Thompson, Walter Benjamin, Michel Foucault e outros. Ou como disse Déa Ribeiro Fenelon, a Revista buscava se transformar num importante "canal de divulgação de toda uma importante e renovada historiografia". O discurso de Déa é bem próximo ao de De Decca ao se referir a suposta inovação historiográfica promovida no programa de pós-graduação em História da UNICAMP. Portanto, o discurso de Déa faz reverberar em outro lugar institucional, na ANPUH e RBH, o mesmo projeto político institucional levado a efeito na Universidade de Campinas. E isto se materializa nas páginas da RBH ao longo de sua presidência, pois dos 45 textos publicados na Revista, 22 são de professores e/ou historiadores ligados ao programa da USP e 19 de professores e/ou historiadores ligados ao departamento de História da UNICAMP[24]. Ressalvando-se que dos 22 que têm ligações diretas com a USP, alguns deles também os têm com a UNICAMP, muitas vezes fazendo o mestrado nesta instituição e seguindo para fazer o doutorado na USP, uma vez que o doutorado da UNICAMP só viria a ser criado em 1984.

Ao longo deste biênio quase todos os professores que compunham o PPGH da UNICAMP irão publicar suas pesquisas ou parte delas nas páginas da RBH[25], mas não só eles, seus orientandos mais destacados também terão espaço de publicação garantido nas páginas da revista[26]. Este é um movimento estratégico que já vinha se constituindo desde 1977 no Simpósio de Florianópolis, como acima

[24] Os demais textos são dois de professores e ou historiadores ligados a UFMG. E os autores dos programas da UFBA e UFRGS comparecem com um texto cada.

[25] Dos números 06 ao 11 da RBH, os professores do PPGH da UNICAMP que ai publicaram foram os seguintes: Déa Ribeiro Fenelon, Edgard Salvadori De Decca, Hector Bruit, Ítalo Tronca, José Roberto do Amaral Lapa, Leila Mezan Algranti, Maria Stella Bresciani, Michael Hall, Peter Eisenberg, Robert Slenes e Verena Stolcke. Publica também nestes números Isabel Andrade Marson, que logo após concluir seu doutorado na USP viria a se tornar professora da UNICAMP em 1986.

[26] Publicam na RBH neste período Heloisa Helena Pacheco Cardoso, Olga Brites e Zélia Lopes, orientandas de Déa Ribeiro Fenelón; Kazumi Munakata e Celeste Zenha, orientandos de Maria Stella Bresciani; Sidney Chalhoub, Gladys Sabina Ribeiro e Marta Campos Abreu, estes em transição do mestrado da UFF para o doutorado na UNICAMP, sob a orientação de Robert Slenes que também havia trocado a UFF pela UNICAMP.

descrito, e que passava pela criação do PPGH da UNICAMP neste mesmo período, insinuando-se de forma sensível nas disputas institucionais internas a ANPUH. Expressava, sobretudo, a busca por constituição de novos espaços políticos, institucionais e intelectuais dentro da historiografia paulista, que como vimos, naquele período, se dizia como a produtora da “moderna historiografia brasileira”. E o grupo unicampista encabeçado politicamente por Fenelon e De Decca parecem não se intimidar com o poder que a USP ainda detinha e parte para o embate cavando trincheiras e conquistando espaços para estabelecer e legitimar o seu lugar institucional a partir de um discurso de forte apelo: o da renovação, da mudança, da novidade. No entanto, neste processo, a historiografia produzida em outras partes do país vai ser visivelmente marginalizada e silenciada nas páginas da RBH. Neste biênio são publicados apenas quatro artigos de professores e/ou historiadores de outras instituições: um de José Murilo de Carvalho, então professor da UFMG, outro de Eliana Regina de Freitas Dutra, orientanda de Carvalho no mestrado da UFMG, mas que posteriormente migraria para fazer o doutorado na USP, em 1986, um outro artigo de Luiz Mott, professor da UFBA, e um último de René E. Gertz, professor da UFRGS.

É sob a presidência de Déa e da editoria de De Decca, José Jobson e Marcos Silva que a RBH começa a circular a partir da orientação de números temáticos, que expressavam, dentre outras coisas, as linhas ou as áreas de pesquisa que estavam se constituindo dentro dos programas de pós-graduação das universidades acima referidas. No entanto, apesar de haver ainda uma divisão quanto a quantidade de textos publicados entre USP e UNICAMP, quanto aos temas norteadores de cada número, estes vão estar ligados diretamente ao que era pesquisado no programa da UNICAMP. Além disto, a quase totalidade dos trabalhos gira em torno das seguintes áreas: Ensino de História (área de estudos de Marcos Silva e Déa Fenelón), História do Movimento Operário e História Social do Trabalho (áreas de interesse de Edgard De Decca e José Jobson Arruda), História Social da Escravidão (área de estudos de Michael Hall, Robert Slenes, Peter Eisenberg) e História das cidades/urbana (área de estudos de Maria Stella Bresciani). Com estas áreas de estudo profundamente matizadas teórica e metodologicamente pela tradição historiográfica anglo-saxônica, assim como pelo pensamento de Michel Foucault, em especial o Foucault da obra *Vigiar e Punir*, da sociedade disciplinar – apesar que, como veremos mais adiante, a memória unicampista que se elabora sobre este

momento, em especial por Edgard De Decca, silencie esta presença[27]. Esta opção fica bastante clara pelo privilegiamento da publicação de artigos de historiadores da chamada *Social History* inglesa, geralmente abrindo os números temáticos de cada revista[28]. Em entrevista de 2001, Edgard De Decca dá a dimensão de como este movimento foi pensado e orquestrado a partir do PPGH da UNICAMP e do grupo de historiadores em seu entorno:

> Foi uma opção por determinadas vertentes historiográficas que alcançavam bastante peso, principalmente na Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha. Houve uma época em que tivemos contatos com alemães que tinham uma historiografia de movimentos sociais muito rigorosa. Os historiadores norte-americanos que recebemos fugiram aos padrões costumeiros, pois eram historiadores americanos de esquerda como o Peter Lenebaugh, o Dale Tomish, a Barbara Weisntein. Os dois primeiros, inclusive, trabalharam durante alguns anos ao lado de E. P. Thompson. Quando cheguei à Unicamp os professores americanos que aqui já estavam, principalmente o professor Michael Hall, tinham essa curiosidade pela história "vinda de baixo" (sic), e através dele nós tomamos contato com toda essa biografia, com todos estes novos autores... Então o nosso projeto tinha um horizonte bastante nítido nesse aspecto. E nós tínhamos um respaldo intelectual enorme. Com o Thompson, com o Hobsbawn, você nunca está mal acompanhado, sempre tem uma retaguarda

[27] A tese do historiador Igor Guedes Ramos, defendida em 2015, apresenta de forma bastante pormenorizada uma descrição e uma análise deste período de formação de uma historiografia universitária, ligada aos programas de pós-graduação em História no Brasil. Trabalhando, sobretudo, com as dissertações teses defendidas nos programas de pós-graduação do Brasil nos anos 1980, a tese de Ramos nos apresenta um quadro interessante e detalhado desta produção e da centralidade que os programas da USP e UNICAMP exercerão neste momento. Cf. RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica:** as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014. 543 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, 2014.

[28] O número 6 da RBH, que tem como tema "A lucta, trabalhadores" é aberto pelo artigo "Todas as montanhas atlânticas estremeceram" do historiador norte americano Peter Linebaugh, um estudioso das obras de Erick Hobsbawn e E. P. Thompson, tendo inclusive trabalhado ao lado deste durante algum tempo. O número 7, que tem como tema "Hay Gobierno?" traz como artigo de abertura o texto "Uma revolução social burguesa?" de ninguém menos que Christopher Hill, um dos principais expoentes da *Social History* inglesa, de orientação neomarxista, ao lado de Thompson e Hobsbawn. E também um dos defensores da chamada "história vista de baixo". Os números 08 e 09, publicados no mesmo volume, com o tema "Cultura/cidades" é aberto pelo artigo "O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana" do historiador inglês Robert D. Storch que estuda, dentre outras coisas, a História das leis, da polícia do cotidiano e do urbano. Já o número 10, que tem como tema "Produções e transgressões", é aberto pelo artigo "Ideologia populista e a resistência de classes: O Peronismo e a classe operária, 1955/1960" do também historiador inglês Daniel James, um estudioso de gênero, do movimento operário e dos trabalhadores urbanos. Cf. LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 03, Nº 06, 1983, pp. 07-46.; HILL, Christopher. Uma revolução social burguesa? *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 04, Nº 07, 1984, pp. 07-32.; STORCH, Robert D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 05, Nº 08 e 09, 1984/1985, pp. 07-33. JAMES, Daniel. Ideologia populista e a resistência de classes: O Peronismo e a classe operária, 1955/1960. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 06, Nº 10, 1985, pp. 05-27.

> muito boa. Eu mesmo me correspondi várias vezes com o Thompson. (MORAES e REGO, 2002, p. 272)

A partir do relato de De Decca é possível estabelecer muito claramente esta relação direta entre os programas de pós-graduação da USP e, naquele momento em especial, o da UNICAMP com a formatação editorial da RBH e a definição das áreas de produção do conhecimento histórico no Brasil. Com estas sendo organizadas a partir das disputas políticas e institucionais existentes entre estes dois programas e das posturas daqueles que vieram a ocupar a presidência da ANPUH e a editoração da sua revista. Além disto, depreende-se da fala de De Decca uma outra tendência, qual seja: a recepção, apropriação e uso que vai ser feito de alguns autores estrangeiros e de seu pensamento pelos historiadores brasileiros naquele período. Recepção, apropriação e uso que são feitos, como expôs De Decca, muito mais em função do valor de troca político e institucional, do capital simbólico e intelectual que estes autores proporcionavam àqueles que os apropriavam e usavam do que propriamente das discussões teóricas e metodológicas trazidas por suas produções. O uso de Thompson e de historiadores ligados a tradição anglo-saxônica tinha por objetivo se contrapor a tradição francesa que ao menos na memória balizava a “escola uspiana de História”, em especial a “Escola” dos *Annales*. Era, claramente, um combate ao unitarismo historiográfico pregado pelos historiadores uspianos, malgrado a diversidade de sua própria produção, e estabelecido a partir do combate a partir das trincheiras abertas por outras tradições historiográficas.

É desta maneira e a partir destes lugares institucionais, portanto, que se inicia o processo de definição daquilo que Canabrava chamou de “moderna historiografia brasileira”. De constituição dos lugares, dos espaços de pertencimento e de identidades institucionais, políticas e intelectuais dentro da geografia disciplinar da História em nosso país. A RBH, a partir de então, irá se colocar como um campo de batalhas privilegiado para a construção da História no Brasil e da definição dos sujeitos historiadores que a escreverão, daquele período em diante. Assim como, para a definição dos temas, das áreas de pesquisa, das fontes, dos objetos, das teorias e metodologias hegemônicas e, sobretudo, dos historiadores que representarão e serão colocados como expoentes da produção historiográfica em cada uma das áreas que vai se constituindo em meio a estes embates e debates, ao longo da década de 1980.

Na subseção a seguir abordarei justamente como a RBH possibilita a constituição de um nós historiográfico como condição de possibilidade para a produção de uma historiografia profissional, acadêmica que terá nos programas de pós-graduação em História seus principais lugares de legitimação institucional, sobretudo a partir dos anos 1980.

2.3 A RBH E A CONSTRUÇÃO DO *NÓS* HISTORIOGRÁFICO

Portanto, fizeram parte destas mudanças uma nova normatização, a indexação da revista a padrões internacionais, uma nova relação institucional com a FAPESP, a impressão em uma nova editora, a Editora Marco Zero e, sobretudo, a redefinição do Conselho Editorial da revista. Notadamente dominado por historiadores da USP e da UNICAMP e de uma segunda geração de fundadores da ANPUH. Isto se explicita na proeminência de nomes como Déa Ribeiro Fenelón, Edgar Salvadori De Decca, Marcos A. Silva e José Jobson Arruda, tanto na organização editorial da RBH quanto na influência política, institucional e intelectual que vão exercer não só no PPGH a que estavam ligados, mas também no interior da ANPUH e da RBH. Esta redefinição editorial se expressa mediante o estabelecimento de novas relações institucionais da revista com as instituições de fomento à pesquisa, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, como indica o Conselho de Redação em editorial publicado nos números 8/9 da RBH:

> A realização desse projeto, que implicou alterações profundas na editoração da RBH, não teria sido possível sem a confiança e a ajuda inestimável da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Com esse apoio pudemos alterar os padrões de editoração, tornando a REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA da ANPUH um veículo capaz de abrigar e incentivar os debates historiográficos brasileiros, além de divulgá-los também no exterior. (CONSELHO DE REDAÇÃO, RBH, 1984/85, p. 1)

Este é outro elemento muito importante para se pensar a constituição destes lugares de produção de conhecimento histórico no país. A atuação das agências de fomento à pesquisa e a obrigação que elas colocavam de divulgação das pesquisas patrocinadas com bolsas. A FAPESP terá um papel central neste processo, uma vez que grande parte dos historiadores que publicaram na RBH neste período

tiveram o financiamento desta instituição. Assim como alguns outros vão ser financiados pela CAPES e CNPq.

No biênio seguinte, 1985-1987, sob a presidência do historiador da UFMG Caio César Boschi[29], esta tendência se acentua com alguns nomes estabelecendo-se, nessa nova configuração da geografia disciplinar da historiografia produzida no país, como pontos incontornáveis. Neste momento há a entrada em cena no Conselho Editorial da Revista de mais três historiadores: Déa Ribeiro Fenelón, professora da UNICAMP, Anna Maria Martinez Corrêa professora da UNESP – Assis[30] e Michael Hall, professor da UNICAMP, e a saída de Edgard Salvadori De Decca. Permaneceram José Jobson Arruda e Marcos Antonio Silva da USP. Contudo, a saída de De Decca da Editoria da RBH não é aleatória e muito menos inocente (voltaremos a este ponto um pouco mais adiante). Por enquanto prossigamos com a RBH e sua formatação ao longo deste biênio. Os quatro números publicados naquele biênio trazem os seguintes temas: Terra e Poder (Nº 12), Cultura e Linguagens (Nº 13), Instituições (Nº 15) e Sociedade e Cultura (Nº 16). Como os temas podem sugerir, a grande novidade trazida pelos editores da revista é a introdução de temas, problemas, objetos ancorados numa perspectiva "culturalista", ou melhor, a emergência de abordagens culturais de novos e velhos temas candentes na produção historiográfica daquele período, além da permanência dos temas e áreas de pesquisa já estabelecidos no biênio anterior. Nestes quatro números há a publicação de artigos que versam sobre o cotidiano das cidades e dos trabalhadores, sobre suas vidas fora e dentro das fábricas, sobre seus momentos de lazer e diversão, bem como a abordagem de temas diretamente ligados ao campo daquilo que começava a ser nomeado à época como "Nova História Cultural", tais como música, sexualidade, a cultura popular, etc.

Continua predominando nestes números a produção da USP e da UNICAMP com 26 textos de autores ligados ou com passagem pelo programa uspiano

---

[29] O historiador Caio César Boschi era, à época, professor da UFMG desde o ano de 1973. Fez sua formação em nível de doutorado em meados da década de 1970 na USP, sob orientação da Professora Maria Regina Rodrigues Simões de Paula. Cf. http://www.escavador.com/sobre/926823/caio-cesar-boschi . Acessado em 27 de fevereiro de 2016, às 22:02 h.

[30] A historiadora Anna Maria Martinez Corrêa é professora da UNESP – Assis desde 1967. Fez sua formação em nível de mestrado (USP) e doutorado (UNESP – Assis) no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, sob a orientação de Eduardo D'Oliveira França. Cf. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780489U8 Acessado em 27 de fevereiro de 2016, às 23:11 h.

e 16 pelo programa unicampista. Dos 15 textos restantes, quatro são de autores ligados a PUC-SP, três a UFF, os autores ligados a UFPB e a UFRJ contribuem com dois textos cada instituição, e a UFMG, UnB e UNESP – Assis comparecem com um, cada. Os textos publicados são tanto dos professores destes programas como de seus orientandos, bem como dos editores da Revista e seus orientandos que passam a ter um volume maior de publicações neste período, notadamente àqueles ligados à área de Ensino de História, na qual Déa Fenelón e Marcos A. Silva fazem uma dobradinha, não só publicando artigos de sua autoria, mas fazendo publicar vários de seus orientandos e orientandos de seus orientandos que vão ajudando a sedimentar a área de Ensino de História em torno de seus nomes e de alguns outros historiadores que orbitavam em torno deles e dos programas aos quais estavam filiados, a exemplo de Ernesta Zamboni, Elza Nadai e Maria Antonieta de Moraes Antonacci[31].

Voltemos então a saída de Edgard De Decca da editoria da RBH. Esse, sem dúvida, um dos acontecimentos mais incisivos deste período. Os caros leitores entenderão o porquê. Como afirmei anteriormente, a saída de De Decca não foi aleatória ou inocente. Uma vez que Edgard De Decca havia sido convidado ainda em 1985 pela Editora Paz e Terra para dirigir a coleção “Oficinas da História”. É na direção desta coleção que ele usará toda sua influência política e institucional para levar a cabo o seu projeto de “renovação da historiografia nacional” a partir dos marcos estabelecidos pelo seu grupo dentro do PPGH da UNICAMP. De Decca vai se referir a este processo da seguinte maneira, em entrevista de 2001, já numa tentativa de cristalizar uma dada memória de sua atuação política e institucional neste processo de “renovação” da historiografia brasileira:

> Eu considero uma felicidade minha ter sido responsável pela viabilização da tradução da obra do Thompson no Brasil, *The making of the english labor class*, quando dirigia a coleção Oficinas da História, na editora Paz e Terra. Com ele, começamos a aprofundar a questão

[31] Para uma discussão mais aprofundada sobre a constituição da área de Ensino de História no Brasil, em especial nas páginas da RBH, até o ano de 2001 conferir a tese de doutorado da Historiadora Margarida Maria Dias de Oliveira. Estudo no qual a autora destaca a importância da RBH para a constituição desta área no Brasil e o papel das redes intelectuais ligadas aos programas da USP e da UNICAMP neste processo. Cf. OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O Direito ao Passado**. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, 2003. Há outro ponto a se destacar na emergência da área de ensino de História neste momento, principalmente entre os quadros da USP e da UNICAMP, a criação de um currículo mínimo para o ensino de História para a rede de ensino do Estado de São Paulo. A disputa em torno da concepção de curriculum e da ou das concepções de história que o nortearam produz uma disputa política e institucional bastante acirrada entre os algumas redes intelectuais que haviam se formado inter e intrainstitucionalmente.

> do fazer-se dos sujeitos históricos, como os sujeitos históricos se constituíam; esse era o nosso projeto. Nós não vamos estudar os grandes sujeitos, mas os sujeitos anônimos, os "pequenos sujeitos". Então o nosso projeto tinha um horizonte bastante nítido nesse aspecto. E nós tínhamos um respaldo intelectual enorme. Com o Thompson, com o Hobsbawn, você nunca está mal acompanhado, sempre tem uma retaguarda muito boa. Eu mesmo me correspondi várias vezes com o Thompson. Ele ficava bravo comigo...eu enchia o saco dele, procurando resolver problemas da tradução do seu livro... Apesar disso ele acabou me ajudando, porque era um livro difícil de ser traduzido. Eu fiz a revisão técnica e o livro foi publicado em três volumes em 1987. Depois desta publicação, ainda fui responsável por outro importante livro de Thompson, *Senhores e caçadores*, estudo indispensável sobre as relações entre a lei e o crime... A Unicamp já tinha um projeto de pós-graduação e pesquisa e dirigindo a coleção Oficinas da História tive a chance de divulgar algumas teses do nosso departamento e também a bibliografia internacional que se dedicava a este tipo de história "vinda de baixo" (sic). (MORAES e REGO, 2002, p. 272.)

De Decca, portanto, vai utilizar o espaço que lhe é concedido por uma editora comercial, uma das maiores do país a época, a Paz e Terra, para efetivar e divulgar o projeto unicampista de "renovação da historiografia nacional" para um público mais amplo do que aquele alcançado pela RBH. Neste sentido, as escolhas editoriais de De Decca para a publicação na coleção serão as mesmas que já havia praticado, junto com Déa Fenelón à frente da editoria da Revista. Ou seja, ele será o responsável por traduzir para o português e publicar a obra de E. P. Thompson no Brasil, evidenciando com isso uma postura teórica e metodológica que privilegiava a "história vista de baixo". Postura essa que vinha sendo praticada tanto no programa da Unicamp quanto nas páginas da RBH com a ajuda de seus colegas de departamento, em especial Déa Fenelón. De Decca, aliás, vai se servir da contribuição de uma das suas orientandas, Denise Bottman, para fazer a tradução do principal livro de Thompson, *A formação da classe operária inglesa*, para o português. Ele será o responsável também pela tradução e publicação de outro importante livro para o estabelecimento desta perspectiva teórico-metodológica no país, que é *Os excluídos da História* de Michele Perrot.

No entanto, é importante fazer uma marcação metodológica em relação a fala de De Decca, para que possamos relativizá-la. Ela é uma fala em retrospectiva, feita no início dos anos 2000 e editada para compor um livro de entrevistas que tinha como objetivo configurar um "painel" da historiografia brasileira até então, produzido a partir das falas, relatos e conversas com alguns nomes desta produção

historiográfica selecionados e vistos pelos organizadores do livro como incontornáveis para a configuração do campo no país[32]; uma vez que segundo Moraes e Rego "a legitimidade deste grupo se baseia na relevância de sua produção historiográfica e na autoridade e trajetória profissional de cada um deles, reconhecidas de maneira geral pela comunidade e fora dela" (MORAES e REGO, 2002, p. 18). Neste sentido, De Decca busca construir uma narrativa linear, quase monolítica de sua trajetória e das estratégias que, junto com seus colegas de departamento, haviam montado para "renovar a historiografia brasileira". Ou seja, ele busca afirmar uma dada memória do programa da UNICAMP e apresenta-la como a memória de toda a historiografia brasileira daquele período.

Nesta memória construída por De Decca há algumas zonas de silêncio, como por exemplo a pouca relevância que ele vai dar a presença da obra e do pensamento de Michel Foucault entre os historiadores daquele período, em especial entre os da UNICAMP. Neste sentido há um duplo silenciamento operado por De Decca em relação a Foucault: primeiro em relação a sua própria produção historiográfica, em especial ao livro *O Silêncio dos Vencidos*, onde usa um vocabulário e uma metodologia claramente inspirada no filósofo francês, mas que não reconhece e nem explicita em momento algum de sua entrevista. Segundo, ao referir a "renovação" unicampista quase que exclusivamente à leitura de Thompson. Silenciando, mais uma vez, a presença do pensamento de Foucault na historiografia daquele momento, em especial aquela produzida a partir do Foucault de *Vigiar e Punir*, da sociedade disciplinar. Este Foucault se fará presente não só na produção de De Decca, como dito acima, mas também de alguns de seus orientandos como, por exemplo, na obra *Do Cabaré ao Lar* de Margareth Rago[33]. Isso devia-se ao fato de

---

[32] Os historiadores entrevistados por Moraes e Rego são, pela ordem das entrevistas dispostas no livro: Maria Yedda Linhares, Edgar Carone, Emilia Viotti da Costa, Boris Fausto, Fernando Novais, Evaldo Cabral de Mello, José Murilo de Carvalho, Maria Odila Leite da Silva Dias, Ciro Flamarion Cardoso, Luiz Felipe de Alencastro, Edgard De Decca, Angela de Castro Gomes, João José Reis, Nicolau Sevcenko e Laura de Mello e Souza. Um traço os une, a formação universitária, acadêmica de todos eles e o exercício da carreira nas pós-graduações, com exceção de Evaldo Cabral de Mello, diplomata de carreira. Neste sentido, estes nomes são colocados, também, como modelos daquilo que passou a ser nomeado no Brasil de historiadores profissionais. São antes de tudo, modelos de sujeito historiador.

[33] Para uma análise mais apurada destas questões Cf. RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica:** as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014. 543 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, 2014. _____. Algumas falas sobre Michel Foucault, Edward P. Thompson e sua *apropriação* pelos historiadores brasileiros. In: Simpósio Nacional de História, XXVII, 2013**,** Natal**. Anais...** Natal/RN, ANPUH, 2013; e SANTOS, Wagner Geminiano. _____. A invenção da crítica

boa parte das obras de Foucault já terem sido traduzidas no país, desde a década de 1970, e já havia uma produção nacional de historiografia, só que feita por não historiadores – no sentido empregado a este termo, nesta tese, a do profissional formado nos programas de pós-graduação em história –, circulando desde então[34]. Enquanto que as obras de Thompson ainda não haviam sido traduzidas, como afirma o próprio De Decca.

Desta maneira, é preciso ver a fala de De Decca como um discurso estratégico com o sentido de constituir uma dada memória que desse visibilidade aos autores estrangeiros que corroboravam e legitimavam a postura teórica e metodológica adotada na UNICAMP, sobretudo aqueles que melhor lhes servia como arma teórico-metodológica para atacar seus desafetos uspianos, em especial àqueles que interpretavam o passado a partir das teorias marxistas, em especial o marxismo estruturalista de matriz althusseriana, as vulgatas stalinistas e aquelas que no Brasil ainda bebiam na fonte do Partido Comunista Brasileiro – PCB, a exemplo da obra de Jacob Gorender, e na leitura de Caio Prado Jr., a exemplo de Fernando Novais e as discussões em torno do comércio metropolitano e o pacto colonial. Neste sentido, a visibilidade que De Decca vai dar a E. P. Thompson como o principal autor que contribuí para promover a "renovação" da "historiografia brasileira" do período tem um caráter muito mais político que teórico; pois, desta maneira, ele utilizava alguém oriundo do próprio marxismo para combater os marxistas brasileiros. Traduzir Thompson para o português, significava, neste sentido, dispor aos historiadores brasileiros uma arma intelectual de combate ao marxismo estruturalista de corte althusseriano e às vulgatas stalinistas ainda largamente utilizadas para explicar a realidade brasileira, e que ainda era bastante presente no país, em especial entre parte dos historiadores da USP. E uma arma investida de grande capital simbólico, uma vez que forjada nas próprias hostes marxistas e buscando renová-lo a partir de uma matriz culturalista.

Além disso De Decca foi responsável por publicar vários de seus colegas de departamento, como ele mesmo afirma, no sentido de afirmar a UNICAMP como o

---

historiográfica brasileira pós-década de 1980: um campo de batalha para modernos e pós-moderno. **Revista de Teoria da História**, Goiás, Nº 7, 2012, pp. 128-155.

[34] Ver, por exemplo, as obras de Jurandir freire Costa, *Ordem médica e norma familiar*, e Roberto Machado, *D(a)nação da norma*. Cf. MACHADO, Roberto (Org.). **Danação** da **norma**: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

lugar de renovação da historiografia brasileira. Nesse sentido, ele usou todo o poder institucional que capitalizou para dar visibilidade a historiografia produzida naquele programa, enfim para se estabelecer como um dos historiadores responsáveis pela guinada historiográfica que a historiografia profissional, acadêmica vinha atravessando, ou melhor, para dizer que a renovação que a UNICAMP promovia era a da própria historiografia brasileira. É por causa desta presença institucional e ação política de De Decca que Thompson se tornará uma leitura obrigatória e referência fundamental para algumas áreas de produção do conhecimento histórico no país, em especial a História do Movimento Operário, a História Social do Trabalho e a História Social da Escravidão. Há de considerar-se, também, que grande parte desta visibilidade adquirida por Edgard De Decca está relacionada a recepção e circulação de sua obra, hoje pinçada pela memória disciplinar da área à condição de clássica, *O Silêncio dos Vencidos*[35].

De Decca, por exemplo, vai ser um dos responsáveis pela visibilidade que a História Social da Escravidão vai ganhar no Brasil a partir de então ao publicar a tese de doutorado de uma de suas colegas de departamento: Silvia H. Lara, na mesma coleção Oficinas da História, onde já havia publicado os trabalhos de Thompson. A publicação da tese de Lara, *Campos da violência: estudo sobre a relação senhor-escravo na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*, estudo também claramente marcado pelo cruzamento do vocabulário thompsoniano com o de Michel Foucault, aquele dos corpos dóceis, do poder marcando e configurando o corpo dos escravos, respondia à formação de uma forte rede intelectual, política e institucional que buscava mover a produção historiadora para longe do espaço institucional da USP e das tradições historiográficas por ela encampadas, em especial a marxista estruturalista e uma certa imagem da tradição dos *Annales*. Buscava consolidar também a pós-graduação como o espaço legítimo, hegemônico não só de produção do conhecimento histórico, mas, também, como lugar central de validação do mesmo. Isto parece estar em consonância com aquilo que afirma o historiador Igor Guedes Ramos, em tese recém defendida, sobre a apropriação dos pensamentos de E. P.

[35] Para um exemplo de como ocorreu esta circulação entre os pares e qual a importância da obra *O Silêncio dos Vencidos*. Cf. RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica:** as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014. 543 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, 2014.

Thompson e Michel Foucault pela historiografia produzida na maior parte dos PPGHs do Brasil ao longo dos anos 1980:

> Em meados da década 1970, surgiu uma sistemática exigência de critérios, normas e procedimentos mínimos que definiram o lugar da produção historiográfica brasileira: criação, avaliação e regulação de instituições específicas de produção, implantação e maior estabilidade das linhas de fomento, normatização dos cursos de pós-graduação (implantação de linhas de pesquisa, sistema de seleção de ingressantes, estabelecimento de prazos, cumprimento de créditos, etc.); e, o que mais interessa aqui, comprometimento com a pesquisa em arquivos e a fundamentação em um número maior e variado de fontes (“fim do ensaismo”). Isto teve como um dos efeitos a procura de outras concepções teóricometodológicas que ajudassem a “dar conta” das “novas fontes” e dos “novos critérios” exigidos, favorecendo a penetração da História Cultural, da linguística, da antropologia, dos pensamentos de Foucault e de Thompson, etc.. (GUEDES, 2015, p. 2013)

Contudo, este discurso que procura estabelecer a centralidade dos programas de pós-graduação como o lugar privilegiado de regramento do conhecimento histórico e *locus*, por excelência, de profissionalização do historiador também não se constituiu de forma tão pacífica. Neste sentido, a constituição da nova História Social da Escravidão no país parece nos dar uma dimensão e fornecer um dos exemplos de como se processou esta construção. Em especial a partir da polêmica historiográfica estabelecida entre Jacob Gorender, Silvia H. Lara e Sidney Chalhoub que se inicia um pouco antes da efeméride dos cem anos da abolição da escravatura, em 1988 e se estende até o ano de 1992. Este embate teórico e político irá colocar frente a frente, e de forma estratégica, dois modelos de produção do conhecimento histórico e de escrita da história, o de Jacob Gorender, produzindo ainda uma escrita militante e que buscava instruir ou mobilizar para a revolução, para a mudança da realidade brasileira. Conhecimento este produzido ainda fora dos muros acadêmicos e a partir dos debates e tensões internos ao Partido Comunista Brasileiro – PCB e suas interpretações e leituras, no geral baseadas em um marxismo, na expressão de seus contendores, etapista, teleológico, militante e entendido como explicação teórica totalizante, algo muito próximo das vulgatas stalinistas, acerca da realidade brasileira. Por outro lado, Silvia H. Lara e Sidney Chalhoub, ambos à época ligados ao PPGH da UNICAMP, produzindo conhecimento histórico sob o manto legitimador de um lugar institucional que vinha se consolidando a passos largos ao

longo da década de 1980, os programas de pós-graduação em História. Segundo o historiador Carlos Fernando de Quadros, estes lugares institucionais aos quais pertenciam Lara e Chalhoub:

> Testemunharam um processo então há pouco iniciado e ainda hoje em crescimento no país: a difusão dos programas de pós-graduação em História e a profissionalização do historiador. Não são pequenos os efeitos disso no conhecimento histórico, podendo-se destacar uma mudança de um estilo ensaístico de escrever história – no qual a intenção era a de produzir grandes sínteses – para um padrão de estudos de teor empírico com delimitação espacial e temporal claras (e mais rigorosas), controlado pelas regras específicas de pesquisa que um programa de pós-graduação exige, espaço este onde as transformações antes referidas sobre a reflexão histórica tiveram seu local principal de discussão e prática historiográfica.
> As tendências dessas novas concepções sobre o conhecimento histórico e as demandas desse novo local de produção marcaram muitos historiadores daquela década de 1980 e foram uma das características que diferenciarão radicalmente os trabalhos de Sidney Chalhoub e Silvia Lara dos de Gorender. (QUADROS, 2011.)

Assim, esta polêmica expressa as lutas por validação institucional do conhecimento histórico produzido na década de 1980 e a busca de afirmação da pós-graduação como lugar privilegiado, senão o único a poder dizer e a produzir ou apto a oferecer as condições necessárias para uma narrativa válida, pois científica, controlada, sobre o passado, e o historiador profissional, o sujeito deste lugar institucional, o único capaz de o fazê-lo. A história e os historiadores profissionais acadêmicos em busca da hegemonia sobre o conhecimento do passado, tentando legitimar-se socialmente como os únicos capazes de elaborarem narrativas verdadeiras sobre “aquilo que foi” (RICOEUR, 2006). Chalhoub e Lara, portanto, fazem, por um lado, a defesa de dois lugares de poder, um institucional (a pós-graduação e a universidade) e outro de sujeito (o do historiador profissional, acadêmico) como os únicos legítimos para produção do conhecimento histórico; e, por outro, deslegitimam o saber produzido fora destes lugares ao denunciarem a militância política marxista stalinista de Gorender e suas ligações com o PCB e a construção da ação política em prol da revolução[36].

[36] Para um estudo mais aprofundado sobre esta polêmica entre Lara, Chalhoub e Gorender Cf. QUADROS, Carlos Fernando. **A polêmica historiográfica como um espaço de embate teórico e político:** o caso Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Silvia Lara. (Monografia de Conclusão de Curso em História). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

No entanto, há uma peculiaridade em torno deste debate e de toda esta polêmica. Ela ocorre, sobretudo, fora dos muros da academia e do próprio ambiente de discussão do PCB[37]. Acontecendo, principalmente, nas páginas de um dos jornais de maior circulação no país à época, a Folha de São Paulo. É um debate que ultrapassa os muros da academia e ganha o espaço público a partir da mídia. Este ultrapassamento, em grande medida, só foi possível também pela publicação da tese de Lara, por De Decca, na coleção "Oficinas da História", o que, certamente, lhe deu uma audiência significativa, para além dos pares ou de um público estritamente acadêmico. Esta polêmica ocorre, sobretudo, no espaço público porquê Gorender não terá, nos círculos acadêmicos daquele momento, uma rede intelectual necessária e a postos para fazer a defesa de sua posição teórica e historiográfica acerca da escravidão, em especial dentro da historiografia produzida em São Paulo. Gorender não tem orientandos. Uma vez que Gorender é um historiador formado e forjado fora da academia, ou seja, fora dos programas de pós-graduação em História. É, em grande medida, um autodidata formado nos quadros do PCB e da militância política marxista. E é a partir deste lugar que ele vai fazer uma dura crítica a historiografia da escravidão produzida a partir dos espaços universitários da pós-graduação ao afirmar, em texto publicado no final da década de 1980, que "hoje, se acreditasse nas teses universitárias da historiografia pretensamente avançada, decerto poderia exclamar: 'Admirável mundo velho! Como era bom ser escravo no Brasil'". Crítica esta que vai ser duramente rebatida por Lara. De acordo com Quadros, em artigo publicado em 12 de janeiro de 1991, na Folha de São Paulo, com o título "Gorender escraviza a História", Lara estabelece a réplica a Gorender nos seguintes termos:

> Neste texto encontramos a crítica até então mais forte à produção de Gorender... explicitada por Sílvia Lara: a presença de vícios estalinistas na produção histórica de Gorender: Quais seriam estes vícios? Para a historiadora, a "[...] *velha crença de que uma boa 'teoria geral' substitui com vantagens o diálogo com as evidências*".
> Jacob Gorender, no quadro construído por Lara, através do enfoque teórico marxista, especificamente o de "[...] *uma certa tradição* [...], *para a qual a 'Grande Teoria' obscurece qualquer relação com a*

[37] Para não dizer que este debate não reverberou ou não tenha sido travado também dentro da academia, cabe registrar que "no ano de 1992 a polêmica seguiu suscitando novos resultados, porém fora do âmbito público. A discussão retorna aos muros da academia, especificamente na *Revista de História* do Laboratório de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), número 1, 1992. Silvia Lara e Jacob Gorender, em um dossiê sobre o tema da escravidão [resultado de um seminário na UFOP], publicam um artigo cada, retomando pendências das notas anteriormente presentes nos jornais". (QUADROS, 2011, p. 56).

> *multiplicidade da experiência social*", e fechada em tal teoria, aponta os erros da historiografia sobre a escravidão e ignora o trabalho empírico com as evidências, a pesquisa nas fontes.
> Como resposta à postura que atribui ao autor baiano, Lara apresenta aos leitores um quadro de insurreição intelectual "[...] *contra concepções desta natureza* [...]" surgido em outro contexto: a década de 1960 na Inglaterra. Temos aqui anunciado aquele que constitui a influência central para o grupo de historiadores não só do trabalho escravo, mas do trabalho livre também: o já referido Edward Palmer Thompson.
> O historiador inglês é tido como exemplo dentro das lutas intelectuais internas do marxismo. Integrante do que se convencionou chamar de grupo dos historiadores marxistas britânicos, Thompson possuía uma trajetória de polêmicas acirradas com outros adeptos do materialismo histórico, dentre os quais Perry Anderson e Louis Althusser. (QUADROS, 2011, p. 53)

A descrição desta polêmica, feita por Quadros, explicita algumas características de constituição dos lugares institucionais, políticos e intelectuais de produção do conhecimento histórico brasileiro na década de 1980 e seguintes e como se deu os enfretamentos para a construção de um novo sujeito historiador, de um outro nós historiográfico. A primeira delas é a construção e o pertencimento a uma rede intelectual, a convocação dos pares, do nós. E isto fica bastante explícito na polêmica acima, uma vez que Lara e Chalhoub eram colegas do mesmo departamento, e seu texto se constituía, na verdade, a uma tréplica dentro deste debate. Pois, Gorender respondia a uma resenha de seu livro, *A escravidão reabilitada*, feita por Chalhoub e Lara é quem vai sair em defesa de seu colega de departamento revidando a réplica a Gorender. Além disso, o PPGH da UNICAMP vai servir de lugar para produção de inúmeras outras pesquisas – tanto de orientandos quanto de colegas de departamento e seus orientandos – que, em certa medida, dão continuidade aos trabalhos de Chalhoub e Lara ou se posicionam no mesmo campo de abordagem da questão da escravidão no Brasil produzida por ambos. A segunda característica diz respeito a recepção, apropriação e uso da obra e do pensamento de Thompson, assim como sua imagem de intelectual, como arma de combate político, institucional e intelectual dentro do campo de constituição da historiografia no Brasil de finais da década de 1980. Thompson se torna um ícone com forte valor de troca dentro da historiografia da escravidão no país, não só por seu pensamento, mas, também, pela imagem de intelectual que havia constituído para si: de alguém que não se furtou às lutas intelectuais e políticas no interior do marxismo combatendo aquilo que chamava de suas posturas mecanicistas e teoricistas, sobretudo as de corte

althusseriano[38]. Thompson é usado, em grande medida, por esta nova historiografia social da escravidão, por este forte valor simbólico que ele agregava no combate às leituras marxistas representadas por Gorender. Estes procedimentos vão ser agenciados justamente num momento de forte questionamento das teorias marxistas, não só no país, mas, em praticamente todo o mundo, devido ao fim do socialismo real na antiga URSS e a queda do muro de Berlim que põe fim aos embates geopolíticos mais tensos entre capitalismo e socialismo. Isto explica, em partes, a "derrota" de Gorender nesta polêmica e da "vitória" do grupo representado por Chalhoub e Lara, assim como pelo fato de que as pesquisas daquele, em grande medida, prescindia da análise documental, da ida aos arquivos, justo num momento que estes procedimentos começam a ser estabelecidos ou reestabelecidos como regra incontornável do fazer do historiador profissional, quase uma lei do meio, como virtudes epistêmicas que deveriam ser adotadas por aqueles que quisessem ser reconhecidos como historiadores profissionais, acadêmicos. Era, sobretudo, a vitória de um novo *modus* de se praticar a historiografia da escravidão no Brasil e a constituição de uma área de estudos com contornos, a partir de então, cada vez mais bem definidos, como apontaram Ramos e Quadros (RAMOS, 2015), (QUADROS, 2011). Estes procedimentos e estratégias vão ser amplamente utilizados para a constituição de várias outras áreas ou subáreas de produção do conhecimento histórico no país, daquele momento em diante.

Para encerrar, por hora, este debate – retornaremos a ele no segundo capítulo, mas a partir de um outro prisma, do da discussão epistemológica e teórica – e retornarmos mais detidamente à análise da RBH, quero discutir uma última questão colocada por esta polêmica em torno da historiografia da escravidão, qual seja: a relação da produção historiográfica acadêmica com os meios de comunicação de massa. Questão esta que se insere, como já visto, dentro de um debate mais amplo, que é o da vulgarização e socialização do conhecimento histórico para além dos muros acadêmicos e como isto deveria ser feito. O que envolve, por exemplo, as questões em torno do Ensino da História como área de conhecimento historiográfico e pedagógico e como espaço de discussão de como proceder a vulgarização e

[38] Ver a este respeito a crítica de Thompson a Althusser em *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Cf. THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria** (**ou um planetário de erros**): uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

socialização deste conhecimento[39]. Contudo, quero tocar aqui apenas na relação dos historiadores profissionais, acadêmicos com os meios de comunicação de massa naquele período: imprensa, TV e editoras. Havia naquele momento, finais dos anos 1980, dadas as efemérides de comemoração dos 100 anos da Abolição, dos 100 anos de Proclamação da República e dos 200 anos da Revolução Francesa um especial interesse dos meios de comunicação de massa acerca da História e da produção do conhecimento histórico, sobretudo em torno dos temas norteadores destas comemorações. Isto demandou uma maior produção para o grande público vinda de historiadores não acadêmicos, mas também daqueles historiadores formados na academia. E esta demanda buscou dar uma especial atenção às novas abordagens e

[39] Ver, por exemplo, a discussão que também se torna pública, ganhando as páginas dos principais jornais paulistas – a Folha de São Paulo e o Estadão – em torno da constituição de um currículo mínimo para o ensino de história no Estado de São Paulo, a partir de proposta formulada a pedido da Secretaria Estadual de Educação por meio da sua Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP por volta de 1986, a especialistas da área das principais universidades paulistas, a USP, a UNICAMP e a UNESP. Participaram do primeiro grupo de especialistas para a construção da proposta, Déa Fenelón (UNICAMP), Marcos Antonio Silva (USP), e Pedro Paulo de Abreu Funari (UNICAMP). A proposta elaborada pelos três vai sofrer duras críticas da imprensa paulista, mas também, e, sobretudo, de historiadores uspianos que irão se aproveitar dos espaços concedidos nos jornais e na mídia para questionar as modificações trazidas pela proposta, que encampavam dentre outras coisas, as novas tendências historiográficas que estavam se afirmando nos departamentos dos professores que a formularam. Diante das duras críticas – na maioria das vezes adjetivistas e personalistas – a esta proposta, dentre elas a de "doutrinação comunista" por uma "esquerda radical", em 1991 é formada uma nova equipe de historiadores, composta por Ernesta Zamboni (UNICAMP), Katia Abud e Luis Koshiba (UNESP) e Maria Helena R. Capelato (USP), para produzir uma nova proposta. Diferentemente da polêmica em torno da historiografia da escravidão, este debate se dará e se fará não só através dos jornais, mais envolverá inúmeras outras instituições como a Secretaria de Educação do Estado, os departamentos de história e educação das universidades supracitadas, a ANPUH e, claro, a RBH onde este debate vai ganhar grande repercussão. Só para lembrar que este debate começa a ser travado justamente no momento em que Déa Fenelón é presidente da ANPUH e Marcos Antonio Silva se encontra frente da editoria da RBH. Na Revista este debate é iniciado com um texto de Elza Nadai (USP) no Nº 11, intitulado "A escola pública contemporânea – propostas curriculares e Ensino de História". Cf. NADAI, Elza. A escola pública contemporânea – propostas curriculares e Ensino de História. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Pulo: Nº 11, Vol. 06, set. 1985/fev. 1986. pp. 99-116. Prossegue no Nº 13 com a publicação do artigo "Aprender quais histórias?" que discute os principais pontos da proposta apresentada por Fenelón, Silva e Funari. Cf. CARVALHO, Anelise M. M, MATE, Cecília Anna, ANTONACCI, Maria Antonieta de M., AQUINO, Maria A. de, REIS, Maria C. D, NICOLAU, Salma. Aprender quais histórias?. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Pulo: Nº 13, Vol. 07, set. 1986/fev. 1987. pp. 153-164. E para ter uma noção de como se deu a réplica ao debate público nas páginas da RBH Cf. FENELÓN, Déa R. Sobre a proposta de Ensino de História do primeiro grau. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Pulo: Nº 14, Vol. 07, set. 1987/fev. 1988. pp. 249-254; SILVA, Marcos Antonio. A impaciência do preconceito e o coro dos contentes. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Pulo: Nº 14, Vol. 07, set. 1987/fev. 1988. pp. 255-260; FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. Antiguidade, proposta curricular e formação de uma cidadania democrática. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Pulo: Nº 14, Vol. 07, set. 1987/fev. 1988. pp. 261-262 e na sessão "Polêmica" deste mesmo número o texto "Ensino de História: Opções em confronto". *In*: **Revista Brasileira de História**. São Pulo: Nº 14, Vol. 07, set. 1987/fev. 1988. pp. 231-248, onde são reproduzidos os principais artigos publicados nos jornais paulistas acerca da proposta. Para uma discussão sobre a CENP e a criação do curriculum de História Cf. MARTINS, Maria do Carmo. A CENP e a criação do currículo de História: a descontinuidade de um projeto educacional. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Pulo: Nº 36, Vol. 18, 1998.

aos novos temas que vinham sendo discutidos nas pós-graduações brasileiras naquela década. Daí, por exemplo, a publicação da coleção “Oficinas da História”, pela Paz e Terra, sob a direção de Edgard De Decca, seguindo estes critérios. No entanto, esta relação vai ser vista, por uma parcela dos historiadores no período, sobretudo os analistas desta produção, com muita má vontade, como se pode evidenciar a partir da análise de Fico e Polito, num dos principais balanços sobre a historiografia brasileira dos anos 1980, produzidos à época:

> Esta relativa pobreza teórica não impediu que se impusesse a impressão generalizada de que, durante os anos 80, se viveu um período de renovação da produção histórica. Em grande medida esta crença foi alimentada pela aparição de novos temas de pesquisa (sexualidade, mentalidades, magia) e também pela multiplicidade de trabalhos produzidos pelos novos cursos de pós-graduação. Em setembro de 1988 o caderno “Ideias”, do *Jornal do Brasil*, publicava uma matéria intitulada “As mudanças silenciosas” onde, ao lado de algumas análises apressadas ou apenas equivocadas, pontificava a impressão de grande transformação na maneira de fazer e na própria compreensão sobre o que era a História para os historiadores.
> Da mesma maneira, em matéria intitulada “Virada na História”, a revista *Isto É*, de junho de 1985, chamava a atenção para o fato de que “novas visões históricas, sem dogmatismos, começaram a retraçar cinco séculos de aventura brasileira”.
> Assim, se quisermos reconstruir o “imaginário” sobre a produção histórica na segunda metade dos anos 80, veiculado pela mídia, teríamos o seguinte: jovens historiadores, notadamente da UNICAMP, contrapõem-se aos “dogmatismos” teóricos, sobretudo marxistas, e operam uma renovação teórica da História que impõe um redirecionamento das pesquisas através do abandono de “velhas noções estabelecidas” e da busca de novas temáticas. Como se vê, há mais equívocos que acertos nesta percepção. (FICO e POLITO, 1992, pp. 160-161)

Este discurso de Fico e Polito é emblemático de como o debate em torno desta questão vai ser travado entre os historiadores profissionais, acadêmicos no Brasil naquele período. Se por um lado havia um grupo de historiadores que viam no uso da mídia de massas e nos seus veículos, impressos ou magnéticos, um canal legítimo de circulação, divulgação e vulgarização do conhecimento histórico produzido nas academias, sem que isso trouxesse maiores problemas para a fabricação deste saber, seus protocolos de cientificidade e para a formação do historiador profissional, como parece defender parte dos historiadores da UNICAMP – muito embora para estes, esta defesa se dê, neste momento, muito mais pela necessidade de afirmação do seu lugar institucional do que propriamente por uma discussão mais matizada

acerca da vulgarização e socialização do conhecimento histórico pelos *mass média*. Por outro, para muitos outros historiadores, entre eles Fico e Polito[40], esta relação com a mídia era bastante perigosa, sobretudo, pelos riscos dos historiadores cederem ou se renderem aos encantos dos "modismos" demandados pelos meios de comunicação de massa, aderindo de forma acrítica a "ideologia" mercadológica e capitalista que nortearia os *mass média,* o que em grande medida refletia ainda uma certa análise da vulgata marxista stalinista que coloca a mídia como aparelho ideológico a serviço da burguesia e do capital. Vai reverberar também, na configuração desta geografia disciplinar, um debate que começa a ser apropriado por estas plagas a partir das discussões feitas pela Escola de Frankfurt, em especial por Adorno, Hockeimer e Habermans acerca do papel daqueles meios de comunicação na construção padronizada e estandardizada da sociedade moderna – diga-se de passagem, uma apropriação bastante complicada, pois parece provocar uma superposição de temporalidades conflitantes, uma vez que as análises feitas pela Escola de Frankfurt diziam respeito a uma realidade bem distante e diversa daquela vivida pelo Brasil no final dos anos 1980. Apropriadas para o campo da história para pensar a relação dos historiadores com as mídias, essas teorias vão provocar a interdição do debate sob o argumento reducionista de que este contato colocava em risco a produção de um conhecimento crítico, rigoroso, teoricamente orientado, científico, portanto. Assim, além de interditar o debate, naquele período, estes enunciados serão atualizados todas as vezes em que a relação dos historiadores profissionais, acadêmicos com as mídias são postas para o debate, dali em diante. Requerer o rigor, a cientificidade do conhecimento histórico frente a sua "vulgarização" torna-se, com isso, um enunciado de forte mobilização e um dos indicies de interdição para que este debate fosse feito de forma mais desabrida e incluindo outros sujeitos produtores de narrativas sobre o passado. Quando muito, estes serão inseridos no debate pela negativa, como modelo daquilo que não deve ser copiado, seguido, ou seja, como tudo aquilo que o historiador profissional, acadêmico não deveria ser.

Este é um dos motivos pelos quais Fico e Polito constroem, em sua análise, um discurso que busca negar as mudanças mais bruscas na historiografia produzida

[40] Quero apenas apontar que além de Fico e Polito outros historiadores vão fazer esta discussão nos mesmos termos que ambos. Cito os exemplos mais clássicos de Ciro Flamarion Cardoso e de Michel Zaidan. Porquanto, cabe só registrar este outro fio que se desenovela desta discussão. Retornaremos a ele e aprofundaremos esta discussão ao longo da segunda parte desta tese.

no Brasil daquele período ou, ao menos, tentam arrefecê-las. Ao apontar apenas como elementos realmente novos da produção historiográfica daquele momento os estudos sobre temas como feitiçaria, sexualidade, mentalidades, bruxaria. Ambos buscam, inclusive, quantificar qual seria o volume desta mudança ao afirmarem que “em termos numéricos, os trabalhos especificamente ligados a novas temáticas, como bruxaria, sexualidade, corpo, loucura ou imaginário, ao todo não representam 5,0 % do número total de trabalhos, não chegando, portanto, a atingir 40 pesquisas” (FICO e POLITO, 1992, p. 57). E vaticinam:

> Além disso, “renovar” a História não é, preponderantemente, abordar temas novos: as melhorias cruciais, são, em geral, teóricas e metodológicas.
> Por outro lado, é um pouco enganoso tomar-se a produtividade crescente dos cursos de pós-graduação como um indicador seguro desta “renovação” ou “virada”. Na verdade, nossos levantamentos dão mostras bastante seguras de que a grande maioria dos trabalhos segue ainda os caminhos que seriam considerados “tradicionais”. A História Política, de viés bastante clássico, ainda continua, por exemplo, muito presente. Do ponto de vista da produção do conhecimento histórico essa mudança ainda está por acontecer, e talvez aconteça nos anos 90.
> Esta problemática, sem dúvida, talvez pudesse ser discutida supondo-se a existência de um núcleo renovador, de uma “vanguarda” que, embora não constituísse a maioria, sinalizasse no sentido dos novos rumos que se estabeleceriam a partir de então. De fato, em certos momentos, a mídia, com algum amparo na realidade da convivência da própria comunidade de historiadores, passou esta imagem – não sem o desconforto que a desgastada noção de “vanguarda” impõe. Mas a “pesquisa de ponta”, a “renovação”, a “Nova” História, todas estas expressões estão carregadas daquele sentido. Impõe-se, portanto, refletir sobre o que é novo nesta História. (FICO e POLITO, 1992, pp. 161-162)

É visível, no trecho acima, a má vontade dos autores quanto as mudanças que vinham se processando na produção do conhecimento histórico no país naquele período e, em especial, ao destaque que a mídia vai dar a estas transformações. O que se expressa no uso constante de adversativas, do advérbio talvez, sempre tentando deixar em suspenso estas mudanças ou apenas no campo das possibilidades; sem contar com as inúmeras aspas colocadas nos termos que buscavam explicitar estas modificações. No entanto, concordamos com Fico e Polito quando estes apontam que temas como sexualidade, corpo, feitiçaria, ou seja, os temas afeitos ao que vai se nomear posteriormente como “Nova História Cultural” ou tão somente “História Cultural” ainda eram relativamente minoritários dentro da

produção do período. Começando a aparecer de forma ainda tímida apenas no final da década de 1980, como apontamos para o biênio 1985-1987. Mas isto não quer dizer que várias outras áreas e subáreas do conhecimento histórico não tivessem se renovado quase que por completo desde o início da década como, por exemplo, a historiografia do movimento operário e do trabalho, e outras viessem se renovado, como é o caso da historiografia da escravidão, e outras surgindo com certo vigor, como a da história das mulheres.

Neste sentido, no final dos anos 1980, para construção do nós historiográfico o uso dos *mass média* ainda de colocava como uma possibilidade bastante fértil na construção do historiador profissional, acadêmico. Como procurei mostrar, a interdição destes lugares de fala para a enunciação do discurso do historiador profissional não era algo dado, mas objeto de uma disputa renhida que começava a colocar em lados opostos diferentes projetos de escrita da história e de elaboração da figura do historiador profissional no Brasil. Apesar das convocações a um nós historiográfico, sua imagem ainda não estava totalmente configurada, muito embora as regras e as armas da luta já estivessem postas e em disputa.

2.4 A PUBLICAÇÃO NA RBH E O CRIVO DOS PARES

Nesta subseção procuro cartografar como a comunidade de historiadores profissionais, acadêmicos que se formava no Brasil a partir da década de 1980 estabeleceu algumas regras tácitas de enunciação do saber histórico que terminaram por ressoar nas páginas da RBH, ao mesmo tempo constrangendo e possibilitando as narrativas historiográficas ai publicadas e circuladas. Estas regras e protocolos começas a ficar mais evidentes, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1980, como demostro a seguir.

No biênio 1987-1989 a ANPUH passa a ser presidida, mais uma vez, por um historiador ligado ao PPGH da USP, a professora Raquel Glezer, depois dela ter sido, por três vezes seguidas, a Secretária Geral da Associação. Sob sua presidência há alterações significativas no Conselho Editorial da RBH. Saem os historiadores José Jobson Arruda da USP, Déa Ribeiro Fenelón, que havia se transferido neste período da UNICAMP para a PUC-SP, e Michael Hall da UNICAMP, permanecem os historiadores Marcos A. Silva da USP e Anna Maria Martinez Corrêa, professora da UNESP – Assis. Além destes, serão incorporados ao Conselho os historiadores Carlos

Roberto Antunes, professor da UFPR (Antunes vai ser o primeiro historiador que além de não ser professor de nenhuma instituição paulista, que também não teve sua formação marcada ou ligada a nenhuma delas a fazer parte do Conselho Editorial da Revista), Eni de Mesquita Samara, professora da USP; Maria Stella Martins Bresciani, professora da UNICAMP e Rosa Maria Godoy Silveira, professora da UFPB (embora Silveira fosse professora de uma instituição situada fora de São Paulo, o que a torna a primeira historiadora de uma instituição fora do centro-sul a participar da editoria da RBH, sua formação havia sido feita na USP). Estas alterações no conselho editorial da revista provocam também algumas mudanças nos autores publicados e nos temas que irão ser abordados nos quatro números da RBH editados neste biênio. Não ao ponto de alterar a hegemonia dos autores ligados a USP e a UNICAMP, pois as estratégias e procedimentos usados pelos editores são praticamente os mesmos dos biênios anteriores. Uma vez que, nestes quatro números, são publicados 56 textos (entre artigos temáticos, artigos livres, resenhas, apresentação de documentos e outros), a grande maioria de pesquisas individuais, mas também alguns textos coletivos. O que faz com que em 56 textos, estejam presentes 66 autores. Destes, 18 tem ligação direta com a USP, sendo ou professores ou historiadores formados no seu PPGH, 17 tem ligação com a UNICAMP, sendo também ou professores ou historiadores formados no seu PPGH.

Temos, neste período, um aumento significativo de publicações ligadas aos PPGHS da UFF e PUC –SP, comparecendo com seis textos cada, o que se explica, no caso da UFF, em partes pela migração, neste período, que alguns dos historiadores que haviam feito o mestrado no seu PPGH para fazerem o doutorado na UNICAMP, em especial os orientandos de Robert Slenes, a exemplo de Sidney Chalhoub, Gladys Sabina Ribeiro e Marta Campos Abreu. Já no caso da PUC-SP, este aumento significativo se explica pela presença de Déa Fenelón no seu quadro docente e que mesmo distante da editoria da RBH parecia continuar exercendo ainda uma grande influência sobre ele, em especial porque parte destes trabalhos da PUC-SP aí publicados ou vão ser de seus orientandos, como Olga Brites, ou de seus colegas de departamento, a exemplo de Maria Antonieta Antonacci. Temos quatro textos de autores da UFBA, o que se explica pela comemoração da efeméride de 100 anos de abolição da escravidão, quando no número dedicado a este tema temos três textos, sendo dois do historiador João José Reis e um da historiadora Katia Mattoso, expoentes da nova historiografia social da escravidão no Brasil. A UNESP-Assis

comparece com mais quatro autores, dedicados a área de ensino de História. E UNESP-Franca, UFRJ, e UFRGS com um, cada.

No entanto, neste biênio, a partir da observação dos autores que aí publicaram e de seus orientandos, salta aos olhos a ascendência de Eni de Mesquita Samara como uma das figuras centrais do Conselho Editorial. Esta vai publicar vários de seus orientandos, assim como seus colegas de departamento e os orientandos da sua orientadora, Maria Thereza Schorer Petrone. Ao lado de Marcos A. Silva e de Maria Stella Martins Bresciani, vão ser responsáveis por dar visibilidade a novas áreas de produção do saber histórico no país, a exemplo da História das Mulheres, pensada ainda neste momento no recorte de uma história dos excluídos, a partir da perspectiva de Michele Perrot, e dos estudos sobre Família. Neste sentido, a RBH parece cumprir, mais uma vez seu papel estratégico, uma vez que nos quatro números publicados ao longo destes dois anos há uma clara definição dos lugares institucionais que orientam a publicação, assim como das perspectivas teóricas e metodológicas que a informam. Neste período há uma sensível modificação editorial da Revista, que parece contribuir decisivamente para esta maior definição, qual seja: cada número publicado ficou a cargo de um organizador.

O primeiro número publicado sob esta nova configuração institucional da RBH, o número 15 de setembro de 1987/fevereiro de 1988, com o tema Sociedade e Cultura, foi organizado por Maria Stella Martins Bresciani. Ao organizar este número, Bresciani parecia expressar sua ascendência não só intelectual sobre a RBH, que já era marcante desde a presidência de Déa Ribeiro Fenelón, sua colega de UNICAMP (biênio 1983/1985), mas, sobretudo, institucional. Ela vai imprimir sua marca intelectual neste número da revista ao articular a publicação quase que exclusiva de historiadores ligados a USP e que trabalhavam com a temática “Cultura e Sociedade” a partir de uma perspectiva bem próxima a sua. Indicia também esta influência de Bresciani sobre esta produção às referências feitas ao seu trabalho nos artigos publicados neste número. Este é um número marcado também pela forte presença de autores ligados ao programa de pós-graduação de história da USP e em menor grau o da UNICAMP na produção circulada naquele número. Além disto, a grande maioria dos artigos tem como base teórico-metodológica a História Social inglesa, aparecendo também alguns textos daquilo que estava começando a ser nomeado a época de “Nova História Cultural. Já o número 16 e os artigos nele publicados, organizado por Silvia Hunold Lara, professora da UNICAMP, e que tem como tema a “Escravidão”,

em comemoração aos 100 anos da Abolição, são claramente inspirados e matizados pela História Social da Escravidão, na perspectiva dos “de baixo”, a partir das leituras e pensamento de E. P. Thompson, Eugene Genovese e do conceito de resistência sub-reptícia do historiador chileno e professor da UNICAMP, radicado no Brasil, Hector Bruit, além das referências e citações a Hobsbawn e Christopher Hill. Neste número o lugar institucional que está na base das pesquisas e produções publicadas na RBH é, na maior parte dos textos, o PPGH da UNICAMP e em menor volume o da USP e de algumas outras instituições do país, além de textos de autores internacionais, como por exemplo, o historiador americano Eric Foner, que contribui com a publicação do artigo “O significado da liberdade”. Assim, com este número, a RBH cumpre o seu papel no sentido de legitimar a nova historiografia social da escravidão. Além de não reverberar as discussões, que neste período já se faziam acaloradas, em torno dessa área – uma vez que Gorender já havia publicado o seu livro *A Escravidão Reabilitada* –, a RBH vai publicar os principais historiadores a quem Gorender critica em seu livro: Silvia Lara, Sidney Chalhoub e Robert Slenes da UNICAMP, Kátia Mattoso e João José Reis da UFBA, Luis Carlos Soares da UFF e Maria Helena P. T. Machado da USP. Não há, portanto, espaço para uma leitura divergente da historiografia da escravidão nas páginas da RBH. Praticamente todos os textos publicados corroboram com uma mesma visão e abordagem do tema, partindo da perspectiva “dos de baixo”.

O número 17, de setembro de 1988/fevereiro de 1989, organizado por Eni de Mesquita Samara a partir do tema “Família e Grupos de Convívio”, tem como lugar institucional predominante da produção aí publicada e circulada, o PPGH da USP. Neste número, a RBH e seu Conselho Editorial vão mesclar textos produzidos tanto a partir da perspectiva da História Social inglesa, quanto produzidos e inspirados a partir da “Nova História Cultural”, muito embora estes recortes e diferenças ainda não estejam bem estabelecidos, havendo hibridismos destas correntes e dos autores que lhes são caros dentro dos próprios textos e abordagens historiográficas dos autores que aí publicaram. Já o Nº 18, de agosto de 1989/setembro de 1989, que tem como tema “A mulher e o espaço Público”, é novamente organizado por Stella Bresciani. Diferentemente do Nº 15, que ela também havia organizado, neste número o lugar institucional predominante entre as pesquisas e produções publicadas é o PPGH da UNICAMP e em menor volume o da USP. A maioria dos artigos é fruto de pesquisas em nível de mestrado ou doutorado desenvolvidas naqueles programas. Neste número da RBH quase todos os artigos dialogam com uma História das Mulheres na

perspectiva de uma história dos excluídos. Não à toa o texto de abertura da revista, “Práticas da memória feminina”, é de autoria de Michele Perrot, historiadora francesa expoente desta perspectiva. Há textos também já apontando para um recorte de gênero, com inspiração no pensamento e obra de Michel Foucault e em alguns de seus comentadores brasileiros como Jurandir Freire Costa e Roberto Machado, como, por exemplo, os trabalhos de Margareth Rago, Maria Clementina Pereira da Cunha e Magali G. Engel, todas ligadas ao programa da UNICAMP, e o de Raquel Soihet, professora da UFF. Já o Nº 19, organizado por Marcos A. Silva, com o tema “História em Quadro Negro: Escola, Ensino e Aprendizagem”, retoma a discussão de um tema que se tornou bastante caro a revista, em especial desde a presidência de Déa Fenelón, e que ela ajuda a delinear e a definir como área de estudo historiográfico no país, a de Ensino de História[41].

Este número finaliza o percurso da RBH ao longo da década de 1980, apontando, dentre outras coisas para a construção de uma dada renovação que a produção historiográfica nacional vinha sendo submetida ao longo da década. Uma renovação de ordem temática, da constituição dos objetos, de cotejamento de novas abordagens e perspectivas teóricas, de ampliação das fontes e redefinição metodológica. Muito embora sem despertar nos historiadores brasileiros a época, ao menos nas páginas da RBH, uma problematização teórica e historiográfica do seu fazer, das regras e procedimentos que presidiam a sua operação ou até mesmo de pensar o lugar ou os lugares a partir de onde ela estava sendo produzida. Na verdade, se tratava mais da produção e definição destes lugares do que de qualquer outra coisa. Estes movimentos se constituíam num processo de redefinição de toda uma geografia disciplinar e sua cartografia correlata: a da historiografia acadêmica, profissional, no Brasil. E dos lugares, das áreas e subáreas que a comporiam a partir de então. Assim como de qual tipo de sujeito historiador seria requerido por este espaço em “renovação”. Foucault, Thompson e Benjamin parecem ser os autores mais usados e apropriados pelos historiadores brasileiros a “conduzir” esta mudança. E esta tendência se expressa praticamente ao longo de todo o período. Desta maneira, a RBH buscava expressar não só esta renovação pela qual a historiografia

[41] Para uma discussão mais aprofundada sobre a constituição desta área de estudo conferir a tese de Margarida Maria Dias de Oliveira, na qual a autora discute a constituição desta área para o pensamento historiográfico brasileiro, apontando, dentre outras coisas, o papel da RBH neste processo. Cf. OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O Direito ao Passado**. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, 2003.

produzida no país passava naquele período, mas, sobretudo, apontar para os lugares institucionais que despontavam para ou possibilitavam estas mudanças, senão que a construíam.

Contudo, a meu ver, a dimensão que vai dar um caráter institucional estratégico para a RBH é o papel que alguns de seus editores, junto com os presidentes da ANPUH, vão assumir junto a revista, notadamente a partir de 1983, na tentativa de organizar a produção historiográfica nacional em meio a ascendente profusão de novas histórias e historiadores que surgiam a partir dos principais programas de pós-graduação em História à época, em especial os da USP e UNICAMP. Nomes como Déa Fenelon, Edgar Salvadori de Decca, José Jobson Arruda, Marcos Silva, Raquel Glazer, Eni de Mesquita Samara, Maria Stela Bresciani, parecem tomar a frente do processo de produção e editoração da Revista com o claro objetivo de organizar a transição de sua geração de historiadores para uma outra que estava despontando sob a influência dos ventos historiográficos ingleses, franceses e, em menor intensidade, americanos. A geração acima foi acomodando, absorvendo, formando e orientando nomes da nova geração de historiadores como Margareth Rago, Sidney Chalhoub, Gladys Sabina Ribeiro, Nicolau Sevcenko, Marta Campos Abreu, Olga Brites, Silvia Lara, Laura de Mello e Souza e inúmeros outros de modo a preservar e ampliar o lugar institucional, de poder e saber, representados pelos programas de pós-graduação em História da USP e da UNICAMP e, em menor grau, da PUC-SP, da UNESP – Assis e Franca, sobre a produção do saber histórico no país. Levar isto a efeito, justamente no momento em que a produção do conhecimento histórico brasileiro começava a sofrer sensíveis transformações em todos os seus níveis, significava, antes de tudo, transformar aqueles espaços institucionais não só em lugares de produção, mas, sobretudo, de definição das regras do fazer histórico. E foi a este propósito que serviu, não só a ANPUH, mas, sobretudo, a RBH ao longo dos anos 1980. Isto era favorecido por regras de editoração e publicação pouco rigorosas ou não claramente definidas, em especial por que a Revista em nenhum momento ao longo dos anos 1980 adotou o parecer às cegas como critério de avaliação e publicação, o que restringiria dadas práticas. O crivo direto dos pares, e as redes intelectuais a que pertenciam, sobretudo dos editores a frente da Revista pareceu ser o principal critério de publicação na RBH neste período.

A RBH termina os anos 1980, portanto, afirmando os PPGHs da USP e da UNICAMP como os principais lugares de definição da “historiografia brasileira” e,

sobretudo, de sua renovação. Espelhando, com isso, as discussões e debates que o constituíam, como sugere Igor Guedes Ramos ao se referir ao programa da UNICAMP:

> Desde sua fundação em 1976 até 1990 o programa sofreu diversas mudanças em suas linhas de pesquisa e áreas de concentração, contudo, a temática principal foi constante: “História Social do Trabalho” focada na “recuperação da memória política das classes trabalhadoras, com estudos sobre a vida cotidiana, a vida fora das fábricas e a cultura popular”. No final dos anos 80, emerge o interesse dos membros do programa (docentes e discentes) pela “História Cultural”; ou, melhor dizendo, o que começou com um interesse no interior da “História Social” pela “cultura dos trabalhadores e dos marginalizados”, foi se consolidando na década de 1990 em uma área de concentração separada: com outros objetos, temáticas e referências teórico-metodológicas. (RAMOS, 2015, p. 2016)

Estas mudanças no interior do programa se fizeram presentes também nas páginas da RBH, como visto acima, de forma quase que simultânea às transformações operadas naqueles espaços acadêmicos. Muito embora ainda reproduzindo uma estrutura e um debate ainda hierarquizado, proveniente, sobretudo, do departamento de história da USP, que ao longo dos anos 1970 e 1980 procurou senão monopolizar este debate, mas, ao menos direcioná-lo ou orientá-lo institucionalmente, o que se expressa, sobretudo, pela presença de professores de seu departamento ou oriundos dele em espaços institucionais chave da ANPUH e da RBH, como a presidência daquela e na editoria desta. Sobre esta postura, a historiadora Maria Odila Leite Dias afirma o seguinte, em entrevista de 1999:

> Na USP são como feudos, são grupos que se constituem, sobretudo como política corporativa, controle das editoras, acesso aos jornais, e esses grupos são muito paroquiais. É raro as pessoas entabularem uma discussão intelectual. Eu tenho a impressão de que é um ambiente viciado, no qual o debate propriamente intelectual não conta muito. Nós não temos uma tradição plural. Ao contrário, temos uma tradição muito fechada e autoritária e sentimos isso dentro das universidades. (MORAES e REGO, 2002, p. 209)

Este paroquialismo e política coorporativa da USP buscou se estender tanto a ANPUH quanto a RBH, muito embora, como vimos, tenha tido de fazer determinadas concessões aos professores e ao PPGH da UNICAMP, com quem rivalizavam e, sobretudo, dividiram os espaços institucionais e de publicação da

ANPUH ao longo da década de 1980. Neste sentido, por mais que a RBH tenha expressado algumas das transformações pelas quais a historiografia produzida no período, ou parte dela, passou, ela não expressa sua pluralidade e diversidade, uma vez que deixa de fora e interdita vários debates presentes e constitutivos daquele momento, como por exemplo, o que se dá em torno da historiografia da escravidão silenciando e marginalizando determinadas perspectivas e abordagens ainda bastante significativas à época, em especial as abordagens marxistas mais tradicionais representadas por Gorender. Nos anos 1980, portanto, apesar de apontar para uma abertura e renovação de tendências a RBH se constituiu muito mais como um espaço de legitimação de determinadas estruturas e hierarquias institucionais, a exemplo dos PPGHs da USP e da UNICAMP, e da consolidação de determinadas tradições historiográficas, de uma determinada tradição francesa – ligada aos *Annales*, como requer certa memória – no primeiro programa e uma tradição anglo-saxônica, de matriz inglesa, no segundo. Parafraseando Dias, a RBH ao longo da década de 1980 se tornou um feudo, onde os grupos de historiadores que se constituíram naqueles departamentos controlaram, a partir de uma estratégia política corporativa, sua editoria e definiram os temas, objetos, abordagens, perspectivas e os nomes que comporiam ou seriam colocados como renovadores do que diziam ser a própria historiografia brasileira. Como constatou Michel de Certeau, em obra já clássica, o que permite ou possibilita o discurso historiográfico é o seu lugar social de produção (CERTEAU, 1982.). E a escrita da história circulada na RBH é um exemplo disto.

3 A RBH E A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO HISTORIOGRÁFICO BRASILEIRO PROFISSIONAL, ACADÊMICO: Cartografando lugares e estabelecendo uma memória disciplinar

Esta seção procura historiar e historicizar como o campo historiográfico brasileiro profissional, acadêmico foi sendo configurado a partir da Revista Brasileira de História – RBH, sobretudo ao longo dos anos 1990. Mostro como a revista possibilitou delimitar e estabelecer novos lugares para a produção do saber histórico no Brasil, ao tempo em que contribui para configurar uma dada memória disciplinar para o campo, tomando as disputas e tensões intelectuais e institucionais do presente como marcos reguladores dessa memória. Na subseção a seguir explicito algumas destas disputas e tensões que agenciam uma dada cartografia e topologia para aquilo que estava sendo nomeado como historiografia brasileira profissional, acadêmica.

3.1 A RBH NOS ANOS 1990: As redes intelectuais e institucionais que cartografam a historiografia brasileira profissional, acadêmica

Em seu memorial acadêmico intitulado “A invenção de mim” apresentado para o concurso de professor titular de Teoria da História da UFRN, em 2006, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior descreve o cenário institucional do início dos anos 1990, em especial o da UNICAMP, da seguinte maneira:

> Dois anos depois de haver defendido a Dissertação, 1990, volto à UNICAMP para cursar o Doutorado em História. Sabendo que o Departamento encontrava-se agora dividido entre historiadores sociais e historiadores culturais e que a anterior aliança e o uso concomitante nas dissertações de autores como E.P. Thompson e Michel Foucault, o que também fizera em minha Dissertação, que ocorrera no momento em que as disputas pela hegemonia no interior dos Departamentos de História e do campo historiográfico davam-se entre a chamada nova história e a chamada “velha guarda marxista”, haviam sido rompidos com a aposentadoria da maioria dos professores e com o acirramento da disputa por espaços entre as novas gerações. (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 15)

De acordo com Albuquerque Jr. os anos 1990 haviam começado com uma maior definição teórica e metodológica das áreas, dos temas e, sobretudo, dos lugares a partir dos quais se pensava e se produzia a história, em especial na UNICAMP. Uma redefinição que, segundo ele, apontava não só para a construção de uma nova

hegemonia, mas, sobretudo, para a emergência de novas disputas políticas, institucionais e intelectuais no interior da academia. O discurso de Albuquerque Jr. aponta para uma mudança que já vinha sendo sentida de forma sensível no interior da própria RBH no final dos anos 1980, qual seja: a emergência de temas, abordagens e narrativas ligadas ao que se nomeava a época como “Nova História Cultural”, em especial a partir de sua vertente francesa. Ou como diz Albuquerque Jr., se nos anos 1980 a disputa era contra a “velha guarda marxista” e os ranços de um marxismo estruturalista, economicista, mecanicista e estalinista feita por historiadores que se instrumentalizavam da história nova, sobretudo a partir da perspectiva dos Annales, de Febvre, Bloch e Braudel, em especial, e de historiadores e teóricos como Thompson e Foucault, usados concomitantemente e sem maiores preocupações teóricas, para fazer o combate àquelas posturas e construir novos lugares de pertencimento político, institucional e intelectual, nos anos seguintes estas disputas irão ocorrer em torno de outros lugares e disputando outros espaços, como veremos mais adiante.

Outro historiador, José Jobson Arruda, ligado ao programa da USP e com forte influência sobre a RBH ao longo dos anos 1980 constrói esta viragem de década da seguinte maneira:

> No primeiro momento [anos 60/70], a influência da tradição marxista e da tradição braudeliana é incisiva e se faz presente na seleção dos temas, no domínio conceitual, na reflexão teórica, na busca de sentido, na estruturalização compreensiva dos conteúdos, num diálogo permanente entre os textos de Marx, Braudel, Villar, Labrouse e, em menor escala, Bloch e Febvre (...) No segundo momento [anos 80/90], nas pegadas do movimento historiográfico francês que cria e alimenta a *Nova História*, indelevelmente vincado pela influência de Michel Foucault, instala-se o domínio da pequena história, da micro-história, reforçando a dimensão descritiva do arquivo, restauração indescartável de pródromos positivistas que haviam sido erradicados pelo movimento dos *Annales*, e que aproxima a história da etnografia, numa antropologização inequívoca do discurso historiográfico. Ao excesso de teorização, de análise do primeiro momento, se contrapunha a ênfase na documentação, no reforço da descrição e da narração. (ARRUDA e TENGARRUINHA, 1999, p. 98-99)

É desta maneira que a maioria dos analistas descrevem os anos iniciais da década de 1990 quando se trata de avaliar a produção do conhecimento histórico produzido no país naquele período, muito embora tenhamos tomado aqui apenas o caso da UNICAMP, a partir do depoimento de Albuquerque Jr., e a análise de um dos

mais destacados dos professores da USP, José Jobson Arruda, como representativo deste quadro institucional que apontavam mudanças que diziam “respeito ao recorte espaço-temporal, predileção por áreas, diálogos interdisciplinares, uso de novas fontes com vistas a novos objetos, mudanças de perspectivas e influências teóricas”, (MELLO, 2012, p. 18) bem como rearranjos políticos e institucionais[42]. Iniciei este tópico com esta discussão para apontar que a ANPUH e a RBH continuam, neste momento, ainda vinculadas às mesmas relações políticas e institucionais sob as quais se cerraram na década anterior. A Associação vai ser presidida, no biênio 1989-1991 pelo historiador da USP Arnaldo Daraya Contier, e a revista terá um Conselho Editorial formado por dois historiadores da mesma instituição, Laura de Mello e Souza e Vera Lúcia Amaral Ferlini, ambas de uma “terceira geração” de historiadores formados naquele programa. A primeira orientanda de Fernando Novais e a segunda de José Jobson de Arruda. Além das duas comporá o Conselho um professor da UFRJ, Manoel Salgado Guimarães, um da UNICAMP, Vavy Pacheco Borges e um quinto da UFPR, a professora Maria Ignes de Boni que fez sua formação no programa da USP sob a orientação de Anita Novinsky. Portanto, do ponto de vista institucional o PPGH da USP continua predominando nos espaços e lugares hierárquicos tanto da ANPUH quanto da RBH.

Embora neste biênio tenhamos a novidade de dois historiadores de programas fora de São Paulo, a UFRJ e a UFPR, essa presença parece não se traduzir em força institucional capaz de se expressar nas publicações da RBH ao longo do biênio, e fazer circular neste espaço a produção destes outros programas. Basta

[42] A este respeito o historiador Ricardo Marques de Mello na sua tese de doutorado intitulada “Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História: 1981-2000” ao historiar e analisar a Revista nas suas primeiras duas décadas afirma o seguinte: “Uma análise mais detida dos artigos publicados na RBH permitiu-me identificar um período de alterações entre o final da década de oitenta e o início da década seguinte. Evidentemente, não se trata de uma ruptura a partir da qual determinadas preferências deixaram de ser praticadas e outras teriam ascendido. Ainda assim, é possível dividir as predileções por áreas em duas partes. A primeira diz respeito aos artigos publicados entre 1981 e 1990, que perfaz os primeiros vinte números da RBH; a segunda refere-se ao período compreendido entre 1991 e 2000, que concerne aos vinte números restantes. Os dados relativos a essa primeira parte apresentam um percentual significativo de textos alocados em história social, os quais já estão bem distribuídos nesses primeiros vinte números da RBH. Os artigos de História Cultural, por sua vez, começaram a aparecer apenas a partir do número 8/9, mas, no computo geral, ocuparam a segunda área mais procurada, o que demonstra um crescimento significativo. História política, historiografia e teoria da história mantiveram, cada um a seu modo, uma participação pequena, embora bem distribuída. Ensino de história e história intelectual concentraram-se em números específicos da RBH, resultado dos dossiês que lhes abrigaram. E, por fim, história econômica apresentou-se três vezes nos primeiros quatro números, perdeu fôlego e só voltou a figurar uma última vez no décimo segundo número”. (MELLO, 2012, p. 73). Cf. MELLO, Ricardo Marques de. **Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História: 1981-2000**. Tese de Doutorado [Orientadora: Tereza Cristina Kirschner]. Brasília: UnB, 2012.

apontar que neste período foram publicados 36 textos nos três dossiês editados[43]. E destes 36, 13 textos são de autores ligados a UNICAMP (quase todos os professores do programa publicaram na RBH neste período) 11 de autores ligados a USP, 7 de autores estrangeiros, cinco de autores ligados a instituições cariocas (2 da UFRJ, autores ligados a UFF, UFRRJ e UERJ comparecem com 1 texto cada). Além disto, quatro dos cinco autores ligados as instituições do Rio de Janeiro ou estavam terminando o seu doutorado naquele momento ou o haviam terminado muito recentemente na USP. O que, mais uma vez, explicita o predomínio e a ascendência institucional dos dois principais programas paulistas sobre a revista. O pertencimento a um destes dois programas parecia ser uma credencial fundamental para publicar na RBH. Embora os dossiês deste biênio apontem para as renovações temáticas, de objetos e perspectivas, apontando para uma maior presença da "Nova História Cultural" e de temas correlatos aos estudos culturais, os lugares predominantes de produção desta renovação permanecem os mesmos, a USP e a UNICAMP. Isto vai atestar uma outra característica desta historiografia circulada na RBH, a predominância do Sudeste como o espaço mais estudado por ela, como aponta o historiador Ricardo Marques de Mello:

> Dentre os artigos que escolheram um espaço no território nacional para analisar, o sudeste foi o mais privilegiado [68,4% do total], ocorrência explicável pela localização dos principais centros de pesquisa e produção historiográficas do país; o nordeste recebeu a atenção de 14,6%, concentrando seus estudos em Pernambuco, Bahia, Maranhão e Ceará; a região sul foi objeto de 11,5% dos textos; e o centro-oeste de apenas 3,0 %. O fato mais marcante [talvez] seja a presença de apenas um artigo referente à região norte. Com cinco unidades federativas...e o maior território do país, a região norte foi a menos mencionada. Apenas um texto faz remissão específica ao Acre[44]. (MELLO, 2012, p. 84)

---

[43] Neste período foram publicados os dossiês: "Reforma e Revolução" no Nº 20, quase todo ele composto por textos de professores do programa da UNICAMP; o Nº 21 com o dossiê temático "América, Américas", aberto por um artigo do historiador italiano Carlo Ginzburg intitulado "O inquisidor como antropólogo", e que trará textos, em sua maioria de autores da USP e da UNICAMP, alternando abordagens caras a então chamada "Nova História Cultural" de matriz francesa, com alguns textos de micro-história, na perspectiva do próprio Ginzburg, com outros inspirados na Social History inglesa. O Nº 22, com o tema "Estruturas agrárias e Relações de poder traz apenas cinco textos, todos de autores ligados ao programa da USP, com abordagens que apontam para as mesmas perspectivas dos números anteriores.

[44] E este único artigo que perscruta parte da história do Acre é de autoria de uma historiadora da PUC-SP que teve toda sua formação feita no PPGH da USP, Maria Antonieta Antonacci. Cf. ANTONACCI, Maria Antonieta. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de 'empate' no Acre. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, Vol. 14, Nº 28, 1994, pp. 247-267.

Além desta tendência se explicar pelos lugares institucionais de onde a maior parte das pesquisas publicadas na RBH são produzidas, isto expressa como estes programas e os professores e historiadores a eles ligados vão perceber o que era a História do Brasil naquele momento. Ou melhor, o que poderia ser chamado de História do Brasil ou generalizado como tal. Para estes autores e para aqueles programas a história do Sudeste e, em especial de São Paulo, eram não só representativas da História do e no Brasil, mas contavam a própria história nacional. Tanto é assim que as narrativas históricas que se ativeram a discutir ou construir a história de outros espaços eram nomeadas de histórias regionais ou, simplesmente, histórias locais. Operando assim, na ordem do saber histórico, a mesma relação de poder que construíam as divisões geopolíticas do território brasileiro naquele momento. Como vai dizer Mello:

> É surpreendente a quantidade de artigos que recortam seu espaço de análise em algum lugar do Sudeste e faz remissão ao Brasil como um todo, como se o caso estudado fosse representativo e aplicável ao restante do país. A predominância de determinados recortes espaciais, portanto, pode designar, além de uma relação afetiva, uma relação geoestratégica de poder.
> Sem dúvida estes dois fatores condicionaram a maior parte dos artigos da RBH. Eles servem para compreendermos melhor como um determinado espaço é delimitado tendo em conta fatores afetivos, por relações de poder e práticos, por assim dizer. Torna compreensível, por exemplo, por que aumentou o número de regiões que estavam ausentes no primeiro período ou por que espaços pouco pesquisados na década de oitenta receberam maior atenção na década seguinte, uma vez que a expansão das pós-graduações em história ocorreram na década de oitenta e noventa. (MELLO, 2012, p.103)

Portanto, me parece bastante claro como esta historiografia e os historiadores que ocupavam os lugares de sujeito de sua produção se viam e se pensavam como produzindo não só a historiografia nacional, mas a própria História do Brasil. Esta característica da historiografia produzida no país vai passar praticamente incólume ao longo das décadas de 1980 e 1990, em especial nas páginas da RBH, onde não encontramos nenhuma discussão acerca do conceito de espaço ou dos recortes espaciais propostos nos textos publicados e, muito menos, acerca desta divisão entre História do Brasil e História Regional e/ou local. Muito pelo contrário, a ausência de crítica e problematização sobre estes aspectos atestam apenas a naturalização da construção destes lugares e classificações. O mesmo se

pode dizer sobre a divisão operada entre História Social e História Cultural, quase sempre feita a posteriori – como vimos nas análises de Albuquerque Jr, Arruda e Mello – e que não corresponde ou adere totalmente às práticas historiográficas do período a que pretendem nomear, não neste sentido monolítico e homogêneo que aparecem nas análises e nas memórias posteriores. Como vimos acima, ainda não há, até os primeiros anos da década de 1990 esta definição de forma tão clara e contornada. Muito menos há uma discussão de ordem teórica e historiográfica, sobretudo nas páginas da RBH, que proponha estes recortes e os estabeleça a partir daquilo que estava sendo produzido e circulado pela revista. Como veremos na segunda parte desta tese, esta discussão e o estabelecimento do debate que busca nomear e classificar as práticas historiográficas do período se darão em outros espaços e instâncias e mobilizando outros sujeitos historiadores que, nem sempre, estiveram presentes nas discussões circuladas pela RBH.

No biênio seguinte, 1991-1993, há uma alteração sensível em relação aos sujeitos que ocuparão a presidência da ANPUH e que comporão o Conselho Editorial da Revista. Pela primeira vez a Associação seria dirigida por um historiador ligado a uma instituição do Rio de Janeiro, o historiador Afonso Carlos Marques, professor da UFRJ. Muito embora Marques tenha feito sua formação em nível de mestrado e doutorado na USP, sob a orientação de um dos principais expoentes daquela instituição, o historiador Fernando Novais, sua presidência vai significar um movimento de abertura política dentro da ANPUH e também da RBH para a presença de historiadores e da produção de outros PPGHs, ainda de forma pouco sensível, mas bem simbólico se comparado ao que se fazia até então. Isto parece se expressar na composição do Conselho Editorial para o período, formado por seis professores de instituições diversas: USP, UNICAMP, UNESP-Franca, UFRJ, UFPR e UFPE. Muito embora quatro deles (Vera Lúcia Amaral Ferlini (USP), Kátia Maria Abud (UNESP-Franca), Maria Ignes Mancini de Boni (UFPR) e Leila Mezan Algranti (UNICAMP)) tenham sido formados na USP, os mesmos pareciam estar, naquele momento, mais diretamente envolvidos no que se passava no interior dos programas onde lecionavam do que ligados ao seu programa de formação e as redes institucionais dele derivadas. Os outros dois membros do Conselho, Manoel Salgado Guimarães (UFRJ) e Luís Manoel Domingues do Nascimento (UNICAP-PE) haviam feito sua formação na Alemanha e na UFPE, respectivamente. Mas, apesar desta diversidade do Conselho Editorial, a mesma não consegue se expressar nos textos publicados nos dois dossiês

deste período. Uma vez que dos 27 textos publicados, onde constam 32 autores, devido aos textos em coautoria, 12 são de autores ligados a USP e 6 a UNICAMP, ou seja, a imensa maioria. Há mais cinco autores ligados a instituições paulistas (3 da PUC-SP e 2 da UNESP, todos com formação na USP ou UNICAMP) também com fortes vinculações com àqueles dois programas, quatro da UFPR (coautores do mesmo texto, dois deles com formação na USP)[45] dois da UFPE[46] (um com doutorado na USP e outro com mestrado e doutorado na UNICAMP) e a UFF (Gladys Sabina Ribeiro, que havia terminado a pouco o doutorado na UNICAMP)[47] e a Universidade Federal do Ceará – UFC (autor com formação na USP)[48] comparecem com apenas um cada. Portanto, apesar da presidência da ANPUH estar nas mãos de um professor de uma instituição do Rio de Janeiro, a UFRJ, e o Conselho Editorial da RBH

[45] Os autores são Euclides Marchi, que tem mestrado em História pela PUC-SP sob orientação de Casemiro dos Reis Filho e doutorado pela USP sob orientação de Augustin Wernet. Maria Ignês M. de Boni, professora da UFPR com mestrado na mesma instituição, sob orientação de Oksana Olga Boruzenko, e doutorado na USP, sob orientação de Anita Novinski. Márcia Teresinha Andreatta Dalledone Siqueira, também professora da UFPR com mestrado e doutorado feitos na mesma instituição sob orientação de Jayme Antonio Cardoso. Sergio Odilon Nadalin, professor da UFPR com mestrado em História na mesma instituição, sob orientação de Altiva Pilatti Balhana, e doutorado da EHESC em Paris sob orientação de Louis Henry. O texto em questão é o seguinte: Cf. MARCHI, Euclides, BONI, Maria I. M, SIQUEIRA, Márcia e NADALIN, Sergio. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 12, Nº 25/26, Set. 1992/Ago. 1993, pp. 131-141. O historiador Jurandir Malerba produzirá uma crítica bastante ácida sobre o tipo de avaliação historiográfica proposta pelos historiadores paranaenses acerca do curso de História da UFPR e seus professores. Cf. MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. *In*: **TEXTOS HISTÓRICOS**. Vol. 10, Nº 1/2, 2002, pp. 181-211.

[46] O primeiro texto publicado em 1992, no dossiê conjunto “Política & Cultura”, que era composto pelos número 23 e 24 no mesmo volume, 12, é de autoria do professor da UFPE, Antônio Jorge Siqueira que havia feito o mestrado na EHESC em Paris e o doutorado na USP, sob orientação de Maria Regina Rodrigues Simões de Paula. O segundo texto, publicado no ano seguinte, 1993, no dossiê conjunto “Memória, História, Historiografia: dossiê ensino de História”, comporto pelos números 25 e 26 que formam o volume 13, é de autoria do também professor da UFPE. Antônio Torres Montenegro. Este havia feito sua formação em nível de mestrado e doutorado na UNICAMP, sob orientação de José Roberto do Amaral Lapa e Edgard Savadori De Deca, respectivamente. Cf. SIQUEIRA, Antonio Jorge. O direito da fala (violência e política em “Vidas Secas”). *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 12, Nº 23/24, Set. 1991/Ago 1992, pp. 91-98. e MONTENEGRO, Antonio Torres. História Oral, caminho e descaminhos. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 12, Nº 25/26, Set. 1992/Ago. 1993, pp. 55-65.

[47] Gladys Sabina Ribeiro fez o seu mestrado na UFF, entre 1981 e 1987, sob orientação de Robert Slenes, depois migra, junto com seu orientador, para a UNICAMP, onde realiza o doutorado entre 1990 e 1997, também sob orientação de Slenes. O texto em questão é o seguinte: RIBEIRO, Gladys Sabina. “Pés de Chumbo” e “Garrafeiros”: a revista “O Progresso” e a (re)criação da monarquia constitucional no Brasil (1846-1848). *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 12, Nº 23/24, Set. 1991/Ago, 1992, pp. 141-164.

[48] O texto em questão é do professor José Ricardo Oriá Fernandes, da UFC, que fez sua formação em nível de mestrado na UFC, em Direito, e o doutorado em Educação, na USP, no ano de 2009, sob orientação de Circe Bittencourt. No entanto sua graduação é em Direito, com duas especializações em História pela UFC. Cf. FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação Patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 12, Nº 25/26, Set. 1992/Ago. 1993, pp. 256-276.

expressar uma aparente diversidade institucional, o corporativismo e o paroquialismo uspiano e unicampista se fizeram sentir do mesmo modo de antes nas publicações circuladas na RBH ao longo deste biênio. Privilegiando os temas e as abordagens historiográficas que constituíam as tendências de pesquisa hegemônicas dentro daqueles dois departamentos, apontando para uma acentuação sensível dos temas ligados ao que era nomeado de “História Cultural”, como parece expressar o tema dos dois dossiês publicados no período: “Política & Cultura”, que congrega os números 23 e 24, e “Memória, História, Historiografia” composto pelos números 25 e 26 no mesmo volume.

Já o biênio que vai de 1993 a 1995 expressará mudanças mais sensíveis na estrutura hierárquica da ANPUH e na composição do Conselho Editorial da RBH. Neste biênio a Associação será presidida por Holien Gonçalves Bezerra, professor da Universidade Federal de Goiás – UFG e da PUC-SP e o Conselho será composto por oito professores/historiadores de Programas de Pós-Graduação distintos: dois da UNICAMP (Leila Mezan Algranti e Vavy Pacheco Borges), um da UFRJ (Afonso Carlos Marques dos Santos), um da UFF (Sônia Regina de Mendonça), um da USP (Modesto Florezano), um da UNESP-Assis (Tânia Regina de Luca), um da UNESP-Franca (Kátia Maria Abud) e um da PUC-SP (Marcia Mansor D’Alessio). Além do presidente da ANPUH que havia feito sua formação na USP, sob orientação de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, seis dos membros do Conselho também haviam feito sua formação no mesmo programa. Os dois que não tiveram formação na USP, D’Alessio e Borges, são professoras de instituições paulistas. Assim, parecia ficar mais claro a necessidade da abertura de espaços institucionais da Associação e da Revista para professores de outros programas, muito embora preservando as ligações que os mesmos ainda mantinham com seu programa de formação e, sobretudo, com seus orientadores nestes programas de origem e/ou formação. As relações políticas e intelectuais dentro da rede continua sendo um elemento central na ocupação e definição destes espaços institucionais.

Neste biênio foram publicados 51 textos nos quatro dossiês temáticos da Revista e pela primeira vez desde a sua criação eles expressam uma diversidade institucional considerável, pois além dos dez autores estrangeiros ai publicados, geralmente brasilianistas especialistas nos temas dos dossiês, há a publicação de textos de autores ligados a 14 instituições brasileiras diferentes, muito embora a imensa maioria delas ainda sejam do centro-sul, e dentro delas a USP continue sendo

hegemônica, uma vez que dos 51 textos publicados, nada menos que 22 são de autores que têm ligações com o PPGH uspiano. Destaque-se também que neste período a UNICAMP comparece apenas com a publicação de quatro autores ligados ao seu programa, significando um recuo considerável em relação aos anos anteriores, sobretudo em relação ao equilíbrio institucional que mantinha com a USP nas publicações da revista, desde a presidência de Déa Fenelón. Neste biênio haverá também, pela primeira vez na RBH, uma presença marcante da historiografia produzida em instituições do Rio de Janeiro ao comparecer com 16 textos de autores ligados a UFF, UFRJ, UERJ e CPDOC. Esta presença se faz sentir, sobretudo, no dossiê publicado sob o Nº 30 da RBH com o tema "Historiografia: Propostas e práticas" de 1995, que reúne textos de um encontro realizado na UFRJ, naquele ano, sobre a historiografia do Rio de Janeiro, ou melhor, sobre o Rio de Janeiro como lugar de produção do conhecimento histórico. Neste número serão publicados textos de historiadores que gozavam de relativo prestígio entre os pares, a exemplo de Maria Yedda Linhares, Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Ângela de Castro Gomes e Francisco Calazans Falcon; mas que até aquele momento sequer haviam figurado no hall autores publicados pela RBH, muito menos através de seus orientandos, mesmo sendo membros fundadores de dois dos principais programas de pós-graduação do país, o da UFF e o da UFRJ. Já as suas colegas de departamento, Ismênia de Lima Martins[49] e Raquel Sohiet, professoras da UFF, que também publicam neste período, assim como fazem publicar alguns de seus orientandos não só neste biênio, mas em números anteriores, parecem estabelecer relações institucionais mais próximas com os espaços hierárquicos da ANPUH e da RBH. Isto parece se explicar pelo fato de ambas terem feito sua formação no programa uspiano, sendo orientadas, respectivamente, por Nícia Vilela Luz e Laima Mesgravis[50]. E esta relação parece ficar bem clara no biênio seguinte, quando Ismênia assume a presidência da ANPUH e Mesgravis a editoria da Revista.

[49] A professora Ismênia de Lima Martins fez a graduação em História na UFF e doutorou-se na USP, em 1973, no período de transição do sistema antigo para os novos formatos de pós-graduação, sob orientação de Nícia Villela Luz. Em seguida retorna para UFF, onde se torna professora do departamento de História e do PPGH daquela Instituição. Cf. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4788935T6 acessado em 27 de maio de 2016, às 18:12 h.

[50] Até o final deste biênio foram publicados em todos os números da RBH apenas 34 textos de autores ligados a instituições cariocas, dos quais, como apontado acima, 16 deles no biênio 1993-1995. A autora com mais textos publicados é a historiadora Ângela de Castro Gomes, professora da UFF e pesquisadora do CPDOC.

No biênio 1995-1997, presidido por Martins, a ANPUH deixa de ter o Conselho Editorial como responsável pela editoração da Revista e sua editoria passa a ser de responsabilidade de um único editor, que para este período foi escolhido a historiadora aposentada da USP, e a época professora da UNESP, Laima Mesgravis[51]. Muito embora Martins e Mesgravis tenham feito sua formação na USP, esta é a primeira vez que não há ninguém diretamente ligado ao PPGH uspiano no comando da ANPUH e/ou na editoria da revista. Contudo, isto não vai impedir daquele programa e os historiadores a ele ligados continuarem hegemônicos nas páginas da RBH. Uma vez que neste período foram publicados 47 textos nos quatro dossiês por 50 autores, dado os textos em coautoria. E destes, nada menos que 32 tem ligações diretas, sendo professores ou discentes, e indiretas, tendo já concluído toda sua formação ou boa parte dela, em especial o doutorado, com o programa da USP. Apesar deste forte predomínio da USP, há também uma maior diversidade de autores de outras instituições brasileiras publicando na Revista. Há autores ligados direta ou indiretamente a outras 18 instituições brasileiras, todas do centro-sul do país. Há de se destacar também, neste momento, a perda de espaço do programa da UNICAMP nos espaços de publicação da RBH, deixando de polarizar com o programa da USP, como o fizera ao longo de praticamente toda a década de 1980.

No biênio seguinte (1997-1999) também teremos na presidência da ANPUH um historiador ligado a UFF, a professora Lana Lage da Gama Lima[52], que havia sido orientanda de Ismênia de Lima Martins na UFF, durante o mestrado, e de Fernando Novais, na USP, durante o doutorado. Sob sua presidência Laima Mesgravis vai permanecer como a editora da RBH. E o quadro de publicações da Revista vai permanecer praticamente inalterado em relação ao biênio anterior, com 45 textos publicados de autores de 15 instituições brasileiras diversas, fora quatro textos de

---

[51] A historiadora Laima Mesgravis foi professora da USP até o ano de 1988, quando a mesma se aposenta e passa a integrar o corpo docente do PPGH da UNESP. Fez sua formação em nível de doutorado na USP entre os anos de 1966 a 1973, vivendo a transição do sistema de cátedras para o de pós-graduação naquela instituição, sob a orientação de Myrian Ellis. Cf. https://uspdigital.usp.br/tycho/CurriculoLattesMostrar?codpub=97A0A8AB4849 acessado em 27 de março de 2016 às 18:48 h.

[52] A historiadora Lana Lage da Gama Lima era a época professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF e da Universidade Federal Fluminense – UFF. Fez sua graduação na UFRJ, o mestrado entre os anos de 1974 e 1977, sendo orientanda de Ismênia de Lima Martins, na primeira turma do PPGH da UFF, e concluindo sua formação fazendo o doutorado na USP entre os anos de 1984 e 1990, sob orientação de Fernando Novais. Cf. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4727762Y2 acessado em 27 de março de 2016, às 18:50 h.

autores estrangeiros. Dos autores destes textos, nada menos que 17 têm relações diretas ou indiretas com o programa da USP, outros 14 são de autores das demais instituições paulistas (PUC-SP, UNICAMP, UNESP). Os demais autores são, em sua maioria de instituições do centro-sul, com exceção de dois textos de instituições nordestinas, um da UFPE e outro da UFRPE. Há de se destacar que mesmo a ANPUH sendo presidida, por dois biênios consecutivos, por um historiador ligado a UFF e tendo como editora da RBH a mesma historiadora, Laima Mesgravis, isto não significou alterações profundas na relação destas instituições com a historiografia do Rio de Janeiro e a publicação desta nas páginas da Revista da ANPUH. A historiografia carioca ou produzida no Rio de Janeiro continuou sendo uma historiografia marginal, silenciada nas páginas na RBH. Mesmo contando com dois dos mais importantes programas do país, o da UFF e o da UFRJ. Além de outros importantes centros de produção historiográfica como a UFRRJ, a UNIRIO, a UERJ, a FIOCRUZ, o CPDOC da FGV, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, o Arquivo Nacional, o IUPERJ e alguns outros centros. No entanto, nas páginas da RBH até o final dos anos 1990 toda esta historiografia e sua produção vai ser silenciada institucionalmente pelos editores da Revista da ANPUH, assim como a produção historiadora de programas e instituições das regiões Norte e Nordeste, a exemplo dos programas da UFPE, um dos mais antigos do país, da UFBA e da UFC, para ficarmos nos mais tradicionais.

Na virada do milênio, que compreende o biênio de 1999 a 2001, a ANPUH vai ser mais uma vez comandada por um historiador do PPGH da USP, a professora Zilda Márcia Gricoli Iokoi[53]. Ao longo de sua presidência a editora da RBH vai ser a historiadora Tereza Maria Malatian[54] da UNESP-Franca, mas que havia feito sua formação também na USP, sob orientação de Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Era o retorno da ANPUH e da RBH para o controle institucional de instituições paulistas,

[53] Maria Zilda Gricoli Iokoi fez sua formação toda na USP, iniciando sua graduação em História em 1971 e concluindo-a em 1974. Faz o mestrado entre 1977 e 1985 sob orientação de Maria de Lourdes Mônaco Janotti e o doutorado entre 1986 e 1990 sob a orientação de Maria Lígia Coelho Prado. Foi professora da PUC-SP de 1982 até 1986, quando ingressa como professora da USP. Cf. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787451U1 acessado em 27 de março de 2016, às 19:25 h.

[54] A historiadora Tereza Maria Malatian é professora da UNESP-Franca desde 1982, tendo feito sua formação em nível de mestrado no PPGH da PUC-SP, entre os anos de 1972 e 1978, sob orientação da professora Estefânia Knotz Canguçu Fraga e o doutorado na USP, sob orientação de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, entre os anos de 1983 e 1988. Cf. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4796105T6 acessado em 27 de março de 2016 às 19:37 h.

depois de dois biênios da presença de historiadores ligados a instituições do Rio de Janeiro na presidência da Associação. Muito embora, como vimos, estas mudanças em nada ou muito pouco tenham alterado a orientação editorial da revista no tocante às vinculações institucionais dos autores que nela publicavam. E neste biênio, mais uma vez a situação permanece inalterada. Uma vez que dos 53 textos publicados ao longo do período, por 55 autores distintos, dado os textos em coautoria, nada menos que 24 são de autores direta ou indiretamente ligados ao programa da USP, outros 18 são das demais instituições paulistas (UNICAMP (9), UNESP-Franca (5) e PUC-SP (4)) os demais são de autores estrangeiros (9) e de 15 diferentes instituições universitárias brasileiras. Destaque-se 9 textos de autores ligados a instituições cariocas (UFF (6), FIOCRUZ (2) e IUPERJ (1)). Há de se destacar, ao longo da década de 1990 as dobradinhas de (ex) orientandos e (ex) orientadores se revezando em postos chaves da ANPUH e da RBH, ora ocupando o cargo de presidente da Associação, ora o de editor da Revista ou vice e versa.

No entanto, antes de prosseguirmos na descrição das relações institucionais e das redes intelectuais que formataram a ANPUH e a RBH ao longo dos anos 2000, é preciso fazer um balanço de conjunto da década de 1990 e coloca-la em relação com a década anterior, em especial a partir de algumas perspectivas de construção do saber histórico, para termos um panorama das definições e redefinições da configuração geografia disciplinar da produção do conhecimento histórico no Brasil ao longo destas duas décadas. Pois, como afirma Ricardo Marques de Mello:

> A passagem da década de oitenta para a década de noventa apresenta mudanças significativas nas predileções dos autores e editores da *Revista Brasileira de História*. Algumas opções caíram em desuso e outras no gosto acadêmico. E isto não é, propriamente, uma descoberta: a literatura do tema, de modo amplo, aponta para mudanças de naturezas variadas na historiografia brasileira do período, diferindo entre os autores sobre o momento no qual as alterações teriam ocorrido: entre a década de setenta e oitenta ou entre a década de oitenta e noventa. Afora a divergência cronológica, aceita-se, com certo consenso, que a historiografia brasileira das duas últimas décadas do século XX desviou o seu trajeto predominante a outras direções.
>
> Especificamente em relação à RBH, a divisão dos dados em dois períodos – 1981-1990 e 1990-2000 – parece ter propiciado o entendimento de que a produção historiográfica mudou. Não se trata, evidentemente, de uma refundação do campo, mas de modificações significativas nas maneiras de pensar as possibilidades e funções

> cognitivas da disciplina história e no modo como os autores se relacionaram com determinadas realidades sociais que os cercavam quando redigiam seus artigos (MELLO, 2012, p.98)

E com a RBH não foi diferente. Se do ponto de vista das relações institucionais e hierárquicas pouca coisa foi alterada em relação aos anos 1980, que demandasse uma mudança significativa na hegemonia dos programas paulistas em relação aos demais existentes no país, assim como na participação dos historiadores a eles ligados e que haviam publicado na Revista; do ponto de vista temático às alterações parecem um pouco mais significativas. Alterações estas que vão ser conduzidas por aqueles historiadores que se colocavam no lugar de sujeito representante institucional das diretrizes do programa de pós-graduação a que estavam ligados, notadamente os da USP e da UNICAMP ao longo dos anos 1980, e o da USP, hegemonicamente, nos anos 1990. São estes programas e os historiadores a eles ligados que buscaram conduzir e orientar as mudanças temáticas, a emergência de novos objetos e o aparecimento de novas abordagens nas páginas da RBH ao longo daquelas duas décadas. Em artigo publicado na própria revista, em seu número quatro, no ano de 1982, o historiador Roberto do Amaral Lapa, afirmava que a maioria das pesquisas em história realizadas até aquele momento se distribuíam pelas seguintes áreas: História Política (cerca de 19%), História Social (cerca de 17%), História Econômica (cerca de 16%) e História Regional (cerca de 12%). Com estas quatro tendências sendo norteadas pelo pensamento marxista. O restante das pesquisas, segundo Lapa, apontava para uma maior diversificação dos temas, objetos e perspectivas; contudo, produzidas ainda a partir de *insights* individuais e, majoritariamente, pensadas a partir dos pressupostos da “História Nova Francesa”, que aqui é sinônimo de terceira geração dos *Annales*. (LAPA In: RBH, 1982, pp. 153-172). Este panorama vai ser completamente alterado no final dos anos 1990, como procura salientar Eni de Mesquita Samara:

> Os resultados que se apresentam mostram que os assuntos mais pesquisados na *Revista Brasileira de História* entre os anos 1981 e 1998, referem-se a História Cultural (23%); Historiografia (20%), História das Representações Políticas (10%), História dos Movimentos Sociais (8%), História das Mulheres e das Relações de Gênero (7%), História da Educação (7%), História do Trabalho (5%), História da Família (4%), História da Escravidão (4%), História das Instituições (3%), História Agrária (3%), História das Cidades (2%), História

> Econômica (2%), História das Populações (1%) e História do Cotidiano e da Vida Privada (1%). (SAMARA, 2002, pp. 10 e 14)

Pelo levantamento feito por Samara a partir dos artigos publicados na RBH fica bastante claro as alterações temáticas que se processaram nas páginas da revista ao longo das duas décadas. Se na década de 1980, como já pontuado anteriormente, "encontramos um interesse significativo pela *História Social*, principalmente através do privilegiamento de temas antes pouco explorados pela historiografia" a partir da perspectiva "dos de baixo", dando ênfase ao estudo das minorias sociais, dos segmentos marginalizados da sociedade, em especial a partir de uma renovação da historiografia do trabalho, da escravidão e dos movimentos sociais e operários, tivemos também a emergência de temas e "estudos sobre a família, as mulheres, a infância e a população" (SAMARA, 2002, p. 20). Os estudos que renovam a historiografia da escravidão, dos movimentos sociais e operários que aparecem nas páginas da RBH vão ser fruto, sobretudo, das discussões oriundas do PPGH da UNICAMP a partir de historiadores como Edgard De Decca, Michael Hall, Robert Slenes, Sidney Chalhoub, Silvia Lara, Margareth Rago e outros. As discussões que colocam na ordem do dia temas como família, infância, mulheres tem uma clara influência do programa da USP e do papel institucional aí exercido por Eni de Mesquita Samara. Temas como cidades, instituições e vida urbana vão estar marcados pela presença institucional e intelectual de Maria Stella Brescianni a partir do programa da UNICAMP, ainda nos anos 1980, e de Nicolau Sevcenko, na USP, no início dos anos 1990. Assim como os temas ensino de História e história da educação não podem ser desvinculados de nomes como Déa Ribeiro Fenelón, Ernesta Zamboni, Marcos Silva, Maria Antonieta M. Antonacci e outros, professores dos programas da UNICAMP, USP e PUC-SP.

Ao longo dos anos 1990 vai haver uma ascensão considerável de temas e abordagens relacionadas àquilo que começava a ser nomeado de História Cultural, numa tentativa de se abandonar uma outra nomenclatura um pouco mais antiga, a da "nova história francesa", que vinha sendo bastante criticada pelo seu atrelamento a um termo bastante impreciso e vago, o de mentalidades[55]. E isto vai ficar bastante

[55] Retomaremos este debate, de um ponto de vista teórico, metodológico e epistemológico no segundo capítulo. Conferir a este respeito o artigo "História das Mentalidades e História Cultural" de Ronaldo Vainfas, no livro Domínios da História. Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

claro em alguns dossiês publicados pela RBH ao longo desta década. O primeiro dossiê da revista nos anos 1990, “América, Américas”, já indicava esta tendência ao ser aberto por um artigo de Carlo Ginzburg intitulado “O Inquisidor como Antropólogo” onde o historiador italiano discorre sobre “as implicações das fontes inquisitoriais para o trabalho do historiador” a partir da comparação do inquisidor com o antropólogo. O segundo artigo deste mesmo dossiê é de outra historiadora italiana, Giulia Lanciani, que aborda o maravilhoso como critério de diferenciação cultural. Estes dois artigos são representativos, não só da abordagem predominante neste dossiê – que vai de uma história indiciária aos moldes de Ginzburg, passando por uma história do imaginário e das mentalidades coletivas até se chegar a uma história cultural das representações, no artigo de Leandro Karnal, intitulado “Mendieta: novo mundo e fim do mundo” –, mas, sobretudo, de uma maior inserção das temáticas, abordagens e objetos ligados a “História Cultural”, nas páginas da RBH.

Uma maior presença de temáticas ligadas a esta área, ou melhor, que vão permitindo a construção desta área como um espaço legítimo do saber histórico no país vai aparecer nos dossiês “Política & Cultura” de agosto de 1991/abril de 1992 onde são publicados artigos que orbitam em torno daquilo que Eni de Mesquita Samara nomeou de História das Representações Políticas, onde figuram historiadores que eram, naquele momento, não só representativos desta abordagem no país, mas, figurarão como referências obrigatórias para estudos futuros, a exemplo de Maria Helena Rolim Capelato, Maria Lígia Coelho Prado e Isabel Andrade Marson da USP e Maria Stella Martins Bresciani, Claúdio H. M. Batalha e Gladys Sabina Ribeiro da UNICAMP. As temáticas e abordagens ligadas a História Cultural terão destaque central em dois outros dossiês: “Espaço Plural”, que compõe o número 20 da Revista, publicado em 1994 e “Representações”, que compõe o Nº 29 da RBH, de 1995. Nestes dois dossiês publicarão historiadores que naquele momento já figuravam como orientadores destacados em seus programas, com nomes com certa visibilidade entre os pares e já construindo suas carreiras com certa independência em relação às gerações anteriores e, sobretudo, em relação a geração de seus mestres formadores. Nomes como Margareth Rago, Marieta de Moraes Ferreira, Durval Muniz de Albuquerque Jr., Esmeralda Blanco B. de Moura, Sandra Jatahy Pesavento, Zilda Márcia Gricoli Iokoi, Marcos Napolitano entre outros. Em sua maioria ligados direta ou indiretamente aos programas da USP e da UNICAMP, vão aparecer como os historiadores profissionais, acadêmicos responsáveis pela construção e abertura dos

espaços da RBH, nos dossiês acima, para o que estava sendo nomeado como História Cultural. Edgard De Decca vai apontar estas mudanças, no interior do programa da UNICAMP, da seguinte maneira:

> Houve um momento em que a Unicamp, de modo geral, estava preparando isso, ela tinha uma formação que permitia essas mudanças e acho que faz isso. Eu posso falar da História: a historiografia universitária está institucionalizada, os programas de pós-graduação estão institucionalizados, quer dizer, as renovações se fazem por regras completamente institucionalizadas. Eu acho que isso é uma outra história. A revolução acabou – como eu já escrevi anos atrás. Acho que houve uma revolução historiográfica que acabou, mas deitou raízes e deixou um legado inestimável para a nossa cultura e para a nossa sociedade.
>
> ...
>
> [A Unicamp] tornou-se um grande centro de pesquisas, mas ainda mantêm a marca da Unicamp e do Departamento de História, que é a forte presença em estudos que interpelam as margens, os desvios, o silêncio e os excluídos da história. Claro que há estudos sobre as elites intelectuais e as elites políticas pois, essa ampliação significou também diversificação. Talvez hoje eu não fale mais, como antigamente pelo Departamento de História, mas falo com certeza por uma ala. Outros seguiram outros caminhos e rumos e provavelmente não se identificam com o que digo. Mas há uma ala do Departamento que mantém essa tradição.
>
> Há maior diversidade de opções, teóricas, metodológicas e principalmente ideológicas. Ao passo que no início havia mais homogeneidade e tínhamos uma meta político-cultural. (MORAES e REGO, 2002, pp. 274 e 284)

De Decca apontava não só para outro conjunto de renovações no interior da produção acadêmica de História, em especial dentro do Departamento da UNICAMP, mas, sobretudo, para uma tendência acentuada de renovação da própria historiografia produzida no Brasil a partir, daquele momento, das bases sólidas e institucionais dos programas de pós-graduação, das regras e protocolos ai produzidos e estabelecidos entre os pares que descortinavam um cenário bastante propício às pesquisas e estudos direcionados a temas como imaginário, representações sociais, festas, culturas populares, sexualidade, etc. Será, portanto, estes novos nomes, estes novos historiadores, que haviam assumido a condição de orientadores e formadores de novas gerações, os sujeitos responsáveis por estas mudanças. E isso já se apresentava nas páginas da RBH, nesta primeira metade da década de 1990. Modificação esta produzida ainda a partir dos programas da USP e da UNICAMP que ao longo desta década ainda se mantiveram como os programas com maior

participação de autores publicando na Revista, muito embora com uma hegemonia visível do programa uspiano. Isso talvez explique um certo tom melancólico da fala de De Decca ao enunciar que “a revolução na historiografia brasileira” havia acabado. Àquela “revolução” que ele e seu grupo de “unicampistas” havia iniciado. Uma “revolução” que, para ele, por mais que tenha tido termo havia deitado fortes raízes, à medida que havia contribuído para a institucionalização da História no país e para a profissionalização do historiador a partir da “fábrica” universitária em regime de pós-graduação. A fala de De Decca expressa também um certo lamento pela emergência de outras redes intelectuais em torno da cada vez mais aclamada e praticada História Cultural e sua consolidação como lugar formador das imagens do saber histórico e dos historiadores no Brasil. Esta tendência se consolida em mais três dossiês da segunda metade dos anos 1990, são eles: o dossiê “Arte e Linguagens” publicado no volume 18, Nº 35 de 1998, o dossiê “Infância e adolescência” publicado no volume 19, Nº 37 e o dossiê “Identidades/alteridades” publicado no Nº 38, ambos de 1999. Há de salientar-se que desde o ano de 1997, em especial a partir do Nº 34, “Travessias e migrações”, a RBH era composta por dois tipos de textos: artigos para a composição dos dossiês temáticos e artigos livres. No entanto, mesmo nos artigos livres publicados juntos aos dossiês se verifica a predominância de temas, objetos e abordagens atreladas ao nível cultural de compreensão e explicação da história.

Mesmo diante deste expressivo crescimento de estudos, pesquisas, temáticas, abordagens e objetos ligados ao campo cultural nas páginas da RBH ao longo dos anos 1990, esta não deixou de privilegiar, também, as abordagens e temáticas características da renovação dos anos 1980, tais como o estudo dos movimentos sociais, da historiografia do trabalho, do movimento operário, dos excluídos, “dos de baixo”, de temas ligados às representações políticas e uma nova história da política mais próxima dos estudos de politicólogos e cientistas políticos, de trabalhos que abordam a inserção dos escravos no mundo urbano no período pré e pós-abolição, além da revisitação de temas tradicionais como as biografias e a comemoração de efemérides, como os trinta anos do golpe militar em 1994 e as comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil em 2000, temática discutida no dossiê “Brasil, Brasis” publicado sob o Nº 39 daquele mesmo ano.[56] Nestes dossiês

[56] Me refiro aos dossiês: Estruturas agrárias e relações de poder publicado sob o número 22 de 1991; Brasil: 1954-1964 publicado no Nº 27 em 1994; Confrontos e perspectivas, publicado no volume conjunto sob os números 31 e 32 em 1996; Biografia, biografias; Travessias: migrações publicado no

serão nomes recorrentes tanto como publicadores de artigos quanto como orientadores daqueles que ai vão publicar, historiadores como Vera Lúcia Amaral Ferlini, Maria Helena Rolim Capelato, Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Emilia Viotti da Costa, Isabel Andrade Marson, Alzira Lobo de Arruda Campos, Pedro Paulo Funari, Marcos Antonio Silva, Michael Hall, Robert Slenes, Edgard De Decca, José Jobson Arruda e outros. Para ficar apenas nos exemplos mais representativos e influentes sobre a RBH neste período. Tanto em função dos artigos aí publicados quanto dos orientandos que vão se fazer presentes nas páginas da Revista neste período.

Há também ao longo desta década a publicação de dois dossiês dedicados a discutir a historiografia: “Memória, História e Historiografia” publicado no Nº 25 e 26 de outubro de 1992/abril de 1993 e “Historiografia: Propostas e práticas” publicado no Nº 30 em 1995. No entanto, estes dois dossiês não estabelecem uma discussão mais aprofundada sobre a historiografia como uma área específica do saber histórico, se dedicando, os dois dossiês, e os autores que aí publicam a tratar de temas e objetos bastante específicos, como no dossiê “Historiografia: propostas e práticas” onde é discutido o Rio de Janeiro como objeto historiográfico. Sem que, contundo, se tenha uma discussão teórica ou epistemológica mais acurada acerca da história da história como uma prática historiográfica em específico. Ou até mesmo a presença de artigos que se proponham a fazer um balanço ou uma crítica historiográfica acerca daquilo que já foi produzido sobre o Rio de Janeiro, nem que seja a partir de uma temática ou objeto em particular.

Aponto com isso, que ao longo dos anos 1980 e 1990, apesar de Eni de Mesquita Samara afirmar que cerca de 20 % dos trabalhos publicados na RBH sejam de cunho historiográfico, praticamente nenhum deles tem uma preocupação clara em discutir ou em pensar o que é e como pode ser feita a história da história no país ou problematizar a escrita da história. Além disso não há uma maior preocupação teórico metodológica e epistemológica nestes artigos em estabelecer uma crítica historiográfica mais contundente acerca do que se produzia ou tinha sido produzido no país até aquele momento, seja como balanço, seja como crítica historiográfica propriamente dita. Jurandir Malerba ao fazer a avaliação de alguns destes trabalhos vai afirmar que:

---

número 34 em 1997 e o dossiê “Do império português ao Império do Brasil” publicado no Nº 36 em 1998.

> Parece patente ainda o caráter extremamente isolado e provinciano de nossa crítica historiográfica, que reluta ousar balanços mais amplos que incluam todos os centros do país. Isso talvez se deva, em boa medida, primeiramente ao caráter extremamente incipiente dessa prática no Brasil. Enquanto em outros países, como os Estados Unidos, a crítica historiográfica é um ramo consolidado da atividade dos historiadores profissionais, aqui parece que escrever uma resenha ou um ensaio bibliográfico é tido como atividade menor.
> Talvez pela própria fragilidade dos estudos historiográficos no Brasil, falta uma discussão conceitual mais consequente em torno do tema. Não é possível cada um entender por historiografia aquilo que bem lhe aprouver. (MALERBA, 2002, p. 199.)

Esta fragilidade e indefinição acerca das discussões em torno da história da história, entendida naquele momento, como crítica historiográfica são patentes nas páginas da RBH. Fazer a história da historiografia no Brasil não se constituiu, em nenhum momento, ao longo das décadas de 1980 e 1990 numa pertinência de pesquisa para os autores e historiadores que publicaram nas páginas da Revista Brasileira de História. Isto ocorre, em grande medida, pelo fato de que a RBH e a ANPUH se viam como representantes diretos dos principais centros de produção historiográfica do país, notadamente a USP e a UNICAMP, se constituindo, desta maneira como principal espaço de circulação e disseminação do saber histórico aí produzido. A RBH se assume, assim, como a própria representação da historiografia brasileira. A Revista e seus editores a disporão como um elemento fundamental na construção deste campo no país, o que faz com que deem pouquíssimo ou nenhum espaço, no interior do periódico, para reflexões e ou discussões que buscassem historicizar a própria história da história no Brasil ou alhures. Uma vez que isto significaria colocar em questão a própria posição da ANPUH e de sua Revista para a configuração deste campo. Significava desnovelar todas as relações sociais, políticas e institucionais que possibilitavam a Revista ser o que ela era nos finais dos anos 1990. Significava desnudar como a construção da historiografia brasileira profissional, acadêmica, pós institucionalização das pós-graduações a partir da década de 1970 se deu seguindo uma série de procedimentos pouco ortodoxos, científicos e/ou epistemológicos. E este não parecia ser o interesse político e institucional daqueles que editoraram a revista ou estiveram à frente da ANPUH ao longo destas duas décadas. Não havia o interesse de questionar esta construção, mas de justificá-la, de reforçá-la, de legitimá-la com a colaboração dos escritos publicados em mais um

espaço institucional movido e colocado a serviço da construção da geografia e da memória disciplinar do saber histórico no país.

3.2 ERIGINDO FRONTEIRAS GEOGRÁFICAS EM TORNO DE DADAS MEMÓRIAS DISCIPLINARES PARA O SABER HISTÓRICO NO BRASIL: Disputas pela "moderna historiografia brasileira"

O projeto político e institucional que a RBH encampa ao longo destas duas décadas para definir, ou melhor, para construir a imagem da historiografia brasileira é um projeto eminentemente paulista. É a historiografia produzida nas instituições de São Paulo, são os professores e historiadores a elas ligados, são os seus estudantes de graduação e, sobretudo, de pós-graduação liderados por uma gama bem particular de mestres e orientadores que foram os responsáveis por definir, nas páginas da RBH, os caminhos que deveriam ser trilhados por aquilo que eles chamavam, primeiro de "moderna historiografia brasileira" e, posteriormente só de "historiografia brasileira". A historiografia e os historiadores notadamente ligados a USP e a UNICAMP serão vistos e ditos como nacionais, enquanto outros de outras instituições e espaços do país vão receber a pecha de regionais, de historiadores paroquiais, localistas. Historiar este percurso é o objetivo desta sessão.

A ANPUH e a RBH como instituições com forte representação paulista ou como expressão da historiografia aí forjada e produzida podem ser significadas, também, como um desdobramento político e institucional dos acontecimentos que levaram à criação e a formação da USP, em 1934. Ou ao menos é a esta tradição de acontecimentos ou a esta origem que quer fazer remeter determinados discursos, posicionamentos e presenças institucionais tanto na ANPUH quanto na RBH. No discurso fundador da RBH Alice Canabrava procurava estabelecer esta continuidade, construir esta origem e estabelecer esta tradição ao afirmar que:

> A mensagem dos docentes de História formados pelas Faculdades de Filosofia, significou a renovação do pensamento histórico brasileiro tradicional. Famosos mestres franceses foram chamados a colaborar e deram uma contribuição fundamental. Sua influência revigora-se continuamente com o fluxo, não interrompido no presente, de licenciados para as universidades francesas e a atualização sempre viva quanto as novas correntes que enriquecem o pensamento histórico. Metodologicamente tem sido este o crédito maior para o desenvolvimento da moderna historiografia brasileira, e viria a se refletir nos trabalhos da Associação. Qualificando-a com moderna, queremos significar sua distinção com referência a outras correntes do

> pensamento histórico brasileiro. A História é compreendida no centro das Ciências do Homem e cada uma das suas qualificações, no universo da História Geral. Destarte, ao desenvolver-se a nossa entidade, tornaram-se claro os vínculos que a ligavam ao movimento intelectual que se expressa, desde 1929, nas páginas dos **Annales**. (CANABRAVA, 1981, p.04)

Com este discurso Canabrava não só vincula a historiografia produzida pela ANPUH à tradição daqueles que para ela são os pais fundadores da "moderna historiografia brasileira", os historiadores franceses que para aqui vieram na década de 1930, nas famosas missões francesas que fundaram a USP em 1934, mas também a UDF em 1935, posteriormente tornada UB em 1939. Muito embora no conjunto do discurso fundador de Canabrava transpareça muito claramente apenas o destaque às missões francesas em São Paulo, da qual a autora foi um dos primeiros quadros formados posteriormente àquele que seria o triunvirato do sistema de cátedras da USP: Eurípedes Simões de Paula, Astrogildo R. de Mello e Eduardo D'Oliveira França. Canabrava junto com Olga Pantaleão formaria o quadro mais destacado dos historiadores formados pelas primeiras missões francesas em São Paulo, em especial pela presença e orientação de Fernand Braudel, muito embora este ainda não fosse o Braudel da 2º Geração dos *Annales*, mas, apenas, um historiador em início de carreira recrutado para contribuir com a instalação de um "departamento francês de ultramar" que resguardasse e replicasse a influência intelectual francesa nestas plagas. (RODRIGUES, 2014., FERREIRA, 2013).

Além de estabelecer claramente esta relação, Canabrava procurava vincular a "moderna historiografia brasileira", do ponto de vista teórico e metodológico, mas também institucional, ao "movimento intelectual que se expressa, desde 1929, nas páginas dos Annales". E ao fazer isso, retrospectivamente, em 1981, ano de criação de uma outra Revista, a RBH, ligada a principal associação de historiadores do país, a ANPUH, da qual ela era a presidente naquele momento, configurava um gesto simbólico de constituição de pertencimentos políticos e institucionais, não só para ela, mas, sobretudo, para a Associação e para a Revista recém-criada. Desta forma, Canabrava lhe dava de uma só vez uma memória histórica e a filiava a uma tradição intelectual e historiográfica que segundo alguns historiadores havia provocado uma "revolução" na historiografia mundial ao longo do século XX, ao se assumir como a vanguarda da renovação historiográfica. Parece ser justamente a estes mesmos significados e simbolismo que Canabrava queria remeter tanto a

ANPUH quanto a RBH. A construção desta tradição e das relações institucionais e políticas daí derivadas vão se fazer presentes de forma avassaladora nas páginas da RBH, sobretudo na constituição das redes intelectuais que irão ser hegemônicas nas publicações e definição dos temas, objetos, abordagens e perspectivas que irão ser publicadas e circuladas na revista.

Na construção da hegemonia destas redes na ANPUH e na RBH um primeiro movimento que ficou claramente observado quando fiz a genealogia das orientações daqueles que publicaram na Revista foi a exclusão da influência das missões francesas que se deslocaram para o Rio de Janeiro e que ajudaram a criar a UDF, depois UB e, posteriormente, a FNFi. Praticamente não há nenhum historiador que tenha publicado na Revista que faça parte daquela tradição ligada às missões que se dirigiram para o Rio de Janeiro, que como vai dizer Marieta de Moraes Ferreira era composta de historiadores franceses muito mais velhos e muito mais renomados, a exemplo de Henri Hausser, do que os que seguiram para São Paulo. Este é um elemento fundamental na construção política e institucional da RBH, a marginalização e silenciamento da “tradição” historiográfica produzida no Rio de Janeiro. Voltarei a este ponto um pouco mais adiante. Um outro movimento é que dentro da própria tradição paulista derivada das missões francesas na USP, os historiadores ligados a ANPUH e a RBH, sobretudo após a morte de Eurípedes Simões de Paula em 1979, farão suas escolhas e construirão suas redes a partir de determinados troncos intelectuais comuns. Neste processo, Eurípedes Simões de Paula que havia comandado com mãos de ferro a ANPUH, que detinha o controle editorial da Revista de História da USP e dos Anais da Associação e que era o principal nome do sistema de cátedras da USP até a sua morte, vai ser silenciado não só pelo fato de sua morte física, mas, sobretudo, por sua morte simbólica e intelectual promovida não só pela ANPUH, mas também nas páginas da RBH. A associação e a Revista matam duplamente Simões de Paula, à medida que depois de sua morte nenhum dos presidentes, membros da diretoria da Associação, editores da Revista e das centenas de historiadores que publicaram na RBH têm qualquer tipo de relação com as redes intelectuais que ele havia construído em vida. Simplesmente não há nenhum orientando seu publicando na revista, nem mesmo um orientando de um dos seus orientandos, assim como não há nenhum editor da revista ou presidente da ANPUH que se possa estabelecer qualquer relação direta ou indireta com as redes políticas e intelectuais que orbitaram em torno dele, quando vivo.

Diferentemente do que vai ocorrer com os outros dois membros do triunvirato de catedráticos uspianos: Eduardo D'Oliveira França e Astrogildo R. Mello, em especial o primeiro. Seus orientandos e as redes intelectuais formadas pelos mesmos irão hegemonizar a ANPUH e a RBH ao longo das décadas de 1980 e 1990. Dos orientandos de Eduardo D'Oliveira França temos nomes como: José Jobson de Arruda, Arnaldo Daraya Contier, Ana Maria Martinez Corrêa, Manoel Nunes Dias[57], Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Carlos Guilherme Santos Serôa Mota[58], Fernando Antônio Novais[59], Sônia A. Siqueira e Arno Wehling, todos eles com suas teses defendidas antes de 1973 ainda no chamado sistema antigo em que estavam vinculados às cadeiras dos catedráticos ou a temáticas mais gerais, como afirma Mesgravis. (MESGRAVIS, 1983). Os historiadores acima e suas redes intelectuais hegemonizarão àquelas duas instituições ao lado dos orientandos de Astrogildo R Mello, em especial os ligados a rede intelectual que se organiza em torno de Myriam Ellis que orientará dentre outros historiadores Nanci Leonzo, Edgar Carone, Laima Mesgravis e Anita Novinsky. Além das redes intelectuais formadas em torno dos nomes destes dois catedráticos da "geração de formadores" (CAPELATO, GLEZER, FERLINI, 1994), há com a entrada de Sérgio Buarque de Holanda na USP em 1958 a formação de outra consistente rede intelectual que se estenderá também até os anos 1980 e 1990 nas páginas da RBH, com uma presença marcante dos orientandos de seus orientandos e até mesmo destes publicando na Revista e participando das diretorias da ANPUH. Holanda foi o responsável pela orientação de historiadores

[57] Manoel Nunes Dias orientará nomes como Hector Hernán Bruit, Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula e José Ribeiro Júnior.

[58] Carlos Guilherme Mota é um caso emblemático, uma vez que boa parte de seus orientandos vão migrar da USP para formar o programa de pós-graduação da Unicamp num movimento claramente articulado e pensado em termos políticos, institucionais e culturais como pudemos observar nas várias falas de Edgard De Decca, um dos mais destacados de seus orientandos. Foram seus orientandos: Maria Stella Martins Bresciani, Maria Helena Rolim Capelato, Edgard Salvadori de Decca, Ademir Gebara, Adalberto Marson, Isabel Andrade Marson e Maria Lígia Coelho Prado. Com exceção de Capelato e Prado, todos os outros foram professores do PPGH da UNICAMP.

[59] Fernando Novais foi orientador de historiadores como Silvia H. Lara e Laura de Mello e Souza, dois nomes que ganharão destaque na produção historiográfica brasileira dos anos 1980 e 1990 por renovarem campos específicos deste saber no país. A primeira por contribuir para a renovação da historiografia da escravidão e a segunda por ser uma das introdutoras da chamada história das mentalidades ou do imaginário no Brasil a partir da sua tese transformada em livro "O diabo na terra de Santa Cruz".

como: Maria Odila Leite Dias[60], Boris Fausto, Maria Thereza Shörer Petrone[61], Suely Robles Reis de Queiroz, José Sebastião Witter[62].

Estas redes intelectuais não vão hegemonizar a ANPUH e a RBH à toa. Elas vão expressar no interior destas duas instituições o mesmo projeto que as missões francesas buscaram instituir com a criação e formação da USP em 1934, que era compensar a derrota de São Paulo em 1932 a partir da construção de seu pioneirismo e hegemonia no campo cultural e intelectual. Fazer da historiografia produzida em São Paulo a historiografia do Brasil têm um sentido político muito claro: dar a centralidade ao estado e as suas instituições de definirem o que é e como deve ser feita, produzida, escrita e validada a historiografia brasileira. E em nenhum outro espaço, ao menos ao longo das décadas de 1980 e 1990, essa verdade foi tão inconteste quanto nas páginas da RBH. Nesta a historiografia brasileira passa inexoravelmente por São Paulo. Ou melhor, o que se chamava de "historiografia brasileira" à época, era na verdade a historiografia paulista, ou melhor, produzida nos departamentos de História e, sobretudo, nos programas de pós-graduação das instituições universitárias paulistas. São Paulo é seu grande centro irradiador e difusor. O estado e suas instituições, notadamente a USP e a UNICAMP, seriam as locomotivas da "moderna historiografia brasileira". Para Capelato, Ferline e Glezer a "moderna historiografia brasileira" nascera com a criação da Faculdade de Filosofia na USP. Mesmo discurso encampado por Alice Canabrava no texto de fundação da RBH em 1981 e reverberado por Laima Mesgravis em 1983, em texto publicado também na RBH, sobre a pós-graduação da USP. (CAPELATO, GLEZER, FERLINE, 1994), (CANABRAVA, 1981), (MESGRAVIS, 1983).

Por isto da centralidade das redes intelectuais movidas em torno de nomes como Eduardo D'Oliveira França, desde o início colocado como o principal continuador do legado de Braudel e dos Annales e da renovação provocada por estes dentro da historiografia uspiana e, portanto, brasileira. Isto explica e muito a

[60] Maria Odila Leite Dias orientará também historiadores que se tornaram nomes emblemáticos da chamada renovação historiográfica brasileira dos anos 1980 a exemplo de Alcir Lenharo e Nicolau Sevcenko.

[61] A rede intelectual que se formou em torno de Maria Thereza Shörer Petrone é bastante extensa e comporta historiadores que fizeram escola na construção de redes intelectuais dentro da ANPUH e da RBH, definindo campos e referências como já apontado aqui, são eles: Janaina Passos Amado, Maria Antonieta Martinez Antonacci, Esmeralda Luiz Blanco, Ida Lewkowicz, Eni de Mesquita Samara, Augustin Wernet, Ernesta Zamboni.

[62] José Sebastião Witter orientará nomes como: Vitor Vicent Valla, Maria Clementina Pereira da Cunha, Janice Teodoro da Silva, Rosa Maria Godoy Silveira e Ítalo Arnaldo Tronca.

centralidade que a rede intelectual que se forja a partir de seu nome vai ter na ANPUH e na RBH. Mais da metade daqueles que publicaram e participaram de editorias da RBH ou das diretorias da ANPUH tem relações diretas ou indiretas com a rede intelectual que orbita em torno do nome de Eduardo D'Oliveira França. As redes que giram em torno de Sergio Buarque de Holanda e Astrogildo Melo são responsáveis por quase todos os demais autores que ai publicaram, ficando uma minoria de autores e historiadores bastante marginais e silenciados pela construção desta hegemonia que define lugares, tradições e se funda, sobretudo, inspirada numa tradição historiográfica francesa marcada pela suposta hegemonia da influência dos *Annales*, o que se explicita claramente no texto apologético de Capelato, Glezer e Ferline sobre a "Escola Uspiana de História" e na divisão que elas fazem em três gerações, bem aos moldes da divisão comumente estabelecida para se estudar a "escola" francesa, para o ocorrido na USP. (CAPELATO, GLEZER, FERLINI, 1994.), (MALERBA, 2002.).

Dentro deste contexto, a formação do programa de pós-graduação em História da UNICAMP à primeira vista poderia parecer um ponto fora da curva ao longo dos anos 1980 e 1990. Contudo, não é. A ruptura ensaiada pelos "unicampistas" com a tradição uspiana, ao se apresentarem como a vanguarda da renovação historiográfica brasileira, profissional e acadêmica, como mostramos anteriormente, se dará muito mais no sentido de uma abertura de espaço político e institucional dentro dos mesmos marcos de centralidade política e cultural das instituições paulistas sobre a historiografia nacional. Se a USP era a Sorbonne brasileira, a Unicamp procurava apresentar-se como uma nova Estrasburgo. Se os historiadores uspianos construíam seu poder sob as bases do *stablishment* e da tradição e das relações institucionais e intelectuais com os *Annales* e com dadas tradições do pensamento marxista, os "unicampistas" vão fazer a devida crítica a esta centralidade e vão adotar uma outra tradição, a da *social history* inglesa ou mais propriamente da "história vista de baixo" e dos estudos inspirados no pensamento de Michel Foucault, sobretudo aqueles que giravam em torno das relações de poder e da noção de sociedade disciplinar. Esta crítica a centralidade dos *Annales* na configuração da historiografia brasileira, profissional e acadêmica vai ser feita de forma enfática por Edgard de Decca, procurando marcar o distanciamento dos "unicampistas" desta tradição, nos seguintes termos:

> Nesse sentido, a microhistória despontou também como um caminho importante nesse campo, pois nelas aparecem as franjas das instituições e é no cotidiano que a norma e o desvio operam com as negociações, as resistências e as descontinuidades. Então, não vejo nos *Annales* os ventos novos, e sim na microhistória italiana, na historiografia inglesa e em Michel Foucault. Na verdade Foucault é quem acaba revalorizando os *Annales*, com a problemática das descontinuidades e das rupturas pelas margens. Ele aponta para os prisioneiros, para aqueles que estão no silêncio das fábricas, dos hospitais, das escolas, dos hospícios, da família, justamente onde não existem ou não podem existir ações coletivas, a não ser esporádicas. Existem apenas atitudes de sujeitos, que se constituem como tal, negociando, desviando, resistindo etc. Por isso, nós não podemos ficar pagando tributo aos *Annales*. Parece que tudo nasce e tudo termina nos *Annales*. Nós na Unicamp tratamos de todos esses "novos objetos" e das "novas abordagens" com pouquíssima influência dos *Annales*. (MORAES e REGO, 2002, p. 280)

De Decca se utiliza muito claramente de argumentos de ordem teórica e epistemológica para marcar uma distância política e institucional em relação a USP. E faz isto tecendo críticas duras a centralidade dada aos *Annales*. Criticar os *Annales* era criticar politicamente a postura historiográfica assumida pela USP. E acima de tudo abrir espaço para o próprio programa da UNICAMP dentro do projeto político institucional de (re)construção da "moderna historiografia brasileira" ao longo das décadas de 1980 e 1990. Dentro deste projeto os "unicampistas" não queriam tirar ou questionar a centralidade paulista ou estabelecer uma discussão acerca do que era esta própria produção, mas a partir do deslocamento teórico e epistemológico de uma determinada tradição para vários outros enfoques se queria permitir o alargamento das fronteiras da geografia disciplinar para o enquadramento de novos sujeitos historiadores e das redes intelectuais que eles estavam montando, já distantes dos enredos originários na USP, mas, sem deixar de ser decorrente deles, uma vez que a grande maioria dos professores que compõe o programa da UNICAMP são oriundos do mesmo tronco comum que remete a Eduardo D'Oliveira França, Sergio Buarque de Holanda e Astrogildo R. Mello. Portanto, é uma ruptura de superfície, num plano teórico e institucional, mas que preserva as mesmas bases políticas de fundo. É a construção da polêmica entre pares para se conseguir a visibilidade necessária para se assumir um lugar de destaque pelo confronto com o estabelecido, neste caso a USP, os *Annales* e dadas vertentes do marxismo. Num momento em que nem na USP os *Annales* e seus novos objetos, novos problemas e novas abordagens eram mais hegemônicos, se é que algum dia o foram. (MALERBA, 2002). Este debate explicita

também uma característica fundante da historiografia produzida no Brasil pós 1980, qual seja: as divergências e discordâncias políticas e institucionais vão ser, via de regra, tratadas e disputadas a partir de uma chave teórica e/ou epistemológica, buscando dar a impressão de um debate ou de uma disputa puramente científica, politicamente neutra, balizada e marcada no terreno da ordem do saber histórico.

Contudo, a crítica mais dura feita a esta centralidade e suposta homogeneidade da tradição dos *Annales* na configuração da geografia disciplinar da historiografia profissional e acadêmica no Brasil será feita justamente por um dos principais representantes da historiografia do Rio de Janeiro, Francisco Falcon. A sua tomada de posição não deixava de ser, também, uma crítica radical ao projeto político, institucional e intelectual paulista centrados na USP e na UNICAMP e na sua conquista dos espaços institucionais de formação, regramento e validação do saber histórico no país. Em artigo publicado em 1994, na Revista da Faculdade de Letras do Porto – Portugal, sob o título "Historiografia Contemporânea: balanço e perspectivas", Falcon vai colocar esta questão da seguinte maneira:

> De facto, muitos dentre nós se tornaram um tanto ou quanto impermeáveis à idéia mesma de diversidade historiográfica, não sendo exatamente casos excepcionais os daqueles que acreditam mui ingenuamente que tudo aquilo que existe ou pode existir de importante, válido e, acima de tudo, "novo", em termos de trabalho historiador, se contém necessariamente na produção historiográfica francesa que descende dos "Annales" e se apresenta na atualidade sob o rótulo de "Nouvelle Historie". Como esta é realmente a crença dominante entre nós, nada mais lógico, talvez, do que concluir que, se assim é no Brasil, o mesmo deve, com certeza, ocorrer em outros países, ou na historiografia contemporânea como um todo.
>
> Chamaremos então de unitária a esta visão que tem como axioma a existência de um modelo único para caracterizar o trabalho do historiador – o "fazer História" – na época atual. Estamos assim em face de um modelo supostamente hegemônico, ou mesmo único, que constituiria a concepção mais autenticamente moderna da "escrita da História".
>
> Reconhecer a diversidade/pluralidade da produção historiográfica contemporânea exige, antes de mais nada, que tomemos nossas próprias distâncias em relação aos apóstolos da unidade, inclusive quanto a maneira desses apóstolos conceberem, também eles, a diversidade. De fato, estes paladinos da unidade do fazer historiador afirmam sempre a diversidade, por eles concebida em termos de pluralidade de objetos, de abordagens e problemas. Mas não é evidentemente este tipo de diversidade que estamos a cogitar aqui.
>
> Precisamos superar os lugares-comuns já sacralizados por certa tradição a fim de que seja possível redescobrir a verdadeira pluralidade dos universos historiográficos isto é, a existência/presença

> de “fazeres historiográficos” diferentes, distintos, no todo ou em parte, do fazer consagrado por aquela tradição uniformizante.
> Perceber esta diversidade historiográfica significa, para nós, historiadores, estarmos bem conscientes da existência de formas ou maneiras variadas de se escrever/produzir a história; significa, portanto, que há outros modos de conceber o ofício do historiador. Trata-se, enfim, de reconhecer o óbvio: a persistência de tradições historiográfico-culturais outras que não apenas a francesa, ou, especificamente a “analista”. (FALCON, 1994, pp. 355-356)

A citação é longa, mas necessária, pois nela Falcon reúne praticamente todas às críticas pontuais feitas a hegemonia uspiana e à tradição dos *Annales* em um só lugar. Pois não só colocava em questão a suposta hegemonia da historiografia dos *Annales* para a constituição da moderna historiografia brasileira, como se ela fosse a única tradição a produzir ou subsidiar uma produção nestes termos. Mas, também, acusava os apóstolos, os paladinos da unidade que só conseguiam conceber a diversidade apenas em termos de objetos, abordagens e problemas. Apesar de, neste texto, não nomear quem seriam estes paladinos e apóstolos da unidade, a crítica de Falcon é, a nosso ver, direcionada a historiografia paulista, em especial aos uspianos, uma resposta às tentativas de mitologização da “escola uspiana” promovida em especial pelo texto já citado de Capelato, Glezer e Ferline publicado também em 1994 na Revista Estudos Avançados. O texto de Falcon procura ser um libelo contra o tipo de discurso triunfalista e unitário promovido pela memória uspiana. É uma tomada de posição contra esta mitologização, com claras finalidades políticas e institucionais, que acabava silenciando, na visão de Falcon, toda a diversidade/pluralidade da produção historiográfica do país. Uma diversidade/pluralidade que não se resumia apenas a novos objetos, abordagens e problemas, mas, sobretudo, a diversas formas de escrita da história, de trabalho do historiador, de procedimentos teóricos e metodológicos.

Com isso Falcon recolocava a discussão a partir de uma outra ótica, a da forma, deslocava a discussão do nível do conteúdo para o polo da forma, do fazer, para se perguntar e se questionar sobre a escrita da história no país. Para indagar justamente sobre quais bases, regras e procedimentos este saber vinha sendo forjado no Brasil. Falcon vai ser um dos primeiros historiadores do país a se colocar esta questão e a estendê-la aos demais historiadores brasileiros, fazendo uma crítica radical àquela historiografia e aos historiadores a quem ele nomeia de unitaristas. Em entrevista concedida as historiadoras Marcia de Almeida Gonçalves e Rebeca Gontijo

no ano de 2011 e publicada na Revista de História de Historiografia sob o título “Sobre história, historiografia e historiadores: entrevista com Francisco José Calazans Falcon” este vai nomear com mais clareza a quem chamou, no artigo de 1994, de paladinos do unitarismo e explicitar as tensões, querelas e disputas existentes entres historiadores ligados às instituições cariocas e as paulistas, notadamente a USP:

> É natural portanto que hoje alguns docentes da UFF estejam interessados em pesquisar autores e ideias anteriores a 1930. O pessoal da UFF sempre teve as suas querelas com a USP, contra aquele lugar-comum – e eu mesmo aderi a ele – de achar que a historiografia moderna no Brasil começa com Caio Prado, Sergio Buarque. Fizeram uma mudança: jogaram Gilberto Freyre para escanteio e puseram Antonio Cândido. Trata-se de demonstrar que essa ruptura precisa ser relativizada. Se andarem pra trás vão encontrar o velho Capistrano e toda uma série de autores que, nos anos 1920, questionaram os problemas do Brasil, inclusive com muita discussão no âmbito educacional. Uma discussão pedagógica muito grande. E eu me lembrei que, anos atrás, em São Paulo, havia uma animosidade contra Anísio Teixeira e a Escola Nova. Depois vim a entender. Porque são precursores. E o pessoal de São Paulo amarrou tudo à criação da Faculdade de Filosofia (1934) e à vinda da missão francesa. Quem está estudando a missão francesa é a Marieta de Moraes Ferreira. Lembro o catálogo das teses aprovadas nessa época pela USP. (GONÇALVES e GONTIJO, 2011, p. 380)

Falcon, portanto, vai não só questionar a centralidade do projeto político e institucional uspiano como também o próprio projeto político e ideológico paulista montado a partir da criação da USP em 1934. E fazer este questionamento passava, sobretudo, por descontruir o suposto unitarismo e a suposta homogeneidade da tradição francesa, em especial a analista, sobre o que se nomeava de historiografia brasileira. E as armas utilizadas por Falcon e demais historiadores do Rio de Janeiro, a exemplo de Manoel Salgado Guimarães e Marieta de Moraes Ferreira parecem ser um pouco mais sofisticadas que aquelas utilizadas pelos “unicampistas” para forjarem um espaço institucional legítimo fora das influências políticas e institucionais da USP. A desconstrução empreendida por estes historiadores do Rio de Janeiro vai se dar justamente a partir da elaboração de uma forte crítica de cunho teórico, metodológico e, sobretudo, epistemológico feita a partir da construção de uma história da história no país que joga para o século XIX o nascimento das concepções modernas de História no Brasil, retirando com isto a centralidade dada pela historiografia paulista a criação do curso de História da USP em 1934. Nesse interim, parece inserir-se o trabalho pioneiro de Manoel Salgado Guimarães sobre a historiografia do IHGB, os

estudos do próprio Francisco Falcon sobre Capistrano de Abreu e as pesquisas e trabalhos mais recentes de Maria da Glória de Oliveira sobre a historiografia brasileira do século XIX, de Rebeca Gontijo também sobre Capistrano de Abreu, de Lúcia Maria Paschoal Guimarães sobreo IHGB tanto no período do novecentos quanto pós-proclamação da República[63]. Eles operam, assim, uma desconstrução da narrativa construída, sobretudo, pelos uspianos que colocam as missões francesas de criação da USP como o marco fundador da moderna historiografia brasileira. Contudo, as críticas feitas por estes historiadores cariocas não vão negar que uma historiografia universitária, acadêmica, profissional no Brasil comece ganhar contornos mais definidos a partir da criação das primeiras universidades e dos primeiros cursos de História. Mas as pesquisas e trabalhos produzidos por aqueles historiadores insinua-se como elementos centrais na disputa em torno da construção da memória disciplinar desta historiografia acadêmica, profissional e da disposição dos espaços e lugares que configuram sua geografia disciplinar, procurando estabelecer o Rio de Janeiro e as suas instituições produtoras de narrativa sobre o passado também como portadoras do direito de se poder enunciar como o lugar do nacional, podendo, portanto, dizer-se "historiografia brasileira".

Este processo de desconstrução e enfrentamento da memória uspiana ganhará contornos mais elaborados com a publicação, no ano de 2013, do livro *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar* da historiadora Marieta de Moraes Ferreira. No livro ela busca historiar a criação do curso de História da

---

[63] Cf. GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar". *In*: PESAVENTO, Sandra Jathay (Org.). **História Cultural**: práticas de pesquisa. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. _____. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *In*: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro; Vol. 01, Nº 01, 1988, pp. 5-27. _____. Reinventando a tradição: sobre o Antiquariado e a Escrita da História. *In*: **Humanas**. Porto Alegre, Vol. 23, 2000. _____. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *In*: **Revista Topoi**. Rio de Janeiro, 2002, pp. 184-200. _____. **Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, 284 p. FALCON, Francisco. J. Calazans. O Brasil de Capistrano de Abreu. **Trajetos**. Fortaleza, Vol. 3, Nº. 05, 2004, pp. 65-77. OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer História, escrever a História: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *In:* **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Nº 59, Vol. 30, 2010, pp. 37-52. GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu Viajante. *In:* **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Nº 59, Vol. 30, 2010, pp. 15-36. _____. **O velho vaqueano. Capistrano de Abreu**: memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7Letras/Faperj, 2013. 182 p. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007. 246 p. _____. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949). *In*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 162-181. _____. **Debaixo da imediata proteção imperial**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. São Paulo: Annablume, 2011. 180 p.

Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, até sua extinção em 1939; e da subsequente estruturação do Curso de História e Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil – FNFi/UB no Rio de Janeiro até o período de 1966-68 quando da reforma universitária promovida pelo governo ditatorial, que fragmenta a FNFi em vários institutos que seriam agrupados em torno da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Neste livro em questão Marieta de Moraes Ferreira vai relativizar a centralidade das missões francesas no Brasil e seu direcionamento exclusivo para a formação da USP, apontando para outras experiências francesas no país, em especial as que ajudaram a criar a UDF e a UB. Explicitando, assim, o caráter plural destas missões, tanto do ponto de vista dos professores que para cá foram remetidos, quanto das propostas e discussões que os mesmos trouxeram para a construção da historiografia no país, a partir destes novos centros universitários que estavam sendo criados tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. Diz Ferreira:

> Em primeiro lugar, é preciso ressaltar a diversidade de composição das missões universitárias que para cá vieram. Os professores pertenciam a gerações distintas, tinham formações variadas e estavam em formações profissionais diferentes. No que diz respeito as formas de conceber e ensinar a História, também existia uma diferença gritante. Enquanto Hausser e Albertini já eram grandes professores e tinham como perspectiva o ensino de uma História social e econômica, que valorizasse o estudo das sociedades, da vida cotidiana e das relações sociais, Tapié e Bon estavam comprometidos com o estudo descritivo dos grandes eventos, batalhas e dos tratados. No que diz respeito às redes de relações e formas de inserção no campo intelectual francês, as distinções também eram evidentes. Hausser e Albertini eram ligados a uma tradição republicana e laica, ao passo que Deffontaines e Tapié mantinham estreita vinculação com o movimento católico.
>
> A comparação dos professores que vieram para o Rio com os que forma para São Paulo e participaram da criação do Curso de História da USP também é bastante reveladora. Se tomarmos os nomes de Émille Coornaert, professor de História Moderna na USP em 1935, e Fernand Braudel, sucessor de Coornaert (1936-38); de Pierre Deffontaines, professor de Geografia Humana na USP em 1935, e de seu sucessor Pierre Monbeig (1936-46), poderemos perceber características semelhantes, mas também alguns traços divergentes.
>
> Os professores que foram para a USP também pertenciam a gerações diferentes, eram ligados a gerações historiográficas distintas e, na França, integravam-se a redes de relações diversas. Émile Coornaert nasceu em 1886 e tinha 16 anos a mais que Fernand Braudel. Em função dessa diferença, vieram para o Brasil em estágios diferentes de suas carreiras. Coornaert já tinha concluído seu doutorado e era *directeur de recherche* da École Pratique des Hautes Études, cargo

> obtido numa disputa em que derrotou nada menos que Marc Bloch. Possuía laços estreitos na Sorbonne e contatos importantes na *Revue d'Historie Moderne et Contemporaine*.
> Já Braudel ainda estava em início de carreira. Não passava de um brilhante professor do ensino secundário que, após um estágio na Argélia e antes de vir para o Brasil, lecionara no Liceu Henri IV, em Paris. Ainda que na ocasião não tivesse contatos mais estreitos com Bloch e Febvre e não houvesse publicado nada na revista *Annales* – e muito pouco em outros periódicos –, mantinha relações próximas com Hausser e tinha espaço para publicar na *Revue de Synthèse*, de Henri Berr. (FERREIRA, 2013, pp. 97-98)

Como podemos observar, as experiências das missões francesas no Brasil para a criação das primeiras universidades brasileiras e dentro delas as Faculdades de Filosofia e os Cursos de História e Geografia, em especial os da USP e da UDF, não foram nada homogêneas. Muito pelo contrário, segundo Ferreira, prevaleceu a diversidade, a pluralidade. Só, posteriormente, parece haver um esforço de construção de uma memória que mitifica determinadas experiências em detrimento de outras, a exemplo da memória em torno da criação da USP, de seu curso de História e da presença de Braudel como elemento central nesta construção, que haveria redundado, segundo Capelato, Ferlini e Glazer, Mesgravis, Canabrava e outros, no evento fundador não só dos primeiros passos da profissionalização do historiador no país, mas, sobretudo, a pedra inaugural de nossa "moderna historiografia brasileira". Contudo, o texto de Ferreira desconstrói esta narrativa e aponta para o caráter contingente e interessado desta construção que ainda reverberava na própria lógica de produção da historiografia feita no Brasil nos anos 1980 e 1990 nas páginas da Revista Brasileira de História. Neste sentido, o livro de Ferreira é uma arma de combate a esta narrativa. É um instrumento heurístico forjado para desmontar os enredos desta memória e desta tradição que buscava se autodefinir como a historiografia brasileira, nas últimas décadas. Ainda fortemente marcada pelo poderio político e institucional da USP, matizada pelos "paladinos do unitarismo" e da suposta hegemonia da tradição francesa e analista sobre a produção historiográfica no país, como havia denunciado Falcon ainda na década de 1990. O livro de Ferreira, neste sentido, tem um claro objetivo político: abrir a possibilidade de se pensar a história da história no Brasil a partir de outros enfoques, lugares, tradições e possibilidades. Para além da centralização exercida pelas instituições paulistas, notadamente a USP e a UNICAMP, e da "escola historiográfica uspiana" como irradiadora da historiografia nacional.

3.3 CONFIGURANDO A GEOGRAFIA DISCIPLINAR DA HISTORIOGRAFIA BRASILIERA PROFISSIONAL, ACADÊMICA NOS ANOS 2000: Cartografando novos espaços e redesenhando antigos lugares e áreas

É, portanto, diante destas demandas que a RBH e a ANPUH adentram os anos 2000. Os limites de suas páginas e de suas instituições não comportavam ou suportavam mais à diversidade da historiografia produzida no Brasil. Ou melhor, a diversidade da historiografia profissional e acadêmica brasileira até o final dos anos 1990 ainda não havia se refletido nas páginas da RBH e, muito menos, nas diretorias da ANPUH. De forma a expressar a enorme e diversificada produção que vinha sendo produzida, sobretudo, nos programas de pós-graduação em História país a fora. Apesar das críticas e das acentuadas disputas internas a ambas instituições, tanto a ANPUH como a RBH ainda não haviam se aberto a esta diversidade. Sua representatividade ainda estava circunscrita predominantemente ao eixo São Paulo-Rio de Janeiro. A ANPUH vira o milênio sob a presidência de uma historiadora do programa da USP, Zilda Márcia Gricoli Iokoi e, no primeiro biênio deste novo milênio (2001-2003), será presidida justamente por outro historiador que, como vimos, foi um dos mais atuantes na construção desta centralidade da historiografia paulista sobre a historiografia nacional, Edgard Salvadori De Decca, da UNICAMP. Sob sua gestão a editoração da RBH ficará a cargo de uma de suas amigas e colega de formação, Maria Lígia Coelho Prado, professora da USP, que assim como De Decca havia sido orientanda de Carlos Guilherme Mota, e ela havia sido orientadora, no doutorado, de Zilda Márcia Gricoli Iokoi, presidente da ANPUH no biênio anterior. O que explicita, mais uma vez, as relações bastante próximas e as redes intelectuais que eram movidas por aqueles que ocupavam os principais postos de direção da Associação e da RBH, ainda predominantemente ligadas a USP e a UNICAMP.

No biênio 2001-2003 vão ser publicados 60 textos em quatro dossiês[64]. De autores de 21 instituições diversas, muito embora a imensa maioria ainda sendo do centro-sul do país, notadamente das universidades paulistas, onde a USP continua sendo hegemônica entre os autores que publicarão na RBH naquele período, comparecendo com nada menos que 23 autores/historiadores ligados ao seu

[64] Neste biênio serão publicados os seguintes dossiês: RBR Nº 42, Vol. 21, Espaços da Política; RBH, Nº 43, Vol. 22, Tempos do Sagrado; RBH Nº 44, Vol. 22, Viagens e Viajantes e RBH Nº 45, Vol. 23, O Ofício do Historiador.

programa, dentre os 60 que aí publicaram. Naquele biênio a lógica de publicação foi praticamente a mesma dos anos anteriores, prevalecendo as redes intelectuais que formaram-se em torno de determinados historiadores oriundos dos programas da USP e da UNICAMP e que passavam a formar outros departamentos de instituições do centro-sul, mas que não haviam rompido com suas redes intelectuais anteriores, muito pelo contrário, as alargavam estendendo braços e tentáculos nos departamentos e cursos de pós-graduação para onde migravam depois de suas formações. Há, muito claramente, nos textos publicados um predomínio dos temas e objetos discutidos e trabalhados por estes historiadores nos seus programas de origem ou nos programas de seus orientadores, notadamente os programas das instituições paulistas que vão ser ainda no início do novo milênio àqueles que ditarão nas páginas da RBH os temas, objetos, problemas e abordagens dignos de publicidade historiográfica. Vai haver, naquele momento, uma clara ascensão de temas relacionados a chamada História Cultural, ou melhor dizendo, de temas que tratam de práticas e representações na esfera política, social, nas relações e trocas simbólicas entre grupos sociais diversos, no estudo do cotidiano e das práticas festivas e rituais em diferentes sociedades e tempos, assim como a presença de abordagens que privilegiam os excluídos da história, pensados a partir de suas práticas de significação e representação do mundo através das diferentes linguagens disponíveis. Há, portanto, uma ampliação dos temas abordados, dos objetos pesquisados e uma tendência maior ainda em o fazê-lo a partir do que se nomeava a época de História Cultural com uma forte influência dos estudos de Roger Chartier, Michel Foucault e Michel de Certeau, sobretudo as noções de prática, representações, cotidiano e discurso.

No biênio seguinte (2003-2005) este cenário se altera muito pouco, embora a ANPUH tenha sido presidida mais uma vez por um historiador ligado à Universidade Federal Fluminense – UFF, Luiz Carlos Soares. Apesar de Soares ter pouca ligação com os círculos e redes intelectuais até então hegemônicos na Associação, uma vez que fez toda a sua formação até o mestrado na UFF e o doutorado na University College London sob a orientação de Leslie Bettel entre os anos de 1983 e 1988[65]. Portanto, Soares é um historiador talhado e formado a partir de outras redes intelectuais e institucionais. Redes estas, à primeira vista, bastante distantes daquelas hegemônicas na Associação até então. Já o editor da RBH ao longo do biênio vai ser

[65] Cf. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783805E1 acessado em 30 de maios de 2017, as 15:22 h.

o historiador da UNESP – Assis, Frederico Alexandre de Moraes Hecker que tinha uma forte ligação com as redes intelectuais hegemônicas na RBH até então, uma vez que havia feito toda a sua formação na USP ao longo dos anos 1980 e 1990 sob a orientação de Maria de Lourdes Mônaco Janotti[66]. Assim, Hecker é cria da USP e de suas relações de saber e poder. Ao longo deste biênio foram publicados 47 textos de autores e/ou historiadores de 20 instituições distintas, mas ainda com uma visível hegemonia de autores ligados a instituições paulistas, notadamente a USP e a UNICAMP, que comparecem, respectivamente, com 15 e 10 autores ligados a seus programas de pós-graduação, ao que se soma mais quatro textos de autores da UNESP, o que corresponde, portanto, a quase 60% dos textos publicados oriundos de autores de instituições paulistas. Os quatro volumes publicados ao longo deste período vão trazer os seguintes temas: experiências urbanas, Brasil: do ensaio ao golpe, produção e divulgação de saberes históricos e pedagógicos e, por fim, História e manifestações visuais. Estes temas vão ser justificados da seguinte maneira pelo Conselho Editorial da RBH:

> Apenas considerando o início dos nos 90 até os dias atuais, isto é, os últimos 32 números editados, a RBH publicou principalmente dossiês de teoria da história ou historiografia, cerca de 25% do total – o que atesta vivamente que o ofício do historiador, seus métodos e dificuldades, apresentam-se como a preocupação mais constante da comunidade. Espaço pouco inferior ocuparam os dossiês sobre política – nacional, internacional e/ou teórica – indicando a questão do poder como sempre parceira dos caminhos do pensamento. Como temática de época, registrando o encontro com objetos historiográficos menos tradicionais, os assuntos de gênero e família aparecem em terceiro lugar entre os dossiês mais publicados. Mas não se restringem a estes nomeados os temas centrais do período: tratou-se também de ensino de história, de religião, de viagens, de escravidão, de migrações, de história da América etc.
> Levando-se em consideração essa distribuição temática que história do periódico legou, o Conselho Editorial que ora passa a dirigir a RBH, houve por bem reafirmar a conveniência de dar continuidade ao andamento editorial já consolidado, acrescentando como parâmetros a atenção com problemas sugeridos pela conjuntura e a cobertura de dossiês/temáticas ainda não aquinhoadas pelos números anteriores. (RBH, 2003, p. 08)

Temos, portanto, um conjunto de dossiês que retomam temas já trabalhados anteriormente pela revista como as experiências urbanas, a partir de

[66] Cf. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4723143Y7 acessado em 30 de maio de 2017, as 15:31 h.

abordagens tanto culturalistas quanto da perspectiva de uma história dos de baixo contemplado suas experiências a partir dos projetos de reformas urbanas empreendidos em algumas cidades brasileiras, passando por uma discussão, no segundo dossiê do período, que remete ao estudo do período pré-golpe e do golpe civil-militar de 1964 a partir de uma abordagem que tem no conceito de cultura política, bem como no de poder, entendido a partir das contribuições de Michel Foucault e da nova história política, como dois dos principais instrumentos de análise e inteligibilidade do passado brasileiro, em especial dos acontecimentos que vão de 1954 a 1964, em especial o golpe civil-militar. O terceiro dossiê deste período, "Produção e divulgação de saberes históricos e pedagógicos", merece um destaque um pouco maior, em especial no tocante ao problema desta tese, pois ele vai abordar questões relacionadas tanto ao ensino de História como questões teóricas, metodológicas e epistemológicas acerca do saber histórico, algo que se colocava na ordem dos dias daquele período em que o dossiê foi publicado. Com três textos que discutem, respectivamente, a chamada "viragem cultural" a partir do que se nomeava de história do cotidiano; a relação do marxismo com as novas abordagens historiográficas, sobretudo as de viés culturalistas; e, por fim, uma discussão acerca da questão do testemunho[67]. Na apresentação deste dossiê, no Nº 48 da RBH, o Conselho Editorial o apresentará da seguinte maneira

> É possível que tal preocupação com questões teóricas decorra da tentativa de administrar a mais recôndita aspiração do historiador: a de lidar positivamente com a imprevisibilidade do conhecimento. O futuro não está compreendido pelo passado, e essa indeterminação angustia aquele a quem, por profissão, cabe confrontar o conhecimento adquirido com o devir. Toda e qualquer comunidade humana toma decisões sobre o seu futuro, e não o faz optativamente. Somos todos obrigados, para o bem ou para o mal, a optar. Daí o lugar especial destinado à imaginação nos estudos históricos. É pelo trabalho simultâneo da imaginação e da razão que o historiador encontra motivos para a refutação de sua instabilidade e princípio.
> Procedendo dessa forma, isto é, publicando sucessivos dossiês sobre questões teóricas da disciplina, a RBH tem aberto freqüentemente (sic) espaço para a aventura do saber, lidando sempre com o entender e o ensinar a história. Neste número, como em outros precedentes, contamos com a parceria de eficientes e inspirados autores para

[67] Os textos referidos são os seguintes, respectivamente: NORBERTO, Luiz Guarinello. História científica, história contemporânea e história cotidiana. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: 2004, Vol. 24, Nº 48, pp. 13-38.; SENA JR., Carlos Zacarias F. de. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: 2004, Vol. 24, Nº 48, pp.39-72. e KOLIERITZ, Fernando. Testemunho, juízo político e história. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: 2004, Vol. 24, Nº 48, pp.73-100.

> discutir aspectos teórico-metodológicos da historiografia contemporânea, que se constituem, muitas vezes, em impasses da nossa ciência. (RBH, 2004, p.07)

Contudo, apesar dos editores da RBH neste momento quererem apresentar as discussões de cunho teórico-metodológico e historiográfico com uma espécie de tradição de discussão da Revista, como vimos vendo ao longo das décadas de 1980 e 1990 muito pouco ou quase nada foi efetivamente pensado ou discutido nas páginas da RBH que realmente merecesse esse relevo dado por seus produtores nos anos 2000. É somente nesta década que aparece com maior intensidade discussões acerca do fazer historiográfico no país e a forma como os historiadores brasileiros vinham pensando a escrita da história. Nas décadas anteriores esta discussão ficava resumida aos novos problemas, novos objetos e novas abordagens, como se estes por si só, significassem uma discussão historiográfica aprofundada, sobretudo do ponto de vista teórico-metodológico e epistemológico, sobre o que vinha sendo fabricado em termos de conhecimento histórico no país. Esta maior preocupação, sobretudo de cunho epistemológico e historiográfico, de se pensar o fazer historiográfico, suas regras, suas formas e seus impasses é uma preocupação que emerge com certa centralidade nas páginas da Revista apenas nesta década. Voltaremos a tratar desta questão, de forma mais específica, um pouco mais adiante, no último capítulo desta parte da tese, dedicado exclusivamente a pensar a presença destas discussões de cunho mais teórico-metodológico e historiográficos nas páginas da RBH.

Por fim, o último dossiê publicado no biênio 2003-2005 se intitula “História e manifestações visuais” que apresenta uma discussão sobre o uso das imagens como elemento interpretativo para se conhecer o passado e as diversas formas que os historiadores contemporâneos a vem utilizando nas suas mais variadas expressões – fotografia, cinema, artes plásticas, documentário etc. – para narrar o passado de determinadas sociedades em períodos específicos. E o Conselho Editorial da Revista encerra seu período a frente da RBH justificando estas escolhas temáticas da seguinte maneira:

> O número da RBH que o leitor tem em mãos encerra esse ciclo administrativo deste Conselho Editorial. Escolhemos dedicar os quatro números concernentes ao período aos temas história/cidades, história/poder, história/conhecimento e história/imagem. Diante das

> perplexidades que contemporaneamente se apresentam ao entendimento da história, procuramos seguir as diretivas mais singulares de nossa profissão. Isto é, estudar com afinco os textos oferecidos à publicação e dar publicidade àqueles que mais estimulassem a reflexão.
> Se as virtudes cívicas contribuem para a boa vida de todos, as virtudes editoriais devem contribuir para o aprimoramento de toda a comunidade de professores e pesquisadores. (RBH, 2005, p. 08)

Portanto, o biênio que tem Luiz Carlos Soares presidindo a ANPUH e que tem como editor da RBH, Frederico Alexandre Hecker, não altera substantivamente as redes intelectuais e institucionais hegemônicas na revista, muito embora possamos observar uma maior participação de autores ligados às instituições cariocas neste período, comparecendo com 8 textos publicados nos quatro dossiês. No entanto, como vimos, presenciou-se a emergência, ou melhor, a solidificação de uma nova tendência nas páginas da RBH, qual seja: as discussões teórico-metodológicas e historiográficas, empreendidas, sobretudo, a partir de um questionamento de cunho epistemológico acerca dos pressupostos do conhecimento histórico e da escrita da história, em especial na forma que ela vinha sendo feita e praticada no país. Esta é, sem dúvidas, a mudança mais significativa observada nas páginas da RHB ao longo dos anos 2000 até o término do biênio presidido por Soares, o ano de 2005.

No biênio seguinte, 2005-2007, a ANPUH retorna à presidência de um historiador nascido e forjado nos círculos institucionais e intelectuais Uspianos, a historiadora Eni de Mesquita Samara. Ela fazia parte das redes intelectuais que remetiam a Sérgio Buarque de Holanda, uma vez que sua orientadora havia sido Maria Thereza Shörer Petrone, assistente de Sérgio na cátedra de História do Brasil quando àquele foi professor catedrático na USP. A editora da RBH no período, a historiadora Maria Izilda dos Santos Matos, professora da PUC-SP, amiga de Samara, era também forjada como historiadora nos quadros da USP, tendo sido orientanda de José Jobson de Arruda, um dos principais nomes a catalisar e a mover as redes intelectuais hegemônicas na ANPUH e na RBH desde os anos 1980. Esta rede intelectual vai se fazer presente de forma bastante clara no Nº 51 da RBH, no segundo dossiê deste período, “Natureza e Cultura”, onde publicarão autores majoritariamente ligados aos círculos uspianos, e, sobretudo, claramente ligados às redes intelectuais da presidente da ANPUH e da editora da RBH, respectivamente, Eni de Mesquita Samara e Maria Izilda Matos. Publicarão neste número dois autores orientandos de Maria Izilda Matos no doutorado da PUC-SP, Valdecir Rezende Borges e Glaura Teixeira

Nogueira, duas orientandas de Maria Thereza Shörer Petrone, contemporâneas da formação de Eni de Mesquita Samara sob a orientação de Petrone, são elas: as historiadoras Maria Clara Tomaz Machado e Flávia Arlanch Martins de Oliveira. Assim como orientandos de Arnaldo Daraya Contier e José Jobson de Arruda que também havia sido orientador de Izilda Matos. A única exceção fora dos círculos e das redes intelectuais e institucionais uspianas entre os artigos publicados nesse dossiê é o texto da historiadora Regina Horta Duarte, que abre este número.

Neste período foram publicados 54 textos (entre artigos – em sua maioria –, resenhas e entrevistas) de autores e/ou historiadores de 30 instituições diversas e, pela primeira vez na RBH, de todas as regiões brasileiras. Muito embora ainda predomine às instituições do centro-sul como àquelas com maior volume de publicações. Mas já se pode observar uma diminuição da hegemonia das instituições paulistas neste momento. Uma vez que comparecem com menos da metade dos textos publicados no biênio, 25 ao todo, de historiadores ligados a seus quadros (10 da USP, em especial no dossiê acima citado, 5 da UNICAMP, 5 da UNESP, 4 da PUC-SP e 1 da UNIFESP). As instituições do Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais terão uma participação significativa nestes quatro volumes comparecendo com pouco mais da metade dos textos publicados por autores ligados às suas instituições. Muito embora, alguns deles com relações intelectuais bem próximas às redes intelectuais paulistas, notadamente as da USP e da UNICAMP. Exemplo disso são as historiadoras Regina Horta Duarte, que fez toda sua formação em nível de mestrado e doutorado na UNICAMP, mas que neste período já é uma reconhecida historiadora a nível nacional, atuando a partir da UFMG; o que se pode dizer também de Sandra Jathay Pesavento que havia sido orientanda de Suely Robles Reis na USP (fazendo parte, desta maneira da rede intelectual que têm como tronco comum, Sérgio Buarque de Holanda) que além de ter artigo seu publicado neste período, como também emplacará publicações de seus orientandos, em especial àqueles que trabalham com o tema cidades, no dossiê que aborda esse tema no Nº 53 da RBH. Além disto havia uma relação de proximidade e amizade entre Pesavento e Brescianni para além de comungarem dos estudos sobre o mesmo tema, cidades.

Quanto às temáticas e abordagens dos dossiês publicados neste período não há grandes alterações em relação aos números anteriores publicados nesta década. O primeiro dossiê deste biênio traz novamente a discussão de um tema bastante recorrente na revista, o poder. Sob o título: “Poder: tramas e tensões” os

historiadores que vão publicar na RBH discutirão este tema a partir das mesmas chaves explicativas e com os mesmos instrumentos heurísticos das discussões anteriores, tais como os conceitos de cultura política, o de poder como relação, e os de práticas e representações numa tentativa de pensar, a partir destes operadores “às questões do poder, da política, do fazer política e da ética”. O segundo dossiê: “Natureza e cultura” é o único a abordar um tema muito pouco visitado nas páginas da RBH, as relações entre natureza e cultura, pensando-as a partir das chaves explicativas daquilo que começa a ser nomeado como uma história ambiental, assim como das preocupações do presente para com a degradação do meio ambiente e as relações problemáticas do homem com a natureza, que estavam provocando transtornos não só de ordem local mas, sobretudo, graves ameaças à todo o planeta. O terceiro dossiê vai retomar a discussão de um tema bastante tradicional da historiografia produzida no Brasil, a escravidão. Tema este que dará título ao dossiê e que, apesar dos artigos esparsos publicados na RBH sobre este tema, só havia sido objeto de um dossiê pela revista em 1988, no seu número 16, na época muito em função das comemorações dos 100 anos da abolição. Neste dossiê, como vai afirmar o historiador da UFRJ, Manolo Florentino, na sua apresentação, que:

> De início, chama atenção a diversidade temática mediante a qual fluem os estudos da escravatura. Hoje em dia já não soam tão estranhos estudos sobre a família escrava (tida antes como aspecto ancilar da história colonial), as irmandades negras, os mecanismos e padrões de alforrias, etnicidade, formas de controle social e de resistência, tráfico interno e externo de escravos, para não falar nos trabalhos acerca do negro no imediato pós-abolição. Melhor: são temas encampados por profissionais das mais diversas tendências teórico-metodológicas, embora não se possa dizer o mesmo do ponto de vista estritamente ideológico – já não viceja entre nós, por exemplo, o menor traço de uma historiografia, digamos, liberal, da escravidão. (FLORENTINO, 2006, p. 12)

Neste sentido, seguindo o que afirma Florentino parecia ter acontecido com a historiografia da escravidão o mesmo processo que outras temáticas e áreas de estudo haviam experimentado ao longo da década de 1990 e dos anos 2000. Ou seja, uma fragmentação das perspectivas de abordagem deste tema, sobretudo, no que tange ao que ele chama de “tendências teórico-metodológicas”. A abordagem do tema da escravidão subdivide-se em vários outros subtemas, como apontado acima, devido em grande medida a variedade de abordagens disponíveis para se pensar estes

subtemas, como também uma maior descentralização dos lugares de produção do saber histórico no país neste momento. Se nas décadas de 1980 e 1990 os cursos de pós-graduação, em especial em nível de doutorado, se concentravam no sul e sudeste do país, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, nos anos 2000 assiste-se a uma ampliação considerável destes cursos por todo o país, sobretudo a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e de sua reeleição em 2006. Como afirma Florentino: "algumas mudanças podem ser capturadas quando comparamos o mapa da pós-graduação em 1988 com o de hoje. Em duas décadas, o número de instituições voltadas para a pesquisa institucional de ponta multiplicou-se por cinco – há hoje meia centena de programas de pós-graduação no Brasil, e todas as regiões do país possuem ao menos dois cursos de mestrado" e, acrescento, ao menos um de doutorado. Estas mudanças no campo da pós-graduação no país vão permitir a produção historiográfica em outros centros e em grande medida desvinculadas das redes intelectuais e institucionais uspianas e unicampistas, que ao longo dos anos 1980 e até os anos 1990 foram centrais para formação da geografia disciplinar da história no pais, em especial nas páginas da RBH.

É neste sentido que nesse dossiê sobre escravidão vão estar presentes estudos de historiadores de São Paulo, Bahia, Paraná, Maranhão, Pará e Espírito Santo, quase todos eles produzindo a partir dos programas das instituições de seus estados. Apesar disso ainda podemos observar nestas abordagens sobre a escravidão uma presença, talvez não mais hegemônica, mas bastante marcante das abordagens da chamada história social da escravidão tal como foi praticada e publicada no dossiê de 1988, em especial pelos historiadores ligados a UNICAMP, que também publicam neste número, em especial os orientandos de Robert Slenes e Silvia Lara, dois historiadores bastante representativos da renovação dos estudos sobre escravidão no país[68]. Já o último dossiê publicado neste biênio retoma outro tema bastante discutido nas páginas da RBH, que é o tema "Cidades". Esta temática já havia sido discutida a partir do enfoque das experiências urbanas em um dossiê com este título no biênio anterior e é retomado neste momento para discutir alguns outros aspectos da construção material e imaginária das cidades, pensando-as,

[68] Me refiro aos artigos "A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas. Campinas, século XIX" da historiadora Cristiany Miranda Rocha, orientanda de Robert Slenes; e o artigo "A África carioca em lentes europeias: corpos, sinais e expressões" da historiadora Eneida Maria Mercadante Sela, orientanda de Silvia H. Lara. Cf. LARA, Silvia. Escravidão. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Nº 52, Vol. 26, Jul.-Dez. 2016.

sobretudo, a partir do advento da modernidade e das reformas urbanas experimentadas na virada do século XIX para o XX no Brasil, em especial a partir das tensões provocadas diante destas novas "experiências urbanas". É assim que, segundo o Conselho Editorial da Revista:

> As cidades se impõem como desafios aos historiadores que visam entender seus emaranhados de enigmas, de representações, de tempos, de espaços e de memórias. Sob a sua materialidade fisicamente tangível, descortinam-se "cidades análogas invisíveis", com tramas de memórias e de esquecimentos do passado, contendo impressões recolhidas ao longo das experiências urbanas. Nas cidades estabelecem-se conflitos e tensões, solidariedades e acolhimentos, mobilidade e enraizamento, planificação e representações, tudo envolto em confrontos infindáveis que redimensionam incessantemente o pulsar urbano. (RBH, 2007, p. 07)

Portanto, no que tange a escrita da história e em relação as temáticas discutidas nos quatro dossiês desse período, não há grandes alterações ou modificações em relação aos números anteriores, apenas a consolidação de algumas tendências, como a pulverização das abordagens e, sobretudo, a perda de centralidade da historiografia paulista como suposta irradiadora da historiografia nacional, a partir e nas páginas da RBH. Muito embora permaneça presente, nos lugares institucionais da ANPUH e da revista ao longo deste biênio, as mesmas redes institucionais hegemônicas ao longo das décadas anteriores. Contudo, neste momento elas parecem não garantir mais a centralidade das instituições paulistas, notadamente da USP e da UNICAMP, na geografia disciplinar que se (re)configurava ao longo dos anos 2000. E um dos elementos que contribuirão decisivamente para esta ruptura é a expansão sensível dos programas de pós-graduação por todas as regiões do país ao longo da década, em especial a partir de 2002 com a reestruturação das Universidades Federais e da política de financiamento dos programas de pós-graduação a partir da CAPES. Estas políticas darão um novo fôlego as pesquisas em nível de mestrado e doutorado, permitindo o aparecimento de novos centros de pesquisa em história em todo o país e aumentando consideravelmente o número de mestrandos e doutorandos em história, aja vista a quantidade de participantes nos simpósios da ANPUH realizado em Londrina – PR em 2005 e, sobretudo, no de Fortaleza – CE em 2007, atingindo cerca de 8 mil inscrições, o que levou a Associação a repensar o formato das apresentações para os anos seguintes, restringindo às apresentações em simpósios temáticos apenas para mestrandos, doutorandos, pós-

graduados e professores de nível superior dado o volume crescente de participantes no Simpósio Nacional de História – SNH. O que dificultava a logística para a sua organização, dado que pouquíssimas instituições do país comportam evento de tal magnitude.

3.4 AS COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DA ANPUH E DOS 30 ANOS DA RBH: A memória disciplinar da Associação e da Revista em cheque

Mas a ruptura institucional dentro dos quadros da ANPUH e da RBH com as redes institucionais e intelectuais hegemônicas ocorreriam no biênio seguinte, quando a Associação será presidida pelo historiador da UFRJ, Manoel Salgado Guimarães; e a editoração da revista vai ficar sob a responsabilidade da historiadora da UFMG, Regina Horta Duarte. Sob o comando dos dois a RBH passa a adotar novas práticas editoriais na revista que vão provocar uma profunda descontinuidade nas práticas até então vigentes. Na apresentação ao primeiro dossiê da revista naquele biênio, publicado sob o número 54, estas mudanças serão apresentadas e justificadas da seguinte maneira:

> Qual a importância dos periódicos na produção e divulgação do conhecimento? Qual a especificidade do processo editorial das revistas com conselho consultivo? Que tipo de papel diferenciado a elas cabe, se é que há algum? A resposta a essas perguntas envolve a discussão do significado de um periódico como a *Revista Brasileira de História*, fundada em 1981 e, desde então, veículo decisivo para o encaminhamento de muitas renovações na historiografia brasileira.
> E. P. Thompson, em texto clássico sobre a lógica histórica, demonstrou a especificidade da produção do conhecimento pelos historiadores e da validação de seus resultados. A prática histórica se faz num diálogo entre conceitos/hipóteses e evidências, num dinâmico “tribunal de recursos” em que os vários pesquisadores, em perspectivas e condições históricas, combates e impasses de seu próprio tempo, apontam mutuamente seus sucessos e suas falhas. Neste debate infindável, incompleto, imperfeito, a historiografia delineia os diversos significados que o passado pode vir a assumir para nós, posicionando-se frente ao mundo e aos homens de nosso tempo.
> As práticas exigidas para a publicação de um periódico envolvem ricos aprendizados intelectuais. O julgamento de textos apresentados aos pares sem a identificação de seus autores instaura a possibilidade do abandono da comodidade dos títulos, da quebra de hierarquias, abrindo o caminho à originalidade e à competência. Os autores exercitam o desprendimento intelectual e a intenção de amadurecimento, predispondo-se à escuta. Tais diálogos são profícuos em resultados, promissores para a renovação do

> conhecimento histórico e devem ser isentos a ponto de garantir espaço para o desafio do que parece estabelecido ou inquestionável. Esse é o papel que a *Revista Brasileira de História* deseja reafirmar... Para tanto, torna-se cada vez mais importante o aprimoramento de nossas práticas editoriais, que devem garantir tanto o respeito profissional quanto o exercício da crítica. (RBH, 2007, p. 09)

Quero pontuar, a partir desta apresentação, três coisas. Primeiro, e começando pelo fim da citação: a adoção da prática editorial de submissão às cegas. Esta prática cria a possibilidade para que se rompa quase que em definitivo, dentro da Revista, com as redes intelectuais e institucionais que a moviam e que, em grande medida, estabelecia critérios e regras tácitas para publicação na mesma. O estabelecimento deste procedimento se configura também como uma crítica radical às posturas editoriais anteriores, expressa de forma clara ao se afirmar que “o julgamento de textos apresentados aos pares sem a identificação de seus autores instala a possibilidade do abandono da comodidade dos títulos, de quebra de hierarquias, abrindo o caminho à originalidade e à competência”, que os editores complementam com a assertiva de que o estabelecimento destas premissas editoriais são promissoras “para a renovação do conhecimento histórico e devem ser isentos a ponto de garantir espaço para o desafio do que parece estabelecido ou inquestionável”. Se constitui, sobretudo, numa crítica e numa ruptura com as práticas institucionais e editoriais que garantiram ao longo dos anos 1980 e 1990 e parte dos 2000 a hegemonia das redes intelectuais e institucionais, notadamente àquelas ligadas às instituições paulistas, em especial a USP e a UNICAMP. É uma crítica e uma ruptura radical com os discursos que buscavam estabelecer estas instituições como irradiadoras da historiografia nacional, como locomotivas da historiografia brasileira, algo que se fez bastante presente nas páginas da RBH. Portanto, somente depois de 25 anos e de 53 números publicados é que esta hegemonia vai ser questionada e rompida de forma mais aguda na produção da Revista Brasileira de História. É a introdução da submissão às cegas, como procedimento de submissão dos textos, que será colocado como elemento para dificultar ou tentar inviabilizar a aceitação de artigos ou qualquer outro tipo de texto para ser publicado a partir de critérios que não fossem, segundo os novos editores da Revista, “a qualidade do texto produzido e das regras do fazer historiográfico” agenciadas pelo autor anônimo. Desta forma, a nova gestão da ANPUH e a editoria da revista acreditavam que as filiações

institucionais, os títulos, as redes intelectuais a que pertencia cada autor, as hierarquias estabelecidas deixariam de ser regras tácitas para a publicação na RBH.

Segundo, e não menos importante. O recurso a E. P. Thompson como fundamento epistemológico para esta viragem me parece uma escolha política bastante clara, em especial para cumprir o propósito de questionar a centralidade da historiografia produzida pelas instituições paulistas. Como vimos, ao lado de Michel Foucault, E. P. Thompson foi um dos principais autores utilizados pela historiografia paulista para construir o discurso da renovação da historiografia brasileira, sobretudo, ao longo da década de 1980, e para construir a ruptura desta historiografia com um certo marxismo a quem acusavam de mecânico, esquemático e economicista. Neste sentido, Thompson parece retornar aqui para fazer uma crítica bem parecida, mas só que em outra chave e com outra finalidade, criticar uma dada forma de produzir história e sua circulação nas páginas da RBH como produto de relações de poder e saber norteadas por algumas instituições em específico. Thompson é usado neste momento, portanto, para apontar como o fazer histórico é produto de embates do tempo presente, que obedece a regras construídas pela comunidade dos pares permitindo a eles atribuir significados ao passado a partir destes embates e relações. Thompson é usado agora a partir de uma chave epistemológica justamente para apontar a historicidade da prática historiadora e, portanto, para colocá-la em suspenso ao ponto de relativizar o que vinha sendo feito até então nas páginas da RBH e abrir, com isso, a possibilidade de renovação do conhecimento histórico que viesse a "garantir tanto o respeito profissional quanto o exercício da crítica". Postura visível nos questionamentos que abrem a citação.

Terceiro e último ponto. Há um aspecto institucional destas mudanças e descontinuidades que deve ser considerado. A chegada de Manoel Salgado Guimarães a presidência da ANPUH e a editoria de Regina Horta Duarte na RBH. Explico. Guimarães foi alguém formado e forjado como historiador fora das redes intelectuais e institucionais brasileiras, notadamente as paulistas. Faz seu doutorado na Universidade de Berlim, sob a orientação de Hagen Shulze, onde entra em contato com a tradição historiográfica alemã, em especial àquela voltada para a discussão teórica e historiográfica de nosso fazer, a exemplo da produção de Reinhart Koselleck e Jörn Rüsen (GUIMARÃES, 2009, p. 03). Em 1988 defende sua tese de doutorado *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)* – sua tese só será publicada em livro, postumamente, no ano de 2011 – que o torna reconhecido entre os pares brasileiros,

sobretudo, a partir do resumo da mesma publicado na Revista Estudos Históricos, em 1988, sob o título “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”[69]. Este texto é visto e dito hoje como um texto paradigmático para os estudos acerca da escrita histórica no país, ou melhor, é a partir deste texto que Guimarães vai ser alçado como um dos “responsáveis principais pela afirmação do campo dos estudos de historiografia no Brasil” (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 146). Portanto, Guimarães é não só um historiógrafo, no sentido de que se dedica a estudar a história da história, mas, sobretudo, tornar-se-á um dos responsáveis pela afirmação deste campo no país. Neste sentido, ele vai conceber:

> A historiografia como investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe como condição primeira reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. Em seguida, é necessário reconhecer esta escrita como resultando de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas travadas nas sociedades para dar significado ao mundo. Uma escrita que se impõe tende a silenciar sobre o percurso que a levou à vitória, que aparece ao final como decorrência natural; perde-se desta forma sua ancoragem no mundo como parte do drama social humano, quando escolhas são efetuadas, que definem o passado que se deseja, ou que se necessita, como forma de inventar um futuro (GUIMARÃES 2003, p. 23-24).

Me parece que partindo deste entendimento do que é a historiografia, Guimarães junto com o grupo que o orbita vai colocar como pauta da ANPUH e, por consequência da RBH, com a ajuda de Regina Horta Duarte na Editoria, a agenda de romper com o silêncio “sobre o percurso que levou a vitória”, que até aquele momento teimava em aparecer “como decorrência natural”, de uma escrita da história que se impunha como irradiadora da historiografia nacional. Não é coincidência que Guimarães vá atuar em um outro centro de produção historiográfica, o Rio de Janeiro, que pelo teor, qualidade e quantidade de suas instituições produtoras do conhecimento histórico, havia sido marginalizado, quando não silenciado nas páginas da RBH. Por ser um historiador da história da história Guimarães parece ter a consciência aguda da elaboração desta memória disciplinar – conceito caro à sua

[69] Cf. https://archive.li/QYHtV acesso em 06 de junho de 2016, as 10:35 h.

obra[70] – que se colocava como constrangimento a renovação historiográfica no país e que estabelecia a centralidade das instituições paulistas, notadamente a USP e a UNICAMP, sob a "historiografia brasileira". Neste sentido, como vai afirmar Albuquerque Jr. "a obra do Manoel foi uma obra radicalmente política, ela foi uma interrogação constante sobre o gesto político que marca o escrever a história, a dimensão política, mas também ética e estética que está implicada no fazer historiográfico". E acrescento, não só a sua obra, mas a sua atuação à frente da ANPUH assume muito claramente este gesto político no sentido de alterar as relações institucionais e intelectuais que marcavam e hegemonizavam a Associação e a RBH até então. Do meu ponto de vista, sua atuação e da rede intelectual que mobilizava será decisiva para esta mudança. Como vai afirmar Rodrigo Turin a respeito da obra e da atuação de Guimarães, que ele jamais abandonou:

> A preocupação com a relação entre política e história, Manoel Salgado passa cada vez mais a complexificar os instrumentos de investigação sobre aqueles vínculos, assim como a fraturar a linearidade narrativa de sua representação. Essa preocupação manifestou-se tanto em uma maior problematização do objeto de pesquisa da história da historiografia – a escrita da história –, em sua historicidade e em suas relações com diferentes culturas históricas, como também no esforço de reinserir em suas análises a indeterminação dos diferentes futuros que orientavam aquelas experiências do passado. É o que se percebe, por exemplo, seja em suas reflexões sobre tradições silenciadas pela memória disciplinar... seja na compreensão daquilo que ele denominou de "textos fundadores" como formas de "disputas pelo passado" e pela própria normatização de uma história disciplinar no Brasil (TURIN, 2013, p. 80)

Portanto, me parece bastante pertinente pensar que a atuação de Guimarães a frente da ANPUH segue estes princípios, não só refletindo "sobre tradições silenciadas pela memória disciplinar" como "formas de disputas pelo passado e pela própria normatização de uma história disciplinar no Brasil", mas sobretudo, atuando política e eticamente no sentido de enfrentar e desmontar os efeitos desta tradição e desta memória na escrita da história em nosso presente, num claro enfrentamento a memória e aos "textos fundadores" que diz ou que coloca a

[70] Segundo Rodrigo Turin este conceito "implicava reconhecer, acima de tudo, que o próprio surgimento deste lugar de enunciação, a história da historiografia, estava estritamente vinculado a um trabalho de memória, submetendo o passado a uma narrativa de identidade disciplinar (GUIMARÃES, 2005). Uma memória que, em seu ordenamento narrativo, ao mesmo tempo dá a ver e silencia, condicionando invariavelmente a percepção de seus herdeiros a respeito do passado". (TURIN, 2013, p. 79)

“escola uspiana” como inauguradora da “moderna historiografia brasileira”, a partir do propalado acolhimento e desenvolvimento da tradição historiográfica francesa, em especial a representada pelos Annales. O que procurava ser efetivado, como vimos, nas páginas da Revista Brasileira de História, a partir do silenciamento de outras tradições e, em grande medida da recusa de se pensar e de se discutir a história da história no Brasil nas páginas da RBH. Mais uma vez invocando Rodrigo Turin, ao pensar a obra de Guimarães, ele vai dizer que:

> Esta postura crítica, deve-se ressaltar, não se caracteriza pela falsa expectativa de conquista de uma completa autonomia frente à tradição. Trata-se, antes, de reconhecer os efeitos dessa tradição e, simultaneamente, enfrentá-los. Não há a busca de um olhar puro, despido de suas heranças. Há, isso sim, o constante e difícil esforço de tornar-se herdeiro. O que disso resulta para o trabalho da história da historiografia, tal como o entendia Manoel Salgado, era a necessidade de traduzir o reconhecimento desses constrangimentos materializados em uma memória disciplinar em uma vigilância ao mesmo tempo epistemológica e ética. (TURIN, 2013, p. 80)

Todos estes posicionamentos políticos, éticos e epistemológicos presentes na obra de Guimarães ecoam, a meu ver, muito claramente na apresentação ao primeiro dossiê da RBH publicado sob sua presidência e que citei acima. Assim, com esta atuação política e ética no exercício da presidência da ANPUH ele punha em prática e em movimento, no enfrentamento político com as questões e constrangimentos disciplinares do presente, a possibilidade não de uma autonomia frente a tradição, mas de reconhecer os efeitos desta tradição sobre nossa prática historiográfica e de enfrenta-los e abrir a partir deste espaço de experiência novos horizontes de expectativa para a escrita da história no Brasil. Neste sentido, a adoção da prática de submissão às cegas pela editoria da RBH parecia traduzir e ecoar uma outra proposição sua acerca da escrita da história e a construção de um entrave poderoso de outra de suas características, o que ele chama de seus “traços narcísicos”, diz ele:

> É preciso que a própria escrita da história se submeta ao rigor do exame crítico como forma de dessacralizarmos uma memória construída acerca desta mesma escrita. Reconheço não ser este um esforço simples, uma vez que implica em repensar os fortes *traços narcísicos* que marcaram a constituição da disciplina, e a tarefa de *quebrar o espelho* implica em um doloroso repensar dos rumos de nosso ofício (GUIMARÃES 2000, p. 22, grifos meus).

Me parece que a adoção daquela prática editorial procura colocar limites epistemológicos e éticos aos “fortes traços narcísicos” presentes na RBH até então, com a submissão às cegas representando, metaforicamente, a “quebra do espelho” e a possibilidade de repensar os “rumos de nosso ofício”, sobretudo aquele acolhido na agenda da ANPUH e circulado nas páginas da RBH, a partir de uma perspectiva mais crítica, democrática e plural que privilegiasse à qualidade, à originalidade e à competência dos trabalhos ai publicados em detrimento dos títulos, das hierarquias e daquilo que parecia estabelecido e inquestionável. A submissão às cegas não só quebrava o espelho, mas pretendia torna-lo desnecessário. Portanto, é neste sentido que podemos entender a presidência de Manoel Salgado Guimarães a frente da ANPUH e sua atuação política quando presidente desta instituição, uma vez que ela vai colocar em prática e exercitar àquilo que o historiógrafo Manoel pensava como sendo a tarefa do historiador ao fazer historiografia, não só como pesquisador, mas como professor e sujeito partícipe da (re)elaboração não só de uma memória, mas também de uma geografia disciplinar para o saber histórico no Brasil. Como vai dizer Maria da Glória de Oliveira que, para Guimarães:

> “uma tarefa desmistificadora por excelência” estava reservada à historiografia como campo de reflexão, na medida em que uma história da história, menos do que reconstituir mitos, pressupunha perceber a escrita da história como sendo ela também “vítima das construções da memória”. Por essa perspectiva, chegava-se a uma circunscrição mais abrangente para a historiografia, definida por ele como “investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado”, o que significava reconhecer não somente a historicidade do próprio ato da escrita histórica, mas igualmente percebê-la como resultado de disputas entre memórias e como parte das lutas travadas nas sociedades pela atribuição de sentido ao passado. (OLIVEIRA, 2013, p. 136)

Há um último traço que quero destacar nesta postura de Guimarães que, acredito, explica bastante os enfrentamentos políticos levados a efeito por sua presidência à frente da ANPUH. Guimarães não é o primeiro historiador ligado a instituições cariocas a presidir a Associação. Antes dele a presidiram Afonso Carlos Marques dos Santos (UFRJ) no biênio 1991-93, Ismênia de Lima Martins (UFF) no biênio 1995-97, Lana Lage (UFF) no biênio 1997-98 e Luiz Carlos Soares no biênio (UFF) 2003-2005. Mas diferentemente dos demais Manoel Salgado é o único a pensar

a história da história como tema central de suas pesquisas. Como apontado anteriormente, esta percepção parece permite-lhe não só pensar a configuração do campo historiográfico brasileiro, a partir das páginas da RBH, considerando como chave de leitura para tal o seu conceito de “memória disciplinar” e os constrangimentos causados pelas lutas políticas na formação desta geografia disciplinar como elementos centrais das versões vitoriosas no presente, assim como observar os silenciamentos aí operados pela memória disciplinar dos vencedores.

É esta formação que parece permitir a ele, enquanto presidente da Associação e junto com o grupo que o orbitava, fazer os enfrentamentos que fez e descontinuar ou romper com as redes institucionais e intelectuais hegemônicas dentro da ANPUH e da RBH, notadamente com àquelas ligadas a USP e a UNICAMP. E, portanto, relativizar a narrativa fundadora que colocava a “escola uspiana” na origem da moderna historiografia brasileira. Neste sentido, a sua própria produção historiográfica e sua opção pela historiografia como prática que tem como objeto a escrita da história lhe permitiram, desde o seu doutorado, “por em suspeita, e questionar a persistência do historicismo e do positivismo no interior de nossa historiografia, mesmo naquela cujas inspirações foram a escola dos *Annales* e o marxismo” (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 147), tradições estas reivindicadas pela assim autoproclamada “escola uspiana”. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Jr. “a obra do Manoel significou uma lufada de ar fresco, a chegada de uma nau trazendo boas novas” para a historiografia brasileira, sobretudo, por que àquele procurou unir “a tradição historiográfica alemã, na qual foi formado, à tradição da historiografia francesa, sem descurar do aporte de outras culturas historiográficas” (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 151), contribuindo assim para afirmar um campo de estudos que vai possibilitar, sobretudo nas instituições cariocas, que se tornarão celeiros de talentosos historiadores da história, ou seja, de historiógrafos, muitos deles seus amigos e orientandos, repensar e deslocar a emergência da “moderna historiografia brasileira” para outros períodos e fora da centralidade das missões francesas e da criação do curso de história da USP.

Sua tese de doutorado talvez seja o exemplo clássico deste deslocamento, mas somam-se a ela e a sua obra os trabalhos pioneiros de Francisco Falcon, a produção de Marieta de Moraes Ferreira, assim como os trabalhos mais recentes de Rebeca Gontijo e Maria da Glória de Oliveira, esta última orientanda de Guimarães. Assim como os trabalhos de alguns de seus amigos e colegas a exemplo de Angela

de Castro Gomes[71] e Ricardo Bezaquen de Araújo[72]. Todos eles fazendo trabalhos de história da história que questionam, não diretamente – a não ser o trabalho de Marieta de Moraes Ferreira, como vimos anteriormente –, mas pelo deslocamento temporal e de objeto que provocam, esta centralidade que se auto atribuiu a historiografia paulista, notadamente da USP. Neste sentido a história da história produzida nas instituições cariocas e, em especial por estes autores arrolados, tem claramente um sentido político ao estabelecer o enfrentamento dos constrangimentos criados pela construção de uma determinada memória disciplinar da e para a historiografia brasileira. E estas lutas vão se espalhar e serão travadas nos espaços institucionais da ANPUH e da RBH, sobretudo, sob a presidência de Guimarães.

E é esta postura que observo nos quatro dossiês publicados ao longo da presidência de Manoel Salgado frente a ANPUH e da editoria de Regina Horta Duarte na RBH. Isto vai ficar bastante claro quando analisamos os textos aí publicados ao longo deste biênio. Nos quatro dossiês foram publicados 64 textos de 34 instituições diversas, nacionais e estrangeiras (28 nacionais e 6 estrangeiras). Com quatro regiões brasileiras sendo representadas, com exceção da região Norte do país. Mas, o mais significativo é que pela primeira vez as instituições paulistas não são hegemônicas nas páginas da RBH. A submissão às cegas parece ter cumprido o seu papel tornando o espelho mais fosco e menos visível e autorefletido. Uma vez que elas são responsáveis por apenas 18 textos dos 64 publicados (9 da USP, 4 da UNICAMP, 2 da PUC-SP e UNESP cada e 1 da UNIFESP), diluídos ao longo dos quatro dossiês. E, o mais importante, sem configurar relação direta com qualquer rede institucional ou intelectual que o tenha promovido à publicação. As instituições cariocas seguem de perto às paulistas no volume de publicações, com 14 textos publicados (4 da UFRJ, 4 da PUC-RJ, 3 da UERJ, 2 da UFF, e 1 da FIOCRUZ), seguidas de perto pelas instituições mineiras e paranaenses, com 8 textos cada (7 da UFMG, e 1 da PUC-MG), (3 da UFPR, 3 da UEPG, 1 da UEM e 1 da UEL) e logo em seguida as da região Nordeste, com 9 textos (2 da UFPE, 2 da UFBA, 2 da UFSE, 2 da UFRN, 1 da UFPI). Estes números mostram muito claramente o fim da hegemonia da historiografia

[71] Cf. GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

[72] Remeto aos seguintes textos: Cf. ARAUJO, Ricardo A. Bezaquen de. Ronda Noturna - Narrativa, Crítica e Verdade em Capistrano de Abreu. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 1, Nº.1, 1988, pp. 28-54.; ARAUJO, Ricardo A. Bezaquen de. Textos e Contextos. **Nossa História**. São Paulo, Vol. 12, 2004, pp. 104.; ARAUJO, Ricardo A. Bezaquen de. Através do espelho: subjetividade em Minha Formação, de Joaquim Nabuco. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, Vol. 19, Nº 56, 2004, pp. 5-13.

paulista como suposta irradiadora da historiografia nacional a partir das páginas da RBH. Esta se torna muito mais representativa do momento que a produção historiográfica no Brasil estava vivendo à época, dada a expansão dos cursos de pós-graduação por todas as regiões do país. Muito embora, ainda seja perceptível uma hegemonia das instituições do centro sul no volume de publicações, o que se explica, em grande medida, pela maior quantidade de cursos de pós-graduação aí presentes e ainda por estas características expressarem as desigualdades regionais do país.

Do ponto de vista dos temas abordados nos quatro dossiês observa-se algumas alterações sensíveis também. O primeiro dossiê “História e gênero” retoma uma discussão presente na revista desde a década de 1980, contudo a partir de uma perspectiva distinta. O último dossiê da RBH a tratar de tema semelhante havia sido publicado em 1989 com a temática “A mulher e o espaço público”, com a maioria dos artigos discutindo esta problemática a partir da perspectiva de uma história das mulheres no sentido de uma história dos excluídos. Nesses textos a principal referência era os trabalhos da historiadora francesa Michele Perrot, não por acaso uma das historiadoras estrangeiras mais publicadas na revista ao longo daquele período, e que abria àquele dossiê com o artigo “Práticas da memória feminina”. Assim o dossiê trazia poucos artigos abordando esta temática a partir de uma perspectiva de gênero, exceção feita, talvez, ao artigo de Maria Clementina Pereira da Cunha, “Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX”, em que a autora discute a construção social da mulher em relação a instituição disciplinar e psiquiátrica do Juquery em São Paulo do início do século XX, buscando pensar as regras e os procedimentos que, a partir do saber psiquiátrico, a buscavam disciplinar e normalizar como gênero socialmente distinto de acordo com padrões e modelos pré-estabelecidos de ser mulher normal naquela sociedade. Texto este produzido a partir de uma clara leitura da obra de Michel Foucault. Passados quase 20 anos daquela publicação, o dossiê publicado em 2007 terá como norte das perspectivas de análise dos artigos publicados, o conceito de gênero. Este passava a ser central nas abordagens e interpretações, enquanto que uma história das mulheres, na perspectiva de uma história dos excluídos, como praticado na década de 1980 e início da de 1990 ia perdendo fôlego, sobretudo no que diz respeito a sua circulação.

Para esta mudança será fundamental o deslocamento teórico e metodológico operado pelos historiadores de gênero no Brasil, sobretudo ao se distanciarem das abordagens de Michele Perrot para pensar o gênero a partir da obra

e do pensamento de autores como Michel Foucault, Joan Scott e Judith Butler. Neste momento, historiadores e, sobretudo, historiadoras profissionais, acadêmicos que estavam iniciando sua trajetória intelectual nos anos 1980 e 1990 já aparecem como referência para o campo de estudos de gênero no Brasil, a exemplo de Margareth Rago, Raquel Soihet, Marta Abreu Esteves, Joana Maria Pedro, Maria Izilda Matos, Virgínia Sheib Wolf e outras. Esta vai ser uma marca dos estudos de gênero no Brasil. A massiva presença de mulheres como as principais estudiosas do tema, assim como uma centralidade nas discussões acerca do gênero feminino em detrimento do masculino. Talvez, a exceção mais conhecida sejam os trabalhos sobre gênero masculino e homossexualidade feitos por Durval Muniz de Albuquerque Jr, em especial no livro "Nordestino: uma invenção do falo"[73]. Portanto, estes debates de natureza teórico-metodológica consolidaram o conceito de gênero e adensaram as perspectivas analíticas permitindo ao historiador da área rever "as narrativas existentes sobre o passado, colocando novas indagações, retomando a leitura da documentação que desvenda os silêncios e possibilita a construção de outras histórias e sujeitos". (RBH, 2007, p. 15)

O segundo dossiê publicado no número 55 da RBH, no primeiro semestre de 2008, aborda uma temática até então inédita na Revista, "Imprensa, impressos". Assim como o tema do dossiê anterior havia sido justificado pelas demandas e questões abertas no presente acerca das discussões de gênero, também para este dossiê as demandas do presente vão ser requeridas para o estabelecimento das discussões sobre a imprensa e os impressos. Uma questão premente que afligia grande parte da comunidade de historiadores à época, sobretudo, àquela ligada a ANPUH e a RBH, que começava a deparar-se com uma outra realidade, constituída e elaborada a partir do advento da *web* e das possibilidades que esta abria, para a publicação, acesso e circulação do conhecimento, infinitamente maior que o suporte impresso. A RBH e seus editores se deparavam com esta nova realidade e, sobretudo, uma questão central volta ao debate, a da circulação do conhecimento histórico e seu alcance, não só entre os pares, mas entre um público especializado de outras áreas e, sobretudo, entre um público não especializado, leigo. Se impõe assim, mais uma vez, a questão da vulgarização do conhecimento histórico e seus leitores e/ou públicos. Agora a partir de uma outra chave de leitura, o da mudança do suporte

[73] ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Nordestino: Uma invenção do falo** (uma história do gênero masculino – Nordeste 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003. 254 p.

material de sua circulação e das possibilidades incomensuráveis que a *web* passava a permitir. Assim, entre encantados com as possibilidades oferecidas pela *web* e o fetiche em torno do papel impresso, o Conselho Editorial da revista apresenta este dossiê da seguinte maneira:

> A **Revista Brasileira de História** conquistou o pertencimento ao SciELO Brasil em 1998, tendo sido um dos primeiros periódicos na versão brasileira desse portal. Assumiu, assim, papel pioneiro na área de humanas... isso facilitou a busca de artigos por pesquisadores diversos e abriu um caminho cada vez mais profícuo para a construção do conhecimento histórico. Tal pertencimento, entretanto, não é um privilégio. Relaciona-se ao mérito alcançado por esses periódicos que, para serem aceitos, preencheram inúmeros quesitos formais de publicação, os quais devem ser mantidos a cada número. Especialmente, esses periódicos adotam formas de oferecer, aos seus leitores, artigos de qualidade e ineditismo, que realmente possam contribuir para o debate entre os pesquisadores.
> É claro que não há diminuição da importância do registro em papel. A **Revista Brasileira de História**, assim como várias outras revistas, mantém sua versão impressa e prioriza sua distribuição. Se o diálogo e a interação são fomentados virtualmente, a sua realização permanece ligada à leitura em papel, alimentando o nosso verdadeiro 'fetiche' por livros, também tão característico da nossa área e nem sempre bem compreendido entre os outros ramos do conhecimento acadêmico. Neste momento em que a web estimula cada vez mais os diálogos entre os historiadores, o dossiê Imprensa, impressos discute aspectos dessa forma de veiculação de idéias, informações e análises que revolucionou a vida dos homens de maneira similar — ou talvez até mais profunda, como medir? — ao modo como a internet tem revolucionado a sociedade contemporânea. Os artigos deste número privilegiaram debates sobre a imprensa e a sociedade brasileira. (RBH, 2008, p. 09-10)

É, portanto, este se deparar com o presente que orienta o retorno dos historiadores ao passado para pensarem os temas da imprensa e dos impressos nas páginas deste dossiê. É na tentativa de dar respostas ou de encontrar paralelos no passado que permitam pensar os acontecimentos do presente, trazidos pela revolução tecnológica que a internet vinha provocando nas formas de circulação do conhecimento e de diálogo entre os sujeitos que o produziam, que a comunidade de historiadores se volta a pensar uma outra revolução, a produzida pela imprensa e pela circulação dos impressos. A história começa a sair do exclusivismo do papel e a deparar-se com as múltiplas possibilidades do virtual, do hipertexto, do frenesi, da velocidade, da quantidade e do descontrole da *web*. Isto requeria repostas, explicação, compreensão, racionalização por parte dos historiadores. E é a isto que

este dossiê se presta ao colocar este presente em relação com o passado ou com o seu passado. O caráter aflitivo destas mudanças será retomado, mais uma vez, no dossiê seguinte, publicado no número 56 da RBH, e que trata da efeméride de comemoração dos 200 anos do nascimento de Charles Darwin, outro tema inédito a ser tratado pela Revista, mas que será apresentado da seguinte maneira pelo Conselho Editorial:

> No ato de publicar, tornar acessível, possibilitar a circulação do conhecimento, a sociedade contemporânea abriu caminhos que têm se mostrado poderosos instrumentos para a pesquisa, para a produção de conhecimento, assim como para a educação. Nos primeiros números da Revista Brasileira de História, os índices de algumas revistas eram reproduzidos, mas sua disponibilidade permanecia difícil na maioria das universidades. Atualmente, a internet, os portais e os indexadores trazem canais decisivos de superação das distâncias. A aproximação não se efetiva apenas entre historiadores das mais variadas partes do país, pois abre-se a chance de uma circulação além das fronteiras, inaugurando uma dimensão renovada e estimulante do conhecimento histórico. O historiador constrói um olhar transnacional e transdisciplinar.
> Trata-se, agora, de abrir a Revista Brasileira de História a uma rede de pesquisadores diversos, situados em vários países, dedicados às diferentes áreas do conhecimento histórico. Para tanto, os portais aos quais pertence, SciELO e Redalyc, dão acesso gratuito e fácil aos abstracts, resumos e artigos integrais. A base Scopus, disponível no Brasil gratuitamente desde o Portal de Periódicos Capes, e nas bibliotecas das mais variadas universidades do mundo, também veicula e disponibiliza conteúdos, que se tornam cada vez mais públicos, circulam, dão-se a conhecer, abrem-se ao debate e à crítica. (RBH, 2008, p. 306)

Esta narrativa aparece na apresentação imediatamente após o Conselho Editorial reafirmar ou reatualizar os marcos e eventos inaugurais e fundadores da revista, nos mesmos termos da apresentação de Alice Canabrava ao seu número 01 e do texto inaugural, de Raquel Glezer, secretária geral da ANPUH à época, tido como certidão de nascimento da Revista, discussão esta já historicizada acima. É significativa, portanto, esta postura do Conselho Editorial da RBH. É uma clara tentativa de construir ou reatualizar uma estabilidade narrativa para a história da Revista frente às mudanças editoriais e sobretudo, de suporte material de circulação, pela qual a mesma estava atravessando naquele momento. Isso demostra, mais uma vez, a dificuldade dos historiadores encararem a mudança, em especial quando esta atinge o seu próprio campo do saber e os lugares institucionais que o definem. Explicita também os constrangimentos de uma dada memória, o peso de uma tradição

se impondo sobre o presente. E as dificuldades que os próprios historiadores têm de romper com ela. Muito embora, eu acredite que este enfrentamento só foi possível dentro do quadro de mudanças institucionais e intelectuais que a Associação e a Revista vinham experimentando ao longo do biênio 2007-2009, sob a presidência de Manoel Salgado Guimarães. Isto parece ficar evidente na passagem final da apresentação deste dossiê:

> Esperamos manter a Revista Brasileira de História como veículo eficiente de publicação de artigos, no contexto das redes sociais e acadêmicas de interatividade. Esse será certamente o caminho para mantê-la jovem, como uma bela e cobiçada balzaquiana conectada a histórias infinitamente ramificadas: desejada pelos leitores — apresentando-se como um veículo de estímulo intelectual — mas também pelos autores — destino almejado de seus textos mais provocativos. Só assim poderemos fazer jus aos esforços pioneiros daquele grupo de historiadores reunidos na rua Macapá, e aos vários outros que, ao longo de quase três décadas, dedicaram seu tempo e seus ideais a esta revista. (RBH, 2008, p. 307)

A RBH se abre não só para os pares, mas também para possíveis outros leitores. Não sem relutância e ainda profundamente marcada pelo fetiche do papel. Procurando marcar, ainda, uma separação entre autor/leitor especializado (os pares) “destino almejado de seus textos” e os leitores/públicos em geral, a quem apresenta-se “como um veículo de estímulo intelectual”. Esta divisão parece explicitar outra demarcação bastante forte da geografia disciplinar da historiografia profissional e acadêmica no Brasil pós-1980, a fronteira entre especialização/profissionalização de um lado e vulgarização/circulação de outro. Questão ainda muito mal resolvida dentro do território dos historiadores brasileiros e que tem provocado cada vez mais conflitos, tensões e disputas nesta fronteira ainda muito pouco pensada e mal delineada, principalmente no que diz respeito às formas de trânsito de um lado a outro.

O último dossiê traz um tema também em absoluta consonância com o presente, o “Brasil visto de fora”, publicado no número 57 da RBH, no segundo semestre de 2009. Este dossiê não pode ser pensado fora do contexto do segundo governo Lula e, sobretudo, de seu término, quando a imagem do presidente e do país diante do mundo parecem observar um dos momentos mais positivos da história. Com Lula sendo visto como uma das mais destacadas lideranças políticas do mundo, o que se consubstancia na sua atuação em atrair para o país os dois maiores eventos esportivos do mundo, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. O Brasil, que sempre fora

visto como o país do futuro, passa a ser visto como o país das oportunidades que se abriam e se concretizavam no presente. O Brasil torna-se “a bola da vez”, todo o mundo se volta para entender e conhecer o sucesso e o impulso de desenvolvimento, não só econômico, mas também social, promovido pelo governo do presidente operário, o que aumentava ainda mais a mística e a curiosidade estrangeira sobre o país. E, portanto, este dossiê parece, mais uma vez, ao confrontar passado e presente e presente e passado, construir elementos para pensar, historicamente, este tema e este momento de nossa história. A apresentação deste último número parece traduzir de forma bastante contundente este momento de renovação que atravessava a ANPUH e a RBH, apontando claramente para o fato de que esta transição e conjunto de mudanças que a possibilitaram e que daí decorreram não se fez de forma tranquila, mas, misturando o desejo de renovação com o peso da tradição e os constrangimentos da memória disciplinar ainda presentes tanto na Associação quanto na revista, vejamos:

> Entre Sherazade e o historiador, o desafio da morte surge não só como uma intenção comum, mas também como uma tarefa a ser continuamente retomada. A escrita da história debruça-se sobre sociedades desaparecidas, contata mulheres e homens ausentes, vislumbra possibilidades consideradas em outros momentos e agora esquecidas. Como afirma Michel de Certeau, os discursos sobre o passado trazem a marca dos mortos, e sua evocação se realiza numa troca entre os vivos. Duelo contra a morte, a prática histórica não conhece descanso. Experimentando a incompletude não como falta, mas como afirmação da complexidade da vida, o historiador está sempre disposto a recomeçar sua escrita, já que o saber produzido não é nem contínuo, nem necessariamente acumulativo.
>
> Ao final dos trabalhos deste Conselho Editorial da Revista Brasileira de História, gestão 2007-2009, esperamos ter contribuído para reafirmar a importância da escrita da história na sociedade contemporânea, vítima de tantos pesadelos e ameaças de extinção por todos os lados. Buscamos dar continuidade ao trabalho de tantos dias e noites (na verdade, quase mil) de todos os editores, membros dos conselhos editoriais e consultivos, assim como inúmeros pareceristas ad hoc em atividade desde a publicação do primeiro número, em setembro de 1981. Projeto coletivo de uma instituição que congrega historiadores diversos, a Anpuh, nossa revista lança-se aos dias futuros na expectativa de continuar servindo como local de divulgação de reflexões, pesquisas e debates, numa tarefa a ser incansavelmente reiniciada.
>
> Em sua tarefa “à la Sherazade”, esta revista convida seus leitores a virar as próximas páginas. Apostamos nos escritos aqui divulgados como estímulos à vida e ao pensamento. Afinal, é sempre uma alegria lembrar que a história — passada, presente e futura — está sempre

> por ser escrita, e que retomá-la a cada dia é a garantia de nossa sobrevivência. (RBH, 2009, p. 09-10)

Se o pensamento e a obra de Manoel Salgado ecoavam na apresentação do primeiro dossiê publicado sob sua presidência, ela também ressoa e reverbera nesta, no último dossiê publicado sob sua gestão. Como vai dizer Temístocles Cézar e Rodrigo Turin: “Manoel acreditava que a história poderia ser útil para alguma coisa: para a crítica constante de sua própria evidência; e para a vida” (CEZAR e TURIN, 2013, p. 11). Enunciado este presente no último parágrafo da citação acima. E que deriva, em grande medida, da leitura de Michel de Certeau, um dos mestres de rigor caros ao pensamento e a obra de Guimarães (ALBUQUERQUE JR., 2013). E que remete a importância de se pensar a produção do conhecimento histórico como uma fabricação que se articula a um lugar social, a práticas disciplinares e, sobretudo, a uma escrita. Preocupações sempre presentes na obra de Manoel Salgado, que atentou para “as diferentes linguagens através das quais o passado podia se tornar visível no presente, seus efeitos e constrangimentos, assim como a problematização do alcance e dos limites da crítica histórica erudita em suas diferentes tradições e configurações” (CEZAR e TURIN, 2013, p. 12) no intuito de, a partir destes questionamentos, criar “um esforço de reconhecimento dos seus impasses, possibilitando, com isso, que a reflexão sobre a historicidade das formas de representação do passado e das disciplinas torne-se menos refém dos vetos e disposições impostas por esta mesma tradição” (TURIN, 2013, p. 92). Um esforço que, do meu ponto de vista, foi cumprido ao longo de sua presidência a frente da ANPUH e, sobretudo, nas mudanças implementadas na RBH, que gerarão desdobramentos sensíveis nas próximas publicações ao ter estabelecido novas práticas de saber e de poder, tanto na ANPUH como na RBH.

A liderança política de Manoel Salgado na ANPUH e entre a comunidade profissional e acadêmica de historiadores[74] neste momento reverberará claramente no biênio seguinte, com a eleição de Durval Muniz de Albuquerque Jr. para a presidência da ANPUH e a escolha de Marieta de Moraes Ferreira para ser a editora da RBH ao longo do biênio 2009-2011. Estes dois historiadores faziam parte da rede

[74] Albuquerque Jr. vai afirmar que a “liderança política e acadêmica de [Manoel Salgado Guimarães] entre os historiadores brasileiros deveu-se a sua disposição em discutir não apenas a escrita da história, mas o ensino da história” o que fez ser um dos pioneiros na construção do campo dos estudos de historiografia no Brasil, em particular, e uma referência para comunidade de historiadores, no geral. (ALBUQUERQUE JR., 2013, p 148).

de amizades e intelectual de Manoel Salgado e haviam participado, direta ou indiretamente, das mudanças ocorridas sob sua presidência. Albuquerque Jr. em texto publicado em 2013 sobre a obra de Manoel Salgado, na Revista de História da Historiografia, vai deixar muito clara esta proximidade pessoal e intelectual que o ligava a Guimarães. Ao descrever o momento em que ambos se conheceram pessoalmente, no ano de 2001, num encontro da ANPUH realizado na UFPE, em Recife, e como se desdobrou esta relação pessoal e intelectual entre os dois historiadores, Albuquerque Jr. afirma o seguinte:

> Nasceu ali uma amizade para a vida toda, uma amizade na vida e nas ideias, uma amizade que foi marcada pela criação em conjunto de espaços de discussão de ideias e de afirmação do campo dos estudos historiográficos no Brasil. Ele com sua generosidade me deu essa oportunidade insubstituível de conviver com um mestre e com muitos de seus amigos e discípulos, com os quais muito aprendi, com os quais continuo aprendendo e dos quais me tornei amigo. Embora o rigor talvez não seja propriamente o que me caracterize como historiador, tenho talvez uma mente mais indisciplinada para isso, minha indisciplina meio freyreana me leva até a desconfiar de dados rigorismos, por paralisantes da criação que podem ser – e eu sempre me perguntei até que ponto o Manoel partilhava das minhas viagens, embora tenha tido nele um constante ouvinte e interlocutor, além de um prefaciador generoso (GUIMARÃES, 2007b) –, ele sempre soube da importância que mais do que seus escritos, suas palavras, suas avaliações e opiniões sempre tiveram para mim. Ele foi também o meu mestre de rigor. Embora tenha, assim como seus mestres de rigor, apontado para a escrita da história como o momento decisivo de nossa prática historiadora, o Manoel não deixou de dar bastante ênfase no que seria o segundo momento da "operação historiográfica", ou seja, a fase da disciplina, para Michel de Certeau, ou a fase da explicação/compreensão, para Ricoeur. Eu talvez enfatize em demasia a terceira fase, embora não deixe de ter preocupações disciplinares e de ordem teórico-metodológica. Se isso agradava meu mestre, infelizmente não mais saberei. (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 150-151).

Como Albuquerque Jr. evidencia, a relação dele com Manoel era pessoal e intelectualmente muito próxima. A partir de 2001 os dois vão elaborar e executar alguns projetos institucionais juntos, como, por exemplo, a criação e coordenação de um Grupo de Trabalho no interior da ANPUH Nacional que visava discutir as questões e os problemas atinentes a escrita da história a partir da chave de leitura de uma história da historiografia. Atividade intelectual e institucional conjunta que se iniciou no Simpósio de João Pessoa-PB, em 2003, e se prolongou até o Simpósio de Fortaleza em 2009, tendo a parceria se encerrado por conta da morte prematura de Manoel

Salgado em abril de 2010. Além disso, Manoel vai ser o prefaciador do livro “História: a arte de inventar o passado” de Albuquerque Jr., publicado em 2007. Obra que reúne artigos que tratam justamente de estabelecer discussões acerca da escrita da história e da teoria e metodologia da história como áreas fundamentais do nosso fazer[75]. Albuquerque Jr. também publicará artigos em algumas obras organizadas por Manoel Salgado como, por exemplo, o livro “Estudos sobre a escrita da história” que, como sugere o título, tratava-se de uma discussão sobre a história da história no Brasil a partir da problematização de seu principal objeto, a escrita da história[76]. Portanto, isto indicia a sólida relação intelectual construída entre ambos, uma relação de amizade não só pessoal, mas, também, no pensamento e na atuação profissional dentro da comunidade.

Dito isto, quero destacar duas coisas: primeiro, Albuquerque Jr. não chega a presidência da ANPUH apenas por conta da amizade com Guimarães, muito embora ela tenha sido decisiva para a construção da rede intelectual que o levará a presidir a Associação. Em 2009, Albuquerque Jr. já era um dos historiadores brasileiros mais reconhecidos entre os pares devido, sobretudo, a sua vasta produção intelectual e historiográfica. Responsável pela produção e publicação de uma das obras mais marcantes da historiografia produzida no país nas últimas duas décadas, o livro “A Invenção do Nordeste e outras artes”[77], fruto de parte de sua tese de doutorado, defendida em 1994, na UNICAMP, com o título *O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes*[78]. Livro significativo para a escrita da História do e no Brasil; talvez o último grande livro a pensar a questão da nação e da identidade nacional e que inaugurou uma nova área de estudos para a historiografia brasileira, a dos estudos sobre a invenção dos espaços e das regiões. É com este livro que Albuquerque Jr. torna-se reconhecido entre os pares, mas sua produção não se resume a ele. O autor, desde então, tem construído uma vasta produção historiográfica que abarca outras áreas de estudo, como, por exemplo, os estudos de

---

[75] Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: Edusc, 2007.

[76] Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. *In*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2007. pp. 192-215.

[77] Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo/Recife: Cortez/Massangana, 2001.

[78] Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **O engenho anti-moderno:** a invenção do Nordeste e outras artes. Campinas. Tese de Doutorado. 1994. Esta Tese foi vencedora do prêmio *Nelson Chaves de teses sobre o Norte e Nordeste brasileiros*, conferido pela Fundação Joaquim Nabuco, em 1996.

gênero e, sobretudo, mais recentemente tem se dedicado a pensar a teoria da história em consonância com a história da historiografia, ou seja, como ele afirmou na citação acima, em pensar a escrita da história do ponto de vista de sua historicidade. Atividade da qual resultou o livro *História: a arte de inventar o passado* e inúmeros artigos publicados em diversas revistas especializadas e em capítulos de livros.

Segundo, quando assumiu a presidência da ANPUH, Albuquerque Jr. também já tinha uma carreira consolidada institucionalmente, sendo professor titular da UFRN e professor colaborador do programa de pós-graduação em História da UFPE. Na UFRN vai ser um dos principais articuladores e responsáveis pela criação do PPGH, em nível de mestrado, daquela instituição. Programa que vai ter como área de concentração a relação entre História e espaços, reverberando assim a sua influência bem como de sua obra e produção sobre o PPG[79]. Neste sentido, quando pensamos institucionalmente, a presidência de Albuquerque Jr. a frente da ANPUH vai constituir-se num evento profundamente significativo, uma vez que ele é o primeiro historiador a trabalhar e atuar fora das instituições do centro-sul do país a assumir a presidência da Associação, assim como o primeiro historiador nordestino a fazê-lo. Isto é uma ruptura sensível com outro constrangimento provocado pela memória disciplinar da historiografia brasileira profissional e acadêmica dentro da ANPUH. A marginalização da historiografia produzida nas instituições do Norte e Nordeste do país e dos historiadores ai situados, a partir da pecha que não faziam história nacional, mas história regional. Se a produção historiográfica de Albuquerque Jr. já fazia uma crítica e propunha uma ruptura com este tipo de discurso e de prática desde a produção de sua tese de doutorado; do ponto de vista institucional, muito pouca coisa havia se alterado, em especial dentro dos quadros e das redes intelectuais e institucionais que hegemonizavam a ANPUH. E esta ruptura vai acontecer num momento bastante significativo para a Associação, justamente quando ela se encaminhava para comemorar os seus 50 anos de fundação. E isto aconteceria

[79] Esta relação da obra e pensamento de Albuquerque Jr. com a criação do PPGH da UFRN vai ser apresentada da seguinte maneira no projeto enviado a CAPES: “A proposta de fundação do PPGH era inovadora e almejava transformar um tópico importante, mas que ainda não fora trabalhado de forma sistemática pela historiografia nacional: *o espaço e sua historicidade*. No projeto original, a justificativa tratava da constituição de uma abordagem historiográfica de desnaturalização do espaço: “Qualquer acontecimento histórico possui uma dimensão espacial, se refere ou se remete a um dado recorte espacial, no entanto, esta dimensão da história tem sido negligenciada quando se trata da produção do conhecimento nesta área. A ênfase dada à dimensão temporal, que caracteriza a disciplina histórica, tem levado, muitas vezes, a que o espaço seja pensado como um a priori, um dado prévio, um ‘já lá’ que não precisa ser pensado historicamente” (PROJETO MESTRADO UFRN, 2004, grifo nosso).

justamente sob a presidência de um historiador nordestino e atuante em uma instituição da região, que não precisou migrar para o centro-sul para notabilizar-se entre os pares e constituir determinados espaços políticos e de saber entre a comunidade e dentro da geografia disciplinar da historiografia nacional. Durval não precisou ir para o Rio de Janeiro ou permanecer em São Paulo para produzir historiografia nacional. Portanto, a chegada de Albuquerque Jr. a presidência da ANPUH não pode deixar de ser entendida como um acontecimento de forte teor político e institucional de enfrentamento ao estabelecido e ao que se parecia inquestionável dentro do processo de configuração da geografia disciplinar da história no Brasil. O enfrentamento ao discurso de que a historiografia produzida, sobretudo, no Rio de Janeiro e em São Paulo eram nacionais, e a produzida em outras partes do país, em especial no Nordeste, era uma historiografia regional.[80]

Do mesmo modo têm de ser pensado a indicação de Marieta de Moraes Ferreira para editoria da RBH. Professora da UFRJ, colega de departamento e amiga pessoal de Manoel Salgado Guimarães, Ferreira vai ser responsável por tocar o projeto de editoração iniciado com Regina Horta Duarte em 2007. Assim como seu colega de departamento e o presidente da Associação no biênio, é uma historiadora que tem como um dos objetos de estudo a escrita da história. Naquele momento com vários artigos publicados, em especial sobre a formação desta geografia disciplinar no estado do Rio de Janeiro ao longo do século XX, em especial com estudos sobre os PPGHs da UFRJ e UFF. O que vai lhe permitir ter a consciência, assim como Guimarães, da marginalização ou da exclusão e silenciamento da tradição historiográfica representada pelas instituições do Rio não só dentro da ANPUH, mas, sobretudo, dentro da Revista por uma outra tradição até então hegemônica e vitoriosa, a da historiografia paulista, notadamente da USP. É neste sentido que a RBH desde a editoria de Regina Horta Duarte e, em especial, com Marieta, vai assumir um caráter mais historiográfico, sobretudo, na discussão dos temas propostos para cada dossiê.

[80] É preciso observar que desde meados dos anos 1980 já havia emergido no Brasil uma crítica a este tipo de postura, sobretudo ao chamado discurso regionalista que terminava por perpassar a produção historiográfica no Brasil. Remeto as discussões de SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino.** São Paulo: Moderna, 1984., assim como às de PETERSEN, Silvia. R. F. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Vol. 3, 1995. pp. 129-153. Em texto publicado recentemente Albuquerque Jr. reconhece algumas destas dívidas, sobretudo em relação ao texto de Rosa Godoy, ao pensar as implicações política do discurso regionalista, Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O Regionalismo Nordestino: acontecimento e dívida. *In*: OLIVEIRA, Tiago Bernardo de; AIRES, José Luciano de Queiroz e SILVA, Vânia Cristina da Silva. (Orgs.). **Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016, pp. 261-273.

Há um claro deslocamento de uma abordagem temática, em certo sentido conteudista, mais preocupada com o produto que com a forma, para uma abordagem de cunho mais teórico-metodológico e historiográfico na qual aparece a preocupação com a forma, com a escrita da história ou com aquilo que Michel de Certeau chama de "a operação historiográfica" e não apenas com o seu produto final. Não à toa a criação de uma sessão na RBH dedicada exclusivamente em discutir "o estado da arte", onde "historiadores de renome" são chamados a contribuir para se pensar a construção do conhecimento histórico e o seu atual estado no Brasil. Isto se expressará também nas temáticas adotadas nos quatro dossiês publicados no período, com dois deles dedicados a pensar duas facetas do fazer história, a sua escrita e o ensino. Dois temas que, como vimos, estavam também na agenda não só de preocupações de Manoel Salgado, mas também no repertório de suas pesquisas, assim como na sua atuação como professor e intelectual (OLIVEIRA, 2013).

O primeiro dossiê publicado neste biênio traz como tema "Repúblicas", discutido pela primeira vez como dossiê na RBH. Partindo de uma abordagem historiográfica do tema, os artigos publicados buscam pensar esta temática a partir de enfoques bastante diversos, contemplando muito mais uma discussão de alguns eventos do período do que pensando propriamente a República ou o seu advento. A República serve de pano de fundo para se pensar outros temas e eventos como, por exemplo, a participação política na administração pública de positivistas e republicanos da Escola de Engenharia de Porto Alegre estudado pelo historiador da UFPR, Flávio M. Heinz[81]. No entanto, vai ser nos dois dossiês seguintes que as características de vertente mais historiográfica da RBH, tal qual pensada a partir da presidência de Manoel Salgado, torna-se mais evidente. O dossiê publicado no Nº 59 da RBH vai ser dedicado a pensar justamente a escrita da história a partir do ofício do historiador, entendido como artesão principal das narrativas sobre o passado. Publicado com o título "História e historiadores" o dossiê traz artigos de historiadores dedicados a pensar a historiografia e seu principal objeto, a escrita da história. Onde serão discutidos personagens importantes de nossa historiografia, como Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda, e como eles pensaram a escrita da história e o ofício do historiador em algumas de suas obras. Assim como vai ser discutido e

[81] Cf. HEINZ, Flávio M. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 29, Nº 58, 2009, pp. 263-289.

pensado também o fazer e o escrever história entre os historiadores de um determinado período de nossa história. Não por coincidência três desses artigos serão de historiadores ligados a instituições cariocas, o sobre Capistrano de Abreu de autoria da historiadora Rebeca Gontijo, os dois sobre a escrita da história no oitocentos de Maria da Glória de Oliveira, orientanda de Manoel Salgado Guimarães, e Vânia Moreira, todos da UFRRJ à época[82]. Já o artigo sobre a escrita da história na obra de Sérgio Buarque de Holanda é do historiador da UnB, Arthur Assis[83]. Diferentemente dos outros dossiês da revista onde essa temática foi abordada, neste o principal objeto de discussão é a escrita da história. Diferentemente dos outros onde, quando muito, se observava a discussão historiográfica sendo feita a partir de levantamentos ou balanços bibliográficos e historiográficos a respeito de determinados temas, a exemplo do dossiê que abordou o Rio de Janeiro como objeto historiográfico já apontado anteriormente, a discussão estabelecida nesse dossiê é a historicidade que perpassa a escrita da história. É um dossiê de história da historiografia tal como havia pautado Manoel Salgado e a rede intelectual que passava a orbitar seu nome e sua obra como marcos de uma nova maneira de fazer a história da história no Brasil. Parece emergir daí a tentativa de construção não só de outra rede intelectual bastante poderosa, mas a demarcação de determinados elementos para a construção de outra memoria disciplinar para o saber histórico no país. A história da historiografia ao colocar em evidência determinada memória disciplinar parecia caminhar para estabelecer outra em seu lugar, muitas vezes a contragosto, mas terminava por estabelecer e, em certos, estudos prescrever e assumir um caráter normativo acerca da escrita da história no Brasil. Comportando-se, desta maneira, como uma espécie de epistemologia da história, tal qual discuti na introdução desta tese.

O terceiro dossiê publicado no período vai tratar de outra temática recorrente na RBH, o ensino da história, com o título “História, Educação e Interdisciplinaridade”, mas, diferentemente das abordagens feitas em outros dossiês

---

[82] Cf. GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu Viajante. *In*: **Revista Brasileira de História**. Nº 59, Vol. 30, 2010, pp. 15-36.; OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer História, escrever a História: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. Idem. pp. 37-52.; MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. Idem. pp. 53-72.

[83] Cf. ASSIS, Arthur. A teoria da História como hermenêutica da historiografia: uma interpretação de Do Império à República, de Sergio Buarque de Holanda. Idem. pp. 91-120.

sobre o tema, desta vez vai partir de uma abordagem historiográfica procurando pensar a historicidade do ensino de história e das práticas pedagógicas:

> Os textos que compõem o dossiê procuram refletir sobre o saber escolar, entendido aqui como uma construção histórica, ou seja, como um produto de seu tempo, guardando muito do contexto em que foi elaborado. A perspectiva de que o ensino deve ser pensado em sua historicidade é um passo importante para entendermos a constituição da História como uma disciplina acadêmica e escolar, bem como as relações entre a carreira acadêmica e a formação docente no contexto brasileiro. A ideia básica do dossiê é contribuir para o debate sobre a formação dos docentes e apresentar subsídios para pensarmos sobre as funções e o alcance do ensino de História, tanto no passado como nos dias de hoje. (RBH, 2010, p. 09)

Esta abordagem se coaduna com a agenda trazida para o interior da ANPUH por Manoel Salgado e aprofundada na gestão de Durval Muniz de Albuquerque Jr. A apresentação acima citada, feita ao dossiê em questão, reverbera muito claramente uma leitura semelhante àquelas feitas por Manoel Salgado a respeito de como ele buscava pensar o ensino da história. A historiadora Maria da Glória de Oliveira em texto de 2013, dedicado a pensar a questão do ensino da história na obra de Guimarães nos permite pensar e fazer esta relação a partir da seguinte leitura que faz da discussão que este estabelece, a partir de uma conferência de 2008, sobre o ensino de história onde “formulava-se a questão acerca das relações entre a escrita da história como parte do ofício específico do historiador e essa escrita como parte do processo de formação pedagógica”, diz Oliveira:

> Como argumento desenvolvido neste sentido, menos do que enfatizar as diferenças, os distanciamentos ou uma hierarquia segundo critérios de maior ou menor importância entre ambos, tornava-se imprescindível compreender ensino e escrita como instâncias articuladas em um mesmo processo de produção do conhecimento histórico. Pois, continuar a pensá-los como campos autonomizados, argumentava Manoel Salgado, implicaria enormes prejuízos para a história como campo disciplinar, cujos impasses se manifestariam, sobretudo por “uma percepção da falência do ensino de história, do desprestígio do papel do professor, mesmo nos espaços sagrados da academia...” (GUIMARÃES 2009, p. 38). Mas, como integrar a discussão acerca do ensino da história ao horizonte de preocupações do exercício do nosso ofício?
>
> Através de uma primeira chave de leitura, era possível situar o ensino da história entre os usos sociais do passado, considerando também a dimensão política subjacente a esses usos, bem como as suas vinculações ao trabalho da memória coletiva e aos mecanismos da sua reprodução. Deste modo, a reflexão em torno do ensino

> compartilharia dos mesmos pressupostos e procedimentos da investigação acerca da historiografia, no sentido de privilegiar a interrogação sobre a historicidade e os fundamentos das suas práticas. Contudo, a questão a ser enfrentada era precisamente acerca do papel do ensino de história em meio a uma cultura da memória, entendida como sintoma do que François Hartog chamou de um "regime presentista de historicidade". (OLIVEIRA, 2013, p. 140-141)

É patente, portanto, a proximidade entre a argumentação que justifica o dossiê e a leitura sobre como Guimarães pensava o ensino de história feita por Oliveira. O que demonstra que, mesmo após a morte de Manoel Salgado, a agenda que ele e seu grupo haviam trazido para o interior da ANPUH e para a reformulação da RBH permanecia viva e em execução, possibilitando uma renovação e uma maior representatividade da historiografia ai circulada a partir do enfretamento dos constrangimentos herdados de uma memória disciplinar que hegemonizava determinadas práticas e relações institucionais e intelectuais, notadamente produzidas pelas instituições paulistas, em especial a USP e a UNICAMP e a PUC-SP, sobretudo em relação ao tema discutido neste dossiê. Portanto, o efeito da presidência Manoel Salgado no interior da ANPUH e da RBH se prolonga e se desdobra corroborando que, como havia afirmado Durval Muniz de Albuquerque Jr., a liderança política daquele sobre a comunidade acadêmica dos historiadores era decorrente, sobretudo, de "sua disposição em discutir não apenas a escrita da história, mas o ensino da história", possibilitando, assim, a afirmação do campo dos estudos de historiografia também nas páginas da RBH, permitindo a adoção de "uma atitude de distanciamento, de retorno irônico sobre aquilo que fazem os historiadores, em dada época, em dada sociedade, em dado regime de historicidade" (ALBUQUERQUE JR., 2013). Este, talvez, tenha sido o principal legado de Manoel Salgado para a ANPUH e a RBH. Deixarei para falar do último dossiê publicado neste biênio um pouco mais adiante, uma vez que ele é o dossiê publicado no ano de comemoração dos 30 anos da RBH e do cinquentenário da ANPUH, e alinhado a outra discussão que precisa primeiro ser melhor introduzida, justamente por dizer respeito a esta efeméride. E, portanto, o dossiê, pelo próprio título "Comemorações", não pode ser pensado apartado dela.

Do ponto de vista do suporte material de circulação da RBH, vai ser neste biênio que o problema ou melhor o impasse levantado anteriormente entre o texto impresso e o hipertexto vai ser resolvido. Depois das discussões estabelecidas em

assembleia no Simpósio Nacional da ANPUH em Fortaleza-CE, no ano de 2009, ficou decidido que o último número da Revista a circular na forma impressa seria o Nº 58, pois daí por diante ela seria exclusivamente digital. Entre o fetichismo dos historiadores pelo papel e os imperativos das mudanças provocadas pela *web*, venceu esta última. As inúmeras possibilidades por ela oferecidas, inclusive da internacionalização da historiografia produzida no país a partir da sua circulação digital para além das fronteiras do território brasileiro se constituiu num forte argumento para vencer os entraves do fetiche ao suporte material. Uma vez que a Revista já vinha sendo publicada já a algum tempo em duas versões, uma em português e outra em inglês, o que dificultava e encarecia a sua produção impressa. Neste sentido, o recurso exclusivo ao hipertexto e ao seu enquadramento apenas ao mudo digital como forma de divulgação e circulação se ofereceu, também, como uma maneira de diminuir despesas no custeio da produção da RBH, não só otimizando o processo, mas, também, possibilitando uma ampliação no número de textos publicados, tendo em vista não estar mais circunscrita aos limites impostos pelo suporte impresso. Estas modificações vão ser apresentadas pelo Conselho Editorial da RBH, da seguinte maneira, já em seu primeiro número exclusivamente digital, o Nº 59:

> Neste número 59 inaugura-se uma nova fase da Revista Brasileira de História, com a edição exclusivamente digital e também com sua versão em inglês. Esse novo formato, no entanto, mantém o compromisso de dar continuidade à linha editorial dos números anteriores, e de ao mesmo tempo enfrentar os desafios que ora se apresentam. Essa mudança representa uma nova etapa na história da RBH.
>
> Nossa tradição historiográfica de valorização dos textos e arquivos em papel nos faz temerosos desses novos suportes da escrita. No entanto, as aceleradas transformações sofridas pelo mercado editorial na atualidade implicam uma tendência crescente à digitalização dos periódicos. A publicação eletrônica permite viabilizar a utilização da tecnologia com vistas ao enriquecimento da produção historiográfica, ou seja, abre-se a possibilidade de uma escrita da história que vai além das palavras e passa a compor narrativas com imagens, hipertextos, ambientes em 3D e tudo mais que o suporte digital puder oferecer aos pesquisadores. Tal mudança tem ainda por objetivo a internacionalização da produção historiográfica brasileira, além da diminuição dos custos e das dificuldades logísticas relacionadas ao armazenamento e à distribuição. (RBH, 2010, p. 09)

A RBH rompia, assim, com mais um constrangimento imposto pelo peso da memória disciplinar: o fetiche do impresso; e se abria às múltiplas possibilidades do

mundo digital, não só como suporte para a escrita da História, mas também, como mecanismo de circulação e comunicação do conhecimento histórico para além das fronteiras e do campo estabelecido pelos pares. E fazia isto num momento bastante simbólico para a revista e para a própria ANPUH, o dos preparativos para a comemoração dos 30 anos da RBH e dos 50 anos da Associação. Um momento de comemoração e de afirmação que se traduz num voltar-se sobre si mesma de ambas as instituições para pensar o que haviam se tornado ao longo de todas estas décadas. Desta forma, não me parece ser simples coincidência o fato da Revista ter assumido uma tendência mais historiográfica, como apontado acima, uma vez que implicava pensar a sua própria história diante da efeméride dos 30 anos da RBH e dos 50 da ANPUH. Implicava, sobretudo, pensar que tipo de escrita da história havia ajudado a produzir e a circular e como isto seria feito daquele momento em diante. É justamente esta discussão que vimos pontuado e ela torna-se sensível e bastante enfática, no sentido de apontar seus constrangimentos, dilemas, problemas, em circunscrever um espaço de experiência para a partir dele pensar novos horizontes de expectativa, a quem o Conselho Editorial da RBH conclamava a comunidade a fazê-lo, no último número publicado sob a presidência de Manoel Salgado, a partir da metáfora de que era preciso seguir em frente e virar a página, para que, assim como Sherazade, a cada amanhecer, a cada página virada, a história pudesse ser novamente contada e, portanto, reescrita de acordo com as demandas do presente.

As publicações feitas ao longo do biênio 2009-2011 vão expressar de forma sensível a pluralização e a expansão dos programas de pós-graduação por todo o pais, à medida que os 74 textos publicados no período são de autores de 39 instituições diferentes, 33 delas nacionais e seis estrangeiras. Pela primeira vez, na história da RBH, a produção das instituições cariocas irá superar a das instituições paulistas, com aquelas contribuindo com 21 textos (5 da UFRJ, 5 da UFF, 3 da UFRRJ, 2 da UERJ, 2 da PUC-RJ, 2 do CPDOC, 1 da FGV, 1 da UNIRIO) e estas com 20 (7 da USP, 5 da UNESP, 4 da UNIFESP, 3 da PUC-SP e apenas 1 da UNICAMP). Esta mudança se explica, e muito, tanto pelo movimento iniciado com a presidência de Manoel Salgado, como por sua continuidade na gestão de Albuquerque Jr. e pela editoria de Marieta de Moraes Ferreira a frente da RBH. O que se torna mais explícito se pensamos que neste período Ferreira realizava uma pesquisa de fôlego que tratava justamente de pensar a formação do campo disciplinar da história no Rio de Janeiro a partir da experiência das missões francesas naquele estado e que ajudaram a criar

a Universidade do Distrito Federal – UDF que se tornaria depois a Universidade do Brasil – UB, onde se instalaram os primeiros cursos de história a partir de suas Faculdades de Filosofia, que viria a ser publicado em livro no ano de 2013, com o título genérico *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*, quando na verdade se tratava da constituição de um campo bem específico, o da historiografia acadêmica no Rio de Janeiro. Portanto, neste sentido, o livro de Ferreira tem um sentido político muito claro, que é o de estabelecer a memória dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro, em especial o da UFRJ, e, a partir deles, contar a história de uma outra tradição historiográfica, que no livro em questão, faz claramente competição com a tradição paulista, também ela pensada, como o título genérico do livro sugere, como historiografia nacional. Observamos, portanto, uma disputa de narrativas pela memória disciplinar do saber histórico no país, mas, também, seu digladio e enfrentamento dentro de uma das principais instituições, senão a principal instituição, representativa dos historiadores brasileiros, a ANPUH

Isto fica bastante claro, principalmente, se pensarmos do ponto de vista da representatividade e inserção igualitária de todas as regiões a partir da representação de seus programas de pós-graduação na RBH. Uma vez que na virada dos anos 2000 para a década de 2010 a Revista ainda não havia conseguido romper um outro constrangimento da memória disciplinar que permanece de forma bastante forte, como uma das colunas a nortear e a dizer o que seria a produção historiográfica nacional a partir de suas páginas, a hegemonia do centro-sul do país. Por mais que todas as regiões estejam aí representadas nas páginas do periódico, a desproporção é gritante, uma vez que temos apenas 6 textos produzidos a partir dos PPGHs das instituições nordestinas e apenas 1 de um PPGH das instituições do norte do país, apesar da expansão destes programas naquela região também. Se a presença de Durval Muniz como presidente da ANPUH simbolizava uma ruptura com o *stablishment* institucional na Associação, esta quebra não reverberará diretamente nas páginas da RBH, mesmo diante de todas as mudanças editoriais implementadas que visavam garantir uma maior pluralidade e descentralização. Talvez, isto se explique pela desconfiança gerada, ou melhor, pelo constrangimento ainda presente nos historiadores destas áreas do país pela memória disciplinar que dizia que só era história nacional aquela produzida no centro-sul do país, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro, e no caso da RBH, como vimos apresentando, majoritariamente a historiografia produzida a partir das instituições paulistas, sendo, portanto, apenas

esta produção digna de figurar, ser publicada e circulada nas páginas da *Revista Brasileira de História*.

A historiografia produzida nas instituições do Rio de Janeiro vai ser a primeira a fazer o enfrentamento a esta hegemonia paulista nas páginas da RBH e dentro da ANPUH e, portanto, a cavar um espaço de disputa em torno da construção narrativa que institui a memória disciplinar do conhecimento histórico no país, a partir das páginas da Revista Brasileira de História. Este enfrentamento vai ampliar consideravelmente, como vimos, o campo de ação e de atuação da ANPUH e da RBH justamente no momento em que se comemora este duplo aniversário, com uma representatividade bastante significativa destes enfretamentos e dos lugares que cada rede intelectual e institucional assumia dentro dos quadros hierárquicos da Associação e da Revista. Portanto, chega-se ao ano de 2011, ano de comemoração do cinquentenário da ANPUH e dos 30 anos da RBH com a primeira presidida por um historiador nordestino formado na UNICAMP, mas desde sempre atuante em intuições do Nordeste (UFPB, UFCG, UFPE e UFRN), tendo como sua vice-presidente Raquel Glazer, historiadora formada e forjada na USP e desde então professora de seus quadros, e que também já havia sido secretária geral, por três vezes, e presidente da Associação, e Marieta de Moraes Ferreira, historiadora e professora ligada a UFRJ e a FGV, instituições do Rio de Janeiro, como editora da RBH e tendo como Secretária Geral a historiadora Júnia Ferreira Furtado, professora da UFMG, outra instituição que se afirmara como grande centro produtor historiográfico e que despontava ao lado de outras instituições mineiras, como a UFOP, a colocar a historiografia produzida nos PPGHs de Minas como outro lugar de enfretamento da hegemonia paulista. É dentro deste contexto de comemorações, mas, também, de enfrentamentos e de disputas institucionais, que vai ser publicado o último dossiê do período, no número 61 da RBH, justamente com o título “Comemorações”. Em sua apresentação a ele a historiadora Marieta de Moraes Ferreira, que o assina pessoalmente ao invés do Conselho Editorial, vai se referir da seguinte maneira a este momento comemorativo:

> Esse duplo aniversário, da Anpuh e da RBH, constitui um momento importante de comemoração. Como historiadores, sabemos que comemorar não é um ato sem maiores implicações, pois envolve escolhas e projetos. Comemoração é a cerimônia destinada a trazer de volta a lembrança de pessoas ou eventos, algo que indica a ideia de ligação entre os homens, fundada sobre a memória. Essa ligação também pode ser chamada de identidade. E é exatamente porque

> permitem legitimar e atualizar identidades que as comemorações públicas ocupam um lugar central no universo contemporâneo. As sociedades contemporâneas, preocupadas com a aceleração do tempo e com o aumento da capacidade de esquecer, têm demonstrado grande interesse em retomar o estudo da memória e de sua própria história. Assim, emerge a necessidade permanente de constituir novas formas de preservação, de memorização, de arquivamento. As modalidades de comemorações assumem formas diversificadas de acordo com os objetivos a alcançar: o sentido de muitas delas é o de reforçar concepções e valores, promover o consenso, a harmonia entre os grupos ou atores sociais, mas podem também desencadear conflitos ou tensões. Nesta virada do milênio, grandes desafios se colocam para a sociedade brasileira, especialmente para nós, professores de História e historiadores. Olhar para trás parece ser útil para melhor descortinar o caminho à frente. Assim, ao recuperarmos aspectos da nossa história comemorando os aniversários da Anpuh e da RBH por meio deste número, temos como intenção transmitir para a comunidade de professores e historiadores um pouco do que fomos, o que somos e o que queremos ser. (FERREIRA, 2011, p. 08-09)

Marieta de Moraes Ferreira vai assumir, portanto, nesse texto, um caráter eminentemente comemorativo e celebrativo das efemérides que envolviam a ANPUH e a RBH. E ela o faz ao deixar de lado o discurso crítico da historiografia e ao assumir o discurso comemorativo, discurso este amparado na construção de uma memória para ambas as instituições que reificam seus discursos fundadores (o texto que antecede a citação acima é a reprodução do discurso fundador da ANPUH em 1961 e o da RBH, escrito por Raquel Glezer na ata de fundação da revista que Canabrava reverbera e amplia no texto inaugural do primeiro número (FERREIRA, 2011, p. 08 e 09)) e reforçam determinadas identidades e valores que seriam próprios às duas instituições. Este discurso procurava reforçar uma dada continuidade entre os fundadores e o momento presente ao reforçar uma memória que possibilitava a construção de um sentido político, tanto para a ANPUH como para a RBH, como instituições norteadoras da produção historiadora no país. O olhar para traz proposto por Ferreira não tem como objetivo, neste momento, o de historicizar e historiar a história das duas instituições, mas o de reforçar determinados lugares e práticas a fim de possibilitar a continuidade dos usos e apropriações feitas até então, sobretudo da revista, pelos historiadores ligados as suas estruturas hierárquicas e institucionais. É um discurso de permanência em meio a um momento de mudanças, da qual a própria Marieta era uma de suas agentes. Ao assumir o discurso comemorativo ela se posta no lugar institucional de editora da revista para apontar significados que pudessem

possibilitar novas expectativas de futuro. Neste sentido, sua narrativa é um discurso claramente político à medida que procura encobrir as tensões e os conflitos que forjaram a Associação e a Revista ao optar pela comemoração como construção de consenso, de identidade, de semelhança, de continuidade, de memória, de um dever de memória para com a RBH e a ANPUH.

Quero contrapor este discurso de Ferreira com outro discurso/pronunciamento também ele instalado na fronteira entre o discurso historiográfico e o comemorativo. Entre o lugar institucional e o do historiador. Refiro-me ao pronunciamento/discurso de Durval Muniz de Albuquerque Jr. proferido na Conferência de Abertura do XXVI Simpósio Nacional de História, em 2011, na USP, por ocasião das comemorações acima referidas. Neste, ao discutir os significados da comemoração e daquele ato comemorativo, Albuquerque Jr., como presidente da ANPUH, mas também como historiador, vai tentar se colocar neste lugar de fronteira entre o comemorativo e o historiográfico, entre o dever de memória e o dever historiográfico de fazer a crítica ao passado, inclusive da própria disciplina e das instituições que a possibilitam. E em dados momentos de seu texto ele se colocará muito próximo da perspectiva adotada acima por Ferreira, mas, ao mesmo tempo, procurando se distanciar do discurso puramente celebrativo, comemorativo. Em determinada parte do seu pronunciamento/discurso/texto[84] ele afirma:

> As comemorações são feitas de memórias, de lembranças e esquecimentos, mas também são feitas de sonhos, de esperanças e de investimentos no presente visando o futuro. A ligação entre comemorar e lembrar, entre comemoração e memória é não só de natureza etimológica, como de natureza política ou mesmo de natureza ética, desde a própria formulação da palavra na antiguidade. A comemoração está relacionada diretamente com os usos sociais, culturais e políticos da memória, é uma das modalidades não só de sua veiculação, mas de sua elaboração, de sua produção. O ato comemorativo não só se constitui num momento em que se instaura um dever de memória, não só se constitui num momento em que a lembrança é voluntariamente convocada, mas também se constitui num momento privilegiado para a proliferação de memórias, para a elaboração de versões daquilo ou daquele que se comemora. Pois o ato de lembrar é sempre realizado no presente, mas traz consigo uma expectativa de futuro. O que fazemos hoje, ao recordarmos a criação,

[84] A conferência proferida por Albuquerque Jr. por ocasião do cinquentenário da ANPPUH foi publicada posteriormente no número 65 da própria RBH, com o título: “Ritual de aurora e de crepúsculo: a comemoração como a experiência de um tempo fronteiriço e multiplicado ou as antinomias da memória”. Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Ritual de aurora e de crepúsculo: a comemoração como a experiência de um tempo fronteiriço e multiplicado ou as antinomias da memória. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 33, Nº 65, 2013, pp. 385-397.

> há 50 anos, da Associação dos Professores Universitários de História, hoje a Anpuh-Brasil – Associação Nacional de História, não visa somente presentificar aquele momento. Com esta rememoração queremos construir significados que possam servir de inspiração e estímulo para que a entidade sobreviva mais 50 anos. (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 288)

Esta tensão entre o discurso comemorativo e o discurso historiográfico rasga, do início ao fim, o texto de Albuquerque Jr. Tensão expressa no próprio título atribuído ao mesmo, “Ritual de aurora e de crepúsculo: a comemoração como a experiência de um tempo fronteiriço e multiplicado ou as antinomias da memória”. Mas deste título quero recortar uma expressão para trabalha-la mais detidamente na sua relação com o texto de Marieta, a noção de tempo fronteiriço. Esta remete não só a fronteira entre o tempo comemorativo e o tempo historiográfico, mas parece remeter também ao próprio tempo histórico, ao momento histórico que estava atravessando a ANPUH e a RBH. Como apresentei anteriormente, ambas às instituições, estavam a experimentar mudanças significativas, tanto do ponto de vista institucional, como também das redes de poder e de saber que a hegemonizavam. Posso afirmar que tanto a Associação como a Revista estavam num tempo fronteiriço, num período de passagem em que novos contornos institucionais estavam se desenhando, em que novas práticas intelectuais e políticas procuravam se estabelecer, em que uma nova geografia disciplinar era configurada. Daí, como afirma Albuquerque Jr., às “comemorações [serem] feitas de memórias, de lembranças e esquecimentos, mas também [serem] feitas de sonhos, de esperanças e de investimentos no presente visando o futuro”. Daí também não só àquele momento do qual ele participa, como o tom celebrativo adotado no texto de Marieta, assim como o seu próprio texto e a escolha do tema “Comemorações” para o dossiê de aniversário da RBH se constituírem, como diz Albuquerque Jr, como elementos necessários a construção do ato comemorativo. Entendendo-se, portanto, que “a comemoração está relacionada diretamente com os usos sociais, culturais e políticos da memória, é uma das modalidades não só de sua veiculação, mas de sua elaboração, de sua produção”.

Ao assumir muito claramente este discurso fronteiriço, Albuquerque Jr. parecia querer remeter a própria condição que sempre esteve no bojo da construção de ambas as instituições, o da tensão permanente entre espaços de experiência e horizontes de expectativa. Dos usos sociais, culturais e políticos, sobretudo políticos, feitos pelos historiadores da e na Associação e Revista. Aquele momento era mais um

destes de tensão e de conflito, de disputas por pertencimento e pela construção de lugares, do alargamento de fronteiras ou do seu esgarçamento, assim como do estabelecimento de novas linhas divisórias. Um tempo permeado de disputas por lugares ou por constituição de espaços, notadamente entre a historiografia e os historiadores ligados as instituições paulistas e as do Rio de Janeiro. E a meu ver alguns acontecimentos ocorridos neste ano de 2011 atestam esta disputa e dão a dimensão dos contornos que ela estava assumindo e das fronteiras que estavam sendo rompidas e das novas que vinham se estabelecendo. A partir do próprio texto de Albuquerque Jr. depreendemos dois destes acontecimentos. O primeiro: a homenagem ao historiador Francisco Falcon:

> Com que alegria temos aqui, hoje, entre nós, um daqueles que viram nascer esta Associação, ele vem trazer não só o seu brilho como intelectual, mas um fiapo luminoso da aurora de nossa entidade: Francisco José Calazans Falcon. Se comemorar é reinventar auroras, é inventar começos, é construir marcos para as memórias, o professor Falcon, com seu testemunho, será fundamental para tornar possível nossa comemoração. (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 288)

É bastante significativo o fato de Falcon ser o primeiro historiador a ser homenageado no texto de Albuquerque Jr. como um dos “nomes referenciais da nossa historiografia”. Um historiador que só participou ou atuou nos espaços institucionais da ANPUH apenas duas vezes, e numa posição que não era central, nos biênios 1977-1979 e 1983-1985, como membro do Conselho Consultivo, e de ter publicado apenas um único artigo na RBH, na edição dedicada a publicar os textos de um seminário sobre a historiografia do Rio de Janeiro, já na década ou ainda na década de 1990, mais de dez anos depois da fundação da revista. Neste sentido, a meu ver, a homenagem a Falcon não se explica unicamente pelo fato dele ser um dos últimos historiadores vivos que presenciaram a fundação da Associação em 1961 e que se fez presente à Conferência de abertura e comemoração dos 50 anos da ANPUH – aliás, sua presença ali, na USP, neste momento e como homenageado, também é bastante simbólica. Há um sentido político mais profundo nesta homenagem. E este sentido parece ficar mais explícito se vislumbrarmos a centralidade que Falcon vai ganhar neste momento de comemoração. Uma vez que esta não é a única homenagem feita a ele. Outra homenagem será feita na edição comemorativa dos 50

anos da ANPUH[85], organizada por Raquel Glazer[86], e publicada também em 2011 e lançada justamente no XXVI Simpósio. Este é o segundo acontecimento. Glazer apresenta a homenagem a Falcon da seguinte maneira:

> A ordem de edição dos textos é a alfabética pelos estados, com exceção do artigo de Francisco José Calazans Falcon, que abre a edição, justa homenagem a um dos maiores historiadores nacionais, professor-orientador de muitos de nós, nas diversas instituições e programas de pós-graduação em História, ativo participante da comunidade, com grande atuação em diversos níveis nas agências financiadoras e que contribui para definir o perfil institucional da área. (GLAZER, 2011, p. 11)

Esta homenagem a Falcon terá alguns impactos práticos. Primeiro, a discussão que ele vai fazer sobre a "historiografia fluminense" será o primeiro artigo do livro, ou melhor, o artigo que abrirá o livro que celebra os 50 anos da ANPUH trata da historiografia produzida por historiadores ligados às instituições do Rio de Janeiro. Seu texto além de ser o primeiro, sob a justificativa de sua homenagem, é o maior publicado na coletânea, com 63 páginas dedicadas a pensar a "historiografia fluminense", ou seja, "os textos de história produzidos por historiadores radicados, em princípio, nas instituições de ensino, pesquisa e documentação do Estado do Rio de Janeiro" (FALCON, 2011, p 15). Fina ironia dos tempos. Aquele que vem primeiro e com maior destaque no livro em comemoração aos 50 anos da Associação é justamente aquele historiador e àquela historiografia que foi uma das mais silenciadas e marginalizadas não só nas e das redes intelectuais que a compuseram ao longo desses anos, como também uma daquelas que foram silenciadas e suprimidas nas páginas da RBH, os historiadores e a historiografia fluminenses. Terceiro acontecimento: Falcon é convidado a apresentar, por ocasião do XXVI Simpósio

---

[85] Cf. GLAZER, Raquel (Org.). **Do Passado para o Futuro**: Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011.

[86] Quero aqui destacar uma característica da historiadora Raquel Glezer que a articula a este tempo fronteiriço que estamos analisando. Ela é um nome de referência na ANPUH e na RBH. Como vimos anteriormente, ela já ocupou vários cargos na Associação, sendo inclusive sua presidente no biênio 1987-1989, além de ser uma das fundadoras da RBH. Além disso é uma historiadora forjada nos círculos institucionais e intelectuais uspianos. Mas, uma outra característica a articula a este tempo fronteiriço: ela é uma das poucas historiadoras da história dentro destes círculos. Neste sentido, ela é uma das pioneiras no Brasil em pensar a história da história tendo feito sua tese de doutorado sobre àquele que é tido como o inaugurador deste campo no país, José Honório Rodrigues. Cf. GLEZER, Raquel. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1977.

Nacional de História, um texto sobre a fundação da ANPUH. Ele vai se referir a este convite da seguinte maneira, explicitando a forma como fará esta construção:

> Convidado a apresentar um trabalho acerca da fundação da ANPUH, por ocasião do próximo SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, não posso deixar de registrar aqui o meu agradecimento a essa lembrança dos organizadores. Ao mesmo tempo, não quero omitir o quanto a tarefa se me afigura difícil ao obrigar-me a recorrer tanto à memória de alguém que viu e ouviu, como à leitura e interpretação dos principais documentos produzidos a propósito daquele evento fundador.
> Na realidade, vejo a redação deste texto como uma espécie de exercício em que devo lidar basicamente com dois textos de época e com um outro atual, embora bastante fragmentado, que vem a ser o da memória. Os dois textos de época constituem dois registros do evento em pauta, um oficial, o outro eminentemente critico: os Anais do I Simpósio, publicados em 1962 pela respectiva comissão organizadora, e a notícia da realização dos dois primeiros simpósios, publicada no Boletim de História dos alunos do Curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (Ano V-Número 7 – Agosto de 1963). Convém observar que o texto do informativo publicado no Boletim de História foi escrito por nós. Por outro lado, passados cinqüenta anos, é natural que tenhamos esquecido um ou outro aspecto da realização do I Simpósio. (FALCON, 2011 a, p. 01)

O texto de Falcon sobre a fundação da ANPUH não será bem aquilo que poderíamos chamar de um texto de história da história e das suas relações institucionais aos moldes, por exemplo, do que Manoel Salgado fez no texto sobre o IHGB publicado em 1988 na Revista Estudos Históricos. O texto de Falcon vai trazer um sentido mais memorialístico indo de encontro ao que Albuquerque Jr. afirmou em seu texto pronunciado na Conferência de Abertura do mesmo Simpósio e, também, na ocasião do início das comemorações dos 50 anos da ANPUH: “O ato comemorativo não só se constitui num momento em que se instaura um dever de memória, não só se constitui num momento em que a lembrança é voluntariamente convocada, mas também se constitui num momento privilegiado para a proliferação de memórias, para a elaboração de versões daquilo ou daquele que se comemora” (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 288). Assim o texto de Falcon se presta a elaborar uma outra memória diversa daquela hegemônica até então sobre a ANPUH. E Falcon, como um historiador da história, parecia estar bastante consciente disso, uma vez que seu texto vai estar entrecortado de críticas a historiografia paulista, entendida como a historiografia produzida por historiadores ligados a instituições do estado de São

Paulo. Neste sentido, ao se referir ao convite feito pelos historiadores de São Paulo para os historiadores fluminenses participarem do evento de Marília, em 1961, Falcon tece o seguinte comentário:

> Preferimos acreditar que se tratava de uma oportunidade ímpar de discutir com colegas de todo o país problemas do ensino universitário de História. Acreditávamos na sinceridade dos organizadores ao se dizerem “Animados pelas circunstancias de poder realizar “ab ovo” uma experiência que viesse a criar novas e mais amplas condições no ensino de História”. Imaginávamos que se poderia aproveitar melhor essa oportunidade única a fim de aprofundar discussões bem mais variadas e importantes do que aquelas previstas para um Simpósio com o objetivo de fazer uma revisão do currículo atual. Queríamos, na verdade, discutir a questão mais ampla da Reforma Universitária, já então na ordem do dia, e situá-la no âmbito especifico dos cursos de História das faculdades de filosofia. (FALCON, 2011 a, p. 02)

Falcon deixa claro uma certa desconfiança, existente entre os historiadores fluminenses à época, dos propósitos dos “organizadores do evento”, os historiadores de São Paulo, notadamente os da FFCL Marília e os da USP. No entanto, a partir do relato de Falcon, àqueles pagaram para ver em nome de um objetivo maior, que era, ao invés de só se discutir um curriculum mínimo para a História no país, inserir esta discussão dentro de uma problemática mais ampla e urgente, a da reforma universitária. E aqui Falcon começa a estabelecer as divergências entre historiadores fluminenses e paulistas, referindo-se a elas da seguinte maneira:

> De qualquer modo, no entanto, sentíamos que eram grandes as diferenças de perspectivas e de linguagem entre nós, os professores do Rio de Janeiro, e os organizadores do evento. Queríamos tentar sair um pouco daqueles assuntos um tanto ou quanto miúdos, imediatos, buscando pôr em debate questões mais abrangentes, ou seja, procurar as causas profundas das questões curriculares ao colocar em pauta o problema da reforma universitária e a própria realidade social e econômica do Brasil. Não podíamos nos conformar com a idéia de uma pequena reforma, uma simples rearrumação da casa que acabaria por deixar tudo como já estava. A nossa insistência quanto à oportunidade de assumir uma perspectiva mais ampla para a análise dos problemas dos cursos de História, contrariamente ao ponto de vista dos organizadores, deu origem a muitos debates e algumas incompreensões durante o Simpósio. (IDEM, p. 03)

A medida que o relato de Falcon avança, ele vai deixando estas divergências entre paulistas (“organizadores do evento”) e fluminenses mais visíveis e patentes. Evocando uma certa má vontade e até mesmo uma má fé dos

organizadores do evento que, na sua visão, o haviam organizado como um jogo de cartas marcadas. Para Falcon isto se explicita, por primeiro, nos debates em torno do relatório apresentado por Eurípedes Simões de Paula na 1º Sessão do Simpósio que tratava da cadeira de História Antiga e Medieval. Segundo Falcon, Simões de Paula havia produzido um relatório "tendo como referência [apenas] as características das práticas então em vigor no âmbito da Cadeira de História Antiga e Medieval do Departamento de História da USP", ou seja, Simões de Paula tomava a sua própria experiência como referência, uma vez que ele era o catedrático daquela cadeira. Assim, acusa Falcon: "na realidade, observamos que o Relator conseguiu amarrar a maioria dos debates aos temas e questões por ele suscitados. Foi talvez a primeira vitória daqueles que haviam traçado um círculo de giz para o desenvolvimento dos debates". (IDEM, p. 06). E as divergências se avolumam, como vai ocorrer diante do relatório apresentado por Maria Yedda Linhares na 5º Sessão, por ela relatada, que tinha como tema: "O lugar das disciplinas pedagógicas no curso de História". Segundo Falcon:

> Assim, na primeira parte, afirma a relatora que discutir a formação de professores de História para os estabelecimentos de educação média supõe uma discussão sobre as Faculdades de Filosofia e sua inserção na Universidade. Em outras palavras, a formação do professor de História não se separa do debate sobre a Reforma Universitária. Assim, é necessário pensar na necessidade de adaptar as instituições educacionais brasileiras às necessidades do país em processo de mudança. Trata-se de uma tomada de consciência da urgência de uma reforma universitária a qual, apesar de um tanto recente já tem exemplos palpáveis no projeto da Universidade de Brasília e da reforma, em andamento, da Universidade do Ceará. O texto do Relatório inclui uma longa digressão sobre as reformas e o momento então vivido pela sociedade brasileira, a questão da formação do professor em geral e do professor de História em particular, a história das Faculdades de Filosofia e, principalmente, a recuperação de seu sentido inicial, tal como foi formulado por Armando Sales de Oliveira e defendido com entusiasmo e persistência por Anísio Teixeira.
> A exposição da Profa. Maria Yedda Linhares provocou reações desencontradas uma vez que trouxe para um plano mais geral as pequenas questões do currículo de História. Logo rotulada de política, o que não era uma novidade, nem tampouco uma mentira, a apresentação de tantas idéias provocou diversos tipos de reação, notando-se, inclusive, um certo desagrado de alguns dos organizadores do Simpósio. (IDEM, p. 10 e 11)

A narrativa de Falcon é permeada por elementos que evidenciam este conflito, como por exemplo, o recurso a citação de Armando Sales de Oliveira e Anísio

Teixeira, para explicitar a diferença de projetos de reforma universitária pretendida pelos dois grupos de historiadores, os fluminenses e os paulistas. Neste sentido, o recurso aos dois pedagogos e educadores ligados ao movimento escolanovista[87] confere ao texto mais uma dimensão ao seu sentido político de enfrentamento e questionamento da memória disciplinar construída pela e em torno da historiografia paulista. Principalmente ao colocar ao lado de Armando Sales de Oliveira o nome de Anísio Teixeira. Se o primeiro havia sido o interventor do estado de São Paulo responsável pela criação da USP, o segundo, à frente da Diretoria-Geral de Instrução do Rio de Janeiro, nomeado pelo interventor e depois prefeito, Pedro Ernesto Batista, fora um dos responsáveis pela criação da UDF, a partir dos ideais do movimento escolanovista que defendia "um sistema escolar público, gratuito, obrigatório e leigo". (FERREIRA, 2013). Coincidentemente ou não ou conscientemente ou não Falcon silencia o nome dos dois outros intelectuais paulistas ligados ao movimento Escola Nova que ajudaram na fundação da USP, Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita Filho que tiveram um papel, talvez, mais emblemático que o próprio Armando Sales. Mas, para além disso, o seu relato aponta para outro aspecto, em especial na passagem acima, uma suposta visão de vanguarda dos professores do Rio de Janeiro acerca daquelas que seriam as principais questões e problemas atinentes às universidades naquele período, dentre elas àquela que eles reputavam a mais urgente e importante, a reforma universitária. Pensada por eles, segundo Falcon, a partir de uma análise da história das instituições universitárias no país, em especial de suas faculdades de filosofia, o que colocava os historiadores cariocas também na vanguarda em fazer a história dos cursos de história no país e, a partir delas, projetar e atuar política e praticamente para a construção de determinados horizontes de expectativas. Uma visão que teria sido combatida pelos organizadores do evento

[87] Segundo o historiador Diego da Silva Roiz o grupo que se convencionou chamar de Escola Nova era formado por: "diversos intelectuais, dentre os quais, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira (1900-1971), M. B. Lourenço Filho (1897-1970), Roquette Pinto (1884-1954), Sampaio Dória (1923-1964), Pascoal Leme (1904-1997), Afrânio Peixoto (1876-1947) e o próprio Júlio de Mesquita Filho". Ainda segundo Roiz "nos anos de 1930, o movimento diversificou sua ação, indo parte do grupo para gabinetes estaduais e federais, outra parte para escolas e institutos normais de formação de professores, e outros se dirigiram para iniciativas, que pretendiam construir universidades no país. Anísio Teixeira foi um dos idealizadores da Universidade do Distrito Federal, fundada em 1935, e Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo contribuíram diretamente na fundação da USP, em 1934, quando Armando Salles de Oliveira era interventor do estado". Cf. ROIZ, Diogo da Silva. Dos "discursos fundadores" à criação de uma "memória coletiva": as formas de como escrever a(s) história(s) da Universidade de São Paulo. *In*: **Revista Brasileira de História da Educação**. Nº 19, jan./jun., 2009, pp. 137-185.

como sendo uma fala eminentemente política. Neste sentido, Falcon termina seu texto arrematando estas questões da seguinte forma:

> Talvez assim possamos entender como e por que um Simpósio preparado para produzir um novo (e melhor) currículo para os nossos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História acabou por se identificar na verdade com a fundação de uma Associação de Professores Universitários de História.
> Para começar, tenhamos sempre presente a enorme distância entre as idéias de uma minoria francamente reformista, radical mesmo, e as convicções firmemente conservadoras da maioria dos presentes. Reformismo e conservadorismo, é bom sublinhar aqui, não se referem apenas a concepções pedagógicas ou acadêmicas, mas, sim, aos respectivos sentidos político e ideológico mais gerais. Para os reformistas, o problema curricular só poderia ter sentido no âmbito de uma realidade muito mais ampla e decisiva – a da Reforma Universitária. Já para os conservadores, era exatamente este quadro ampliado que se fazia necessário evitar a fim de contornar possíveis comprometimentos políticos. (FALCON, 2011 a, p. 16)

Portanto, na narrativa memorialístico-historiográfica produzida por Falcon a fundação da ANPUH havia sido o resultado do fracasso de um Simpósio que foi organizado inicialmente para pensar um currículo mínimo para os cursos de História daquele período. E que, para não cair no esquecimento, passou para a História identificado à fundação da Associação de Professores Universitários de História. Dado o atravancamento da discussão daquelas propostas e ideias que, para os historiadores fluminenses, seriam as principais discussões que deveriam ter sido levantadas e não foram, como a da reforma universitária. Assim, para Falcon, o Simpósio foi marcado pela presença de uma minoria reformista e radical, de vanguarda representada, por mais que ele não a nomei, pelos historiadores e professores do Rio de Janeiro e de uma maioria conservadora, que ele também não nomeia, mas que ao longo do texto percebe-se claramente que são os “organizadores do evento”, ou seja, os historiadores de São Paulo, notadamente os da USP. Além disto há uma acusação velada, mas bastante contundente, aos que Falcon chama de “conservadores, uma vez que, para ele, o conservadorismo desta maioria não se resumia apenas às discussões ou às “concepções pedagógicas e acadêmicas”, mas era, sobretudo, um conservadorismo político e ideológico. Fazer esta acusação remete a problemáticas bem específicas como, por exemplo, o clima político já bastante tenso do início da década de 1960 no país e que desembocaria em pouco tempo no golpe civil-militar de 1964.

Falcon parece se ressentir desta maioria conservadora não ter tomado uma posição política mais firme em prol da reforma universitária requerida já algum tempo, em especial pelos historiadores fluminenses, como ele vai pontuar em outros textos seus, mas também nesta fala quando aponta um certo vanguardismo dos intelectuais fluminenses desde o processo de fundação da primeiras universidades no país, como a UDF, criada por Anísio Teixeira, e sempre reputada por Falcon como um modelo inovador e vanguardista de universidade que foi silenciado e vencido, do ponto de vista político, pelos intelectuais católicos ligados a Vargas, a exemplo de Alceu Amoroso Lima, e do ponto de vista historiográfico e memorialístico, suplantado pela memória disciplinar, "conservadora", que promove a USP e "a escola uspiana" de historiografia como marcos fundadores do projeto de universidade, da profissionalização do historiador e do início da constituição da "moderna historiografia brasileira". Desta feita mesmo tentando evitar a discussão sobre "este quadro ampliado", "a fim de contornar possíveis comprometimentos políticos" dado o clima tenso do período, os efeitos políticos e ideológicos de tal postura desdobraram-se, para além daquele momento, com sérias consequências para a vida universitária no país, uma vez que a requerida reforma universitária iria ser levada a efeito no final da década de 1960 pelos governo militares, já em pleno regime de exceção e sob os efeitos do AI-5, que levou a perseguição e prisão de professores, a aposentadoria compulsória de outros como, por exemplo, da própria Maria Yeda Linhares a quem Falcon faz menção em suas memórias. Me parece que as acusações feitas por Falcon também tem a ver com estes desdobramentos políticos, e suas críticas parecem servir como um acerto de contas com esse passado ainda bastante presente na memória do historiador fluminense e não totalmente superado. Era preciso fazer o seu luto e, sobretudo, prestar uma homenagem a sua amiga, mestre e companheira de trabalho, Maria Yeda Linhares.

Assim, neste texto, a disputa reformistas X conservadores retoma uma outra oposição, também discutida por Falcon em um texto de 1994 intitulado "Historiografia Contemporânea: balanço e perspectivas", já discutido um pouco mais acima, que segundo ele também marcaria a historiografia brasileira, a oposição unidade X diversidade. Uma vez que, segundo ele, havia se tornado uma crença entre boa parte dos historiadores brasileiros o fato de que "muitos dentre nós se tornaram um tanto ou quanto impermeáveis à idéia (sic) mesma de diversidade historiográfica, não sendo exatamente casos excepcionais os daqueles que acreditam mui

ingenuamente que tudo aquilo que existe ou pode existir de importante, válido e, acima de tudo, “novo”, em termos de trabalho do historiador, se contêm necessariamente na produção historiográfica francesa que descende dos “Annales” e se apresenta na atualidade sob o rótulo de “Nouvelle Historie” (FALCON, 1994, p. 335). Há aqui, como já demonstrado anteriormente, uma crítica velada a memória disciplinar uspiana que tenta estabelecer esta relação direta com a tradição dos Annales. Mas há também a tentativa política de construir uma outra memória, o que vai ser feito mais claramente no artigo de 2011 publicado na edição comemorativa aos 50 anos da ANPUH, no qual Falcon advoga claramente a diversidade e a pluralidade da historiografia fluminense, apontando para a variedade de lugares institucionais onde ela era produzida, para além dos programas de pós-graduação em história. Diz ele:

> A produção historiográfica de então, no Rio de Janeiro, realiza-se em diferentes locais institucionais que poderíamos assim designar: os programas de pós-graduação em História; as atividades historiográficas no âmbito de instituições tradicionalmente ligadas à documentação arquivística e à pesquisa; no CPDOC; no IUPERJ; na Anpuh. Além desses locais, há de se considerar também, a produção editorial deles desvinculada. Em suma, pós-graduação, arquivos, simpósios docentes, editoras. (FALCON, 2011, p. 30)

Falcon ao longo deste texto vai arrolar mais de dez instituições onde o saber histórico era produzido no Rio de Janeiro, entre pós-graduações (UFF, UFRJ, PUC-Rio, UERJ) e aquilo que ele chama de instituições tradicionais de pesquisa (IHGB, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Museu Histórico Nacional e Fundação Casa de Rui Barbosa) e as instituições de pesquisa e documentação (IUPERJ, FGV, CPDOC e Fiocruz). Haveria, portanto, uma enorme diversidade não só institucional, mas também historiográfica, que marcava a produção dos historiadores do Rio de Janeiro. Diferentemente daquilo que a memória disciplinar da historiografia paulista, majoritariamente uspiana, havia constituído para si e, como desdobramento, para a historiografia brasileira como um todo. Portanto, estas homenagens a Falcon justamente no momento em que a ANPUH completa 50 anos vão ter um sentido político bastante preciso. Por ser ligado a uma tradição historiográfica que até então não era hegemônica na ANPUH e muito menos na RBH e que vinha tentando rivalizar com a tradição paulista, notadamente a uspiana, Falcon vai se postar, neste momento, não só como um dos combatentes em torno da construção destes novos espaços e do alargamento das fronteiras e, sobretudo, da elaboração de uma nova memória para

a disciplina, como vai servir como grande modelo de historiador moderno do país. Não por acaso ele vai ser apresentado, também, como um dos pioneiros em discutir a escrita da história no Brasil e em fazer uma história da história em moldes semelhantes àqueles propostos por Manoel Salgado Guimarães. Estes elementos vão ficar patentes em entrevista de Falcon, concedida as historiadoras Marcia de Almeida Gonçalves, da UERJ, e Rebeca Gontijo, da UFRRJ, e publicada também no segundo semestre de 2011, na Revista de História da Historiografia. Nela Falcon fala acerca do texto produzido para a edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH da seguinte maneira:

> Terminei agora um trabalho para a Associação Nacional de História (ANPUH), a pedido das professoras Raquel Glezer e Marieta de Moraes Ferreira. Trata-se de um trabalho sobre historiografia fluminense e as historiografias regionais produzidas durante os últimos 50 anos (FALCON 2011, p. 13-68). Recuperar a historiografia do Rio de Janeiro durante cinquenta anos é complicado. Eu tentei fazer isso da melhor maneira mostrando que há várias correntes. Ainda hoje, por exemplo, embora muita gente não se dê conta, além do marxismo há uma história econômica quantitativa que muita gente teima em considerar morta e enterrada. E, no entanto, nós temos a Sociedade Brasileira de Pesquisa em História Econômica fazendo reuniões periódicas com muita produção. Há também inúmeras outras tendências historiográficas, tanto temáticas como metodológicas, que orientam pesquisas as mais variadas. (GONTIJO e GONÇALVES, 2011, p. 367)
>
> O trabalho que acabo de concluir todo ele baseado no pressuposto de que em cada época a produção historiográfica tem a ver não apenas com as preferências do historiador, ou com a sua formação, mas com as condições de produção existentes. O texto essencial é o de Michel de Certeau, A escrita da história (1975), que trata do lugar social (ou dos lugares) a partir dos quais o historiador escreve a história, produz seu próprio discurso historiográfico. Por isso, nesse trabalho que fiz, procurei dar ênfase aos diversos lugares institucionais: as universidades, sobretudo após a institucionalização dos programas de pós-graduação, mas também a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, a Casa de Oswaldo Cruz, a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entre outros. Tentei mostrar como o Rio de Janeiro é complexo justamente porque, ao contrário de outros lugares do Brasil, aqui nós temos multiplicidade de lugares de produção histórica. (IDEM, p. 369)

Quero apontar duas questões a partir destas falas de Falcon. Primeira: nela ele deixa claro que a diversidade que ele aponta sobre a historiografia produzida no Rio de Janeiro não é meramente temática ou dos objetos de pesquisa. É uma diversidade e pluralidade que diz respeito, sobretudo, a construção da disciplina a

partir não só de lugares sociais e institucionais diversos, mas também, a partir de uma pluralidade e diversidade teórico e metodológica que garantem a consistência do saber histórico produzido naqueles lugares. Algo que para ele era típico da historiografia do Rio de Janeiro e que pouco se observava em outras partes do país. Segunda questão a destacar: o texto produzido para a edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH foi feito a pedido de Raquel Glezer e Marieta de Moraes Ferreira. Esta relação estreita entre os três parece dar origem aquilo que Glezer, em sua tese de doutorado, chamou de "colégio invisível", ou seja, um "grupo de pessoas [...] razoavelmente bem relacionadas entre si, encontrando-se em conferências, permutando publicações e colaborando em instituições de pesquisa. Constituem um grupo de poder, em níveis locais e nacionais, controlando instituições, prestígio pessoal, destino de novas ideias e orientação para abordagens de novas áreas" (GLEZER, 1976, p. 22). Contudo, me parece que a relação política mais forte e estabelecida é como Marieta de Moraes Ferreira, que volta a ser citada, quase ao final da entrevista, de uma forma mais emblemática e significativa ainda. Falcon vai se referir a ela, mais uma vez, da seguinte maneira e no seguinte contexto:

> Me lembrei que, anos atrás, em São Paulo, havia uma animosidade contra Anísio Teixeira e a Escola Nova. Depois vim a entender. Porque são precursores. E o pessoal de São Paulo amarrou tudo à criação da Faculdade de Filosofia (1934) e à vinda da missão francesa. Quem está estudando a missão francesa é a Marieta de Moraes Ferreira. Lembro o catálogo das teses aprovadas nessa época pela USP. Se você lê aquelas teses, não há relação com a inspiração francesa. Em algumas basta ler o título. (GONTIJO e GONÇALVES, 2011, p. 380)

Novamente a remissão a Anísio Teixeira e a Escola Nova como precursores. E aqui entendemos um pouco o porquê de Falcon ter suprimido os nomes de Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo, no texto também publicado neste mesmo ano, sobre a fundação da ANPUH, quando menciona apenas Armando Sales como o responsável pela fundação da USP. Há um deslocamento sensível aí. Falcon desloca a centralidade, ou melhor, retira da fundação da USP o seu caráter precursor e o remonta a Anísio Teixeira e, portanto, a própria UDF por ele fundada no Rio de Janeiro, então capital federal. Fazendo, por tabela, uma crítica ao centralismo dado "pelo pessoal de São Paulo" à criação da USP e "à vinda da missão francesa" para àquela instituição. Além disso, ele também faz a crítica da relação de continuidade que os uspianos estabelecem da sua produção historiográfica como desdobramento

da tradição francesa dos Annales ou nela inspirada. Mas, para mim, o mais importante desta fala é a remissão ao trabalho de Marieta de Moraes Ferreira que estudava às missões francesas no Brasil, em especial sua presença no Rio de Janeiro. Isto mostra o quanto Falcon estava inteirado do trabalho que Marieta vinha fazendo e do sentido político que ele tinha ou teria dentro dos embates, debates e conflitos que permeavam a formação da geografia disciplinar da história no Brasil. Demostra também como as homenagens a Francisco Falcon nas efemérides de comemoração dos 50 anos da ANPUH e dos 30 anos da RBH não podem deixar de ser pensadas sem estar diretamente articuladas a estes embates políticos e institucionais em torno da construção da memória disciplinar da historiografia brasileira profissional, acadêmica e dos lugares que constituem e instituem a história no Brasil como uma disciplina[88] acadêmica.

Dois anos depois, em 2013, Marieta de Moraes Ferreira lançaria seu livro, produto final da pesquisa mencionada por Falcon. E neste mesmo ano ele ganharia

[88] Posteriormente ao ano de 2011, Francisco Falcon publica mais dois textos que indiciam estas relações e estes debates que vimos descrevendo. São textos publicados justamente no intervalo de tempo que vai da menção ao trabalho de Marieta à produção e publicação do seu livro como resultado da pesquisa mencionada por Falcon e que vai ser publicados sob o título genérico de "A História como Ofício: a constituição de um campo disciplinar", muito embora tenha como objeto de estudo às missões francesas no Rio de Janeiro e a criação do curso de História naquele estado. Os dois textos de Falcon parecem servir como uma introdução ao livro de Marieta, ou melhor, como uma preparação a ele, uma vez que eles têm como objeto de estudo a origem dos programas de pós-graduação em História da UFF e da UFRJ, que em última instância tem como tronco comum a criação da UDF, posterior UB, estudadas por Marieta em seu livro. Cf. FALCON, Francisco. O Programa de Pós-Graduação em História Social do IFSC/UFRJ – um ensaio de história e memória. *In*: **Topoi**. Rio de Janeiro, Vol. 13, Nº 25, jul./dez. 2012, pp. 6-24. Sintomaticamente, neste texto vai haver um comentário a ele produzido por ninguém menos que Marieta de Moraes Ferreira, sob o título "Relendo Memórias", onde a mesma afirma: "Através da trajetória do professor Francisco Falcon é possível percorrer os caminhos dos processos de institucionalização do ensino universitário e de formação dos profissionais de história. Suas memórias nos mostram as diferentes conjunturas, os embates, os projetos, os conflitos, as divergências e os esforços para que o campo dos estudos históricos fosse progressivamente ocupado por profissionais com formação adequada. A leitura do seu texto nos permite ainda acompanhar as mudanças que tiveram lugar no território nada pacífico da área, com a progressiva transformação de seus cursos, de essencialmente formadores de docentes para a educação básica em direção a um novo perfil com ênfase maior para a pesquisa e a pós-graduação". (FERREIRA, 2012, p. 24). Já o segundo texto se intitula "História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense", e foi publicado no ano de 2013, num dossiê da Revista de História da Historiografia (mesma revista onde foi publicada a sua entrevista de 2011) chamado, sugestivamente: "Os cursos de história: lugares, práticas e produções" e que foi organizado por Rebeca Gontijo (mesma historiadora que entrevistou Falcon em 2011), historiadora da UFRRJ, e Fábio Franzini, historiador da UNIFESP. Cf. FALCON, Francisco j. Calazans. História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Ouro Preto, Nº 11, 2013, pp. 15-32. Portanto, estes dois textos, a meu ver, prenunciam e antecipam o livro de Marieta e se constituem como indícios das articulações políticas dos historiadores do Rio de Janeiro em torno de um "colégio invisível" que, ao que parece, parecia arrebanhar mais sujeitos e se articular a diversos outros lugares, como parece ser o caso da Revista de História da Historiografia.

uma resenha, nas páginas da RBH, da qual Marieta havia sido sua editora até o número anterior, sendo sucedida por Alexandre Fortes, historiador da UFRRJ – também amigo e muito próximo a Marieta de Moraes Ferreira –, em que a resenhista, a historiadora Lidiane S. Rodrigues, também ela afeita a estudar a história da história, inicia sua apresentação dizendo que "é na ponta de lança da pesquisa atual em história da historiografia que se localiza o livro de Marieta de Moraes Ferreira, recém lançado pela editora da Fundação Getúlio Vargas". Editora esta com as quais Ferreira mantinha relações institucionais e para a qual já havia trabalhado como editora. A resenhista do livro vai inscrevê-lo na mesma tradição dos estudos de história da história inaugurados por Manoel Salgado Guimarães, ao afirmar que:

> Qualquer observador sagaz da área nota que o crescimento de pesquisas em seu interior deu-se priorizando 'grandes homens' ou 'grandes obras', especialmente no que diga respeito aos tempos mais recentes e ao Brasil. Desde os estudos de Manoel Salgado Guimarães, o século XIX ganhou análises que se debruçaram sobre os nexos entre as instituições, sua sociabilidade e as concepções de história nelas correntes e delas decorrentes (Guimarães, 2011). Aos autores do século XX ficou reservado certo enlevo, como se fossem 'intelectuais flutuantes' – especialmente aos ensaístas anteriores à virada que deu origem às instituições universitárias que a partir dos anos 1930-1940 concentraram o ensino, e gradativamente a pesquisa, em história.
> Ultrapassamos lentamente tal fase, e A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar parece, a um só tempo, colaborar nessa direção e ser sinal dela. (RODRIGUES, 2013, p. 349)

A um só tempo Rodrigues posiciona o livro de Ferreira dentro de uma determinada tradição historiográfica, como também o apresenta como emblema das transformações patrocinadas por aquela tradição para a constituição do campo da história da historiografia no Brasil, que teria como principal objeto não mais a pesquisa acerca de "grandes historiadores" e "grandes obras" e sim a escrita da história entendida e pensada a partir de seus "nexos entre instituições, sua sociabilidade e as concepções de história nelas correntes e delas decorrentes". Ao prosseguir na apresentação da obra, Rodrigues vai ser enfática ao ponderar uma de suas discussões centrais e, assim, apontar para o seu principal sentido político, a desconstrução da memória disciplinar hegemônica sobre a área e a possibilidade de recrutamento de aliados para a continuação desta tarefa, função que Rodrigues não se faz de rogada em assumir, vejamos:

> Vale assinalar a atenção cuidadosa da autora para a figura de Hauser, ligada à preocupação em esquadrinhar os caminhos da memória institucional que foi sobrevalorizando a presença das missões francesas em São Paulo, em detrimento da presença delas na capital. Para os que não se satisfazem com uma história da historiografia que esconde os bastidores por que passaram os praticantes do ofício antes de brilharem em cena ou durante o espetáculo, a atitude é entusiasmante e abre um leque considerável para novas pesquisas.
> Esta observação leva à segunda. Na qualidade de pesquisadora das missões francesas no curso de História e Geografia da Universidade de São Paulo (USP) em seus anos iniciais, encontrei na advertência de que as análises têm "supervalorizado o papel de Fernand Braudel e a influência dos Annales como elementos centrais na formação dos cursos de História" (p. 92) a perspectiva aliada, que eu buscava há tempos. Pude, em outra oportunidade, assinalar, como o 'historiador missionário' manteve-se sob as rédeas dos laços de amizade mantidos e serviços prestados à sua clientela – a elite mentora da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, por sua vez em peleja constante com o governo federal. Eram limitadas as possibilidades que tinha de não reproduzir uma 'história historicizante', contra a qual sua obra já vinha sendo elaborada. Padecerá minguando de lastro empírico aquele que ligar imediatamente a recepção dos Annales à presença de Braudel entre 1935 e 1937, e mesmo posteriormente em passagens breves, na USP. (RODRIGUES, 2013, p. 350)

Portanto, Rodrigues reverbera, assumindo o lugar de aliada de Ferreira, às críticas feitas por esta aos caminhos da "memória institucional que foi sobrevalorizando a presença das missões francesas em São Paulo, em detrimento da presença delas na capital". Assim como às análises que haviam "supervalorizado o papel de Fernand Braudel e a influência dos *Annales* como elementos centrais na formação dos cursos de História". Tanto é assim que, no livro de Ferreira, o historiador francês que vai aparecer como sendo o de maior centralidade nas missões francesas no Brasil será, não Fernand Braudel, mas, Henri Hauser. Este sim um historiador de renome a época na França e que, diferentemente de Braudel, havia seguindo para o Rio de Janeiro e se dedicado a criação do curso de História da UDF. Além de que, segundo Ferreira, Hauser não era um historiador que se podia dizer filiado a chamada escola dos *Annales*, em especial aos seus fundadores, Bloch e Febvre, que naquele momento ainda não gozavam do mesmo prestígio de Hauser dentro das instituições históricas francesas (FERREIRA, 2013)

É diante deste cenário de conflitos, embates, debates e tentativas de tomadas de posição política, institucional e da perpetuação e/ou constituição de novos

e velhos lugares para a geografia disciplinar da historiografia brasileira profissional, acadêmica que, portanto, ocorrerá às comemorações do cinquentenário da ANPUH e do aniversário de 30 anos da RBH. Assim como aconteceu no momento da fundação de ambas instituições, os embates políticos e institucionais, as disputas de poder vão estar presentes ao longo de toda a sua história, em especial nas últimas três décadas, construindo e instituindo uma dada memória disciplinar para a História no Brasil. Memória esta construída e elaborada, como vimos, tanto a partir das contingências institucionais que perpassam tanto a ANPUH e a RBH como das redes intelectuais ai hegemônicas, que buscam fazer prevalecer sua versão sobre esta memória institucional sobrevalorizando-a sobre as demais e, sobretudo, procurando silenciar e/ou marginalizar estas outras versões, colocando-as como versões menores, quando muito regionais ou locais e que não expressariam ou irradiaram uma historiografia brasileira tida como nacional. São lutas e disputas em torno da tentativa de tornar uma memória institucional em memória disciplinar, de fazer dela o mapa que norteia, pontua, demarca no tempo toda a geografia disciplinar de um dado território de saber e de poder. Temporalização e espacialização do saber histórico no país. Uma memória disciplinar se constituindo pari passo a uma geografia disciplinar. A memória como tempo espacializado e a geografia disciplinar como espaço temporalizado e/ou historicizado.

Finalizo este capítulo chamando a atenção para o fato de que as disputas e os conflitos que perpassaram a ANPUH e a RBH nestes últimos 30 anos expressam apenas uma dimensão desta história, aquela que evidência, sobremaneira, as disputas entre a historiografia paulista e a historiografia fluminense. Não por coincidência, as únicas que buscam se apresentarem e se dizerem, desde o início da formação de sua memória e da geografia disciplinar da História no país, como historiografias nacionais. Como vimos, a ANPUH e a RBH serão palco destas disputas. Mas, também, e sobretudo, instrumento de legitimação das mesmas e dos lugares para os historiadores e para a história por elas e a partir delas contornados e construídos. A ANPUH e a RBH tornaram-se espaços institucionais legitimadores destas narrativas vencedoras na construção da memória e da geografia disciplinar da História no Brasil. Em torno delas se formou um colégio invisível que norteou nestas últimas três décadas como deveria ser produzida a história no país, que possibilitou o surgimento de determinados temas, de certos objetos e privilegiou determinadas abordagens em detrimento de outras, como a história social na perspectiva “dos de

baixo” e a história cultural em detrimento das abordagens marxistas tradicionais, por exemplo. Referendou lugares e possibilitou o estabelecimento de outros. Assim como alçou historiadores a condição de referências para o campo.

Mas, ao mesmo tempo, silenciou e marginalizou toda uma produção que ainda hoje padece de espaço nestas instituições. Que mesmo diante da ampliação e multiplicação dos programas de pós-graduação em história por todo o país ainda não se fazem totalmente representadas nem na ANPUH e muito menos nas páginas da RBH. Na história da historiografia brasileira profissional e acadêmica, ainda no final do século XX e início do século XXI, as historiografias produzidas nas instituições de São Paulo, notadamente na USP e na UNICAMP, e do Rio de Janeiro ainda imperam como historiografias nacionais, em especial no seio das duas instituições que aqui são objeto de estudo, da Associação que se diz Nacional de História e da Revista que se quer Brasileira de História, ambas procurando se constituir como as principais representantes, respectivamente, dos historiadores de todo o país e da produção historiográfica nacional. Nesta geografia disciplinar ainda não há espaço para todos os lugares de produção do saber histórico, ou melhor, nem todos os lugares de produção do saber histórico no país permite ou possibilita dizer da história ai produzida como historiografia nacional, como historiografia brasileira. Nesta geografia o nacional ainda não emerge para todos, ele é privilégio de alguns poucos lugares. Portanto, ainda há silêncios a serem rompidos, batalhas a serem travadas para que ambas instituições deem conta de expressar e/ou representar a pluralidade e a diversidade que hoje constituem tanto a comunidade de historiadores brasileiros, nos seus diversos territórios, espaços e lugares sociais de produção do saber histórico. Finalizo este capítulo retomando uma parte da fala de Durval Muniz de Albuquerque Jr. na conferência que abriu as comemorações do duplo aniversário da ANPUH e da RBH e que diz muito sobre aquilo que até aqui foi escrito, assim como daquilo que escreverei nos capítulos seguintes:

> Estou fazendo apenas uma leitura possível da memória de nossa entidade, em que dados personagens são escolhidos para entrar em cena, para ver o sol nascer, outros permanecem nas sombras, porque assim também procedemos quando escrevemos história, não podemos contar tudo, não podemos falar de todos. O nosso olhar e o nosso falar que são perspectivos, situados, colocados em dado lugar, fazem escolhas, privilegiam dados personagens e deixam outros submersos no silêncio e no esquecimento.

> Perdoem-me, pois, aqueles que teriam outra versão da verdade e da realidade do passado de nossa entidade [e de sua revista] para contar, fiquem felizes, pois minha narrativa, como de qualquer historiador, é aurora, não crepúsculo dos tempos, ela abre a possibilidade de que novas narrativas venham a ser feitas, ela não tem a pretensão de encerrar, de fechar todas as entradas e saídas do passado, de deter a propriedade da luz, que se extinguiria para todos os outros que não partilhassem de sua claridade. Ela, como todo texto de historiador, acende uma vela em meio à escuridão dos tempos. (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 392)

É guiado por esta vela acesa em meio à escuridão dos tempos, da qual este capítulo é apenas uma chama fugaz a flamejar, que convidamos o leitor a prosseguir na nossa companhia ao longo do próximo capítulo, buscando iluminar, na medida em que a luz da vela permitir e até quando ela permanecer acesa, outros espaços e lugares desta história, assim como construir outros mapas para esta geografia disciplinar.

4 UMA NOVA CARTOGRAFIA: Os debates teórico-metodológicos como definidores da geografia disciplinar da historiografia brasileira profissional, acadêmica

Apresentei, na seção anterior, um panorama da construção da geografia disciplinar da História no Brasil e da memória que lhe é correspondente, a partir dos anos 1980 até os anos 2010, partindo das relações institucionais, políticas e sociais que perpassaram a Associação Brasileira de História ao longo deste período, tomando também como ponto de partida a Revista Brasileira de História criada em 1981 no seio das transformações pelas quais passavam a ANPUH e que vai se constituir no seu principal instrumento de produção, circulação e divulgação do conhecimento histórico, se constituindo, portanto, num dos principais territórios de batalha, de conflitos, de debates para a elaboração de lugares para a história e para os historiadores no país. Ao longo deste período a RBH não presenciou ou circulou grandes debates teóricos ou historiográficos em suas páginas, se construindo muito mais como um espaço de demarcação de tendências a partir da publicação de determinados objetos, temas e abordagens do que, propriamente, se apresentando como um lugar de discussão, de crítica e de um debate teórico-metodológico e/ou epistemológico sobre a escrita da história no Brasil. Ao longo das décadas de 1980 e 1990 a preocupação com a forma, ou melhor, com a escrita da história e com a discussão teórico-metodológica e epistemológica sobre o nosso fazer não foi uma questão central das discussões aí travadas. Esta discussão só começa a sobressair a partir da segunda metade dos anos 2000, a partir da eclosão do que começou a ser nomeado de “virada epistemológica” da e na historiografia produzida no Brasil.

Nessa seção procuro mapear, começando por uma análise mais direcionada sobre os artigos publicados na RBH, os debates e as discussões de ordem teórico-metodológica e historiográfica que procuraram nortear e normatizar a produção historiadora no Brasil a partir da década de 1980. Procuro investigar, portanto, como emerge uma dimensão do campo do saber histórico bastante peculiar que surge depois de meados dos anos 1980 sendo nomeada como crítica historiográfica, ou seja, como a exacerbação do caráter auto reflexivo do conhecimento histórico, que tenta dar conta de pensar sua própria historicidade tendo de haver-se com as contribuições que a antecederam, tentando dar conta de como

este dado modo de pensar a história se relaciona com a geografia e a memória disciplinar até aqui apresentada. O que “elevaria a crítica historiográfica a condição de fundamento do conhecimento histórico”. (MALERBA, 2002, p. 182). A partir deste momento a crítica historiográfica no Brasil vai se fazer, segundo o historiador Jurandir Malerba, a partir de três níveis, quais sejam: primeiro, o nível mais elementar, seria aquele trazido pelas dissertações e teses de doutorado nas reflexões que seus autores fazem acerca daqueles que o precederam na escrita sobre o seu objeto de estudo, enfim, a crítica historiográfica como atividade rotineira da pesquisa histórica ou como revisão de literatura; um segundo nível, seria onde se situam as resenhas críticas que abordam uma determinada temática, uma determinada obra ou autor, mas sem que consiga produzir um texto de cunho mais teórico e/ou historiográfico que permita pensá-los dentro de uma conjuntura ou movimento historiográfico mais amplo; terceiro, e último, seria o nível onde se situam os ensaios bibliográficos e os exercícios de balanços historiográficos. Neste capítulo, dada a sua especificidade e a impossibilidade de mapear e analisar todas as dissertações e teses produzidas no país no período, trabalharemos apenas com estes dois últimos níveis da crítica historiográfica, nos remetendo, quando muito a algumas teses que tenham como objeto específico a discussão acerca da escrita da história ou a história da historiografia no Brasil, em especial a das décadas aqui estudadas.

Iniciamos este percurso mapeando esta discussão nas páginas da RBH, para em seguida desenovelar os fios deste debate no seio da historiografia brasileira profissional, acadêmica das décadas de 1990 e 2000 até o presente momento, procurando remontar o quebra-cabeças que possibilitou a emergência da história da historiografia como uma área do saber histórico com relativa importância dentro do campo historiográfico brasileiro do final do século XX a primeira década deste novo milênio, objeto que será tratado de forma mais enfática na segunda parte desta tese.

4.1 ESCRITAS DA HISTÓRIA NAS PÁGINAS DA RBH: Ensaiando debates teóricos, metodológicos e historiográficos.

Como vimos, na seção anterior, a RBH só veio começar a desenvolver uma tendência de discussões teórico-metodológicas e historiográficas mais acuradas a partir da segunda metade dos anos 2000. No entanto, ao longo dos anos anteriores é possível mapear, a partir da revista, algumas discussões que tentavam não só apontar

“para o estado da arte no país” como, de uma forma bem sutil, buscavam dar um certo direcionamento a ela, buscando estabelecer e balizar aquilo que seriam os procedimentos, as regras da “boa” historiografia em detrimento daquelas posturas que a ameaçariam ou a colocariam em risco. É sobre estas discussões que me debruçarei ao longo deste tópico, atendo-me, em especial, aos artigos e, quando muito, as resenhas que encetaram discussões e debates em torno da teoria e metodologia da história, da crítica historiográfica e da história da historiografia.

Neste sentido, o primeiro número onde teremos uma primeira discussão acerca do “estado da arte” no país é o Nº 4, publicado em 1982, em que figuram três textos: um de autoria de José Roberto do Amaral Lapa intitulado “Tendências atuais da historiografia brasileira”, outro da historiadora mineira Maria Efigênia Lage de Resende com o título “História de Minas: condições da pesquisa e produção historiográfica” (dedicado a pensar apenas a produção historiográfica mineira e, em menor grau, a historiografia sobre Minas produzida fora do estado, no período, pensada ainda na perspectiva de uma história regional ou local, a região das Minas) e o texto de Emilia Viotti da Costa “A nova face do Movimento Operário na Primeira República”. O texto de Amaral Lapa e o de Efigênia Resende haviam sido apresentados originalmente em 1981 numa mesa redonda de nome homônimo ao título do artigo de Lapa por ocasião do XI Simpósio Nacional da ANPUH realizado em João Pessoa – PB. Já o texto de Viotti da Costa havia sido apresentado originalmente numa conferência realizada no Departamento de História da FFCL – USP, em maio de 1982. O artigo de Lapa “Tendências atuais da Historiografia Brasileira” procurava responder as seguintes questões:

> Em que direções projeta-se o conhecimento histórico brasileiro? O que caracteriza esse conhecimento como ciência? Em que níveis desenvolve as suas progressões? Os historiadores que o produzem estão vocacionalmente voltados para que períodos políticos da História do Brasil? Quais as especializações que têm recebido maior escolha? E dentro de quais os temas que vêm sendo mais contemplados, e a partir de que abordagens metodológicas? (LAPA, 1982, p. 153)

As perguntas feitas por Lapa tentavam dar conta de inquirir quais as principais tendências da “historiografia brasileira” naquele momento, em especial a partir do cotejamento dos dados fornecidos pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e o mapeamento que esta instituição havia feito dos pesquisadores nacionais e

estrangeiros que para lá haviam se dirigido ao longo da década de 1970. Das perguntas feitas por Lapa e do material por ele trabalhado depreende-se algumas questões fundamentais para se pensar a produção historiográfica no Brasil no início dos anos 1980, quais sejam: primeiro, ao falar de tendências Lapa parecia apontar para uma abertura do conhecimento histórico produzido no país para novas possibilidades de se fazer história, ao que parece, já balizadas por aquele que seria o jargão da chamada terceira geração dos Annales, “os novos objetos, novos problemas e novas abordagens”. Lapa irá referir-se a este aspecto da seguinte maneira:

> Temas que permanecem sob novas abordagens, como o levantamento de questões inéditas, têm sido a escravidão, a questão da terra, a industrialização, o subdesenvolvimento, a dependência, as classes médias, o movimento operário, a pequena produção, o urbanismo, as formas de pensamento e as ideologias dominantes e dominadas.
> Alargando para as ciências sociais com grande vinculação e interesse para a História, já vamos compondo uma biblioteca de estudos sobre empresas e instituições, migrações e imigrações, escravidão e trabalho livre, ideias e práticas sociais, unidades de produção e comércio, população: estrutura e movimentos, fatos, agentes, grupos e classes sociais, as religiões (Inquisição), a literatura e as artes, os partidos políticos, os movimentos sociais, as leituras e livros, as técnicas e usos.
> Mas, se da Europa e dos Estados Unidos nos vêm motivação para reformular e redimensionar, tanto a abordagem quanto o objeto da História – novos objetos e novas questões sobre velhos objetos – ainda não contemplamos contudo temas e áreas que oferecem amplas perspectivas de pesquisa e estudo para a sociedade brasileira.
> Assim, o corpo humano, suas doenças físicas e mentais, o respectivo tratamento e a fatalidade da morte ainda aguardam estudo. No mesmo caso estão a família (que já possui uma bibliografia, mas que oferece largo e moderno campo de abordagem) com a infância, a adolescência e a velhice, a cozinha e o lazer, a pobreza e a riqueza, as festas e o cotidiano, os mitos, a opinião pública e os meios de comunicação (já temos trabalhos sobre jornais ou tendo o jornal como objeto), para nos reportarmos apenas a algumas propostas da chamada “história nova” francesa. (LAPA, 1982, pp. 166-167)

Com isto, Lapa não só se mostrava atento as modificações no fazer histórico que se processavam desde a década de 60 e 70 a nível internacional, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, mas também parecia querer apontar ou direcionar os possíveis caminhos temáticos que a historiografia produzida no Brasil deveria tomar nos anos seguintes. O elenco temático feito acima por Lapa parece configurar um roteiro daquilo que se seguirá ou que será incorporado na pauta de discussões da ANPUH e, sobretudo, circulado como conhecimento histórico nas

páginas da RBH, nos anos seguintes, como vimos no capítulo anterior. Mas no momento que Lapa escreve este artigo estes temas novos, estas perspectivas e abordagens, estes novos objetos apareciam apenas como tendências de um horizonte ainda distante da maior parte da prática historiadora feita no país. Muito embora aponte para esta renovação, não parece haver ainda, naquele momento, nenhuma contestação do conhecimento histórico como ciência, ou melhor, como ciência social ou ciência histórica, variando-se apenas as tendências e abordagens dentro deste próprio campo (história política, história econômica, história social – esta entendida no seu sentido mais genérico como história de uma dada sociedade) e muito menos quanto à forma ou às formas de escrita da história. Assim, Lapa buscava definir o que chamava de ciências históricas da seguinte maneira:

> A definição ou falta de definição das fronteiras que cada uma das ciências sociais guarda entre si, têm passado por períodos de maior ou menor rigidez metodológica, o que não deixou de acontecer também com o conhecimento histórico.
> Nesse sentido se de um lado o rigor pode levar ao confronto ou a impermeabilização, empobrecendo a ciência e comprometendo seu avanço, com discutíveis pretextos de se precisar técnicas e métodos, objetos e abordagens, de outro a flexibilidade pode diluir a ciência que perde sua especificidade teórica e metodológica e em consequência o seu próprio estatuto como ciência.
> Com o conhecimento histórico, que tem seus métodos e leis, criaram-se no seu interior diversas áreas, cujo desenvolvimento foi grande nas últimas décadas, ao ponto de algumas aspirarem especificidades cientificas, o que nos leva a referirmo-nos a elas como *ciências históricas*. (LAPA, 1982, p. 154)

Portanto, para Lapa não havia a menor dúvida de que a história era uma ciência, e que, a partir deste seu estatuto, o seu desenvolvimento se desdobrava em diversas áreas que passavam a reclamar especificidades científicas dentro do próprio campo como ciências históricas específicas. Seria o caso da História Política, da História Social, da História Econômica e outras áreas do conhecimento histórico que naquele momento se apresentavam ainda como tendências hegemônicas da produção historiográfica realizada no Brasil, em especial aquela mapeada a partir dos Mensários do Arquivo Nacional, correspondendo, segundo Lapa, “mas não na mesma ordem, justamente a certas instâncias que representam a estrutura social no pensamento marxista (economia, política, ideológica), o que pode refletir a evidente penetração do arsenal de categorias marxistas no pensamento histórico brasileiro”.

Portanto, no início dos nos 1980 ainda estavam no horizonte da prática historiográfica dos historiadores brasileiros tanto uma escrita da história marcada por uma história política mais tradicional, como a “influência” do pensamento marxista, e, no seu horizonte, já apresentando os seus primeiros sinais, aquilo que se chamava à época de “história nova” francesa. Havia, portanto, uma indefinição do campo historiográfico no Brasil no início da década de 1980 que ainda parecia não resolvido para quais caminhos se direcionar. É um momento de inflexão da produção historiadora profissional e acadêmica no Brasil, que se colocava, ao que parece, diante de um tempo em transe, diante do qual procurava construir os melhores caminhos a seguir. Lapa aponta os caminhos tortuosos que este tempo em transe descortinavam para o fazer histórico no país naquele momento:

> Dando que a abertura política continue e não se abatam sobre a comunidade intelectual e a Universidade novos endurecimentos repressivos, com certeza o incremento da incorporação e debate do materialismo histórico, da luta de classes, o Estado e seus aparelhos, as relações de produção e as forças produtivas, o movimento operário, a revolução burguesa, os modos de produção continuarão recebendo a preferência da comunidade.
> Dificuldades como a estrutura curricular, as propostas tradicionais do Ministério da Educação e Cultura e do Conselho Federal de Educação em suas diretrizes levaram, em parte, que o conteúdo de disciplinas como *Métodos e Técnicas de Pesquisa*, *Teoria(s) da História* e *Introdução à História* nem sempre acompanhassem os avanços mais recentes nesses campos e quando o fizeram, ficassem na absorção de modas frequentes, com considerável atraso em relação à Europa e Estados Unidos, sem maior alcance, resultando quando muito em alguns títulos sem qualquer ressonância. Poucos são os trabalhos que escapam a esse quadro.
> A uma observação do volume crescente de dezenas de Dissertações de Mestrado que têm sido defendidas nos últimos anos, notamos que se torna evidente um salto quantitativo. Entretanto, essa quantidade de conhecimento é bastante heterogênea, vai de meras compilações a trabalhos cujo teor e resultados permitem que passem galhardamente pelo crivo dos conselhos editoriais das editoras e pela crítica pública, esta geralmente mais severa. (LAPA, 1982, pp. 167-168)

Os impasses para a produção do conhecimento histórico no país não eram, para Lapa, portanto, só de ordem teórico-metodológica. As “tendências da historiografia brasileira” no início dos anos 1980 se defrontavam com condições extra-discursivas que a jogavam em meio a este tempo fronteiriço, pois perpassada por um presente permeado de conflitos políticos e sociais, por uma reabertura política

dolorosa e que deixava marcas institucionais que ainda refletiam no desenvolvimento do território da história a partir daqueles que, a partir da década anterior, estavam se constituindo como os principais lugares de produção do saber histórico no país, os programas de pós-graduação, criados na década anterior ainda sob a regulamentação dos governos militares. Muito embora, como aponta Lapa, houvesse um crescente número de dissertações sendo produzidas estas ainda não refletiam a qualidade ensejada e muito menos, devido aos impasses curriculares e a pobreza dos debates em torno do seu melhoramento e modificação causados pelas instituições governamentais, prejudicavam um melhor desenvolvimento do fazer histórico por estas plagas. O que provocava, dentre outras coisas, um hiato entre as discussões, sobretudo de cunho teórico e metodológico, ocorridas na Europa e nos EUA e sua recepção nos cursos de graduação e nas pós-graduações em História aqui no Brasil. O texto de Lapa aponta que ainda no início dos anos 1980 os programas de pós-graduação em História sofriam uma concorrência na produção de narrativas científicas, ou ao menos assim vistas, sobre o passado. Muito embora cada vez mais se tornassem o lugar por excelência da profissionalização do historiador, os PPGHs ainda não eram, naquele momento, o lugar hegemônico de atuação dos historiadores profissionais, acadêmicos ou de produção do conhecimento histórico no Brasil. Como vimos no capítulo anterior, contribuirá e muito para a construção desta hegemonia e centralidade o papel desemprenhado pela ANPUH e, a partir dela, de sua Revista, a RBH. Não à toa o artigo de Lapa figurar logo nos seus primeiros volumes, buscando não só dar conta destas questões e mapear estas tendências, mas, sobretudo, se colocando como um guia, um norte, uma tomada de consciência de como estava o estado da arte no país e para onde ele deveria ou poderia caminhar a partir de então. Se constituía num alerta para os historiadores e para a disciplina, além de um chamado a sua renovação, sobretudo qualitativa, uma vez que “embora se apresente sensível às inovações metodológicas e aos avanços teóricos que sobretudo os centros europeus, norte-americanos e soviéticos têm oferecido, a comunidade de historiadores brasileiros nestas últimas duas décadas [1960-1970] assimilou e reproduziu relativamente muito pouco”. (LAPA, 1982, p.168)

Já o artigo de Emilia Viotti da Costa, “A nova face do Movimento Operário na Primeira República” publicado no mesmo número que o de Lapa, mas apresentando originalmente em uma conferência realizada em maio de 1982 no FFLC – USP vai apontar justamente para a emergência destas novas tendências e da

renovação de abordagens para um velho objeto dentro de uma das áreas de estudos mais tradicionais da produção historiográfica do período, o Movimento Operário na Primeira República. O artigo de Costa aponta justamente para as controvérsias que pairavam sobre este tema naquele momento e como uma parte da historiografia tentava superá-las, diz ela:

> Não há campo mais controverso na historiografia brasileira de nossos dias do que a história do movimento operário. Além dos debates que brotam naturalmente de querelas acadêmicas, em consequência da crescente competição nos meios universitários, existem outros, mais significativos que derivam dos conflitos ideológicos e políticos do momento. Estes são particularmente intensos no Brasil de hoje, quando a reabertura recoloca o problema da participação política dos operários, dando margem a um renovado debate entre as várias facções da esquerda brasileira que disputam, entre si, a liderança do movimento operário.
> Comunistas, trotskistas, socialistas, democrata-cristãos, sindicalistas, populistas, neo-anarquistas, e todos os outros grupos políticos que se possa imaginar, reescrevem a história do movimento operário a partir de sua perspectiva. Nas suas interpretações do passado ecoam as lutas do presente. Mais do que o estudo do passado a história é, dentro desse contexto, instrumento da ação presente, pretexto para justificar práticas políticas contemporâneas. Nem mesmo os historiadores que se definem em termos estritamente profissionais conseguem escapar a essa contingência. Quem não estiver consciente do viés não terá condições para avaliar adequadamente a historiografia. (COSTA, 1992, p. 217)

Este texto de Costa é emblemático, por alguns motivos. Primeiro, a autora era uma historiadora bastante conhecida da comunidade, contudo não atuava no Brasil desde que havia sido aposentada compulsoriamente pelo regime militar em 1968 quando era professora da USP. Desde então radicou-se nos EUA e passou a lecionar na Universidade de Yale, a partir de onde produziu boa parte de sua obra sobre a história do Brasil publicada em livros como “Da Monarquia a República” (1977) e “A Abolição” (1982), referências obrigatórias entre os historiadores brasileiros que trabalham com estas temáticas e recortes temporais. Costa era, portanto, um nome de referência da historiografia profissional, acadêmica no período, mesmo não atuando no Brasil. Segundo, o texto busca justamente produzir uma avaliação historiográfica acerca do estado da arte sobre o movimento operário na primeira República, não só para diagnosticar o que estava sendo feito e como vinha sendo feito, como a autora aponta acima, mas também, sinalizar quais os novos rumos a

seguir. Sugerindo, para tanto, caminhos de análise e modelos a serem seguidos e ampliados:

> A preocupação com questões políticas não é nova e nem mesmo peculiar à história do movimento operário (se bem que seja talvez mais intensa neste campo do que em outros). O que é novo na historiografia em questão é a maior preocupação dos historiadores em ancorarem suas conclusões em bases empíricas mais sólidas. Esta tendência resulta, em parte, das exigências acadêmicas que tem levado a uma crescente profissionalização do historiador e, em parte, da multiplicação dos arquivos e centros de pesquisa dedicados ao estudo da classe operária e suas lutas. Haja visto o arquivo Edgard Leuenroth na Universidade de Campinas e a Fundação Giangiacomo Feltrinelli, para citar apenas dois dos que tem sido mais utilizados nos últimos anos. O acesso a novos documentos tem contribuído, tanto quanto o debate político dos últimos anos, para a revisão das imagens tradicionais da classe operária e da sua participação política na Primeira República. Para isso também tem contribuído a influência de alguns pesquisadores estrangeiros cujas obras sugeriram questões novas e propuseram novos tipos de abordagem. Não é por acaso que a partir dos estudos de E. P. Thompson, Michele Perrot, Stefano Merli, Cornelius Castoriadis, Juan Martizez-Alier, os pesquisadores brasileiros estejam prestando maior atenção à cultura operária, às condições de trabalho nas fábricas e ao impacto das transformações tecnológicas no movimento operário. (COSTA, 1982, p. 217-218)

Desta maneira Costa explicitava e apontava para algumas regras que pareciam se estabelecer como normativas para a produção do conhecimento histórico no país a partir daquele momento, em especial a historiografia do movimento operário, que buscava romper ou se distanciar do cenário predominante até então, muito embora ainda imersos nas lutas e disputas políticas do presente. Ela vai destacar, em primeiro lugar, uma maior preocupação dos historiadores com as bases empíricas de seu trabalho, com a empiria que possibilitava o rompimento com uma das principais características da historiografia das décadas anteriores, o ensaísmo dito, muitas vezes, como fruto do amadorismo. Alinhado a isso, segundo a autora, começam a crescer as exigências acadêmicas, como lugar de controle e produção desta historiografia, o que leva a sua crescente profissionalização. Ou seja, o abandono não só do ensaísmo, mas também do amadorismo que havia caracterizado os historiadores brasileiros de antanho. A profissionalização do historiador pressupunha uma nova relação com a documentação a partir da organização e multiplicação dos arquivos e do cotejamento de novos documentos, o que possibilitava a emergência de um renovado debate. Ou seja, a ida aos arquivos começa a erigir-se como uma lei

do meio. Como afirma Paul Ricoeur, a colocação em arquivo, a construção da prova documental como um dos momentos fundamentais da operação historiográfica (RICOEUR, 2016). Era a este momento que parecia aludir Viotti da Costa. Por fim, isto era coroado com a contribuição das novas questões e abordagens trazidas por historiadores estrangeiros como E. P. Thompson, Michele Perrot e outros. Ou seja, os modelos de análise a partir do qual o historiador deveria estabelecer ou ampliar o questionário, fazer desvios para cotejar a base empírica de que dispunha para pensar seu objeto (CERTEAU, 1982). Portanto, com isso, Costa parece estabelecer um conjunto de regras que deveriam nortear a produção historiográfica do movimento operário a partir de então. Regras estas que parecem ser extensivas a outra áreas e temas para que pudesse se proceder a sua renovação. Assim como dispor certas virtudes epistêmicas que possibilitariam aos "novos historiadores" serem reconhecidos como tais.

A partir destes critérios Costa apresentava e discutia duas obras que naquele momento, em sua visão, eram exemplares desta renovação e revisão acerca do tema do Movimento Operário em curso na historiografia do período. Se tratava, segundo ela, das obras "Movimento Operário no Brasil, 1877-1944", coleção publicada pelo historiador Edgard Carone, da USP, e os dois volumes editados por Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, da UNICAMP, intitulado "A classe operária no Brasil, (1889-1930)". Costa vai tecer vários elogios a estas obras e aos usos que seus autores farão dos critérios por ela anteriormente estabelecidos para avaliá-las. Pois, para ela, "pouco a pouco vemos surgir uma literatura que enriquece a nossa visão dando-nos um quadro cada vez mais complexo e variegado" do Movimento Operário durante a Primeira República. Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, respectivamente, um cientista político brasileiro e o outro historiador norte-americano radicado no Brasil, foram os criadores do Arquivo Edgard Leuenroth na UNICAMP. Além disso, Hall[89] se

[89] É preciso um estudo mais aprofundado sobre o papel exercido pelos chamados "brasilianistas" na configuração desta geografia e memória disciplinar que estou discutindo. Este não é um dos objetivos da tese, mas reconheço a importância destes autores e intelectuais para a definição do que se chama hoje de "historiografia brasileira" profissional e acadêmica. Nesta tese preferi não adentrar esta discussão e tão somente apresenta-los como historiadores, profissionais e acadêmicos. Sem entrar diretamente no mérito de suas formações, de suas concepções de história, etc. Acredito que este é um bom filão de pesquisa que se abre. Ainda nos anos 1990 o historiador Marcos Silva buscou fazer uma avaliação preliminar desta contribuição em SILVA, Marcos. Notícias do brasilianismo. Saudades da historiografia brasileira. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, 1996. pp. 76-88. Ver também os seguinte textos, publicados na Revista Estudos Históricos da do CPDOC/FGV MOREIRA, Regina da Luz. Brasilianistas, historiografia e centros de documentação. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 03, Nº 05, 1990. pp. 66-74.; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Decifra-

mostraria, como vimos no capítulo anterior, um dos principais nomes na promoção da renovação da historiografia brasileira profissional e acadêmica ao longo da década de 1980. Em especial pela colaboração na difusão das ideias de E. P. Thompson entre os historiadores brasileiros. Historiador esse que alguns dos colegas de Hall no departamento de História da UNICAMP, a exemplo de Déa Ribeiro Fenelon e Edgar de Decca, serão dois dos principais divulgadores do pensamento dos marxistas ingleses, em especial de Thompson, como afirma Igor Guedes Ramos:

> A divulgação do materialismo thompsoniano entre os historiadores brasileiros foi resultado do esforço de alguns professores/pesquisadores ditos "renovadores" como, por exemplo, Déa Ribeiro Fenelon, docente do departamento de História da UNICAMP entre1975 e 1986 e, a partir de 1984, do departamento de História da PUC-SP; muito lembrada como "uma das responsáveis pela introdução dos estudos de Edward Thompson em nosso país". Fenelon, desde o final da década de 1970, foi coordenadora de projetos que estudaram o "processo de industrialização" e a "formação do trabalhador urbano" no Brasil, a perspectiva desses projetos em relação ao primeiro caso é "tomar a industrialização como um processo de desenvolvimento das relações sociais significa assumir a ideia de que esse processo é por si só conflituoso e definido por esse conflito"; e, em relação ao segundo, é examinar as condições de vida e trabalho – que estão imbricadas – e os diversos aspectos (culturais, jurídicos, políticos, etc.) da luta entre operários e patrões/Estado. Assim, não é coincidência que ao discutir e expor os projetos de que participa na Revista Brasileira de História, Fenelon seja um dos três autores a referenciar os textos de Thompson em artigos dessa revista nos anos 80.
>
> Edgard Salvadori De Decca, formado pela USP e "professor voluntário" durante dois anos nesta instituição, docente do departamento de História da UNICAMP desde 1977; foi um dos grandes responsáveis por viabilizar a tradução e publicação dos três volumes de A formação da classe operária inglesa e de Senhores caçadores em 1987, inclusive mantendo contato direto com Thompson. Maria Stella Martins Bresciani e Italo Arnaldo Tronca ambos formados pela USP e docentes de História da UNICAMP desde o início da década de 1970, são lembrados como leitores e divulgadores do pensamento de Thompson entre os alunos. (RAMOS, 2014, p. 223-224)

Vimos, ao longo do capítulo anterior, a importância e a atuação destes nomes para a construção de uma dada geografia e memória disciplinar para a historiografia profissional e acadêmica no Brasil como a conhecemos hoje. Sobretudo, os nomes de Fenelon e De Decca. A atuação de ambos não aconteceu apenas de um

---

me ou devoro-te: nacionalismo acadêmico x brasilianismo. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 04, Nº 07, 1991.

ponto de vista institucional. Ambos atuaram na apropriação, uso e difusão de determinadas abordagens teóricas, em especial as de Thompson, apresentando-as e colocando-as como modelos fundamentais para a escrita da história que se seguirá, não só nos programas a que eles estavam ligados, mas, sobretudo, naquela que foi circulada no período nas páginas da RBH. Em grande medida a apropriação e o uso de Thompson foi colocado por estes historiadores como símbolo da renovação historiográfica que a "historiografia brasileira" começava a experimentar. Mas, não só isso, a apropriação e uso de Thompson se colocava como um horizonte teórico desejável para onde prosseguir com esta renovação. Contudo, não é só o pensamento de Thompson que figurará como horizonte teórico para a renovação da "historiografia brasileira" profissional e acadêmica daquele momento. Michel Foucault será outro pensador apropriado e usado para este fim. Muitas vezes, simultaneamente à apropriação e uso de E. P. Thompson. Mas sempre sinalizando para a possibilidade de renovação daquela historiografia, como pontuará Fenelon no artigo "Estado, Poder e Classes Sociais" publicado no número 07 de 1984, da RBH:

> Todo esse apanhado da discussão nos leva de volta ao ponto de partida – como examinar e investigar, na prática, todas as implicações contidas nesta temática que nos interessa, sem retomar os mesmos caminhos recusados com tanta ênfase? Sobretudo, como avançar na direção de apreender melhor o significado da introdução, nas situações históricas com que lidamos, de uma relação mais estreita do papel da luta de classes no estudo do Estado Capitalista?
> Finalizaremos, portanto, com uma discussão sobre maneiras de ver esse caminho e que significam sobretudo propostas colocadas para discussão. Há aqui, inicialmente, a perspectiva de indicar a importância dos trabalhos de Foucault e seus seguidores chamando a atenção para a ideia de não se considerar o Estado como ponto de partida necessário, ou foco absoluto de toda a origem do poder e da dominação social, para reconhecer que os chamados poderes "moleculares" disseminados por vários aspectos das relações de poder na sociedade, na verdade ultrapassam e complementam o poder contido no aparelho de Estado.
> Destas perspectivas vêm surgindo uma série de importantíssimos estudos sobre as questões do cotidiano da vida operária e da disciplinação necessária da população, que deve ser compelida, não apenas ao trabalho, mas em uma série de outras circunstâncias de dominação tais como a escola, os asilos, os hospitais, os quarteis, para não falar apenas das fábricas. (FENELON, 1984, pp. 51-52)

Além desta referência explícita ao uso do pensamento de Foucault, este artigo de Fenelon traz ao longo de sua argumentação a necessidade de se usar também os questionamentos e as abordagens de E. P. Thompson para a renovação

dos estudos que tratavam da industrialização no Brasil e, em especial, do trabalhador assalariado urbano em São Paulo. O texto de Fenelon é construído, assim como o foi o de Viotti da Costa acerca do Movimento Operário na Primeira República, no sentido de direcionar a produção historiográfica do momento para estas novas perspectivas teórico-metodológicas e, como destaquei anteriormente, para a recusa de uma certa leitura feita a partir de um marxismo dito por estes historiadores como mecanicista, teoricista, economicista seja a partir do corte althusseriano ou da vulgata stalinista. Daí, por exemplo, o uso concomitante de Thompson e Foucault, neste momento, sem se atentar para as diferenças epistemológicas básicas que constituem o pensamento de ambos, uma vez que os dois serviam para combater e contrapor aquelas abordagens ditas reducionistas, esquemáticas e sem maiores lastros empíricos. Outro exemplo disto é o artigo publicado no número 6 da RBH, também em 1984, por Edgar Salvadori De Decca intitulado “A Ciência da produção: fábrica despolitizada”. O Artigo de De Decca, assim como o de Fenelon, constrói a fundamentação da narrativa histórica a partir de uma perspectiva teórica e historiográfica consistente e bem definida, procurando, desta maneira, descolar-se do caráter ensaístico que caracterizava a grande maioria dos textos publicados na revista até então. Nesta direção, o artigo de De Decca também utilizará como referências teóricas e metodológicas os pensamentos de Michel Foucault e E. P. Thompson de forma simultânea, muito embora não referencie diretamente o primeiro. Sinalizando assim, para uma tendência historiográfica que vai se mostrar bastante forte até o final da década de 1980, que foi o uso indiscriminado e indissociado do pensamento destes dois autores em diversas pesquisas quando da produção do saber histórico no país, sem maiores preocupações quanto às contradições e incompatibilidades teóricas e metodológicas entre o pensamento de ambos[90]. Não por uma deficiência teórica e epistemológica presentes nos textos de Fenelon e de De Decca ao se apropriarem e usarem o pensamento daqueles autores, mas, ao que parece, por uma clara opção política e institucional para combater o que nomeavam de “velha guarda marxista”. No prefácio ao livro “Do Cabaré ao Lar”, publicado em 1985, de autoria da historiadora

[90] Ver a este respeito a tese de doutorado de Igor Guedes Ramos, que discute a apropriação e os usos feitos pelos historiadores brasileiros da década de 1980 na produção de suas dissertações e teses dos pensamentos de Michel Foucault e E. P. Thompson. Cf. RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica:** as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. Tese de Doutorado (Orientador: Helio Rebello Cardoso Junior), UNESP/Assis. 2014.

Margareth Rago, dissente do PPGH da UNICAMP e orientanda de De Decca, este vai deixar claro que conhecia muito bem as diferenças teóricas e epistemológicas entre os pensamentos de Thompson e Foucault, ao afirmar que:

> As diferenças de abordagens em se tratando de Thompson e Foucault são significativas. Para o primeiro, as classes trabalhadoras são sujeitos de sua própria história, e por isso, a ênfase dada à questão da experiência de classe e do fazer (making) de uma cultura de classe. Com os seguidores de Foucault desloca-se significativamente o eixo da experiência e/ou da cultura das classes trabalhadoras, acentuando-se o significado da ação disciplinar de inúmeros agentes sociais na produção do cotidiano e da identidade dos trabalhadores, através da criação das instituições basilares da sociedade, tais como a família nuclear, a escola e a fábrica. (DECCA, 1987, p. III)

No entanto, naquele momento, estas dissensões teóricas e metodológicas entre o pensamento de M. Foucault e o de E. P. Thompson pareciam não impedir a produção do conhecimento histórico por aqueles que faziam sua apropriação e uso e, muito menos, colocava-se como uma regra ou um procedimento teórico que obstaculizasse tal feito, em especial na obra em questão. Do mesmo modo era algo que configurasse, para os editores da RBH à época (Como vimos acima, Fenelon e Decca tinham forte ascendência institucional sobre a ANPUH e a RBH neste momento), num protocolo impeditivo da circulação do resultado de tais pesquisas e produções nas suas páginas. Ou pelo menos não dificultava a ampliação do questionário dos historiadores, ao contrário, parecia ampliá-lo e estabelecer novas pertinências para a pesquisa. Esta diferença teórica e metodológica – ainda era tratada como diferença e não como oposição, como aponta Edgar Salvadori De Decca no prefácio à obra supracitada – entre as abordagens de Thompson e Foucault ainda não era um problema para a produção do conhecimento histórico no Brasil naquele momento, ou pelo menos para quem o avaliava, analisava e experimentava.

A oposição destes teóricos, destes lugares ainda não parecia ser, naquele momento, regra, procedimento, fundamento da produção do conhecimento histórico em no país, nem nos programas de pós-graduação onde eram produzidas as pesquisas nem para a principal revista nacional “feita” por e para historiadores, a RBH. Ou como vai dizer Igor Guedes Ramos a respeito de De Decca:

> Isto é, para Decca as diferenças epistemológicas dos pensamentos desses autores, são “compensadas” pela contribuição que o conjunto

> de suas reflexões pode trazer para a produção historiográfica brasileira dos anos 80. Deste modo, afirma a “ideia de considerar os textos historiográficos um palimpsesto que sedimentam inúmeras camadas de significado”. (RAMOS, 2014, p. 247)

A meu ver esta postura teórica, ou melhor, esta apropriação e uso concomitante do pensamento de Thompson e Foucault, seja considerando suas diferenças, seja pensando-os como complementares, feito por alguns historiadores a exemplo de Fenelon, De Decca e Rago se explica pelo fato de ainda ser, como sugere Ramos, uma apropriação de conteúdo. Ou seja, a preocupação destes historiadores, naquele momento, residia em estabelecer uma complementação das abordagens de ambos que possibilitasse uma visão mais ampla do fenômeno social estudado. Uma ampliação do questionário e das pertinências das pesquisas, sobretudo em relação às posturas marxistas ditas mais ortodoxas, ainda predominantes à época. Buscava-se, com isso, construir uma narrativa sobre o passado mais adequada às demandas do presente e, sobretudo, que desse conta de dizer a realidade do passado a partir de uma perspectiva mais abrangente, menos mecânica e determinista. Me parece que o foco ou a verdade do discurso e do fazer do historiador profissional, acadêmico, naquele período – meados da década de 1980 em diante –, ainda estava situado muito mais no produto final daquilo que fazia do que propriamente na etapa que o antecede, a produção. Como vai dizer Michel de Certeau, no texto “A operação historiográfica”:

> A situação da historiografia faz surgir a interrogação sobre o real em duas posições bem diferentes do procedimento científico: o real enquanto *é o conhecido* (aquilo que o historiador estuda, compreende ou “ressuscita” de uma sociedade passada) e o real enquanto *implicado* pela operação científica (a sociedade presente a qual se refere a problemática do historiador, seus procedimentos, seus modos de compreensão e, finalmente, uma prática de sentido). De um lado o real é o *resultado* da análise e, de outro, é o seu *postulado*. Estas duas formas da realidade não podem ser nem eliminadas nem reduzidas uma a outra. A ciência histórica existe, precisamente, na sua relação. Ela tem como objetivo próprio desenvolvê-la em um discurso. Certamente, segundo os períodos ou os grupos, ela se mobiliza, de preferência em um de seus pólos. (CERTEAU, 1982, p. 45).

Portanto, partindo de Certeau, posso afirmar que para este momento que estou aludindo, os procedimentos científicos que direcionavam ou que faziam surgir a interrogação sobre o real se mobilizava, primordialmente, em torno do polo do real passado enquanto o resultado da análise, ou seja, enquanto conteúdo, ou aquilo que

é conhecido (aquilo que o historiador estuda, compreende ou 'ressuscita' de uma sociedade passada). Daí o foco de Fenelon, De Decca e Rago ser muito maior no produto final do trabalho do historiador do que propriamente nos procedimentos, em especial os de ordem epistemológica, que possibilitavam a produção do saber histórico. O interesse principal ainda não parecia residir nos fundamentos teóricos e epistemológicos que possibilitavam e validavam a produção historiadora de cada um, mas, muito mais, naquilo que estas abordagens permitiam em termos de conteúdo produzido. Colocando em outros termos, ainda não há, naquele momento, uma grande preocupação com a forma, com a escrita da história e com as regras que a sustentam e possibilitam. Para esta historiografia, produzida na primeira metade dos anos 1980, a preocupação ainda não é o de se pensar ou se questionar como ela própria se estava produzindo como conhecimento histórico, mas, ao que parece, pretendia-se muito mais apontar para onde se poderia ir, quais os caminhos a trilhar, diferentes daqueles que a "velha guarda marxista" havia trilhado, do que se perguntar, propriamente, pelas implicações epistemológicas e de escrita deste "novo" fazer historiográfico. Daí a preocupação muito maior com o produto final do trabalho do historiador que com o lugar social desta produção e os protocolos, regras, procediemntos e instrumentais que o possibilitavam. Daí também a apropriação e uso concomitante e de forma pouco problemática e crítica dos pensamentos de Thompson e Foucault. Porque se faz dos dois muito mais uma apropriação de conteúdo ou dos conteúdos de seus livros como hipóteses explicativas (RAMOS, 2014) do que propriamente uma apropriação formal de seus pensamentos e abordagens teóricas e epistemológicas. Esta era a regra tacitamente validada à época.

Isso permite apontar que nos anos 1980 a historiografia produzida no país ainda não parecia ter sido impactada pela publicação de algumas obras fundantes para se pensar a escrita da história e seu aspecto formal. Obras estas publicadas desde a década de 1970 e que já vinha causando debates e discussões acaloradas tanto na Europa quanto nos EUA, mas que ainda não haviam reverberado ou ressoado de forma significativa entre os historiadores brasileiros do período. Me refiro a publicação de *L'Ecriture de l'Histoire* feita por Michel de Certeau, escrito sobre o impacto das publicações de três outros livros fundamentais que tratavam não só das dimensões retórica e narrativa da História, assim como externavam uma preocupação substantiva quanto à forma ou as formas de se produzir o saber histórico: O livro *L'Arquéologie Du Savoir*, de Michel Foucault, publicado em 1969, o livro *Commment*

on écrit l'historie, de Paul Veyne, publicado em 1971, e *Metahistory*, de Hayden White, publicado em 1973. Sem contar às discussões do semiólogo francês, Roland Barthes; que ao longo dos anos 1970 publicou vários artigos discutindo não só o caráter narrativo do discurso histórico, mas também a dimensão escriturística do conhecimento historiográfico. Embora parte do texto de Michel de Certeau, notadamente o capítulo "A operação historiográfica", já houvesse sido publicado pela primeira vez em 1974 no livro *Faire de l'historie* organizado por Pierre Nora e Jacques Le Goff, com o título "Operação Histórica" sendo traduzido para o português e editado aqui no Brasil ainda na mesma década, publicado em três volumes na coleção *História: novos temas, novas abordagens, novos objetos*[91]; também organizados por Nora e Le Goff, o impacto daquele texto, em específico, vai ser muito pequeno ou quase nenhum, ao longo da década de 1980 entre os historiadores brasileiros, principalmente se comparado com o impacto que a coletânea como um todo, e da qual ele faz parte, causou entre estes mesmos historiadores, já na primeira metade da década de 1980, como apontou José Roberto do Amaral Lapa[92]. Notadamente a partir do simbolismo adquirido pelo título da coleção: novos temas, novas abordagens, novos objetos.

Outro artigo, publicado em 1983 no número cinco da RBH, de autoria do historiador mineiro Francisco Iglesias[93] aponta, também, nesta mesma direção, recolocando a questão levantada por Lapa num sentido diverso. Uma vez que Iglesias já a partir do título do artigo, "A historiografia brasileira atual e a interdisciplinaridade", parecia querer deixar claras as mudanças que a "produção historiográfica nacional" – em especial àquela ligada a ANPUH e circulada em seus simpósios – vinha atravessando naquele momento. Mas a constatação de Iglesias, exposta no título de seu artigo, deixava transparecer muito mais uma preocupação do autor em relação à

---

[91] O livro, publicado originalmente em 1974, na França, pela edições Gallimard, sob o título *Faire de l'historie* receberá um tradução para o português cerca de dois anos depois e será lançado em três volumes na coleção *História: novos temas, novas abordagens, novos objetos*, publicada pela editora Francisco Alves. Cf. LE GOFF, Jaques e NORA, Pierre. **Faire de l'historie**. Paris: Gallimard, 1974.; e _____. **História: novos temas, novas abordagens, novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

[92] Cf. LAPA, José Roberto do Amaral. Tendências atuais da historiografia brasileira. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Nº 05, 1982, pp. 153-172

[93] Para um estudo mais aprofundado sobre o historiador mineiro Francisco Iglésias, Cf. SANTOS, Alessandra Sores. Francisco Iglésias e o curso de Geografia e História da FAFI-MG (1940). *In*: **Revista de História da Historiografia**. Nº 11, 2013._____. A normatização disciplinar da historiografia universitária, Francisco Iglesias e sua tese de livre-docência. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Nº 23, 2017.

prática da interdisciplinaridade pelos historiadores acadêmicos daquele momento do que especificamente uma visão positiva acerca daquelas mudanças. É da seguinte maneira que Iglesias reporta-se a estas transformações:

> Procurar-se-á desenvolver a análise em dois sentidos: 1) a necessidade de intercâmbio entre a História e as outras ciências sociais, para que estas lhe agucem os instrumentos interpretativos para um resultado cada vez mais correto; 2) a captação da natureza da História, feita pela documentação, pela comprovação de afirmativas, não por simples hipóteses e sofisticações artísticas sem terem em conta a busca do real, através de elementos concretos; essa natureza revela eminentemente o sentido de mudança. De processo, daí não poder lidar com ela quem não percebe as alterações, o novo, a marca das diversas temporalidades; 3) os eventuais perigos de uma perda de identidade da natureza da História pelo uso às vezes indevido e possível abuso dessas outras ciências, que de auxílio podem chegar a uma negação de sentido e até da sensibilidade histórica.
> A matéria é ampla e exigiria raciocínio amplamente desenvolvido. Demais exige demonstração epistemológica, que supõe cultura enciclopédica. Evidentemente o autor não tem tamanha audácia, pois é consciente de suas limitações. Se ousa uma comunicação no presente encontro, é por sentir que o problema já está adquirindo certa gravidade e impõe seu tratamento, para melhor colocação. Não pretende esgotá-lo, mas deseja apontar apenas a sua importância, que pede a atenção de quantos se dedicam a História. Vale como denúncia que precisa ser feita, a fim de se contornarem os inconvenientes e a interdisciplinaridade desempenhar seu exato papel. (IGLESIAS In: RBH, 1983, p. 130)

O artigo de Iglesias é o primeiro a indiciar, na RBH, uma tendência que vai ser uma constante em alguns círculos historiográficos brasileiros, sobretudo àqueles oriundos do pensamento marxista, a de observar na interdisciplinaridade e, a partir disso, na possibilidade de esgarçamento das fronteiras disciplinares da História o prenúncio de uma perigosa crise ou de um grave problema para a geografia disciplinar, até então supostamente em segurança, ou viajando por caminhos seguros, da "historiografia brasileira" profissional e acadêmica. Para Iglesias cabia aos historiadores, daquele momento em diante, tomar os cuidados necessários para não fazer da interdisciplinaridade uma promiscuidade e, assim, levar a "perda de identidade da natureza da História". No entanto, o artigo de Iglesias parece se configurar, dentro da RBH, como o canto dos cisnes a anunciar a aurora de um novo momento em que estava a adentrar não só a historiografia produzida no país bem como a própria revista, uma vez que os cuidados aludidos por Iglesias nem sempre

foram tomados por aqueles que ai iriam publicar seus textos e pesquisas, cabendo mais fazer um louvor a renovação do que, propriamente, estabelecer um diálogo crítico, como propunha Iglesias, com estas abordagens ditas renovadoras, sobretudo, àquelas que propunham o diálogo da História com as demais ciências sociais. O que fará aparecer, como mostrarei mais adiante, já a partir da segunda metade da década de 1980, duras críticas à adesão apressada e acrítica feita por parte dos "novos historiadores brasileiros" aos supostos "modismos" apropriados a partir da tradição francesa da historiografia, em especial aquilo que Lapa nomeou de "história nova francesa". Neste sentido, diz Iglesias: "é forte demais entre nós a imposição de modismos, em geral de curta existência, como se dá com as modas que não têm base em convicções profundas" (IGLESIAS, 1983, p137). Como veremos na segunda parte desta tese, esse discurso de Iglésias se transformará em um enunciado largamente utilizado para acusar o esgarçamento das fronteiras disciplinares da história no Brasil e, sobretudo, para combater a perda de lugares institucionais e de legitimidade social, ao menos entre os pares da academia, pela "velha guarda marxista".

O texto de Iglesias se coloca, neste sentido, como uma advertência, como um alerta para os "novos" historiadores de um limite que não poderia ser transposto neste processo de "renovação da historiografia brasileira" profissional e acadêmica, uma vez que para ele a verdade estaria "no uso correto da interdisciplinaridade, não em seu uso distorsivo", que poderia provocar a diluição da especificidade do conhecimento histórico e da própria História enquanto disciplina. Diz ele:

> Os trabalhos de sociólogos e economistas passaram a ser em parte históricos, não só na temática, mas até nos métodos e interpretações. Não se nega que a História se beneficiou desse desvio, mas é necessário alertar para os seus perigos. Esta, às vezes equivocadamente menos valorizada, abusou do uso do instrumental das ciências afins, conduzindo seus esforços como se fosse parte delas, não uma unidade autônoma, de fisionomia própria, sendo mesmo a mais antiga das investigações sobre o homem. Assim se dá em muito historiador desavisado; acaba por deformar sua ciência, negando-lhe a caracterização, fazendo dela uma espécie de setor de outras. Chega-se aí à perda de identidade da História, a ponto de ser confundida com as demais. O que se quis foi denunciar esse perigo, alertando para a necessidade de estabelecimento de campos bem nítidos – na medida em que tal é possível no domínio das ciências sociais.
>
> Não é nosso propósito diminuí-la, [a interdisciplinaridade], mas apenas advertir certo cuidado em sua manipulação. Ela tem papel positivo, mesmo que por vezes tenha se perdido em descaminhos. Cumpre aprimorar as vias do convívio, para o êxito de todas as iniciativas e

> para que nenhuma delas acabe em esforço inútil. (IGLESIAS, 1983, p. 141)

Iglesias, portanto, procurava delimitar fronteiras, estabelecer limites para os historiadores, fixar regras apontando os caminhos corretos, os usos pertinentes da interdisciplinaridade para que a história e os historiadores construíssem seu campo da forma mais segura possível. E para ele, assim como para Viotti da Costa e Lapa, isto não se faria sem o estabelecimento de uma discussão teórica e metodológica sólida que permitisse um equilíbrio dos usos dos métodos, dos documentos, das teorias e das interpretações demandadas com o contato e o diálogo com as demais ciências sociais. No entanto, os três historiadores vão identificar, cada um à sua maneira, na ausência de debates teóricos e metodológicos mais sólidos, notadamente dentro dos programas de pós-graduação, devido, em especial, a ausência de cadeiras como Teoria e metodologia da História, Introdução aos Estudos Históricos e Historiografia, o principal problema para esta deficiência, ou melhor, para a emergência destes problemas no processo de renovação da historiografia daquele período. A esse respeito o historiador Gabriel Fleck de Abreu, corroborando com estudo de Carlos Fico e Ronald Polito, ao avaliarem a produção historiográfica daquela época, vai afirmar que:

> Os autores apontam como uma das principais dificuldades a ausência ou pequena expressividade de trabalhos teóricos em história, nas teses, dissertações, artigos e livros publicados. Eles enfatizam esta "pobreza teórica" a despeito de um discurso sobre uma "renovação historiográfica" nos anos 80: ao contrário desta "impressão generalizada" de renovação, a grande maioria dos trabalhos seguiram, segundo os autores, caminhos considerados tradicionais na historiografia; haveria (com exceção de poucas iniciativas como a linha de pesquisa em Teoria e Metodologia em História na UFRGS) um desencorajamento a teses e dissertações que enfatizem apenas discussões teóricas sem a pesquisa empírica, o que por vezes figurava como um "fetiche pelo arquivo"; poucos artigos e teses tratavam de discussões teóricas e muitas vezes trabalhos de história tinham longos capítulos teóricos iniciais com pouca relação com o resto do trabalho (ABREU, 2012, p. 23-24)

Portanto, a partir destes debates circulados na RBH na primeira metade dos anos 1980 podemos apontar com mais clareza para algumas regras do fazer história naquele momento, onde as fronteiras, ou melhor, a geografia disciplinar deste campo ainda estavam sendo (re)definidas, (re)configuradas no país. A primeira delas

é, certamente, a ausência de um debate teórico e epistemológico mais sólido, do qual os textos acima discutidos, parecem se configurar como exceção e que apontam justamente para estas ausências, sobretudo nas páginas da RBH. Neste sentido, ainda não há a definição, dentro da geografia disciplinar da história na primeira metade dos anos 1980, de uma área ou de estudos significativos que apontem para uma avaliação substancial do que estava sendo produzido pelos historiadores brasileiros até então. Na RBH, em especial, os textos acima são os únicos a fazerem esta discussão e debate, muito mais no sentido de apontar direções e possíveis caminhos do que propriamente de se fazer uma avaliação historiográfica do que vinha sendo produzido e de como vinha sendo feito. Segundo, a apropriação e os usos do pensamento de autores estrangeiros dava-se muito mais balizadas por interesses políticos e institucionais no sentido de produzir uma abertura, um alargamento das fronteiras e limites do campo do que por uma discursão formal, teórica e, sobretudo, epistemológica mais crítica e acurada dos autores recepcionados, vide o exemplo da apropriação e uso de Thompson e Foucault de forma simultânea e complementar. Terceiro, estes estudos ainda não representam o que podemos chamar de crítica historiográfica, uma vez que ainda não se apresentam em formas de balanços historiográficos ou fazendo uma discussão da literatura sobre o que foi produzido sobre um determinado tema até aquele momento, muito menos se atêm a pensar a escrita da história e/ou as suas formas, estando muito mais preocupados com o produto final do que, por exemplo, com o processo de fabricação do conhecimento histórico em um dado período e lugar. Neste sentido, os textos publicados na RBH até a virada da primeira metade da década de 1980 que trazem estas discussões, que podemos chamar de mais teóricas e metodológicas, se colocam como textos modelares, como exemplos ou anunciadores de exemplos e modelos a serem seguidos pelos historiadores brasileiros no intuito de renovarem a produção do conhecimento científico a partir de bases sólidas e controladas. Neste sentido, a própria discussão teórica e metodológica que estes textos e autores buscavam balizar se fazia num caminho distinto das teorizações marxistas mais tradicionais, uma vez que estas se colocavam como grandes modelos explicativos da realidade histórica. Já esta nova discussão tinha outros limites epistemológicos mais específicos como, por exemplo, direcionar a produção da história conhecimento, regular as fronteiras da geografia disciplinar do conhecimento histórico no Brasil.

Isto se explicita, muito claramente, no Número 07 da revista, publicado em 1984. Nesse número, a grande maioria dos artigos publicados aproxima-se e/ou dialoga com as tendências historiográficas emergentes no país a época, notadamente com a História Social inglesa e/ou com a perspectiva dos historiadores marxistas ingleses, em especial Thompson e Hobsbawn. Não por coincidência o artigo de abertura deste número, intitulado “Uma Revolução Burguesa?”, é um texto de um dos maiores expoentes desta perspectiva, o historiador inglês Christopher Hill, que segundo os editores da revista veio “com estilo polêmico, abalar velhas certezas históricas” dos historiadores brasileiros. Mas, sobretudo, apontar caminhos para a construção de novas certezas a partir do estabelecimento de outros lugares e do alargamento das fronteiras do saber histórico no país, para o qual o texto de Hill se colocava como um mapa a ser seguido, como uma espécie de bússola a orientar por quais caminhos os historiadores profissionais, acadêmicos no Brasil deveriam seguir em busca da “renovação da historiografia brasileira”.

4.2 A RBH E A DEFINIÇÃO DE DADOS MARCOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA A “MODERNA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA”: Usos e apropriações

Isto faz com que a partir de 1985 a RBH seja uma revista totalmente diversa daquela que foi fundada por Alice Canabrava no início dos anos 1980. A partir de seu décimo número a RBH abre-se cada vez mais às novas tendências historiográficas emergentes no país, em especial a História Social Inglesa e a “Nova História Francesa”, que posteriormente será nomeada de “nova história cultural” ou somente “História Cultural” em suas diversas perspectivas e abordagens temáticas. A partir deste número, por exemplo, os temas que orientam as publicações na revista tornam-se cada vez mais circunscritos e delimitados, assim como as abordagens teóricas cada vez mais específicas. Os números 10 e 11 são os primeiros a trazer uma referência mais clara ao uso e apropriação do pensamento de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros. E a partir deste momento com um viés um pouco distinto daquele praticado ao longo da primeira metade dos anos 1980, ou seja, com um uso mais ponderado do pensamento destes autores, no sentido de não mais usá-los indiscriminadamente de forma simultânea e complementar. Neste sentido, o artigo de Marcos Silva, publicado no Nº 11, de 1985/1986, intitulado “O trabalho da linguagem”, é emblemático, pois além de discutir as implicações do pensamento de Foucault para

a discussão deste tema, introduz e aponta para outras leituras e possibilidades de abordagem teórica derivadas do contato da História com a filosofia, com a linguística, com a antropologia, psicanálise, etc.

O texto de Silva é simbólico na RBH por ser o primeiro a introduzir uma discussão teórica acerca das implicações da linguagem não só para se pensar um tema em específico, no caso em tela as relações de dominação no mundo do trabalho, mas, sobretudo, por apontar para o caráter constitutivo da linguagem para a própria construção narrativa do discurso historiográfico. É neste sentido que figuram no artigo de Silva a referência a autores como Deleuze, Nietzsche, Certeau – o artigo de Silva é o primeiro a citar e referenciar diretamente Michel de Certeau na RBH – e Paul Veyne. Como vai dizer o próprio Marcos Silva:

> Uma dimensão que esse contato do conhecimento histórico com a linguagem permite melhor avaliar é o caráter inevitavelmente "literário" ou "encenado" do texto final do historiador, o que aponta para a complexa relação de sua área do conhecimento com a articulação do discurso em sua própria constituição, conforme tem sido discutido pela Nova História Francesa. Trata-se de problemática ainda mais significativa se se atentar para a presença na historiografia brasileira de grandes estilistas, que se mantiveram imunes às pretensões "neutralizantes" da História historizante em relação à linguagem do historiador – basta pensar em Euclides da Cunha, Paulo Prado e Sérgio Buarque de Hollanda (sic), para citarmos poucos exemplos. (SILVA, 1985/1986, p.49)

Muito embora não realize no texto em questão qualquer análise sobre a escrita da história de um período, de uma obra, de um autor ou sobre o tema do próprio artigo ou venha a aprofundar esta discussão a partir da sua relação com a escrita da história sobre o tema, o texto de Silva coloca-se como uma sinalização, como um indício de uma nova postura teórica e epistemológica que emerge naquele momento entre boa parte da produção dos historiadores brasileiros, em especial àqueles que publicavam na RBH. Assim, se até a virada da primeira metade da década a RBH publicou majoritariamente artigos produzidos tendo como modelo as abordagens centradas na história social inglesa, como vão ser os números 8/9, claramente influenciados por uma história "vista de baixo" nos moldes propostos por Thompson e Benjamin; a partir da segunda metade da década de 1980, em especial a partir dos números 10 e 11, vai emergir uma outra tendência de artigos inspirados na ("nova") História Cultural ("francesa"), de inspiração foucaultiana, sobretudo, na mirada de

abordagem de uma sociedade disciplinar e também orientada pelos estudos e trabalhos da terceira geração dos Annales. O que corrobora a tese de Igor Guedes Ramos, feita a partir das teses e dissertações produzidas nesta década. Diz ele:

> Portanto, podemos afirmar a partir desses e alguns outros estudos, que a produção historiográfica brasileira da década de 1980, que se dedicou a temas culturais e recorreu ao pensamento de Thompson e de Foucault; foi em geral uma História Social da Cultura. Isto significa que não deixou de operar pela referência ao social, é o social que estrutura (adjetiva) a cultura (cultura dominante, cultura erudita, cultura burguesa, cultura popular, cultura da plebe, etc.). Na década de 1980, os elementos culturais (discursos, imaginários, arte, literatura, costumes, comportamentos, etc.) foram pensados como expressões/significadores do social; mesmo quando pensados em sua especificidade, quando escolhidos como objeto privilegiado de estudo, os elementos culturais aparecem no domínio de uma "história do todo social", ou seja, é preciso estudá-los para compreender todos os aspectos da história do Brasil, em que o social é fundamental. Neste momento ainda existe uma forte interdição para pensar a cultura como capaz de produzir o social – tal como aparece na História Cultural de Chartier – ou para pensar as práticas (discursivas ou não) sem referência ao social que as fundamenta/explica – tal como na arque-genealogia de Foucault.
>
> Esses estudos operaram, em geral, por meio de uma amalgama de perspectivas teórico-metodológicas diversas, em que se destacam a "história das mentalidades" da terceira geração dos Annales, bem como a antiquária e indiciária de Ginzburg. Sendo que, em geral, o pensamento de Foucault aparece como um coadjuvante, um complemento para fornecer explicações de determinados aspectos estudados ou informações adicionais; a novidade é que o pensamento de Thompson também é apropriado dessa forma neste eixo-temático, além de sua presença ser até menos frequente que a de Foucault (RAMOS, 2014, pp. 454-455)

Isto vai se explicitar pela alternância, nos números da RBH, entre artigos que discutem os temas propostos pela revista a partir da História Social inglesa e da Nova História Cultual francesa e seus desdobramentos, o que se tornará, a partir de então, uma tendência editorial da Revista Brasileira de História. O número 14 da RBH, publicado em 1987, corroborando com esta tendência editorial da Revista de alternar ou mesclar num mesmo número abordagens ancoradas na História Social inglesa e na Nova História Cultural, traz a discussão da temática das "Instituições Totais e Classes Trabalhadoras", embasada nos pressupostos teóricos lançados tanto por Michel Foucault, em especial em seu livro "Vigiar e Punir", quanto das discussões encetadas por E. P. Thompson no seu livro "A formação da Classe Operária Inglesa". Este número da RBH traduz, como nenhum outro, os usos e apropriações do filósofo

francês e do historiador inglês pelos historiadores brasileiros daquele período. Mas, para além disso, estas discussões e debates começam a evidenciar de forma mais elaborada os contornos, limites, fronteiras e lugares que se vão estabelecendo para a produção do saber histórico no país. A virada da primeira para a segunda metade da década de 1980, em especial nas páginas da RBH, vai apontar para esta redefinição, para o estabelecimento destes novos lugares e para a construção de um discurso de renovação da historiografia produzida no país ecoado, sobretudo, pelos historiadores ligados ao PPGH da UNICAMP e que, como vimos nos capítulos anteriores, se colocavam em disputa institucional com a velha guarda uspiana, tanto dentro quanto fora da ANPUH e de sua revista. Disputas estas que ocorrerão cada vez mais a partir do estabelecimento da oposição e tensão entre o que se chamará, dali por diante, de História Social e História Cultural, muitas vezes ou na maioria das vezes pensadas como polos opostos, como lugares de produção do saber histórico divergentes e irreconciliáveis. É, em grande medida, neste sentido que deve ser pensada a apropriação e uso do pensamento de intelectuais como Thompson, Foucault, Benjamin, Castoriadis entre outros pelos historiadores brasileiros daquele período. Como arma de combate político e institucional e não só como elementos para ampliação ou o estabelecimento de um debate teórico e epistemológico mais sofisticado dentro dos quadros profissionais de formação dos historiadores e da geografia disciplinar do que se estava nomeando por historiografia brasileira, profissional e acadêmica. Pensando e historiando a apropriação e os usos do pensamento de Thompson e Foucault feitos pelos historiadores brasileiros forjados e ligados aos principais programas de pós-graduação da época o historiador Igor Guedes Ramos vai afirmar o seguinte a este respeito:

> Durante a década de 1980 ocorreu à utilização simultânea de Thompson e de Foucault sem que se faça referência as suas diferenças, mais que isso, em alguns momentos Foucault é lido como um marxista; ou, quando se assinala a diferença, esta é desconsiderada em prol das contribuições que o uso simultâneo pode trazer ao conhecimento histórico. Porém, a partir de meados da década, surgem estudos que reconhecem a diferença e fazem questão de não ignorá-la.
>
> Tudo isso, talvez, possa ser afirmado devido à complexidade desses estudos e as ambiguidades inerentes às múltiplas apropriações que muitos deles operam. Entretanto, não elimina a tese – em parte já conhecida – que em geral na década de 1980, os historiadores ignoraram de modo involuntário ou intencional, as diferenças entre o pensamento de Thompson e de Foucault; e que a partir de meados da

> década de 1980 essa diferença foi cada vez mais explicitada e, enfim, requerida: Por meio da reconstrução dos embates franceses da década de 1960 (Gerard Lebrun), pela explicitação da diferença (Rago e Decca), pela crítica a Foucault e reafirmação do marxismo (Cardoso, Gorender e Costa), pela percepção da diferença acompanhada da tentativa de usá-los de modo complementar (Lara), pelo desuso de Foucault (Chalhoub) ou de Thompson (Rago em sua tese), pela procura de uma "coerência sistêmica" (Joanilho), pelos embates institucionais (segundo Albuquerque Junior), pela autocrítica e necessidade de recomposição das bases epistemológicas (Rago já nos anos 90), etc.. Em suma, por uma multiplicidade de motivos e formas o diálogo de Janus é interditado e as "igrejinhas" da atualidade (conforme nomeou Chalhoub) começaram a ganhar forma. (RAMOS, 2014, p. 367)

Portanto, independente dos motivos alegados para esta maior atenção ao uso do pensamento destes autores, vai haver a partir da segunda metade da década de 1980 uma clara construção de "igrejinhas" e que aqui estamos nomeando de lugares de produção do saber histórico no país, por mais que neste momento, ainda não se pensasse muito sobre a instituição deste lugares e mais sobre o que aí era produzido. Ou seja, ao longo desta década, em especial nos textos e artigos publicados na RBH não vai haver uma discussão acerca das condições históricas de produção do saber histórico no país, muito menos uma discussão mais aprofundada sobre as formas de escrita da história. Como veremos na segunda parte da tese, a década de 1980 traz, por parte dos historiadores, e de pouquíssimos deles, a exemplo de Ciro Flamarion Cardoso, uma discussão bastante pontual sobre estas questões de ordem teórica, epistemológica e historiográfica, e que serão feitas, em grande medida, fora do espaço da revista. As discussões feitas na RBH ao longo da década de 1980, como vimos, vão apenas sinalizar, indicar e situar o estado da arte no país sem, contudo, se fazer uma avaliação ou se tentar estabelecer uma normatização ou validação do saber histórico produzido até então, seja em termos teóricos, epistemológicos ou historiográficos.

E esta discussão partirá não do seio desta nova historiografia que se estabelece ou dos novos historiadores que a produzem e que passam a ocupar os lugares por ela abertos nesta reconfiguração da geografia disciplinar do saber histórico a partir e na RBH. Esta problematização emerge justamente daqueles historiadores e lugares que estavam sendo marginalizados na produção historiográfica dita nacional, ou seja, do front do marxismo e das hostes de historiadores marxistas. Nas páginas da RBH uma primeira crítica nesta direção

aparece no número 12, publicado em 1986, na sessão intitulada “Polêmica” e vai ser estabelecida por uma historiadora marxista, Philomena Gebran da UFRJ, e que orbitará em torno de um dos temas que vinha sofrendo de forma mais sensível esta renovação, o da Escravidão, em especial a partir da apropriação e usos do pensamento de E. P. Thompson pelos historiadores desta área. E repercutia, ou melhor, já indicava a celeuma que se tornaria pública, nos anos seguintes, entre Jacob Gorender e os historiadores sociais da escravidão, em especial aqueles ligados a UNICAMP, como Silvia Lara e Sidney Chalhoub. O texto de Gebran, intitulado “Sobre o Escravismo Colonial” é uma espécie de resenha à nova reedição do livro *O Escravismo Colonial*, de Gorender. Na oportunidade, Gebran vai fazer uma dura crítica ao que nomeia de “estudos pós-marxistas”, constitutivo de parte da historiografia brasileira sobre a escravidão. A crítica é colocada nos seguintes termos:

> O país atingiu sua “relativa abertura”, não precisando mais certos estudiosos esconderem-se no “estruturalismo” para justificar sua posição “semimarxista”. Continuamos, porém, sendo invadidos por fortes “ondas teóricas”, vindas das metrópoles culturais europeias, que se dizem “pós-marxistas” – ou, pergunto eu, não serão antimarxistas? Que papel epistemológico tem hoje o novo discurso científico para a interpretação da História?
> Ao que se assiste hoje é que o debate, em termos de Brasil apenas iniciado e concretamente realizado na obra de Gorender, p. ex., foi infelizmente “abortado” e “varrido” do cenário acadêmico pelo aparecimento dessas novas interpretações “pós-marxistas”. Terão estes autores melhores propostas teóricas para a análise da realidade histórica ou simplesmente é mais fácil negar a História e seu movimento dialético e acusar o método marxista de inflexível, ortodoxo e estreito a ponto de afirmar, como Castoriadis, que a mesma “exegese” do Cristianismo serve para o Marxismo? A História tem sido invadida por concepções ditas “novas” do simbólico, do imaginário, do inconsciente, do cotidiano e outras tantas. Concepções ainda frágeis que no fundo pretendem negar o “pioneirismo” científico de Marx (e dos que depois o seguiram) ao elevar a História à condição de Ciência. Assim é que temos concepções como esta: “(...) são as idéias que fazem com que a História avance na concepção dita ‘materialista histórica’, só que em vez de serem idéias filosóficas, políticas, religiosas etc., são idéias técnicas”. Ora, isto colocado é não levar em consideração que a prioridade epistemológica é decorrente sempre da realidade objetiva e portanto são as condições materiais de vida que determinam as idéias e não o contrário. (GEBRAN, 1986, p.200-201)

A crítica de Gebran tem endereço certo. Aqueles a quem ela chama de “pós-marxistas” e que acusa de terem “abortado” e “varrido” do cenário acadêmico brasileiro os debates marxistas encetados por Gorender, que são justamente os

historiadores sociais da escravidão que, ao adotarem a perspectivas “dos de baixo”, vão polemizar com um marxismo estruturalista e economicista, centrado em torno do conceito de modo de produção, a quem acusavam de determinista e de mecanicista por desconsiderar, muitas vezes, a atuação “dos sujeitos históricos de carne e osso” como produtores de sua própria história. Acusações estas feitas a trabalhos como os de Caio Prado Jr. e Jacob Gorender. Silvia Lara, que organizará o número comemorativo da RBH em 1988, em alusão ao centenário de abolição da escravidão, será uma das críticas mais ferrenhas ao trabalho de Gorender, e ao apresentar este número da revista vai dizer que ele “apresenta artigos que enveredam pelos caminhos da história social da escravidão, oferecendo contribuições originais e renovadoras no tratamento do tema”. Na orelha da revista Lara vai apresentar esta viragem da seguinte maneira:

> País de passado colonial, a memória histórica do Brasil tem se estruturado no sentido de recuperar a particular forma assumida pela escravidão nos três primeiros séculos de nossa existência. As interpretações sobre essa fase variam compondo um campo de argumentações polêmicas e até contraditórias. Contudo, as reconstruções historiográficas e sociológicas convergiram na avaliação do potencial produtivo do sistema de trabalho escravo à condição única de força produtiva, um dos elementos necessários para mover a produção agrária e a agroindústria.
> Os artigos aqui reunidos mostram uma outra dimensão da escravidão – os escravos enquanto figuras sociais vivas, entretecendo relações e expressando-se culturalmente. Pondo de lado preconceitos, negando as explicações fáceis dos modelos, os autores aceitaram os desafios de percorrer novos caminhos, documentação inédita, temas marginais. Personagens enriquecidas ou excluídas da História surgem com seus contornos às vezes claramente definidas, às vezes apenas entrevistas em meio a névoa do tempo...Com certeza, uma coleção de textos que incitará o debate, revolvendo velhas e desbotadas certezas (LARA, 1988).

O texto de Lara parece uma réplica ao de Gebran, a medida que desconstrói todos àqueles argumentos que acusavam as posturas “pós-marxistas” de não só recusarem a cientificidade supostamente inerente às explicações marxistas, mas, sobretudo, de praticarem uma historiografia fora dos padrões epistemológicos e científicos estabelecidos por aquela perspectiva teórica. A história social da escravidão aparecia, assim, no relato de Lara como uma “igrejinha” já formada, bem contornada e adornada, com seus sacerdotes, sacerdotisas e párocos (Lara, Reis, Mattoso,

Slenes, Chalhoub e outros)[94]. Aliás a história social da escravidão vai constituir-se no primeiro lugar conformado e estabelecido dentro deste processo de renovação da historiografia no país, naquele período. Com abordagens, perspectivas, fontes, metodologias e autores de referência estabelecidos tanto em nível internacional quanto nacional. Ou seja, seguindo claramente as regras que se estabeleciam, pouco a pouco, como incontornáveis à renovação da "historiografia brasileira" desde o início dos anos 1980. E este estabelecimento se dá dentro das disputas políticas e institucionais para a construção da geografia disciplinar da história, mas também desde a definição de escolhas epistemológicas mais criteriosas feitas a partir da virada da primeira metade da década de 1980, sobretudo, estimuladas por estas críticas mais radicais oriundas das hostes marxistas que passam a requerer, também, uma réplica mais consistente. Neste sentido, a trajetória de Silvia Lara talvez seja a mais emblemática para se pensar este processo e a formação deste lugar que ela nomeia de história social da escravidão. Formada e forjada historiadora na USP, sob a orientação de Fernando Novais, Lara migra para a UNICAMP a partir de 1986 logo em seguida a defesa de sua tese de doutorado, que publicará em formato de livro no ano de 1988 com o título *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*, na coleção Oficinas da História, dirigida por Edgard de Decca, seu colega de departamento na UNICAMP, da editora Paz e Terra[95].

Quero aqui pontuar dois elementos da trajetória de Lara que explicam, em grande medida, a escolha dela como exemplo desta viragem da historiografia da escravidão acontecida na passagem da primeira para a segunda metade da década de 1980 e que a insere, de forma indelével, nesta geografia disciplinar que estou mapeando. Primeiro, a apropriação e uso que ela faz dos pensamentos de Thompson

---

[94] Os historiadores que publicam neste número da revista, além de Silvia Lara, são: Eric Foner, com um artigo sobre os significados da liberdade para ex-escravos, libertos e proprietários do sul dos estados Unidos no período pós Guerra Civil. Katia de Queirós Mattoso, Robert W. Slenes e João José Reis que abordaram temas praticamente intocados pela historiografia brasileira do momento, como o da criança escrava ou temas que começaram a ganhar relevo na produção acadêmica do período, como da família escrava e da religiosidade negra. Além deste, o estudo de Luiz Carlos Soares, sobre a experiência dos escravos de ganho no Rio de Janeiro. O artigo de Horácio Gutiérrez sobre a população cativa. O estudo de Sidney Chalhoub relacionando as vivências urbanas dos escravos com práticas de controle social conectando a abolição e a Proclamação da República e, por último, o estudo de Maria Helena P. T. Machado apresentando novas perspectivas para a historiografia social da escravidão, destacando, especialmente, as atividades econômicas informais dos escravos. Cf. LARA, Silvia (Org.). Dossiê Escravidão. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 08, Nº 16, 1988.

[95] Cf. LARA, Silvia. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

e Foucault para a construção de sua tese/livro. Segundo, a relação dela com seu orientador, Fernando Novais, e sua inserção dentro do debate com as hostes marxistas. Para Igor Guedes Ramos a apropriação e uso do pensamento do historiador inglês e do filósofo francês por Lara se dá nos seguintes termos:

> Portanto, tal como outros estudos da década de 1980, ao contrário de uma investigação histórica que tem por preocupação complexificar e adequar um modelo formal de explicação histórica, temos uma investigação histórica que organiza os "casos particulares" por meio de um nexo explicativo – uma regularidade verificável como diria Thompson – que é a luta de classes. Todavia, diferente da maioria dos estudos e das falas que discutiremos aqui; encontramos não somente uma utilização dos pontos em que os pensamentos de Thompson e de Foucault convergem ou se aproximam (concepção de história como luta e poder como relação), mas também um esforço explícito de utilizar a genealogia foucaultiana e a hermenêutica thompsoniana como complementares; devido ao que a autora considera os limites da primeira. Isto ocorreu em meados da década de 1980, um momento em que as divergências entre o pensamento de Thompson e de Foucault começaram a ser destacadas no Brasil por diversos intelectuais. Assim, este esforço pode ser entendido como mais um sintoma de uma transição no processo de apropriação dos pensamentos desses intelectuais, pelos historiadores brasileiros. Se em geral o pensamento de Foucault agrega elementos ao materialismo histórico, neste caso, aquele deve ser complementado por este. (RAMOS, 2014, p. 285)

Há de se fazer um parêntese aqui para aventar uma hipótese sobre a apropriação e uso do pensamento de Foucault por Lara. Apropriação e uso que a mesma abandonará na sequência de seus trabalhos, em especial àqueles publicados após o fim da década de 1980, quando ela se dedicará a pensar a historiografia social da escravidão exclusivamente a partir da apropriação e uso dos marxistas ingleses, notadamente E. P. Thompson e de sua noção de história vista de baixo. Movimento feito por todos àqueles historiadores contemporâneos seus e que publicaram na edição comemorativa da RBH anteriormente comentada. Isto como consequência do estabelecimento deste lugar de produção do conhecimento histórico no país com uma dada legitimidade entre os pares, assim como pelo estabelecimento de sua identidade teórica e metodológica sob a rubrica de história social da escravidão. Contudo, o uso que Lara fez de Foucault em sua tese/livro, a meu ver se deve bastante ao fato da mesma, à época, ter uma relação muito próxima, tanto pessoal quanto intelectualmente, com Renato Janine Ribeiro. Um dos principais intelectuais a recepcionar o pensamento e a obra de Foucault no Brasil e que em 1985 vai organizar

um importante colóquio para discutir o pensamento do filósofo francês, o Colóquio Foucault, onde na oportunidade, Lara vai apresentar um texto intitulado “O castigo exemplar dos escravos no Brasil” produzido sob forte influência do livro Vigiar e Punir de Foucault. Texto este publicado posteriormente no livro “Recordar Foucault”, também organizado por Janine Ribeiro como uma compilação dos artigos apresentados no colóquio. Portanto, no caso particular de Lara, esta apropriação e uso do pensamento de Foucault, a meu ver, não pode ser pensada fora da relação pessoal e, sobretudo, intelectual que ela mantinha com Ribeiro naquele momento, e a recepção que este fazia para Brasil do pensamento do “filósofo francês”.

O segundo ponto que eu gostaria de destacar, é a sua relação com seu orientador Fernando Novais. Conforme Igor Guedes Ramos “são poucas as concessões que Lara dá as teses do orientador”, restringindo-se a seguir apenas a sua abordagem que dizia da necessidade de pensar a colônia a partir da relação de exploração com a metrópole (RAMOS, 2014, p. 278). No entanto, esta concessão é bastante significativa e simbólica dentro do contexto do debate que estou tentando contornar. Uma vez que Novais, um historiador da geração dos anos 1970, alinhado com o pensamento marxista, em especial aquele oriundo da obra de Caio Prado Jr., ao longo daquela década travou um debate teórico, dentro do campo da historiografia marxista, a partir do conceito de modo de produção, para se pensar qual seria a especificidade da história colonial brasileira. Este debate se dará justamente em oposição a perspectiva, também marxista, de Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso e da definição de que tipo de modo de produção havia predominado no período colonial. Neste sentido, apesar de adotar um instrumental teórico e metodológico diverso daquele usado por seu orientador, o trabalho de Lara presta uma espécie de tributo a ele, à medida que vai estabelecer-se como perspectiva vencedora dentro do campo da “historiografia brasileira” em relação às hostes marxistas representadas por Gorender. Lara vencia, desta maneira, dois combates: um de seu orientador ao tempo em que esposa a sua principal tese, prestando-lhe, assim, uma espécie de homenagem, e o outro e mais importante, o da renovação e afirmação da história social da escravidão como perspectiva vencedora e lugar legitimado dentro da renovada geografia disciplinar da historiografia brasileira, agora profissional e acadêmica.

Este é um dos primeiros lugares a se afirmar dentro deste processo de renovação que passava a “historiografia brasileira” nos anos 1980. Experimentado e

forjado, notadamente, a partir do programa da UNICAMP. É a partir deste programa também que emerge outra tendência renovadora, norteada a partir da apropriação e uso do pensamento de Michel Foucault. E neste campo a figura de Edgard De Decca vai ser central nesta renovação. Contudo, com dadas particularidades. Mas antes de discutirmos esta renovação a partir do "efeito Michel Foucault" na historiografia brasileira dos anos 1980, é preciso, primeiro, apontar como se dá a recepção e posterior apropriação e uso do filósofo francês no Brasil. Segundo Igor Guedes Ramos:

> Em primeiro lugar, é perceptível que, muito diferente do que ocorreu em relação aos textos de Thompson, quase não existiu no caso dos textos de Foucault a necessidade de recorrer à versão original ou em outras línguas; afinal já estavam disponíveis e, com a maior procura, as republicações cresceram. Em segundo lugar, se destaca a superioridade das citações aos textos do "eixo do poder", aos estudos sobre os dispositivos disciplinares e da sexualidade, mais especificamente é possível dizer que foi a terceira parte de *Vigiar e punir* (constituída pelos capítulos *Corpos dóceis*, *Os recursos para o bom adestramento* e *O panóptico*) que descreve os mecanismos utilizados para aumentar a produtividade econômica e a submissão política das pessoas e trechos de *A vontade de poder* que discutem as estratégias (histerização da mulher, psiquiatrização do prazer, etc.) e as táticas (confissão auricular, articulação familiar, etc.) de saber/poder a respeito do sexo.
>
> De qualquer maneira, é curiosa a forma como os pensamentos de Thompson e de Foucault foram introduzidos e circularam entre os historiadores brasileiros. Pois, apesar da dificuldade de acesso aos textos do historiador inglês, o interesse foi intenso logo nos primeiros contatos, isto é, existiu um esforço dos historiadores para divulgar e por em circulação os textos de Thompson. Ao contrário, apesar da "ampla" disponibilidade das falas (presença física) e dos escritos (livros traduzidos e publicados no Brasil) de Foucault desde o início da década de 1970, não existiu o mesmo interesse por parte dos historiadores brasileiros. Foi preciso antes de tudo um "desbloqueio" para tornar seus textos aceitáveis. (RAMOS, 2014, pp. 232-233)

Segundo Ramos esta recepção, apropriação e uso ocorreu a partir não só da leitura das obras de Foucault no país, algumas delas publicadas em português e circuladas no Brasil desde a década de 1970. A exemplo da coletânea de textos organizada por Roberto Machado sob o título de *Microfísica do Poder*[96]. Além disso Foucault foi um intelectual bastante presente no Brasil ao longo desta década, vindo aqui diversas vezes para proferir palestras, cursos, etc. percorrendo boa parte do país

[96] Cf. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

e visitando algumas das principais universidades brasileiras. Além disto, fora do território da história, ele já vinha sendo apropriado e usado desde então o que, em certa medida, permitiu o seu "desbloqueio" para os historiadores. Exemplos significativos disso são os trabalhos do próprio Roberto Machado, em especial o livro *Danação da norma*, e os do psicanalista Jurandir Freire Costa, notadamente o livro *Ordem médica e norma familiar*[97], que realizaram análises teóricas e pesquisas históricas pensando-as a partir de Foucault, o que contribuiu significativamente para provocar os historiadores brasileiros e circular entre eles o pensamento do filósofo francês de forma mais sistemática, sobretudo, nos anos 1980 (RAMOS, 2014). É neste sentido que Edgard de Decca, em entrevista concedida em 2002, vai apontar Michel Foucault como um dos expoentes, ao lado de Thompson, para a renovação da historiografia brasileira. Diz De Decca:

> Então, não vejo nos *Annales* os ventos novos, e sim na microhistória italiana, na historiografia inglesa e em Michel Foucault. Na verdade Foucault é quem acaba revalorizando os *Annales*, com a problemática das descontinuidades e das rupturas pelas margens. Ele aponta para os prisioneiros, para aqueles que estão no silêncio das fábricas, dos hospitais, das escolas, dos hospícios, da família, justamente onde não existem ou não podem existir ações coletivas, a não ser esporádicas. Existem apenas atitudes de sujeitos, que se constituem como tal, negociando, desviando, resistindo etc. Por isso, nós não podemos ficar pagando tributo aos *Annales*. (MORAES e REGO, 2012, p.280)

A fala de De Decca deve ser compreendida como uma memória acerca da construção do campo disciplinar no Brasil. Daí, por exemplo, a remissão que ele faz a microhistória italiana como uma das tendências que haviam contribuído para isso ao lado da historiografia inglesa e do papel exercido por Michel Foucault. Contudo, como vimos apresentando a microhistória italiana tem um papel bastante reduzido ou praticamente inexpressivo sobre a "renovação da historiografia brasileira" ao longo da década de 1980. Ela sequer aparece como referência, nem mesmo Ginzburg, seu principal expoente, é citado ou referenciado como vão ser Thompson e Foucault. Na RBH a microhistória italiana e Ginzburg só vão aparecer como uma referência mais constante a partir da década de 1990, dentro de um processo de afirmação da História Cultural como principal área de produção do conhecimento histórico no país. Mas por

[97] Cf. MACHADO, Roberto (Org.). **Danação *da* norma*:*** a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.; COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

hora, retornemos a Foucault e sua apropriação e uso feitos pelos historiadores brasileiros na década de 1980, notadamente por Edgard de Decca.

A apropriação e uso que De Decca faz do filósofo francês tem de ser pensada dentro do projeto político e institucional de renovação encampado pelo Departamento de História da UNICAMP e, sobretudo, pelas moedas de troca intelectual que vão ser mais valiosas naquele momento. É neste sentido que pode ser explicado o silenciamento do uso e apropriação de Foucault feito por De Decca no seu primeiro texto publicado na RBH, "A Ciência da produção: Fábrica despolitizada", onde o filósofo francês é citado e/ou referenciado diretamente apenas uma única vez, na nota de rodapé 23, na página 63 (uma referência ao livro Vigiar e Punir, em especial às discussões acerca das estratégias de esquadrinhamento e reorganização das multidões)[98]. Diferentemente de Thompson largamente citado e referenciado ao longo do texto. Contudo, na leitura atenta do texto se percebe muito claramente o uso dos referenciais teóricos e metodológicos do filósofo francês, sobretudo àquelas advindas do "eixo do poder", em especial as noções de sociedade disciplinar, corpos economicamente úteis e politicamente dóceis, entre outras. Um silêncio que também se faz presente na principal obra de Edgard De Decca, *O Silêncio dos Vencidos*, lida, por exemplo, por sua prefaciadora, a filósofa Marilena Chauí, como uma obra de perspectiva marxista e benjaminiana, enfim, quase como uma obra de história social. Quando na verdade De Decca buscava historiar como um determinado evento, a Revolução de 30, foi narrada e a partir destes discursos se construiu uma memória vitoriosa, na história do Brasil, sobre tal acontecimento que silenciou praticamente todas as outras narrativas e memórias sobre o evento, colocando-as como narrativas e memórias menores, silenciando-as e, portanto, vencendo-as, mais uma vez[99].

Esta apropriação e uso que De Decca faz de Foucault neste momento, promovendo o seu silenciamento ou marginalizando-o dentro de sua produção, até mesmo nas memórias que constrói sobre àquele período, como, por exemplo, na entrevista concedida em 2001 para o livro *Conversas com Historiadores Brasileiros*, deve ser pensada como uma estratégia[100]com finalidades políticas e institucionais.

---

[98] Cf. DECCA, Edgard Salvadori De. A Ciência da produção: fábrica despolitizada. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 04, Nº 08, 1984, pp. 47-79.

[99] Cf. DECCA, Edgard Salvadori De. **1930: O Silêncio dos Vencidos** – Memória, História e Revolução. São Paulo: Brasiliense, 1994.

[100] Na entrevista concedida a José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego para o livro "Conversas com historiadores Brasileiros", Edgard de Decca quando se refere a construção do livro "O Silêncio dos vencido" vai atribuir às principais influências teóricas e metodológicas a Sartre e Merleau-Ponty.

Em especial se se comparada ao uso e apropriação que ele faz de Thompson, uma vez que naquele momento – primeira metade da década de 1980 – este era uma moeda de troca e de valor simbólico maior entre os historiadores brasileiros, muito mais forte que Foucault, dado que este fazia uma crítica, entendida como radical, a certas posturas e modelos de escrita da história, em especial a marxista. A este respeito Igor Guedes Ramos vai dizer o seguinte:

> O pensamento de Thompson é melhor recebido e avaliado do que o de Foucault. Como já destacou Marcelo Badaró Mattos, dos quinze historiadores entrevistados para a coletânea Conversas com historiadores brasileiros, sete mencionam explicitamente a relevância das reflexões de Thompson em seus estudos. Entretanto, em relação a Foucault, apenas Decca e Dias não fazem algum tipo de restrição e buscam pensar com o filósofo. Essa aceitação está relacionada, por um lado, a vinculação de Thompson ao marxismo, vertente historiográfica difundida e aceita pelos historiadores brasileiros desde a década de 1960. E, por outro lado e em menor grau, porque Foucault questiona procedimentos de análise documental (hermenêutica e confirmação exaustiva) e de concepção de história (totalização, unificação de sentido, explicação pelo sujeito, etc.) que são considerados fundamentais na história-disciplina tal como praticada naquele momento. (RAMOS, 2014, p. 254-255)

Neste sentido, o uso explícito de Foucault parecia ser, naquele momento, um pouco mais problemático que o de Thompson, em especial por este ser um historiador que, apesar das críticas feitas ao marxismo, em especial o de matriz althusseriana, provinha ou buscava fazer uma releitura do próprio marxismo, ampliando seu escopo de análise para os elementos que o "planetário de erros" do marxismo estruturalista, formalista, notadamente o de Althusser, havia silenciado ou embotado. Diferentemente de Thompson, Foucault era visto pela maioria dos

---

Diz ele: "E foi isso que me facionou: não foi Benjamin, foram Sartre e Merleau-Ponty que me deram essa idéia de valorização do tempo. Foi, na realidade Merleau-Ponty que me deu a chave para perceber a questão filosófica e histórica que estava em jogo no objeto que eu queria pesquisar" (MORAES e Rego, 2012, p. 277). Em nenhum momento da entrevista Decca menciona a influência de Foucault para a escrita do livro em questão. Apesar de todo ele ser vazado num vocabulário de claramente inspirado no pensamento de Foucault, assim como a própria entrevista de Decca se referir constantemente a este vocabulário, mas sem fazer menção direta ao filósofo francês, o que fica explícito quando Moraes e Rego o inquirem sobre como ele de aprofundava nos livros de filosofia que ressaltavam a questão do tempo e da diferença. A esta pergunta Decca vai responder da seguinte maneira, utilizando e se apropriando de um vocabulário claramente foucaultiano: "Claro. Mas era preciso ler nas entrelinhas essa filosofia da diferença, que estava emergindo naquele momento. Um problema então não era com relação ao estatuto metodológico da História enquanto problemática com as fontes. A fonte para mim era um problema porque ela era construída pelo vencedor. E nenhum discurso é tão mais histórico do que o discurso do poder, ele enraíza a História, ele se diz legítimo perante a História, então ele periodiza a História. Por isso a nossa periodização da História é sempre a periodização do poder" (IDEM).

historiadores brasileiros como um *outsider*, alguém de fora do campo que, apesar de fazer trabalhos de historiador, questionava o próprio fazer histórico, suas regras, suas modalidades de escrita; enfim, como ele era pensado e produzido até então. Isto parece estabelecer algumas barreiras a sua recepção e apropriação pelos historiadores brasileiros, em especial aos aspectos teórico-metodológicos de sua obra. Justo num momento em que o que parecia ser mais crucial para historiadores como De Decca era proceder a renovação desta historiografia, sem, contudo, fazer uma crítica radical às regras, aos procedimentos e as formas de escrita e de narrativa da história que buscavam institucionalizar. Neste sentido, a renovação da historiografia brasileira parece ter um sentido conservador, pois feito de forma lenta, gradual e segura, como vimos no primeiro capítulo, e sob o controle e direcionamento de alguns historiadores que se apresentavam como verdadeiros mandarins dentro do campo, produzindo memórias, estabelecendo caminhos, diretrizes, construindo redes intelectuais em torno de si e de seus projetos políticos e institucionais. Edgard De Decca parece ser o historiador que melhor incorporou este papel ao longo dos anos 1980. Assim a apropriação e uso que ele faz de Foucault na primeira metade daquela década, concomitante ao uso de Thompson e reconhecendo as diferenças entre ambos, se insere perfeitamente dentro deste quadro em que, segundo Ramos:

> Este reconhecimento soa como um pedido de licença, pois o que importa neste momento – a primeira metade da década de 1980 – é que os pensamentos desses intelectuais fazem ver o ausente da historiografia; as reflexões e as argumentações apropriadas permitem ler e explicar as fontes de acordo com as "novas" preocupações do lugar da operação historiográfica. A diferença entre o historiador inglês e o filósofo francês é apenas ruído passível de ser abafado pela necessidade de uma "nova historiografia", pela necessidade de "resgatar os vencidos" e, talvez, pela possibilidade de responder a uma urgência ético-política dos anos 80, a saber: (re)descobrir outras formas de resistência e outros mundos. (RAMOS, 2014, 332)

Ou seja, a apropriação simultânea de Thompson e Foucault permitia estabelecer o processo de mudança da "historiografia brasileira" em direção a "novas abordagens" e a "novos objetos" sem recorrer aos *Annales*, símbolos da memória disciplinar uspiana, e, ao mesmo tempo, sem estabelecer uma ruptura ou um corte radical, do ponto de vista teórico, metodológico e epistemológico com o que vinha sendo produzido até então. Muito embora, permitisse se distanciar do marxismo até então vigente nos principais círculos historiográficos nacionais. Portanto, como vai

dizer De Decca, essa tendência de renovação da historiografia brasileira naquele momento “surgiu da confluência entre a história marxista da nova esquerda com as correntes da filosofia da diferença, de Michel Foucault”. É, portanto, esta memória disciplinar que De Decca busca construir sobre este processo de renovação que ele estende e nomeia como sendo de toda a historiografia brasileira. Isto explica também a forma de apropriação e uso que ele faz do filósofo francês e do historiador inglês, entendendo “essa apropriação simultânea como uma complementação ou diálogo possível que contribui muito para construção do conhecimento histórico” (IDEM, p. 255). Neste sentido, dada a apropriação e usos feitos de Foucault, ele vai ser transformado em uma espécie de historiador social, uma vez que, como vai afirmar Ramos:

> Primeiro, foi exatamente esta “transmutação” que favoreceu ou mesmo possibilitou a penetração de Foucault na historiografia brasileira “de ofício”; já que os problemas colocados pelo pensamento de Thompson e de muitos outros marxistas (no Brasil e lá fora) sobre a luta de classes, os diferentes meios de resistência e dominação, o redimensionamento do campo político de luta, etc. agenciaram a recepção de certas noções e conteúdos do “eixo do poder”.
> Segundo, foi exatamente onde descrevemos a existência de uma aproximação entre Thompson e Foucault que ocorreu a apropriação deste último. Ora, mas esta aproximação não abarca a concepção de microfísica do poder integralmente; diz respeito principalmente às noções de poder como relação e de história como luta, raríssimas vezes diz respeito às noções de história das práticas (sem sujeito) e de resistência tendo a mesma natureza do poder. Deste modo, o que ocorreu em geral é a utilização de alguns elementos da microfísica do poder para elaborar uma reflexão teórica sobre as múltiplas formas de dominação; em última instância estas são explicadas pela intenção de uma classe que empreende um projeto de dominação, do qual os outros procuram resistir para, em algum momento, atingirem a verdadeira liberdade.
> Enfim, mais do que apropriações da concepção teórico-metodológica do filósofo francês, ocorreu uma utilização do que podemos denominar de “conteúdo” de seus livros, isto é, de suas descrições e argumentações a respeito de uma prática, de processo histórico, etc. (RAMOS, 2014, 365)

Portanto, segundo Ramos, a apropriação e uso do pensamento de Foucault pelos historiadores brasileiros nos anos 1980 é muito mais uma apropriação de conteúdo do que propriamente um uso de suas concepções teórico-metodológicas acerca da história, da escrita da história e da produção historiográfica. Daí o predomínio das apropriações e usos dos conceitos de poder como relação e de

história como luta, em especial a partir das obras do "eixo do poder", o que permitia uma complementação de seus argumentos e hipóteses explicativas de determinados temas e objetos, em especial da chamada sociedade disciplinar, com o pensamento marxista de E. P. Thompson. Este tipo de apropriação e uso, que também será feito por De Decca comparece em outro texto seu publicado também na Revista Brasileira de História, só que já nos anos iniciais da década de 1990, no número 20, publicado em 1991, onde ele retoma o objeto abordado no livro *O silêncio dos vencidos*, mas sob o título "A Revolução acabou"[101], procurando, desta vez, discutir "o imaginário da revolução no campo da historiografia brasileira e internacional entre as décadas de cinquenta e setenta", procurando dar conta da "produção historiográfica que renovou as análises das experiências históricas da revolução dos períodos moderno e contemporâneo" (DECCA, 1991, p. 63). De Decca escreve este texto, portanto, em um outro momento, no qual as regras de escrita da história parecem ter se alterado sensivelmente ou, ao menos, os lugares de sua enunciação e os conflitos entre eles e seus ocupantes já não pareciam ser mais àqueles da primeira metade da década de 1980 quando ele publicou *O silêncio dos vencidos* e o artigo "A Ciência da produção: fábrica despolitizada" nas páginas da RBH. Ao menos não o eram mais no departamento de História ao qual pertencia, o da UNICAMP.

No início dos anos 1990, portanto, os combates pela história no país não se davam mais em torno de disputas com a "velha guarda marxista", mas, passaram a ocorrer dentro e entre as tendências que vinham promovendo a renovação da "historiografia brasileira" desde a década passada. A fala de Albuquerque Jr. é significativa, pois indicia como Thompson ainda era no início dos anos 1990 uma moeda de troca intelectual e simbólica muito forte dentro da academia, em especial na UNICAMP. Tanto é assim que ele resolve "estrategicamente apresentar um projeto apoiado na obra de Thompson". Muito embora, tivesse sido um dos historiadores a fazer o uso concomitante do pensamento do historiador inglês e o de Foucault, na sua dissertação[102]. O uso feito por Albuquerque Jr. se mostra mais estratégico ainda quando o relacionamos com a sua tese de doutorado, totalmente vazada e norteada pelo pensamento de Michel Foucault e pela filosofia da diferença. Já De Decca faz

---

[101] Cf. DECCA, Edgard Salvadori De. A Revolução acabou. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 10, Nº 20, 1991, pp. 63-74.

[102] Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Falas de astúcia e de angústia:** a seca no imaginário nordestino – do problema a solução 1877-1922. Campinas, Dissertação de mestrado. 1988.

sua escolha pelo campo oposto, se definindo por permanecer caminhando ao lado de Thompson, muito embora, não abandone o vocabulário próprio ao pensamento de Michel Foucault, sem, contudo, referencia-lo ou citá-lo diretamente. Vai ser justamente uma de suas orientandas mais destacadas, Margareth Rago, que irá esposar em definitivo as posições teórico e metodológicas da prática historiadora de Michel Foucault, colocando-se, dessa maneira, como um dos principais nomes, ao lado de Albuquerque Jr., a fazer uma historiografia inspirada e orientada pelo pensamento do filósofo francês, no Brasil. Voltaremos a discutir os papeis exercidos por Rago e Albuquerque Jr. neste processo, de forma mais aprofundada, na segunda parte desta tese. Voltemos a Decca e a publicação do seu texto “A Revolução acabou” nas páginas da RBH.

Este artigo de De Decca procura fazer uma desconstrução da memória histórica acerca da Revolução tal qual foi pensada e produzida pela ação política e por uma dada historiografia marxista no Brasil, que a despeito de construir ou não armas políticas para o enfrentamento revolucionário das demandas políticas e sociais do presente, acabou por ratificar e inventar uma tradição para a revolução que a estabelece como fato político em consonância com o discurso dos vencedores, a exemplo do que ocorreu com a memória sobre a Revolução de Trinta em nosso país. Neste sentido, De Decca vai afirmar que é só “a partir da década de setenta, quando essas paixões revolucionárias sofreram um sério abalo, que as críticas aos modelos de interpretação marxista da revolução e as representações da memória histórica passaram a ser os alvos preferidos da crítica historiográfica” (DECCA, 1991, p. 66). Ele vai se auto incluir dentre os historiadores que estabelecem esta crítica no Brasil, dando seguimento, segundo ele, a uma tendência aberta internacionalmente por trabalhos como os de Pierre Nora e François Furet na França, no livro *Les lieux de la memorie* (Gallimard, 1986), ou os de E. P. Thompson e Eric Hobsbawn na Inglaterra, em especial no livro *A invenção das tradições*, organizado por este último em parceria com Terence Ranger[103]. Neste sentido, mais uma vez, Decca enuncia sua tese, decorrente ainda daquela esposada no livro *O silêncio*, a partir de um lugar de produção do saber histórico claramente contornando ou delimitado pelas regras de

[103] Cf. NORA, Pierre e FURET, François. **Les lieux de la memorie**. Paris: Gallimard, 1986.; HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

produção daquilo que já se nomeava à época como História Social em oposição a História Cultural.

Muito embora, também neste texto, Decca esteja dialogando com o pensamento de Michel Foucault e usando boa parte de seus aportes teóricos e metodológicos, sem, no entanto, citá-lo, referenciá-lo ou reconhecê-lo explicitamente. O pensamento de Foucault usado por De Decca está a serviço de uma história social do conceito de revolução. Desta forma, a posição política e institucional de De Decca parecia muito clara e já estabelecida no início dos anos 1990. Vencida a batalha contra a "velha guarda marxista" e posto fim a revolução – o título escolhido para o artigo não poderia ser mais sintomático e significativo – os combates pela história se dariam, daquele momento em diante contra e em torno de outros lugares e posições políticas, intelectuais e institucionais, em especial dentro do departamento de História da UNICAMP, que havia se apresentado como a vanguarda da renovação historiográfica no país. Ramos aponta para esta mudança de postura afirmando que:

> aquela "decisão" entre Thompson e Foucault, pelo menos na UNICAMP, foi requerida no final da década de 1980, bem como foi perpassada por diferentes motivações: Foi uma "decisão" para retomada da lógica epistemológica desses pensamentos; foi uma "decisão" relacionada com a tomada de posição que envolvia a luta pela hegemonia doutrinária dentro da instituição; e/ou foi uma "decisão" relacionada com o abandono de um antigo adversário (marxismo-leninismo) e o estabelecimento de um novo, para esta última "decisão" foi preciso antes tomar uma posição entre História Social e História Cultural, a partir do final da década de 1980 emerge uma divisão na UNICAMP que se consolida com a instituição da área de concentração de História Cultural na década de 1990, até então os estudos culturais eram apenas uma linha de pesquisa da História Social. (RAMOS, 2014, p. 252-253)

Mas a batalha ou a revolução que De Decca dava por acabada ou vencida parecia ainda crepitar como brasa sob as cinzas. Isso explicita-se em texto de Emília Viotti da Costa também publicado na RBH, só que desta vez, mais de uma década depois do primeiro, em 1994. O artigo se chama "A Dialética invertida: 1960-1964", uma versão melhor elaborada de um trabalho apresentado em 1991, na Sétima Conferência de estudos do Trabalho realizada na cidade de Atlanta, estado da Georgia, nos EUA (COSTA, 1998). O texto de Costa inicia com o reconhecimento daquela disputa entre "velha guarda marxista" e as tendências renovadoras da historiografia brasileira, só que desta vez com um tom bem menos otimista do que

aquele presente no texto de 1982, da própria Viotti da Costa, publicado na mesma RBH. Diz ela a respeito desta partição/oposição:

> Preocupados com as novas tendências que deslocaram os estudos históricos dos caminhos tradicionais ampliando enormemente as áreas de interesse, questionado os métodos e as abordagens tradicionais, e frequentemente se associando a propostas políticas novas, alguns historiadores, reagem como se de fato essas tendências representem uma ruptura perigosa e uma ameaça ao projeto de construção de uma sociedade mais humana. Essa preocupação é ainda mais visível entre os que se dedicam ao estudo da história do trabalho, no passado, um campo preferido por militantes. Um grande número de artigos e resenhas publicados recentemente, criticando a nova história social do trabalho, atesta esta preocupação e faz da história do trabalho um campo ideal para se estudar este fenômeno. O campo parece dividir-se em dois grupos. De um lado, estão os que encaram com suspeita e reserva as novas tendências e continuam a reproduzir em seus trabalhos abordagens estruturalistas típicas dos anos 60, sem dar ouvidos às novas propostas. Do outro, estão os que prosseguem no trabalho de demolição das posturas dos anos 60, convencidos da validade do novo, simplesmente porque é novo, sem se preocuparem em examinar as possíveis limitações e implicações das novas abordagens. (COSTA, 1994, pp. 09-10)

O texto de Costa além de indiciar a partição/oposição História Social X História Cultural, traz uma particularidade, uma vez que a história social, em especial a do trabalho, como a da escravidão e de vários outros temas, que ao longo dos anos 1980 havia se defrontado com as abordagens historiográficas da “velha guarda marxista”, como indiciava o artigo de Costa publicado em 1982, agora é a História Social que vai ser colocada em oposição a um outro lugar de produção e enunciação do saber histórico que havia emergido no interior da historiografia acadêmica e profissional no Brasil com bastante força, no início dos anos 1990, como pontuou Ramos e Albuquerque Jr., o da História Cultural. Segundo Costa, produzida a partir deste lugar, “a historiografia transforma-se então em um exercício puramente estético e retórico, ou, o que é pior, num exercício meramente acadêmico que acaba por servir – a despeito da intenção explícita dos autores em sentido contrário – a propósitos eminentemente conservadores” (COSTA, 1994, p. 10). Não à toa este mesmo texto de Costa vai ser republicado quatro anos depois, em 1998, na Revista Anos 90, da UFRGS, com pequenas alterações, mas com um título diverso: “Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética”.

Cabe aqui uma discussão acerca dos dois títulos adotados em ambos os textos, de praticamente mesmo teor, ou melhor dizendo, de mesmo teor, pois a única mudança significativa encontra-se justamente nos títulos. E esta mudança é bastante significativa. Se no texto publicado em 1994 o título é “A dialética invertida” justamente para chamar a atenção de como a historiografia profissional, acadêmica havia invertido os polos de análise em relação às práticas dos anos 1960/70, passando de um estruturalismo/formalismo para uma abordagem que Costa chama de um exercício “puramente estético ou retórico” ou “meramente acadêmico”, explicitando, portanto, a inversão da dialética, pois não se dirigindo para a busca de uma nova síntese a partir dos dois modelos. Já o título do artigo publicado em 1998 indicia uma leitura mais enfática de Costa, passando da mera constatação da inversão da dialética presente no título do primeiro artigo, para o apontamento da necessidade de uma intervenção nas regras do fazer histórico que possibilitasse aos historiadores, contestados os reducionismos tanto econômico quanto cultural, se postarem novamente “em busca da dialética”. Portanto, se a primeira publicação é um acontecimento que estabelece o diagnóstico do estado da arte, a segunda se apresenta como a conclamação a uma tomada de ação por parte dos historiadores, uma ação não só intelectual, mas, sobretudo, teórico-metodológica que implicasse a reelaboração das regras de produção do saber histórico no país e apontasse para o reestabelecimento da dialética como um dos princípios teórico e metodológico fundantes da escrita da história, senão da própria História.

É neste sentido que Costa vai tecer uma dura crítica a apropriação e uso feito pelos historiadores brasileiros do pensamento de Thompson e Foucault. Analisando este mesmo artigo Igor Guedes Ramos vai afirmar o seguinte a este respeito:

> Neste artigo, que teve como “público alvo” os “novos historiadores brasileiros”; Costa demonstrou grande preocupação com a repercussão dos pensamentos de Thompson e de Foucault. Segundo Costa, por um lado, a apropriação das reflexões de Thompson ampliou a preocupação com a subjetividade dos agentes históricos, mas “o que começou com uma crítica salutar e necessária a mecanismos e reducionismos economicistas e à separação artificial entre infra e superestrutura”, resultou contrariamente as intenções originais do historiador inglês, “numa total inversão da dialética”; ou seja, a superestrutura (cultura, política, etc.) tornou-se determinante em relação à infraestrutura (socioeconômica), a “consciência passou a determinar o ser social”. Deste mesmo processo, decorreu que o

> “empirismo virou moda novamente”: de debates teóricos sem embasamento empírico passamos para uma descrição empírica sem o estabelecimento de um modelo teórico explicativo, sem formalização.
> Por outro lado, a apropriação do pensamento de Foucault, segundo a autora, resultou em uma “extraordinária expansão das fronteiras da história e do enriquecimento inegável da nossa compreensão da multiplicidade da experiência humana através dos tempos”. Entretanto, com raras exceções, não se estabeleceu conexões entre a microfísica e a macrofísica do poder, o que proporcionou a fragmentação da história. (RAMOS, 2014, p. 239)

Se dirigindo aos “novos historiadores brasileiros” Costa tenta estabelecer um conjunto de regras que julga serem as mais adequadas para se proceder uma nova síntese entre os dois polos. Neste sentido, ela se posta no papel de crítica historiográfica, à media que procura estabelecer parâmetros de avaliação da historiografia produzida no Brasil naquele momento. Parâmetros e procedimentos que a mostram posicionando-se, muito claramente, em torno de dadas regras, de dados modos de fazer e de praticar a historiografia. Neste sentido, a crítica feita a apropriação e ao uso do pensamento de Thompson e Foucault pelos historiadores brasileiros já indicia um posicionamento contrário às novas tendências historiográficas. A crítica veemente e até certo ponto caricatural que vai fazer a Foucault, mas também a Nietzsche, a Barthes, a Derrida, etc,[104] expressa uma tomada de posição muito clara contra às perspectivas historiográficas que adotavam estes intelectuais como referência. Por isso, a meu ver, a preocupação de Costa não era promover uma nova síntese a partir da junção e/ou complementação dos dois polos, mas reestabelecer a dialética como modelo explicativo. O seu artigo se apresentava como uma tentativa de dar novo fôlego a um modelo e a um conjunto de regras de escrita da história que desde a década anterior vinha sendo marginalizado e vencido

[104] Costa vai fazer uma crítica bastante deselegante a estes autores, em especial a Nietzsche, acusando-o, além de esteticista – termo que não diz muita coisa sobre o pensamento e a obra deste autor –, de ser “um dos ideólogos que serviu de inspiração aos nazistas”. Ou seja, Costa prefere estabelecer uma crítica *ad hominen*, adjetivista e de fundo moral do que discutir substancialmente os conceitos usados e operados por estes autores e como eles foram usados e apropriados pelos historiadores brasileiros. Isto se explica pelo fato do texto de Costa ter muito mais uma finalidade política, de combate a determinados lugares e de determinadas estratégias de enfrentamento de demandas do presente do que, propriamente, uma preocupação exclusivamente teórico-metodológica ou epistemológica. Esta, na verdade, aparece como pano de fundo e pretexto para a tomada de posição política em favor de uma dada maneira de se produzir e escrever a história que no alvorecer da década de 1990 vinha sendo gradativamente substituída e denegada por novos modos, novas regras, novas formas de escrita da história, sobretudo, àquelas marcadas pelos procedimentos da História Cultural.

pelos novos lugares de produção e enunciação do saber histórico emergentes no país desde os anos 1980, sobretudo a escrita da história marcada pelo marxismo.

No entanto, a crítica historiográfica estabelecida por Costa vai ser indicativa de uma tendência que se perpetuará na prática historiadora no Brasil nos anos seguintes, em especial neste gênero, o da crítica historiográfica, qual seja: a crítica adjetivista, que dialoga com os pares indiretamente, sem citá-los ou referenciá-los, mas a partir de categorias genéricas ou da crítica indireta feita aos intelectuais estrangeiros apropriados e usados pelos historiadores brasileiros, como é o caso de Michel Foucault. Neste sentido, eu discordo de Igor Guedes Ramos quando ele diz que Costa "não critica apenas as 'leituras simplificadas e seletivas' e, portanto, equivocadas empreendidas pelos historiadores brasileiros nos anos 80", mas, estaria criticando "o próprio Foucault, pois é este que recusa a existência de um foco central do poder e a explicação a partir do sujeito" (RAMOS, 2014, p. 240). A meu ver, Costa também faz um uso e uma apropriação de Foucault bastante particular no texto, ou seja, ela inverte a dialética da apropriação e do uso mais comum que se fazia do pensamento deste autor, ou seja, a crítica que ela supostamente faz a ele e a seu pensamento, como aos outros intelectuais citados anteriormente, é pretexto para se fazer uma crítica indireta, porém bastante dura a historiografia produzida no Brasil, ou melhor, aos "novos historiadores brasileiros", sobretudo os unicampistas, com quem Costa dialoga ao longo de todo o texto, mas sem citá-los uma única vez. A crítica a Foucault é, portanto, pretexto para se atacar uma dada maneira de se praticar o ofício no país. É uma crítica indireta e velada a postura de determinados historiadores. Posso afirmar que Costa dialogava, mesmo sem citá-lo, com Edgard de Decca[105] e

[105] Este diálogo com Edgard de Decca, em especial com o artigo "A Revolução acabou", fica evidente em outra passagem do texto de Costa onde ela vai fazer uma crítica ao livro de François Furet sobre a Revolução Francesa, um dos referenciais usados por Decca para argumentar em torno de sua tese do fim da Revolução, como tema historiográfico e como utopia que mobiliza a ação política. Ela fará esta crítica da seguinte maneira: "Descrevendo os sucessos de 68 e a emergência do pós-estruturalismo, Terry Eagleton comenta com ironia que, incapaz de subverter as estruturas do poder de estado, a geração de 68 subverteu a linguagem. Numa resenha do livro de Furet sobre a Revolução Francesa, Lyn Hunt comentava em 1981 que a história da Grande Revolução há muito associada a violência, fome e conflitos de classes foi transformada num "evento semiológico". Ignorando as estruturas de poder e a maneira pela qual elas medeiam a linguagem e a ação humana, Furet construíra uma nova metafísica" (COSTA, 1994, p. 17). Costa usa, portanto, Eagleton e Hunt para desferir uma crítica e um ataque a Decca e a sua postura historiográfica acerca da Revolução, em especial a sua tese principal, contida no livro "O silêncio dos Vencidos" e retomada no artigo "A Revolução acabou" acusando-o, indiretamente, de transformar a revolução em um "evento semiológico". Isto explicita uma das principais estratégias e regras da crítica historiográfica produzida no Brasil, a de não citar quem são os seus contendores diretos, externando assim o que Albuquerque Jr. chama de uma crítica adjetivista, pouco substantiva e inquisitorial. Retomaremos este debate, de forma mais aprofundada um pouco mais adiante. Ver a este respeito: ALBUQUERQUE JR., Durval

com boa parte do Departamento de História da UNICAMP e com os historiadores ali formados. Justamente o lugar onde se vinha produzindo alguns dos principais estudos que se apresentavam como renovadores da historiografia do trabalho no país. Ao longo de seu texto Costa não cita um único historiador brasileiro, além dela mesma, mas, a meu ver, não deixa de fazer uma crítica ressentida a "nova historiografia brasileira", acusando-a de estetizante, apolítica e academicista. Isto se explicita em passagens do seu texto como a seguinte, onde ela procura deixar claro quais seriam às regras e os procedimentos da boa historiografia, daquela que constrói ou busca construir sínteses, e o que deveria ser evitado para não se cair no reducionismo culturalista:

> A insurreição contra a historiografia tradicional e seus métodos e abordagens se evidencia de forma mais clara nos estudos contemporâneos sobre a história do trabalho. É aí também que se dão os maiores confrontos entre os representantes dos dois grupos, mesmo porque, neste caso, o que está em questão não é apenas qual a melhor interpretação do passado, mas também qual a melhor estratégia no presente. Enquanto a historiografia dos anos 60 focalizava as macrofísicas do poder e se preocupava com as estruturas econômicas e o papel do Estado e das lideranças operárias na formação da classe operária, privilegiando os momentos de conflito entre capital e trabalho, a historiografia contemporânea focalizou os rituais, a linguagem, as formas cotidianas de resistência e lazer. Enquanto a historiografia tradicional se preocupava em estudar o impacto que a transformação industrial e o estado tiveram no movimento operário, a nova história inverteu a questão e passou a preocupar-se mais em examinar o impacto que a mobilização operária teve tanto na economia quanto na organização do Estado. Enquanto a historiografia tradicional concentrava sua atenção na classe operária, à qual atribuía uma predisposição revolucionária, a nova historiografia problematizou e historicizou a noção de classe, questionando tanto a visão essencialista da classe operária característica da historiografia tradicional como a inevitabilidade previamente assumida da sua vocação revolucionária. Questionou também a existência de uma solidariedade natural da classe operária expondo os conflitos internos entre vários tipos de identidade: político-partidária, nacional, religiosa, étnica, sexual, que na prática se articulam de várias formas à identidade de classe, às vezes reforçando-a, às vezes enfraquecendo-a. A nova historiografia repudiou também as abordagens teleológicas que assumiam que a história caminhava inevitavelmente e de forma unilinear para o socialismo e que viam em cada momento histórico uma nova etapa dessa direção. O fato de atenção deslocou-se do movimento operário, dos partidos políticos e dos sindicatos, para os operários; da classe

Muniz de. "O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão". *In*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2006.

> operária para os trabalhadores; da fábrica para a casa e a rua; do operário para a família operária; do trabalho para as atividades recreativas e para a cultura. (COSTA, 1994, p. 20) Grifos nossos.

Ao marcar as diferenças, ao que parece irredutíveis, entre “a historiografia tradicional” e “a nova historiografia” ou “a historiografia contemporânea” Costa avançava não só na delimitação dos dois campos, como estabelecia as regras e os procedimentos de escrita e enunciação do discurso historiográfico possível a partir de ambos os lugares. Mesmo propondo uma nova síntese dialética entre ambos, o artigo de Costa não deixa margem a pensar que o que ela faz, na verdade, seja algo diferente de uma defesa do modelo de interpretação e de narrativa histórica produzidos no polo da “historiografia tradicional”. Neste sentido, a síntese que ela propõe não seria um salto qualitativo em direção a um futuro que funde presente e passado ou tese e antítese, a partir das qualidades de ambas, mas a sua busca por uma nova dialética se configura, muito mais, como um retorno a um determinado modelo de dialética em que a virtude epistêmica e historiográfica estaria no empirismo acompanhado de uma maior formalização, onde a noção de socioeconômico apareceria como base totalizante do conhecimento histórico, alinhada com uma postura vanguardista por parte do historiador, entendida aqui como a capacidade de elaborar sínteses com vistas a descortinar os bons caminhos de futuro (RAMOS, 2014, p. 241). Com isto, Costa procurava estabelecer quais os perigos a serem evitados, ou melhor, os demônios a serem combatidos pelos “novos historiadores brasileiros”, e eles pareciam se encarnar no pensamento e na obra de autores como Foucault, Nietzsche, Derrida, assim como no “*vulgar linguicism*”, seja lá o que isto signifique, a que ela parece atribuir como sendo também as posições de Hayden White, muito embora Costa não o cite diretamente, mas deixa uma boa margem para possa afirmar isso, em especial quando estabelece a seguinte crítica, bastante caricata por sinal:

> Com isso não quero dizer que a análise do discurso não seja uma técnica imprescindível ao trabalho do historiador. Ou que a retórica não seja importante, e mesmo fundamental, via de acesso à compreensão história (sic). Mas reconhecer isto não é o mesmo que dizer que a análise do discurso é suficiente para a compreensão da história. E muito menos, como querem alguns, que o que existe são apenas textos sobre textos, e que o trabalho do historiador é semelhante ao do crítico literário e não passa de uma desconstrução *ad infinitum*. (COSTA, 1994, p. 16-17) Grifos nossos.

Desta maneira, o artigo de Costa defrontava-se com uma outra questão fundamental que emergia para os estudos de História Cultural dos anos 1990 no Brasil, a descoberta, um pouco tardia, por parte dos historiadores brasileiros de que escreviam e, ao escreverem, estariam lidando diretamente com a questão da linguagem. A descoberta ou a tomada de consciência de que esta não é neutra e muito menos transparente e que, portanto, ela não é mero reflexo do real, ou que ela não adere ao real como uma consciência plástica e flexível o bastante para dar conta de tudo dizer. E eram justamente o pensamento e a obra daqueles autores acima que faziam com que os historiadores brasileiros de defrontassem com estas questões, que os inquiriam e os demandavam novas respostas a todas estes problemas. O futuro de suas práticas e das regras que demarcavam e configuravam a sua geografia disciplinar dependiam de como eles enfrentariam estas questões e se colocariam diante delas nos territórios da "historiografia brasileira". Costa, muito claramente, vai propor um retorno a segurança da dialética nos moldes praticados nas décadas de 1960 e 1970, por mais que fazendo concessões à inclusão das discussões sobre os novos temas e objetos emergidos para o pensamento histórico no país. Em texto apresentado no XXVII Simpósio Nacional de História, realizado na cidade de Natal – RN, no ano de 2013, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. vai criticar e ironizar posturas como a de Costa, como gênero de crítica historiográfica, da seguinte forma:

> Desde que as cobrinhas vindas da crítica literária e da linguística, como Roland Barthes, que em 1967 dedicara um texto a análise das especificidades e pressuposto do discurso do historiador, ou da filosofia, como Michel Foucault, que após escrever um livro nomeado de História, em 1961, discutir as condições históricas de emergência das chamadas ciências do Homem, em 1966, onde dedica um item a história, termina por manter acirrado debate com os historiadores com a publicação do livro *A Arqueologia do Saber,* em 1969, os profissionais desta área de saber já não conseguem mais manter nem a inocência, nem a bondade, visto a reação agressiva que muitos tiveram. A peçonha estava lançada, a divisão e o conflito, coisas do diabo, estavam instalados. Logo essa discussão chega ao interior do próprio campo. Outsiders, homens meio a margem do cânone, publicam textos que fazem da questão da narrativa em história, da escrita da história sua principal preocupação. Um arqueólogo e historiador da antiguidade, um padre jesuíta e um historiador que trabalha num departamento de Literatura e trata de teoria literária publicam livros que têm como temática a própria forma como se escreve a história, a sua escrita, o uso da linguagem, de modelos

> literários e de tropos linguísticos pelos historiadores. *Como se escreve a história*, publicada por Paul Veyne em 1971, *Metahistória,* publicada por Hayden White em 1973 e *A Escrita da História,* publicada por Michel de Certeau, em 1975, vão tornar a temática da escrita da história, do chamado retorno da narrativa, ao qual o historiador inglês Lawrence Stone dedicou um texto de grande repercussão, publicado em 1979, uma questão incontornável com as quais terão que lidar a partir daí os historiadores, seja em seus trabalhos de pesquisa, seja no campo do ensino da história. (ALBUQUERQUE Jr., 2013, pp. 02-03)[106]

Portanto, o texto de Costa trás as marcas e indica as mudanças de regras no fazer histórico que a historiografia no Brasil estava, mais uma vez, atravessando no alvorecer dos anos 1990. Desta feita, as mudanças pareciam estabelecer um corte teórico-metodológico e epistemológico mais radical do que aquele experimentado ao longo dos anos 1980, uma vez que na década de 1990 a renovação não se fazia só restrita a incorporação de “novos problemas”, “novas abordagens” ou “novos objetos”, ou seja, não dizia respeito apenas ao conteúdo ou ao produto final do trabalho do historiador com suas hipóteses explicativas e a possível validação das mesmas pelo confronto com as fontes e com a realidade histórica. Mas passava a ser colocada em questão a própria forma como os historiadores escreviam a história. Começava a aparecer para o pensamento historiográfico brasileiro a incomoda pergunta colocada por Certeau, desde a década de 1970, que inquiria os historiadores brasileiros a responderem: o que fazem os historiadores ao produzirem história? A quem servem? Para quem trabalham? O enfoque da produção historiográfica nacional começava a se inverter, do produto para a produção, ou seja:

> Contemporaneamente esta relação vem se invertendo, pois parece ser muito mais o presente que organiza a produção o que faz corresponder o real com o passado que se quer representado, do que o inverso. O aperfeiçoamento dos mecanismos que levariam o historiador a ligar o produto de sua operação – a escrita – às práticas que garantiriam o princípio de realidade que lhe daria não só legibilidade, mas, sobretudo, legitimidade e fiabilidade tem se tornado uma marca, uma regra fundamental da produção historiográfica, diria uma lei do meio. (SANTOS, 2016, p. 04-05)

Desta maneira, os textos publicados na RBH que vimos discutindo acima se apresentam como marca desta viragem e como sinais da emergência da crítica

[106] Texto ainda não publicado, gentilmente cedido ao autor para a pesquisa e uso nesta tese.

historiográfica como gênero textual atuante na definição e delimitação das fronteiras destes novos lugares de produção e enunciação do discurso histórico no país, mas também como uma área que buscava estabelecer-se como *locus* de validação e legitimação teórica e epistemológica desta produção buscando definir quais seriam as boas e más práticas, as regras a serem seguidas e àquelas a serem descartadas. Contudo, isto não vai ser feito de forma pacífica. Talvez, como em nenhuma outra área, os conflitos políticos, institucionais e intelectuais estejam tão presentes na reconfiguração da geografia disciplinar da historiográfia brasileira como o da crítica historiográfica que emerge nos anos 1990, tentando avaliar e validar o que havia sido produzido em termos de historiografia no Brasil até então. Buscando circunscrevê-la a determinados lugares, nomeá-la e dizê-la a partir de determinados termos, parti-la e reparti-la de acordo com dadas oposições como, por exemplo, História Social e História Cultural, muitas vezes tendendo a naturalizar estas divisões como algo inerente a própria produção do conhecimento histórico, velando com isto as disputas institucionais e políticas que o animam e possibilitam. Nas páginas da RBH esta crítica historiográfica vai aparecer também no formato de balanço historiográfico e, talvez, três dos principais exemplos disso sejam dois artigos produzidos por Eni de Mesquita Samara, um publicado no número 17 da Revista, de setembro de 1988/fevereiro de 1989, com o título “A história da Família no Brasil”; e o outro publicado no número 21, de setembro de 1990/fevereiro de 1991, com o título “Mulheres das Américas: um repasse pela historiografia latino-americana recente”[107]. E um artigo de Francisco Falcon, o único publicado por este importante historiador da história no Brasil na RBH, que circulou no número 30 da revista, no ano de 1995, com o título “O Rio de Janeiro como objeto historiográfico”[108].

Os dois artigos de Samara se inserem muito claramente numa perspectiva de balanço historiográfico que caracteriza-se, antes de tudo, pela reafirmação de determinado modo de historiar e não pela crítica ou pela análise histórica mais aprofundada das injunções institucionais, políticas e intelectuais que permitiram a emergência para o pensamento historiográfico de determinados temas, neste caso a

---

[107] Cf. SAMARA, Eni de Mesquita. A História da Família no Brasil. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 09, Nº 17, 1988/1989. pp. 07-35._____. Mulheres das Américas: um repasse pela historiografia Latino-Americana recente. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 11, Nº 21, 1990/91. pp. 227-240.

[108] Cf. FALCON, Francisco J. C. O Rio de Janeiro como objeto historiográfico. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 15, Nº 30, 1995, pp. 63-75.

família e as mulheres. Nos dois textos Samara faz um inventário dos estudos e dos historiadores que teriam contribuído para “a diversificação temática e a mudança dos focos de atenção do pesquisador” permitindo o “enriquecimento dos estudos históricos, propiciando a incorporação de novos campos de reflexão àqueles já consagrados. Assim, o cotidiano, os marginalizados, a mulher e a família ganharam espaço e dimensão novas nas interpretações recentes” (SAMARA, 1988/99, p. 07). Portanto, não estava no escopo de preocupações de Samara, nestes dois balanços, fazer uma história da história destes dois temas; mas, tão somente, apontar para os inúmeros estudos que haviam contribuído para o desenvolvimento e legitimação dos mesmos, como temas e objetos de estudo relevantes para o pensamento historiográfico brasileiro. Ou como ela vai dizer: “desse renovado interesse surgiram inúmeros estudos empíricos que, a despeito das divergências ou acertos quanto ao tratamento específico do objeto de análise, deram novo vigor à historiografia das últimas décadas” (IDEM). O que permitia, segundo Samara, se falar tanto de uma História da Família quanto de uma História das Mulheres no Brasil. Lugares em torno dos quais ela se posiciona e posiciona a sua produção, assim como dos historiadores e historiadoras que orbitavam os círculos institucionais e intelectuais que frequentava a época como, por exemplo, o PPGH da USP e a ANPUH. Neste sentido, o balanço historiográfico se apresenta como um instrumento de validação e legitimação de dados estudos e historiadores, de dadas formas de se escrever a história da família e das mulheres no Brasil. Formas estas que favoreciam “uma História Social da Mulher e da Família, preocupada com a análise e a percepção de processos históricos antes considerados de menor importância para o entendimento da natureza das sociedades” (SAMARA, 1988/89, p. 07). Os artigos de Samara buscam validar um lugar, uma área de produção do saber histórico em torno daqueles dois temas, o lugar no qual ela se situa como um dos expoentes. E neste sentido é bastante significativo o silêncio em torno dos estudos de gênero já significativos à época, como os já desenvolvidos por Margareth Rago, ou a não remissão a trabalhos como os do psicanalista Jurandir Freire Costa e seu livro *Ordem médica e norma familiar*, um dos estudos fundamentais para a renovação deste tema no país e publicado desde a década de 1970.

Já o artigo de Falcon indicia um outro movimento. Um pouco menos inventariante e mais analítico. Ou como Falcon vai dizer “não se espere portanto nem análise exaustiva nem grandes interpretações. *O Balanço Historiográfico* a que me proponho não passa na verdade de um conjunto de observações gerais e

panorâmicas baseadas nos levantamentos que venho realizando a respeito da produção histórica brasileira recente" (FALCON, 1995, p. 63-64). E neste sentido, Falcon redimensiona o objeto de seu balanço uma vez que o inventário da produção historiográfica feita a partir das instituições do Rio de Janeiro seria praticamente impossível, dada a sua diversidade e uma vez que elas não se restringem apenas ao ambiente acadêmico, mas incorporam inúmeras outras instituições como arquivos, bibliotecas, institutos, fundações etc. Assim, o balanço proposto por Falcon toma como escopo o Rio de Janeiro como objeto historiográfico o que possibilita a ele fazer um recorte mais adequado de análise e restringir o foco, uma vez que "em consequência de tais lacunas, é imperioso reconhecer que esta tentativa de balanço resultou talvez *universitária* em demasia, se bem que em sua defesa se possa argumentar com o fato de que, desde a década de 70 pelo menos, a produção do conhecimento histórico vem sendo realizada, em mais de 90% no âmbito das universidades, ou mais concretamente, na esfera dos programas de pós-graduação" (FALCON, 1995, pp. 65-66).

Mas o ponto mais significativo deste balanço não se resume ao estudo que Falcon faz do Rio de Janeiro como objeto historiográfico e sim das conclusões teórico-metodológicas que ele tira desta observação e que, em grande medida, busca pensar como uma das marcas da historiografia produzida no país naquele momento. Diz ele:

> A fragmentação da produção historiográfica aqui sumariamente examinada admite então diferentes rumos explicativos. Preferi sublinhar os fatores mais propriamente teórico-metodológicos associados às atuais tendências da escrita da história, mas citei também um exemplo interessante de como a questão poderia ser encarada também de um outro ângulo.
> Veja-se, no caso, a própria noção de fragmentação. Entendida de um determinado ponto de vista, tal noção tanto pode querer denotar a existência de uma pluralidade (inquietante) de objetos e abordagens, quanto, de outro ângulo, conotar a presença de implicações/significações teórico-metodológicas negadoras da categoria da totalidade ou ao mesmo rejeitar a possibilidade de alguma relação *verdadeira* entre o discurso histórico como tal e algum tipo de referente supostamente situado na esfera da *realidade*.
> Ocorre no entanto (sic) que nem sempre essas significações estão, ou estiveram realmente presentes no horizonte teórico dos historiadores-autores, pois é perfeitamente possível que muitos deles encarem a pluralidade de objetos e abordagens – a "fragmentação" – como sendo mera imposição de interesses ou limitações de toda sorte aos seus próprios projetos de pesquisa. Não são por sinal raros os trabalhos que apesar de na aparência reforçarem aquela tendência, buscam

> situar-se, teoricamente, de forma bem diversa. (FALCON, 1995, p. 72-73)

Falcon, portanto, identifica na fragmentação do conhecimento histórico uma das tendências mais marcantes daquele momento. Fragmentação que, para ele, tanto poderia significar pluralidade, o que também não deixava de ser inquietante, como também implicações e/ou significações teórico-metodológicas mais profundas, como, por exemplo, a negação da noção de totalidade e da própria possibilidade de uma relação entre narrativa histórica e realidade passada, entendida como referente último sobre o qual se enuncia o discurso do historiador. Esta leitura empreendida por Falcon se coloca na mesma posição daquela feita por Costa em seu artigo de 1994. Ou seja, se para Costa o grande perigo a ser evitado eram os reducionismos tanto econômico como o cultural, sobretudo este, para Falcon o perigo destas novas tendências historiográficas residia na adequação irrefletida à fragmentação dos objetos, das abordagens e perspectivas que, por fim, levavam a impossibilidade de um conhecimento fundado na ideia de totalidade, pois não haveria nada que articulasse as partes ou que desse conta de reunir a fragmentação de objetos e abordagens em que a história se multiplicava. Mais perigoso ainda seria fazer da fragmentação uma opção ou uma escolha teórico-metodológica, ao aderir ao novo pelo simples fato dele ser novidade. Neste sentido, o texto de Falcon vai ser o primeiro a trazer para as páginas da RBH um enunciado já bastante recorrente, desde o final da década de 1980, entre os historiadores que se arvoravam em críticos historiográficos, que é o enunciado da crise. A ideia bastante disseminada a partir do final dos anos 1980 de que a História enquanto disciplina estava imersa em uma profunda crise paradigmática e epistemológica. E Falcon se pergunta justamente se a fragmentação não seria um dos sintomas desta crise e, em que medida, os historiadores poderiam dar respostas a estes problemas sem comprometer o rigor e a cientificidade do conhecimento histórico.

Ele vai deixar em aberto esta questão, sinalizando apenas que isto pode significar tanto continuidade quanto ruptura, ao sabor de quem anuncia o discurso da crise, uma vez que “objetos e abordagens, novos ou antigos, não são politicamente neutros” e, portanto, isto impossibilitaria qualquer neutralidade política da historiografia, enquanto uma prática que visa avaliar criticamente o que os historiadores vinham fazendo ou produzindo sobre um dado período, um dado tema,

um dado objeto. Retomaremos esta discussão na parte seguinte, a partir do desenovelamento dos fios desta discussão para além das páginas da RBH. O que evidenciará que esta discussão não se deu apenas no plano das ideias e das discussões teórico-metodológicas, como sugere esta primeira leitura feita a partir dos textos circulados na Revista Brasileira de História. Ela mostrar-se-á uma discussão bem mais intricada que remete a formação de um lugar bastante poderoso dentro da geografia disciplinar da História no Brasil, uma vez que busca se colocar como o *locus* de avaliação, de validação e, sobretudo, de prescrição e normatização do saber histórico produzido no país. Ele emerge, primeiro, como mecanismo de crítica historiográfica, para depois começar a ser pensando como historiografia, ou seja, como história da história, como o dobrar-se da história sobre si mesma, para pensar como vem se produzindo, se tecendo, se escrevendo, a partir de quais regras, de quais procedimentos e, sobretudo, articulada por quais relações de saber, poder e de desejo.

Por ora cabe destacar apenas que até meados da década de 1990 ainda não é possível se falar em uma história da historiografia, mas, tão somente na emergência de uma crítica historiográfica, ainda pouco consistente, sem se ater efetivamente a historicidade da própria história, mas apresentando-se como uma crítica que procura balizar e discutir as regras da “boa” prática historiográfica em detrimento das posturas que a ameaçariam, como o fez Costa e Falcon, ou simplesmente apontando quais os caminhos que a historiografia brasileira, profissional e acadêmica deveria seguir no seu processo de renovação, como o fez Fenelon, De Decca, Silva, Samara. Não há, portanto, nas páginas da RBH, até a segunda metade da década de 1990 nenhum esforço ou nenhum texto publicado que se esforce a pensar ou a fazer um exercício de historicização da prática historiadora no Brasil, ou melhor dizendo, de retornar à história a historicidade que lhe é própria. Este debate e esta discussão emerge alhures. E é disto que trataremos a seguir, na segunda parte desta tese.

Quero pontuar também que aquilo que hoje chamamos de historiografia brasileira, profissional, acadêmica era durante os anos 1980 e 1990 um campo ainda em projeção, sendo duramente disputado, produzido, configurado, ou seja, inventado. E esta configuração, produção e disputa passa, permanentemente, pela tensão entre a espacialização do saber histórico, mediante a configuração de uma geografia disciplinar (que cartografa lugares, espaços, territórios, fronteiras, que faz uma

topografia de enfrentamentos e de lutas, que mapeia os combates e distribui os atores em luta no campo, procurando apontar caminhos a seguir e viagens a fazer) e sua temporalização por meio da produção, em retrospectiva, de dada(s) memória(s) disciplinar(es) que disputarão ser a narrativa hegemônica do campo, quando não o próprio campo. Portanto, a “historiografia brasileira” profissional, acadêmica é uma invenção recente e em permanente disputa que só muito tardiamente, depois da segunda metade dos anos 2000, passou a ser pensada mais democraticamente, fazendo corresponder à sua geografia disciplinar um pouco da diversidade institucional e dos lugares de produção do conhecimento histórico hoje existentes no país. Antes disso o que se afirmava como “historiografia brasileira”, com um caráter nacional, era, na verdade, a historiografia produzida geralmente em um dado estado, em dadas instituições, por dados historiadores e que se arvoravam assumir o lugar do nacional e falar por e a partir dele. Até meados dos anos 2000, como vimos, apenas a historiografia produzida nas instituições de São Paulo e Rio de Janeiro puderam se dizer nacionais, puderam ver-se e dizer-se “historiografia brasileira”.

PARTE II
A HISTORIOGRAFIA COMO EPISTEMOLÓGIA DA HISTÓRIA: PAVIMENTANDO O CAMINHO ENTRE A CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA E A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA

5 A RETÓRICA DA CRISE E A EMERGÊNCIA DA CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1980: uma tentativa de definir a historiografia brasileira profissional, acadêmica

5.1 DE GIRO EM GIRO, OS HISTORIADORES FICARAM TONTOS: Uma "renovação" teórico-metodológica ou uma "crise de paradigmas"?

Crise. Esta talvez seja a palavra que mais os brasileiros tenham escutado nos últimos tempos. Ela parece estar por toda parte. Nenhum aspecto da realidade parece escapar a ela. Muito menos os domínios de Clio. A "crise" aparenta consumir o próprio tempo. Há quem diga que estejamos passando por uma crise de temporalidades, de regime de historicidade, crise dos espaços de experiência, dos horizontes de expectativa, crise das universidades, crise de valores, crise da história, crise da historiografia e dos historiadores. Aliás a História parece ser uma velha senhora sempre na turbulência da adolescência. Parece que mais que qualquer outra área do saber, a história sofre exasperadamente com suas crises cíclicas. A cada crise um giro ou seria a cada giro uma crise? É preciso historiar esta questão. O objetivo deste capítulo é justamente pensar como e quando essa noção de crise emerge com tamanha centralidade para o discurso do historiador, em especial para os historiadores acadêmicos, profissionais no Brasil. Problematizar, dentre outras coisas, por que os historiadores e o saber histórico passam a se dizer em crise, não só atualmente, mas ao que parece justamente nos momentos em que há uma demanda cada vez maior por narrativas sobre o passado. Quando a produção acadêmica, profissional feita por historiadores formados e forjados nas oficinas de Clio tem alcançado os mais diferentes rincões do país, com a expansão não só de seu principal espaço de fabricação, os programas de pós-graduação, mas também de seus instrumentos de circulação e publicização de seus produtos: as revistas científicas, as editoras universitárias e, sobretudo, a internet.

Uma das premissas desta seção é afirma que é preciso relativizar este discurso da crise e começar se perguntando quem são os historiadores e por que gritam crise? É uma crise da história conhecimento? E de que modalidade de história conhecimento ou seria uma crise dos historiadores, profissionais, acadêmicos? Não posso negar que são questões angustiantes e aflitivas para àqueles que transitam pelos domínios de Clio. Mas é preciso pensar, seguindo os ensinamentos de Reinhart

Koselleck, que todo conceito tem uma história, em especial o de crise, e que, portanto, se faz necessário historiar o modo como ele vem sendo usado e agenciado pelos historiadores brasileiros ao longo das últimas três ou quatro décadas, para que possamos, ao menos circunstancialmente, apontar algumas respostas que sirvam de antídoto a esta mais recente "crise" da história e dos historiadores. Em resumo, o que me proponho a fazer neste tópico é historiar quais os caminhos que nos trouxeram a mais esse momento de crise. Para tanto vou distanciar-me um pouco da RBH e da ANPUH como principal caminho de entrada para começar a tratar desta questão e retomar um debate de final dos anos 1980, que como já apontei de forma um pouco mais apressada na primeira parte desta tese, me parece ser um acontecimento fundamental para começar a mapear como emergiu esta noção de crise com a qual os historiadores acadêmicos, profissionais no Brasil tanto se debatem ainda hoje, em especial quando querem definir o que vem a ser a historiografia brasileira.

Retomo este debate a partir de uma outra noção que parece ser oposta à de crise, mas, como veremos, lhe é correlata e complementar, a de renovação. Ao historiar o percurso da ANPUH e da RBH ao longo dos anos 1980 observei como a ideia de renovação da "historiografia foi uma constante" em praticamente todos os espaços de produção do saber histórico acadêmico brasileiro do período, em especial nas pós-graduações. É praticamente um consenso que de 1980 em diante houve uma profunda e qualitativa renovação na e da "historiografia brasileira". A ANPUH e as páginas da RBH, como visto acima, foram espaços de calorosas disputas em torno desta renovação e de sua legitimação institucional, contribuindo sobremaneira para a configuração de uma nova geografia disciplinar do saber histórico no Brasil nestas últimas décadas e para uma reconfiguração temporal das narrativas autorizadas e legitimadas socialmente sobre o passado[109], possibilitando a emergência de algumas tradições e memórias disciplinares em disputa. O que temos chamado de historiografia brasileira profissional, acadêmica, ao longo dos últimos anos, portanto, vai ser constituída e configurada a partir desta tensão permanente entre sua

[109] Estou pensando o conceito de legitimidade a partir do historiador Fernando Nicolazzi, quando este diz: "pensar a ideia de 'legitimação' implica colocar alguns postulados. O primeiro é considerar que a produção do conhecimento obedece, além de princípios epistemológicos, a certas regras de ordem social. Assim, entre as condições de produção, a produção efetiva e sua posterior recepção, abre-se uma dimensão histórica para o conhecimento, ou seja, ele é colocado sob contingências, seria possível falar, de maneira geral, na legitimidade ou não de tal conhecimento. Por conseguinte, o que emerge disso é o fato de que interessa...,tratando-se da dimensão discursiva da História, menos pensa-la do ponto de vista de um 'conhecimento verdadeiro' do que a partir da noção de um 'conhecimento legítimo'" (NICOLAZZI, 2011, p. 16).

espacialização e temporalização, mediante a configuração de uma geografia e de uma memória disciplinares. No entanto, nas páginas da RBH, como visto acima, os questionamentos a esta renovação e a forma como ela foi estabelecida não provocou grandes reverberações ou produziu maiores debates ou críticas, para além daquelas já apontadas na primeira parte desta tese.

Esta situação modifica-se de forma considerável quando nos distanciamos da orbita de atração intelectual e institucional capitaneada pela ANPUH e concentrada na RBH e passamos a observar os debates alhures, sobretudo a partir da ótica daqueles que se viam perdendo espaços políticos, institucionais e intelectuais quando da construção do saber histórico no Brasil, com suas narrativas sobre o passado perdendo, gradativamente, legitimidade entre os pares e que não encontravam, por exemplo, espaços institucionais e intelectuais de publicação, circulação e visibilidade na ANPUH e na RBH, sendo ai muitas vezes marginalizados, quando não totalmente silenciados. Deixando com isso de ser narrativas hegemônicas, de produzirem ou serem inteligíveis para uma comunidade de discurso que cada vez mais assumia um novo vocabulário, uma nova gramática para a escrita da história no Brasil. Este vai ser o caso de praticamente toda a historiografia marxista de corte althusseriano, estruturalista, das vulgatas stalinistas e seus derivados, raramente publicada ou discutida nas páginas da RBH, assim como também muito pouco citada ou referida a não ser para servir de objeto de crítica, muitas vezes adjetiva e caricatural, ou modelo de como não mais se praticar e escrever historiografia. A historiografia marxista é transformada no outro a ser combatido, distanciado e superado. Como veremos, isto gerou uma profunda descontinuidade nos estudos de história econômica, por exemplo, dado o ranço criado em torno das abordagens estruturalistas feitas em termos de infraestrutura, superestrutura e modo de produção tão em voga nos anos 1970, para se explicar a realidade brasileira[110].

[110] Isto produziu efeitos danosos no modo de pensar a história ao longo dos últimos anos, em especial porque distanciou às questões e as análises econômicas do escopo das principais narrativas produzidas pelos historiadores brasileiros acerca do passado. Discutir as questões econômicas e seus efeitos, inclusive sobre o fazer do historiador e o produto deste fazer, deixou de ser prioridade, aliás deixou inclusive de ser pensado dentro das atuais regras de produção do saber histórico no país. Quando muito às questões econômicas passam ao largo das discussões. Questões fundamentais como o financiamento das pesquisas, o papel econômico das fundações de amparo a pesquisa, o fomento do CNPq e da CAPES, nada disso ou quase nada é ponderado quando o problema é pensar a escrita da história e a definição da historiografia profissional, acadêmica ao longo dos últimos anos. Talvez o papel mais deletério deste processo tenha sido o que ocorreu com o doutorado em História Econômica da USP, que teve seu fechamento recomendando pela CAPES por baixa produtividade.

Assim como Emília Viotti da Costa, Philomena Gerbran, Jacob Gorender inúmeros outros historiadores que se ligavam diretamente aos círculos intelectuais marxistas mais tradicionais, sejam de corte althusseriano, stalinista, leninista, seja ligados ao PCB passam a ver e a dizer esta renovação da "historiografia brasileira" profissional, acadêmica com extrema desconfiança, senão pela ótica de um discurso bastante reativo, acusando-a de provocar uma crise na história disciplina, muitas vezes cantada e decantada como uma crise da própria História. Este sentimento parecia ser mais intenso e angustiante entre os historiadores marxistas que dedicavam-se a pensar mais detidamente a teoria do conhecimento histórico para além da sua mera aplicabilidade como modelo teórico de conhecimento da realidade. Neste sentido, um dos primeiros historiadores a gritar ou bradar em torno de uma suposta "crise" da História será o historiador da UFF, Ciro Flamarion Cardoso[111]. Cardoso publicará no ano de 1988, pela editora Campus, do Rio de Janeiro, um pequeno livro chamado de "Ensaios Racionalistas". Um livrinho com pouco mais de cem páginas de texto que reunia cinco artigos de Cardoso publicados anteriormente em outros espaços num recorte de tempo que vai do ano de 1979 (data em que foi publicado dois dos artigos reunidos na coletânea) até o ano de 1988, momento da publicação do último artigo do livro que tem como título "Uma 'Nova História'?". As primeiras linhas do livro escritas por Cardoso o apresentam nos seguintes termos: "Os ensaios reunidos nesse volume podem ser lidos cada um por si. Une-os, no entanto, um combate comum: aquele que, num período de avanço do irracionalismo, importa travar em favor do racionalismo e da sua forma mais eficaz até hoje – o marxismo". (CARDOSO, 1998, p. I)

Há inúmeros elementos muito simbólicos em torno deste livro e daquele que o escreve que me permite pensar e problematizar de forma mais ampla tanto a ideia de renovação da historiografia brasileira que se afirmava naquele momento,

---

Esta não é uma questão central desta pesquisa, mas cabe aqui o registro para que possa ser pesquisada com mais afinco futuramente.

[111] O professor Ciro Flamarion Cardoso foi um dos primeiros historiadores brasileiros a se dedicar às discussões de ordem teórico metodológica sobre o conhecimento histórico e o fazer do historiador no Brasil. Publicando desde finais da década de 1970 manuais que discutiam tais temas e procuravam apontar para os estudantes de história os caminhos da metodologia do conhecimento histórico, partindo sempre de uma perspectiva teórica marxista, a exemplo do livro "Os métodos da História", escrito em colaboração como o historiador mexicano Héctor Pérez Bringnoli. O professor Ciro faz praticamente toda sua formação fora do país, concluindo seu doutorado na França, sobre orientação de Frederic Mauro. Depois disso leciona em diversas universidades latino-americanas de vários países, a exemplo do México, antes de retornar ao país no final dos anos 1970 para ingressar como professor do Programa de Pós-Graduação da UFF. Cf. MORAES e REGO. Op. Cit. 2002.

quanto a emergência dos primeiros discursos de ordem acadêmica, na seara do conhecimento histórico, que procuram estabelecer uma suposta crise da História. Comecemos pelo lugar social de produção do livro: ele é publicado em 1988, mas reunindo artigos que haviam sido escritos, alguns deles, já a quase uma década. Portanto, ele é contemporâneo de dois momentos ou de dois processos bastante angustiantes e até certo ponto traumáticos para o marxismo, no geral, e os historiadores a ele ligados, no particular. Um dos processos com implicações globais e outro de caráter nacional, mas que se imbricam e se oferecem como condição de possibilidade para emergência deste enunciado da crise, aliás eles parecem encarnar e materializar esse discurso: um é a crise do socialismo real que culminará com o fim da União Soviética mediante sua gradativa abertura política e econômica ocorrida ao longo dos anos 1980; o outro é o processo também de abertura política e de retorno à democracia que o Brasil vai observar com o fim da ditadura civil-militar e sua abertura "lenta, gradual e segura" promovida pelo *stablishment* político e militar ainda no poder de Estado, ao longo da mesma década. O primeiro processo apontava para a falência não só teórica do marxismo, sobretudo o de cunho stalinista, uma vez que colapsava a sua capacidade explicativa da realidade e, por consequência, o seu caminho teórico, etapista, teleológico traçado em direção da sociedade perfeita, uma vez que na prática efetiva do socialismo real não havia se confirmado. Apontava também para a sua falência como instrumento político capaz de revolucionar a história e fazer com que a sua finalidade fosse antecipada e alcançada pela superação do capitalismo. Derrota teórica e política, como pensamento e como práxis.

Já o segundo processo, o fim da ditadura civil-militar e sua "abertura lenta, gradual e segura", colocava questões mais imediatas e próximas aos historiadores brasileiros: ao mesmo tempo que apontava para esperança da construção de um país democrático num futuro próximo, onde vários projetos de nação começavam a ser disputados, pairava no ar uma incerteza de como o país enquanto nação e sociedade caminhariam depois de vários anos de autoritarismo e repressão. Para os historiadores marxistas que fizeram o enfretamento da ditadura civil-militar nas décadas anteriores e que tinham nos militares e nos seus dispositivos os grandes inimigos a combater, este cenário coloca alguns vazios que os fazem repensar sua atuação tanto teórica quanto política, à medida que se vêm deslocados de seus principais alvos de crítica e ataque teórico e político, a ditadura e o capitalismo, e a relação insidiosa mantido entre ambos ao longo do período autoritário. O Estado

ditatorial, autoritário, repressivo, encarnação e continuação dos interesses do capital e do império estava nos seus estertores. Emergia do seu interior uma sociedade bem mais diversa que aquela das décadas anteriores. A democracia estava no horizonte, e os conceitos desta que se disputavam caminhavam no sentido de construção ou de uma socialdemocracia aos moldes de alguns países europeus ou uma democracia (neo)liberal aos moldes americanos. Portanto, apesar do fim do braço autoritário e repressivo do império sobre os ombros da sociedade brasileira, no fim e ao cabo, o capitalismo parece que havia vencido também aqui no Brasil. Deste modo, o livro de Cardoso é publicado em total clima de fim de festa, em especial para historiadores com a formação marxista que ele teve. Neste sentido, o livro deve ser compreendido como um dos acontecimentos deste processo.

Um outro elemento diz respeito ao lugar institucional onde ele é produzido, a Universidade Federal Fluminense, e publicado no Rio de Janeiro por uma editora muito pouco conhecida ou que não fazia parte do circuito das editoras comerciais já presentes no Brasil de finais da década de 1980. E isto é politicamente bastante significativo, pois explicita uma recusa política em se vincular ou capitular as demandas do mercado editorial e suas supostas articulações com a “indústria cultural capitalista”. Voltaremos a essa discussão um pouco mais adiante. Todos os quatro primeiros artigos do livro haviam sido publicados e circulados originalmente em revistas do Rio de Janeiro e/ou apresentados em eventos no estado. Apenas o último artigo é que havia sido escrito exclusivamente para o livro. Mas o que quero destacar é justamente o fato de Cardoso escrever de um lugar institucional diverso ou até mesmo que começava a se pensar em oposição ao que se passava e se fazia naquela que era considerada a principal instituição universitária da época, a USP, e fora dos seus círculos de influência intelectual, em especial no tocante a Cardoso uma vez que sua formação ocorre na França, sob a orientação de Frederic Mauro, e ele já chega a UFF em 1979 como um professor com larga experiência, construída em diversas universidades latino-americanas. Sobre esse ambiente institucional do qual participava naquele período, Cardoso vai afirmar o seguinte, em entrevista a Moraes e Rego: “Na realidade, fomos criando um certo ambiente de debate e de comunidade de interesses, as linhas de pesquisa e, sobretudo, um perfil. E acho que conseguimos, pois temos um perfil que é diferente do da USP, da Unicamp etc.” (MORAES e REGO, 2002, p. 226). Este elemento é fundamental para entendermos às críticas que ele vai fazer a renovação da historiografia brasileira decantada naquele período. Pois ela não

deixa de ser, também, uma crítica a USP, mas sobretudo ao departamento de história da UNICAMP que, como vimos, havia encampado de forma mais incisiva o discurso da renovação da “historiografia brasileira”.

É importante sublinhar também os conceitos que Cardoso vai manejar para produzir sua crítica. E neste sentido o título do livro, “Ensaios Racionalistas”, é muito sintomático. Uma vez que toda a argumentação do livro orbitará em torno da ideia de que o conhecimento racional, científico – que para Ciro é sinônimo de marxismo – estava sendo colocado em cheque por “novos bárbaros” que faziam marchar sobre a razão o império do irracionalismo. Ciro, portanto, reestabelecia um novo império a combater. Se os historiadores marxistas haviam perdido seu grande referencial prático de inimigo, o capitalismo encarnado no “Império” americano e que no Brasil se travestia na Ditadura Militar, Cardoso estabelecia outro, imaginário, uma fantasmagoria, contra o qual passaria a estabelecer uma guerra e ser um fervoroso “combatente pela história”. Ele inverte a chave de leitura do mundo. Se antes o marxismo fazia da teoria uma arma de combate político efetivo diante de um presente ditatorial e opressor, naquele momento são as disputas políticas no campo do conhecimento histórico que vão ser o meio de se manter legitimando teoricamente o marxismo. Se antes era a teoria que justificava e legitimava a intervenção política, agora é a intervenção política no campo restrito dos historiadores, combatendo pela história, que justifica e legitima a teoria marxista. Ciro não cansa de afirmar, como uma espécie de Dom Quixote combatendo moinhos de vento, que o marxismo enquanto teoria é necessário, não há forma de racionalismo mais eficaz que ele, em especial para se pensar e se fazer história, para ele o marxismo era a expressão, como teoria e ação, da própria história. Isto parece se evidenciar na apresentação que Carlos Nelson Coutinho faz ao livro:

> Este novo livro de Ciro Flamarion Cardoso insere-se num dos mais importantes debates culturais de hoje, bastante vivo também no Brasil: o que opõe racionalismo e irracionalismo, ou, mais concretamente, a defesa da razão como meio privilegiado de compreender e transformar o mundo, por um lado, e, por outro, a criação de mitos irracionalistas, que conduz objetivamente a uma demissão diante das tarefas postas a inteligência crítica do real. Trata-se, de resto, de uma controvérsia teórica com claras implicações políticas.
>
> ...
>
> E é em nome do marxismo, da razão dialética materialista, que ele vai combater, nestes seus brilhantes ensaios, diferentes manifestações do

> que chama de “avanço do irracionalismo”. (COUTINHO *In*: CARDOSO, 1988)

A fala de Coutinho nos leva a outro aspecto bastante simbólico da obra de Cardoso. Seus combates vão ser travados contra dados modelos teóricos a quem acusa de “irracionalistas” e “conservadores”, notadamente o que vinha sendo nomeado, naquele momento, como “nova história”, inspirada nos novos temas, novas abordagens e novos objetos propostos pela terceira geração dos *Annales*, sobretudo, a partir da coletânea publicada sob a organização de Pierre Nora e Jacques Le Goff. Neste sentido, para Cardoso, esta história não era assim tão nova uma vez que segundo ele sua matriz política de origem consistia nos quadros do *stablishment* cultural francês daquele período, capturados por modismos e pelas seduções dos mass média. Historiadores que, para Cardoso, haviam traído a geração dos pais fundadores, de Bloch, Febvre e Braudel, desvirtuando a proposta revolucionária dos primeiros em nome das demandas da cultura de massas. Esta nova historiografia, portanto, não tinha nada de nova, pois representava, do ponto de vista político, o que havia de mais conservador e reacionário, fazendo uma adesão acrítica ao capital, a cultura de massas e a seus valores superficiais, era um de seus modismos. Ela derivaria, portanto, “de um racionalismo mesquinho e empobrecido, de matriz liberal-positivista, que classifica como irracional tudo o que vai além da positividade capitalista, das supostas leis eternas do mercado” (IDEM). Desta forma, os conceitos manejados por Cardoso explicitam, em chave epistemológica, uma disputa política de fundo que, para ele, parecia ser mais importante e relevante que qualquer outra coisa, uma vez que ameaçava a própria razão como meio de transformar o mundo, ou seja, o marxismo.

> Desde então, [década de 1970], a historiografia dos *Annales* deixou, ao que parece, de resistir e se integrou ao paradigma ocidental homogêneo...É verdade que o fez em nome de “novos objetos”, “novo enfoques” e “novos problemas” – mas é preciso ver se são assim tão novos!
> Nestes últimos anos, as “últimas novidades chegadas de Paris” trazem sobretudo mensagens irracionalistas, uma espécie de neo-anarquismo cultural, formas abertas e insidiosas de idealismo, um reforço do liberalismo (às vezes disfarçado de “socialismo democrático”); quando não uma assim chamada “nova filosofia”, violentamente reacionária e antimarxista. (CARDOSO, 1988, p. 93)

E aqui, parece-me, Cardoso aponta para uma questão fundamental, ao tentar articular “irracionalismo e conservadorismo” afirmando que há uma afinidade eletiva entre eles, qual seja: a separação que a “nova história” vinha fazendo, ao menos aos seus olhos, entre produção, discussão epistemológica do conhecimento histórico de um lado e ação política e intervenção social efetivadas e orientadas a partir dele, de outro. Para Cardoso, no marxismo o conhecimento histórico é meio para se produzir um fim: a revolução, a utopia comunista, a transformação da realidade social e material, ele orienta, confere sentido, permite a ação e atuação política com fins de transformar o mundo, já na “nova história” estes sentidos, estas finalidades do conhecimento histórico pareciam evanescer, à medida que deixava de fazer não só a crítica da realidade, em sua totalidade e à luz “da razão dialética materialista”, mas por que criava também bloqueios a ação e intervenção política, o que tornava este novo conhecimento irracional e conservador (CARDOSO, 1987). Gerando, portanto, não apenas uma crise do marxismo, mas da própria história enquanto processo e conhecimento, um “crepúsculo da razão”. Destarte, advoga Cardoso: “sem ocultar minha oposição a uma ‘Nova História’ que se me afigura uma corrente retrógrada sob aparências de novidade e ousadia, procurarei não cair numa crítica abstrata e niilista” (CARDOSO,1988, p 94). Sua crítica é, sobretudo, política.

Ao manejar estes conceitos e categorias, muitas delas imprecisas e crivadas de adjetivos, Cardoso estabelece como alvo de suas críticas dois “inimigos” bem precisos que, muitas vezes, ele recobre sob o mesmo guarda-chuva da “nova história”, são eles: os *Annales* pós-1969 ou a sua terceira geração e aquele que ele considera sua principal inspiração filosófica, Michel Foucault, sobretudo o Foucault a quem ele acusa de ser pós-estruturalista e irracionalista, o filósofo que pulveriza a noção de poder e que supostamente essencializaria a linguagem ao dizer que tudo é discurso. Assim, diz ele:

> É evidente, entretanto, a queda do espírito crítico e combativo que animava, contra a História Tradicional, os fundadores e o próprio Braudel: a ‘Nova História” comporta-se como o *stablishment* que é, dominando, na França, no relativo aos estudos históricos, os mecanismos do poder universitário, acadêmico e até ao nível dos meios de comunicação de massas.
>
> ...
>
> Implicitamente, na “Nova História” as “mentalidades” se transformaram às vezes em verdadeiras infra-estruturas determinantes do social; em outros casos, sem chegar a tanto, proclama-se a sua auto-suficiência (sic), a sua não-dependência para com as determinações da estrutura

> social global (o que ajuda a explicar o êxito, entre historiadores franceses, das *epistemes* desencarnadas de Foucault)...as descontinuidades sociais reais – ao contrário das descontinuidades dos discursos, representações, *epistemes*, que são valorizadas – são desprezadas, tendendo-se a uma espécie de "história imóvel" que se apresenta em ciclos muito longos...que conduz a noção de uma ausência de mudanças. (CARDOSO, 1988, p. 99)

Esta leitura de Cardoso acerca da "Nova História" e suas implicações teóricas remetia, como já dito, a uma discussão política mais ampla, primeiro dentro da geografia disciplinar do conhecimento histórico que se reconfigurava no final dos anos 1980 no Brasil, tanto marginalizando para suas franjas o marxismo tal qual Ciro o concebe quanto silenciando-o e deslegitimando-o como narrativa sobre o passado; segundo, fora dele, no que diz respeito a atuação e ação política dos intelectuais, no geral, e dos "novos historiadores", em particular, e do conhecimento por eles produzido nas demandas do presente. Para Ciro Flamarion Cardoso tanto a discussão teórica e epistemológica quanto à postura política e ideológica destes "novos historiadores" – se é que, em sua visão, seja possível dizer que havia entre estes qualquer destas posturas, uma vez que ele só as observa como legitimas e verdadeiras no seio do marxismo –, são deletérias. Pois, segundo ele, "o esforço para eliminar ou descaracterizar as grandes revoluções modernas e contemporâneas como objeto de estudo ou como marcos históricos significativos tem uma evidente finalidade reacionária de desmobilização política. A pobreza teórico-metodológica assinala um recuo do racionalismo". (CARDOSO, 1987, p. 101-102). E arremata, sentenciando, com uma visão quase apocalíptica deste processo e da participação dos "novos historiadores" nele:

> Em suma, a função ideológica da "Nova História" não consiste numa apologia aberta do capitalismo, mas se dá em forma bem mais sutil: uma vez eliminados o racionalismo e em especial o marxismo, o que permanece, embora isto não se diga, é o próprio capitalismo – e uma série de concepções que não o incomodam. (CARDOSO, 1988, p. 100-101)

Para Cardoso só há crítica e racionalismo no marxismo. Fora dele impera o mundo do irracionalismo, do conservadorismo e o capitalismo deita raízes sem que lhe façam resistência ou lhes apresentem alternativas. A "nova história" seria, portanto, mais um de seus sutis instrumentos de dominação ideológica. Portanto, se nenhuma outra corrente historiográfica seria capaz de fazer a crítica e o enfretamento devidos

ao capitalismo, o marxismo, ao menos enquanto teoria explicativa da realidade, mesmo em crise, ainda se fazia necessário, ao menos como elemento provocador de combates pela história. Há neste quadro todo que pintei, a partir da leitura de Cardoso sobre aquele momento de produção da historiografia, um outro elemento que quero realçar, qual seja: apesar de Ciro, em nenhum momento do livro se referir, citar ou estabelecer um diálogo claro com a historiografia produzida no Brasil na década de 1980, a meu ver, seu diálogo, ao longo de todo o livro é com ela e, sobretudo, com seus "novos historiadores", termo usado por ele para se referir aos profissionais da história que a estavam produzindo a partir das balizas conceituais e metodológicas da "Nova História". Não por coincidência este combate aos "novos historiadores" e suas práticas se utiliza do mesmo vocabulário e procedimento usado por Emília Viotti da Costa em artigo já discutido na primeira parte desta tese. Assim como Costa, Cardoso se utiliza dos mesmo expedientes para fazer uma crítica aos historiadores brasileiros, notadamente aos instalados nos departamentos e programas de pós-graduação da USP e da UNICAMP. Criticar os *Annales*, sobretudo sua terceira geração, e Foucault era fazer uma crítica indireta àqueles dois programas e a uma parte considerável de seus historiadores que buscavam vincular-se a estas tradições de pensamento francês. Isto evidencia ainda mais o caráter político do debate ou do combate, feito em chave epistemológica, por Ciro Flamarion Cardoso.

Num momento em que o(s) marxismo(s) e seus defensores pareciam estar em crise, se colocar da maneira como Cardoso se postava significava, dentro da nova configuração da geografia disciplina do conhecimento histórico no Brasil, estabelecer-se, ainda, em um lugar legítimo de fala, senão por sua capacidade explicativa da realidade presente, mas pelo seu poder de mobilização e atuação política no âmbito da produção do conhecimento histórico. O marxismo, dessa maneira, seria uma espécie de juiz do fazer histórico, sua consciência crítica a apontar os equívocos de interpretação, a sugerir correções de rota, a reestabelecer padrões mínimos de racionalidade, a lembrar os historiadores da necessidade de atuação política e ideológica em favor de uma causa. O marxismo seria, portanto, uma espécie de metahistória a validar epistemológica e, sobretudo, politicamente o conhecimento produzido na área, e o historiador materialista histórico assumiria o papel ou o lugar de crítico historiográfico, que é aquele de onde parece pretender falar e se postar Ciro Flamarion Cardoso:

> Seja como for, o que interessa nisso tudo aos historiadores é reconhecer a urgência em dar respostas adequadas, *enquanto profissionais da História*, às solicitações sociais nascidas dessas inquietações do presente. Com isto quero dizer que algumas *temáticas* praticadas pela "Nova História" são, em si, perfeitamente legítimas. A questão é que, a meu ver, a maneira teórica (negação da totalidade cognoscível e teorizável do social) e metodológica que adota para enfrentá-las é, pelo contrário, totalmente ilegítima.
> Assim, o que me parece inadequado não é que os historiadores considerem de interesse, por exemplo, alguns dos temas tratados por Michel Foucault: eles *são* de interesse. E sim, que não percebam as tremendas deficiências do método com que os aborda; e, claro, o caráter reacionário da teoria que sustenta o método em questão. (CARDOSO, 1988, p. 110)

Neste sentido Cardoso parece inaugurar uma espécie de crítica historiográfica com forte caráter prescritivo e normativo, buscando colocar no horizonte dos "novos historiadores" alguns limites, sobretudo político e ideológicos, que não deveriam ser transpostos para que não fossem acusados de estar a serviço do capitalismo, do irracionalismo, do conservadorismo, do *stablishment* universitário e das demandas da cultura de massas representadas ou encarnadas nos *mass média* (tvs, editorias comerciais, etc.) e seus "modismos". Desta maneira, Cardoso colocava muito mais um problema político que epistemológico aos "novos historiadores", que dizia respeito a qual postura ou virtudes os mesmos estavam adotando diante do social, que implicações políticas e ideológicas tinha aquilo que eles estavam produzindo como história e, sobretudo, o que estavam fazendo enquanto historiadores. Em outras palavras, as perguntas feitas por Cardoso são as seguintes: para que e para quem escrevem os "novos historiadores", a quem eles servem e para que serve a "Nova História" que produzem? Sua resposta a estas questões é bem direta, áspera e incômoda aos "novos historiadores":

> Isto nos permite entender melhor o sentido político envolvendo a destruição da História como visão global do social. A "História Nova", dividida em compartimentos mais ou menos estanques, despolitizada pela negação da efetividade das revoluções sociais e pelo deslocamento do interesse para temas inócuos e politicamente desmobilizadores (no sentido forte da expressão "mobilização": as mobilizações feministas, ecologistas ou do "movimento gay" incomodam muito menos aos governos do que as manifestações e lutas que ponham em jogo a essência do poder político, o capital, a propriedade privada etc.), convém muito melhor do que a historiografia francesa de antes de 1969 – e, é óbvio, do que uma História marxista – à atitude "de direita" diante do social. (CARDOSO, 1988, p. 108)

Para Cardoso, portanto, “os novos historiadores” estavam a serviço do capital devido, sobretudo, a suas “atitudes diante do social” que ele via como o principal problema destas novas abordagens, muito mais que as “escolhas das temáticas”. A tomada de posição política e ideológica dos “novos historiadores” seria, segundo Cardoso, conservadora, desmobilizadora e muito pouco incômoda ao poder político instituído, ao capital e a propriedade privada. Estas novas temáticas pareciam expressar antes a ideologia e as pautas liberais burguesas que serviam de base e estruturavam o modo de vida capitalista em voga e prestes a tornar-se hegemônico naquele momento histórico. Neste sentido Ciro Cardoso vai se posicionar frontalmente contrário a qualquer abordagem que priorizasse discussões que estabelecesse a renovação como um fim em si mesmo. A História, sempre grafada por ele com H maiúsculo, não poderia ser subsumida a dar qualquer resposta às inquietações do presente. Os problemas e perplexidades em meio aos quais se debatia o presente em que ele vivia e a recusa do marxismo em oferecer-lhe respostas satisfatórias, por considera-las questões irrelevantes ou reacionárias, havia sido, para ele, o principal motivo para a crise de credibilidade explicativa pela qual atravessava o marxismo naquele quadrante histórico. Foi pelo fato dos marxistas se desocuparem de pensar e responder estas questões que a “Nova História” e os “novos historiadores” passaram “a ocupar-se de alguns dos temas suscitados”, afirmava ele. Ciro parecia ser bastante consciente do papel exercido pelos seus pares neste processo de descredibilização da narrativa histórica, vazada em chave marxista mais clássica, e do espaço que haviam dado ou perdido nas disputas com “os novos historiadores”. Era em torno da disputa ou da reconquista destes espaços que Cardoso buscava mobilizar seus pares. Ele chamava à atenção para este enfrentamento e procurava apontar dadas maneiras de proceder e se posicionar no combate. É nesta direção que o debate teórico e epistemológico vai ser alçado à condição de uma virtude epistêmica a ser esposada e defendida para reconquistar, ao território dos marxistas, os novos temas que emergiam para o saber histórico nos finais dos anos 1980. Assim, o debate teórico e epistemológico é transformado em arma de combate político. Se luta melhor contra a “Nova História” e seus “novos historiadores” no Brasil, combatendo e deslegitimando, epistemologicamente, suas matrizes de pensamento. Este é um dos combates travados por Ciro:

> O ativismo esquerdista extremado e ingênuo pode ajudar muito a causa dos "novos historiadores", ao atacar a História-ciência em nome de uma "História-técnica", de uma História posta no *interior* das lutas sociais com exclusividade, chegando mesmo a afirmar, às vezes, que a universidade deveria ser destruída (o neo-anarquismo de esquerda e de direita se parecem e, neste ponto, muitas vezes partilham a hipocrisia de defender tal posição sem deixar de aproveitar-se das vantagens que oferecem a universidade e um público universitário)...a experiência tem mostrado que o didatismo e o engajamento simplista das tarefas, tanto no caso de artistas quanto de cientistas sociais, costumam provocar uma queda acentuada de qualidade (e portanto, da própria "utilidade" eventual, política e social) do resultado obtido. (CARDOSO, 1988, pp. 108-109)

O livro *Ensaios Racionalistas* vai estabelecer, portanto, um modelo de crítica historiográfica que será recobrado e retomado ao longo dos anos seguintes seja para acusar a crise da História – desdobrando uma crise processual como crise epistemológica do saber histórico e da própria identidade dos historiadores – seja para delinear e prescrever caminhos a seguir. Ciro Flamarion Cardoso não será voz única neste momento e neste enfrentamento, alguns outros historiadores também formados dentro de uma tradição marxista mais clássica vão ressoar um discurso bem próximo ao agenciado por ele, recuperando e repercutindo o enunciado da crise como a outra face, assustadora, que deveria ser senão eliminada, mas combatida e controlada, da renovação do saber histórico no país. Ao enunciado da crise se somará e se sedimentará outros discursos e enunciados bastante poderosos como, por exemplo, o de uma outra crise que seria mais ampla e muito mais complexa e danosa, a suposta "Crise da Razão Histórica", muitas vezes colocada como uma crise de paradigmas, uma crise da modernidade e da razão que a orientava. Os historiadores brasileiros não serão os primeiros cientistas sociais e intelectuais a apontar para uma "crise" desta natureza e uma deriva do "projeto da modernidade"[112]; mas, talvez, sejam eles ou sobre eles e seu fazer que este enunciado vá pesar mais e provocar as maiores angustias. Assim como Ciro F. Cardoso outros historiadores brasileiros daquele período dispensaram bastante energia para dar conta de explicar este processo

[112] Ver a este respeito, por exemplo, as discussões estabelecidas por José Guilherme Merquior e Sergio Paulo Rouanet, ainda nos anos 1980 em: MERQUIOR, José Guilherme. **Michel Foucault ou o niilismo de cátedra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. e ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do iluminismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

mudancista. Numa chave bem próxima a de Cardoso encontra-se o livro “A crise da Razão Histórica”, do historiador pernambucano Michel Zaidan[113].

Publicado em 1989, um ano após a publicação dos “Ensaios Racionalistas” de Cardoso, o livro de Zaidan retoma alguns argumentos lançados por aquele e os redimensiona para alvos mais precisos. Além de trazer para o combate algumas noções que serão bastante caras para o desdobrar do debate em torno da renovação da historiografia brasileira e a crise correlata de que ela era ou decorrente ou uma de suas produtoras. Neste sentido, Zaidan vai buscar tematizar a “relação entre Razão e História, ou mais precisamente, a tematização do novo irracionalismo na História” dentro da “chamada ‘crise’ do marxismo e o surgimento das ‘novas’ metodologias da História”. Ou como ele mesmo vai dizer, utilizando-se de outras palavras, vai buscar fazer “uma avaliação crítica das principais matrizes teóricas do novo irracionalismo imperante na Cultura Ocidental e sua forma de recepção pela recente historiografia brasileira” (ZAIDAN, 1989, p. 11). E complementa: “discute-se a crise de paradigmas existente nas ciências, problematizando o advento de uma (nova) história ‘pós-moderna’, baseada na figura da *alegoria* e no recurso à citação” (IDEM, p. 12).

Como é possível observar, a postura de Zaidan não é muito diversa daquela esposada por Ciro Cardoso, nem mesmo nos objetivos políticos que define para seu livro, ao afirmar que: “O autor dar-se-á por satisfeito se, com essas primeiras tentativas, puder ser incluído entre aqueles que, sem se fecharem para os novos problemas gerados pela *crise da modernidade*, militam em defesa da razão no campo da História”. Portanto, em relação aos “Ensaios” o livro de Zaidan não trazia grandes novidades ou produzia um grande distanciamento em termos de crítica historiográfica, epistemológica ou política. Assim como Cardoso o que Zaidan também procurava apontar era da impossibilidade de desvincular qualquer debate teórico, metodológico ou epistemológico, no campo das ciências humanas e sociais no geral e da história em particular, de suas dimensões políticas e ideológicas. Mas se não há uma ruptura ou um alargamento sensíveis em relação ao livro de Cardoso, notadamente em relação aos argumento(s) central(is) esposados por este, há alguns deslocamentos

[113] Michel Zaidan Filho possui graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (1974), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1982), quando foi orientado por Italo Tronca, e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1986) sob orientação de Edgard Carone. Ele inicia sua carreira docente na Universidade Federal da Paraíba, *campus* Campina Grande, onde leciona de 1980 até 1986, quando se transfere em definitivo para a UFPE. Conferir http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787392U6 acesso em 15 de janeiro de 2018, as 02:10.

que me parecem bastante significativos e que permitem mapear com uma certa precisão quem seriam os “novos historiadores” e a “Nova História” com os quais se estava debatendo ou combatendo suas práticas no país. Se nos “Ensaios” Cardoso em nenhum momento aponta, refere, cita ou explicita quem são os “novos historiadores” brasileiros com os quais ou contra os quais está debatendo ou combatendo, preferindo travar suas diatribes tomando como alvos uma série de teóricos e historiadores estrangeiros a exemplo de Michel Foucault, Pierre Nora, Jacques Le Goff e outros; Zaidan no seu “A crise da razão Histórica” não só refere “os novos historiadores” brasileiros com os quais está discutindo, como os articula a estes pensadores e correntes estrangeiras recepcionadas no Brasil. Aliás, um dos capítulos do livro tem por título “A ‘nova’ historiografia brasileira – seus pressupostos” em que o autor busca fazer uma “avaliação crítica das principais matrizes teóricas do novo irracionalismo” e “sua forma de recepção pela recente historiografia brasileira”.

Se em Cardoso os termos são genéricos, “novos historiadores”, “Nova História”, e seu combate se dá também em termos genéricos acusando suas supostas matrizes teóricas, notadamente Michel Foucault, de ideológica e politicamente adotarem posições conservadoras, liberais, “de direita”; com Zaidan, apesar dele usar parte do vocabulário vago e impreciso de Ciro F. Cardoso, haverá rostos que demarcam melhor não só o campo de enfrentamento, mas, sobretudo, contra quem se está lutando. Outros termos e outro modos de nomear a crise serão postos em cena, assim como o estabelecimento de caminhos a perseguir que não enveredam apenas pelo marxismo como vereda teórica válida:

> O embate decisivo não é portanto entre “marxismo” e ecletismo, mas entre *razão* e *desrazão*. Entre modernidade e conservadorismo. As chamadas “novas” metodologias, com a sua preferência pelo fragmentário, o micrológico, o particular, o fortuito, o imaginário, o sexo etc., apenas agravam as fendas abertas pela crise da razão moderna, descambando resolutamente para o irracionalismo. É preciso aceitar as raízes dessa investida contra a ciência, denunciar os fundamentos ideológicos e irracionais do pretenso discurso “científico” e repensar criticamente a modernidade.
>
> Nesse sentido, é que devemos tematizar a chamada crise do “marxismo” e o aparecimento das novas metodologias. Não para reafirmar cada vez mais e sempre a nossa fé na verdadeira ciência da História, ou para esconjurar de dedo em riste as novas heresias, mas para repensar criticamente a relação da razão com a História. (ZAIDAN, 1989, pp. 16-17)

Para Zaidan a crise não é só do “marxismo”, este não é a própria história como queria fazer entender Cardoso. Por mais que o “marxismo” seja visto como uma teoria racional da História, esta não se reduz a ele e, portanto, sua crise é apenas uma parte de um processo maior, chamado de crise da razão histórica, que se traduziria ou se expressaria por uma crítica generalizada, “uma cruzada contra a razão *tout court*, a razão em geral”. Assim, o principal objetivo nesta guerra seria opor “razão e desrazão”, “modernidade e conservadorismo”, fazendo, portanto, a defesa da racionalidade, da modernidade e, sobretudo, de um dado modo de ação e intervenção política sobre a realidade, a defesa de dados valores assentados na valorização da ciência, da revolução, da felicidade, do progresso contra as investidas despolitizantes dos “pós-modernos”, ou seja, para Zaidan era preciso “buscar outro paradigma para a racionalidade, depurado de enunciados ideológicos e irracionais” (IDEM). Os “novos historiadores” também chamados de os “nossos novos bárbaros” vão ser acusados de profanar, pois munidos de uma “suspeita metódica”, os “valores tradicionalmente defendidos pela civilização ocidental”, a exemplo da Verdade, da Liberdade, da Felicidade. Estas crenças teriam provocado a emergência de uma “razão suicida” que provocara não só uma crise do “marxismo”, mas, sobretudo, uma crise da modernidade e do projeto iluminista que a estruturava. Havia, assim, uma crise de paradigmas em curso, e esta atingia em cheio a história conhecimento.

Os provocadores desta crise, seja “da profunda crise da modernidade” no geral, ou da história conhecimento em particular, ganham nomes e contornos no livro de Zaidan. Eles se articulam, são as duas faces da mesma moeda, de um lado “a sociedade contemporânea – solo original de onde brota esse novo irracionalismo – é uma expressão destas contradições” e que reproduziria o “que se vem chamando de ‘sociedade pós-moderna’, ou seja, o tipo de sociabilidade forjada sob o império do signo, da informática, dos meios de comunicação”. (ZAIDAN, 1989, p. 20). E do outro lado “os novos historiadores”, “os novos bárbaros” que “emergiram da Velha República com um agudo senso de desconfiança no que diz respeito às instituições e aos projetos de gerações anteriores. Para eles, os ideais de emancipação humana acalentada por seu pais resultaram em sociedades concentracionárias, submetidas pelo terror” (IDEM, p. 19).

Mas quem são, afinal, os “novos historiadores”, “os novos bárbaros” que emergiram da Velha República? Diferente de Cardoso e Viotti da Costa, com Zaidan eles ganham nomes e sobrenomes, o debate não é travado com eles apenas mediante

a crítica a suas matrizes teóricas e epistemológicas ou escolas históricas estrangeiras a que, supostamente, se filiariam, como o pensamento de Michel Foucault ou a "nouvelle historie". O debate vai ocorrer de forma mais aberta, nomeando claramente o inimigo a combater, muito embora esta nomeação não seja feita, ainda, no corpo do texto, mas no pé de página, nas notas de rodapé o que indicia a forma menor como Zaidan parecia observar e pesar seus interlocutores brasileiros. Ele parece vê-los como caricaturas das matrizes teóricas estrangeiras a quem critica no corpo do texto utilizando-se, desta maneira, de uma tática de desconstrução e deslegitimação do adversário mediante o ataque direto as suas bases teóricas e, por derivação, às apropriações metodológicas, feitas no país, daquelas teorias e suas ferramentas conceituais. Vejamos como isto ocorre no texto de Zaidan tomando o exemplo da apropriação do pensamento do filósofo alemão Walter Benjamin e como ele a concebe:

> Temos aqueles que procurar (sic) se louvar na sutil e complexa obra do pensador alemão Walter Benjamin [há aqui uma nota de rodapé]. Aqui, nós temos os estudos e ensaios consagrados à literatura e meios de comunicação de massas, até as revisões da história política e sindical do país [outra nota de rodapé]. Que dizer dessa forma de apropriação do legado benjaminiano? (ZAIDAN, 1989, pp. 24-25)

Em nenhum momento Zaidan nomeia, no corpo do texto, com quem está debatendo, muito embora use um pronome demonstrativo – aqueles – para deixar subentendido que sua crítica se dirige a alguém ou a um grupo de historiadores, "aos novos historiadores", muito mais que a um historiador em específico. E em seguida desloca o sujeito de sua frase para um objeto, ou para alguns objetos: os "estudos e ensaios". O uso destes dois termos também é muito significativo, pois ao usar as noções de estudos e ensaios ele parece querer denotar o pouco rigor científico da produção que criticava. Se seus alvos não estão especificados no corpo do texto, eles vão aparecer no rodapé. Na primeira nota aberta pelo autor na passagem acima ele explicita com quem ou a partir de quem busca dialogar. A nota 12 do seu texto diz o seguinte:

> A recepção de Walter Benjamin no Brasil tornou-se um campo de disputas ideológicas. É possível distinguir pelo menos três tipos de leitura da obra benjaminiana entre nós; aqueles que fazem uma recepção *teológica* (Jeane-Marie Gangnebin e Michel Löwy), acentuando os motivos religiosos na leitura "talmúdica" dos textos

> históricos e na concepção messiânica e fragmentária da História. Outros como o ensaísta Sergio Paulo Rouanet, destacam a importância da psicanálise na crítica literária de Benjamin, recrutando-o porém para o moderno terreno do racionalismo crítico. Finalmente, Flávio Kothe procura fazer a conversão *marxista* do nosso autor, ao enfatizar a influência brechtiana sobre ele e secundarizar o papel dos elementos psicanalíticos e judaicos em sua obra. Na verdade, esse conflito de interpretações tem suas raízes no autêntico "caleidoscópio" que é a obra de Walter Benjamin. Nela se cruzam as principais tendências do moderno racionalismo crítico: Marx e Freud e mais, uma certa apropriação da mística judaica. Mas o principal vetor da atual leitura de seus textos é claro: Benjamin é apresentado como um autor irracionalista, defensor do primado da vida contra a razão, da experiência imediata contra a abstração, da imagem contra o conceito. (ZAIDAN, 1989, pp. 24-25, nota 12)

Esta nota além de complementar e ser parte central do argumento lançado na passagem anteriormente citada, ela indicia alguns procedimentos de análise e crítica utilizados por Zaidan na definição daqueles a quem nomeia muito genericamente de "novos historiadores" ou "novos bárbaros", emergidos da velha república. Dizer que suas leituras são ideológicas e que se estabelecem como produto de uma disputa política pela legitimidade e poder que a obra de Benjamin confere, era um modo de deslegitimar aquelas interpretações e apropriações da obra do filósofo alemão. Significava dizer que, apesar de serem leituras possíveis, possibilitadas pelo "caleidoscópio" que é a obra benjaminiana, eram leituras equivocadas, pois viciadas pelas disputas ideológicas do campo. Elas não dariam conta de reestabelecer um paradigma racional depurado de "enunciados ideológicos e irracionais", portanto, não seriam capazes de pôr fim à crise da razão, entendida também por Zaidan como crise da modernidade, e que estaria afetando a produção do conhecimento histórico, tornando-o também irracional. Cabe destacar que os autores citados por Zaidan nesta nota, apesar de intelectuais atuantes no Brasil, e dos quais ele discorda da apropriação feita da obra de Benjamin, ainda não são "os novos historiadores" a quem ele busca combater. Esses ainda permanecem subtendidos no texto: são os historiadores dedicados aos "estudos e ensaios consagrados à literatura e meios de comunicação de massas, até as revisões da história política e sindical do país". Seriam estes que apresentariam Benjamin "como um autor irracionalista, defensor do primado da vida contra a razão, da experiência imediata contra a abstração, da imagem contra o conceito". Vai ser nas notas 13 e 14 que, finalmente, Zaidan apresenta quem são eles e quais seriam as suas obras que professavam a "nova história", vejamos:

> 13 . Cf. Nicolau Sevcenko. *Literatura como missão* (São Paulo, Brasiliense, 1983), que utiliza equivocadamente o conceito de crítica benjaminiano.
> 14 . Edgard Salvadori De Decca. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981. (ZAIDAN, 1989, p. 25)

Na sequência do seu texto e respondendo à pergunta: "que dizer dessa forma de apropriação do legado benjaminiano?" Zaidan vai se dirigir enfaticamente às leituras de Sevcenko e Edgard De Decca, não por coincidência um historiador do departamento de história da USP e outro da UNICAMP, as duas instituições que buscavam centralizar e direcionar a produção historiográfica do país naquele momento. O que não deixa de ser um ataque às tradições historiográficas esposadas por estas duas instituições, uma vez que ao longo de todo o livro as matrizes teóricas mais atacadas e criticadas são a "nouvelle historie" e o pensamento de Michel Foucault, esposados, no final dos anos 1980, respectivamente, por uspianos e "unicampistas" como símbolos da renovação historiográfica que estavam promovendo sobre a historiografia profissional, acadêmica no Brasil. A resposta/ataque de Zaidan é dada nos seguintes termos:

> Para começar, que esse autor é invocado para desqualificar o iluminismo e seus subprodutos. E mais, que é visto também como uma espécie de "pós-modernista", adepto da iluminação profana do haxixe, ou do poder divinatório do sonho ou da revelação produzida pela leitura "talmúdica" dos textos históricos. Essas são leituras possíveis e bem atuais da obra de Benjamin. Mas há uma forma de apropriação elíptica, indireta e não menos importante de sua obra que é a feita por aqueles que o recrutam para convalidar uma espécie de *nominalismo* historiográfico, que assimilaria o mundo histórico à "coisa-em-si" kantiana (tornando-o, portanto, incognoscível). Esses fazem um curioso cruzamento entre Foucault e Walter Benjamin, com um único e só objetivo – desqualificar a razão na história.
> Poderíamos perguntar agora o que procede, o que é válido ou qual a significação última desse irracionalismo redivivo no campo da historiografia em particular, e no da cultura em geral? (IDEM, p. 25)

A passagem acima deixa bastante explícito que a grande discordância de Zaidan é com "os novos historiadores brasileiros" que recrutavam Benjamin "para convalidar uma espécie de *nominalismo* historiográfico" que, segundo ele, negava a própria possibilidade de se conhecer a realidade histórica. É contra estes historiadores, dentre os quais inclui Sevcenko e De Decca, que ele cerra fileiras e

dispara todas as suas baterias teóricas para disputar espaços políticos dentro da nova configuração da geografia disciplinar do conhecimento histórico no Brasil de final dos anos 1980. Se ele acusava as leituras da obra de Benjamin, feitas no país, de ideológicas e de disputarem espaços no campo, sua leitura destas disputas e das intepretações dela derivada também não deixava de o sê-lo, combatendo fantasmas bem mais vivos e presentes e em nome de interesses e lugares bem mais poderosos e semoventes que os moinhos de vento contra os quais Ciro Flamarion Cardoso voltara sua artilharia em seus *Ensaios racionalistas*. Neste sentido, naquele momento, Zaidan é bem mais preciso: além de dizer que há uma crise, da razão histórica encarnada no projeto da modernidade, e que esta crise produz um grave perigo, o irracionalismo, ele nomeia e identifica seus supostos agentes e os lugares sociais onde atuam, além de buscar estabelecer quais seriam os procedimentos que embasariam este fazer; procurando, com isso, apontar soluções e caminhos para sua superação. Seu inimigo seria real e não poderia ser combatido por uma fantasmagoria, como queria Ciro Cardoso, "o marxismo", pois produto desta própria crise[114]. Sua resposta à pergunta com a qual finaliza a passagem citada anteriormente é indicativa disto:

.

> Responderíamos que essa vaga se alimenta de questões *reais*, verdadeiras, suscitadas pela *crise da modernidade* (onde o marxismo está imerso dos pés à cabeça). Contudo, ao agravar as fendas abertas por essa crise, ela foi longe demais numa apologia orgiástica do semsentido (sic), da desrazão [nota de rodapé]. Não se pode mais ignorar os limites irracionais e ideológicos do discurso político ou teórico. Mas a solução metodológica adequada não pode ser a recusa da razão, *como tal*. Mas a reconstrução de um outro paradigma para ela, depurados de enunciados ideológicos e irracionais. Uma *razão comunicativa*, diferente daquela até agora invocada pela Civilização Ocidental (a razão estratégica). Afinal, a pior forma de irracionalismo é aquela que não que não quer reconhecer as fraquezas da razão. E ninguém duvida de que a mística do irracionalismo sempre foi o caminho mais curto para todo tipo de ditadura. Certamente não será isso o que deseja, lá no fundo do coração, o nosso saudável "anarquismo" cultural, ou será? (ZAIDAN, 1989, pp. 25-26)

---

[114] Na nota 11 do livro em questão Zaidan refere-se a Ciro Flamarion Cardoso e a sua leitura da crise feita nos "Ensaios", da seguinte maneira: "Esse autor é seguramente o primeiro a abordar de um ponto de vista crítico as novas tendências da historiografia brasileira. Sua abordagem se ressente contudo da falta de uma teoria articulada *da crise da modernidade*. Daí o apego e a reiteração de velhos pressupostos: o materialismo dialético, a teoria do reflexo, a teoria dos modos de produção etc. Pode-se dizer que, neste livro, Cardoso está *aquém* da ontologia do ser social de extração lukacsiana. Ou seja; seu quadro teórico é ainda o do velho *diamate*, por um lado, e a *conversão metodológica* do marxismo, por outro". (ZAIDAN, 1989, p. 24)

A resposta de Zaidan é não só uma tentativa de deslocamento em relação ao “marxismo” mais clássico, representado por Ciro Flamarion Cardoso, como também uma acusação direta ao historiador “unicampista” Edgard De Decca, referido na nota aberta na passagem acima. Ao acusa-lo de agravar a crise da modernidade indo “longe demais numa apologia do semsentido, da desrazão” Zaidan desqualifica a produção historiográfica daquele historiador, em especial seu livro *O silêncio dos vencidos* buscando, com isso, minimizar o impacto que este livro-acontecimento havia causado na historiografia daquele período e o processo de renovação que reverberava. Acusa-lo de irracional e ideológico significava também querer retirá-lo do campo da ciência, ou seja, significava dizer que a postura política e teórica deste autor e do grupo a ele vinculado era muito pouco científica, ou melhor, não era científica e muito menos se prestava a “reconstrução de um novo paradigma”, sobretudo pautado por uma “razão comunicativa”. Para além do cabedal teórico esposado por De Decca e Sevcenko, que Zaidan identificava ao pensamento de Michel Foucault e a “nouvelle historie”, e que nomeava de uma leitura “pós-moderna” e “irracionalista” da historiografia, que pervertia, inclusive, a leitura de um intelectual como Walter Benjamin, em que consistia essa acusação?

Aqui o argumento de Zaidan, assim como o de Cardoso nos “Ensaios Racionalistas”, assume claramente uma postura política vazada em chave epistemológica. Um combate político feito em nome da ciência histórica acusando o outro de ideológico e irracional, mas sem se assumir como tal. Mas porque os “estudos e ensaios” produzidos pelos “novos historiadores” uspianos e unicampistas seriam ideológicos e irracionais e os de Cardoso e Zaidan não? Este o explica pela filiação a uma estrutura econômica e social herdada da ditadura militar, que se caracterizaria pela ascensão de uma cultura de massas dentro de um Capitalismo Monopolista de Estado, fomentado pelo Estado ditatorial. O autor da “crise da razão histórica” elabora/descreve este contexto da seguinte maneira:

> Essa vaga não é estranha a Cultura Brasileira, que não é mais uma cultura pré-tecnológica. Afinal, um dos aspectos mais pronunciados da *modernização monopolista* operada pelos militares no país, no curso dos últimos decênios, foi exatamente a criação de uma moderna e sofisticada *indústria cultural* capitalista. A discussão dos efeitos alienantes e manipulatórios desta última tem sido obscurecida infelizmente por um tipo de postura maniqueísta que oscila entre a

> mera admiração basbaque – em alguns teóricos da comunicação de massas – e sua recusa dogmática por uma certa crítica cultural de "esquerda". A verdade é que, mesmo sem ignorar as virtualidades reveladoras e democratizantes dos atuais meios de comunicação de massas existentes no país, cumpre reconhecer no entanto o seu papel altamente privilegiado, como instrumento de enquadramento ideológico das massas, na chamada "Nova República". Certamente esta nova forma de dominação corresponde hoje ao quadro de uma sociedade profundamente transfigurada pelo Capitalismo Monopolista de Estado (CME). (ZAIDAN, 1989, p. 38-39)

O "contexto" da época apresentado ou construído por Zaidan não é nada esperançoso. Pelo contrário, apesar do fim do Regime Militar o capitalismo monopolista havia vencido. O Regime tornava-se vitorioso pelo seu legado. E era justamente esta herança que, para o autor da "Crítica da Razão Histórica", os "novos historiadores" não confrontavam, pois assim como ela, aqueles também eram um produto não só deste contexto, mas também uma herança da ditadura. Senão como restos autoritários da mesma no campo do pensamento historiográfico da época, mas como produtos da indústria cultural capitalista fomentada pelo regime no país. Então, neste sentido, falar de "novidade", de "renovação" na historiografia brasileira, para Zaidan, era extremamente problemático dado as características político-conservadoras, teórico-irracionalistas e ideológico-liberais destas novas metodologias que operavam na construção do fazer histórico no Brasil da década de 1980 e que ele reconhecia nas posições e produções de Edgard De Decca e Nicolau Sevcenko. Por isso, ele vai usar sempre as aspas para colocar em suspensão e em suspeição os termos novo, novidade, renovação atribuídos a esta historiografia e aos historiadores que a praticavam; preferindo, muitas vezes, atribuir a pecha de "moda", de "modismos" passageiros, buscando com isso deslegitimar ainda mais aquele tipo de produção, uma vez que a moda é significada por ele como um produto fabricado para atender as demandas da indústria cultural em formação no país e que estava fundamentalmente comprometida como o capitalismo monopolista e seus valores. Vai ser justamente neste momento de seu texto que ele irá desferir o ataque mais direto aos "novos" historiadores e nomear de forma mais explicita com quem está digladiando e contra quais posturas está posicionando-se e lutando. Assim vai dizer Zaidan:

> É neste contexto que se torna assim inteligível a recepção brasileira deste novo irracionalismo. Ou seja, essa nova onda vem a ser matéria-prima do mercado editorial no Brasil, comercializada por empresas bastante modernas tais como a *Brasiliense*, a *Companhia das Letras*,

> a *Paz e Terra* e outras. Talvez não fosse necessário acrescentar que tais editoras recrutam para o seu serviço quadros oriundos do corpo docente das Universidades Públicas ou das colunas literárias de importantes periódicos de circulação nacional. Dessa maneira, fecha-se maravilhosamente o circuito da "reprodução do capital literário"; os promotores editoriais da presente vaga irracionalista são os mesmos que as divulgam nas Instituições de Ensino Superior (e nos congressos científicos) ou nas páginas de prestigiosos órgãos de comunicação de massas. É evidente que não se pretende com isso deduzir, mecanicamente, da existência de uma moderna e concentrada *indústria cultural*, esta ou aquela orientação ideológica. Mas é inegável que a presença dessa última no Brasil "pós-regime militar" só aprofundou os vínculos da *dependência cultural* que marcaram historicamente a sociedade brasileira. E neste processo, *a crise da razão* aparece, sem dúvida, como o tema hegemônico dos debates acadêmicos das nossas metrópoles culturais. (ZAIDAN, 1989, p. 39)

Aqui não há como não ver uma crítica direta a atuação de Edgard Salvadori De Decca à frente da coleção Oficinas da História da Editora Paz e Terra onde não só traduz obras de autores estrangeiros como também publica boa tarte dos seus colegas de departamento a época, como vimos na primeira parte desta tese, como, por exemplo, Silvia Lara, Margareth Rago e Maria Clementina Pereira e seus livros, respectivamente, *Campos da Violência*, *Do Cabaré ao lar* e *Juquery – Espelho do mundo*. É uma crítica direta aos livros do próprio De Decca, *O silêncio dos vencidos*, de Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão*, de Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim*, publicados pela editora Brasiliense, bem como a obra *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, de Laura de Melo e Souza publicado pela Companhia das Letras, e que muitos apresentavam como um estudo pioneiro de história das mentalidades no Brasil[115]. Portanto, a fala de Zaidan acima referida, é uma crítica direta e explícita a "renovação" promovida nos programas de pós-graduação da USP e da UNICAMP, sobretudo neste, e a seu projeto político de se colocar como a locomotiva produtora da "moderna historiografia brasileira", universitária, profissional, acadêmica. Zaidan cita nominalmente, nas notas de rodapé 05 e 06 deste capítulo de seu livro, as historiadoras Margareth Rago, Maria Clementina Pereira e os historiadores Nicolau

[115] Ver os seguintes livros: LARA, Silvia. **Campos da Violência**. São Paulo, Paz e Terra, 1988.; RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. São Paulo: Paz e Terra, 1985; PEREIRA, Maria Clementina. **Junquery – Espelho do mundo**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.; DECCA, Edgar Salvadori De. **O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1988.; SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1983.; CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.; SOUZA, Laura de Melo e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Sevcenko e Edgard De Decca, arrematando sua crítica em tom de convocatória: “O caráter, aliás, *irracionalista* da chamada ‘nova’ historiografia brasileira já está há muito tempo merecendo uma atenção mais detida do que uma simples nota de pé-de-página” (ZAIDAN, 1989, p. 40). Zaidan convocava seus pares não só a examinar mais detidamente este “nova historiografia”, como buscava indicar para a necessidade de sua avaliação para além de notas de rodapé, espaço que ele havia destinado a seus algozes em seu livro. A guerra parecia declarada e os inimigos definidos de forma muito clara. No entanto, é necessário detalhar melhor esses outros componentes desta diatribe: o primeiro deles é a convocação de pares para o enfretamento teórico e político desta suposta “renovação” da “historiografia brasileira”, e isso deveria ser feito, de acordo com o caminho aberto por Zaidan, a partir da crítica historiográfica desta produção que teria como objetivo estabelecer um novo princípio de racionalidade para o saber histórico, ou seja, o estabelecimento de um paradigma científico depurado dos vícios “ideológicos” e “irracionais” que caracterizariam a “nova historiografia” e sua adesão acrítica aos modismos estrangeiros de momento. Assim a renovação da historiografia brasileira como um todo era, também, colocada em suspensão e em suspeição. O que Zaidan afirmava era que não se podia falar de renovação para toda a historiografia brasileira, ela ainda estava em disputa, e os marxistas buscavam retomar seus postos neste confronto e na configuração do território dos historiadores no Brasil, em especial o universitário, acadêmico e profissional.

Segundo, há uma crítica aos modos pelos quais a universidade pública brasileira, no geral, e os historiadores profissionais, acadêmicos, em particular, estavam estabelecendo relações com o “contexto” sócio-político-cultural em que estavam imersos. Para Zaidan, o recrutamento de seus quadros estaria acontecendo de fora para dentro, ou seja, era a cultura de massas capitalista que impunha seus interesses e demandas sobre a universidade e os historiadores, cobrando deles a produção de mercadorias intelectuais para o consumo letrado. Isso punha em cheque não só o rigor científico destas produções e deste recrutamento, como procurava expor os procedimentos ditos ideológicos que presidiam esta operação e terminavam por fomentar uma “reprodução do capital literário” mediante práticas de editoração, publicação e circulação de livros e artigos não só nas editoras acima mencionadas, mas também em eventos universitários, em planos de cursos, em seminários, congressos e similares. Portanto, toda uma rede comercial e de divulgação era

estabelecida, montada e mobilizada para que o conhecimento histórico fosse transformado, segundo Zaidan, em um produto da indústria cultural capitalista. Este argumento, esposado por ele, procura estabelecer um poderoso veto a historiografia acadêmica produzida naquele momento, sobretudo nos programas da USP e da UNICAMP, buscando restringir o seu alcance e circulação para além dos pares. Reivindicar o lugar de crítico desta historiografia significava antes de mais nada a reivindicação de um lugar de fala acadêmico e autorizado para avaliar esta produção e julgá-la de acordo com os critérios de cientificidade estabelecidos como verdadeiros pela orientação teórica a qual Zaidan buscava filiar-se, o materialismo histórico. Usar estes argumentos faz com que se interdite o estabelecimento da relação profícua que vinha sendo construída entre historiografia profissional, acadêmica e um público ou uma audiência bem mais ampla que os pares e o mundo acadêmico. É uma interdição ao historiador que ocupa a cena pública para falar para além dos pares, principalmente àqueles que ao fazê-lo utilizavam-se dos mecanismos e instrumentos de circulação e divulgação nomeados como pertencentes a cultura de massas. Ao fazê-lo, segundo Zaidan, os "novos" historiadores estariam comprometendo-se ideologicamente com o capitalismo monopolista em sua vertente mais radical, àquela que provocara a crise da modernidade e da própria razão.

Terceiro, há uma crítica muito dura a estes novos historiadores no sentido da subserviência e subordinação que os mesmos supostamente mantinham com tradições de pensamento estranhas e exógenas a realidade brasileira. Zaidan acusa estes historiadores de nada produzirem de original, mas apenas de aderirem aos "modismos" vindos dos EUA e da Europa reproduzindo-os de forma acrítica para uma realidade que em nada ou quase nada tinha a ver com seu contexto de origem[116]. Segundo ele, ao adotar tais posturas, aqueles historiadores perpetuavam e aprofundavam, no campo do saber e da cultura, a mesma dependência cultural de quando era colônia. Neste sentido, o Brasil continuava uma "colônia cultural" e os "novos" historiadores seriam os "novos" bárbaros em processo de colonização ou já

[116] Na nota 09 do primeiro capítulo do livro em questão Zaidan vai afirmar o seguinte a este respeito: "A modernização monopolista do país, operada pelos militares nos últimos decênios, nos legou uma sofisticada *indústria cultural* – composta de grandes editoras, grandes gravadoras, um moderno sistema de telecomunicações, importantes periódicos de circulação nacional e universidades integradas ao mercado editorial brasileiro – seja através da consultoria editorial ou da promoção de eventos culturais. A nossa *intelligentsia* vive com um olho no debate teórico que se trava nas universidades americanas, e com outro no que se passa nos meios universitários europeus". (ZAIDAN, 1989, p. 23).

colonizados pelos sacerdotes metropolitanos, a exemplo de Michel Foucault, e por determinadas ordens historiográficas como a “nouvelle historie”. Acusar esta historiografia de colonizada quando ela mesma procurava se apresentar como uma renovação no país, parecia ser um duro ataque desferido contra este processo de afirmação e legitimação de novas práticas historiográficas ou pelo menos uma tentativa desesperada de refreá-la. Como veremos, este golpe vai ser sentido e haverá um recrudescimento por parte dos “novos historiadores” para o interior do ambiente acadêmico, com o objetivo de responder e reagir a estes argumentos e ataques que começavam a avolumar-se. Um recrudescimento que tenta dar conta de responder as seguintes questões colocadas por historiadores como Emília Viotti, Ciro Flamarion Cardoso e Michel Zaidan e que podem ser resumidas assim:

> Hoje, como nunca, a História ocupa o centro das atenções. Ela está com frequência (sic) nos principais meios de comunicação de massas, acessível a milhões. À semelhança de outros ramos da cultura, tornou-se matéria-prima dessa rendosa “indústria cultural” da “Nova República”. Seus temas, seus métodos e seus objetos empolgam agora um novo e crescente público. Basta uma rápida olhadela nas capas de seus livros, para compreender essa popularidade recentemente adquirida. Mas o que explica o estrondoso sucesso dessa “nova” História?
> Em primeiro lugar, sua relação com a “mídia” eletrônica, os meios de comunicação de massas: “entre o real e o imaginário”, vagueia o novo olhar da historiografia. Os novos historiadores não só invadiram o domínio da “mídia”, mas se deixaram influenciar eles próprios pela relação da mídia com a sociedade. Há como que um acordo tácito em se abordar a sociedade (e a História) a partir de *um sistema de signos*, de uma economia política da significação. Não se fala mais em “sociedade”, “realidade objetiva”, e sim *em construção imaginária do social*. O que vale é a representação, o discurso, a simulação – mais que perfeita – do real. Herdou-se da “mídia” a convicção de que os meios de comunicação de massa (as mentalidades?) não só constituem a realidade em si mesmos, mas *produzem* os fatos, *fazem* a História. (ZAIDAN, 1989, p. 71)

A partir deste momento e destes questionamentos passou a ser um imperativo aos “novos historiadores” discutir o estatuto do conhecimento histórico, dizer se o entendia como arte ou ciência, explicitar de forma cada vez mais elaborada o lugar teórico e os procedimentos metodológicos de seu fazer. E, sobretudo, repensar os limites e o alcance se sua escrita para além dos pares. Ou seja, pensar sobre a escrita da história, dobrar-se sobre o próprio fazer começa a colocar-se no horizonte dos historiadores brasileiros, profissionais, acadêmicos de final da década de 1980 e,

sobretudo, do início dos anos 1990. Era esse olhar crítico sobre a própria disciplina que permitiria responder aquelas questões e indagações. A crítica historiográfica emerge como possibilidade de produção de uma consciência crítica dos historiadores sobre o seu ofício e o produto dele, a escrita da história.

É o que vai permitir contrapor ou repor os enunciados de crise ou de renovação. Uma maior teorização e epistemologização das discussões emerge destas condições de possibilidade, primeiro em defesa de um saber histórico racional, científico, rigoroso e que deveria distanciar-se das "seduções midiáticas"[117] daquilo que começava a ser chamado, no Brasil, de "sociedade pós-moderna". É esse olhar crítico sobre o saber histórico que os livros de Cardoso e Zaidan pretendiam ser. Ambos procuram traçar um panorama das condições de produção do saber histórico no Brasil dos anos 1980. Se propõem ser uma espécie de balanço critico desta produção, analisando-a, avaliando-a, julgando-a e prescrevendo caminhos, correções de rumo, buscando normatizá-la e regra-la a partir do diagnóstico traçado sobre o estado da arte no país. O crítico historiográfico emerge atravessado por um caráter profundamente prescritor e normatizador. Naquele momento Cardozo e Zaidan eram os historiadores profissionais, acadêmicos que buscam ocupar este novo lugar de sujeito da historiografia produzida no país, o de crítico historiográfico. Zaidan finaliza seu livro afirmando a necessidade urgente da crítica historiográfica como instrumento, senão regulador, mas de avaliação e diagnóstico do conhecimento histórico, vejamos:

> Se podemos colher uma preciosa lição da nossa experiência didático-científica em Marx, com a história e com os nossos alunos, é a de que, sem submetermos a um exame crítico a nossa própria formação, revelando as vicissitudes internas de nossos trabalhos (sem querer fazer da necessidade uma virtude), será muito difícil contribuir para um melhor equacionamento entre teoria e prática, método e objeto no "fazer história" de nossos alunos. Afinal, a primeira exigência do conhecimento científico é o espírito da crítica. E a melhor maneira de exercer este espírito é submeter os próprios trabalhos a uma severa avaliação. (ZAIDAN, 1989, p. 84)

[117] Apesar da dura crítica feita por Michel Zaidan aos "novos historiadores" e suas relações com a mídia, a partir dos pressupostos teóricos da Escola de Frankfurt, sobretudo os estudos de Adorno e Habermans sobre cultura de massas e modernidade, boa parte dos seus debates eram travados nas páginas de grandes jornais brasileiros, a exemplo do Correio Brasiliense, do Diário de Pernambuco e do Jornal do Commércio, onde parte dos textos publicados no livro *A Crise da Razão Histórica* já haviam sido publicados e circulados, trazendo os mesmos argumentos, críticas e ataques. O que explicita como o debate acadêmico naquele período, para os historiadores brasileiros, ainda não estava restrito apenas ao espaço dos programas de pós-graduação e ao alcance dos pares. Debates de ordem teórica também se davam para além dos muros da academia e em espaços mais abertos a uma audiência não especializada.

Não estou afirmando com isso que a emergência da crítica historiográfica no país seja uma prerrogativa dos trabalhos de Cardoso e de Zaidan, mas que os seus livros são acontecimentos[118] que se colocaram como condições de possibilidade para que esta nova forma de modulação e de problematização do conhecimento histórico tenha emergido com um dado vigor naquele momento histórico, no Brasil, entre os historiadores profissionais, acadêmicos. Além disso, ambos os livros marcam a importância das problematizações, muitas vezes mais políticas que epistemológicas, que os historiadores de formação marxista produziram e que foram colocadas como balizas para definir o que era a historiografia brasileira a partir dos anos 1980, sobretudo em meio aos eventos que modificavam a geografia política, econômica e social do país e também da própria disciplina. Ao problematizar o "contexto" de emergência dos "novos" historiadores e da "Nova História", Zaidan e Cardoso estavam colocando em cheque, por outras vias, aquilo que Michel de Certeau chamou de o lugar social de produção do conhecimento histórico. Ambos tinham uma certa razão ao afirmar que a emergência da "nova história", no Brasil, tinha como condição de possibilidade a presença de uma cultura de massas já consolidada e que demandava explicações para esta nova realidade atravessadas por signos e símbolos culturais, notadamente capitalistas. No entanto, ambos fazem desta leitura uma arma de enfrentamento político a estas novas posturas teóricas e metodológicas a quem acusam de irracionais, conservadoras e ideologicamente comprometidas, subservientes ou capturadas pela cultura capitalista. É um debate fundamentalmente político que, deste momento em diante, vai se radicalizar e sofisticar-se em chave teórica e epistemológica. Os dois livros e as discussões que eles reverberam vão se

[118] Considero ambos os livros, livros-acontecimentos. Entendendo este conceito de acordo com Durval Muniz de Albuquerque Jr.: "Quando um historiador é chamado a falar sobre um livro, sobre um texto, sobre um discurso, deve tratá-los como aquilo que são: deve tomá-los como um acontecimento. Entendendo por acontecimento qualquer evento que ocorre em um dado e preciso tempo, que significa, de algum modo, uma ruptura, uma cesura, um abalo, uma descontinuidade, um deslocamento, uma divergência no tecido social, na ordem social, nas formas de pensar, de entender, de simbolizar ou imaginar o mundo, de dizê-lo e explicá-lo, no regime de práticas, nos hábitos, nos costumes, nos valores, nos códigos e regras que definem uma dada estrutura social. O acontecimento é como uma pedra atirada ao lago, para além de seu estrépito inaugural e passageiro, ele continua atuando através das ondulações, dos círculos cada vez mais alijados de si mesmo que faz emergir na superfície do social. Para além da temporalidade imediata de sua irrupção, o acontecimento implica o acúmulo de condições de possibilidade que o vem tornar efetivo e os desdobramentos futuros onde sua energia se dispersa. Embora venha aparecer em um dado presente, um acontecimento implica um dado passado e se projeta sobre um dado futuro, o acontecimento implica o encontro dos tempos, de múltiplas temporalidades que se articulam e, ao mesmo tempo, divergem, se implicam e se complicam." (ALBUQUERQUE JR., 2017, p. 01)

prologar no tempo, sua energia se estenderá e produzirá outros efeitos, sobretudo porque os argumentos centrais que os orientam e as questões que colocam serão retomadas e recolocadas por outros historiadores, seja para reafirmá-las ou contestá-las.

5.2 A RETÓRICA DA CRISE EM CHEQUE: uma leitura da geografia disciplinar do saber histórico no Brasil dos anos 1980 a partir das margens

Neste sentido, um dos primeiros historiadores a fazer uma leitura bastante crítica às posições assumidas, sobretudo por Zaidan e Cardoso, é o historiador paraibano Durval Muniz de Albuquerque Jr. ainda no ano de 1989, em texto apresentado numa mesa-redonda, ocorrida na Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, sob o título "A moda que incomoda (As novas tendências Teóricas na Historiografia Brasileira)", ocasião em que Zaidan também se fazia presente a mesa como um dos palestrantes. A começar pelo título da fala de Albuquerque Jr. já se observa o furor da discussão suscitada e como ela se encaminharia no texto/leitura. Perpassado por um tom irônico, o texto inicia apontando para uma "guerra de estilos" descrita da seguinte maneira:

> "Você pertence às novas tendências?"
> Esta pergunta tem se repetido com certa frequência, ultimamente, nos meios acadêmicos entre os historiadores. Ela pode significar a busca de um aliado ou a identificação de um inimigo, dependendo de quem o faz. Esta busca de identificação de cada historiador demonstra o clima reinante, hoje, entre estes profissionais, que se vêem mergulhados numa acerba discussão, ou, nos casos mais extremados, numa verdadeira batalha ideológica e intelectual; afinal, os historiadores ainda não deixaram de gostar de batalhas e muitos sonham mesmo em comandar um grande exército de cabeças pensantes.
> Nesta "batalha" se perfilariam de um lado os autodenominados marxistas e todos os outros defensores da "modernidade, do humanismo e da razão" e do outro lado, os historiadores pertencentes às novas tendências da historiografia, os também chamados "ecléticos, desviados, revisionistas, pós-modernos" que, segundo a visão do primeiro grupo, estariam lançando a "moda" do combate aos pilares de sustentação da modernidade, tornando-se "anti-humanistas e irracionalistas". (ALBUQUERQUE JR., 1989, pp. 01-02)

Esse texto de Albuquerque Jr. já indicia uma daquelas que será característica basilar de sua escrita, a ironia. Recorrendo a este *tropos* ele procura colocar em suspensão a construção dos seguintes lugares e das oposições dele

derivadas, de um lado os defensores da racionalidade, e de outro, os “irracionalistas e pós-modernos”. Partindo desta problematização Albuquerque Jr. procurava marcar uma diferença de leitura e posicionamento em relação aos seus pares com os quais vai dialogar ao longo do texto e a quem faz referência direta, já na primeira nota de rodapé pé de página, Ciro Flamarion Cardoso e Michel Zaidan Filho e suas obras referidas acima. É um debate aberto com seus pares, um dos quais presentes à mesa onde o texto é apresentado, Michel Zaidan, que havia sido seu colega de departamento na UFPB – *campus* Campina Grande, e o responsável pelo convite a participar da mesa-redonda no evento da UNICAP. A fala de Albuquerque Jr. parece apontar para uma disputa política no interior da geografia disciplinar da historiografia produzida no Brasil à época. Disputa esta que parecia passar também por um conflito de gerações, entre os “novos historiadores” e a “velha guarda marxista”, entre àqueles que se filiavam a um destes dois lados do “conflito”. Neste sentido tanto Zaidan Filho quanto Albuquerque Jr., apesar do primeiro se postar em defesa da “racionalidade” e contrário aos “novos” historiadores, eram produto dos novos modos e lugares de se pensar e produzir história no Brasil, ou seja, de uma historiografia profissional, acadêmica produzida, sobretudo, a partir dos programas de pós-graduação em História. O primeiro com seu mestrado concluído em 1982, numa das primeiras turmas do programa da UNICAMP, sob a orientação de Ítalo Tronca, e o doutorado realizado na USP, defendido em 1986, sob orientação de Edgard Carone. O segundo com seu mestrado recém-concluído, em 1989, também pelo programa da UNICAMP, sob a orientação de Robert Slenes, mas já claramente influenciado pelas “novas” tendências historiográficas, em especial pelos pensamentos de E. P. Thompson e, sobretudo, Michel Foucault. (RAMOS, 2015.), (ALBUQUERQUE JR. 2006).

O que os diferencia é, justamente, as filiações teóricas, epistemológicas, políticas e intelectuais. Em 1989, quando da publicação de seu livro, Zaidan Filho já é um historiador com certo alcance entre os pares, o próprio livro o indicia, uma vez que quase todos os textos que o compõem são fruto de discussões que ele apresentou durante uma estada como professor visitante na Universidade de Brasília – UnB, entre os anos de 1988 e 1989. Além de ser professor do PPGH da UFPE, desde 1986, quando assumiu, via concurso público, uma vaga de professor no departamento de História daquela instituição. Neste momento Albuquerque Jr. também já era professor de uma instituição federal, a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, *campus* II, Campina Grande, mas ainda não estava ligado, como professor, a nenhum PPGH.

Ainda se encaminhava para iniciar o doutorado, despontando como um historiador promissor, mas ainda em formação. Mas também sendo forjado nos PPGHs e naquele que despontava como o principal centro renovador da "historiografia brasileira", o Programa da UNICAMP.

Zaidan já era naquele momento, portanto, um historiador profissional institucionalizado. E fez este percurso durante um momento de transição e de disputas institucionais acirradas entre a "velha guarda marxista" e "os novos historiadores", com àqueles ainda dominando muitos postos de poder no interior da academia, por mais que viessem perdendo parte deles por conta das investidas dos "novos bárbaros", como nomeavam os historiadores que se filiavam a outras tradições políticas, ideológicas e de pensamento. Sua institucionalização é produto destas disputas, assim como sua formação se faz num sentido um pouco inverso, uma vez que faz seu mestrado na UNICAMP, universidade que se colocava como berço da renovação da "historiografia brasileira", e segue para o doutorado na USP, sendo orientado por um dos historiadores marxistas mais dogmáticos em atividade naquele departamento, Edgard Carone. Um historiador para quem o papel e a atuação política eram mais importantes que a discussão teórica sobre o campo, como ele vai dizer: "para mim, o ponto de vista é político e não meramente teórico" (MORAES e REGO, 2001, p. 61). Há muito da perspectiva esposada por Carone nos argumentos de Zaidan. Por sua vez, Albuquerque Jr. é um historiador ainda não totalmente institucionalizado e em processo de formação. Formação feita, sobretudo, no PPGH da UNICAMP e a partir dos contatos com os professores que renovavam a produção daquele departamento, a exemplo de Edgard De Decca e Alcir Lenharo (ALBUQUERQUE JR. 2006). O seu texto citado acima fala a partir deste lugar. É um texto de defesa do lugar da renovação e do discurso a que o programa onde terminara o mestrado encampava. Isto vai ficar um pouco mais explícito na passagem a seguir:

> O que percebemos nesta má vontade dos historiadores marxistas mais dogmáticos em relação às novas tendências teórico-metodológicas no campo da história, é na verdade, o medo que estes têm de perder sua posição no mundo acadêmico, de terem seu poder de "detentores do mais valioso instrumento para se chegar à verdade científica" solapado por estes novatos que "tem a petulância" de questionarem suas "verdades" reveladas pelo "materialismo histórico" e pelo "método dialético". São os velhos costureiros, que mesmo já não tendo mais nenhuma criatividade e, por isso mesmo, disfarçadamente, repetem a cada ano a sua coleção de inverno do ano anterior com pequenas alterações, que tentam barrar os passos dos

> novos estilistas que chegam cometendo “heresias” e pondo por terra os conceitos de moda que eles lutaram tantos anos para implantar. (ALBUQUERQUE JR., 1989, p. 03)

Fazer, portanto, a defesa “dos novos estilistas” era não só defender o seu lugar de fala; mas, também, abrir um flanco onde se instalar dentro desta disputa por espaço, era construir um espaço de fala que possibilitasse se inserir nesta nova geografia ao lado daqueles que a estavam remodelando-a, reconfigurando-a. E isto não era pouco naquele momento, sobretudo para um historiador ainda não institucionalizado e vindo de um lugar marginal da institucionalidade acadêmica e historiográfica daquele período no Brasil, a UFPB. Vindo de um lugar onde a produção era vista não só como menor, mas referida, quase sempre, até pelos próprios intelectuais locais, como regional[119]. Ao se inserir nesta discussão Albuquerque Jr. procura espaço para pensar esta relação desigual dentro da própria configuração da geografia disciplinar da história no Brasil. Assim como Zaidan havia feito, significava não assumir o lugar de regional e se dizer capaz de discutir temas tidos como nacionais, de se mostrar em condições de discutir e pensar os rumos e a historicidade daquilo que começava a ser nomeado como “historiografia brasileira”, em sua versão mais moderna, profissional e institucionalizada, pois produzida a partir dos cursos universitários de história, no geral, e dos programas de pós-graduação em História, em particular. É, portanto, a defesa de uma nova maneira de se escrever a história, de a produzi-la e pensá-la. Albuquerque Jr., invertia, portanto, a acusação feita por Cardoso e Zaidan a esta nova historiografia, ao afirmar que:

> Embora nos pareça contraditório com o próprio pensamento marxista, é de historiadores que se filiam a esta corrente teórico-metodológica que têm partido os mais violentos ataques às novas tendências historiográficas, estes se posicionando pois como verdadeiros defensores do *status quo* no campo acadêmico e intelectual. O marxismo que até bem pouco tempo esteve na “moda” no nosso mundo acadêmico pós-abertura política passa a acusar as novas correntes historiográficas de “modismos”, que seriam impulsionados pela mídia e proporcionariam lucros à “indústria cultural”. (ALBUQUERQUE JR. ,1989, p. 02)

Seriam os historiadores marxistas, portanto, que estariam assumindo posturas conservadoras e reacionárias, pois se colocando “como verdadeiros

[119] Ver a este respeito a tese de Rosa Godoy Silveira, publicada como livro: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino.** São Paulo: Moderna, 1984.

defensores do *status quo* no campo acadêmico e intelectual". Neste sentido, Albuquerque Jr. usava da mesma estratégia que seus contendores, ou seja, o uso de um debate em chave epistemológica para se produzir efeitos políticos na área. É um debate para provocar, para incomodar, como o próprio título do texto de Albuquerque Jr. sugeria. Era assumir uma posição política e combativa, era se assumir como a "moda que incomoda", quase um militante em nome da "renovação". E a provocação do texto tem endereço certo e definido, Michel Zaidan Filho e sua obra *A Crise da Razão Histórica*, a quem Durval faz referência direta em nota de rodapé aberta ao final da citação acima. Mas não só a ele. Zaidan e sua obra são pretextos para se indiciar o estado da arte naquele momento e reestabelecer esta discussão a partir de outros parâmetros teórico-metodológicos e políticos. Neste sentido, afirma Albuquerque Jr.: "Parece-nos importante, portanto, tentar estabelecer um pouco a historicidade destas correntes teóricas, tanto a nível de pensamento como a nível das influências históricas que as motivam, para estabelecer um nível de discussão que supere a simples 'guerra de estilos e estilistas' e a falsa dicotomia marxismo e novas tendências da historiografia que já motivou tantos debates e mesas redondas nos últimos tempos" (ALBUQUERQUE JR. 1989, p. 04).

Ao propor dar historicidade a este debate, Albuquerque Jr. vai argumentar e usar o recurso à crítica historiográfica e ao balanço da historiografia que era nomeada de moda para desmontar os argumentos de Cardoso e, sobretudo, os de Zaidan. Fazendo uso de uma estratégia narrativa bastante sofisticada, uma vez que não só dialoga diretamente com a abra deste como a questiona a partir de seus pressupostos teóricos e das condições históricas de possibilidade de sua emergência, Albuquerque Jr. procurava apontar não só para aquilo que o livro de Zaidan enunciava, mas, sobretudo, para os silêncios e as zonas de sombra que produzia ao elidir do debate o seu lugar social de produção e alguns sujeitos historiadores ou modelos teóricos "incômodos" como, por exemplo, E. P. Thompson e sua releitura do marxismo. Ao explicitar o lugar social e intelectual de onde foi produzido o livro *A Crítica da Razão Histórica*, Albuquerque Jr. buscava desmontar o aspecto de verdade acabada, ao qual se arrogava a crítica e a avaliação historiográfica produzida por Zaidan. Fazia isso também à medida que tentava explicitar as vinculações políticas, ideológicas e intelectuais deste com uma dada visão da história caudatária de um marxismo stalinista e estruturalista, que buscava preservar seus lugares institucionais dentro da universidade brasileira a época, em especial nos PPG de História. Diante disso, o

silêncio em torno da obra de E. P. Thompson e sua influência sobre a historiografia produzida nos principais programas de pós-graduação do país ao longo dos anos 1980 é bastante significativo, tanto na obra de Cardoso quanto na de Zaidan. Em nenhum momento os dois autores citam ou fazem qualquer tipo de referência a produção do historiador inglês. Este silêncio é muito eloquente, uma vez que, como demonstrei na primeira parte desta tese, Thompson havia sido um dos historiadores estrangeiros mais reivindicados para legitimar a renovação que se atribuía a historiografia produzida na USP e na UNICAMP e que era circulada nas páginas da RBH, por exemplo.

O silenciamento de Thompson expressa um incômodo. Aliás um grandioso incômodo, notadamente para os historiadores marxistas, uma vez que o historiador inglês foi um dos mais ardorosos críticos de dados marxismos, como o estruturalista, de corte althusseriano ou o "stalinista com seu reducionismo economicista, seus esquemas e sua truculência política" (ALBUQUERQUE JR., 1989, p. 10) e que eram largamente utilizados pelos marxistas brasileiros como modelos teóricos de explicação da realidade nacional, sendo aplicado e replicado para todo e qualquer contexto histórico. O recurso a Thompson erguia um enorme muro de dificuldades teóricas e políticas para os marxistas mais clássicos fazerem uma crítica à renovação historiográfica empreendida pelos "novos historiadores", uma vez que ele falava de dentro do próprio marxismo, porém renovando-o, ressignificando-o, fazendo uma leitura de seus pressupostos teóricos e metodológicos a partir dos problemas demandados pela realidade em que estava inserido, abrindo espaço, portanto, para pensar as manifestações culturais, a ideologia, os costumes sem, no entanto, subordiná-las ou condicioná-las a uma infraestrutura econômico-social. Fazer menção a Thompson significava dizer que o próprio marxismo não era imutável, que ele também estava sujeito à mudança e não se encontrava infenso a realidade que emergia em finais dos anos 1980. Daí, talvez, o recurso, como estratégia narrativa, ao seu silenciamento e o centrar fogo em outras perspectivas historiográficas como a "nouvelle historie" e sua história das mentalidades, do cotidiano e/ou "micrológica" associada a terceira geração da escola dos *Annales*. Ou o combate voraz e, muitas vezes, furibundo e adjetivo feito a Michel Foucault, tomado como um dos principais bodes-expiatórios desta cruzada anti-renovação, empreendida tanto por Ciro quanto por Zaidan. O filósofo francês além de ser acusado de perverter as bases racionais do conhecimento histórico, supostamente o fazia sem a propriedade de ser um

historiador de ofício. Era um intruso, um “cavaleiro bárbaro” a vandalizar o território dos historiadores, o principal “mentor intelectual” dos “novos bárbaros” brasileiros, emergidos com a nova República.

Ao historiar este processo de recepção e diálogo com as novas tendências historiográficas, Albuquerque Jr. buscava apontar para o caráter pouco substantivo dos debates encetados por Cardoso e Zaidan, explicitando a dimensão muitas vezes caricatural e distorcida desta discussão, sobretudo no que diz respeito aos exageros criados em torno daquilo que eles nomeavam, muito genericamente, de “modismos”, de extravagâncias teóricas a serviço da indústria cultural, dos historiadores seduzidos pela cultura de massas e pela mídia eletrônica. Neste sentido Albuquerque Jr. vai afirmar, procurando relativizar estes enunciados e questionando a retórica da crise da história e/ou dos historiadores – aliás o conceito de crise em nenhum momento é usado por ele, seja para reafirma-lo ou refutá-lo, preferindo questionar a metáfora da “moda” –, a partir da constatação do seu incômodo:

> Como estamos vendo, olhando a “moda” de perto na passarela, sem estarmos munidos dos binóculos com lentes desfocadas do dogmatismo, do preconceito e da defesa intransigente do *status quo* acadêmico, podemos até continuar discordando e tendo restrições a fazer às novas tendências teórico-metodológicas no campo da história, mas não poderemos negar que elas colocam questões que devem ser melhor discutidas pelos historiadores e não apenas desconhecidas; elas trazem contribuições importantes para o conhecimento histórico, que não podem ser desconhecidas e ignoradas: elas abriram novos campos de pesquisa para o historiador, suscitaram novos temas, chamaram a atenção para novas fontes e só por estes motivos mereciam ser avaliadas com mais seriedade e não apenas consideradas “modismos” e afastadas como “desvios perigosos” dos programas e dos currículos dos cursos de história. Afinal, se é apenas moda, por que incomoda tanto? Por que tanta ira diante de modismos destinados a desaparecerem com o tempo ou sumirem ao sabor das rápidas mudanças de gostos da cultura de massas e da mídia eletrônica? São perguntas que achamos fundamentais, mais do que aquela pergunta inicial, que leva apenas a uma catalogação de litigantes nos pseudo-opostos campos do marxismo e das novas tendências teóricas da historiografia. (ALBUQUERQUE JR., 1989, p. 16-17)

Albuquerque Jr. ao dar historicidade a estas discussões desessencializa os pressupostos que norteavam os argumentos de Cardoso e Zaidan, explicitando o caráter contingente e localizado daquilo que eles nomeavam quase que apocalipticamente de crise da Razão, crise da Modernidade ou “Crise da História” com

uma coisa sendo quase desdobramento ou sinônimo da outra. Ao dar-lhe historicidade, o caráter de enunciado em que se reveste o discurso da crise fica mais evidente, em especial quando cotejado com outros discursos e lugares de produção do saber histórico no país onde ele não consegue atravessar ou aderir e mobilizar sujeitos e práticas que o agenciem como contra face do enunciado da renovação. Segundo Albuquerque Jr., na passarela da história o que parece ser "modismo" ou uma "moda" sempre disposta a se vestir de novas indumentárias e a mobilizar novos e velhos estilistas em busca de que lhe costurem roupas novas e lhe deem aspecto de novidade é a própria ideia de crise, descrita por ele como uma espécie de retórica político-ideológica travestida de cientificidade. O que apresentamos até o momento foi apenas uma das muitas máscaras e das muitas roupas que ela vai assumir a partir dos anos 1980, percorrendo daí por diante, como uma fantasmagoria, os desdobramentos da produção historiográfica profissional, acadêmica no Brasil. De giro em giro ela, a retórica da crise, voltou a assombrar os historiadores brasileiros por vários momentos, como um espectro[120], de final dos anos 1980 em diante.

---

[120] Esta retórica e todos estes argumentos esposados por Ciro Flamarion Cardoso se constituem como um topos de grande parte da crítica historiográfica produzida no país ao longo dos anos seguintes. Ao ponto de, nos anos 2000, Durval Muniz de Albuquerque Jr. voltar a denuncia-lo e questioná-lo em alguns artigos seus que buscavam discutir justamente a dimensão adjetiva presente neste tipo de crítica, assim como seu caráter de estratégia de desqualificação da produção com a qual se discorda. Albuquerque Jr. vai retomar e ampliar esta discussão em três artigos em específico, são eles: "O historiador *naif* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão", publicado em 2006, não por coincidência, no livro *Estudos sobre a escrita da História*, organizado por Manoel Salgado Guimarães; o artigo "O Caçador de Bruxas: Carlo Ginzburg e a análise historiográfica como inquisição e suspeição do outro", publicado em 2009 na Revista *saeculum*, da UFPB e, por fim, o texto, ainda não publicado, mas apresentado durante o XXVII Simpósio Nacional da ANPUH ocorrido em Natal – RN, em 2013, com o título "O Historiador está Nu*:* a crítica historiográfica como o *strep teese* dos pressupostos e aporias do trabalho do historiador". Nestes três textos Ciro Flamarion, Michel Zaidan ou o *topos* que perpassa o modo como eles operam a crítica historiográfica são interlocutores privilegiados da crítica estabelecida por Albuquerque Jr. Além dele outros dois historiadores irão produzir, ao longo dos anos 2010 mais alguns artigos que tem como interlocutores aqueles mesmos sujeitos e o mesmo *topos* discursivo, fazendo uma crítica bem próxima a estabelecida por Albuquerque Jr. Me refiro ao texto do historiador das ciências, professor da UERJ, Carlos Alvares Maia, intitulado "Crise da História ou crise dos historiadores no *linguistic turn*, o caso brasileiro", publicado em 2010, na Revista Projeto História; e o artigo do também historiador Temístocles Cezar, intitulado "Hamlet brasileiro, ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980)", publicado em 2015 na Revista de História da Historiografia. Devo a este trabalho de Cezar a noção de espectro, a partir da qual trabalho para tratar ou me referir a retórica da crise, usando também para designá-la a ideia de fantasmagoria, pensada de forma sinônima a de espectro tal qual concebida por ele neste texto. Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Historiador Naïf ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. *In*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. (Org.). **Estudos sobre a Escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 192-215. _____. O Caçador de Bruxas: Carlo Ginzburg e a análise historiográfica como inquisição e suspeição do outro. **Saeculum** (UFPB), Vol. 21, pp. 45-63, 2009. _____. O Historiador está Nu*:* a crítica historiográfica como o *strep teese* dos pressupostos e aporias do trabalho do historiador. **XXVII SNH – ANPUH**, Natal – RN, 2013. Mimeo. (Texto gentilmente cedido pelo autor para uso nesta tese).; MAIA, Carlos Alvarez. Crise da História ou crise dos historiadores no *linguistic turn*, o caso brasileiro.

5. 3 UM GIRO TEÓRICO E EPISTEMOLÓGICO: “uma crise da história ciência” ou a crítica historiográfica como solução teórica para mais um giro?

No alvorecer dos anos 1990 o enunciado da crise ganha novos contornos e outros discursos e práticas passam a sedimentar e articular sua composição. No entanto, o modelo de discussão e debate inaugurado por Cardoso e Zaidan, contra o qual Albuquerque Jr. se insurge como elemento divergente, estabelece juntamente com os demais historiadores brasileiros que escreveram e publicaram nas páginas da RBH para pensar criticamente a escrita da história até aquele período, as bases de boa parte daquilo que se fará, em termos de crítica historiográfica, dali em diante. A partir deste período tornar-se-á mais comum a produção de balanços historiográficos para dar conta do estado da arte no Brasil. E quase todos eles vão estar carregados de um forte caráter normativo, senão, prescritivo acerca do conhecimento histórico produzido até então ou como ele deveria ser praticado dali por diante. O próprio modo como são vazados investe-os também de um caráter memorialístico, no sentido de desdobrar temporalmente uma dada relação da disciplina com o seu passado, o seu presente e as suas possibilidades de futuro. Desta maneira os balanços historiográficos vão emergir como uma espécie de inventários sobre o conhecimento histórico, que teriam como objetivo não só estabelecer a geografia disciplinar da área, à medida que cartografaria seus marcos, seu monumentos, suas fronteiras, os espaços e lugares de produção, ou seja, à medida que configuraria uma espacialidade para a disciplina, mas também lhe confere uma temporalidade, ao estabelecer a partir de uma dada relação com o tempo, uma memória disciplinar para o conhecimento histórico no Brasil. Os balanços historiográficos que irão emergir a partir de então não podem ser pensados fora destes constrangimentos e modulações que são próprias a um dado modo de pensar o fazer-se da história e dos historiadores no país naquele período, sobretudo quando se dedicavam a escrutinar o próprio ofício.

Em artigo publicado na Revista Textos de História, no ano de 2002, sob o título “Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990”, o historiador Jurandir Malerba afirmava que “devido a uma característica básica do conhecimento histórico, que é sua própria historicidade, temos que nos haver com todas as

---

Revista Projeto História. Nº 41, dezembro 2010, pp. 351-382. e CEZAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). **História da Historiografia**, Vol. 17, 2015, pp. 440-461.

contribuições dos que nos antecederam". Ou seja, Malerba chamava à atenção para o fato de como a produção do conhecimento histórico e àqueles que o produzem, os historiadores – e neste caso, os historiadores profissionais, forjados na academia, especificamente nos programas de pós-graduação – tinham como premissa básica de seu trabalho pensar a temporalização do seu fazer, ou melhor, ele explícita a relação que a história estabelece, em um dado momento, com o tempo, entendido como regime de historicidade, a partir do qual elabora e modula sua própria memória disciplinar. Este caráter autoreflexivo do conhecimento histórico tomava um sentido bem preciso no início dos anos 1990 e que Malerba vai nomear como crítica historiográfica. Pensada, segundo ele, como uma "propriedade" elevada à condição de "fundamento do conhecimento histórico". Desta forma, ao analisar os textos de história da história produzidos nos anos 1990, Malerba atribuía à crítica historiográfica um lugar privilegiado na definição daquilo que se chamava historiografia e, por consequência, também uma posição de destaque àquele(s) que viesse(m) a assumir o lugar de crítico historiográfico. Na "radiografia" que ele procura fazer da "prática de crítica historiográfica no Brasil da década de 1990, período em que se assiste um esforço no sentido da profissionalização dessa atividade no meio acadêmico brasileiro" (MALERBA, 2002, p. 182) o lugar de crítico historiográfico aparecerá como sendo um espaço privilegiado de observação e de configuração de um exercício de memória sobre o passado da disciplina, o estabelecimento de um presente deste passado e, portanto, de possibilidades de futuro deste passado no presente.

Nesta direção Malerba elenca três níveis de constituição desta relação da história com sua historicidade ou três maneiras de modular esta relação. A primeira seria o que ele chama de crítica temática e que estaria ou deveria estar presente em toda e qualquer dissertação e tese, pois diz respeito a uma reflexão sobre o que se produziu até então sobre determinado tema ou objeto em estudo; esta seria uma esfera rotineira da crítica historiográfica. Um segundo nível seria aquele modulado a partir das resenhas[121] que, segundo Malerba, também não ultrapassaria uma revisão temática ou, quando muito, autoral perdendo de vista o "contexto mais amplo" onde a

[121] Aqui cabe mais um registro de filão de pesquisa que se abre. O trabalho com as resenhas, sobretudo, aquelas que se apresentam como instrumentos de crítica historiográfica e não somente como textos de apresentação de uma dada obra. Penso aqui, especificamente, nas resenhas produzidas para e publicadas pela Revista História da Historiografia. Apesar de ter feito o levantamento e a leitura de todas elas, não me foi possível fazer uso para esta tese, dado os motivos apontados na introdução e por elas trazerem alguns elementos que demandariam uma abordagem mais específica que esta que estamos empreendendo neste texto.

obra e/ou autor resenhados estariam inseridos deixando de cotejar, portanto, “movimentos teóricos e historiográficos”. E, por fim, os ensaios bibliográficos e os exercícios de balanço historiográfico. Que seriam, para o autor, os níveis mais elaborados de crítica historiográfica produzidos ao longo dos anos 1990 no Brasil. Deixarei os dois primeiros níveis de lado para me ater ao terceiro, o dos ensaios e balanços historiográficos, que são nomeados por Malerba como trabalhos de crítica historiográfica. Dentro deste nível o grande modelo eleito pelo autor é o trabalho de Carlos Fico e Ronald Polito, *A História no Brasil (1980-1989)*, publicado no ano de 1992 como resultado de um grandioso projeto de pesquisa capitaneado pelos dois professores da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, a partir da criação do Centro Nacional de Referência Historiográfica – CNRH, do qual Malerba havia sido pesquisador entre 1995 e 1998, período no qual havia coletado os dados da pesquisa que embasava o artigo que estou discutindo.

Antes de continuar na análise mais detida do balanço produzido por Fico e Polito e de que maneira eles modulam a relação do conhecimento histórico no Brasil com uma dada espacialidade e uma dada temporalidade, é preciso esclarecer algumas questões. A primeira delas é que o CNRH era uma tentativa de retomada de um projeto do historiador José Honório Rodrigues, que o mesmo nunca havia conseguido tirar do papel, qual seja: o de criar um centro nacional de referência e catalogação de toda a produção historiográfica produzida no Brasil, para onde fosse remetida toda e qualquer produção científica que dissesse respeito a história do e no Brasil. Neste sentido, o empreendimento dos dois historiadores da UFOP não só tinha o mesmo objetivo, mas o ampliava à media que o CNRH não só se apresentava com essas características, mas se colocava também com um lugar de crítica e avaliação desta produção, a partir do qual se produziria e apontaria sínteses, caminhos, direcionamentos para a “historiografia brasileira” a partir daquilo que se foi produzido até então. O CNRH foi pensando como o lugar de definição do que seria a própria historiografia brasileira. Desta maneira, concordamos com as historiadoras Maria da Glória Oliveira e Rebeca Gontijo quando elas afirmam o seguinte sobre o projeto historiográfico de José Honório Rodrigues:

> O duplo viés, crítico e memorialístico, ajuda a dimensionar o projeto de José Honório Rodrigues. Nesse sentido, caberia ao historiador da historiografia denunciar a ideologia subjacente à escrita da história e, ao mesmo tempo, estabelecer um cânone por meio da catalogação de

> autores e obras consideradas mais importantes, a partir das quais seria possível estabelecer a cronologia evolutiva da disciplina.
> Além de analisar os referenciais teóricos presentes na historiografia brasileira, apontar seus principais nomes e obras, destrinchar seus métodos e traçar o panorama da pesquisa histórica em nosso país, apresentando seus principais arquivos e fontes documentais, o que José Honório parece visar é a construção de uma tradição historiográfica em meio a qual, talvez, ele mesmo pudesse se inserir, não apenas como historiador entre tantos outros, mas como aquele que organiza o legado, apontando caminhos para futuras pesquisas. Supostamente, ao construir sua versão da história da história, ele também reservou um lugar para si. (OLIVEIRA e GONTIJO, 2016, p. 18)

O que Oliveira e Gontijo atribuem ao projeto de José Honório pode ser muito bem estendido a empresa de Fico e Polito, com o diferencial que ambos buscavam com seu empreendimento se inserirem no debate historiográfico da época ou ao menos chamarem a atenção dos principais centros de produção do conhecimento histórico do período, notadamente a USP, a UNICAMP e, em menor grau, a UFF, para o que estava acontecendo às margens, usando como trincheira de batalha e arma de combate um centro de catalogação e de crítica historiográfica. Se os programas anteriormente citados eram aqueles que se diziam produzir ou disputar a produção da historiografia brasileira e, sobretudo, promover sua renovação, Fico e Polito, a partir do CNRH procuravam se colocar no lugar de sujeitos validadores ou avaliadores desta narrativa, seja para ratificar aquela configuração disciplinar ou para questioná-la, até que ai fossem inseridos como sujeitos construtores de sua geografia e de sua memória. Sujeitos construtores do que se chamava de “historiografia brasileira”, mesmo atuando em uma instituição periférica na geografia disciplinar da produção historiadora no Brasil de início dos anos 1990, a UFOP.

Este lugar de produção de crítica historiográfica diz muito do modelo de crítica que irão fazer ou do tipo de avalição que Fico e Polito fazem da historiografia produzida ao longo dos anos 1980 no Brasil. O balanço que fazem dessa produção aponta para uma renovação deste tipo de narrativa auto reflexiva da história sobre si mesma, apresentando-se ou sendo apresentada como “a nova crítica historiográfica”, como o faz o prefaciador do livro, ninguém menos que o historiador Carlos Guilherme Mota, que ainda acrescenta: “essa avaliação historiográfica de uma década de transição que nos oferecem os jovens historiadores, calçados num rigoroso levantamento das pesquisas realizadas no período...[faz] nasce[r] este livro inaugural de uma história da historiografia brasileira conduzida segundo critérios por assim dizer

científicos" (MOTA *In*: FICO e POLITO, 1992, p. 07). E termina, em tom de vaticínio: "nasce aqui uma nova crítica historiográfica no Brasil, mais exigente, menos autocomplacente" (IDEM, p. 08).

Mas que crítica historiográfica era essa? A que tipo de balanço se propuseram Fico e Polito? O modelo que adotaram trazia esta renovação apontada? e por que ele é colocado como inaugurador de um novo modo de se produzir crítica historiográfica no país? É preciso analisar esta questão com um pouco menos de pressa e nuançar algumas situações, a partir daquilo que já foi dito até o momento nesta tese. Comecemos por relacionar a produção de Fico e Polito ao lugar social de sua produção, pensando algumas de suas condições históricas de possibilidade e os silêncios e evocações que ela possibilita. Seu lugar institucional, como visto, é a UFOP e o CNRH, portanto um lugar à margem dos principais centros de produção do conhecimento histórico naquele período e que buscava, mediante o trabalho realizado no Centro, uma maior visibilidade e inserção institucional dentro deste cenário, procurando romper com a pecha de historiadores regionais ou locais. Mais uma vez a crítica historiográfica aparece como estratégia discursiva para se questionar as hierarquias espaciais que organizavam a produção do conhecimento histórico no país.

Isto explica, em partes, o fato de Fico e Polito privilegiarem mais uma abordagem externalista da historiografia produzida no Brasil nos anos 1980, à medida que partiam "de um conceito de historiografia que não considera apenas a efetiva produção do conhecimento histórico, mas, também, na medida do possível, a sua disseminação social" (FICO e POLITO, 1992, p. 18) buscando pensar a produção do conhecimento histórico feito na década de 1980 mais a partir de aspectos externos ao campo do que, propriamente, se atendo a escrita da história como objeto privilegiado de análise; fazendo, com isso, muito mais uma sociologia do campo do que traçando uma debate epistemológico acerca do que havia sido produzido naquele período. Assim, afirmavam eles:

> Buscamos, portanto, uma análise historiográfica tendo em vista as vicissitudes da dinâmica econômica, política, social e cultural do Brasil no período em pauta. Afinal, todos estes aspectos de alguma maneira condicionam a atuação do historiador e, consequentemente, a produção do conhecimento histórico. É assim que diversos quadros conjunturais tiveram que ser levados em conta para a análise do movimento historiográfico, como a dinâmica editorial, a criação de revistas, o montante de verbas para pesquisa, os eventos realizados, as instituições criadas, as linhas de pesquisa privilegiadas pelas pós-

> graduações, as efemérides comemoradas no período e as modas teóricas. (FICO e POLITO, 1992, p. 19)

O que ambos fazem é uma espécie de cartografia dos lugares de produção do conhecimento histórico e como os historiadores profissionais, acadêmicos dos anos 1980, no Brasil, os percorriam e caminhavam por e entre eles ao ponto que se faziam historiadores. Fico e Polito configuram, assim, uma geografia bem particular para a historiografia produzida no Brasil à época, centrando sua análise nas condições externas de produção e circulação do discurso historiográfico, ou seja, no seu lugar social e nas instituições de saber que o possibilitavam, para usar um vocabulário de Michel de Certeau. Traçavam, a partir disso, um mapa desta geografia disciplinar mas sem conseguir estabelecer ou precisar exatamente os percursos feitos e, sobretudo, como foram feitos, uma vez que está ausente deste modelo de análise a escrita da história como objeto privilegiado da história da historiografia, como já definia neste mesmo período Manoel Salgado Guimarães. Fico e Polito, portanto, estabelecem um mapa, uma dada espacialidade para o campo, mas perdem de vista o fraseado, o que faz de um lugar um espaço, as práticas de escrita que constituem a subjetividade dos historiadores brasileiros daquele período. Muito embora o mapa que cartografam também procure nortear esta prática ao estabelecer marcos e prescrever virtudes epistêmicas a serem esposadas pelos historiadores profissionais no Brasil dali em diante. Esta geografia busca se desdobrar em memória, porém muito mais espacializada que temporalizada. Neste modelo de crítica historiográfica a historicidade da escrita da história e sua relação com uma dada cultura histórica e um dado regime de historicidade ainda não estão no horizonte de leitura de seus autores. Seus objetivos são outros, à medida que, como eles mesmos vão afirmar:

> Estamos entendendo, então, por historiografia, não só a análise da produção do conhecimento histórico e das condições desta produção, mas, igualmente, o estudo de suas condições de reprodução, circulação, consumo e crítica. O momento da produção do conhecimento, portanto, não se confunde com o de sua disseminação social, ainda que sejam evidentes as possibilidades de ambos se relacionarem. (FICO e POLITO, 1992, p. 19)

Ou seja, esta análise vai do lugar social de produção ao lugar social de disseminação e circulação e perde de vista o momento da colocação em arquivo, do arquivamento, da produção da prova documental, dos itinerários da

explicação/compreensão e da urdidura da narrativa, da colocação em enredo ou da feitura da intriga como afirmava Ricoeur (RICOEUR, 2006). Perde de vista, portanto, uma parte fundamental da operação historiográfica, pois ao que me parece, seu objetivo principal não era problematizar a escrita da história realizada naquele momento, mas, demarcar a geografia, os lugares e oficinas onde ela era forjada e fabricada. Era, sobretudo, afirmar determinados lugares e estabelecer caminhos para que historiadores como eles pudessem ocupar estes novos territórios na e da produção historiadora no Brasil, a do historiador profissional, acadêmico. Era, sobretudo, consolidar a academia como lugar privilegiado desta produção. Como principal *locus* orientador e disseminador da produção do conhecimento histórico, que deveria passar, incontornavelmente, pelos programas de pós-graduação em História. Estes eram os principais lugares de sua especialização e institucionalização, portanto os lugares de proa da nova geografia disciplinar da história no país. E em nenhum momento do livro de Fico e Polito há o questionamento ou a problematização daqueles lugares como sendo os únicos que deveriam hegemonizar a produção de narrativas sobre o passado no Brasil. Pelo contrário, há a sua afirmação. Estar na universidade, filiado a um programa de pós-graduação passa a ser uma lei do meio, uma regra, um imperativo para se poder ser historiador no Brasil. Ser historiador profissional passava a ser quase sinônimo de ser acadêmico, de estar institucionalizado em uma universidade, sobretudo, pública ou financiada por dinheiro público. É uma nova espécie de recrutamento que emerge a partir de uma outra relação com o Estado, diversa daquela mantida pelos Institutos Históricos no século XIX ou até mesmo durante o antigo sistema de cátedras que impera até final da década de 1960, nas principais universidades brasileiras.

> Pressupomos, para efeitos de nossa análise, que a produção do conhecimento histórico no Brasil atingiu, nos anos 1980, um patamar de maior complexidade que vem a configurar uma efetiva especialização deste campo do conhecimento no país. Com isto se quer dizer que tal produção se dá abordando uma pluralidade de temas, enfoques teóricos e procedimentos metodológicos muito grande, notadamente em comparação com os anos anteriores ao período desta pesquisa. Da mesma forma, nos anos 80 assistiu-se à consolidação definitiva dos diversos cursos de pós-graduação, ao mesmo tempo dos periódicos específicos e à ampliação do interesse público pelos temas históricos. Pensamos ainda que tal especialização, de cunho mais profissional, mesmo que diga respeito em grande medida ao desenvolvimento próprio, autônomo, do campo do conhecimento histórico no Brasil, explica-se em grande parte pela

> consolidação de uma universidade em termos modernos, a qual coube a função produtora e em grande medida disseminadora do conhecimento anteriormente pulverizado ou reunido em torno de núcleos tradicionais, nacionais e locais, ou sob sua influência. (FICO e POLITO, 1992, p. 20-21)

Estar na universidade e em um programa de pós-graduação, naquele momento, significava ocupar o lugar autorizado pela ciência, por mais que as concepções sobre esta viesse se alterando e não fosse mais a mesma ciência positiva dos séculos XVIII ou XIX. Mas este lugar passava a ser visto como o principal, senão o único, a produzir pesquisas científicas no Brasil, em especial na área das humanidades. Desta forma à crescente especialização e profissionalização do historiador correspondia uma profunda espacialização da produção do conhecimento histórico, pois implicava a definição de hierarquias espaciais de produção que colocavam a universidade como lugar hegemônico, senão o único autorizado e legítimo a produzir narrativas históricas sobre o passado no Brasil. Isto faz com que outros lugares de produção de narrativas sobre o passado passem a ser interditados e/ou deslegitimados academicamente. A fala de Fico e Polito parece seguir muito claramente nesta direção ao criar determinadas interdições ou definir determinados modos para os historiadores profissionais se relacionarem com outras instâncias de produção de narrativas sobre o passado, como os institutos históricos, as mídias, os partidos políticos, etc.

O que transparece do balanço de Fico e Polito é que a diferença fundamental entre estes espaços e a academia é o caráter científico desta em contraposição aos sentidos políticos, mercadológicos e ideológicos que marcariam os demais. A cientificidade passava a ser vista como uma virtude epistêmica de grande relevo para o fazer-se do historiador profissional no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, assim como para o produto do seu ofício, a escrita da história. O saber histórico produzido a partir de então não poderia ser panfletário, ideológico, militante ou se afirmar claramente como um discurso político, sob o preço de perder o seu rigor, a sua cientificidade. Assim como os historiadores não podiam se deixar seduzir pelos encantos do mercado, da cultura de massas, colocar o seu ofício a serviço dos interesses mercadológicos, das demandas das editoras comerciais e de seus públicos. Aqui o trabalho de Fico e Polito se aproxima e dialoga com os textos de Cardoso e Zaidan e esposa argumentos e virtudes muito próximas às destacadas por ambos: cientificidade, rigor, método.

Neste sentido o balanço proposto por Fico e Polito aparece como uma espécie de inventário desta relação da historiografia produzida dentro da oficina universitária no Brasil nos anos 1980 e as instâncias que estavam ao seu redor ou competindo com ela, como a mídia, as editoras comerciais, as revistas, as demais sociedades tidas como científicas de outras áreas, etc. Assim o balanço realizado por ambos colocava-se menos como uma radiografia do campo e mais como a construção de uma cartografia a estabelecer toda a geografia da produção e da circulação do conhecimento histórico no Brasil naquele período, pois procurava delimitar fronteiras, lugares, espaços de produção e circulação, estabelecer as relações necessárias entre eles, definir legitimidades, hierarquias institucionais e teóricas na definição daquilo que nomeavam como a "História no Brasil". Nesta perspectiva a forma como ambos tentavam dar conta da suposta crise do conhecimento histórico e da própria História vivida, sentida ou assim dita por alguns historiadores do período, a exemplo de Cardoso e Zaidan, era muito mais sofisticada do que a apresentada por estes últimos. Uma vez que para Fico e Polito o conhecimento histórico não estava, necessariamente em crise, pois "os levantamentos [davam] mostras muito seguras" da crescente especialização e profissionalização dos historiadores e, portanto, da pesquisa em História. No entanto, para ambos, se não havia crise também não havia um processo vertiginoso de renovação da historiografia produzida no país. Sem renovação, sem crise, sem crise, sem renovação. E os dois chegam a esta leitura supostamente embasados no rigor da pesquisa que realizaram, na cientificidade dos pressupostos metodológicos que orientavam seu balaço, e pelas "notas para um debate teórico" que estabeleciam como modelo prescritivo e normativo de crítica historiográfica e de avaliação da produção feita até então, por eles compulsada e analisada. O conceito de teoria esposado pelos autores é bastante significativo desta postura, vejamos:

> Por teoria estamos entendendo, aqui, os sistemas de ideias, sintéticos e organizados, que apresentam determinadas hipóteses relacionadas a campos empírico-fatuais específicos e que visem a sistematização do conhecimento, a busca de explicações objetivas, a produção de novas hipóteses significativas de trabalho, bem como a um procedimento objetivo controlador e orientador do trabalho de pesquisa. (FICO e POLITO, 1992, p. 158)

Parece-me claro o sentido prescritivo e, sobretudo, normativo dado pelos autores a teoria e ao seu papel na produção do conhecimento histórico. E é justamente desse sentido que ambos se ressentem da ausência na produção realizada e disseminada ao longo dos anos 1980. Para eles esta é a grande ausência, a grande deficiência ou o grande vazio de praticamente toda a produção daquele período. O que segundo eles "certamente deveria ter prejudicado a formação universitária do historiador" no Brasil e levado o debate historiográfico para um patamar relativamente pobre, do ponto de vista teórico. Segundo eles isso se evidenciava de várias maneiras, mas em especial pela proibição "tácita" da realização de trabalhos eminentemente teóricos nas linhas dos programas de pós-graduação existentes à época e, sobretudo, pelo baixo índice de publicações de livros que tratassem ou estabelecessem discussões de ordem teórica ao longo dos anos 1980. O que provocava, segundo ambos, uma grande distância entre as discussões desta ordem feitas no exterior e as que ocorriam por estas plagas. Como eles procuram sustentar: "este último aspecto, aliás, é expressivo: não há muita relação entre as discussões teóricas que de alguma maneira assumem ares de "grande questão" dentre os historiadores (especialmente em função da repercussão nos grandes jornais do Sudeste) e a produção estrita do conhecimento" (FICO e POLITO, 1992, p. 160). Portanto, usando a janela da discussão teórica, os dois buscam se inserir no debate aberto na década de 1980 sobre a suposta crise do conhecimento histórico, procurando discutir, sob esse ponto de vista, tanto com os "renovadores" quanto com a "velha guarda marxista", afirmando o seguinte:

> Isto aconteceu, [a não relação entre discussão teórica e a produção do conhecimento histórico], por exemplo, no confronto entre Nova História e marxismo...: malgrado o aspecto polêmico dos debates, não parece abusivo afirmar que no Brasil inexistam tendências historiográficas consolidadas de uma ou de outra corrente já que, mesmo no caso do marxismo, não houve uma exploração de todas as suas possibilidades, que foram relativamente abortadas pelo que se convencionou chamar de "crise do marxismo".
> Esta relativa pobreza teórica não impediu que se impusesse a impressão generalizada de que durante os anos 80, se viveu um período de renovação da produção histórica. (FICO e POLITO, 1992, p. 160)

O argumento de ambos colocava o debate e a tensão entre "renovadores" e sua "Nova História", de um lado, e marxistas, de outro, em um patamar diverso

daquele que acompanhamos anteriormente nas discussões de Cardoso e Zaidan. Se nestes o enfrentamento é muito mais político que teórico, com Fico e Polito a discussão política e seu enfrentamento no campo é deslocado completamente para uma dimensão aparentemente teórica, prescritiva e normativa, o que, à primeira vista, camuflaria os interesses políticos não só do livro, mas de toda pesquisa que ambos realizavam. Deste modo, com um só argumento ambos deslegitimavam os dois lados em contenda, pois, segundo eles, um problema estrutural perpassava e empobrecia toda a discussão, qual seja: faltava-lhes bases teóricas firmes, sólidas, ou seja, "um procedimento objetivo controlador e orientador do trabalho de pesquisa". Se por um lado a "crise" era apenas do marxismo, impossibilitado de explorar "todas as suas possibilidades", por outro a "renovação da produção histórica" não passava, para Fico e Polito, de uma "crença alimentada pela aparição de novos temas de pesquisa (sexualidade, mentalidades, magia) e também pela multiplicidade de trabalhos produzidos pelos novos cursos de pós-graduação" (FICO e POLITO, 1992, p. 160). Os dois autores desferem, assim, um duro ataque as duas frentes em disputa, e muito particularmente ao debate que colocava frente a frente "a velha guarda marxista", no geral proveniente da USP, e os "arautos da renovação" encastelados no departamento de história da UNICAMP e azeitados pelos holofotes da mídia e dos "grandes jornais do Sudeste".

É sintomático, portanto, o título do livro de ambos *A História no Brasil (1980-1989)*. Ele tem tudo a ver com a negação que Fico e Polito vão fazer deste debate entre "crise" x "renovação". Primeiro porque mesmo se pretendendo um trabalho de história da história no Brasil, em nenhum momento os autores se referem a esta produção, ao longo do período recortado, pelo termo historiografia brasileira, nem quando criticam a "velha guarda marxista" e muito menos quando se referem a renovação promovida pelos unicampistas, quase sempre colocada por eles entre aspas, para indicar a relativização desta ideia ou desta "crença", como nomeiam algumas vezes. Além dos termos que dá título ao livro, a História no Brasil, ambos vão usar outros para relativizar a ideia de que nos anos 1980 já havia uma historiografia brasileira já consolidada ou estabelecida. Eles preferem usar termos como: produção do conhecimento histórico no Brasil, o campo da História, renovação da produção histórica, tendências historiográficas no Brasil, renovação da História, mas nunca historiografia brasileira.

Esta é uma estratégia discursiva que visa produzir efeitos bem incisivos, pois ataca diretamente o discurso que dizia que a historiografia brasileira, em sua totalidade, estava sendo totalmente renovada, em especial a partir do PPGH da UNICAMP, ao mesmo tempo que contradizia a retórica da crise e o argumento de que a historiografia brasileira estava sob ameaça. Ao que parece, para Fico e Polito, não se dava nem uma coisa e nem outra, pois, por princípio ainda não se podia falar em historiografia brasileira na década de 1980, apenas em História no Brasil. Isto fica muito claro em outra passagem do argumento de ambos, em que buscam dialogar como os procedimentos adotados pelos historiadores da UNICAMP e discutir com a ideia de renovação que reverberavam, vejamos:

> Assim, se quisermos reconstruir o "imaginário" sobre a produção histórica na segunda metade dos anos 80, veiculado pela mídia, teríamos o seguinte: jovens historiadores, notadamente da UNICAMP, contrapõem-se aos "dogmatismos" teóricos, sobretudo marxistas, e operam uma renovação teórica da História que impõe um redirecionamento das pesquisas através do abandono de "velhas noções pré-estabelecidas" e da busca de novas temáticas. Como se vê, há mais equívocos que acertos nesta percepção.
> Afinal, os historiadores e demais profissionais comumente lembrados nas análises sobre a "renovação" da História, não configuram um grupo homogêneo do ponto de vista teórico e muitos, diga-se, deixam claro que não supõem isto, embora a ênfase na diferença possa, por vezes, ocultar alguma identidade de base. Visões superficiais tendem a englobá-los em um grupo por causa do impacto decorrente de suas opções temáticas, um pouco diferentes dos temas normalmente tratados por uma História, digamos, tradicional...Além disso, "renovar" a História não é, preponderantemente, abordar temas novos: as melhorias cruciais são, em geral, teóricas e metodológicas. (FICO e POLITO, 1992, p. 161)

A passagem acima é bastante significativa e elucidativa não só do argumento e da estratégia discursiva esposada por ambos, como também do modo como pretendiam se inserir no debate nacional em torno das mudanças que vinham acontecendo na produção do saber histórico no país, ao longo da década de 1980 e início dos anos 1990. Há sempre um "mas" bastante provocativo nas análises que ambos fazem de todo o processo. E é justamente este "mas" que dá a dimensão política da obra que produzem, pois é ai que se insinua os elementos normativos e prescritivos que estabelecem para fazer "uma avaliação historiográfica" da "produção histórica na segunda metade dos anos [19]80". Aliás este é o subtítulo do livro: "elementos para uma avaliação historiográfica". O mas entreposto entre a retórica da

“crise” e o discurso da “renovação” é a própria figura política do historiador que queriam ser Fico e Polito, qual seja: aqueles que se colocariam a margem das discussões políticas do campo para fazer, de um ponto de vista teórico e metodológico, a avaliação do que se estava sendo praticado pelos historiadores no Brasil. Eles assumiam, assim, o lugar de críticos historiográficos. Um lugar acima na hierarquia de constituição do saber histórico no país. Eles observariam de um lugar privilegiado, de fora, mesmo estando institucionalmente à margem. Seu posto de observação era privilegiado, pois marcado pela visão teórica e metodológica que lhes permitiria “um procedimento objetivo controlador e orientador” da pesquisa, portanto, de sua avaliação. Afinal, era neste lugar teórico e metodológico, que segundo eles, aconteciam “as melhorias cruciais” do campo.

É significativo, portanto, que acusem também o discurso renovador de um discurso midiático, de um “imaginário” produzido pelos grandes jornais do Sudeste. Este argumento se coloca muito mais como uma interdição do que propriamente como um diagnóstico, no sentido de prescrever um certo cuidado com aquilo que era apropriado pela grande mídia e divulgado por ela como renovação. Me parece ser uma tentativa de circunscrever a discussão a um debate meramente teórico e acadêmico, justamente pela maioria dos historiadores fora do eixo Rio-São Paulo não terem acesso a outros lugares de produção de narrativas sobre o passado ou sobre a história com grande alcance e amplitude para além dos pares. Assim, trazer esta discussão para dentro do território da academia tinha um sentido estratégico bem preciso, colocar todos os historiadores, ao menos em tese, falando a partir do mesmo lugar de produção e legitimação do saber histórico, as pós-graduações. Mesmo sabendo que nem todas elas ocupavam a mesma posição na hierárquica da geografia disciplinar da produção do saber histórico no Brasil. Mas, ao menos, as regras de produção deste saber eram muito próximas e supostamente conhecidas por todos os pares. Pressupunha, portanto, um domínio mínimo de todos os historiadores brasileiros sobre essas regras, independente do lugar institucional onde tivessem localizados.

Neste sentido, o que incomodava mais que o modo como estas discussões eram estabelecidas entre os pares, era o fato de nem todos os historiadores brasileiros, sobretudo os que não estavam na UNICAMP, terem o mesmo tipo de acesso à mídia comercial para se expressarem. Em falas como a de Fico e Polito, mas, também, nas de Cardoso e Zaidan, como vimos acima, a mídia começa a

aparecer como um espaço interditado ao historiador acadêmico, profissional, sobretudo se ele quisesse preservar o rigor, a cientificidade, o controle teórico daquilo que faziam e produziam e que o estabelecia como historiador profissional. Essas eram, para Fico e Polito, virtudes fundamentais para aqueles que queriam ser reconhecidos como historiadores. Contudo, a fala de Fico e Polito parece ser mais sofisticada e perigosa que as de Cardoso e Zaidan, pois ao se colocarem no lugar de críticos historiográficos terminavam por se apresentar como uma espécie de polícia dos costumes dos historiadores brasileiros, avaliando suas práticas e se arvorando dizer onde e como aconteciam "as melhorias cruciais do campo". Afirmavam eles:

> Por outro lado, é um processo enganoso tomar-se a produtividade crescente dos cursos de pós-graduação como um indicador seguro desta "renovação" ou "virada". Na verdade, *nossos levantamentos dão mostras muito seguras de que a grande maioria dos trabalhos segue ainda os caminhos que seriam considerados "tradicionais"*. Do ponto de vista da produção de conhecimento histórico essa mudança ainda está por acontecer, e talvez aconteça nos anos 1990.
> Essa problemática, sem dúvida, talvez pudesse ser discutida supondo-se a existência de um núcleo renovador, de uma "vanguarda" que, embora não constituísse a maioria, sinalizasse no sentido dos novos rumos que se estabeleceriam a partir de então. De fato, em certos momentos, a mídia, com algum amparo na realidade da convivência da própria comunidade de historiadores, passou esta imagem – não sem o desconforto que a desgastada noção de "vanguarda" impõe. Mas a "pesquisa de ponta", a "renovação", a "Nova" História, todas estas expressões estão carregadas daquele sentido. Impõe-se, portanto, refletir sobre o que é novo nessa história. (FICO e POLITO, 1992, p. 162. Grifos nossos)

O discurso de Fico e Polito era uma espécie de "acalmem-se, historiadores" há um processo de mudanças em curso, mas ele ainda não está tão estabelecido assim, é possível estuda-lo e, portanto, conhecê-lo e criar mecanismos teóricos e metodológicos para controlá-lo. A pesquisa que ambos realizaram buscava dar conta de mostrar isso. A mudança ainda não havia acontecido, se houvesse de acontecer poderia ser nos anos 1990. Portanto, urgia preparar-se com os instrumentais da teoria e da metodologia para dar respostas satisfatórias a ela. Só fazendo o enfretamento da "pobreza teórica" que supostamente havia caracterizado o período anterior que os historiadores brasileiros poderiam "renovar" verdadeiramente o campo. Fico e Polito pretendiam, portanto, não só inaugurar um caminho, mas estabelecer um dado modelo de como percorrê-lo com segurança, o caminho da crítica historiográfica como lugar e especialidade teoricamente orientada de pesquisa. Neste sentido, cabia a eles

enfrentar ainda, de forma teoricamente orientada, o outro lado da questão, o da retórica da crise.

Se a carruagem desenfreada da “renovação” já havia sido contida teoricamente e impedida de fazer uma “virada” brusca e sem controle, cabia agora eliminar os perigos e as angustias suscitadas pelo monstro da crise que parecia acompanhar, a reboque, a charrete da renovação. E aqui o diálogo ou o debate que Fico e Polito vão estabelecer será com aqueles a quem nomeiam de “historiadores marxistas”, notadamente com Ciro Flamarion Cardoso, Michel Zaidan Filho e Maria Yeda Linhares, em especial com as obras dos mesmos já discutidas aqui anteriormente. Isto explicita como, embora velado, havia um debate bem acalorado entre os historiadores brasileiros no final dos anos 1980 e inícios dos anos 1990. As disputas em torno da profissionalização do historiador e da especialização da área e consequente constituição de sua geografia disciplinar não são assim tão anódinas como parecia transparecer, a princípio, as páginas da RBH e os artigos lá publicados e circulados. Havia placas tectônicas se movendo e se chocando, por mais que estes choques nem sempre fossem claramente nomeados e identificados. Neste outro flanco, Fico e Polito vão descrever a discussão em torno da ideia de crise nos seguintes termos:

> Vários autores marxistas que criticaram a Nova História no Brasil estabeleceram relações entre a nova corrente e a chamada crise da razão moderna. Assim, as mudanças sofridas pela “Escola” dos *Annales*, a partir de 1969 e intensificadas em 1974 e 1978, seriam expressões daquela crise que, como se sabe, foi analisada a partir da noção de “razão instrumental”, conforme a interpretação de Adorno e Horkheimer radicalizando a teoria lukacsiana da coisificação e tentando ultrapassar as reflexões weberianas sobre racionalização, crise que também abalaria os pilares racionalistas dos procedimentos científicos. (FICO e POLITO, 1992, p. 167)

A leitura que Fico e Polito fazem desta discussão e, sobretudo, da argumentação elaborada por seus promotores, a exemplo de Cardoso e Zaidan, envereda mais uma vez por uma visada teórica, buscando descontruir a noção de crise a partir da explicitação dos pressupostos teóricos que orientariam a narrativa dos “historiadores marxistas”. O caráter político da argumentação é descontruído em chave teórica. É uma leitura próxima a realizada por Albuquerque Jr. no final dos anos 1980, mas que, como vimos, não nutre o mesmo otimismo que este em relação ao processo de renovação da história no Brasil. Com isto Fico e Polito não só relativizam

a ideia de crise da História, mas também a própria noção de crise da razão, ao denunciar o caráter supostamente frágil das concepções teóricas que embasavam este tipo de leitura. Para eles não se podia falar em crise da razão e relacioná-la, mecanicamente, a História e, a partir daí pressupor o irracionalismo das tendências que não se orientariam por perspectivas de análises “macro-explicativas”.

Muito menos se podia estabelecer, segundo eles, o mesmo tipo de relação entre “as vicissitudes do mundo da política, a proeminência ou decadência de certos sujeitos sociais”, as contingências do tempo presente, enfim, para explicar “certas opções temáticas” (FICO e POLITO, 1992, 168). Com este argumento, ambos rebatiam a tese esposada por Cardoso e Zaidan de que “os jovens historiadores” brasileiros teriam sido seduzidos pelos desdobramentos políticos trazidos pelo processo de redemocratização do país, pela emergência de novos atores e sujeitos na cena política nacional e, sobretudo, se encantado com as demandas do público e da mídia pela história, dada as efemérides comemoradas no final dos anos 1980. Ou seja, a tese de que havia uma adesão acrítica por parte dos “novos historiadores brasileiros” às pautas colocadas pela democracia liberal e burguesa, desviando o foco de supostas questões mais importantes e estruturais, a exemplo das questões econômicas e sociais, ao enfocar “aspectos do cotidiano, relacionados ou não com as subjetividades”, questões como amor, sexualidade, bruxaria, as “chamadas mentalidades”.

Esta tese, segundo Fico e Polito, não se sustentava teoricamente, pois não havia nada de “irracional na ciência que se debruce sobre o irracionalismo *tout court*, isto é, que tome racionalmente o irracionalismo como objeto” (FICO e POLITO, 1992, p. 168). Dito isto eles afirmavam que “a verdade é que muitos historiadores marxistas, abalados pelas críticas provenientes das reflexões surgidas a partir da consideração da crise da razão moderna, viram em algumas reflexões contemporâneas uma espécie de ‘tábua de salvação’” (IDEM) política e institucional do próprio marxismo como tendência historiográfica legítima academicamente. Portanto, Fico e Polito denunciavam teoricamente o posicionamento político dos “historiadores marxistas”, e no seu texto eles dialogam notadamente com Ciro F. Cardoso, Michel Zaidan e Maria Yeda Linhares, a quem citam e referenciam, afirmando que não bastava fazerem uma defesa da cientificidade e da racionalidade do conhecimento histórico se as bases teóricas para isto eram frágeis, pobres e débeis. Enfim, eles não dispunham “de operadores teórico-conceituais e metodológicos” capazes de dar conta das questões

apontadas e, com isso, terminavam por fazer um discurso de base política e ideológica, quando não panfletário, gritando crise, crise, como se isto apontasse não só para a necessidade de salvação da mesma, mas, também, que se apresentassem como pretensos salvadores da História (processo e conhecimento).

Contudo, para eles, essa pobreza teórica caracterizava uns e outros, “marxistas” e “renovadores”:

> Seja como for, seria pertinente encontrar nos autores brasileiros identificados com a Nova História, problematizações teóricas que já são conhecidas no exterior, como é o caso da postura que supõe um vetor cognitivo “para além” dos padrões científicos “tradicionais”, muito mais do que “contra” tais padrões...Mas, quando falamos de desapego à teoria por parte dos historiadores no Brasil, não estamos exagerando: a indiferença diz respeito não só as cobranças marxistas de cientificidade, mas ao próprio desenvolvimento “interno” das correntes que se pretendem novas. (FICO e POLITO, 1992, p. 170)

Diante desta avaliação parece ficar claro a importância que Fico e Polito davam ao projeto que estavam realizando e como eles o concebiam senão melhor que tudo que se havia feito em termos de história da história até então, mas como algo de outro nível, de outro patamar de interpretação pois fincado em sólidas bases teóricas e metodológicas, e num volumoso cabedal de fontes e acervos. O que, segundo eles, lhes permitia afirmar de forma inequívoca que “a História experimentou crescimentos de vários tipos, com a ampliação do número dos cursos de pós-graduação, a consolidação de um certo ritmo de produção de teses, a maior abertura do leque de opções temáticas e metodológicas, o aumento do número de revistas e de livros publicados” (FICO e POLITO, 1992, p. 178). Ao fazer a história da história no Brasil nos anos 1980 Fico e Polito parecem querer botar ordem na casa dos historiadores e exercer um controle mais rígido sobre ela, propondo um maior regramento teórico e metodológico para o trato das questões, temas e problemas da área, ou seja, apontando o caminho da epistemologização do conhecimento histórico como saída tanto para o pavor provocado pelas mudanças bruscas e repentinas trazidas pelos “ventos do modismo”, do “novo” ou da “renovação”, quanto para a angustia desterritorializadora que afligiam aqueles que viam crise por todos os lados. Para uns afirmavam: há novidades em história sim, mas elas também têm uma história que, segundo eles, deveria assentar-se em princípios teóricos e metodológicos seguros que lhe permita conter os equívocos e os exageros do novo pelo novo. Para

os outros diziam: devagar com o andor salvacionista, a história não está em perigo, em nenhum outro momento se produziu e se demandou tanto por história, mas é preciso conter os exageros que fazem proliferar narrativas sobre o passado, e, neste sentido, há um lugar seguro de produção de narrativas científicas sobre o passado que emergiu com bastante vigor dos anos 1980, a universidade[122], e dentro dela os programas de pós-graduação. Ela passava a ser a principal oficina dos historiadores profissionais e da produção do conhecimento histórico no Brasil a partir de então. O livro tem, portanto, um forte caráter normativo, mas também prescritivo sobre o que os historiadores poderiam ou deveriam fazer, como e quais caminhos percorrer dali por diante uma vez que a geografia da disciplina havia sido mapeada por ambos.

Esse debate do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 que acabo de apresentar suas linhas mais gerais foi fundamental para definir hierarquias espaciais, teóricas, institucionais e intelectuais na elaboração da geografia e da memória disciplinar da história no país, sobretudo porque aponta para a emergência de um elemento relativamente novo no pensamento historiográfico produzido no país, qual seja: pensar a história da própria história no Brasil e lançar sobre ela um olhar crítico, avaliativo que buscava prescrever caminhos, normatizar modos de produção, delinear fronteiras e, sobretudo, definir teoricamente o que poderia ser nomeado de historiografia brasileira. Pesadas as divergências que permeiam as leituras dos historiadores aqui discutidos, suas obras aparecem como condições de possibilidade de emergência da crítica historiográfica como uma subárea com bastante relevância para a definição e legitimação do próprio campo, sobretudo a partir de bases epistemológicas. Ela vai aparecer como uma resposta tanto a retórica da crise quanto em relação ao "império da novidade". É uma forma bastante sofisticada que os historiadores de final da década de 1980 encontram para lidar com as mudanças inerentes a constituição da própria disciplina. Pensar o que estavam fazendo quando escreviam história e, sobretudo, como estavam se constituindo como historiadores. Esta discussão não se encerra aí, ela se prolongará nos anos seguintes e ganhará contornos mais elaborados. E as personas acadêmicas com as quais trabalhei até o

[122] Neste sentido Fico e Polito afirmam: "supomos ter analisado um elenco suficiente de registros que comprovam a pertinência da hipótese sobre a profissionalização: de fato, constata-se um nível de maior complexidade, que demonstra uma efetiva sofisticação do setor, notadamente em relação aos períodos anteriores. É visível, da mesma forma, o papel preponderante desempenhado pela universidade pública neste movimento. Com isto, claro está, não queremos menosprezar o que foi feito anteriormente, dentro ou fora das universidades, assinalamos, apenas, uma mudança de patamar. (FICO e POLITO, 1992, p. 179).

momento retornarão à cena, sempre na tentativa urgente de dizer o que é ou como deveria ser a historiografia nacional, de ver e dizer o que era ou é a “historiografia brasileira”.

6 A REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS – REH E A FORMAÇÃO DE UMA REDE INTELECTUAL PARA PENSAR A HISTÓRIA DA HISTÓRIA NO BRASIL: A crítica historiográfica como epistemologia da história

6.1 A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA COMO OBJETO DE REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA

O debate que terminei de delinear na seção anterior aponta para um dado modo de pensar a história da história no Brasil naquele período que, ao mesmo tempo que dialoga com a produção da época, seus lugares institucionais e algumas formas de recepção deste conhecimento em alguns círculos intra e extra acadêmicos, deixava em aberto um aspecto que hoje os especialistas da área consideram fundamental, tomar a escrita da história como objeto de estudo. Fazer do texto do historiador um objeto de pesquisa para pensar o que fazem quando escrevem história. Por mais que este tipo de reflexão no Brasil não se fizesse presente no debate apresentado acima, ele emerge no mesmo período e também como uma tentativa de dar respostas às questões que se colocavam para os historiadores brasileiros à época, como, por exemplo, história para que e quem? Como e onde se fabrica o conhecimento histórico no Brasil? Estas são questões que começam a se tornar fundamentais para uma parte dos historiadores brasileiros na virada da década de 1980 para a de 1990. Se a sociedade brasileira, de um modo geral, vivia a ansiedade da abertura política, mesmo que “lenta, gradual e segura”, os historiadores profissionais, esta persona acadêmica ainda em elaboração, pareciam viver sob o signo da mesma ansiedade. E dar respostas satisfatórias àquelas questões significava, também, definir virtudes, condutas, regras e modelos de ser historiador profissional no Brasil no final do século XX e a partir disto definir o que era a própria historiografia brasileira.

É estabelecendo um diálogo com toda esta geografia disciplinar que se configurava no país em finais dos anos 1980 e início dos anos 1990, assim como problematizando a memória disciplinar que lhe é correlata que um grupo de historiadores situados em algumas instituições, em sua maioria do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, começam a pensar a escrita da história no país em diversos períodos e lugares. Nesses lugares, assim como na perspectiva discutida acima, vai estar em jogo também a definição do que poderia ser nomeado como “historiografia brasileira” e quais as condições de possibilidade e as pertinências para o fazê-lo e,

não menos importante, quem estava autorizado e legitimado a produzir esta definição. Neste interim, tomo a criação de duas revistas como acontecimentos significativos na constituição não só deste objeto de estudo para a história como para se pensar e definir aquilo que estava sendo nomeado de historiografia brasileira, profissional, acadêmica.

Estes dois periódicos terão importância fundamental neste debate, pois será em torno deles e das instituições a que eles se ligavam que se articulará uma rede intelectual relativamente coesa, do ponto de vista teórico e metodológico e, até certo ponto, diversa institucionalmente, para pensar o que faziam os historiadores quando escreviam história. E para isso buscavam voltarem-se criticamente, para pensar a constituição temporal do saber disciplinar da história no Brasil, seja para afirmar e legitimar suas novas regras de feitura, seja para questioná-las e desloca-las, ao apontar os constrangimentos inerentes às práticas que a engendram ao longo tempo. A primeira revista é a Estudos Históricos, da Fundação Getúlio Vargas – FGV, do Rio de Janeiro. Criada, em 1988, por um grupo de historiadores e cientistas sociais ligados a instituições cariocas, como a própria FGV, mas também a UFF, PUC-Rio, UFRJ e outras, terá como seus primeiros editores a historiadora Ângela de Castro Gomes, o historiador Gerson Moura e a cientista política Lúcia Lippi.

A segunda revista é a Revista Anos 90, que como o próprio nome já diz, foi criada no início dos anos 1990 e parece querer trazer com esta marca de batismo um certo ar de ruptura ou de deslocamento em relação ao que havia sido praticado, em termos de conhecimento histórico no Brasil, até a década anterior. É uma das primeiras revistas especializadas criada por e ligada a um programa de pós-graduação em História que tinha, naquele momento, uma das únicas linhas de pesquisas dedicada a pensar e a estudar a teoria e a metodologia da história, e que terá uma circulação mais ampla a nível nacional entre os pares, muito embora não estivesse situada no eixo Rio-São Paulo de produção do conhecimento histórico. Criada pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGH/UFRGS, a revista nasce como uma das expressões desta linha do programa, a que discutia teoria e metodologia da história. O que torna a sua criação e circulação um acontecimento ainda mais emblemático para o saber histórico no país, sobretudo naquele momento de redefinição de sua geografia e de sua memória disciplinar. A criação da revista soa quase como uma resposta à crítica feita por Fico e Polito sobre a pobreza teórica que imperava na historiografia produzida no

país nos anos 1980. Neste sentido, a Revista Anos 90 se insinuava como novidade, como renovação. Mas, por enquanto, por uma questão didática me aterei a REH. Retomo a discussão destas questões a partir do que foi publicado e circulado pela Revista Anos 90 um pouco mais adiante, no último capítulo desta parte, e já para finalizar as discussões desta tese. O registro inicial desta revista, serve, neste momento, para apontar o caráter sincrônico do debate que será descrito a seguir a partir da REH, explicitando que as revistas criadas nos anos 1980 e 1990, no Brasil, dentre elas a RBH vão servir de espaços privilegiados para que os historiadores brasileiros profissionais, acadêmicos disputassem, discutissem – mesmo sem muitas vezes fazerem um debate franco e direto – e tentassem definir o que era a historiografia brasileira produzida a partir de sua mais nova instituição de saber, os programas de pós-graduação em história. Lugar este que será alçado, ao longo de todo este período, como o *locus* principal não só da formação do historiador profissional; mas, sobretudo, o lugar legítimo de produção da narrativa historiadora no Brasil, apontando para a profissionalização e hiperespecialização da área.

A criação da Revista Estudos Históricos[123] – REH a partir do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC da FGV buscava apresentar-se, à época, como uma alternativa de publicação e circulação do saber histórico produzido nas instituições do país. Encampando, para tanto, uma proposta bem diversa das principais revistas até então em circulação, uma vez que se norteava por uma relação multidisciplinar com a história. Neste sentido, a REH marca uma diferenciação em relação a RBH, por exemplo. Se esta pretendia ser, como afirmado por Alice Canabrava, na apresentação do seu número inaugural, uma revista de historiadores para historiadores, a REH era apresentada, por seus editores, tão somente como “uma Revista de História”, sem os avatares de querer pertencer ou formatar-se a partir do perfil deste ou daquele profissional ou estar circunscrita às fronteiras de uma única disciplina. Seus editores a apresentarão da seguinte maneira:

> Nossa proposta é a de reunir em uma revista todos os profissionais interessados em participar da análise do Brasil sob uma perspectiva histórica. *Não queremos fazer uma revista de historiadores, ou de sociólogos, ou de cientistas políticos*. Queremos sim que ela seja um órgão de divulgação de uma perspectiva multidisciplinar voltada para a história do Brasil. Queremos enfim ser o instrumento da divulgação de um saber que considera irrelevante o traçado de certas fronteiras

[123] De agora por diante a revista será referida pela sigla REH.

> acadêmicas e entende o conhecimento da história de um país não como um objetivo exclusivamente erudito e sim como uma preocupação fundamental para a vivência cotidiana de seus cidadãos. (EDITORES, REH, 1988, p. 04)

Há aqui uma diferença clara em relação aos demais projetos de revista especializada de divulgação e circulação do saber histórico no país criadas ou sendo publicadas naquele momento. A REH surgia como uma revista com características não disciplinares, clamando por uma perspectiva multidisciplinar que se voltasse para o conhecimento da "história do Brasil". Não importando se isto seria feito por historiadores de ofício, cientistas políticos, antropólogos, sociólogos, etc. Este caráter multidisciplinar da revista se explicita também no seu primeiro corpo editorial, formado por Ângela de Castro Gomes, historiadora e cientista política[124], Lucia Maria Lippi Oliveira, socióloga e cientista política[125], e Gerson Moura, historiador e cientista político, especialista em História Diplomática e Relações Internacionais[126]. A REH não era, especificamente, uma revista de historiadores, mas de cientistas sociais que buscavam pensar seus temas historicamente. Para eles pensar os estudos históricos e, sobretudo, o Brasil contemporâneo vinha acompanhado de um claro sentido de intervir politicamente no presente que se configurava à época, atuando sobre ele a partir das leituras e interpretações que estes diversos intelectuais, ligados as mais diversas ciências humanas e sociais, faziam da realidade histórica do país. No entanto, há uma clara relação da revista com a história e a produção deste saber. Procurando pensá-lo e articulá-lo a partir de uma discussão teórica e epistemológica

---

[124] Angela de Castro Gomes possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1969), mestrado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ (1978), sendo orientada pelo Prof. Renato Raul Boschi, e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ (1987), sendo orientanda de Wanderley Guilherme dos Santos. É professora titular aposentada de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense e é Professora Emérita do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, onde trabalhou de 1976 a 2013. Cf. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787983A8 Acesso em 15 de janeiro de 2018, às 19:55.

[125] Lucia Maria Lippi de Oliveira possui graduação em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1966), mestrado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (1973) sendo orientada por Wanderley Guilherme dos Santos, e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1986) sob orientação de Gabriel Cohn. A época da criação da REH atuava no CPDOC/FGV. Cf. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787903Z0 Acessado em 09 de julho de 2017, as 20:46 h.

[126] Gerson Moura foi um historiador das relações institucionais, falecido em 1992. Fez seu mestrado no IUPERJ, em 1979, e o doutorado em 1982, no *University College* de Londres. Cf. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. A outra lei de Gerson: *in memoriam* de Gerson Moura (1939-1992). **Revista História**. São Paulo, Nº 127-128, 1993. pp. 181-186.

que a partir do diálogo com as demais ciências sociais, orientará a forma como os intelectuais que aí vão publicar perscrutarão os temas abordados na revista.

Em conversa realizada com a historiadora e cientista política Angela de Castro Gomes sobre a criação da REH, ela afirmou que a pretensão era fazer uma revista diferente dos modelos então em circulação no Brasil. E isto se evidencia pelo próprio lugar institucional onde a revista nascia, o CPDOC da FGV; uma vez que esta não é, necessariamente, uma universidade e sim um centro de pesquisa de uma das mais prestigiadas fundações do país. Isto aponta para um sentido um pouco diverso daquele que historiamos a partir dos debates travados tanto na RBH, como a partir de outros espaços, pois relativiza a ideia corrente de que a universidade era, naquele momento, o principal *locus* de produção do conhecimento histórico no Brasil. Neste sentido, como já apontado muito rapidamente na primeira parte desta tese, o Rio de Janeiro é um caso excepcional, pois além da FGV conta com inúmeras outras instituições que não só produzirão narrativas históricas, de caráter científico, profissional e especializado; mas que, também, concorrerão com as narrativas produzidas nos programas de pós-graduações das universidades pela legitimidade e autoridade de dizer o passado e, portanto, de se arvorar como historiografia brasileira profissional.

Neste sentido, o projeto que os editores da REH tocam é bastante ambicioso, pois parecia não só tencionar os arranjos que configuravam a geografia disciplinar da história no Brasil naquele período, mas convocavam os seus praticantes, os historiadores brasileiros, para um debate de cunho teórico, epistemológico e conceitual com o qual a grande maioria ainda não parecia estar habituada. Este chamamento vai ser explicitado da seguinte maneira pelos editores, na apresentação ao primeiro número da revista:

> Apostamos em uma visão integrada desses dois saberes, [história e ciências sociais], que lidam com o universo humano. A visão da história como uma espécie de laboratório das ciências sociais ou a proposta de análises que distinguem, não sem hierarquizar, uma dimensão sincrônica e diacrônica mantêm a separação formal entre os campos da história e das ciências sociais. Queremos agrupar compreensão histórica e explicação. Entendemos que história é análise e enquanto tal não restabelece as coisas “tais quais elas se passaram”. O encadeamento de eventos só ganha importância na medida em que temos conceitos nos informando sobre sua relevância. Isto é tão importante quanto nos lembrarmos da historicidade das teorias. (REH, 1988, p. 3)

Esta visão integradora borrava as fronteiras disciplinares que vinham sendo erigidas pelos historiadores ao longo dos anos 1980 e procurava rearticular o saber histórico a uma perspectiva de análise mais conceitual e diacrônica, encaminhando-lhe, portanto, para o mesmo percurso de epistemologização que as ciências sociais vinham trilhando desde a década de 1960 e 1970 no Brasil. O primeiro número da REH é emblemático desta viragem, uma vez que traz o seguinte tema para ser discutido no dossiê: “Caminhos da historiografia”. Uma das editoras da revista a época, Ângela de Castro Gomes, afirma que a escolha deste tema buscava marcar o lugar dos estudos históricos na Revista, e apontar para uma tradição de pensar o fazer da disciplina que já caracterizava as ciências sociais, mas que ainda era bastante incipiente na história. Segundo ela, os historiadores que publicaram neste primeiro número ainda não tinham muita consciência ou certeza daquilo que estavam fazendo, nem de como nomear esta viragem da qual eram parte importante, o que estou chamando de processo de epistemologização do conhecimento histórico, que emerge, primeiro, como uma crítica historiográfica de sentido prescritivo e normativo para pensar e cartografar muito mais o espaço de experiência dos historiadores e as condições atuais de produção do conhecimento histórico, definindo “o estado da arte” no Brasil, do que propriamente retornar-lhe a sua historicidade. Gomes vai dizer que se sabia o que não se estava fazendo. Para ela o que o grupo de historiadores que orbitavam naquele momento em torno da REH fazia era algo muito distinto daquilo que foi praticado como historiografia por José Honório Rodrigues, até então o grande nome desta área no país e que praticava uma história da história na qual “caberia ao historiador da historiografia estabelecer um cânone por meio da catalogação de autores e obras consideradas mais importantes, a partir dos quais seria possível estabelecer a cronologia evolutiva da disciplina” (OLIVEIRA e GONTIJO, 2016, p. 18). A intenção destes historiadores era outra: eles buscavam dar historicidade a própria escrita da história.

Neste sentido, o primeiro número da REH publicado em 1988 é emblemático, à medida que traz um conjunto de textos que procurava pensar a história da história no Brasil na interface de sua relação com a teoria da história e de uma prática que toma a própria disciplina a partir de sua historicidade, onde não só o historiador é interpelado e problematizado enquanto sujeito produtor de narrativas sobre o passado, mas a própria escrita da história é tomada como objeto de estudo.

Nas palavras de Angela de Castro Gomes este primeiro número buscava ser um dossiê de impacto, muito embora, segundo ela, os historiadores que aí publicaram não tivessem o propósito deliberado ou consciente de estabelecer regras novas para a história da história ou inaugurar o que, posteriormente, vai ser nomeado de história da historiografia. Para Gomes este grupo de historiadores sabia que estava fazendo algo novo, mas sem, ao certo, estarem conscientes do que isto viria a ser ou a tornar-se. Apenas uma coisa estava bem clara, era necessário pensar os "caminhos da historiografia", em especial da "historiografia brasileira". Este é o desafio lançado pelo primeiro número da revista. Publicado com cinco artigos, duas entrevistas e um ensaio. Todos eles tendo como problema aglutinador pensar a escrita da história e as formas como ela vinha sendo praticada no ocidente, em especial no Brasil.

O texto que abre a coletânea é um artigo do historiador Manoel Salgado Guimarães, intitulado "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". O artigo é um resumo da tese de Guimarães defendida no mesmo ano de 1988 na Universidade de Bochun, Alemanha, onde o autor discutia, a partir de uma história dos conceitos de tradição alemã, sobretudo a partir de uma leitura de Reinhart Koselleck, e da operação historiográfica de Michel de Certeau, a relação do IHGB com a formação do Estado nacional no Brasil e a sua contribuição para a construção do conceito de nação, ou seja, como a escrita da história operada no IHGB se colocou como uma prática e um discurso que se ofereceram como condições de possibilidade para a construção do Estado e do conceito de nação que lhe vai ser correlato. Mas, para além da originalidade do problema apresentado por Guimarães e de como esse objeto vai ser pensado por ele, cabe salientar, para o que interessa nesta tese, como o conhecimento histórico ou mais precisamente a história de constituição da disciplina, de suas modalidades de escrita em um dado período e espaço vão ser elevados a condição de objeto de pesquisa e estudo da própria história, que passa a voltar-se sobre si mesma para entender o seu próprio fazer a partir das relações que estabelece com um dado regime de historicidade.

Desta maneira, o trabalho de Guimarães operava um outro deslocamento, à medida que aparecia como um dos primeiros estudos a deslocar a emergência da história enquanto ciência, no Brasil, para o primeira metade do século XIX, problematizando o lugar social de produção deste tipo de escrita, a prática historiadora ai produzida e pesquisada e quais modelos teóricos que davam embasamento a tal

produção e, sobretudo, como isto era modulado em uma escrita historiadora que elaborava uma determinada narrativa sobre o passado nacional. Deste ponto de vista, o trabalho de Guimarães opera um sensível deslocamento em relação aos estudos de historiografia produzidos até então e, sobretudo, propunha uma outra temporalização para a história da história enquanto ciência no país, tendo a primeira metade do século XIX como o seu nascedouro.

Apesar da originalidade das questões abordadas e dos deslocamentos produzidos neste trabalho de Guimarães, ele não pode ser pensado fora da rede intelectual em que se inseria e que, naquele momento, articulava-se em torno da publicação do primeiro número da REH. Segundo Gomes havia além de uma proximidade temática uma proximidade intelectual entre os historiadores que publicaram naquele primeiro número da revista e, sobretudo, laços pessoais de amizade que os uniam. Ela, Manoel Salgado Guimarães, Ricardo Bezaquen de Araújo, Francisco Falcon e Luiz Eduardo Soares além de atuarem em instituições cariocas, formavam um grupo intelectual mais coeso devido aos laços de amizade, de intimidade pessoal e diálogo institucional que mantinham. Esse parece ser um traço fundamental para a execução do projeto condensado na Revista Estudos Históricos e, sobretudo, de como, dali por diante, às instituições do Rio de Janeiro onde havia cursos de graduação e pós-graduação em História vão se posicionar frente aos debates em torno do que era a “historiografia brasileira” profissional, acadêmica. Sendo mais receptivas e abertas a pensar o próprio fazer do historiador e a construção da própria geografia e memória disciplinar da história no Brasil.

Me parece que pensar a história da história no Brasil passa a ser, a partir de então, uma estratégia bastante poderosa para definir o que estava começando a ser chamado de historiografia brasileira profissional, acadêmica e, sobretudo, para questionar dadas narrativas que monumentalizavam determinadas instituições, historiadores e modos de escrita da história. Dizer que a concepção moderna de história no Brasil nasce com o IHGB, como o faz Guimarães (GUIMARÃES, 1988), ou afirmar que Capistrano de Abreu é um dos principais nomes senão o “mais importante historiador ‘moderno’” do país, como o faz Ricardo Bezaquen de Araújo (ARAÚJO, 1988), tem um sentido político muito claro, naquele momento, sobretudo para a construção da memória disciplinar da história no Brasil e de como sua geografia vai ser tensionada, definida e configurada a partir de então. Aliás os usos políticos do

passado serão um dos principais objetos de debate e problematização a emergir desta discussão e dos textos dos historiadores acima referidos.

Este debate vai ser configurado a partir da elaboração de alguns conceitos centrais para esta rede intelectual e que mobilizará todo um conjunto de produções historiográficas daqueles historiadores ao longo dos anos 1990. Tomo como exemplo o conceito de cultura política, forjando a partir da relação ou no cruzamento entre história e ciência política, e a partir do qual se desdobrará o conceito de cultura histórica[127]. Estes dois conceitos vão ser erigidos a ferramentas heurísticas fundamentais para o entendimento da história da história no Brasil. Eles vão ser usados, por exemplo, na tese de Angela de Castro Gomes para o concurso de Professor Titular da cadeira de História do Brasil da UFF, defendida em 1995 e publicada em livro no ano seguinte com o título *História & Historiadores*. Sobre este trabalho a autora afirmava que:

> Ao final, a pretensão é poder contribuir para a reflexão de uma cultura histórica que foi delineada durante os anos do Estado Novo, engrossando o esforço que reúne pesquisadores de antropologia e sociologia, além de história, e que busca o conhecimento da historicidade de suas disciplinas como forma eficaz para compreensão dos dilemas que enfrentam atualmente. (GOMES, 1996, p. 13)

Retrocedendo um pouco para o final da década de 1980 temos também a tese do próprio Manoel Salgado Guimarães, defendida em 1987, com o título *A escrita da história no século XIX. Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Nela o autor lança uma provocação aos historiadores brasileiros da época ao afirmar que "a historiografia brasileira esteve tão entretida em trabalhar os temas da história do Brasil que a reflexão acerca da história da historiografia ainda não recebeu a devida atenção" (GUIMARÃES, 2011, p. 68). Com isto Guimarães apontava não só para uma dimensão

[127] Em artigo publicado um pouco antes de sua morte, em 2010, no livro *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*, Manoel Salgado Guimarães definia essa articulação da seguinte maneira: "a discussão em torno das formas contemporâneas do passado nos remete, certamente, a um outro problema fundamental, que diz respeito aos usos políticos do passado. Revisitar o passado não pode ser desvinculado das demandas e exigências de um tempo presente e, nesse sentido, sua compreensão é também parte da inteligibilidade de uma cultura histórica que aciona experiências, imagens e atores do passado para uma contemporaneidade que busca nesse tempo que ficou para trás referências para imaginar o mundo em que vive. Esboça-se aqui, segundo defendo, um projeto para a historiografia como campo de investigação, que articula política, cultura histórica e uma história das formas de lembrar". Cf. ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca e SOHIET, Rachel (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado:** historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: José Olympio. 2010.

pouco visitada da historiografia produzida no país; mas, sobretudo, para uma questão central, qual seja: a historiografia produzida naquele momento estava mais preocupada em discutir e pensar a sua ampliação temática, de objetos e abordagens, garantindo assim novos territórios e domínios para Clio, redefinindo, portanto, sua geografia disciplinar do que voltada a pensar a forma como isto vinha sendo feito ou praticado. Pensar a forma, o fazer, a operação que faz da escrita um trabalho de historiador e de sua narrativa uma leitura sobre o passado ainda era um modo muito incipiente de se fazer história no Brasil naquele período. Diferentemente das demais ciências sociais que já esposavam uma tradição de se pensar, de pensar o próprio fazer e sua própria historicidade, de discutir os fundamentos epistemológicos da própria disciplina, a História ainda não havia atravessado o seu limiar de cientificização, sendo esta uma questão ainda na ordem do dia para os historiadores profissionais, acadêmicos no Brasil e em torno da qual parte deles se debruçará ao longo dos anos 1990. Como veremos mais adiante, este processo auto reflexivo produzirá alguns dos debates mais acalorados da comunidade, como por exemplo se a história é ou não ciência, qual a relação entre história e ficção, entre ciência e arte, qual a sua relação com a literatura, etc.

Mas parece ser indubitável que a REH e a rede intelectual que a embasa inaugura uma modalidade distinta de pensar a história e a sua constituição disciplinar. Os trabalhos de Angela de Castro Gomes, Manoel Salgado Guimarães e Ricardo Bezaquen de Araújo são exemplares neste sentido. Muito embora eles façam parte de um regime de escrita da história que já apontava, desde meados dos anos 1980, para uma necessidade dos historiadores pensarem aquilo que faziam, dadas as mudanças internas e externas à constituição daquilo que estava sendo chamado de historiografia brasileira profissional, acadêmica. Neste sentido, a principal novidade trazida por estes trabalhos é justamente a de tomar a escrita da história como objeto de estudo, ou como vai dizer Gomes: “trata[va]-se de um exercício historiográfico cujo principal objetivo é procurar compreender o processo de constituição do saber e da disciplina de história...no nosso país” (GOMES, 1996, p. 10). Tratava-se, portanto, de colocar a disciplina história sob o crivo dos mesmos procedimentos teóricos e metodológicos que ela exercia sobre outros temas, retornando-a à historicidade que lhe era própria. Significava dizer que a história que se praticava naquele momento no Brasil também tinha uma história e que precisava ser contada para que se pudesse “refletir sobre quem...estava sendo definido como historiador e, em decorrência, sobre

o que estava sendo entendido e postulado como saber histórico e o ofício do historiador" (GOMES, 1996). Estas são duas perguntas centrais que orientarão as pesquisas sobre a história da história no Brasil, em especial para os historiadores acima referidos.

Há outra particularidade nos estudos realizados por Gomes, Guimarães e Araújo, o recorte temporal. Em todos eles o recorte é anterior a emergência dos cursos de história nas universidades brasileiras. Guimarães estuda o IHGB e a sua produção historiadora entre os anos de 1938 e 1857; já Bezaquen de Araújo, no texto acima aludido, pensa a escrita historiadora de Capistrano de Abreu, em especial em dois textos do autor, um de 1983 e outro que fora publicado em 1900, para problematizar quais as virtudes epistêmicas que alçam o historiador cearense a condição de principal modelo de historiador moderno no Brasil daquele período. Gomes, por sua vez, historia qual proposta de história do Brasil foi construída durante o Estado Novo e como ela marca e reverbera na cultura histórica posterior. A escolha destes recortes produz um deslocamento na memória disciplinar da história no Brasil, uma vez que faz recuar para antes do processo de profissionalização do historiador iniciado com a criação das primeiras universidades brasileiras, notadamente a USP e a UDF/UB, a constituição e a elaboração de um saber histórico em bases científicas e "modernas". O IHGB, Capistrano e o Estado Novo aparecem dessa maneira como marcos quase que incontornáveis para se pensar a história da história no Brasil. Coincidentemente ou não, todos estes três marcos tem uma relação direta com o Rio de Janeiro como espaço geopolítico. Ou melhor dizendo são instituições/monumentos fundados naquele estado.

Portanto, acredito que tais recortes e escolhas trazem um sentido político bem preciso para as disputas no interior da configuração da geografia disciplinar da história no Brasil de finais dos anos 1980 e início dos anos 1990. Em especial se pensarmos que os historiadores e a historiografia produzida em São Paulo, neste mesmo período, estabelecem outros marcos temporais e institucionais para definir o que é ser historiador profissional, acadêmico e qual o saber histórico correspondente ou derivado deste ofício. A memória disciplinar que construíam para a "moderna historiografia brasileira" era outra, como apontado na primeira parte deste trabalho. Neste sentido, parece haver aqui mais uma estratégia na disputa por dizer o que é a historiografia brasileira e quem teria a legitimidade histórica de se pensar e se dizer como nacional. Os historiadores ligados as instituições do Rio de Janeiro encontravam

na crítica historiográfica e naquilo que começava a ser nomeado como história da historiografia um mecanismo bastante sofisticado não só para disputar a construção do campo, ao traçar-lhe sua historicidade, mas também uma maneira de se inserir nele a partir de um ponto de vista nacional. As disputas em torno do nacional permeiam, portanto, a produção historiográfica de finais dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990. Paulistas e fluminenses rivalizarão em torno do nacional. E a história da história como ela começa a ser praticada não está imune a estas disputas, mesmo a pretexto de fazer a crítica da historiografia produzida no Brasil e dar-lhe uma historicidade. Ela emerge também como um uso político do passado da disciplina a serviço das próprias disputas internas à constituição do campo, o que implica para o historiador que faz história da história estar sempre no fio da navalha entre a reificação e a problematização da memória disciplinar de seu saber. Desta maneira, a REH se colocava como um importante espaço de debate e de disputa em torno destas questões. O seu número inaugural, *Caminhos da historiografia*, é um exemplo emblemático disso. Os debates que a revista incorporou, pelo menos até meados da década de 1990, vão dá o tom destas disputas e discussões.

Acrescento também uma outra questão. Nestes estudos e pesquisas a retórica da crise não aparece ou pelo menos não é tratada ou vista como um elemento central a perturbar os historiadores e seu ofício, não no sentido quase apocalíptico, de fim da história, como foi debatido nos anos 1980. Estas discussões aparecem como mais uma condição de possibilidade para a emergência da história da história como área privilegiada para crítica ao ofício de historiador, e não propriamente à História em si. Nos trabalhos dos três há claramente um chamado à pesquisa, a ampliação não só temática, mas, também, teórica e epistemológica dos domínios de Clio. Uma convocação para que a história e os historiadores além de pensar o mundo lá fora, que também passassem a se pensar, a se interpelar sobre o próprio ofício e o seu fazer, dando-lhe historicidade, inserindo-o e pensando-o temporalmente. Já no final dos anos 1990, em texto publicado no ano 2000, na História em Revista, da Universidade de Pelotas, Manoel Salgado Guimarães resumiu este projeto nos seguintes termos:

> A historiografia como investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe, como condição primeira, reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar.

> Em seguida, é necessário reconhecer esta escrita como resultado de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas para dar significado ao mundo. Uma escrita que se impõe tende a silenciar sobre o percurso que levou-a à vitória, que aparece ao final como decorrência natural; perde-se desta forma uma ancoragem no mundo. (GUIMARÃES, 2000, p.07)

Por mais que a historiadora Angela de Castro Gomes tenha nos dito que o grupo de historiadores e cientistas sociais que tocaram o projeto da REH não tivessem, naquele momento, conscientes do que estavam fazendo e muito menos se contrapondo ao que era produzido e circulado na RBH ou sendo escrito e chamado por historiadores de outras instituições, notadamente as de São Paulo, como moderna historiografia brasileira, retrospectivamente falando me parece muito claro o tom de enfretamento político entre estes percursos intelectuais e institucionais em torno da configuração/problematização da geografia e da memória disciplinar do saber histórico no Brasil. Parecia se estabelecer ali uma clara disputa entre essas memórias disciplinares em torno da escrita da história no Brasil e por se definir o que seria a historiografia nacional, a historiografia brasileira profissional, acadêmica. E para isto a crítica historiográfica ou a história da história, como se nomeia ainda de forma bem imprecisa os estudos sobre a escrita da história naquele momento, passam a ter uma centralidade e uma importância enormes.

O artigo de Arno Welling, *Fundamentos e virtualidades da epistemologia da história: algumas questões*, publicado na REH, em 1992, apontava para a importância desta discussão e direcionava, em tom de projeto, qual deveria ser os fundamentos da crítica historiográfica ou da história da historiografia, expressão já utilizada pelo autor neste texto, como uma epistemologia da história. Ao tratar das mudanças ocorridas no saber histórico ao longo do século XX, Welling pontuava da seguinte maneira o principal desafio aos historiadores de final daquele período:

> O conhecimento histórico enfrenta, no final do século XIX, o desafio de se definir um território epistemológico próprio, não por mesquinhas razões corporativas,.., mas por uma imperativa necessidade gnoseológica.
> A definição de um território epistemológico passa, necessariamente, pela relação cognitiva entre o sujeito cognoscente (armado, neste caso, de uma bagagem teórico-metodológica e uma pré-figuração do recorte da realidade) e o próprio objeto, delimitado heuristicamente a partir daquela; ou, como diz Rüsen, no “começo da investigação coloca-se a pergunta histórica”. (WELLING, 1992, p. 155)

Welling vai apontar, desta maneira, para a necessidade de epistemologização da prática discursiva dos historiadores concebendo-a como um momento fundamental para o desenvolvimento da ciência histórica, sobretudo no Brasil. O texto de Welling radicaliza a discussão colocada por Fico e Polito no livro a *História no Brasil* ao não só sugerir que as principais transformações ou inovações no saber histórico se fazem no ou a partir do plano teórico-metodológico, mas ao apontar para a história da historiografia como área de investigação e problematização deste saber, capaz de estabelecer modelos, padrões, regras a partir da sua crítica e/ou verificação.[128]A história da historiografia emergia, assim, como epistemologia da história ou como uma espécie de história epistemológica. Ou seja, como afirmava Welling, "a história se encaminha[va] cada vez mais para a abstração, para a construção de uma problemática referida à comunidade científica e para o refinamento de sua conceptualização" (WELLING, 1992, p. 159). Assim o refinamento conceitual da história aparecia como uma das virtualidades prometidas pelo processo de epistemologização da história, ao qual Welling acrescentava mais uma:

> Uma das virtualidades da epistemologia em relação à história é exatamente o refinamento de sua autolocalização teórica e de seu aparelho conceitual; certamente não é a sugestão de modelos interpretativos ou a descoberta de "números" "tipicamente históricos". O primeiro problema é metodológico, não epistemológico, o segundo não passa de resquício metafísico. (WELLING, 1992, p. 159)

[128] No livro a *Arqueologia do Saber* o filósofo francês Michel Foucault estabelece os quatro critérios que marcariam os momentos fundamentais de uma prática discursiva, seriam eles a *positividade* ou o "momento a partir do qual uma prática discursiva se individualiza e assume sua autonomia; o momento, por conseguinte, em que se encontra em ação um único e mesmo sistema de formação de enunciados, ou, ainda, o momento em que esse sistema se transforma", depois a *epistemologização* "quando no jogo de uma formação discursiva um conjunto de enunciados se delineia, pretende fazer valer (mesmo sem consegui-lo) normas de verificação e de coerência e o fato de que exerce em relação ao saber uma função dominante (modelo, crítica ou verificação)", em seguida a *cientificidade*, ou seja, "quando uma figura epistemológica assim delineada obedece a um certo número de critérios formais, quando seus enunciados não respondem somente a regras arqueológicas de formação, mas, além disso, a certas leis de construção de proposições", e, por fim, a *formalização* "quando esse discurso científico, por sua vez, puder definir os axiomas que lhe são necessários, os elementos que usa, as estruturas proposicionais que lhe são legítimas e as transformações que aceita, quando puder assim desenvolver, a partir de si mesmo, o edifício formal que constitui" (FOUCAULT, 2005, p. XLI). Me parece que o texto de Welling quando propõe a epistemologia histórica como um horizonte de validação do saber histórico está dialogando com este diagnóstico de Michel Foucault acerca dos "momentos fundamentais" de formação de uma prática discursiva. Evidentemente que Welling, em seu texto, não está preocupado em fazer a arqueologia do saber histórico no Brasil, mas em apontar para o fato de que, como constatou Foucault, todo saber que busca a cientificidade e a formalização têm de, primeiro, ascender ao processo de epistemologização. E era a este desafio que Welling convocava os historiadores, em especial os brasileiros, naquele momento. E neste sentido ele afirmava, categórico: "mas não se conhece, na história do pensamento científico (vale dizer do século XVI em diante) nenhuma ciência que tenha se desenvolvido sem uma reflexão teórico-metodológica sobre sua própria natureza, objeto, procedimentos e afins".

Portanto, para o autor, a epistemologia da história tinha uma função central para o saber histórico, qual seja: constituir um território epistemológico que lhe garantisse regras, procedimentos, modelos de validação teórica e metodológica controlados, verificados e legitimados pela comunidade dos historiadores que permitisse a história se pensar como um saber com pretensões científicas. Esse era um desafio urgente aos historiadores brasileiros profissionais, acadêmicos. Não bastava apenas a sugestão de modelos interpretativos ou a descoberta de "números tipicamente históricos", era preciso estabelecer a "capacidade de criar problemáticas", de articular "conceptualização" e "narração" mediante o estabelecimento de um "problema histórico". No entendimento de Welling "um campo do saber torna-se científico pelas suas possibilidades de *problematização*, isto é, por possuir objetos considerados relevantes pela lógica interna do campo e/ou pela sociedade, teorias concorrentes disponíveis, métodos, um certo número de questões a resolver e um 'estado da arte' que lhe permita identificar aporias e retrocessos na investigação" (WELLING, 1992, p. 162). Por outro caminho, portanto, Welling apontava para a mesma questão que Gomes e Guimarães: tornava-se urgente pensar a escrita da história e os critérios de validação do discurso historiográfico em um dado período e lugar, pois só assim seria possível "identificar aporias e retrocessos na investigação", a partir do estabelecimento do "estado da arte" como uma espécie de mapa a guiar o percurso dos historiadores. Para Arno Welling isto seria objeto de uma epistemologia histórica, muitas vezes, chamada por ele, de história da historiografia, a qual teria algumas finalidades ainda pouco exploradas no Brasil:

> Embora relativamente pouco explorado e às vezes até hostilizado por lhe faltar o caráter de "história positiva", "documental", o campo da história da historiografia, neste aspecto é crucial para o aperfeiçoamento teórico da ciência histórica, ou mesmo de modo mais lato, do conhecimento histórico. Por que não avaliar criticamente a produção historiográfica com o fim de refinar procedimentos intelectuais de nossa própria "operação historiográfica"? Não há, evidentemente, nenhuma razão epistemológica, lógica ou metodológica para não fazê-lo, exceto o argumento que afirma não ser este tipo de investigação...história. De fato não é: trata-se de, conforme o objeto, epistemologia ou metodologia da história. Mas não se conhece, na história do pensamento científico (vale dizer do século XVI em diante) nenhuma ciência que tenha se desenvolvido sem uma reflexão teórico-metodológica sobre sua própria natureza, objeto, procedimentos e afins. (WELLING, 1992, p. 163)

A fala de Welling além de apontar para a necessidade urgente de uma epistemologia histórica como fundamento para refinação dos procedimentos intelectuais da “operação historiográfica”, apontava também para a necessidade de construção de um expediente de pesquisa que orientasse os historiadores neste processo de autoconhecimento e legitimação crítica daquilo que praticavam como ofício, e que escreviam como narrativa sobre o passado. Segundo ele: “no desenvolvimento de uma história da historiografia”, já existiam. “senão modelos, pelo menos alguns procedimentos encaminhados que ultrapassam a antiga concepção cronista ou catalográfica” (WELLING, 1992, p. 163) de se fazer a história da história. Os modelos existentes para se praticar esta modalidade de história ou a forma como Welling a concebe tem um caráter eminentemente normativo e prescritivo, aliás esta é a concepção de epistemologia que o anima, ou seja, um momento da prática discursiva que aparece como um discurso sobre o conhecimento, neste caso o histórico, para estabelecer e/ou validar os critérios, as regras, os procedimentos e protocolos que o tornariam científicos e, sobretudo, verdadeiros dentro de uma dada comunidade intelectual, assim como legítimos socialmente, para além dos pares. Neste sentido ele aponta que:

> O papel de uma epistemologia histórica desdobra-se, assim, em dois aspectos simultâneos: ela é uma das *abordagens* epistemológicas possíveis da epistemologia geral, devido à natureza específica de certos fenômenos que se desenvolve no território da “epistemologia das sucessões”; e fundamenta o “campo histórico”, na medida que contribui para seu aperfeiçoamento teórico através do controle crítico de seus processos explanatórios, como a precisão conceitual e a lógica do argumento. Sob este aspecto cabe-lhe uma posição “racionalista crítica” em face dos resultados – teóricos e não empíricos – da investigação histórica. (WELLING, 1992, p. 164)

O autor, portanto, defendia um modelo de história da historiografia em clara conexão com a teoria e a epistemologia da história onde estas aparecem como elementos validadores dos processos explanatórios, prescritores de regras e procedimentos ou até mesmo resolutores das aporias surgidas na oficina de Clio. Segundo Welling a história da historiografia seria “o campo por excelência do exercício daquele controle crítico dos processos explanatórios” no sentido de “ser a história de uma ciência (e especialmente de suas concepções) o ‘laboratório da epistemologia’ daquela ciência” (WELLING, 1992, p. 164). Ao colocar a história da historiografia neste

patamar Welling destinava para ela um lugar de observação privilegiado dentro da geografia disciplinar do conhecimento histórico e ao historiador que ocupasse o lugar de sujeito neste posto de observação um poder enorme sobre aqueles pares afeitos tão somente “aos números tipicamente históricos” ou em “ampliar o campo temático da história”. Era para o lugar de crítico historiográfico ou de epistemólogo da história que ele apontava, ou seja, o sujeito capaz de validar, de legitimar como verdadeiro e como histórico as narrativas produzidas sobre o passado nas mais diversas oficinas de Clio e a partir das mais variadas abordagens e ferramentas teórico-metodológicas. Este lugar emergia como o dispositivo capaz de dizer, legitimamente, o que seria, portanto, a historiografia brasileira no laboratório da sua história da historiografia.

Há um dado bastante significativo neste modelo esposado por Welling que é preciso sublinhar, pois ele o estabelece a partir de um diálogo notadamente substantivo com toda uma tradição de pensamento epistemológico que vai de epistemólogos da ciência como Koyré, Thomas Kun, Canguilhem e Popper a críticos literários, a exemplo de Hayden White, passando pelo pensamento de Michel Foucault e sua arqueologia do saber, por R. Koselleck e Jörn Rüsen e a história conceitual alemã, até chegar em hermeneutas como Paul Ricoeur e Gadamer, e em historiadores como Michel de Certeau, Paul Veyne, Roger Chartier e Carlo Ginzburg. Ou seja, Welling buscava se inserir num debate bem mais abrangente acerca da epistemologia e mostrava conhecer, substantivamente, como este debate estava colocado para os historiadores desde, pelo menos, o início do século XX. Ao dialogar com toda esta tradição ele procura distanciar-se do enunciado mais rasteiro que colocava na conta da crise de paradigmas e nos seus efeitos sociais e políticos a culpa ou a causa de uma suposta crise da história, como se o processo histórico estivesse depauperando ou degradando um conhecimento histórico já totalmente estabelecido em bases cientificas e formalizado. Welling parece questionar frontalmente a ideia de uma história da história evolutiva e que teria como estágio final o marxismo, entendido como a ciência histórica por excelência, e o conhecimento dele derivado como a verdade derradeira sobre o passado, sobre a própria história.

Para Welling, a crise de paradigmas, que não se confunde com a crise do marxismo, se traduz por três crises que ocorrem tanto sincrônica quanto diacronicamente, a partir do século XIX, que seriam a crise da ciência newtoniana nos moldes estabelecidos no século XVIII, ou seja, a crise da ciência clássica, a crise do idealismo filosófico e a crise do historicismo. Em sua leitura estas três crises,

articuladas entre si, seriam as responsáveis não pelo fim do conhecimento, mas por uma profunda reformulação do mesmo, se apresentando como condições históricas de possibilidade para a redefinição teórica e empírica de diversos saberes ao longo do século XX, dentre eles a própria história que, como apontado anteriormente, tendeu para um processo de epistemologização do seu fazer e para a necessidade de definição de um território epistemológico mais preciso para o saber produzido nas oficinas de Clio. Portanto, o diálogo com aquela tradição permitia a Welling se distanciar de alguns enunciados correntes nas discussões sobre os rumos da historiografia profissional, acadêmica no Brasil na década de 1980 e início da de 1990, e o ajudava a pontuar uma maior diversidade de modelos e abordagens teóricas e epistemológicas para problematizar as mudanças ocorridas no conhecimento histórico até àquele momento. O texto dele traz as marcas não só da tradição de pensamento francesa, mas dialoga também com a tradição alemã, a partir de Koselleck e Rüsen, o que se fazia presente também nos escritos de Manoel Salgado Guimarães, mas também com a tradição americana proveniente da crítica literária, sobretudo a partir do debate estabelecido em torno da obra de Hayden White. Isto faz com que ele estabeleça um debate substantivo com estas tradições sem recorrer a adjetivações ou acusações *ad hominen* para desqualificar o outro com o qual dialoga ou a quem se dirige, uma vez que seu texto é mais prescritivo do que propriamente polemizador.

O caráter muitas vezes reflexivo, avaliativo e até mesmo prescritivo parece ser uma tendência dos textos publicados na REH ao longo de toda a década de 1990, principalmente naqueles que buscam discutir a escrita da história e o fazer dos historiadores em um dado momento e lugar. Eles parecem apontar, no Brasil, para aquilo que François Hartog chama de “momento reflexivo”, um movimento que desde a década de 1970, em França, mas também em outras partes da Europa, como na Alemanha, assim como nos EUA, do outro lado do Atlântico, buscava congregar historiografia e epistemologia para pensar o que faziam os cientistas sociais, de uma maneira geral, e os historiadores em particular. Como Hartog vai dizer:

> O ponto mais interessante e mais recente é a aproximação, frequente no texto dos historiadores, dos dois termos; epistemologia e historiografia. Como se um implicasse o outro, ao completá-lo, corrigi-lo ou relativizá-lo, como se o que eles pretendessem designar de fato fosse uma espécie de mistura: não uma epistemologia “rígida” (demasiado distante e abstrata), nem uma história “insípida” (demasiado internalizada, o obituário de uma profissão), mas uma

> abordagem atenta aos conceitos e contextos, às noções e ambientes, dando uma atenção cada vez maior às suas articulações, preocupada com a cognição e a historicização, sem deixar de manter-se vigilante ás sereias dos reducionismos (HARTOG, 2013, p. 248)

O diagnóstico de Hartog para o caso francês pode ser estendido para pensar este movimento que estou descrevendo na produção historiográfica no Brasil, sobretudo no final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990 em diante. Mas é preciso fazer algumas ponderações antes de apropriar-me do diagnóstico de Hartog para pensar a emergência deste "momento reflexivo" no Brasil. Com isso procuro não incorrer em um equívoco comum a boa parte da própria crítica historiográfica produzida por estas plagas, o de pensar a historiografia produzida nas oficinas de Clio no país como uma continuidade, quase que mecânica, com o que é produzido e pensado alhures. Ou até mesmo de apropriar debates exógenos sem fazer a sua devida mediação e historicização, esquecendo de pensar o lugar social de sua emergência, esquecendo-se com isso da sua dimensão diacrônica e procurando estabelecer uma continuidade ou uma permanência estrutural entre lá e cá, como se isto forjasse uma linhagem ou uma tradição que legitimasse ou justificasse, quase numa relação de causa e efeito, o que se faz e o que se produz como conhecimento histórico em nosso país. Um certo resquício de subjetividade colonizada na produção do saber no país, em certo sentido Zaidan tinha razão quando apontava ainda nos anos 1980 o caráter colonizado das ciências humanas e sociais no Brasil, em particular da história. Uma busca de legitimar o que aqui era ou é produzido a partir do estabelecimento de filiações com tradições de pensamento estrangeiras, sobretudo europeias.

É certo que é preciso pensar este conjunto de textos que venho analisando dentro de uma perspectiva mais ampla de análise e certamente como parte do "momento reflexivo" que acomete às ciências sociais em geral e a história em particular. Isto é fato. Mas uma vez que esta tendência do conhecimento histórico e dos historiadores pensarem o seu fazer estava posta, ao menos no Ocidente, desde a década de 1970, implica dizer que o que se passava por aqui não era uma exclusividade dos historiadores brasileiros ou que emergia, de forma isolada, apenas no Brasil e naquele período em específico. O livro *Evidência da História: o que os historiadores veem*, de François Hartog, publicado originalmente na França no ano de 2005, e traduzido para o português e publicado no Brasil em 2011 pela Editora

Autêntica, na coleção História da Historiografia [129], procura dar conta de pensar este movimento que leva os historiadores a se voltarem sobre o seu próprio fazer tomando a escrita da história como objeto de estudo. Hartog, como dito acima, vai pensar este movimento, sobretudo, a partir do caso dos historiadores franceses e do período de emergência deste tipo de problematização naquele país. O mesmo vai se perguntar, no último capítulo do livro, se os historiadores teriam sido seduzidos pela epistemologia? Sua resposta para o caso francês é pouco conclusiva, mas indicia algumas hipóteses de trabalho que podemos deslocar para pesar momento correlato na historiografia brasileira. Hartog vai afirmar que a historiografia, no final dos anos 1980, passou por um "momento reflexivo" ou um "giro epistemológico", como alguns de seus comentadores brasileiros gostam de sublinhar. Ele afirma o seguinte a este respeito:

> Em suma, algo como uma epistemologia histórica ou historiografia epistemológica que se encontra – vamos insistir sobre este ponto – nos antípodas de uma disciplina ou de uma subdisciplina, constituída ou em via de se constituir, matéria de alguns especialistas mais ou menos autoproclamados e que se autorreproduzem. De fato, esse movimento e esse momento – que, por conveniência, podem ser designados como "reflexivos" (conferindo-lhes o duplo qualificativo; epistemológico e historiográfico) – dizem respeito não só à história, problemáticas e formulações são moduladas em função do estado das questões em cada grande domínio de especialidades e de acordo com os diferentes períodos. (HARTOG, 2011, p. 249)

O que nos interessa aqui, portanto, é muito mais a pergunta feita por Hartog do que propriamente o diagnóstico que ele faz para o caso Francês. Por que alguns historiadores brasileiros começam a se sentirem seduzidos pela epistemologia no final dos anos 1980 e início dos anos 1990? E por que o espaço geográfico onde esta preocupação emerge não coincide, necessariamente, com aqueles lugares que se colocavam neste período como os principais produtores daquilo que procuravam nomear como historiografia brasileira, notadamente as instituições paulistas? Quais as condições históricas de possibilidade para a emergência de uma subdisciplina que congrega epistemologia e historiografia no Brasil? E que tipo de lugar de sujeito emerge desta geografia disciplinar, que especialistas são esses e quais problemáticas e formulações serão moduladas? Me parece que, daqui por diante, o diagnóstico de

[129] Cf. HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

Hartog não é mais pertinente para pensar o caso brasileiro, uma vez que as condições históricas de emergência deste “momento reflexivo” aqui no Brasil são outras, um pouco distintas do caso francês. Hartog identificava, para o caso francês, algumas condições de possibilidade desta emergência:

> O que tenho designado por postura reflexiva, mescla de epistemologia e de historiografia, é um fenômeno de grande amplitude no sentido em que não está limitado a um tipo de história, nem sobretudo unicamente à história. É possível datá-lo: o final da década de 1980 assiste a sua plena emergência, o que equivale a dizer que ele já estava a caminho no decorrer dos dez anos precedentes. Se ele é inseparável dos movimentos mais amplos da conjuntura, não há dúvida de que ele foi, em primeiro lugar, uma resposta – quase uma reação – ao abandono dos grandes paradigmas da década de 1960, quando era anunciado o retorno disto ou daquilo. Mas, rapidamente, foram implementadas determinadas problemáticas com suas exigências próprias de questionamento e de trabalho. Pode-se citar a maneira como a história social tem procurado abrir espaço para os pontos de vista dos atores, recorrendo à sociologia das convenções. Em outro registro, esse momento é aquele que assistiu ao desdobramento de uma forma de história de “segundo grau”, da qual a obra *Lieux de mémorie*, dirigida por Pierre Nora, foi o laboratório, em particular, com a permanente preocupação historiográfica que permeia seus diversos textos. (HARTOG, 2011, p. 251)

Às quais ele acrescenta uma mudança da relação não só dos historiadores, mas da própria sociedade francesa com o tempo “marcada por um profundo questionamento do regime moderno de historicidade e, talvez, pela emergência de um regime de novo tipo em que predominaria de forma duradoura a categoria do presente” (HARTOG, 2011, p. 251). A partir daqui quero marcar a singularidade do caso brasileiro. Primeiro, a relação dos historiadores brasileiros no final dos anos 1980 e inícios dos anos 1990 ainda é com o regime moderno de historicidade. O presente aparece como um momento de atuação política muito forte, sobretudo pelo processo de redemocratização do país, de profissionalização dos historiadores a partir do ambiente universitário e da ampliação das pós-graduações, etc., mas ele ainda permanece marcado tanto pelas cicatrizes estruturais do passado nacional, que haviam sido ainda mais abertas pelo período ditatorial e que ainda faziam sangrar a sociedade brasileira como um todo, assim como por uma expectativa, por uma esperança de um futuro que superasse todas estas agruras e fizesse esquecer ou ao menos silenciar, para todos, todas estas dores do passado. Neste sentido, diferente do que ocorre na França, onde se aventou a criação dos lugares de memória como

uma espécie de acerto de contas com o passado ou uma dada maneira de lembrar à sociedade presente aquilo que não poderia, jamais, ser repetido do passado, onde os crimes contra a humanidade perpetrados pelos colaboradores da república de Vichy começaram a ser julgados, demandando uma participação direta dos historiadores como testemunhas perante o tribunal[130]. No Brasil pós ditadura emerge um grande pacto conciliador que estabelece uma anistia geral e irrestrita onde o esquecimento ou o silenciamento diante dos crimes praticados pelo regime de exceção vão ser perdoados e, muitas vezes, esquecidos. No Brasil pós ditadura não há produção de lugares de memória, mas, ao contrário, há a criação de grandes zonas de silêncio e de esquecimento. Isto talvez explique a postura demorada de parte dos nossos historiadores que vão estudar ou renovar a história política no país em se debruçar e pensar o período da ditadura civil-militar, para além dos entraves institucionais de acesso à documentação e aos arquivos do regime[131].

---

[130] Para um discussão sobre os historiadores e a historiografia francesa atuando como testemunhas diante dos tribunais que julgavam os crimes contra a humanidade praticado na França durante a República de Vichy e os impactos éticos, políticos, teóricos e metodológicos que isto terá para o ofício do historiador e a escrita da história, ver o livro de Olivier Dumoulin, *O Papel Social do Historiador: Da Cátedra ao Tribunal*. Cf. DUMOULIN, Olivier. **O Papel Social do Historiador: Da Cátedra ao Tribunal**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

[131] As historiadoras Márcia Mansor D'Alessio, da PUC-SP, e Maria de Lourdes Mônaco Janotti, da USP, em artigo publicado no Nº 17 da Revista Estuados Históricos, no ano de 1996, sob o título "A Esfera do Político na Produção Acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994)" vão se debruçar sobre e analisar um conjunto de dissertações de mestrado (cerca de 1100) e teses de doutorado (cerca de 250) produzidas nos programas de pós-graduação existentes no país à época e apontam apenas quatro trabalhos que tem como recorte temporal o período ditatorial no Brasil como significativos e dignos de menção neste artigo. De mais de trinta trabalhos arrolados e comentados pelas autoras e tidos por elas como modelares nas abordagens de seus objetos e problemas, apenas quatro tem como recorte o período ditatorial, são eles: "Os conflitos de 1980", dissertação de mestrado de Liliana Patrícia Lemus Sepulveda Pereira, defendida em 1991 no PPGH da Universidade Federal de Goiás – UFGO; "A resistência do índio ao extermínio. O caso dos Akwê Xavante (1967-1980), dissertação de mestrado de Marta Moria Lopes defendida em 1989 no programa da UNESP/Assis; "Memória e poder: as criações memorialísticas e o regime de 64", dissertação de mestrado de Lucineide Costa Cardoso, defendida na PUC-SP em 1993; e, por fim, "Alfabetização no Brasil após 1964: uma análise das ideologias presentes na educação brasileira a partir da caracterização do contexto autoritário-burguês, dissertação de mestrado de Nize Maria Campos Pellanda apresentada na PUC-RJ em 1986. Se este percentual, pouco mais de 10% dos trabalhos arrolados pelas autoras, expressa o conjunto dos trabalhos por ela compulsados e são representativos daqueles que abordam o período ditatorial, não dá para saber ao certo, mas é possível afirmar que é sintomático o elenco de apenas estes quatro trabalhos, sem referi-los, diretamente, como pesquisas que se dedicam a pensar e a problematizar o período autoritário no Brasil. Eles são elencados sob outros temais mais gerais: os dois primeiros em "classes e etnias" e os dois últimos em "ideologia e artes". (D'ALESSIO e JANOTTI, 1996.). Isso me faz crer que a ferida aberta pela ditadura ainda sangra e doía muito, também para os historiadores brasileiros profissionais, acadêmicos, que preferiam tratá-la e questioná-la de forma indireta, retomando ou recorrendo para tanto em discutir outras experiências autoritárias como, por exemplo, a do Estado Novo, assim como formas de resistência e luta mais recuados no tempo a exemplo da dos escravos no período colonial e nos estertores do Império e a emergências dos movimentos sindicais e trabalhistas do início do século XX. Não à toa estes vão ser, como vimos na primeira parte desta tese, dois dos primeiros temas a serem renovados historiograficamente no Brasil.

Segundo, como já apontado mais acima, outra condição histórica de possibilidade que faz emergir uma maior preocupação epistemológica sobre o fazer dos historiadores não era, exclusivamente, a crise de paradigmas que atravessava às ciências sociais desde, pelo menos, o início do século XX e que se intensifica a partir da década de 1960, mas antes uma crise do marxismo como teoria capaz de explicar ou de continuar dando respostas satisfatórias a nova configuração histórica da sociedade brasileira de finais da década de 1980 e início de 1990. Em grande medida esta crise vai ser vinculada, por alguns historiadores, como Ciro Flamarion Cardoso, a esta crise mais geral dos paradigmas. Contudo, no Brasil, ela fala muito mais de uma angustia dos historiadores marxistas diante da reconfiguração da geografia disciplinar da história no país e a marginalização e perda de legitimidade social de suas narrativas do que propriamente de uma reação à crise de paradigmas, como propõe Hartog para o caso Francês. As historiadoras Marcia Mansor D'Alessio e Maria de Lourdes Mônaco Janotti em trabalho publicado na REH, em 1996, em que tratam da presença da esfera do político nas dissertação e teses produzidas no Brasil entre 1985 e 1994 parecem dar conta desta particularidade interna ao que chamam de "cultura histórica acadêmica brasileira", vejamos:

> Há uma cultura acadêmica no interior das diferentes manifestações historiográficas intrinsecamente solidária aos demais elementos constitutivos da totalidade do pensamento histórico. Assim, a compreensão de seus conteúdos próprios explica-se também por aspectos conjunturais e estruturais próprios da formação histórica no interior da qual esse conhecimento se realiza. Ao expressar anseios, críticas e explicações sobre o passado e o presente da sociedade, a historiografia não poderia deixar de ser profundamente comprometida com os aspectos políticos que envolvem a produção do saber, em todas as suas fases...revela-se no rastreamento da historicidade do mundo acadêmico brasileiro, pleno de enfrentamentos no interior das instituições universitárias e de lutas mantidas com outras instâncias de poder público e privado.
>
> Constatam-se, portanto, momentos da produção que a datam e, por conseguinte, a historicizam. É essa a realidade temporal que permite algumas observações sobre o caráter coletivo da produção acadêmica, pois os trabalhos se referenciam e se apoiam uns nos outros. Criam-se espécies de códigos que são empregados repetitivamente, expressando-se no vocabulário utilizado e nos autores referidos...entretanto, também temas e objetos identificam a direção do interesse dos historiadores – como tipos de fontes selecionados e bibliografia consultada – oferecem visibilidade a uma expressiva cultura histórica acadêmica brasileira. (D'ALESSIO e JANOTTI, 1996, p. 126)

O trabalho de D'Aléssio e Janotti aponta não só para as particularidades da produção historiadora no Brasil daquele período, mas chama a atenção também para uma questão fundamental: a intervenção política dos historiadores acadêmicos brasileiros, em especial os que abordavam temas da "esfera do político", no presente. Para o caso francês Hartog chamava atenção para as discussões em torno das intervenções públicas dos historiadores, como testemunhas, diante dos tribunais que tratavam dos crimes contra a humanidade, da constituição de arquivos, de lugares de memória como repositórios de uma dada memória nacional. Isto fazia com que o presente se apresentasse, para os historiadores franceses, como um problema urgente, à medida que esta dimensão temporal, ao mesmo tempo que confinava o futuro, se saturava de passado, "incessante e compulsivamente, visitado e revisitado". Possibilitando, com isso, que a história fosse escrita não mais em função do futuro ou em seu nome, mas em função das demandas deste presente estendido e desdobrado. Já no Brasil, a intervenção pública dos historiadores no presente se fazia de forma indireta, à medida que cotejavam o passado para politizar todas as suas dimensões a fim de produzir este mesmo efeito no presente, mas sem remexer diretamente nas feridas e cicatrizes que aí permaneciam abertas e sangrando. Falar do presente remexendo a dor e o sangue só que no passado, se possível de um passado mais recuado, menos doloroso, mais racionalizável. Era difícil falar dos vivos. Neste sentido, os historiadores brasileiros profissionais, acadêmicos de final dos anos 1980 e início dos anos 1990 ainda estavam de olhos esperançosos num futuro por fazer, mas ainda presos no passado como modo de pensar e intervir, sobretudo politicamente, no presente. É desta maneira que o caminho que escolhem para chegar até o futuro é tracejado muito mais de esquecimento que de lembrança. Lembrar e fazer lembrar, sobretudo o período mais recente da história do Brasil, parecia ser ainda muito doloroso. Era preciso despolitizar o presente à medida que se politizava praticamente todas as dimensões temáticas do passado, em busca de produzir, a partir de sua interpelação, um salto para o futuro[132]. Mais uma vez D'Alessio e Janotti parecem nos dar pistas disso ao afirmarem que:

---

[132] Para uma discussão bastante profícua sobre a escrita da história no Brasil nos anos 1980 e o processo de redemocratização indico o texto de Francisco Gouvea de Sousa, "Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização", publicado na Revista Anos 90. A respeito do que estou discutindo Sousa vai afirmar "No debate público que se intensificou após a anistia de 1979, não estava em jogo incidir sobre o passado recente, sobre a força que os herdeiros dos regimes militares visivelmente tinham na redemocratização, mas sobre um passado visto como unidade, como arcaico... Assim, um otimismo realista ia se formando na redemocratização,

> Intriga-nos constatar que tantos trabalhos de orientação assumidamente marxista ou gramsciana como aqueles que lhes atribuem uma visão mecanicista e totalizante, inspirados em Foucault, na *nova história* francesa, em E. P. Thompson ou Hobsbawn, cheguem a análises muito semelhantes do empírico e de suas representações. O mesmo é possível dizer de estudos sobre a mulher, a cultura popular, a cidade e a introdução de "novos personagens" na história, que abriram temáticas e abordagens surpreendentes em nossa historiografia.
> Em suas versões menos elaboradas, essas posturas são contestadoras de uma "historiografia oficial", figura ainda pouco definida e estudada, que se constituiu na maior interlocutora do discurso universitário, onde aparece sempre de maneira implícita ou explícita. Com quem discutem os acadêmicos? Com manuais, livros didáticos e pensadores da chamada direita conservadora, cujo ponto em comum presumível seria a construção de uma narrativa linear, homogeneizadora e ocultora dos conflitos sociais. No entanto, esses interlocutores pertencem a tempos e lugares diferentes da produção intelectual nem sempre relacionados entre si e, por essa razão, com pouca probabilidade de construírem um único "discurso oficial". (D'ALLESSIO e JANOTTI, 1996, p. 147)

A fala de D'Alessio e Janotti indicia a relação problemática dos historiadores acadêmicos brasileiros de finais dos anos 1980 e início dos anos 1990 com aquilo que era o seu presente. Vivendo o momento de transição do período autoritário para o democrático, diante da crise do marxismo como principal narrativa de interpretação da realidade brasileira esposada nas décadas anteriores, sobretudo para servir de base para a ação política e o questionamento da ditadura, os "novos historiadores brasileiros", emergidos da "nova República", como os nomeava, pejorativamente, Ciro Flamarion Cardoso e Michel Zaidan, externavam uma postura dúbia, sobretudo, quanto ao limiar político e ético da profissão. Quanto a que tipo de postura intelectual deveriam assumir diante do presente. Neste sentido, boa parte dos historiadores acadêmicos brasileiros da década de 1980 e 1990, como apontam as autoras, procurando fugir à tentação ideológico-militante que caracterizava a historiografia marxista, sobretudo àquela ligada ao PCB, parecem escolher a politização de todas

---

um otimismo que só conhece o tempo lento justamente por admitir o peso que o passado é. Por sua vez, ao admitir a natureza autoritária do Estado brasileiro como traço constante, a própria ditadura perdia sua excepcionalidade e se tornava uma das manifestações cruéis de nossas tradições autoritárias. A consequência do passado arcaico é a abertura na democracia para o convívio com o que, a princípio, ela se propõe a superar. Em mais de um sentido, o passado arcaico dava uma identidade da democracia e tirava dela a dúvida." (SOUSA, 2017, p. 167). Cf. SOUSA, Francisco Gouvea. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Vol. 24, Nº. 46, dez. 2017. pp. 159-181.

as esferas do passado como uma modulação política do discurso historiográfico, produzindo como seu algoz uma "história oficial" como caricatura[133] – não à toa com as mesmas características atribuídas ao estado ditatorial – contra a qual se insurgiam e bradavam, justamente por a considerarem conservadora, ideológica e a serviço do Estado, das elites ou das classes sociais que formavam o *stablishiment* político e social, no Brasil. A crítica ao presente se fazia a partir da politização do passado, de todas as suas dimensões temáticas.

Contudo, como acusavam alguns marxistas a exemplo de Ciro Cardoso e Michel Zaidan, apenas este tipo de atuação intelectual não se fazia suficiente para produzir uma intervenção no presente e construir uma sociedade livre do autoritarismo e, sobretudo, das mazelas produzidas pelo capital que, apesar de tudo, havia saído como o grande vencedor do processo de redemocratização. Há de se perguntar o que produz esta postura dos historiadores acadêmicos exatamente neste momento? Me parece que o processo de profissionalização destes sujeitos e de conformação de seus lugares institucionais a partir dos anos 1980 estabelece outras virtudes epistêmicas que servirão para definir o que é ser historiador no Brasil naquele período. E, neste sentido, os limiares políticos da profissão são eclipsados por outros valores que passam a serem tidos como mais nobres tanto para elaboração da subjetividade dos historiadores quanto para o seu ofício e aquilo que dele resultava, a escrita da história.

6.2 CRISE DA HISTÓRIA OU CRISE DOS HISTORIADORES? Francisco Falcon e a crítica historiográfica como instrumento de reflexão sobre a identidade do historiador

Para pensar e desenvolver melhor esta questão recorro a mais um texto publicado na REH, também em 1996, de autoria de Francisco Falcon. O texto havia sido apresentado por ocasião do XVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH em

[133] D'Aléssio e Janotti descrevem essa nova historiografia produzida nas dissertações e teses defendidas entre 1985 e 1994 da seguinte maneira: "à primeira vista, a leitura de conjunto de teses e dissertações induz pensar na fragmentação do discurso histórico e na recusa da ideia de totalidade. Contudo, a maioria delas refere-se, em todos os momentos da história do Brasil, a projetos ferozes visando à dominação que, partido do Estado, das classes ou das elites, têm como objetivo perseguir, excluir, enganar. Entretanto, esse enunciado mergulha toda essa produção na instância do político, solidarizando-a com a matriz principal do nosso pensamento historiográfico, reconciliando-se com a tradição de nossos bons historiadores" (D'ALESSIO e JANOTTI, 1996, p. 148).

1995, no Recife, significativamente intitulado “A identidade do Historiador”. Falcon o inicia com o seguinte argumento:

> Os historiadores, de uma maneira geral, têm sido um tanto pródigos em matéria de discussões sobre a crise *da História*, mas têm sido também bastante reticentes ou avaros em relação a esta outra crise que é a *crise do ofício historiador*. Todavia, vejo essas duas crises como as duas faces de um mesmo processo, pois, no meu entendimento, estamos diante de um ataque partido de duas direções e visando também dois alívios distintos (sic) mas correlatos – o fazer do historiador e o produto de tal fazer: o discurso histórico. Como e em que medida esses ataques comprometem a própria concepção de identidade do historiador é na verdade o tema de hoje. (FALCON, 1996, p. 07)

A escolha deste texto de Falcon não é aleatória. Acreditamos que ele é um texto modelar, emblemático uma vez que condensa praticamente todos os elementos das discussões e debates que venho mapeando até aqui. O enunciado da crise o atravessa de ponta a ponta, mas Falcon provoca um sensível deslocamento na forma de tratá-lo. Como pode ser evidenciado da passagem acima, ele desloca o enfoque da crise do produto, o conhecimento histórico, para o produtor, o historiador e seu ofício. Desloca da História, processo, para a história conhecimento. Isso é possível devido ao diálogo que estabelece com os dois modelos de crítica historiográfica que estava emergindo naquele momento. Por um lado uma crítica externalista, que considera os elementos “contextuais” das condições de produção, circulação e recepção e, por outro, uma crítica internalista que avalia os conceitos, os procedimentos teóricos e metodológicos de fabricação do conhecimento histórico. O texto de Falcon não é, ainda, propriamente um trabalho de história da historiografia. Mas é muito claramente o que estamos chamando aqui de crítica historiográfica em seu sentido mais preciso. Uma crítica substantiva, que dialoga com a historiografia e, sobretudo, com a teoria e a metodologia que embasam esta produção, em especial no Brasil. São estes elementos que possibilitam a Francisco Falcon pensar o enunciado da crise deslocando-o do pressuposto de uma crise da História para problematiza-lo como uma crise da identidade e do ofício do historiador que reverberaria no produto desta oficina, o conhecimento histórico. Ou como ele vai dizer no “fazer do historiador e o produto do seu fazer: o discurso histórico”. Falcon, portanto, partia “da hipótese de que *a crise da História* é real e tem como uma de suas características ou efeitos a incidência sobre o processo de produção do conhecimento

histórico – *a escrita da história* –, envolvendo assim o historiador e seu discurso" (FALCON, 1996, p.08).

Para identificar a emergência desta crise de identidade Falcon retorna a década de 1960 e afirma que naquele período havia duas identidades de historiador em disputa, "uma espécie de dialética da *tradição e da inovação*" que, apesar dela, trazia uma estabilidade ao ofício historiador. Uma vez que do lado dos inovadores ou "renovadores" "estavam o prestígio cada dia maior da Escola dos Anais e a influência da perspectiva teórica marxista" e do outro a tradição permanecia solidamente institucionalizada ditando "currículos e leituras na esfera da graduação" (FALCON, 1996, p. 09). Segundo ele esta oposição permitiu aos historiadores brasileiros do período uma maior tomada de consciência em relação ao seu ofício, descrita da seguinte maneira:

> A oposição entre *tradição* e *inovação* produziu conflitos crescentes em função da radicalização de perspectivas e das disputas movidas por interesses e posições institucionais e rivalidades pessoais e de grupos, no seio principalmente dos departamentos que tinham a seu cargo os cursos de graduação em História nas Faculdades de Filosofia. Como nessa época a pesquisa era uma questão nitidamente pessoal, ainda não institucionalizada, a disputa entre tradicionalistas e inovadores concentrou-se em torno do ensino de História e ganhou as salas de aula. Viveu-se então, nos anos 1950 e 60, a oposição dicotômica *teorização versus empirismo*, aplicando-se, em consequência, às obras de História e aos cursos dos professores de História a antítese entre conteúdos ou disciplinas ditos *empiristas, meramente informativos*, e os reconhecidamente *teóricos, interpretativos*. Também os docentes caíram sob o julgo desse maniqueísmo, classificados/rotulados, na sua maioria, ou como *empiristas* ou como *teóricos* (FALCON, 1996, p. 09). (Grifos no original)

Falcon aponta, neste sentido, para uma formação profissional do historiador ainda incipiente, em especial no concernente à pesquisa, que não havia sido institucionalizada e era feita de modo muito pessoal. O historiador era, em grande medida, docente de História. E o espaço da sala de aula consistia no principal *locus* para a construção da identidade do historiador, em especial as salas de aula das graduações em História nas Faculdades de Filosofia. A oposição entre empiristas/informativos e teóricos/interpretativos ocorria e se constituía a partir do espaço da sala de aula, se desdobrava nos cursos e currículos das disciplinas e formava os futuros professores de história para o ensino básico e superior, até então

as principais atribuições dos cursos superiores de História na maioria das universidades brasileiras onde eles se faziam presentes[134]. O historiador, profissional da história, formado na academia entre a década de 1960 e até meados dos anos 1970 não era, portanto, o pesquisador versado nos procedimentos científicos e um produtor inveterado de discurso histórico, seja mediante a produção de artigos, livros ou similares. Sua atuação professoral era quem, em grande medida, o definia como historiador, tradicional ou inovador. Falcon retorna a este momento da história dos historiadores acadêmicos no país para relativizar determinados balanços que sobrevalorizavam em demasia o papel das pós-graduações na formação do historiador profissional no Brasil e o tom inaugural que se colocava em torno delas para a produção daquilo que se estava nomeando de "moderna historiografia brasileira". Aqui o diálogo é evidente com o trabalho de Fico e Polito:

> Tornou-se comum, entre nós, a ideia de que a criação e rápida expansão dos cursos de pós-graduação em História, nos anos 1970, tornaram possível o surgimento do historiador profissional no Brasil. Verdadeira em parte, ou mesmo em grande parte, tal idéia (sic) contém um certo risco, qual seja, o de levar ao esquecimento certos dados históricos igualmente importantes. Refiro-me, por exemplo, a um dos mais conhecidos de todos aqui – o fato de que a fase inicial da formação de profissionais *de História* antecedeu a pós-graduação respectiva. Foi nos cursos de graduação em História das Faculdades de Filosofia que se formaram os primeiros profissionais da área, licenciados e/ou bacharéis *em História*. A história dos cursos de graduação tampouco foi escrita, mas não seria válido aqui omitir que quase todos os profissionais de História que lutaram pela renovação de sua pesquisa e ensino e participaram da implantação dos primeiros mestrados, eram graduados em História, com títulos de catedráticos ou/e livre-docentes, e, em alguns casos, com doutorados realizados na *forma antiga* (sem o respectivo *curso*), ou no exterior. É difícil hoje, reconheço, para muitos, imaginar uma época que ignorava a própria idéia (sic) de pós-graduação enquanto curso ou nível de estudos e desconhecia, por exemplo, a figura acadêmica do *mestrado* (FALCON, 1996, p. 11)

A narrativa de Falcon é emblemática, pois além de apontar para um elemento pouco analisado pelos críticos historiográficos brasileiros daquele momento, os cursos de graduação em História como lugar de formação do profissional da área, aponta também para uma marca de geração pouco considerada, sobretudo no

[134] Ver a este respeito o texto de Marieta de Moraes Ferreira, "O ensino da História, a formação de professores e a pós-graduação" publicado na Revista Anos 90, no ano de 2016. Cf. FERREIRA, Marieta de Morais. O ensino da História, a formação de professores e a pós-graduação. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v. 23, Nº 44, 2016, p. 21-49.

trabalho de Fico e Polito. Falcon era um sujeito historiador na transição destes dois modelos ou identidades de historiador. Ao usar os termos tradição e inovação para se referir as duas imagens de historiador presentes na década de 1960 ele falava também de si, de sua experiência. Um historiador formado e forjado no curso de graduação em História da Faculdade Nacional de Filosofia da UB, tendo feito seu doutorado em Portugal, se iniciado na pesquisa muito mais por uma vontade pessoal e pela relação de amizade e influência intelectual de Maria Ieda Linhares, de quem havia sido assistente na cadeira de História Moderna na FNFi[135]. Ele era produto desta tradição escolar, docente, tendo se iniciado na pesquisa não por uma imposição do meio ou pelas regras de formação do historiador naquele período, mas por injunções outras que o levaram ao doutorado. Falcon, portanto, vai perceber a importância dos cursos de graduação em História como lugares de formação – que ele esperava ainda que se fizesse essa história[136] – e a centralidade dos professores, catedráticos, livres-

[135] Ver a este respeito os seguintes textos: FALCON, Francisco. História e Memória: origens e desenvolvimentos do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Ouro Preto: Nº 11, 2013, pp. 15-32. e GONÇALVES, Marcia de Almeida e GONTIJO, Rebeca. Sobre história, historiografia e historiadores: entrevista com Francisco José Calazans Falcon. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Ouro Preto: Nº 07, 2011, pp. 365-382.

[136] Há hoje no Brasil uma série de estudos sobre diversos cursos e programas de pós-graduação em história já realizados e publicados, sobretudo em artigos. Tais estudos apontam para o caráter plural desses cursos e para uma questão que julgo central para a definição daquilo que chamamos hoje, de forma naturalizada, de historiografia brasileira profissional, acadêmica, qual seja: havia, até os anos 1980, pouquíssimo diálogo e relação interinstitucional entre os diversos cursos de graduação em História no Brasil, assim como entre as suas pós-graduações. Nem mesmo a ANPUH e a RBH, como vimos na primeira parte desta tese, foi capaz de garantir, naquele período, um diálogo mais amplo e democrático entre os diversos historiadores situados nos variados cursos de história e nas pós-graduações já existentes no Brasil naquele momento. Havia um relativo isolamento entre os diversos programas de pós-graduação em História no país, que só será definitivamente quebrado a partir dos anos 2000. E aqui mais uma vez reitero a tese que venho demonstrando ao longo deste texto: toda historiografia produzida no Brasil durante as décadas de 1980 e 1990 e até boa parte dos anos 2000 só pode ser pensada a partir de um recorte local ou regional, no sentido de que vão ser as disputas e as lutas políticas interinstitucionais, os silenciamentos e exclusões, as facilidades ou dificuldades de financiamento de pesquisas e produções que definem as hierarquias de lugar e que possibilitam dizer quem é nacional, quem pode se dizer como produzindo "historiografia brasileira" e, sobretudo, quem como tal vai ser reconhecido e percebido dentro da comunidade de historiadores que se formava no país. A historiografia brasileira é um produto destas disputas, é aquilo em torno de que se digladiam os historiadores no Brasil. Ver os seguintes trabalhos de: MESGRAVIS, Laima. "O curso de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo". *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Nº 5, 1983, pp 87-118; ROIZ, Diogo da Silva. Dos 'discursos fundadores'' à criação de uma 'memória coletiva': as formas de como escrever a(s) história(s) da Universidade de São Paulo. *In*: **Revista Brasileira de História da Educação**. Nº 19, jan/jun 2009, pp. 137-185.; FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício:** a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: FGV, 2013.; FERREIRA, Marieta de Moraes. O lado escuro da força, A Ditadura Militar e curso de História da FNFi-UB. **Revista História da Historiografia**. Nº 11, 2013. FALCON, Francisco. História e Memória: origens e desenvolvimentos do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Ouro Preto: Nº 11, 2013, pp. 15-32.; FALCON, Francisco. Reflexões sobre o Programa de Pós-Graduação em História Social – trinta anos. *In*: **TOPOI**. Rio de Janeiro: Nº 25,

docentes ou doutores esculpidos na “forma antiga” para as redefinições nos padrões e modelos de se fazer historiador no Brasil nas décadas seguintes.

Ele toca assim numa questão fundamental. O ensino de História. Durante muitos anos no país os historiadores profissionais eram forjados na e para docência, seja para o ensino básico ou superior. Ainda não havia a pós-graduação como este lugar por excelência e quase que exclusivo de produção de historiadores e de fabricação do discurso histórico, como o lugar da pesquisa cientificamente orientada. Ou seja, o que Falcon aponta é que sem as graduações não existiriam as pós-graduações. Sem o ensino não haveria a pesquisa. Um não podia ser desvinculado do outro e muito menos entendido sem que se conhecesse a história do outro. Como ele afirmava, era preciso ainda fazer essa história.

Ou seja, para Falcon a própria pós-graduação no Brasil, apesar de se configurar uma inovação, era produto também da tradição. Muito das suas linhas de pesquisa nasceram em função da atuação pessoal de alguns destes professores forjados no modelo anterior, do seu veio “renovador”, das lutas travadas dentro dos departamentos contra os “conservadores”, sobretudo devido ao enfrentamento ao próprio regime ditatorial, de quem muitos se tornaram arautos, o que se traduzia por enfrentamentos departamentais duros e até mesmo perigosos. Ser acusado de subversivo e ideológico era uma possibilidade que estava na ordem do dia. Ser professor de história carregava consigo uma dimensão política muito clara e isso implicava diretamente no seu ofício e no produto do mesmo, o discurso histórico. Assumir-se como professor de história ou dizer que o historiador se fazia sendo professor, colocava este lugar como interseção entre a dimensão ética e política da identidade historiadora e sua faceta epistemológica. O historiador era ou se pensava ao mesmo tempo como cidadão, que deveria participar e intervir socialmente, e como intelectual, sujeito de um saber[137].

2012, pp. 6-24. FALCON, Francisco. História e memória, origens e desenvolvimento do PPGH da UFF. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Nº 11, 2013.; SANTOS, Alessandra Sores. Francisco Iglésias e o curso de Geografia e História da FAFI-MG (1940). *In*: **Revista de História da Historiografia**. Nº 11, 2013.; SANTOS, Alessandra Sores. A normatização disciplinar da historiografia universitária, Francisco Iglesias e sua tese de livre-docência. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Nº 23, 2017.; RODRIGUES, Maria Cristina de Matos. A formação superior em História na UFRGS de 1943. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Nº 11, 2013.; FAGUNDES, Bruno Lontra Flávio. História, historiador e identidade profissional: Sobre a História do curso de História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Nº 54, 2014.

[137] Maria Yeda Linhares parece ser o modelo deste tipo de historiador. Na entrevista concedida por Falcon a Marcia de Almeida Gonçalves e Rebeca Gontijo isto fica muito claro. Cf. GONÇALVES, Marcia de Almeida e GONTIJO, Rebeca. Sobre história, historiografia e historiadores: entrevista com

Falcon vai dizer que as duas inspirações teóricas básicas de formação dos historiadores brasileiros no período, os *Annales* e o marxismo, foi negada algumas vezes por determinados historiadores brasileiros, pois "quando tantos profissionais eram perseguidos por causa de suas aulas e textos marxistas, considerados como *ideológicos* e *subversivos*", assumir determinadas posturas teóricas e metodológicas a exemplo de "uma história como a *serial*, inovadora e científica, propondo novos métodos e técnicas de trabalho sem comprometimentos teóricos perigosos, era, sem dúvida, algo extremamente atraente" (FALCON, 1996, p 10). Esta foi a opção de alguns historiadores brasileiros, não só pela história serial, mas pela história quantitativa e demográfica, a exemplo do que foi esposado pelo curso de história e depois pela pós-graduação da Universidade Federal do Paraná – UFPR e até mesmo por professores situados em instituições do Rio de Janeiro, onde também floresceu durante os anos 1960 e 70 uma história serial, quantitativa, demográfica[138].

Assim, para Falcon, a pós-graduação no Brasil nascia marcada "em função da pressão de três principais linhas de força: a historiografia tradicional, a *Nouvelle Historie* (ou dos *Annales*), e a crítica teorizante predominantemente marxista" (FALCON, 1996, p. 11). Eram estes combate, lutas e disputas que Falcon nomeava como "historiografia brasileira". O que lhe dava esse sentido de unidade naquele momento não era o produto do ofício dos historiadores, mas a própria identidade que estes assumiam nos cursos de graduação ou até mesmo nas primeiras pós-graduações onde estavam situados. Pois, como ele afirma, "desse modo, cada curso/programa constitui[a], nos anos 1970 e começos dos 80, um caso específico de articulação, em proporções bastante variadas, dessas três tendências ou perspectivas historiográficas" (FALCON, 1996, p. 11). Esta unidade, segundo ele, começaria a ser fraturada a partir dos anos 1980, pois:

> A partir daí, no entanto, novas formas de diferenciação surgiram em função de alguns *complicadores*, a começar, por exemplo, com a recepção dos textos de Foucault e Thompson, dando origem a tendências variadas no interior da *Nova História*, ai incluindo o

Francisco José Calazans Falcon". *In*: **Revista de História da Historiografia**. Ouro Preto: Nº 07, 2011, pp. 365-382. Para um estudo mais aprofundado sobre a trajetória intelectual e profissional de Maria Yedda Linhares, Cf. (HH, N. 22, 2016) LIBLIK, Carmem Silva da F. K. Trajetória de Maria Yedda Linhares, notas sobre a construção de um devir. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto: Nº 22, 2016. pp. 116-133.

[138] Sobre o programa da UFPR conferir o trabalho de Fábio Lontra Fagundes. Cf. FAGUNDES, Bruno Lontra Flávio. História, historiador e identidade profissional: Sobre a História do curso de História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Nº 54, 2014.

> progressivo divórcio entre os historiadores especializados em história econômica, social e demográfica, mais preocupados com as grandes massas ou séries documentais e a quantificação dos dados, e os historiadores interessados nas *novas abordagens* e *nos novos objetos*, cujo carro chefe era a história das mentalidades...completando esta tendência que conduzia à fragmentação, veio a implosão das chamadas *grandes teorias*, quer dizer, basicamente o *marxismo* (FALCON, 1996, p. 12)

São estas mudanças que fraturam, segundo Falcon, a identidade dos historiadores no Brasil dando lugar "a um novo tipo de historiador" "cada vez mais preso a objetos bem discretos e teorias de alcance limitado, com forte propensão a ouvir sugestões, críticas, interpretações sobre seu próprio ofício produzidas em quantidade crescente por especialistas de outras áreas – da filosofia, da linguística, da teoria literária, etc." (IDEM. P. 12). Isto fazia com que a "crise de identidade do historiador" se impusesse, segundo ele, como uma realidade, pois colocava em questão a "relação que cada historiador supõe, ou não supõe, existir entre a *história (conhecimento)* que ele escreve (produz) – o texto ou a obra de história – e a *História* propriamente dita, enquanto realidade ou objeto de conhecimento" (IDEM, p. 12). Isso implicava a elaboração de outra identidade ou de identidades cada vez mais múltiplas e plurais mediatizadas pelas relações que o historiador estabeleceria, dali por diante, com o lugar social de produção do discurso histórico e com os procedimentos e novos modelos teóricos disponíveis, a exemplo das leituras de Michel Foucault, E. P. Thompson e outros. O que fazia emergir também novos objetos e novas abordagens, portanto, alterando o discurso histórico. Eclipsando, com isso, algumas áreas antes hegemônicas, como a história econômica e a demográfica. Isto implicava uma nova relação com o tempo presente e, sobretudo, com a ação política. Se redefinia, com isso, a própria imagem do historiador como intelectual.

Neste sentido Falcon vai estabelecer duas questões complementares, porém distintas. A primeira diz respeito a identidade do historiador ou ao que é ser historiador no Brasil após a emergência dos programas de pós-graduação. A segunda, um pouco mais ampla e articulada ao texto dito de historiador, portanto a escrita da história, e de quem teria a legitimidade ou a autoridade de o reivindicar. Ou seja, as narrativas sobre o passado são apenas de competência dos historiadores profissionais, acadêmicos? Só eles estariam autorizados e legitimados a falar do e tomar o passado como objeto? Só a eles pode ser atribuído o caráter de produtores

da “historiografia brasileira”? Falcon não parecia estar tão certo disso, e vai colocar estas questões nos seguintes termos:

> A primeira perspectiva parte da premissa da existência de um certo tipo de profissional especializado – *o historiador* – praticante de um ofício intelectual que consiste em saber produzir um tipo específico de conhecimento – *o conhecimento histórico* – o qual se materializa, inevitavelmente, em forma de um texto/discurso reconhecido como de *História* pelos demais praticantes do ofício. No caso da segunda perspectiva o que está realmente em jogo é a questão da existência ou não de características ou *marcas discursivas* capazes de conferir o caráter de *história* a um determinado texto que como tal se apresenta, o que vem a tornar neste caso irrelevante o fato de quem o escreveu ser considerado ou não um *historiador* no sentido de *profissional de História*. Tem-se então, como decorrência de tal contraste, a possibilidade de reconhecer dois tipos de identidades – a do historiador e a do *texto histórico*. (FALCON, 1996, p. 13)

Há aqui uma fissura instalada entre a identidade do historiador, sobretudo o profissional da história formado na academia, e o texto histórico. Para Falcon, nem sempre, um coincide com o outro. Nem sempre o historiador profissional é “um” ou “o” autor do texto histórico. Aquilo que se chamava de historiografia não era uma propriedade exclusiva dos historiadores profissionais, em especial daqueles formados nos programas de pós-graduação. As narrativas sobre o passado, ao menos para Falcon, não poderiam ser pensadas apenas como circunscritas ao “território dos historiadores” profissionais, acadêmicos, formados nos programas de pós-graduação, ou ao menos não se reduzia apenas a esta persona acadêmica. Desta maneira ele se perguntava sobre quem mais, para além deste lugar de formação, poderia ser identificado ou reconhecido como autor de um discurso histórico e, portanto, ser chamado de historiador e vir a compor a “historiografia brasileira”, senão pelas marcas do ofício, mas pelas “marcas discursivas capazes de conferir o caráter de história a um determinado texto”. Isso relativizava, mais uma vez, “a proposição que constitui[a] os cursos de pós-graduação em História *locus exclusivo, na atualidade [meados da década de 1990], para a formação do historiador*” (FALCON, 1996, p. 13).

Como vimos na primeira parte desta tese, ao discutir outro posicionamento de Falcon em outro momento e noutro debate, havia ou há, no Brasil, no geral, e no Rio de Janeiro, em particular, uma diversidade e pluralidade de lugares onde o saber histórico é produzido, e não só por historiadores. Aliás, a própria Revista Estudos Históricos, onde este texto está publicado, se propõe a ser mais um desses lugares

não só a enunciar uma identidade múltipla, plural, mas a pensar o saber histórico para além das fronteiras disciplinares da história ou no cruzamento destas fronteiras com outros saberes, em especial o das ciências sociais. E era justamente da fragmentação da oficina do historiador e do aparecimento de uma variedade enorme de áreas e subáreas ciosas de sua legitimidade que o texto de Falcon procurava dar conta, buscando oferecer respostas a partir da historicização do discurso da crise e do diálogo com aqueles que o enunciavam, a exemplo de Ciro Flamarion Cardoso, e de toda uma literatura historiográfica que emergiu naquele período para tentar fazer diagnósticos e até mesmo prognósticos sobre os caminhos que a disciplina vinha tomando e os possíveis rumos que a mesma poderia seguir dali por diante. Falcon apontava para o fato de que:

> Tanto do ponto de vista historiográfico, como da própria atividade do historiador, são muitas as questões que se apresentam, sobretudo nos últimos anos. Não chega a surpreender, portanto, se a noção de *crise* se tornou uma espécie de frequentadora habitual das análises da historiografia contemporânea que tentam apresentar o *estado atual* da disciplina. Emergem a partir daí diferentes *diagnósticos* acerca dos males que estariam comprometendo a saúde da atividade historiadora. Em alguns desses textos há também prognósticos variados ou exercícios prospectivos. Em que pesem certos exageros, parece não haver dúvidas quanto a um certo mal-estar que domina hoje em dia as avaliações acerca da disciplina e de seus profissionais. (FALCON, 1996, p. 17)

Assim Francisco Falcon dava conta do mal-estar existente entre os historiadores brasileiros diante das mudanças ocorridas em seu ofício, notadamente, àquelas que implicavam uma fratura na identidade historiadora prevalecente até os anos 1970 e início dos anos 1980, assentadas no marxismo e nos enfoques totalizantes provenientes da escola dos *Annales*. São justamente os historiadores brasileiros ligados a estas perspectivas historiográficas que vão se dar conta, de forma mais aguda, das mudanças ocorridas na oficina de Clio e como isso estava fragmentando o modo como eles se pensavam e se percebiam historiadores. O discurso da crise não deixa de ser um grito de reação a este processo de mudança. É um grito politicamente conservador vazado em uma pretensa chave epistemológica. Isto aponta para o fato de que a crítica historiográfica no Brasil tem no seu nascedouro uma estratégia política de reação a mudança do que propriamente uma tomada de consciência aguda acerca de uma maior epistemologização do saber histórico no país,

muito embora isso também aconteça. Como apontei anteriormente o diálogo que Falcon estabelece é com os diagnósticos e prognósticos traçados por Ciro Flamarion Cardoso e com o trabalho de Carlos Fico e Ronaldo Polito, referenciados diretamente por ele, e já discutidos aqui anteriormente. É a eles, sobretudo, a quem Falcon dirige a seguinte crítica:

> Creio que não deixa de ser um tanto curioso, porém, o fato de não se verificar uma correspondência entre essa sensação de crise ou mal-estar e o esforço de tomar efetivamente consciência do que está ocorrendo. Em outras palavras, as tomadas de consciência são ainda relativamente poucas e muito marcadas por circunstâncias por diferenças entre culturas historiográficas distintas. A permanência, bem ou mal, de certas tradições e práticas fortemente institucionalizadas, ao lado dos efeitos diferenciados das variadas perspectivas teórico-metodológicas, impedem que se tenha uma visão de conjunto dos problemas. Na verdade, cada historiador que se preocupou ultimamente com essa *crise* enunciou suas avaliações e conclusões a partir de um *lugar* específico, ou seja, quase não se tem debates entre os próprios historiadores em que se ponham em discussão as diferentes maneiras de perceber e explicar os dilemas que hoje afetam a disciplina e a profissão historiadora. (FALCON, 1996, p. 18)

Esta percepção de Falcon sobre os trabalhos de crítica historiográfica por ele referenciados, mas também acerca de um debate mais geral que vinha se fazendo no Brasil sobre a profissão historiadora aponta para uma das questões centrais desta tese, qual seja: a historiografia brasileira entendida como o conjunto de narrativas produzidas sobre a história no país por uma comunidade de profissionais que são formados e forjados como historiadores e que se percebem como tal só é possível a partir da tomada de consciência que estes vão ter do seu fazer e, sobretudo, da historicidade das práticas que o configuram, modulam e inventam ao longo do tempo e em um determinado lugar. Falar de uma historiografia brasileira profissional, acadêmica passa, portanto, incontornavelmente por pensar a sua historicidade e afirmar que ela, como toda prática de saber, não existe desde sempre. E de acordo com o que estou discutindo até o momento, ela é uma invenção bem recente de nossa história. Ouso afirmar que ela não existe, como aqui estou concebendo, antes dos anos 1980. É a partir deste período que vai emergindo as condições históricas de possibilidade que permitem falar de uma historiografia brasileira produzida por historiadores profissionais, disciplinados, acadêmicos. De definir-lhe uma memória e uma geografia disciplinar, de forjar-lhe um lugar ou lugares de ser historiador,

sobretudo o historiador profissional, disciplinado, de estabelecer critérios, regras, procedimentos de pesquisa e, sobretudo, de aparecerem as condições de possibilidade para se pensar a própria escrita historiadora, de problematizar muito mais a forma que o conteúdo da produção histórica e o ofício que o fabrica. Neste sentido, este texto de Falcon é emblemático e modelar para evidenciar estes elementos e indiciar algumas outras questões que serão matizadas ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Deixei para finalizar a discussão deste tópico com este texto de Falcon com duas questões que se colocarão como incontornáveis para os historiadores brasileiros de meados da década de 1990 em diante. A primeira delas é a tomada de consciência que ao fazerem história eles escrevem e ao escreverem se utilizam dos mesmos *tropos* linguísticos que a literatura; ou seja, a emergência, de forma sistemática, das discussões em torno da linguagem entre os historiadores profissionais, acadêmicos no Brasil. Feitas, em especial, a partir das discussões trazidas pelo *linguistc turn* ou virada linguística ou giro linguístico, como vários dos críticos historiográficos brasileiros irão nomear tal processo[139]. A segunda diz respeito a emergência de uma nova relação dos historiadores brasileiros com o tempo ou com o seu tempo presente e com o que alguns deles começam a nomear de pós-modernidade[140]. Estas duas questões se intercambiam e provocam outra suposta crise entre os historiadores

---

[139] Sobre esta discussão, remeto aos seguintes textos, para ficar apenas em exemplos publicados em revistas com as quais trabalho nesta tese e a historiadores aqui mencionados: CEZAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). **História da Historiografia**, V. 17, 2015, pp. 440-461. ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. "O Historiador está Nu*:* a crítica historiográfica como o *strep teese* dos pressupostos e aporias do trabalho do historiador". XXVII SNH – ANPUH, Natal – RN, 2013. Mimeo. _____. O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. *In*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2007. pp. 192-215. MAIA, Carlos Alvarez. Crise da História ou crise dos historiadores no *linguistic turn*, o caso brasileiro. **Revista Projeto História**. Nº 41, dezembro 2010, pp. 351-382._____. Verdade e realidade na crise da história promovida pelo *linguistic turn*. **XXIV SNH**. Fortaleza, 2007. pp. 01-08. Disponível em: http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0613.pdf Acessado em 11 de julho de 2017, as 16:49 h. SILVA, Rogério Forastieri da. A história da historiografia e o desafio do giro linguístico. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto; Nº. 17, 2015, pp. 377-395. BARROSO, Antonio V. L. T. A virada linguística e o contextualismo linguístico. **Revista de Teoria da História**. Goiás. Nº 14, Novembro 2015. pp. 170-182.

[140] Esta discussão, por si só, mereceria uma tese a parte. Uma vez que os historiadores brasileiros mobilizaram muitos esforços para discutir, pensar e escrever sobre a relação da história com a pós-modernidade. Esta discussão atravessou praticamente de ponta a ponta quase todas as discussões teóricas que animaram os historiadores brasileiros de meados dos anos 1990 em diante. Neste sentido, aponto para um artigo de minha autoria que discute este processo e problematiza estas questões, ver: SANTOS, Wagner Geminiano dos. Invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-modernos. **Revista de Teoria da História**, Goiás, Nº 7, 2012, pp. 128-155.

brasileiros, que mais uma vez recorrerão a chave epistemológica para dar conta de responder a estes anseios e angústias.

Mais uma vez a crítica historiográfica se colocará como um campo de batalhas de onde se disputa e se busca reconfigurar e definir o território dos historiadores no Brasil, além de buscar dizer o que seria a historiografia brasileira profissional, acadêmica a partir da segunda metade dos anos 1990. A partir daquele momento ela se transformará em um campo de batalhas para “modernos” e “pós-modernos”, “racionalistas” e “irracionalistas”, “realistas” e nominalistas”. Neste território serão disputados não só os sentidos desta suposta crise, mas às possíveis saídas para a mesma. Isto levará a comunidade dos historiadores brasileiros a um fechamento progressivo em torno das pós-graduações, como *locus* privilegiado de produção e discussão do conhecimento histórico, e das revistas especializadas, para debater e discutir questões como o que é ser historiador no Brasil, o que fazem os historiadores quando escrevem história? Buscando pensar e responder estas questões tendo como horizonte de leitores quase sempre os seus pares; deixando, com isso, em segundo plano às possibilidades de falar e discutir as implicações da produção do conhecimento histórico com audiências mais amplas e plurais. Um dos exemplos deste distanciamento dos historiadores de ofício para com outras audiências pode ser percebido no tratamento dispensado pelas discussões acerca da teoria e metodologia da história e da própria crítica historiográfica, como a estou descrevendo aqui, para com o ensino de história. Seja para pensá-lo no nível da própria graduação ou da pós-graduação, seja para problematizar seu fazer e sua didática voltada para a educação básica. A partir dos anos 1980 os cursos de história e, sobretudo, as pós-graduações estabeleceram um diálogo difícil e pouco fértil com o ensino da história e sua prática para além dos muros da academia. A pesquisa tornou-se não só hegemônica, mas passou a se sobrepor ao ensino a partir de uma relação hierárquica, verticalizada e, muitas vezes, arbitrária; estabelecendo uma diferença entre aquele que pesquisa, portanto, quem faria ciência, e aqueles que ensinam, ou seja, os reprodutores daquilo que os primeiros produziam como conhecimento (FERREIRA, 2016). Neste sentido a área de ensino de história passou a ser vista como uma área menor entre a maioria dos historiadores de ofício, sobretudo se comparado a temas ditos mais nobres como escravidão, história do trabalho, família, mulheres, sociedade e, sobremaneira, em relação as discussões que orbitam a teoria e metodologia da história e a história da historiografia.

As questões acima colocavam-se, cada vez mais, na ordem do dia dos historiadores brasileiros profissionais e acadêmicos. A urgência de dar respostas a elas colocava estes sujeitos historiadores diante de mais um giro e de mais uma suposta crise, produzida pelo “giro linguístico” e como um dos resultados do que passou a ser nomeado de forma muito genérica de pós-modernidade. A Revista Estudos Históricos vai ser, também, palco privilegiado para emergência e circulação destas discussões entre os historiadores brasileiros, notadamente ao publicar e fazer circular dois textos de dois dos principais nomes da historiografia mundial do período, Hayden White e Roger Chartier, por ocasião da vinda de ambos ao país para participar da comemoração dos 20 anos do CPDOC – FGV, instituição a qual estava subordinada a REH. Os dois textos apresentados por ambos e publicados na REH darão o tom da discussão que se segue, no Brasil, acerca da escrita da história e da questão da narrativa, da cientificidade ou não da história e das posições assumidas pelos historiadores brasileiros neste debate. É disso que trataremos no tópico seguinte. De como os historiadores brasileiros se percebem e percebem o seu ofício em meio a presença de mais um conjunto de questões de ordem epistemológica que problematizam os fundamentos da disciplina e a escrita da história.

6.3 A CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA NO BRASIL NOS ANOS 1990 E O “ESPECTRO” DO *LINGUISTIC TURN*: Um “combate” entre “modernos” e “pós-modernos”

Em 2012 publiquei um artigo na Revista de Teoria da História da Universidade Federal de Goiás – UFG onde discutia as apropriações e usos das noções de “moderno” e “pós-moderno” pela comunidade de historiadores brasileiros após os anos 1980. O título do artigo é “A invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalha para modernos e pós-modernos”. Este texto era resultado das primeiras leituras e pesquisas que desdobrariam no projeto que deu origem a esta tese, e buscava discutir como os historiadores brasileiros dedicados a pensar o seu fazer e problematizar os direcionamentos da pesquisa e da produção historiadora no Brasil pós década de 1980 haviam tomando as noções de “moderno” e “pós-moderno” como dois grandes guarda-chuvas conceituais, que abrigava algumas ou quase todas as discussões que afligiam a comunidade historiadora no país daquela década em diante. Nestas duas noções cabiam desde discussões acerca da cientificidade da história, do estatuto do documento até o papel

da narrativa na conformação do discurso historiador. A crítica historiográfica vai usar estas duas noções para avaliar e dimensionar a produção historiadora no Brasil e definir-lhe o seu lugar, o seu estatuto. No texto em questão eu afirmava o seguinte:

> Do ponto de vista da história da história este texto procura pensar não só ao nível conceitual ou teórico, mas também a própria historicidade da produção da crítica historiográfica nacional, o que pouco tem sido feito pelos historiadores brasileiros que se dedicam ao estudo desta área do conhecimento histórico. Sobretudo, se nos referirmos apenas à produção elaborada pós década de 80 e, em especial, se atentarmos para uma dimensão que na maioria das vezes aparece como evidente ou natural nas discussões estabelecidas pela crítica historiográfica brasileira; a elaboração dos termos: moderno e pós-modernos como lugares de demarcação do *metier* do historiador no Brasil.
> Digo isto por que a maior parte da crítica historiográfica nacional, senão toda ela, toma esta discussão como evidente e natural ou quando muito como um desdobramento da "recepção acrítica pelos historiadores brasileiros das teorias francesas, americanas e alemãs" acerca da produção do conhecimento histórico; discussões estas que viriam supostamente acompanhadas do debate em torno da relação modernidade/pós-modernidade. Sobretudo, ao se apropriar, usar e reelaborar um debate, que ocorre em outros níveis e noutros termos no plano internacional, para uma "realidade" da historiografia brasileira que supostamente havia entrado em "crise" ou se entregado a "modismos estrangeiros" pós década de 80. (SANTOS, 2012, p. 130)

Naquele momento eu dialogava com esta crítica produzida ao longo dos anos 1980 e 1990, sobretudo com alguns dos historiadores e seus trabalhos aqui discutidos, a exemplo dos textos de Ciro F. Cardoso, Francisco Falcon, Durval Muniz de Albuquerque Jr., etc. e neles identificava uma naturalização desta discussão, pensada ainda a partir de uma disputa de metanarrativas, nomeadas por Ciro Cardoso como acontecendo entre "paradigmas rivais e irreconciliáveis". Este debate repercutia no Brasil, muitas vezes de forma caricatural e descontextualizada, uma discussão posta internacionalmente, sobretudo na Europa e nos EUA, desde os anos 1970. Esta discussão chega ao país, de forma mais destacada, e, em especial, entre os historiadores, apenas na década de 1990 e vai ser apropriada e usada noutro registro e atendendo ao campo de possibilidades das disputas políticas e institucionais que se desdobravam no "território dos historiadores brasileiros". É neste contexto, e como produto do evento de comemoração dos 20 anos do CPDOC, que a FGV traz ao Brasil dois dos principais expoentes internacionais deste debate. Não por coincidência dois intelectuais que travavam um debate bem duro quanto ao papel da narrativa na configuração do conhecimento histórico: Hayden White, de um lado, e Roger Chartier,

do outro. As conferências proferidas por ambos durante o evento do CPDOC vão ser publicadas na edição comemorativa da REH, no seu número 13, de 1994, sob a editoria de Angela de Castro Gomes, a mais longeva editora da revista, Hugo Lovisolo[141] e Marieta de Moraes Ferreira, historiadora que também ficou durante um bom tempo na editoria da REH, o que lhe garantiu experiência para assumir a editoria da RBH em 2009, como apresentado na primeira parte desta tese.

De início, chama atenção à disposição dos textos na Revista. O primeiro texto a ser apresentado é o de Hayden White e em seguida o de Roger Chartier. Embora possa sugerir, a princípio, uma maior importância de White e de seu texto, por virem primeiro, ou tão somente indicar a ordem cronológica das conferências quando ministradas[142], me parece que há outra motivação mais estratégica para esta disposição. Colocar os autores em diálogo, mas com a prerrogativa de que quem teria a última palavra sobre as questões discutidas seria o suposto historiador de formação, Roger Chartier. Coube a ele encerrar o debate, ao menos nas páginas daquele volume da revista, e não ao crítico literário, lugar de sujeito sempre atribuído a White, no Brasil; silenciando o fato que ele também é historiador de formação. Este tipo de estratégia será retomada em várias outras revistas e coletâneas de textos que, dali por diante, buscarão discutir o fazer dos historiadores no país. Aquele a quem se quer rebater os argumentos tem sempre seu texto disposto por primeiro, para que àqueles que vem em seguida possam ou negá-lo ou rebatê-lo, sem que outro texto seu ou de alguém que concorde com ele possa fazer uma tréplica. Desta forma, monta-se um falso debate, uma vez que as posições com as quais não se concorda tem quase sempre o seu direito de fala negado ou interditado por um debate de mão única, que reafirma ou corrobora, na maioria das vezes, às posições em contrário, na fala e nos textos de todos àqueles que se pronunciam depois. Ao mesmo tempo em que se quer passar uma ideia de pluralidade de abordagens, à medida que com quem não se concorda também comparece na revista ou na coletânea[143].

---

[141] Hugo Rodolfo Lovisolo é graduado em Sociologia pela Universidad de Buenos Ayres, com mestrado e doutorado em Antropologia Social pela UFRJ, ambos sob orientação de Otavio Alves Velho.

[142] A conferência de Hayden White foi proferida no dia 14 de setembro de 1993 e a de Roger Chartier, dois dias depois, em 16 de setembro do mesmo ano.

[143] Remeto aqui apenas duas coletâneas onde esta estratégia é convocada, coincidentemente ou não tendo Hayden White como centro da polêmica: MALERBA, Jurandir. **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. 238 p. MALERBA, Jurandir; CARDOSO, Ciro Flamarion (Orgs.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000. 275 p.

A conferência/texto de Hayden White, pronunciada primeiro, tinha como título: “Teoria Literária e Escrita da História” e, de acordo com a sua apresentadora, tanto na conferência quanto no texto publicado na REH, a socióloga Helena Bomeny, professora da UERJ e pesquisadora do CPDOC à época, estava longe de trazer um sentido “pacificador”, mesmo depois de transcorridos 20 anos da publicação de sua principal obra *Metahistory*[144]. Para atiçar esta polêmica e dar a dimensão do incômodo que White causava, em especial entre os historiadores profissionais, Bomeny recupera um debate acontecido na revista *History and Theory*, de 1980, onde vários intelectuais, inclusive historiadores, buscavam rebater e descontruir os principais argumentos esposados por White. Bomeny recupera a polêmica em torno da relação que ele estabelece entre historiadores e filósofos da história e a crítica que o filósofo Maurice Mandelbaun faz a esta aproximação, sobretudo “no que diz respeito à polêmica e permanente questão da atribuição de sentido e da busca de neutralidade que de forma tão nítida, diz o crítico, marca a distinção entre um filósofo da história e um historiador” (BOMENY, 1994, p. 22). E para dar mais gás a polêmica, e convocar os historiadores ao debate– certamente os historiadores brasileiros presentes à conferência –, acrescenta:

> Um segundo argumento, estreitamente relacionado ao primeiro, diz respeito à concepção de Hayden White sobre o trabalho do historiador, visto como a expressão final de um ato poético. Uma das tarefas mais convencionalmente atribuídas ao historiador, ou seja, a de descobrir, descrever e explicar o que ocorreu no passado, é desconsiderada por uma tese que supõe a história como ciência e arte, ou que vê a representação e a construção dos próprios fatos como uma interferência indiscutível do narrador, e a escrita histórica como algo vinculado ao trabalho de criação ou de expressão poética. Tudo sem contar a travessura, quem sabe sociológica, de reduzir metodologicamente a alguns personagens a problemática geral de todo um campo de conhecimento.
> A reação dos críticos não inibiu Hayden White nem foi suficientemente forte a ponto de suas convicções. A polêmica gerada por seu trabalho só estimula e fortalece nossa convicção sobre o privilégio de podermos, nos 20 anos do CPDOC, contar com sua presença no Brasil. Ele é aqui conhecido por um grupo extremamente seleto de intelectuais. Sua conexão mais estreita é com os críticos literários e um grupo minoritário de historiadores preocupados com os desafios postos por sua reflexão para o refinamento do campo da teoria historiográfica. (BOMENY, 1994, p. 22)

[144] A primeira edição de *Metahistory* é do ano de 1973, publicada pela editora Universidade Johns Hopkins. Já a primeira tradução para o português dará de 1992, publicada pela EDUSP. Cf. WHITE, Hayden. **Meta-história**: A imaginação Histórica do Século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

Ao estimular este tipo de polêmica e coloca-la como elemento central em sua apresentação do conferencista, Bomeny indica um dado tipo de recepção para o trabalho de White no Brasil. Ele estava marcado pela polêmica com os historiadores. E isto, naquele período da produção historiadora no país, apontava para a produção de mais polêmica ainda, dado o caráter de configuração da geografia disciplinar da história profissional, acadêmica no Brasil. Isto esclarece ainda mais as motivações dele ter sido alocado como primeiro conferencista e o primeiro texto disposto na revista, vindo a fala e texto de Roger Chartier logo em seguida. Este não era um debate novo, no plano internacional, mas ele chega ao Brasil com ares de novidade. Como disse a própria Bomeny, o livro *Metahistória* já completara 20 anos de publicação. A questão colocada por White provocava diretamente os historiadores brasileiros em um momento que eles disputavam a afirmação de seu modo de escrever a história, dentro de determinados lugares de produção que ainda buscavam afirmar a história como uma prática científica, notadamente as pós-graduações. Esta provocação vai ser vista como uma grave ameaça a este lugar e aos historiadores que procuravam definir as fronteiras disciplinares da história no país.

A tese central de White de que, do ponto de vista da escrita historiadora, não haveria uma diferença fundamental em relação aos *tropos* linguísticos esposados pelos literatos, vai deixar parte dos historiadores brasileiros em polvorosa, em especial àqueles que diziam falar em nome da ciência, da racionalidade. White e suas obras aparecem como uma grande ameaça, que se juntaria a outros “cavaleiros bárbaros”, vindos de fora do “território dos historiadores” para profaná-lo e destruir suas fronteiras disciplinares, arduamente construídas ou ainda em construção, especialmente no Brasil. Nomear White como crítico literário, silenciando sua condição de historiador, é um ato bastante significativo daqueles que irão polemizar com ele. Pois, desta maneira, o acusavam de falar de algo que supostamente não praticava. Buscando, com isso, diminuir a importância de seu discurso para a prática historiadora. Muito embora ele, em nenhum momento de sua obra, tivesse colocado em questão a importância da prática historiadora ou a reduzido a literatura. Ele procura deixar isto bem claro, já no início de seu texto/conferência, ao afirmar que:

> Percebo que ao caracterizar o discurso histórico como interpretação e a interpretação histórica como narrativização, estou tomando posição

> num debate sobre a natureza do conhecimento histórico que compõe "narrativa" e "teoria", à maneira de uma oposição entre um pensamento que permanece em grande parte "literário" e até mesmo "mítico" e um pensamento que é ou aspira ser científico. Mas é preciso sublinhar que *estamos aqui considerando a questão, não dos métodos de pesquisa que deveriam ser usados para investigar o passado, e sim da* ***escrita*** *da história, do tipo de discursos realmente produzidos pelos historiadores no curso da longa carreira da história da disciplina*. E o fato é que a narrativa sempre foi e continua sendo o modo predominante da escrita da história. O principal problema para qualquer teoria da escrita da história, portanto, não é o da possibilidade ou impossibilidade de uma abordagem científica do estudo do passado, mas antes o de explicar a persistência da narrativa na historiografia. Uma teoria do ***discurso*** histórico tem de tratar da questão da função da narratividade na produção do texto histórico (WHITE, 1994, p. 25) (Grifos nossos).

Mas parece que mesmo marcando esta posição, de forma bem didática, White não se fez entender como queria entre boa parte da comunidade de historiadores, em especial entre os brasileiros. Ou dito de outra maneira, na luta por preservar seus lugares de sujeito e suas identidades, alguns historiadores fizeram pouco esforço para compreender aquilo que White dizia, de forma didática: que o que estava considerando em suas problematizações não era a "operação historiográfica", no sentido de Michel de Certeau, em seus três momentos, mas apenas o discurso histórico, as dimensões literárias, tropológicas "da escrita da história, do tipo de discursos realmente produzidos pelos historiadores". Há uma reação muito mais corporativa da comunidade de historiadores ao texto e às posições de Hayden White do que um debate franco com eles. Neste sentido, o texto de Roger Chartier vai trazer uma réplica a fala de White que indicia a má vontade dos historiadores profissionais em estabelecer um debate aberto, teórico ou epistemologicamente orientado, com os pressupostos epistemológicos trazidos pelo historiador norte-americano para pensar a escrita da história. A defesa de um suposto lugar institucional, disciplinar e/ou disciplinado do ofício do historiador prevalece sobre uma abordagem mais dialógica e substantiva. O corporativismo fala mais alto, e a defesa da disciplina supostamente ameaçada é reivindicada pelos arautos da cientificidade, do "princípio de realidade" e da "intencionalidade de verdade" que presidiriam, segundo eles, a produção do conhecimento histórico. Estas seriam as virtudes epistêmicas a serem defendidas e preservadas. Desta forma, a crítica estabelecida por Chartier ao pensamento de White parece atacar justamente aquilo que ele não disse, construindo-o como uma fantasmagoria, como um antípoda dos historiadores de ofício. O White de Chartier é

um bode-expiatório, é uma caricatura, um espantalho contra o qual parte dos historiadores profissionais vão se debater, sobretudo no Brasil, a partir daquele momento. Vejamos como Chartier vai produzindo esta fantasmagoria em seu texto/conferência:

> Existe ainda outro desafio que não é menos temível. A partir da afirmação, absolutamente fundamentada, de que toda história, qualquer que seja ela, é sempre uma narrativa organizada com base em figuras e fórmulas que as narrações imaginárias mobilizam, alguns concluíram pela anulação de qualquer distinção possível entre ficção e história, já que esta é, e não passa de uma *"fiction-making operation"*, segundo a expressão de Hayden White. A história não traz mais (nem menos) um conhecimento verdadeiro do real do que o faz o romance, é absolutamente ilusório querer classificar e hierarquizar as obras dos historiadores em função de critérios epistemológicos indicando sua maior ou menor pertinência para dar conta da realidade passada que é seu objeto. (CHARTIER, 1994, p. 109-110)

A leitura que Chartier faz da posição de White vai num sentido totalmente diverso daquele esposado pelo historiador norte-americano na passagem anteriormente referida. Parece que o arquivo a partir do qual o historiador da terceira geração dos *Annales* estava habituado a trabalhar, falar e escrever não permitia nuançar o posicionamento daquele. Ou se permitia, era pelo filtro de um espelho distorcido que produzia um White caricato, fantasmagórico. Mesmo alegando que Certeau é uma de suas influências intelectuais, o modo como Chartier se apropria de sua leitura, a partir do espelho corporativo dos historiadores, e, em grande medida, o contrapõe a White, demostra uma leitura bastante idiossincrática da produção de ambos, procurando reafirmar o caráter disciplinar da história, ao reinseri-la no quadro mais geral das ciências sociais; bem como ao se colocar a partir de seus trabalhos como um modelo de historiador em defesa deste lugar e dos instrumentos científicos de controle da "operação historiográfica", que mesmo pensando a linguagem e os textos não havia cedido às tentações de pôr fim a fronteira entre história e ficção. Quero aqui argumentar que Chartier e White trabalham com dois conceitos distintos de história, e é isto que parece gerar esta confusão ou os equívocos de leitura produzidos pelo historiador francês, ao não considerar o modo distinto de como pensa e entende o conceito de história, em especial em relação ao de White. Vejamos primeiro qual o conceito de história esposado por White no texto publicado na REH:

> A “história” que é o tema de todo esse aprendizado só é acessível por meio da linguagem; que nossa experiência da história é indissociável de nosso discurso sobre ela; que esse discurso tem que ser escrito antes de poder ser digerido como “história”; e que essa experiência, por conseguinte, pode ser tão vária (sic) quanto os diferentes tipos de discurso com que nos deparamos na própria história da escrita.
> Dentro dessa visão, a “história” é não apenas um objeto que podemos estudar e nosso estudo desse objeto, mas também, e até mesmo antes de tudo, um certo tipo de relação com “o passado” mediada por um tipo distinto de discurso escrito. É porque o discurso histórico é atualizado em sua forma culturalmente significante como um tipo específico de escrita que podemos considerar a importância da teoria literária tanto para a teoria como para a prática da historiografia. (WHITE, 1994, p. 23)

Parece claro que White trabalha com uma concepção de história pensada tão somente a partir do momento de sua colocação em escrita, ou seja, pensar em história só faz sentido em articulação ao discurso histórico que fala sobre ela, à medida que este tem de ser primeiro escrito para depois ser lido e dito como histórico. Contudo, para White, isto não exclui os momentos anteriores da pesquisa historiadora e muito menos desarticularia a escrita historiadora de seu lugar social ou dos elementos extra discursivos que lhe tornam possível. Menos ainda deixaria de ser um discurso com pretensões de representar ou de dizer o “real”, mas afirmar que a história só se faz na escrita significava dizer que os historiadores necessitam usar “as mesmas estratégias da figuração linguística utilizadas por escritores imaginativos” uma vez que o tipo de discurso que produzem é, predominantemente, vazado em modo narrativo. Desta forma, para White, no nível do discurso histórico, a teoria da história deveria se valer dos mesmos mecanismos de análise da moderna teoria literária para poder interpretar a escrita da história, uma vez que tanto historiadores quanto literatos lidavam, no nível formal, com os mesmos *tropos* linguísticos em suas estratégias de narrativização ou enredamento[145]. Contudo, isto não reduz o discurso histórico ao discurso literário, uma vez que seus processos de significação cultural passam por modulações diversas e cobrariam deles a produção de sentidos diferentes. Ao estabelecer um diálogo com Roland Barthes e Paul Ricouer, referidos nas notas de

[145] Neste sentido White afirma: “realmente, é apenas pela operação trópica, e não pela dedução lógica, que qualquer conjunto dos tipos de eventos passados que gostaríamos de chamar de “históricos” pode ser (primeiro) *representado* como tendo a ordem de uma crônica; (segundo) *transformado* pelo “enredamento” numa estória com as fases identificáveis de começo, meio e fim; e (terceiro) *constituído* como o assunto de quaisquer argumentos formais que possam ser aduzidos para estabelecer seu “sentido” – cognitivo, ético ou estético, conforme o caso. Essas três abduções tropológicas ocorrem na composição de todo discurso histórico. (WHITE, 1994, p. 29)

rodapé deste texto/conferência publicado na REH, White vai responder estas questões da seguinte maneira:

> Nada disso implica que não devamos distinguir a atividade da pesquisa histórica (o estudo pelo historiador de um arquivo contendo informações sobre o passado) da atividade da escrita histórica (a composição pelo historiador de um discurso e sua tradução numa forma escrita). Na fase de pesquisa do seu trabalho, os historiadores estão empenhados em descobrir a verdade sobre o passado e em recuperar informações esquecidas, ou suprimidas, ou obscurecidas, e, é claro, extrair delas todo o sentido que puderem. Mas entre essa fase de pesquisa, que na verdade não se pode distinguir da atividade de um jornalista ou um detetive, e a conclusão de uma história escrita, é preciso realizar várias operações transformadoras importantes, nas quais o aspecto figurativo do pensamento do historiador é mais intensificado do que diminuído. (WHITE, 1994, p. 29)

Se há um diálogo direto com Barthes e Ricouer, a passagem acima parece estabelecer também uma discussão indireta com Michel de Certeau e seu livro *A escrita da História*. Ou vice e versa. Numa apropriação bem menos idiossincrática que aquela que Chartier faz dos dois, para construir sua noção de história. Sigamos o suposto debate ou diálogo estabelecido entre White e Chartier, nas páginas da REH, para observar como o historiador francês responde a esta questão, a partir da formulação de um conceito de história como um saber disciplinar e o historiador como um sujeito disciplinado que teria como objetivo produzir um conhecimento rigoroso, controlado e verdadeiro sobre o passado, pois só assim seria capaz de impor limites claros aos falsários, que poderiam se valer da suposta dissolução das fronteiras entre história e ficção para produzir narrativas moralmente perigosas. Vejamos como ele alude a esta questão e pensa a história:

> Contra uma tal abordagem ou um tal *shift*, é preciso lembrar que a ambição de conhecimento é constitutiva da própria intencionalidade histórica. Ela funda as operações específicas da disciplina: construção e tratamento dos dados, produção de hipóteses, critica e verificação de resultados, validação da adequação entre o discurso do conhecimento e seu objeto. Mesmo que escreva de uma forma "literária", o historiador não faz literatura, e isto pelo fato de sua dupla dependência. Dependência em relação ao arquivo, portanto em relação ao passado do qual ele é vestígio.
> Dependência, continuando, em relação aos critérios de cientificidade e às operações técnicas que são às do seu "ofício". (CHARTIER, 1994, p.110)

Como visto acima, o texto ou o pensamento de White, que ele busca resumir no texto/conferência publicado na REH, em nenhum momento disse algo diverso do afirmado por Chartier. Aliás, que a prática historiadora atenda a critérios de cientificidade, que seja regulada por operações específicas da disciplina, que trabalhe com hipóteses, que tenha uma dupla dependência, em relação a estes critérios e ao arquivo, este parece nunca ter sido um problema para White, pelo contrário, é ponto pacífico também para ele, ao menos neste texto em questão. Seu problema, como já apontado anteriormente é outro, mas que Chartier, por corporativismo, não reconhece, pois finaliza seu texto/conferência evocando mais uma vez uma caricatura de White, a qual julga combater com o auxílio de outros companheiros de ofício, a exemplo de Carlo Ginzburg, quando afirma que:

> Graças a suas técnicas próprias, a disciplina está apta a fazer reconhecer as falsificações como tais, e a denunciar os falsários. É voltando sobre seus desvios e suas perversões que a história demonstra que o conhecimento que ela produz se inscreve na ordem de um conhecimento verificável e controlável, portanto que ela está armada para resistir àquilo que Carlo Ginzburg designou como a "máquina de guerra ceptica" que recusa a história toda possibilidade de dizer a realidade que foi e de separar o verdadeiro do falso. (CHARTIER, 1994, p. 111)

E continua, convocando mais um suposto aliado contra a "máquina de guerra ceptica", desta vez Michel de Certeau:

> O caminho é, portanto, forçosamente estreito para quem pretende recusar, ao mesmo tempo, a redução da história a uma atividade literária de simples curiosidade, livre e aleatória, e a definição de sua cientificidade a partir unicamente do modelo do conhecimento do mundo físico. Em um texto ao qual sempre é preciso voltar, Michel de Certeau formulou esta tensão fundamental da história. Ela é uma prática "científica", produtora de conhecimentos, mas uma prática cujas modalidades dependem da variação de seus procedimentos técnicos, dos constrangimentos que lhe impõem o lugar social e instituição de saber onde ela é exercida, ou ainda das regras que necessariamente comandam sua escrita. O que também pode ser dito de maneira inversa: a história é um discurso que aciona construções, composições e figuras que são as mesmas da narrativa, portanto da ficção, mas é um discurso que ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados "científicos", se entendermos por isso "a possibilidade de estabelecer um conjunto de *regras* que permitem 'controlar' operações proporcionais a *produção* de objetos determinados". (CHARTIER, 1994, p.112)

Fica evidente que Roger Chartier evoca Calo Ginzburg e, sobretudo, Michel de Certeau para se contrapor, corporativamente, contra o "crítico literário" norte-americano e seus pressupostos que supostamente procurava reduzir a história "a uma atividade de simples curiosidade", não referenciada a qualquer "realidade extra-discursiva"[146], tomada apenas como discurso referido a linguagem, ao texto e nada mais[147]. Apesar de Chartier considerar que a história também é "um discurso que aciona construções, composições e figuras que são as mesmas da narrativa" ele era referido ou controlado por regras e protocolos de cientificidade que lhe garantiam a produção de enunciados científicos. A princípio o argumento esposado por Chartier é correto, contudo ele não se aplica ao texto de White e as teses que ele defende na conferência proferida na comemoração dos 20 anos do CPDOC e publicada na REH em 1994. Neste texto ele procura deixar bem claro, já antevendo ou até mesmo antecipando as críticas caricatas de que seu texto e sua fala poderiam ser alvo, que:

> A teoria tropológica implica que não devemos confundir "fatos" com "eventos". Os eventos acontecem, os fatos são constituídos pela descrição linguística. O modo da linguagem usado para construir os fatos pode ser formalizado e governado por regras, como nos discursos científicos e tradicionais; pode ser relativamente livre, como todo discurso literário "modernista"; ou pode ser uma combinação de práticas discursivas formalizadas e livres...E desde que a historiografia em geral tendeu e ainda tende a permanecer uma combinação de práticas discursivas governadas por regras com práticas livres, a tropologia tem especial relevância para o esforço de compreendê-la. (WHITE, 1994, p. 37)

---

[146] White havia respondido a esta objeção nos seguintes termos: "a tropologia não nega a existência de entidades extra-discursivas ou nossa capacidade de nos referirmos a elas ou representá-las na fala. Ela não sugere que 'tudo' é linguagem, fala, discurso ou texto, mas apenas que a referencialidade e a representação linguística são assuntos muito mais complicados do que as antigas noções literalistas da linguagem e do discurso entendiam" (WHITE, 1994, p. 36-37)

[147] White neste texto que estamos discutindo havia dito o seguinte quanto a estas objeções: "essas objeções parecerão mais ou menos constrangedoras conforme o grau de confiança que se tenha nas distinções convencionais entre fala literal e figurativa, discurso referencial e não-referencial, prosa factual e ficcional, o conteúdo e a forma de um dado tipo de discurso, e assim por diante...Deve ser assinalado, contudo, que as teorias tropológicas do discurso não exatamente dissolvem essas distinções, e sim as reconceitualizam. Enquanto a teoria crítica tradicional vê as dimensões literal e figurativa, ficcional e factual, referencial e intencional da linguagem como alternativas opostas, e mesmo mutuamente excludentes, de todo discurso *sério*, a moderna teoria da linguagem e da literatura tende a vê-las como os pólos de um contínuo linguístico entre os quais a fala deve se mover na articulação de todo e qualquer discurso, seja ele sério ou frívolo. Na medida em que esse movimento dentro do discurso é ele mesmo por natureza tropológico, precisamos de uma teoria tropológica para guiar sua análise" (WHITE, 1994, p. 36).

Como é possível observar há uma diferença do Hayden White e do pensamento que ele enuncia em seu texto/conferência e o White percebido e imaginado por Chartier. Este é uma caricatura, é um White fantasmático produzido para por medo e infligir preocupação aos historiadores de ofício. É um espantalho construído como imagem oposta aos historiadores de ofício e a historiografia como prática científica tal qual a entende o historiador francês, ou seja, uma prática disciplinada, controlada, portanto, e produzida por um historiador de ofício, versado nos protocolos de cientificidade que constrangem e possibilitam a produção de enunciados científicos e de um saber verdadeiro sobre aquilo que foi. Regulados por um princípio de verdade, os historiadores não cederiam às falsificações e aos falsários, ou como vai dizer Chartier, em conclusão ao seu texto:

> É certo que o historiador tem por tarefa oferecer um conhecimento apropriado, controlado sobre a "população de mortos – personagens, mentalidades, preços" que são seu objeto. Abandonar essa intenção de verdade, talvez desmesurada mas certamente fundadora, seria deixar o campo livre a todas as falsificações, a todas as falsidades que, por traírem o conhecimento, ferem a memória. No exercício de seu ofício cabe aos historiadores serem vigilantes. (CHARTIER, 1994, p. 11-112)

A proposta esposada por Chartier tem um caráter notadamente normativo e disciplinar. A sua história tem de ser um saber apropriado – faltou apenas ele estabelecer quem diz, dentro da comunidade de historiadores, o que é esse "apropriado" –, verdadeiro, avesso a falsificações e falsidades. Neste sentido, ele finaliza seu texto cobrando dos historiadores muito mais o esposamento de valores morais que de virtudes epistêmicas. A história e os historiadores deveriam, ao mesmo tempo, estar atrelados a um dever de verdade e a um dever de memória. O argumento moral se sobrepõe ao pressuposto epistemológico que orientou toda a sua discussão com o seu White. No fim e ao cabo, o Hayden White de Chartier se apresentava muito mais como um perigo moral para a história e os historiadores do que como um problema de ordem epistemológica.

Fiz questão de recuperar, de forma pormenorizada, este debate trazido pela REH para poder situar duas questões centrais na configuração da geografia disciplinar daquilo que estava sendo nomeado, com a contribuição da crítica historiográfica, como a historiografia brasileira profissional, acadêmica ao longo dos anos 1990: o primeiro ponto é como determinados debates ocorridos noutros países, entre

tradições de pensamentos distintas, vão ser apropriados e usados pelos historiadores brasileiros do período. O segundo ponto diz respeito ao caráter modelar do debate ora exposto para a configuração das leituras que se farão e dos maniqueísmos que nortearão as avaliações e os balanços historiográficos, no Brasil, dali por diante. Posso dizer que, para a imensa maioria dos historiadores brasileiros que irão se dedicar a este tipo de trabalho, ao longo dos anos 1990 e até meados dos anos 2000, o modelo vencedor vai ser o apresentado por Chartier. É o historiador de ofício em combate contra a fantasmagoria representada pelo "pós-modernismo", pelo "*linguistic turn"*, pelo "narrativismo", pelo "giro linguístico", pelo "irracionalismo", pelo "nominalismo", pelo "ceticismo"[148]...os adjetivos e as noções muito pouco precisas, dessubstancializadas, fantasmáticas passam a assombrar, por todos os lugares, o território dos historiadores. Era preciso que eles ficassem vigilantes quanto ao seu ofício, alertava Roger Chartier, o historiador disciplinado.

Em relação ao primeiro ponto, é emblemática a discussão que se estabelece entre "modernos" e "pós-modernos", uma versão renovada da disputa dos anos 1980, entre a "velha guarda marxista" e a "nova história". Como já havia apontado Francisco Falcon, no texto "Identidades do Historiador", esta disputa observada de um nível mais profundo, que segundo ele seria o epistemológico, se resumiria num renhido debate entre aqueles que acreditam num princípio de realidade como orientador do discurso histórico e aqueles outros que não observariam diferença alguma entre a narrativa historiográfica e a literária, tomando uma pela outra, à medida que não haveria uma relação de hierarquia entre uma narrativa sobre o passado e a outra (FALCON, 1996). Sem sombra de dúvidas, a leitura de Falcon está matizada pelo modelo estabelecido por Chartier, a quem vai usar, no seu texto, como um dos exemplos de identidade de historiador em vigor no plano internacional. A leitura que Falcon faz do *linguistc turn* segue os mesmo princípios argumentativos de Chartier.

---

[148] Mais um exemplo disso, no plano internacional, é a diatribe travada por Carlo Ginzburg contra o que ele chama de céticos, nominalistas, irracionalistas em alguns de seus livros e artigos mais recentes como, por exemplo, nos livros *Relações de força* e *O fio e os rastros* e no artigo *O extermínio dos judeus e o princípio de realidade*. Aliás, Ginzburg será outro modelo de historiador largamente utilizado pelos historiadores brasileiros para defender as posições ditas "modernas", "racionalistas", "científicas" da história. Em um período mais recente vamos encontrar, mais uma vez, Roger Chartier travando um novo duelo com os escritos de Hayden White e reatualizando as posições acima discutidas em um de seus livros mais referidos e citados no Brasil, *A beira da Falésia*. Cf.: GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002., _____. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007., CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

Aliás, Falcon esteve presente no evento de comemoração dos 20 anos do CPDOC, certamente deve ter acompanhado os debates e assistido ambas as palestras, e sua percepção daquilo que ele chama de crise da história ou da identidade do historiador é praticamente a mesma de Chartier, vejamos:

> É bastante curioso perceber, no entanto, que a multiplicidade de abordagens, métodos e objetos e a variedade de perspectivas teóricas simplifica-se bastante quando passamos às bases epistemológicas e ontológicas de nossa oficina. Realmente, nesse nível mais profundo, reina ainda, surpreendentemente, quem sabe, a aceitação quase consensual do *realismo histórico*. Foi exatamente isso que procurei demonstrar através dos exemplos de Elton e Chartier. Tal *realismo* significa: a História é real e, portanto, a história-disciplina é, ou continua a ser, uma tentativa sempre renovada de *conhecer* de alguma forma – explicando, compreendendo, interpretando – aquela História, o *passado*. Daí o fato de que as divergências ou diferenças realmente existentes no nível epistemológico raramente questionem ou ponham em dúvida a premissa mais geral – o historiador produz um conhecimento e o expõe através de um discurso próprio cujo referente se situa na própria realidade histórica (FALCON, 1996, p. 25-26)

Os argumentos de Falcon são, portanto, muito próximos àqueles esposados por Chartier, o que demonstra dentre outras coisas como o debate organizado em torno do CPDOC e da REH produziu efeitos entre os historiadores brasileiros e foi recuperado segundo um certo padrão narrativo nos anos seguintes e reverberado para outras audiências, à media que o texto de Falcon foi apresentado como conferência numa mesa por ocasião do XVIII Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em Recife – PE, no ano de 1995. Se a retórica da crise está presente no texto de Falcon, como já discuti mais acima, é também como parte deste debate mais amplo do qual White e Chartier são avatares, e que o modelo de avaliação historiográfica delineado por este aparece como uma estratégia de defesa coorporativa do ofício de historiador profissional, acadêmico.

Ao afirmar que, apesar da aparente fragmentação do campo e das identidades dos historiadores, num nível epistemológico e ontológico permanecia praticamente consensual que a história de referia ao real e que o seu referente último é a realidade histórica, Falcon assumia esse lugar de defesa do território do historiador profissional, acadêmico, disciplinado. Um defensor do princípio de realidade, “de um *realismo historiográfico* o qual, apesar de subdividido em várias vertentes, tinha sempre como verdade indiscutível o papel necessário e insubstituível das *fontes*

documentais como ponte necessária entre o texto histórico e o seu referente na ordem da realidade histórica. Enquanto *evidências* de algo que elas apenas representavam, restos ou fragmentos sobreviventes, as fontes constituíam o território comum aos mais variados tipos de historiadores" (FALCON, 1996, p. 17). Ele se colocava assim como mais um defensor dos territórios da história, falando do alto da torre de combate epistemológica, lançando flechas, dardos em direção à ameaça bárbara vinda supostamente de fora das fronteiras da história e da oficina dos historiadores. Este tom belicoso vai ser descrito da seguinte maneira, na conclusão de seu artigo, a citação é um pouco longa, mas vale a pena acompanha-la com atenção:

> Nos últimos dez anos tanto a disciplina como o próprio ofício vêm sendo brindados com o interesse de filósofos, linguistas, teóricos da literatura, psicólogos etc., os quais, literalmente, bombardearam a oficina. De início o alvo mais visado foi a História, sua realidade como processo racional, teleológico etc. No intuito de eliminar a História, atacou-se de fato sua concepção *iluminista*, de essência predominantemente hegeliana. Proclamou-se, então, com euforia, o *Fim da História*. Liquidada a realidade da História, vieram os linguistas a afirmar a autonomia da linguagem e a consequente incapacidade nata de todo historiador de compreender que, ao fim e ao cabo, a história por ele produzida/escrita não passa de um texto como outro qualquer, e como tal, apenas remete a outros textos, nada mais. Quase ao mesmo tempo, surgiram os especialistas literários, os quais, extraindo todas as consequências dos *achados* linguísticos, sublinharam a natureza narrativa e por consequência *literária* do discurso histórico, demonstrando inclusive que este caráter *histórico* é fruto de artifícios retóricos, de jogos de linguagem, artimanhas estilísticas, tudo enfim concorrendo para permitir ao historiador produzir ou criar, no seu próprio discurso, a ilusão ou *efeito de realidade* que serve de esteio à sua *pretensão* de ser um discurso *verdadeiro*, ou seja, distinto do ficcional, uma vez que remete a uma realidade extra-discursiva que constitui o seu referente. Tais concepções tendem a fazer da história-disciplina apenas mais um capítulo da história da literatura, daí as reações incisivas de...Chartier já mencionadas. (FALCON, 1996, p. 26)

Falcon aponta para um incômodo fundamental, qual seja: é aceitável que os historiadores façam da sua oficina um caos, que disputem, debatam, discutam, briguem por espaço dentro de seu território, mas parecia ser intolerável que estes ataques viessem de fora, de outros saberes, de outras disciplinas e profissionais que se arvoravam não só dizer o que era a história, mas, também, questionar e atacar os fundamentos deste saber. A epistemologização das discussões, por parte dos historiadores, é também uma reação a este movimento. Não é apenas uma tomada

de consciência autoreflexiva, mas um movimento reativo que buscava dizer: nós também podemos nos pensar, também somos capazes de fundamentar teórica e epistemologicamente aquilo que fazemos e o produto de nossa oficina, a escrita da história.

O vocabulário de guerra utilizado por Falcon – bombardearam, alvo, eliminar, atacar, reação – dará o tom belicoso com o qual os historiadores de ofício enfrentarão este debate e se posicionarão, sobretudo, contra àqueles que julgavam atacá-los de fora da oficina. Nomear Hayden White de crítico literário ou de um representante do *linguistc turn* implicava, neste sentido, numa estratégia narrativa para subsumi-lo ou reduzi-lo a um grupo de inimigos comuns e retirar-lhes as peculiaridades epistemológicas de suas posições, que como vimos em relação a White, eram muito pouco divergentes das esposadas por Chartier quanto ao caráter científico da história – o que possivelmente derive do fato de ele ser historiador de formação, algo que é silenciado pelos seu críticos e contendores tidos como historiadores de ofício; é possível que isso se explique também pelo fato de que seria muito mais incômodo reconhecer-se sendo atacado por alguém de dentro da oficina, alguém que não lutava por posições dentro dela, mas por derruba-las –, e, portanto, estereotipá-los, combatendo assim um inimigo caricato que serve, ao mesmo tempo, para garantir posições de poder dentro da oficina, em especial para àqueles que se julgam a tropa de elite de combate aos reducionismos linguísticos, oriundos das posturas “narrativistas” e “céticas”, a exemplo de Chartier, Ginzburg, Falcon, Ciro Cardoso e outros, como também para definir, validar e normatizar as regras do oficio e da produção da escrita da história em um dado momento, ao buscar dizer quais são os protocolos, os procedimentos, as regras que a fazem um discurso verdadeiro e ancorado no “realismo historiográfico”. A crítica historiográfica como epistemologia da história será, daí por diante, sobretudo no Brasil, uma máquina de guerra muito poderosa para se definir o que é a historiografia brasileira profissional, acadêmica e configurar tanto sua geografia disciplinar quanto estabelecer a memória que lhe será correlata.

O incômodo e a guerra a ser travada era ainda mais dura no Brasil, uma vez que estas discussões que pensam e questionam o caráter disciplinar da história, que problematizam a forma da escrita historiadora chegam ao país justo no momento em que os historiadores e a disciplina buscam se institucionalizar, se profissionalizar, sobretudo a partir das pós-graduações, fundada para ser a principal oficina para os

historiadores, a sua instituição de saber, de onde a história deveria ser pensada prioritariamente como um prática científica. Isto fica claro quando Falcon afirma que tais discussões haviam surgido a apenas dez anos atrás – naquele momento isso significava falar de meados da década de 1980 –, e assim referia-se muito mais ao cenário brasileiro do que a qualquer outro, por mais que os exemplos ou a maioria dos autores que use para dialogar sejam estrangeiros. Sua fala também mistura, num mesmo recorte, discussões que temporalmente emergiram em períodos e lugares distintos. Por exemplo, às discussões no campo da linguística que interpelam o discurso historiador emergem muito antes dos anos 50, ainda com o estruturalismo de Saussure. É certo que se acentuam com as problematizações trazidas pelos ditos "pós-estruturalistas", pelos filósofos da linguagem, etc. Isto se aplica também a teoria literária e ao próprio Hayden White, que publica seu *Meta-história* ainda na década de 1970.

É notório, portanto, que estas discussões, ao menos a nível mundial, já estavam postas desde a década de 1960. Mas ela vai ganhar contornos e desdobramentos sensíveis para o *metier* do historiador, a partir da década de 1970, quando Michel de Certeau publicou o artigo, hoje famoso, "A Operação historiográfica"[149], como parte de sua obra "A escrita da história". Preocupado em perscrutar a(s) forma(s) como se produzia a história, Certeau iniciava este texto de forma bastante provocativa, perguntando: "o que fabrica o historiador quando 'faz história'?" fazendo da história, assim, para o prático, objeto de sua própria reflexão. E na esteira de Paul Veyne, Michel Foucault, Serge Moscovici e outros[150] Certeau apontava para o seguinte:

> Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos*

[149] Parte deste texto havia sido publicado pela primeira vez em 1974 no livro *Faire de l'historie* organizado por Pierre Nora e Jacques Le Goff, com o título "Operação Histórica". Aqui no Brasil este texto vai ser publicado na coleção História: novos temas, novas abordagens, novos objetos; também organizados por Nora e Le Goff.

[150] Certeau publica *L'Ecriture de l'Histoire* já sobre o impacto das publicações de três outros livros fundamentais que tratavam não só das dimensões retórica e narrativa da História, assim como externavam uma preocupação substantiva quanto à forma ou as formas de se produzir o saber histórico: O livro *L'Arquéologie Du savoir*, de Michel Foucault, publicado em 1969, o livro *Commment on écrit l'historie*, de Paul Veyne, publicado em 1971, e *Metahistory*, de Hayden White, publicado em 1973. No seu texto, Certeau estabelece um diálogo muito mais próximo à produção de Veyne, Foucault e do semiólogo, também francês, Roland Barthes, sem, contudo, desconsiderar a discussão pela qual envereda Hayden White. Por mais que não o cite ou o referencie em nenhum momento da obra.

> de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática". Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere a combinação de um *lugar* social, de *práticas* "científicas" e de uma *escrita*. (CERTEAU, 1982, p.66).

Esboçando este caminho, Certeau apontava para três fases, intercambiadas, do fazer historiográfico: um lugar social, uma prática e uma escrita. Onde para este esforço que empreendo aqui, importa, neste momento, apontar para a segunda, qual seja: que o fazer histórico é uma prática. E como tal articula procedimentos científicos[151] cujas regras possibilitam "controlar" operações destinadas à construção de um objeto determinado, o passado. Neste sentido, Certeau estabelecia uma importância fundamental para os procedimentos, as técnicas e os instrumentos de pesquisa que permitem ao historiador transformar o dado no criado, fazendo "de resíduos, de papeis, de legumes, até mesmo das geleiras e das 'neves eternas', o historiador faz outra coisa: faz deles a história" (CERTEAU, 1982, p.79). Assim, de acordo com Certeau, o historiador trabalharia sobre um material qualquer, manipulando-o, mediante o uso de técnicas, regras e procedimentos para transformá-lo em história, conduzindo-o do dado ao criado, da natureza a cultura, operando assim uma redistribuição do espaço e instaurando um objeto para o saber histórico. É neste sentido que ele constatava:

> Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em "documento" certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo seu lugar e o seu estatuto (...) Longe de aceitar os "dados", ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente (...) Instauradora de signos, expostos a tratamentos específicos, esta ruptura não é, pois, nem apenas nem primordialmente, o efeito de um "olhar". É necessário aí uma operação técnica. (CERTEAU, 1982, p. 81).

[151] Na nota 5 do texto em questão Certeau assim define o que ele entende por científico no campo das "ciências humanas": "Pode-se, entretanto, definir com este termo a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam 'controlar' *operações* destinadas à *produção* de objetos determinados". (CERTEAU, 1982, p. 109).

Esta constatação de Certeau explicitava à época as operações técnicas silenciadas do produto final dos historiadores, condição esta que permitia ao historiador falar em nome do real à medida que embotava todo o ruído da fabricação do mesmo. Do momento que Certeau escreveu a “Operação” até da década de 1990, as regras do fazer historiográfico pareciam ter se alterado de maneira tal que parecia ser praticamente impossível aos historiadores brasileiros do período procederem do mesmo modo que na década de 1960 ou 1970, ou seja escondendo ou silenciando o barulho que está no princípio de sua produção. Uma vez que o real que parece determinar a produção historiográfica não é mais o real representado, mas o real que organiza a própria produção. Nos anos 1990 era, segundo Chartier, o rigor das regras, dos procedimentos, das técnicas, o aval dos pares que garantia falar em nome do real ou representar o passado. Os documentos, as técnicas de cotejamento, a erudição, o grupo: eram estes mecanismos que davam valor de prova, que conferiam realidade, legitimidade, credibilidade, verdade e autoridade ao discurso do historiador. Ou seja, parecia ter havido uma inversão da seguinte proposição estabelecida por Certeau acerca das regras de produção do saber histórico na década de 1970: “o ‘real’ representado não corresponde ao real que determina sua produção. Ele esconde, por trás da figuração de um passado, o presente que o organiza” (CERTEAU, 2011, p. 49).

Portanto, o texto de Falcon, anteriormente discutido, é publicado no Brasil justamente no momento em que esta relação apontada por Certeau começava a se inverter na produção historiografia feita no país, uma vez que para muitos dos historiadores profissionais, acadêmicos brasileiros o presente aparecia como o estrato temporal que organizava a produção historiadora e o que fazia corresponder o real com o passado que se quer representado, do que propriamente o inverso deste processo. O aperfeiçoamento dos mecanismos que levariam o historiador a ligar o produto de sua operação – a escrita – às práticas que garantiriam o princípio de realidade que lhe daria não só legibilidade, mas, sobretudo, legitimidade e fiabilidade se tornavam uma marca, uma regra fundamental da produção historiográfica, diria uma lei do meio, para a imensa maioria dos historiadores profissionais, acadêmicos, no Brasil da década de 1990 em diante. Anuir a elas, a estes novos modos de pensar a escrita da história e ofício do historiador, sobretudo àquelas produzidas fora de sua oficina, segundo Falcon poderia:

> Do ponto de vista dos efeitos de tais proposições sobre o ofício, tema ainda por investigar mais profundamente, creio que sua mensagem ao historiador é bastante óbvia; não lhe resta outro caminho que não o de assumir de uma vez por todas a *verdadeira* natureza da sua *escrita*, quer dizer, renunciar à pretensão de produzir um discurso *diferente*, e, sobretudo, a idéia de produzir um conhecimento qualquer a respeito de um *real* imaginário que, das duas uma, ou simplesmente não existe, ou, se existe, é capaz de esclarecer acerca de seu autor e de sua época e como tal não deixa de ter lá a sua importância. A história-disciplina transformada em um pseudo-conhecimento, pois seu discurso almeja uma impossibilidade, como ficaria nesse caso a identidade do historiador? Provavelmente, quem sabe, uma espécie *literária* de prestidigitador, um profissional muito hábil em criar, ao escrever, *efeitos de realidade* os mais convincentes para seu(s) leitor(es) (FALCON, 1996, p. 27)

Em tom irônico, Falcon ajuda a construir o fantasma do qual a(s) identidade(s) do(s) historiador(es) deveria(m) distanciar-se, sobretudo no Brasil. Como muitos de sua geração, Falcon acreditava que a história tinha uma função social e política a cumprir, uma espécie de dever de memória para consigo mesma, enquanto disciplina, mas também para a sociedade com a qual se ligava. Para cumprir esta função cabia aos historiadores reafirmarem a importância disciplinar de seu fazer e, sobretudo, dizer a verdade "sobre aquilo que foi"; tendo como fundamento último o constrangimento do arquivo, das fontes, seus protocolos de utilização e como horizonte moral e político o compromisso com a verdade. Assim como Chartier ele acreditava que esta não era tarefa fácil, pois afirmava ser "difícil possuir alguma certeza em meio a uma época de tantas incertezas".

Estas discussões estabelecidas sobre o ofício do historiador e a escrita da história nas páginas da REH ao longo dos anos 1990 e que envolvem um conjunto de historiadores, notadamente estabelecidos institucionalmente no Rio de Janeiro, reverberará para além das páginas da revista, e ganhará outras dimensões de audiência e público com a publicação do livro *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*, organizado por um velho conhecido destes debates, Ciro Flamarion Cardoso, e um dos historiadores da nova geração, Ronaldo Vainfas[152], que apesar de ter sido orientando de Ciro no mestrado, havia feito no doutorado um trabalho que seus críticos diziam ser, ao lado de *O diabo na terra de Santa Cruz* de Laura de Melo

[152] Ronaldo Vainfas fez a graduação em História na UFF, o mestrado na mesma instituição, orientado por Ciro Flamarion Cardoso, e o doutorado na USP, defendendo-o em 1988, sob orientação de Eduardo D'Oliveira França. Cf. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787526J3 Acessado em 12 de julho de 2017, às 01:27 h.

e Souza, um dos inauguradores da, à época, chamada história das mentalidades no Brasil[153]. O livro *Domínios da História* é uma coletânea de artigos que visava dar conta do "estado da arte" do saber histórico no Brasil, a partir de uma discussão dos fundamentos teórico-metodológicos das principais áreas em ascensão ou em evidência na configuração da história naquele momento. Na verdade, o livro parecia se apresentar como esta própria geografia ou ao menos buscava dominá-la, ao fazer-lhes o mapa. O título do livro é muito significativo neste sentido: *Domínios da história*. E se torna mais significativo ainda se observarmos quem são e onde estão institucionalizados àqueles que se arvoram mapear estes domínios. Todos os autores da coletânea são professores que atuavam em instituições do Rio de Janeiro, com exceção apenas de Mary Del Priore, historiadora e professora da USP. Apresentado como um "filho legítimo da profissionalização crescente dos historiadores brasileiros, fruto, entre outras coisas, de um pujante setor de pós-graduação" o livro conta com 21 artigos e ensaios escritos por 17 historiadores. Seus organizadores apresentavam o livro da seguinte maneira:

> Nosso objetivo essencial foi o de traçar um panorama geral e atualizado dos vários campos de investigação na área de história, dando conta dos percursos historiográficos, dos principais conceitos e dos debates e polêmicas que se fizeram presentes na história da disciplina e da pesquisa, com ênfase nas controvérsias atuais. Controvérsias relacionadas ao que muitos consideram ausência ou embate de paradigmas no cenário contemporâneo das ciências humanas. (CARDOSO e VAINFAS, 1997, I)

Neste sentido, o livro em questão ao tentar estabelecer um mapa do "estado da arte" da historiografia ocidental, mal disfarçava o diálogo estabelecido principalmente com o saber histórico produzido no país naquele momento. Aliás ele se configurava mais como o mapeamento desta historiografia do que propriamente de qualquer debate ou discussão acontecida no plano internacional. Isto fica patente quando observamos quais são "as questões teóricas e os percursos historiográficos" mapeados já na introdução e primeira parte do livro, nomeada significativamente de "Territórios do historiador". O texto introdutório da coletânea, de autoria de Ciro Flamarion Cardoso, que norteará grande parte das discussões feitas pelos demais

[153] Remeto ao livro de Ronaldo Vainfas *Tropico dos Pecados*, publicado em 1989, como resultado de sua tese de doutorado, de mesmo título, defendida no ano anterior. Cf. VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 393 p.; SOUZA, Laura de Melo e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

historiadores, na continuação do livro, tem por título “História e Paradigmas Rivais” e aponta para um dado modo de conceber o ofício e a própria disciplina, como veremos mais adiante. A sequência de artigos da primeira parte se inicia com um texto dos historiadores João Fragoso[154] e Manolo Florentino[155] sobre “História Econômica”, em seguida Hebe Castro[156] discorre sobre a “História Social”, já Francisco Falcon se encarrega de dois artigos, um sobre “História e Poder”, onde discute o percurso da “história política”, e o outro sobre a “História das Ideias”. O artigo que finaliza esta primeira parte trata da “História das Mentalidades e História Cultural” e é produzido por Ronaldo Vainfas. Esta sequência diz muito de como os organizadores observavam o próprio percurso da historiografia produzida no Brasil desde, pelo menos, final da década de 1970 até o momento de produção e publicação da coletânea. Como eles vão afirmar na apresentação desta primeira parte, ela:

> Dedica-se justamente a fazer este mapeamento geral, selecionando os grandes campos da história. Encontram-se ali sistematizados e discutidos os campos da história econômica, hoje em crise, da clássica e abrangente história social, da tradicional e ao mesmo tempo novíssima história política, da história das ideias, muito forte em países de língua inglesa, além, é claro, da sempre controvertida história das mentalidades, mais conhecida hoje como história cultural (CARDOSO e VAINFAS, 1997, p I)

A descrição deste percurso faz coincidir com os balanços produzidos sobre a história no Brasil feitos até àquele momento, como os aqui já discutidos, partindo de uma história econômica, de caráter marxista, “em crise”, até se chegar a “renovação” promovida pela “nova história” que passava a ser nomeada apenas como “História Cultural”. Esse era o percurso historiográfico da profissionalização e da “pujante produção” dos programas de pós-graduação no país o que requereu aos autores que “em todos os capítulos do livro procur[assem] dar um panorama...sobre os ‘domínios

---

[154] João Luis Ribeiro Fragoso é graduado em História pela UFRJ, com mestrado (defendido em 1982) e doutorado (defendido em 1990) pela mesma instituição, sob orientação de Maria Yedda Linhares. Cf. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783500E0 Acessado em 12 de julho de 2017, as 15:00 h.

[155] Manolo Garcia Florentino é graduado em História pela UFF, com mestrado, defendido em 1985, em Estudos Africanos pelo *El Colegio de México – COLMEX*, sob a orientação de Carlos Sempat-Assadourian, e doutorado pela UFF, defendido em 1991, sob orientação de Ciro Flamarion Cardoso.

[156] Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro é graduada em História pela UFF, com mestrado, defendido em 1985, e doutorado, defendido em 1993, pela mesma instituição; ambos sob orientação de Maria Yedda Linhares. Cf. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783972H9 Acessado em 12 de julho de 2017, as 15:18.

da história' no Brasil...sobretudo porque a mais de vinte anos a pesquisa histórica brasileira tornou-se, em numerosos aspectos, verdadeiramente profissional e exclusivamente universitária" (CARDOSO e VAINFAS, 1997, p. II). Estes ensaios de teoria e metodologia implicavam, portanto, numa estratégia de definição não só dos "domínios da história" no Brasil, mas, sobretudo num esforço de cartografar os territórios dos historiadores no país a partir do olhar dos historiadores situados no Rio de Janeiro.

Situo geograficamente esta discussão, pois há um debate posto naquele período em torno do nacional, daquilo que estava sendo nomeado como historiografia brasileira. A publicação da coletânea Domínios da História é contemporânea de outra publicação de bastante sucesso tanto entre os pares quanto entre um público não especializado, a coleção História da Vida Privada no Brasil. Naquele momento havia uma discussão aguda entre, por exemplo, Fernando Novais, organizador e coordenador do projeto que reverbera na publicação da coletânea "A História da Vida Privada no Brasil", pela Companhia das Letras, e Ciro Flamarion Cardoso. Em especial acerca da discussão sobre que tipo de comércio e de pacto fundavam a economia colonial e, a partir disso, que teorias explicativas dariam conta deste objeto. Novais e Ciro esposam teses em contrário. O embate entre eles vai ser duro. E como vimos na primeira parte desta tese, Novais a partir de seus orientadores "vence", num primeiro momento, seus contendores, Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender. Mas o que quero sublinhar aqui, mais uma vez, é a forte disputa entre historiadores ligados às instituições paulistas e àqueles atrelados a instituições do Rio de Janeiro em torno de definir o nacional, de afirmar quem tem a tese derradeira sobre a História do e no Brasil, de se dizer a historiografia brasileira. A coletânea História da Vida Privada no Brasil tem a prerrogativa de descontentar Gregos e Troianos, uma vez que reascende a chama das disputas teóricas e institucionais azeitadas nos debates entre Cardoso e Novais, como este sugere em entrevista a José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego, constante no livro *Conversas com Historiadores Brasileiros*:

> Eu acho incrível como as pessoas tendem a não se satisfazer quando têm uma contribuição importante. As pessoas querem todas elas uma ruptura epistemológica. Querem "fundar um saber", ninguém se conforma em ter uma contribuição importante. A academia é uma fogueira de vaidades, a mídia acentua isso. Isso está ligado ao fato de que tanto Ciro como Gorender insistiram na análise do modo de produção escravista nas suas articulações internas e com isso

> acusaram-nos de insistir nas articulações externas. Isso envolve a negação do sistema colonial. Esses autores estão nessa linha. Muito bem, o que eu quero dizer não é que esta linha esteja errada, ela é uma análise marxista do ponto de vista classificatório que eu não gosto. (MORAES e REGO, 220, p. 141-142)

Mas as questões que implicavam em torno da obra História da Vida Privada no Brasil não era apenas uma contenda teórica entre historiadores marxistas e leituras diferenciadas acerca do modelo colonial propiciadas por esta perspectiva de análise. O incômodo diante desta coletânea transcendia a mera discussão teórica, por dois motivos. Primeiro, pela repercussão comercial alcançada pela coletânea, que havia sido publicada por uma das maiores editoras comerciais do país, a Companhia das Letras. Segundo, por ser uma obra eminentemente produzida por historiadores paulistas e ligados a USP, o que faz com que Edgard Salvadori De Decca faça o seguinte comentário a respeito da coletânea, alguns anos depois:

> Não há dúvida de que é uma obra de enorme sucesso editorial, mas garanto que os melhores trabalhos dos historiadores que dela participam estão nos livros que os tornaram reconhecidos nacionalmente. Além disso não deixa de ser irônico uma obra histórica sobre a vida privada, que é periodizada pelos marcos políticos oficiais...além disso eu nuca me dediquei aos estudos da vida privada, mas na obra há ausências difíceis de serem justificadas. Por exemplo, como não existir artigo de Maria Odila Leite Dias, que escreveu um trabalho pioneiro sobre cotidiano e poder, abordando espectros da vida privada no século XIX. Os historiadores da Unicamp que se dedicam a essa questão também estão ausentes, exceção feita a Robert Slenes e Leila Algranti. Mas a Unicamp foi pioneira nos estudos sobre a vida cotidiana das classes trabalhadoras de São Paulo e também do Rio de Janeiro, como exemplificam os livros de Maria Auxiliadora Guzzo Decca, Margareth Rago e Sidney Chalhoub, Maria Clementina Pereira da Cunha. Enfim, essas ausências comprometem o conjunto da obra, porque deixou de fora uma escola historiográfica que colocou a história da vida privada no campo dos conflitos sociais (MORAES e REGO, 2002, p. 285).

Portanto, note-se, há um debate bastante intenso em entre estes dois modos de ler a história no e do Brasil, produzidos a partir de geografias disciplinares diversas. De um lado, os historiadores ligados a certas tendências marxistas, liderados por Novais e que publicam, com certo sucesso editorial a Coletânea História da Vida Privada no Brasil. Em outra frente os historiadores da UNICAMP, capitaneados por De Deca e reivindicando uma maior participação naquilo que estavam nomeando, sobretudo, de História da vida privada no Brasil. E a meu ver, o

debate mais importante ai não é nem sobre o que é público ou privado, mas, sobretudo, o porquê de generalizar essa história para o Brasil, quando ela só havia sido produzida por alguns historiadores ligados, sobretudo, a USP e que supostamente silenciavam não só outras leituras e tradições historiográficas, mas outros locais importantes de produção daquilo que deveria ser entendido como História da vida privada no Brasil. Neste sentido, a reação dos historiadores ligados ás instituições do Rio de Janeiro é muito mais enfática. Eles organizam uma coletânea, não é coincidência que Ciro Cardoso é um dos seus organizadores, para dar conta dos "domínios da história" em que praticamente não figura nenhum historiador de São Paulo e em que a noção de privado ou de história da vida privada é praticamente silenciada.

Neste sentido, a coletânea *Domínios da História* é uma resposta, no campo da crítica historiográfica, àquele silêncio, intencional, de outras historiografias numa obra que se pretendia falar do Brasil, mas que só trazia abordagens e perspectivas produzidas por historiadores, majoritariamente, paulistas e da USP. É mais significativo ainda desta disputa o fato de serem os historiadores Manolo Florentino e João Fragoso a serem os autores do primeiro artigo que abre a primeira parte do livro, intitulada "Territórios do Historiador", e a decretarem a "crise" da História Econômica". Historiadores com os quais Novais vai estabelecer duras divergências quanto às suas teses acerca do mercado colonial no Brasil, acusando-os de estarem na mesma "linha da historiografia portuguesa" quanto a análise deste tema. Assim, quando Florentino e Fragoso falavam em "crise" da História Econômica não deixava de ser uma fustigada num dos últimos nomes da historiografia uspiana ainda em atividade e que produziam nesta perspectiva. Novais vai ser duramente criticado também pelo fato de ter coordenado e editado a História da Vida Privada no Brasil, mesmo sendo um historiador econômico identificado ao marxismo.

Pontuo estas questões justamente para demonstrar como a crítica historiográfica no Brasil ao longo da década de 1990 estava a serviço de definir o que era a historiografia brasileira profissional, acadêmica e quem a produzia numa perspectiva nacional, assim como dizer quem estava apto a praticá-la. Neste sentido, a discussão que Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas vão propor a partir da publicação de *Domínios da História* perpassa também um campo mais amplo de debates que tem na elaboração dos conceitos de moderno e pós-moderno elementos chave para a avaliação desta produção e, sobretudo, de definição daquilo que ela

estava se tornando. Esta discussão reverbera e se dissemina, nos anos 1990, a partir destes dois guarda-chuvas conceituais. Em outros termos, emerge, neste momento, para o pensamento da crítica historiográfica brasileira os conceitos de “moderno” e “pós-moderno” e, ao longo da década de 1990, eles vão sendo transformados em ferramentas de avaliação e dimensionamento da produção do saber histórico no país. Constituídos como lugares de observação e validação desta produção. Lugares que, para alguns críticos, foram construídos não só como antagônicos, mas acima de tudo como incomunicáveis e irreconciliáveis[157]. Posicionamento este adotado por Ciro Flamarion Cardoso em artigo hoje amplamente conhecido entre a comunidade de historiadores brasileiros – “História e paradigmas rivais” –, e publicado na coletânea em questão, onde ele afirmava:

> Assim, a escolha, neste capitulo inicial de um livro que tem a pretensão de mapear seletivamente o estado atual da disciplina histórica de um modo que se espera será útil aos estudantes, professores e pesquisadores que atuam no setor dos estudos históricos, consiste em adotar, até por razões de economia de espaço, uma perspectiva macro teórica: apresentar a disciplina histórica hoje a partir da oposição entre dois paradigmas polares, chamando-os de “iluminista” e “pós-moderno”, respectivamente. (CARDOSO, 1997, p. 22)

---

[157] Conferir por exemplo as leituras de Ciro Flamarion Cardoso sobre a produção historiográfica nacional. Ver CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion. et VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. _____. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru: Edusc, 2005. Mesmo tendo produzido artigos e ensaios de cunho teórico e de crítica historiográfica antes da década de 1980, a produção de Ciro Flamarion Cardoso dentro deste campo de produção do saber é mais substantiva a partir de finais daquela década, quando ele juntamente com alguns outros historiadores brasileiros como, por exemplo, Francisco Falcon, Estevão de Marins Rezende, Astor Anton Diehl e outros passam a construir uma larga produção com o intuito de explicar o papel da História enquanto disciplina dentro da “crise de paradigmas” supostamente vivido, a partir dos anos 80, pelas ciências humanas, como defende Cardoso no texto “História e paradigmas rivais”. Mas, além disso, parece haver uma tentativa, por parte dos mesmos, de reinserção de determinas perspectivas historiográficas no centro dos debates acadêmicos no período, sobretudo aquelas perspectivas com tendências explicativas totalizantes, com certa inspiração marxista, as quais passam a ser nomeadas de modernas, racionalistas etc., frente às transformações ocorridas no campo da História em nosso país, frente as novas posições de poder daí derivadas. Historiadores como Francisco Falcon e Astor Anton Diehl, também advogam que até meados da década de 1980 a produção historiográfica no Brasil foi dominada por uma historiografia ainda de cunho político e, sobretudo, pelo vento “marxista” que tão bem serviu não só como instrumental teórico, mas como pano de fundo político para crítica e resistência ao Regime Militar (FALCON *In:* CARDOSO *et* VAINFAS, 1999). Ver também os seguintes livros: DIEHL, Astor Antônio. **A matriz da cultura histórica brasileira: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.; _____. **A cultura historiográfica brasileira; década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1999. _____. **A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira (IV)**. Porto Alegre: Evangraf, 1993.

O discurso em torno e sobre os conceitos de moderno e pós-moderno no Brasil parece ter se materializado, atualizado e integrado ao longo da década de 1990 do século XX e na primeira década do XXI também em instituições e espaços de produção do saber histórico, como, por exemplo, nos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado), que em grande medida são atravessados e articulados por este debate e pelas discussões que o orbitam. Debate este que, na fala da maioria dos críticos, em especial na coletânea Domínios da História, aparece mais como dispositivos reguladores da formação destes espaços institucionais do que propriamente como objetos de estudos ou conceitos operatórios na e para a produção historiográfica dos PPGHs naquele período. Os conceitos ou as noções de moderno e pós-moderno vão servir como constrangimentos a esta produção.

É neste sentido que o debate travado por boa parte da crítica historiográfica no país ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000[158] parece ter ficado engessado e se cristalizado em torno daquelas duas rubricas, que ora aparecem como conceitos, ora como objetos, ora como nomeadores de uma época, de um tempo, de uma condição histórica, quando não como delineadores do próprio fazer dos historiadores em nosso país. Ou seja, estes termos aparecem muitas vezes como uma espécie de metadiscurso, como uma metanarrativa fundadora do próprio fazer historiográfico. Como se para fazer história no Brasil, seja do objeto, do tema, do problema que fosse o historiador profissional, acadêmico tivesse de pensar, de mencionar este debate, colocado e estabelecido por parte da crítica historiográfica como uma espécie de condição *sine qua non*, como pertinência fundamental de qualquer trabalho ou pesquisa no campo da História, em especial da história da história no Brasil. A coletânea *Domínios da História* parece ser um dos melhores exemplos deste tipo de abordagem e avaliação do "estado da arte" no país.

Deste debate parece derivar também outras divisões maniqueístas que se tornarão comuns e corriqueiras nos balanços e avaliações feitas acerca da produção do saber histórico no Brasil ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000. Divisões

[158] Cito aqui como exemplos os seguintes trabalhos: REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2007; REIS, José Calos. **Identidades do Brasil:** de Calmon a Bonfim. Rio de Janeiro: FGV, 2006; FICO, Carlos, POLITO, Ronald. **A história no Brasil; elementos para uma avaliação historiográfica.** Ouro Preto: UFOP, 1992. V. 1; DIEHL, Astor Antônio. **A matriz da cultura histórica brasileira: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993a; DIEHL, Astor Antonio. **A cultura historiográfica brasileira; década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1999; DIEHL, Astor Antonio. **A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira (IV)**. Porto Alegre: Evangraf, 1993b.

como História Social/História Cultural, racionalistas/irracionalistas, realistas/nominalistas etc. Estas divisões engessaram, estereotiparam e esterilizaram grande parte do debate que os historiadores travaram sobre o saber histórico produzido no Brasil a partir daquele período. Na verdade ela marca um recrudescimento da crítica para a hisperespecialização; o que consiste, por um lado, num maior refinamento teórico, metodológico e epistemológico da disciplina, mas, por outro, num profundo afastamento dos historiadores e de sua produção de um público e uma audiência mais amplos. O que, certamente, não impediu da produção de narrativas sobre o passado por outros profissionais e disciplinas que viessem atender às demandas deste público não especializado. Pensando com o que nos diz Durval Muniz de Albuquerque Jr., tornou-se:

> Traço constante na crítica historiográfica brasileira... a tendência a estabelecer maniqueísmos, a resumir a pluralidade do campo historiográfico a uma espécie de jogo dual, onde o leitor é conclamado a tomar partido por um dos lados litigantes...Esta crítica passa a operar com categorias genéricas que englobam autores e obras os mais diferenciados como: pós-modernos, conservadores, historiadores culturais versus realistas, racionalistas, de esquerda historiadores sociais, e estabelece que entre elas existem pretensas dicotomias irreconciliáveis, construindo imagens tão simplificadas do campo considerado opositor, que o que temos ao final é mais desconhecimento produzido do que conhecimento. (ALBUQUERQUE JR., *In:* GUIMARÃES, 2006, pp. 193-194).

A defesa destes dois lugares parece ter se tornado um lugar comum na crítica historiográfica brasileira ao longo daquele período, à medida que pouquíssimos críticos procuraram fazer uma discussão mais aprofundada e substantiva, seguindo o exemplo de Albuquerque Jr., sobre estes dois termos. A maioria os toma como naturais, autoexplicativos parecendo esquecer as ponderações do historiador alemão Reinhart Koselleck[159] de que as palavras, os conceitos também têm uma história e que deve ser levada em consideração, principalmente se se for pensar a produção historiográfica, se for fazer a história da história ou estabelecer qualquer tipo de avaliação sobre ela, mesmo que arbitrária. No entanto, a maioria dos críticos historiográficos brasileiros ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000 tomavam

[159] Os trabalhos de Reinhart Koselleck também já eram conhecidos dos historiadores brasileiros do período. A REH e o CPDOC também repercutiram o pensamento do historiador alemão e de sua história dos conceitos. Cf.: KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos conceitos. Problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Nº 10, 1992.

estes dois termos sem maiores problematizações, sem maiores questionamentos, como se eles fossem auto evidentes na e para a nossa produção historiográfica. Pareciam esquecer que as palavras, assim como as coisas, também têm uma história, estão imersas na historicidade que é imanente a toda e qualquer produção humana, inclusive os próprios conceitos, termos, objetos e escritos produzidos e agenciados pelos historiadores. É neste sentido que boa parte deles ainda não fazia história da historiografia, nos moldes que os especialistas concebem hoje.

Como afirma Albuquerque Jr. será através da adoção de epítetos como modernos, pós-modernos, realistas ou veristas, narrativistas ou céticos que a crítica historiográfica nacional, ao tentar pensar o que fazia ou vinha fazendo os historiadores no Brasil ao longo dos anos 1980 e 1990, terminava reduzindo a diversidade de posição presentes na produção dos historiadores profissionais, acadêmicos do período, desconhecendo as singularidades de suas "contribuições" para o campo da prática e do pensamento sobre a história, construindo uma situação artificial de polarização entre suas posições e as posições dos autores contra os quais falam, aos quais muitas vezes, sequer nomeiam e a cujas obras pouco se dão o trabalho de citar e comentar. Este modelo de crítica historiográfica adotava a estratégia, muito presente no discurso jurídico e inquisitorial, de homogeneizar seu alvo, de construir através de um conjunto sumário de traços e posições um sujeito oponente, ao qual se deve vencer através da argumentação, do ataque às suas posições, normalmente bastante resumidas e caricaturadas (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 52). Esse tipo de estratégia parece ter ficado evidente no modo como Hayden White vai ser visto e dito pelos historiadores de ofício, no Brasil, como descrito acima.

Este tipo de posição pode ser observada em historiadores dos mais diversos matizes teóricos, não só entre aqueles que estavam perdendo lugares de poder e de destaque dentro da instituição do saber histórico, como a "velha guarda marxista". Ele pode ser observado também entre aqueles que se diziam os "renovadores" do fazer histórico no Brasil. Um exemplo disso são os trabalhos de balanço e crítica historiográfica produzidos por Margareth Rago. Na virada do século XX ela publica um texto sobre as transformações na "produção do conhecimento histórico no Brasil"[160], onde afirmava:

[160] Este texto havia sido apresentado em 1999 por ocasião de um simpósio sobre Teoria e Metodologia da História realizado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. O livro onde ele foi publicado, *Questões de Teoria e Metodologia da História*,

> Por outro lado, a principal condenação dos estudos foucaultianos veio por *parte de uma historiografia que se colocava no lado oposto*, privilegiando a ação dos sujeitos sociais afirmando sua capacidade transformadora e revolucionária, autorizando-se como única capaz de desvendar objetivamente as complicadas tramas do passado. Nessa perspectiva, entendia-se que o sujeito histórico era apenas determinado pelas dimensões classistas, ele mesmo permanecendo uma unidade racional, superconciente e um pouco acima do universo (RAGO *In*: GUAZZELLI, PETERSEN, SCHMIDT, XAVIER (Orgs.), 2000, p. 43 (Grifos meus)).

Estes aspectos podem ser observados também nas análises historiográficas propostas por Ciro Flamarion Cardoso, como, por exemplo, em passagem do seu livro *Um historiador fala de teoria e metodologia*:

> No mundo "globalizado" em que vivemos, conflitivo e mais heterogêneo do que nunca, a meu ver a insistência exclusiva numa História que exclua visões de conjunto em favor de um interesse exclusivo em microanálises, vivencias e subjetividades se assemelha a atitude que se atribui ao avestruz: tratar de não ver para não ter que tomar partido ou atuar (CARDOSO, 2005, p. 167).

Depreende-se também das análises de Rago e Cardoso outro aspecto que se constituiu como central na crítica historiográfica praticada no período, qual seja: a maioria dos críticos e analistas da produção historiográfica buscava abordar de forma direta e substancial apenas "as contribuições" feitas por aqueles que comungavam da mesma opção teórica e metodológica do crítico em atuação. Neste sentido, as opções e perspectivas opostas eram geralmente silenciadas ou reduzidas a meras simplificações, quando não estereotipadas e denegadas. É como se só houvesse "contribuição", inovação à produção do conhecimento histórico dentro do campo teórico e metodológico encampado e defendido pelo crítico da vez. É como se não houvesse nada de pertinente fora de um campo já estabelecido e colocado muitas vezes como o único possível ou o melhor a ser seguido. E ao que me parece, em nosso país, estas contendas parecem remeter ou derivar da invenção histórica dos lugares de moderno e pós-moderno pela crítica historiográfica produzida no Brasil pós anos 1980, ou melhor, da emergência para o pensamento desta mesma crítica dos

---

é uma compilação, em texto, das falas e discussões ocorridas ao longo do Simpósio. Cf. GUAZZELLI, C.A.B.; PETERSEN, Silvia; SCHMIDT, Benito Bisso, XAVIER, C.L. (Org.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000.

conceitos de moderno e pós-modernos como dispositivos que irão instrumentalizar suas análises e avaliações. Ao colocar este debate numa perspectiva histórica de análise e se perscrutarmos, por exemplo, uma das obras símbolo das modificações sofridas pela produção do conhecimento histórico no país, *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*, de autoria da própria Margareth Rago, publicada em 1985, aquela questão fica mais evidente[161]. Nesta obra, aquelas dicotomias ainda não se faziam presentes de forma tão enfática, muito embora a autora reconhecesse, naquele momento, as diferenças metodológicas existentes entre E. P. Thompson e Michel Foucault – os dois teóricos que viriam a ser elevados, posteriormente, pela crítica historiográfica nacional ao posto de símbolos da oposição destes dois lugares a que vimos nos referindo: o moderno e o pós-moderno, o historiador social e o historiador cultural – ao dizer que:

> Embora situados em campos teóricos e metodológicos diferenciados, Thompson e Foucault chamam a atenção para outros momentos do exercício da dominação burguesa, possibilitando recuperar as práticas políticas não organizadas do proletariado e desfazer o generalizado mito do atraso e do apoliticismo dos libertários (RAGO, 1985, p. 14).

No entanto, naquele momento, estas dissensões teóricas e metodológicas pareciam não impedir a produção do conhecimento histórico, nem muito menos se colocar como uma regra ou um procedimento teórico que obstaculizasse tal feito, em especial na obra em questão. Esta diferença teórica e metodológica – ainda era tratada como diferença e não como oposição, como aponta Edgar Salvadori De Decca no prefácio à obra supracitada[162] – entre as abordagens de Thompson e Foucault

---

[161] Cf. RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1985. Em texto de minha autoria publicado na Revista de Teoria da História, com o título: "A Invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-modernos", eu afirmava o seguinte sobre o uso concomitante de Thompson e Foucault por Rago naquele período, em específico: "ao longo de seu trabalho Rago mescla um vocabulário de forte conotação marxista – proletariado, classes dominantes, dominados, capitalismo, burguesia etc. – com um instrumental teórico e conceitual do que se denomina hoje como "História Social" – experiência, fazer-se da classe operária, cultura operária etc. – a um instrumental da produção historiográfica influenciada por Michel Foucault – poder disciplinar, sociedade disciplinar, estratégia, disciplinarização, mecanismos de controle, vigilância etc. – sem maiores constrangimentos ou problemas. A oposição destes campos, destes lugares ainda não parecia ser, naquele momento, regra, procedimento, fundamento da produção do conhecimento histórico em nosso país." (SANTOS, 2012, p. 142)

[162] Segundo De Decca: "As diferenças de abordagens em se tratando de Thompson e Foucault são significativas. Para o primeiro, as classes trabalhadoras são sujeitos de sua própria história, e por isso, a ênfase dada à questão da *experiência* de classe e do fazer (*making*) de uma cultura de classe. Com os seguidores de Foucault desloca-se significativamente o eixo da experiência e/ou da cultura das classes trabalhadoras, acentuando-se o significado da ação disciplinar de inúmeros agentes

ainda não era um problema para a produção do conhecimento histórico no Brasil, ou pelo menos para quem o avaliava, analisava e experimentava, como já visto na primeira parte desta tese. A oposição destes campos, destes lugares ainda não parecia ser, naquele momento, regra, procedimento, fundamento da produção do conhecimento histórico em nosso país.

Este debate repercutiu e ressoou, também, em discussões centrais para o fazer historiográfico à época tais como a discussão em torno da cientificidade ou não do conhecimento histórico, da relação história/literatura, se o texto do historiador expõe uma verdade do passado ou o ficciona à medida que se utiliza dos mesmos *tropos* linguísticos também usados pelos literatos, etc., como vimos um pouco mais acima a partir do debate estabelecido entre o modelo Chartier e a imagem que este constrói sobre Hayden White e sua forma de conceber a história. No seio destas discussões encontra-se e ressoa aqueles enunciados, polarizando estes debates a partir do estabelecimento da oposição moderno/pós-moderno e seus derivados. Isto fez com que estas discussões vigorosas e profícuas ao fazer historiográfico fossem estabelecidas de forma partidarizada, em que só se poderia estar de um lado ou de outro, sem possibilidades de comunicação, de diálogo entre ambos. Este tipo de atitude levou boa parte da crítica historiográfica brasileira a fazer também uma análise partidarizada da produção historiográfica feita no Brasil a época. Critica esta que na maioria das vezes, independendo do lugar teórico a que se filiava, terminava por fazer uma crítica adjetivista e judicativa àqueles a quem julgavam serem seus opositores e contendores quando não inimigos a serem silenciados em nome de um suposto saber mais justo, mais verdadeiro, mais real, mais científico. Ao analisar este tipo de crítica historiográfica Albuquerque Jr fazia a seguinte ponderação:

> Em grande medida, as análises que se fazem das obras ou de dadas correntes historiográficas não são feitas em termos substantivos, isto é não estabelecem um diálogo com os conceitos, com os pressupostos, com a metodologia que estruturam as obras analisadas, não dialogam com o pensamento do autor ou com as conclusões a que chegou em sua pesquisa, mas procuram desqualificar a obra ou o autor brandindo contra ele meia dúzia de adjetivos, que pretensamente o localizam no debate historiográfico e avaliam o valor de sua contribuição. Termos como pós-modernos, conservadores,

---

sociais na produção do cotidiano e da identidade dos trabalhadores, através da criação de instituições basilares da sociedade, tais como a família nuclear, a escola e a fábrica." Cf. DE DECCA, Edgar Salvadori. Prefácio. *In*: RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1985. p. III. (Grifos no original).

> idealistas, populistas, ideológicos, irracionalistas, narrativistas, reacionários, de direita, perspectivistas, ultrapassados, marxistas, realistas, racionalistas são brandidos, como se fossem auto evidentes ou se houvesse consenso sobre seus significados, sendo usados, portanto como meras pechas desqualificadoras que, ao invés de instaurarem o debate, o desestimulam de saída. (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 192)

Tais críticos procuravam falar como sacerdotes, como juízes ou até mesmo "inquisidores", colocando-se como defensores do sacrossanto lugar de cientificidade da produção do conhecimento histórico. Julgavam defender um campo do saber que pensam ser somente deles, mas que na verdade não lhes pertenciam ou que nunca os pertenceu; julgavam combater em nome deste lugar e de sua cientificidade quando, na verdade, pareciam mais combater em nome de seus próprios interesses e privilégios concedidos pelas posições que ocupa(va)m dentro da geografia disciplinar do saber histórico no Brasil. Este tipo de crítica, como afirma o historiador Sérgio Campos Gonçalves:

> É autêntica representante da compreensão generalizada que os historiadores têm da questão. De tão disseminada essa compreensão acerca do que é e de quais são os desdobramentos da problemática pós-moderna e da *linguistic turn*, para bem ou para mal, criou-se, entre os historiadores, uma comunidade de sentido em que todos se entendem, na qual percebem e reagem à questão da mesma maneira ou de forma bastante semelhante, como se compartilhassem o mesmo aquário (GONÇALVES, 2012, p. 194).

Ela vai aparecer não só em comentadores, mas também em historiadores que se arvoravam discutir a produção historiográfica nacional, do ponto de vista da história da história. É neste sentido, por exemplo, que se direciona boa parte da produção de crítica historiográfica de Jurandir Malerba, sobretudo àquela produzida nos anos 1990 e boa parte dos anos 2000[163]. Como afirma Sérgio Campos Gonçalves,

---

[163] Remeto aos seguintes textos: MALERBA, Jurandir. As Representações numa abordagem transdisciplinar: um problema indócil, porém melhor equacionado. In: _____.; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Orgs.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000, pp. 269-288.; _____. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. **Textos de História**, Brasília, Vol. 10, Nº1-2, 2002, pp. 181-214.; _____. Em Busca de Um Conceito de Historiografia - Elementos para uma Discussão. **Varia História**. Belo Horizonte, Vol. 17, 2003. pp. 23-56. _____. Teoria e História da Historiografia. *In*: _____. (Org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 11-26.; _____. Apresentação. *In*: _____. (Org.). **A escrita da história:** teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 7-10.; _____. A História e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico. **Locus.** Juiz de Fora, Vol. 12, 2007, pp. 41-78.; _____. História, memória, historiografia: algumas considerações sobre

em resenha sobre o livro *Ensaios: teoria, história e ciências sociais* de Jurandir Malerba, publicada na Revista de História da Historiografia:

> No pósguerra, segundo Peter Novick (1988, p. 522-572), já não existiria mais o consenso da ampla comunidade de discurso formada por estudiosos unidos por interesses, propósitos e padrões comuns no qual se baseou a disciplina da história até o início da década de 1960. Pois, a partir de então, teriam reinado o ceticismo diante da promessa iluminista de progresso e a crise cognitiva do historicismo, devido à historicização e à relativização do próprio conhecimento, da qual a ansiedade generalizada da comunidade acadêmica seria sintomática. É nesse campo de batalha em que Jurandir Malerba cava sua trincheira, de onde é franco-atirador contra a dita história pós-moderna, a qual se ampararia, notadamente, na teoria da linguagem e na negação do realismo. (GONÇALVES, 2012, p. 188)

A análise da obra de Malerba feita por Gonçalves procura seguir numa perspectiva bem próxima àquela esposada por Albuquerque Jr. À medida que faz uma abordagem substantiva da obra dele, problematizando-a a partir dos conceitos de "comunidade de discurso" e "comunidade de sentido", tomados de empréstimo ao historiador americano Peter Novick, afirmando que a discussão encetada por Malerba procurava discutir, sobretudo, as implicações da pós-modernidade no fazer historiográfico produzido no Brasil nas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000 e "a crítica à concepção de história narrativista e suas implicações acerca da objetividade do ofício do historiador". Ou seja, que "Malerba cava sua trincheira, de onde é franco-atirador contra a dita história pós-moderna, a qual se ampararia, notadamente, na teoria da linguagem e na negação do realismo". Desta forma, Gonçalves aponta como a produção de Malerba se filia a uma prática da crítica historiográfica no Brasil que toma as discussões em torno da *linguistic turn*, da pós-modernidade, do narrativismo, da relação história e literatura como questões assentes na comunidade historiográfica do país, o que segundo Gonçalves:

> Na visão de Malerba (2006, p. 13-14), esse "cenário intelectual" se fundamentaria em dois postulados da teoria do conhecimento pós-moderna: na tese da negação da realidade e na teoria da linguagem. A primeira, a tese do antirrealismo epistemológico, sustentaria "que o passado não pode ser objeto do conhecimento histórico ou, mais especificamente, que o passado não é e não pode ser o referente das

---

história normativa e cognitiva no Brasil. *In*: _____.; AGUIRRE R., C. A. (Orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007, pp. 351-370.; _____. **Ensaios**: teoria, história & ciências sociais. Londrina: EDUEL, 2011. 233 p.

> afirmações e representações históricas". A segunda, a tese do narrativismo, conferiria aos "imperativos da linguagem e aos tropos ou figuras do discurso, inerentes a seu estatuto linguístico, a prioridade na criação das narrativas históricas", com isso, em essência, não haveria diferença entre a narrativa do ficcionista e a do historiador, já que ambas "seriam constituídas pela linguagem e igualmente submetidas às suas regras na prática da retórica e da construção das narrativas". Fundada no antirrealismo histórico e no narrativismo, a prática da escrita da história pós-moderna colocou em xeque "a objetividade do conhecimento histórico e, consequentemente, os limites estruturais da verdade e de seus enunciados". (GONÇALVES, 2012, p. 191)

Neste sentido, Malerba faria parte de uma comunidade de sentido que colocaria estas questões de forma naturalizada e assente, posicionando-se frente a elas muito mais em função destes sentidos e significados partilhados pela comunidade de historiadores em torno daquelas questões do que propriamente a partir de um enfrentamento conceitual e da historicização de tais práticas e discursos no cenário da historiografia produzida no país ao longo, sobretudo, dos anos 1990 e parte dos 2000. Fazendo com que, de acordo com Gonçalves, o historiador:

> De modo geral, parece captar essas questões da filosofia de forma bastante singular, entre apropriações acertadas e errôneas. Ao se sentir afetado pelos desdobramentos da problemática pós-moderna, frequentemente, o historiador entra em debates e toma posições (tanto prós quanto contras) despertando um olhar indulgente do filósofo, seja ao confundir as noções de discurso e de ideologia, como faz Jenkins (2001), seja ao afirmar que há uma "exorbitação da linguagem" responsável por uma ruptura entre conhecimento e verdade e por uma negação da realidade, como faz Malerba; acreditar que há antirrealismo, por exemplo, na compreensão foucaultiana acerca da forma como o discurso de certa época constrói determinadas verdades é partir, desde o início, de pressupostos equivocados, pois não se discute se o mundo real (concreto) realmente existe e se os fatos que nele ocorrem são positivos, mas se trata de pensar o mundo inteligível, socialmente construído e compartilhado.
>
> Isso não significa, no entanto, que a leitura de Malerba sobre a problemática pós-moderna e suas correlativas preocupações profissionais seja ilegítima e desprovida de valor. Ao contrário, ela é autêntica representante da compreensão generalizada que os historiadores têm da questão. De tão disseminada essa compreensão acerca do que é e de quais são os desdobramentos da problemática pós-moderna e da *linguistic turn*, para bem ou para mal, criou-se, entre os historiadores, uma comunidade de sentido em que todos se entendem, na qual percebem e reagem à questão da mesma maneira ou de forma bastante semelhante, como se compartilhassem o mesmo aquário; um aquário diferente dos filósofos. Por isso, ainda que talvez os *Ensaios* de Malerba não despertem o fascínio do filósofo, o livro tem méritos inquestionáveis por oferecer uma proposição original de

> solução e de enfrentamento que, dentro do aquário do historiador, faz completo sentido e representa uma proposta teórico metodológica plausível. (GONÇALVES,2012, p. 08)

Neste sentido, os trabalhos de crítica historiográfica com os quais estou discutindo aqui neste tópico são exemplos de como procedeu a grande maioria dos críticos historiográficos no Brasil quando buscaram avaliar, analisar e pensar a produção que passavam a nomear como “historiografia brasileira”. Os procedimentos de análise acima descritos serviram para balizar e contornar um dado discurso em torno da discussão da cientificidade ou não do saber histórico. Ou seja, se a história é ou não um saber com validade científica, se ela, enquanto disciplina, é ou não ciência, e uma ciência capaz de produzir um discurso verdadeiro sobre o “Real”. Neste sentido, o debate foi colocado também como se se encontrasse polarizado entre os “modernos” e os “pós-modernos”, o que significou, na maioria das vezes, muito mais um embate por posições intelectuais e de poder dentro da nova configuração da geografia disciplinar da história no Brasil do que realmente uma discussão para a ampliação do campo de possibilidades práticas e discursivas do fazer historiográfico no país, em especial de sua crítica. Ao longo dos anos 1990 a posição de crítico historiográfico foi, quase sempre, evocada para reagir ou defender uma dada posição no interior da disciplina, buscando reiterar antigas posições institucionais e políticas dentro da instituição de saber que passava a formatar a identidade do historiador no Brasil, ou seja, os programas de pós-graduação em história. Nesse ínterim, se reivindicava, muitas vezes, um estatuto de ciência para a disciplina que em muito já havia sido abandonado pelas próprias ciências ditas “duras”. Um exemplo deste tipo de posicionamento são as avaliações e análises feitas por Ciro Flamarion Cardoso, desdobrada por ele a partir dos *Ensaios Racionalistas* e que ele retomará, com poucas alterações, em suas obras de crítica historiográfica posteriores. Isso fica claro em um de seus últimos livros lançados, sob o título *Um Historiador fala de teoria e metodologia*, no qual ele retoma e tenta ampliar parte das discussões feitas nos *Ensaios*. Ele vai diz o seguinte:

> A verdade, entretanto, é que certas lutas precisam ser empreendidas uma e outra vez, empregando as armas que cada época põe a disposição dos críticos das posições anti-realistas. Estas últimas e o realismo epistemológico continuarão a ter de enfrentar-se, simplesmente por que não há como provar que alguma das alternativas em combate seja certa ou errada. No máximo é possível

> dizer, com Mario Bunge, que a ciência *pressupõe* o realismo epistemológico; mas certamente não o prova, o que abre uma brecha suficiente àqueles que preferem acreditar que a busca da verdade se situe além das possibilidades dos seres humanos. (CARDOSO, 2005, pp. 56-57)

Na esteira de Cardoso, alguns críticos historiográficos do país chegam a reivindicar para a disciplina os mesmos conceitos, categorias e práticas analíticas da ciência do século XVIII e XIX. Lutavam ainda por um certo ideal de objetividade, de imparcialidade, de verificabilidade da verdade do passado, de prova que até mesmo as “ciências duras” já haviam abandonado desde o início do século XX. Lutavam por uma pureza científica do campo na mesma medida em que tentavam esquecer que ele é atravessado, mediatizado, constituído no e pelo campo da linguagem, da narrativa. Que a produção do historiador não é o produto de um olhar objetivo, imparcial, mas, pelo contrário, que ela é em grande medida produto da parcialidade de quem olha, da relação subjetiva que os pesquisadores estabelecem com seus “objetos de estudo”. Pareciam querer esquecer que o próprio objeto com que trabalham é um constructo social que só existe para o pensamento na sua relação com o “sujeito do conhecimento”. Lições estas apre(e)ndidas pelas “ciências duras” há algum tempo e que boa parte da crítica historiográfica produzida ao longo dos anos 1990 e início dos 2000 se recusava a apre(e)nder. O que acredito, em grande medida, se devia ao fato desta produção estar imersa e submetida a este debate purista, maniqueísta onde só se pode ser ou isso ou aquilo, ou moderno ou pós-moderno, ou cientista ou artista, ou racionalista ou irracionalista, ou realista ou “antirrealista”. Essa crítica historiográfica ao se deixar submergir neste debate do “ou isso ou aquilo” terminava por silenciar a relação agônica da história enquanto disciplina e dos historiadores como seus artesãos com um dado lugar e um tempo. Buscava toma-los, o lugar de sua produção, e o tempo ou o regime de historicidade com o qual entrava em relação como blocos monolíticos, homogêneos, pensados, quase sempre, a partir de um ideal de cientificidade e a partir de virtudes epistêmicas típicos do regime moderno de historicidade, sobretudo em seus estágios mais amadurecidos, àquele dos séculos XVIII e XIX.

Esta discussão repercutiu também, e de forma bem significativa, nas relações possíveis de serem estabelecidas entre a história e a literatura. Não só do ponto de vista da escrita do texto historiográfico e dos *tropos* linguísticos utilizados pelos historiadores para urdidura de suas narrativas, mas, sobretudo, no que tange

ao estatuto deste texto. Colocando em outros termos, se ao escrever, ao construir sua narrativa o historiador estaria ficcionando o passado ou representando-o em sua "realidade"? Nestes termos, na visão de boa parte de nossa crítica historiográfica, o debate em nosso país parece ter assumido também um caráter dual e maniqueísta no qual, supostamente, os ditos modernos defendem o uso da literatura apenas como testemunho histórico (como prova documental) recusando veementemente qualquer outro tipo de aproximação com este campo do saber. Por outro lado, os que são nomeados de pós-modernos seriam aqueles que aceitam a ficcionalização do saber histórico como uma das características da produção historiográfica. Ou seja, os pós-modernos seriam aqueles que admitem abertamente que ao construir suas narrativas o historiador estaria ficcionando, inventado o passado nos mesmos moldes que o literato produz, escreve suas obras.

Portanto, neste debate enredado por boa parte da crítica historiográfica produzida no país ao longo dos anos 1990, a produção do conhecimento histórico estaria cindida entre realidade e ficção, representação e invenção, estabelecendo assim uma "descontinuidade profunda" entre narrativa e realidade, texto e o "real lá fora" ou o "mundo social real", como sugere Cardoso:

> As teorias que afirmam a descontinuidade entre narrativa e realidade argumentam com frequência que a organização do texto em forma de relato impõe aos fatos a que se refere uma estrutura cuja forma é a de uma narrativa com começo, meio e fim – estrutura que procede do fato de narrar, não dos próprios fatos vividos no mundo real. A narrativa não passa de produto de uma construção do imaginário (da "imaginação histórica", diz Hayden White); não tem qualquer veracidade, mesmo quando apoiada em fontes, pois não se trata de uma questão de documentação: tratar-se-ia de uma descontinuidade profunda […] Se acreditarmos nas reconstruções narrativas, transformar-nos-emos em prisioneiros de um mito. A narrativa simplifica […] e estrutura as coisas, mas isto nada tem a ver com o real, não o representa adequadamente. Trata-se de uma característica do texto, de um efeito textual: pertence unicamente aos textos, não à realidade. (CARDOSO, 2005, pp. 64-65)

A produção historiográfica no Brasil, sempre pensada de forma homogênea, estaria assim não só dividida, mas submetida à lógica destes dois lugares, ao tropos purista que cada um dos lados contendores busca encampar e defender. De um lado os historiadores sociais (modernos, racionalistas, realistas, representacionistas, objetivistas, defensores da verdade histórica) e de outro os

historiadores culturais (pós-modernos, irracionalistas, nominalistas, céticos, partidários da ficção, da invenção, subjetivistas, relativistas, antirrealistas). Portanto, é desta forma que a elaboração dos termos “moderno” e “pós-moderno”, seus derivados e desdobramentos pós década de 1980, foram transformados em modelos de avaliação e validação da produção do saber histórico no país, atuando muitas vezes na definição de suas regras, dos seus procedimentos e das pertinências dos debates, dos temas, dos objetos possíveis de serem estabelecidos e estudados pelo que se nomeava de historiografia brasileira profissional, acadêmica. Ou pelo menos é isso que quer fazer crer determinados críticos historiográficos brasileiros, para quem não se podia falar de “historiografia brasileira” sem se mencionar, discutir, debater aqueles dois termos, conceitos, condições históricas, períodos ou seja lá como são tratados, dada a miscelânea de pontos de vistas e a imprecisão, estereotipização e superficialidade na abordagem daquilo que se vulgarizou e naturalizou como a relação modernidade/pós-modernidade e/ou moderno/pós-moderno no país, ao longo dos anos 1990 e parte dos 2000.

7 A REVISTA ANOS 90 E A ESPECIALIZAÇÃO DE UMA ÁREA DE DISCUSSÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO: pensando a teoria e a metodologia da história como área de pesquisa no Brasil

Retomo agora esta discussão a partir da Revista Anos 90. Criada pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, a Anos 90 foi uma das primeiras, senão a primeira revista especializada do país, com forte inserção entre os pares e que se dedicou a pensar, desde o primeiro número, a teoria e a metodologia da história como uma área de pesquisa fundamental da produção do conhecimento histórico. Isto se deve ao fato do PPGH da UFRGS ser um dos poucos no país à época, senão o único, a contar com uma linha de pesquisa inteiramente voltada para esta área do saber histórico. Criada em 1993, a revista circula pela primeira vez com um número dedicado a pensar as "tendências recentes da historiografia", resultado de um Seminário realizado pela linha de pesquisa sobre teoria e metodologia do PPGH daquela universidade. Como historiadores convidados e que tiveram seus textos publicados na Revista compareceram José Murilo de Carvalho, que publica um artigo sobre "A nova historiografia e o imaginário da República" em que além de advogar em torno da possibilidade de abordar temas tradicionais da história política a partir da perspectiva do imaginário, ele vai traçar uma visão extremamente positiva da "nova história" afirmando o seguinte:

> Mas há um inegável elemento democrático na nova postura. O caminho da história é feito no próprio caminhar. O papel do intelectual não é, nesta visão, o de ditar regras, de apontar direções, porque não há certezas sobre direções. O papel do intelectual é o de abrir, não o de fechar debate, é o de desvendar perspectivas, escancarar janelas, problematizar (CARVALHO, 1993, p. 15)

O texto de Carvalho vai indicar também uma série de virtudes epistêmicas que pareciam se impor aos "novos historiadores" como elementos incontornáveis do seu fazer e do tipo de historiografia que estavam produzindo. Além do "elemento democrático" referido pelo autor na passagem acima, o que já indica uma certa postura política em relação àqueles que acusavam esta modalidade de escrita da história de conservadora e reacionária, Carvalho aponta na direção de uma postura mais aberta dos historiadores, pensado por ele como intelectuais que ao invés de fechar o debate, tinham como papel o de fomentá-lo, de abri-lo ou reabri-lo, de problematizar o que estava posto e possibilitar novas interpretações sobre o passado.

E mais adiante, em sua argumentação, Carvalho se torna mais enfático ao se contrapor aos detratores da “nova historiografia”:

> Para muitos historiadores não simpáticos à nova historiografia, trata-se apenas de literatura, tanto pela fluidez de conceitos como pela falta de rigor como são tratadas as fontes. Não tenho tempo para entrar aqui na discussão sobre as relações entre história e literatura. Digo apenas que para mim elas se distinguem especialmente pelo tipo de evidência e de demonstração. A história do imaginário, ou das mentalidades, não pode prescindir de uma cuidadosa seleção e tratamento de evidências. A variedade de fontes que ela permite utilizar deve ser oportunidade de enriquecimento de análise e não de seu afrouxamento (CARVALHO, 1993, p. 19)

Se por um lado Carvalho esposa uma postura democrática como virtude, por outro ele não parece abrir mão do rigor no trato com as “evidências”, por mais que considere que “a história do imaginário, ou das mentalidades” opte por uma “maior fluidez de conceitos”. Isso, em seu modo de ver, não faz desta modalidade de escrita da história uma forma de literatura ou reduziria sua narrativa a um romance histórico, dado que a história e os historiadores trabalhariam com tipos “de evidência e de demonstração” diferentes. Portanto, não havia, para Carvalho, qualquer motivo para o estabelecimento de uma visão pessimista sobre a “nova historiografia” e muito menos contra os procedimentos e virtudes epistêmicas por ela esposados. Muito embora ele não explicite e muito menos cite os seus interlocutores quando faz esta defesa da história do imaginário, parece claro que ele está se referindo a todo o debate que mapeei acima. Digo isto, pois, Carvalho era professor, naquele período, do Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ e, certamente, estava ciente de todo o debate acontecido nas instituições produtoras de conhecimento histórico naquele estado e das querelas entre “modernos” e “pós-modernos”, “racionalistas” e “irracionalistas” e como, no início dos anos 1990, este debate era fomentado a partir desta relação entre história e literatura e, sobretudo, pela recepção das primeiras discussões acerca do *linguistic turn* no Brasil. Aliás este texto de Carvalho é contemporâneo da vinda de White e Chartier ao Brasil e do debate travado no evento de comemoração dos 20 anos do CPDOC, acontecido no Rio de Janeiro

Mas para além disso o texto de Carvalho é bastante significativo de como novas virtudes epistêmicas vão aparecendo para compor a identidade do historiador profissional neste período, assim como para definir a “boa historiografia” brasileira a partir de então:

> Permanece, no entanto, margem irredutível de arbítrio. Aqui entra a imaginação histórica. A qualidade do produto final dependerá da combinação de evidências com imaginação. Quem for mais cuidadoso no levantamento de evidências e mais criativo em sua interpretação terá melhores condições de convencer. Boa historiografia, a meu ver é isto: capacidade de convencimento dentro das regras da disciplina (CARVALHO, 1993, p. 19)

Carvalho finaliza convocando mais algumas virtudes epistêmicas que não estavam no horizonte de expectativas da maioria dos historiadores de sua geração, mas que no alvorecer dos anos 1990 vão dar o tom da produção historiadora no Brasil, sobretudo, ao travar um debate contra àquelas posturas historiográficas que Margareth Rago nomeou como sendo "parte de uma historiografia que se colocava no lado oposto". A imaginação histórica passa a ser uma virtude epistêmica central para estes historiadores juntamente com a criatividade, que somadas produziriam a capacidade de convencimento necessária para o historiador produzir uma "boa historiografia". Imaginação, criatividade, capacidade de convencimento são virtudes com forte carga subjetiva e que destoam um pouco de outras virtudes epistêmicas como, por exemplo, cientificidade, rigor, método, objetividade. Parece claro que Carvalho não só defende, mas estipula todo um conjunto de novas virtudes que definiriam o fazer-se do historiador assim como o produto deste ofício, a escrita da história[164].

Para ele a "boa historiografia" consistia justamente no amalgama "da capacidade de convencimento", produto da imaginação historiadora e de sua criatividade, com as "regras da disciplina", ou seja, o rigor no trato com as evidências. É um deslocamento sensível em relação às virtudes esposadas pela maioria dos críticos historiográficos com os quais discutimos acima, sobretudo em relação a Ciro Flamarion Cardoso, Michel Zaidan, Emília Viotti da Costa, Carlos Fico e Ronaldo Polito, Jurandir Malerba e o próprio Francisco Falcon. Isto explicita uma vez mis a disputa pela definição da identidade do historiador, ou desta persona acadêmica, que estava sendo reelaborada ao longo dos anos 1990 e da própria noção de historiografia

[164] Para um estudo mais aprofundado sobre as virtudes epistêmicas esposadas pelos historiadores profissionais, acadêmicos no Brasil entre os anos de 1980 e 1990 ver a tese de João Munhoz Ohara, "Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)", defendida em 2017. Cf. OHARA, João Rodolfo Munhoz. **Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)**. Tese de Doutorado. UNESP: Assis – SP, 2017.

brasileira, entendida cada vez mais como o produto do ofício do historiador, ou seja, como a escrita da história e seu processo de fabricação em um dado tempo e lugar.

Há neste primeiro número da Revista Anos 90 a publicação de outro texto, preservado o seu formato de conferência, muito significativo e que buscava dar conta de outra modalidade de escrita da história no Brasil que emergia dos anos 1980 como uma tendência historiográfica de forte repercussão nos programas de pós-graduação do país. Falo aqui do texto/conferência da historiadora da UNICAMP, Margareth Rago que tem como título “As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea”[165]. Neste texto a autora vai defender “a importância que este filósofo exerceu nos meios acadêmicos, em particular entre os historiadores”. E escolhe como modelo de narrativa a produção de um balanço historiográfico elaborado a partir do que “mais ou menos” a autora “conhecia produzido em história com uma marca forte do filósofo” (RAGO, 1993, p. 121). Portanto, as escolhas da autora para o balanço além de pessoais são impressionistas, fruto da sua experiência e “das polêmicas acirradas que aconteciam na UNICAMP”. É em “função dessa produção historiográfica” que a autora vai se posicionar ao longo de todo o balanço. O que ela tenta compensar com o seguinte alerta aos ouvintes/leitores logo no início de sua fala/texto:

> Temo que o meu texto se remeta demais a São Paulo, à produção da UNICAMP e da USP. No Rio de Janeiro há também muitos trabalhos, mas eu me omiti de mencioná-los por que muitos são desdobramentos de outros estudos e assim é mais interessante me referir a uma matriz ou a um trabalho pioneiro. (RAGO, 1993, p. 122)

Contudo, o alerta de Rago indicia muito mais uma postura bastante excludente, arbitrária e a construção de uma estratégia narrativa bastante comum a crítica historiográfica do período, sobretudo quando se tratava de falar em nome da “historiografia brasileira”: o embotamento ou o silenciamento das vozes em contrário e o diálogo apenas com os pares com os quais se concordava ou com aquele outro genérico que serviria de antítese para justificar a superioridade das abordagens com as quais se estava comungando. A passagem acima é simbólica deste procedimento.

---

[165] Cf. RAGO, Margareth. As Marcas da Pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Vol. 1, Nº.1, 1993, pp. 121-143. Esse mesmo texto/conferência vai ser publicado na Revista Resgate da UNICAMP, com uma pequena alteração no título, Cf. RAGO, Margareth. As Marcas da Pantera: Foucault para historiadores. **REVISTA RESGATE**. Campinas – SP, Vol. 1, Nº.5, 1993, pp. 128-147.

Rago não só silencia toda uma historiografia produzida em outros programas de pós-graduação do país, como desqualifica de saída a produção realizada no Rio de Janeiro, por exemplo. Ao afirmar que para ela “é mais interessante me referir a uma matriz ou a um trabalho pioneiro”. Ou seja, para a autora é indubitável que a UNICAMP e a USP são a matriz e o *locus* pioneiro não só da apropriação do pensamento de Michel Foucault no Brasil, como a matriz daquilo que ela chama no título de sua fala/texto de “historiografia brasileira contemporânea”. Se havia trabalhos inspirados ou que apropriavam o pensamento de Michel Foucault no Rio de Janeiro estes poderiam muito bem ser omitidos, pois em nada fariam falta para caracterizar a “historiografia brasileira”, pois desdobramentos da matriz, dos trabalhos pioneiros realizados em São Paulo, notadamente na UNICAMP e na USP. Na fala/texto de Rago São Paulo é a locomotiva da historiografia brasileira. Dito isto, sem nenhum pudor ou rubor, imagino eu, Rago segue em seu balanço elencando aquilo que ela acredita ser os três momentos da apropriação de Foucault no Brasil. Significativamente estes momentos de apropriação não seguem uma ordem cronológica ou não são pensados por ela a partir de uma abordagem diacrônica, mas de uma perspectiva temática recortada pela autora de acordo com uma leitura canônica da obra do filósofo francês. Segundo ela estes três momentos seriam marcados, primeiro pelo “privilegiamento da *concepção de poder*”, o segundo remeteria “à *eliminação do sujeito* enquanto agente histórico” e, por fim, aos “*modos de subjetivação e seus processos diferenciados*” (RAGO, 1993, p. 122).

A partir destes três momentos Rago vai elencar e convocar uma série de intelectuais e historiadores brasileiros que ela julga serem pioneiros no trato da historiografia a partir do pensamento do filósofo francês. Não é coincidência que a maioria deles façam parte do departamento de história ao qual ela pertencia, a exemplo de Maria Stella Bresciani, Edgard De Decca, Maria Clementina Pereira da Cunha, Alcir Lenharo, a própria Margareth Rago e um historiador até então ainda pouco conhecido, Durval Muniz de Albuquerque Jr., mas que vinha produzindo substantivamente no campo da teoria e metodologia da história, sobretudo a partir da apropriação e uso do pensamento de Michel Foucault[166]. Esse elenco de historiadores

[166] Margareth Rago apresenta Durval Muniz de Albuquerque Jr. da seguinte forma: “recentemente, um doutorando da UNICAMP, professor da Universidade Federal da Paraíba, fez um trabalho excelente comparando “*O queijo e os vermes”* de Carlo Ginzburg com *Pierre Rivière* de Foucault (Durval M. de Albuquerque Jr. “Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio, *Revista de Cultura Resgate*, Campinas, Ed. Papirus, nº 2, 1991). É um artigo onde ele trabalhou mais a questão de como

elaborado por Rago significava a convocação de uma rede intelectual que possibilitava a autora falar em nome de um nós que representaria não só o departamento de história da UNICAMP ou a historiografia produzida em São Paulo, mas, sobretudo, reivindicar o lugar autorizado de falar em nome da "historiografia brasileira contemporânea", tomada em perspectiva nacional. Neste sentido, o uso do adjetivo "contemporânea" é bastante significativo, pois indicia que Rago não estava falando de qualquer modalidade de produção historiadora, ela falava do que havia supostamente de mais pioneiro em termos de historiografia brasileira profissional, acadêmica, ela falava de um suposto lugar de vanguarda desta produção. Daquele lugar que havia possibilitado a outros historiadores como ela romperem com um passado de formação "marxista":

> Uma grande dificuldade que nós temos para conhecer o "pensamento diferencial" é exatamente a formação de vinte anos no interior do marxismo, quer dizer, nós que fizemos a faculdade no final dos anos 60 tivemos muito fortemente esta orientação e tomar contato com essa "filosofia da diferença" significa um trabalho de desmontagem muito grande. Muitos colegas realmente se recusam, conscientemente, porque acham que já está muito tarde para investigar em um novo campo conceitual (RAGO, 1993, p. 126)

Rago mais uma vez toma sua experiência de formação e a generaliza, a partir da evocação de um nós, que aparece, como diz Certeau, como aquela primeira pessoa do plural que a autorizaria falar em nome de todos os historiadores brasileiros do período. A experiência de formação a que Rago se remete dificilmente pode ser transposta para outros lugares de formação dos historiadores profissionais no país. Há, mais recentemente, toda uma produção sobre os cursos de pós-graduação em história no Brasil, como já indicado anteriormente, que apontam para histórias e percursos formativos totalmente distintos destas impressões generalizadas por Rago. Mas no momento que ela pronuncia/escreve esta fala/texto o sentido requerido ou o efeito que ela queria produzir era totalmente outro. Rago se insinuava como sujeito historiador que capitaneava um novo modo de escrever história no Brasil, que começava a ser nomeado de História Cultural e que, portanto, ela buscava estabelecer os marcos e as marcas de distinção com os demais modos de escrever

---

referências conceituais diferentes produziam resultados também diferentes porque os dois estão trabalhando com camponeses no século XVI que foram silenciados. Durval mostra como Ginzburg acaba enquadrando o discurso de Menocchio ao torna-lo representante de uma classe...Já Foucault não se preocupa em enquadrar Rivière numa grade conceitual que o explique (RAGO, 1993, p. 138).

história no país. Para tanto, ela vai usar sua trajetória como ponto de partida para elaborar esta diferenciação, ao tomar a aproximação entre Thompson e Foucault ocorrida nos anos 1980 e o posterior distanciamento que começa a ser operado na virada para os anos 1990, como um dos exemplos deste processo de distinção. Diz ela:

> Menos brutal foi a aproximação do filósofo com os historiadores marxistas ingleses, como Thompson, e ai me refiro a mim mesma porque fiz essa aproximação. Ao mesmo tempo que me deslumbrava com Foucault, eu me fascinava com Thompson e ficava num dilema muito grande por não saber de qual dos dois gostava mais. Mas naquela época, estávamos ainda tomando contato com estes autores e a questão não estava colocada de uma maneira tão precisa como hoje. Não foi só eu que fiz este casamento, porém concordo que são casamentos impossíveis. (RAGO, 1993, p. 133)

Como apontei em outros momentos desta tese, o casamento de Thompson e Foucault tanto não era tão impossível assim, como foi realizado por diversas vezes, inclusive pela própria Margareth Rago. E a meu ver isto não decorria de uma maior incompreensão teórica e metodológica a respeito das posturas historiográficas esposadas por Foucault e Thompson, como evidenciamos a partir da fala de De Deca no prefácio ao livro *Do cabaré ao lar*. Mas se tratava naquele momento de uma outra estratégia de enfrentamento no interior da constituição da geografia do saber histórico no Brasil, ou seja, tratava-se, como Albuquerque Jr. apontou, de uma disputa com a "velha guarda marxista", sobretudo no interior da historiografia paulista (ALBUQUERQUE JR., 2006) (RAMOS, 2015) e as disputas por posições políticas e institucionais no interior destes departamentos. Contudo, Rago vai atribuir ao distanciamento ou ao rompimento do casamento entre o filósofo francês e o historiador inglês a uma tomada de consciência epistemológica ocorrida entre os historiadores brasileiros a partir de finais dos anos 1980 e início dos anos 1990:

> Muito mais do que uma mudança de objeto, acredito eu, trata-se de uma mudança enorme de campo epistemológico, de referenciais teóricas dificilmente compatíveis entre si. Fazendo a crítica ao marxismo, os "filósofos da diferença", entre os quais Foucault e Deleuze, se não postulam uma metodologia e uma filosofia da história, não podem ser apropriados no interior de um sistema conceitual tão acabado quanto o marxismo. Noções como sentido da história, necessidade do processo histórico, para não falar em leis imanentes ao desenvolvimento social, realidade objetiva ou concreta, desvelamento/desvendamento das aparências ou do véu da ideologia

> para se chegar a essência verdadeira, história totalizante, síntese das múltiplas determinações, infraestrutura econômica e superestrutura cultural, reflexo do nível ideológico, entre outros, são conceitos absolutamente descartados. Impossível, portanto, utilizar apenas o conceito de poder no interior daquele pensamento, já que este próprio conceito supõe a crítica dos conceitos de ideologia, essência, verdade objetiva, real, etc. (RAGO, 1993, p. 135)

Se pegarmos esta passagem e fizermos um pequeno recuo no tempo, até meados da década de 1980, e observarmos a obra que faz Margareth Rago despontar como historiadora de renome entre os pares, *Do cabaré ao lar*, veremos que o diálogo estabelecido por Rago é com ela mesma, com seu próprio percurso de formação enquanto historiadora profissional. Como vimos no tópico anterior, Rago fez todos estes usos, apropriações e aproximações que neste texto ela denuncia como impossíveis. O texto tem um tom de mea culpa. No entanto, ela generaliza este tom para toda a historiografia brasileira, que por ingenuidade teórica e epistemológica havia, supostamente, casado pares por demais contrários. Fruto de um deslumbramento adolescente, talvez. Mas aquilo que Rago nomeia como "historiografia brasileira contemporânea", na qual ela se inseria como figura de proa, havia, em sua visão, tornado-se epistemologicamente madura o suficiente para não cometer mais tais equívocos[167]. Rago, contudo, em nenhum momento de seu trabalho

[167] Dois anos depois da publicação deste texto na Revista Anos 90, em 1995, Margareth Rago publica outro texto na Revista Tempo Social da USP que intitulou "O efeito-Foucault na historiografia brasileira" no qual retoma a mesma discussão do texto anterior, só que superdimensionando ainda mais o impacto ou o "efeito-Foucault" na "historiografia brasileira", que mais uma vez é resumida a produção de poucos historiadores ligados diretamente ao departamento de história da UNICAMP. Neste texto ela vai descrever este efeito da seguinte maneira: "de um minuto para o outro, todas as nossas frágeis, desgastadas, mas reconfortantes seguranças haviam sido radicalmente abaladas por uma teoria que deslocava o intelectual dos seus espaços e funções orgânicas, questionando radicalmente seus próprios instrumentos de trabalho e modos de operação. O efeito de tão avassaladora crítica provocou reações diferenciadas: de um lado, levou alguns a se refugiarem na garantia da existência da "realidade objetiva" e na atuação transformadora dos sujeitos históricos, buscando respaldo na revitalização do marxismo, em curso no período. Lembremos que, nesse momento, E. P. Thompson estourava nas paradas de sucesso historiográfico, abrindo novas perspectivas para a "história social", traduzido e difundido por todo o mundo (cf. Thompson, 1987 e, Decca, 1981). Outros procuraram, mais ou menos timidamente, acercarem-se das concepções de Foucault, tentando entender de onde vinham e para onde apontavam. Confusamente mesclavam as discussões sobre positividade do poder com a realidade das classes sociais e a constituição de sujeitos históricos. De qualquer maneira, de um lado ou de outro, os historiadores não puderam sair incólumes ao "furação Foucault" e, assim como até mesmo os anti-marxistas tiveram em algum momento de suas vidas de incorporar conceitos como classes sociais, infra-estrutura sócio-econômica (sic) e relações de produção, os historiadores anti-foucaultianos não puderam prescindir das noções de discurso, poder disciplinar, genealogia e sobretudo da contundente crítica à ideia da transparência da linguagem" (RAGO, 1995, pp. 69-70). Há, muito claramente, numa diferença de pouco mais de dois anos de um texto para o outro, um deslocamento sensível na abordagem. Neste texto em especifico há o silenciamento quase que por completo do casamento feito entre Thompson e Foucault, inclusive pela própria Rago, nos anos 1980. Só restou a oposição entre ambos. A memória

de crítica historiográfica nomeia os interlocutores do “campo oposto” contra os quais está falando e com quem pretende dialogar. Seu outro é um genérico eles ou “alguns historiadores”, ou tão somente “os marxistas”. Portanto, do ponto de vista do procedimento da crítica historiográfica e do balanço que se propõe a fazer da “historiografia brasileira”, Rago em nada se diferencia das estratégias esposadas por Ciro Flamarion Cardoso, Emília Viotti da Costa e Michel Zaidan. Ela apenas muda a chave da perspectiva teórica com a qual quer concordar e evidenciar como sendo central para definição do ofício do historiador no Brasil.

Este debate vai ganhar contornos mais enfáticos, nos anos seguintes, nas páginas da própria revista Anos 90, em especial a partir de alguns textos publicados pelos historiadores Silvia Petersen e Carlos Fico ao longo da década de 1990. Comecemos pelos textos de Petersen. Em 1995 ela publica um texto intitulado “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira”. Este artigo havia sido fruto de um trabalho apresentado no Seminário “Vinte anos do Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP”, realizado cerca de um ano antes da publicação do texto na Anos 90, em agosto de 1994. Aqui é preciso marcar muito bem o lugar e o momento onde este texto foi enunciado pela primeira vez para que se possa explicitar o seu simbolismo e como ele carregava, naquele exato momento, um viés político muito forte, e se fazia como arma de combate contra determinadas posturas acadêmicas e intelectuais. Ou como afirmava sua autora “uma contribuição que decorre do ângulo de onde observo a produção acadêmica sobre a história dos trabalhadores brasileiros e que é um ângulo fora do eixo Rio-São Paulo” (PETERSEN, 1995, p. 129). A partir desta perspectiva de observação Petersen evidenciava o aspecto problemático daquilo que alguns historiadores, sobretudo os ligados às instituições acadêmicas de São Paulo e Rio de Janeiro, nomeavam de “historiografia brasileira”. Neste sentido a fala de Petersen é ainda mais corajosa e impactante porque ela faz esta denúncia em um evento comemorativo realizado na UNICAMP, uma das instituições em que seus historiadores mais reivindicavam falar em nome do

---

que Rago constrói sobre a historiografia brasileira além de seletiva parecia atender a um projeto e estratégia política de sua rede intelectual para o saber histórico no país, em que o departamento de história da UNICAMP se colocava não só como matriz de renovação da historiografia brasileira, mas seus historiadores como figuras de proa a conduzir este processo, como sujeitos pioneiros, portanto. Neste interim, nada mais significativo que silenciar ou apagar, como Rago faz, aquele passado dúbio e incômodo que está no nascedouro desta “matriz pioneira”.

nacional, como visto anteriormente na fala de Margareth Rago. Petersen, devolvia, no mesmo nível e tom, a provocação feita por Rago em sua fala na UFRGS.

Petersen faz um recorte em torno da história operária brasileira para pensar e questionar se esta "poderia alcançar um outro patamar analítico se houvesse a articulação dos resultados das pesquisas regionais (entenda-se por regional, muito simplesmente, a história construída nos limites dos estados da federação)" sem que se nomeasse, de partida, a produção realizada em alguns estados, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo, como sendo nacionais; e estende, ao mesmo tempo, esse questionamento às outras temáticas (re)visitadas pela historiografia no Brasil, naquele período. Ela vai explicitar este questionamento da seguinte maneira:

> A pesquisa acadêmica sobre história operária brasileira se originou em São Paulo e Rio de Janeiro e não é preciso explicar as razões deste fato.
> No entanto, houve uma tendência dos autores estenderem ao "Brasil" o que na verdade correspondeu ao centro do país. Em outras palavras, o que era também um estudo regional (embora indubitavelmente da região política e economicamente hegemônica) ganhou uma dimensão nacional ou global. Rio de Janeiro e São Paulo foram constituídos como "centros definidores de sentido" para a história operária do Brasil (PETERSEN, 1995, p. 130)

Petersen questionava, portanto, fazer do centro política e economicamente hegemônico no país também o "centro definidor de sentido" daquilo que seria a historiografia brasileira. Problematizava o fato dos historiadores destes estados, mesmo produzindo histórias regionais, estenderem os resultados de suas pesquisas para todo o Brasil, como se o nacional, o país fosse um decalque ou uma extensão de seu centro político. Petersen vai questionar, a partir do Rio Grande do Sul e do Programa de Pós-Graduação da UFRGS, portanto, a partir das margens da configuração geográfica e política do país, esta suposta centralidade do Rio e de São Paulo também no que se referia a produção historiográfica no Brasil. O que ela dizia era muito óbvio, simples e ao mesmo tempo muito forte: Rio e São Paulo não são o Brasil, não podem em termos de produção do conhecimento histórico, seja das classes trabalhadoras, operárias ou de qualquer outro tema, falar em nome do nacional, se arvorar o direito de dizer-se exclusivamente como "história do Brasil". A historiografia brasileira e a "História do Brasil" não se resumem ao Rio de Janeiro e São Paulo. Dizer isto num evento na UNICAMP, em 1994, quando as instituições

paulistas formavam em nível de doutorado[168] boa parte dos historiadores brasileiros tinha um significado muito importante e pode ser visto como uma resposta ao próprio texto de Margareth Rago, enunciado um ano antes, em 1993, num Seminário promovido pelo PPGH da UFRGS, e que faz da experiência da UNICAMP e da sua recepção a Foucault uma experiência dita como nacional, como de toda a "historiografia brasileira". Apesar de não citar diretamente os trabalhos de Margareth Rago é muito provável que Petersen a tivesse como interlocutora privilegiada, uma vez que a história operária, dos trabalhadores, dos anarquistas de São Paulo era naquele momento um dos objetos de estudo da historiadora da UNICAMP.

Mas além disso, Petersen chama atenção para outro aspecto desta discussão. A disputa em torno do nacional e a assunção das mesmas hierarquias que configuravam a geografia política e econômica do país não se fazia apenas em função de um posição arbitrária dos historiadores do Rio e de São Paulo que além se se assumirem como nacionais generalizavam os resultados de suas pesquisas para todo o Brasil, mas, também, pela subjetivação por parte de historiadores formados em outros centros e programas de pós-graduação desse lugar periférico, menor, inferior, o lugar do regional pensado como decalque do nacional. Diz Petersen:

> Assim, as pesquisas acadêmicas sobre o movimento operário no Rio Grande do Sul, que aparecem nos anos 70, também tiveram por horizonte o que aconteceu no centro do país, tomado como padrão. Há uma preocupação correta em buscar referências nas regiões política e economicamente hegemônicas, mas estes trabalhos tiveram via de regra o viés de fazer aproximações na ausência de investigações mais precisas, de transferir explicações para suprir lacunas na investigação local.
> Por parte dos próprios autores locais, certas tentativas de incorporação das contribuições ou características de fatos e situações fora do "centro" são formas inconscientes de reafirmar a dominação e as exclusões. Nestes casos, o regional é incorporado reafirmando seus status de periferia e inferioridade.
> Tal perspectiva foi particularmente empobrecedora da história local; os trabalhos regionais ficaram muito condicionados por modelos externos. Encontramos trabalhos que pretendiam escrever a história dos trabalhadores ao nível regional, mas após breves considerações teóricas limitavam-se praticamente a descobrir no estudo local os

[168] Me parece ser outro elemento bastante significativo para compreensão da crítica feita por Silvia Petersen a centralidade paulista e fluminense e, de certo modo, às instituições formadoras de historiadores naqueles estados o fato de sua formação ter ocorrido fora do país. Ela fez seu mestrado (1977) e doutorado (1983) em Estudos Latinoamericanos de História na Universidad Nacional Autónoma do México – UNAM, respectivamente sob a orientação de Leopoldo Zea e Ignacio Sosa Alvarez. Cf. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787956J1 Acessado em 13 de julho 2017, às 16:59 h.

> “equivalentes” à história dos trabalhadores de São Paulo. Assumiram assim uma visão estereotipada do nacional, ignoraram a identidade local e realizaram análises genéricas com escasso valor para entender matrizes regionais (PETERSEN, 1995, p. 132).

Petersen não era voz solitária, naquele período, a fazer a denúncia e problematização da reprodução das mesmas hierarquias políticas e econômicas que configuravam e reproduziam a geografia política do país nos territórios de Clio. Sua fala ecoava outros questionamentos que também punham em cheque esta definição arbitrária do nacional e daquilo que estava sendo nomeado como historiografia brasileira, a partir do Rio de Janeiro e de São Paulo. Outro historiador, Durval Muniz de Albuquerque Jr., que naquele período terminava de concluir seu doutorado na UNICAMP, mas que lecionava da UFPB, *campus* Campina Grande, no interior da Paraíba também fazia questionamento semelhante ao de Petersen em sua tese de doutorado, defendida em 1994, e intitulada *O Engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes*. Na introdução da tese, Albuquerque Jr. afirmava:

> A operação historiográfica deve se constituir também desta volta crítica sobre si mesma. A história regional não faz esse questionamento do lugar de produção do saber historiográfico. Os historiadores que trabalham com essa perspectiva, aceitam participar da divisão entre história nacional (História do Brasil) e história regional (História do Nordeste), que além de significarem o estabelecimento de lugares hierarquicamente diferenciados no campo historiográfico, se conectam e reproduzem as relações desiguais de poder entre as diferentes áreas do país; reproduzem uma subordinação, no campo acadêmico, que diz da própria subordinação do espaço que representam a nível nacional.
> Ao se colocarem como historiadores regionais, eles estariam reconhecendo sua incapacidade de fazer História do Brasil ou o caráter limitado desta produção? Por que os historiadores paulistas e, em menor número, os historiadores cariocas podem fazer história nacional e os das outras áreas apenas “História Regional”? Continuamos presos, assim a uma hierarquia de saberes e de espaços que que se definiu no início do século. Não é se colocando como vítimas do “imperialismo paulista” ou reivindicando também o direito de fazer História do Brasil, que romperemos com o lugar que foi reservado para nós historiadores de outras áreas do país, nesta configuração de saber-poder. Não é também proliferando o número de “histórias regionais”, sempre que determinado grupo de historiadores se sentir marginalizado no campo historiográfico, que conseguiremos romper com esta posição de inferioridade no campo historiográfico, mas sim se negando a ocupar estes lugares, questionando-os, e reivindicando o direito de apenas produzir saber em história, sem mais adjetivos. (ALBUQUERQUE JR., 1994, p. 12)

São duas falas bastante contundentes que questionavam esta suposta centralidade de São Paulo e do Rio de Janeiro na definição daquilo que era o nacional. Partindo de concepções distintas, tanto Petersen quanto Albuquerque Jr. punham em xeque a definição da historiografia brasileira construída a partir dos centros políticos e econômicos hegemônicos. Para eles tais hierarquias deveriam ser questionadas tanto neste plano político e econômico e, sobretudo, no plano da produção do saber histórico. Ambos entendiam que assumir tais posições acriticamente ou sem questionamentos implicava compactuar com as evidentes deformidades e desigualdades existentes entre as diversas regiões do país. Que advogar "um paradigma unitário com base restrita não passa[va] de um 'efeito de poder' em face à incontestável heterogeneidade da sociedade brasileira" (PETERSEN, 1995, p. 133).

Há um outro fator que articula e se coloca como condição de possibilidade para a fala de ambos. Eles falam das margens. Sua perspectiva de análise traz um olhar estrangeiro, portanto, diverso daquele esposado pelos historiadores paulistas e, em menor grau, cariocas. É este olhar de fora, das margens, estrangeiro que falta, por exemplo, nas publicações da RBH desde sua fundação até, pelo menos, meados dos anos 2000. Quando ela foi completamente hegemonizada pela historiografia paulista e esta discussão acerca do que era a historiografia brasileira não havia sido pautada ou estabelecida. Neste sentido, o papel que as revistas Estudos Históricos e Anos 90 vão prestar para relativizar e problematizar o tipo de construção produzida pela RBH é de suma importância, uma vez que elas apontam para outras possibilidades de se pensar o ofício do historiador, a formação deste sujeito e os diversos lugares possíveis de o fazê-lo e, sobretudo, as diversas modalidades de se escrever a história no Brasil. Possibilitando com isto uma configuração mais plural da geografia disciplinar e da memória disciplinar que conformavam a historiografia brasileira naquele período.

Além disso, o debate trazido por Petersen e Albuquerque Jr. é notadamente substantivo. Pois discutem os fundamentos teóricos e metodológicos do fazer histórico, questionam o lugar social de produção e a legitimidade das instituições de saber que o possibilitam para se arvorarem o direito de dizer o que é o nacional e o regional, de pensar a historiografia brasileira a partir destes termos e destas hierarquias espacializantes e excludentes. Neste mesmo número em que Petersen publica esta crítica à centralidade paulista e carioca no dizer ou no dizer-se nacional, outro conhecido crítico historiográfico, Carlos Fico, vai publicar outro balanço a partir da sua experiência de pesquisa no CNRH. O título do texto é bem expressivo destas

disputas interinstitucionais que perpassam a configuração da geografia disciplinar do saber histórico no Brasil ao longo dos anos 1990[169]: “Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil”. Além disso ele aponta para uma mudança de posicionamento de Carlos Fico em relação a seu trabalho publicado em 1992 (FICO e POLITO, 1992). No sentido de que sua posição no interior deste debate parece se coadunar cada vez mais com alguns argumentos esposados por Ciro Flamarion Cardoso e algumas leituras marxistas sobre a “renovação” da historiografia brasileira. A leitura de Fico também se aproximará bastante das avalições de Silvia Petersen, a quem cita e referencia em quase todos os artigos produzidos por ele ao longo deste período, como um dos modelos de crítica e avaliação historiográficas ponderadas produzidas no Brasil naquele momento. No artigo em questão, os argumentos retomados por Fico são bem próximos aos destes dois outros críticos, o que indicia senão a formação de uma rede intelectual, mas a produção de uma comunidade de sentido e de discurso, como disse Sergio Campos Gonçalves em resenha já discutida aqui, que sustenta uma dada maneira de avaliar a produção do saber histórico no Brasil. Vejamos um dos argumentos esposados por Fico e como ele se aproxima ou reproduz os modelos de crítica dos historiadores mencionados:

> Creio que o quadro vivenciado na esfera da produção expressa um certo perfil da comunidade nacional de historiadores que, como em outros países, articula-se intensamente com os meios de comunicação de massa e com o mercado editorial e, assim, interage, sobretudo respondendo positivamente, com as demandas suscitadas por este contexto. Jornais e editoras exigem vendas. A história não está imune a isto e, na verdade, é uma das Ciências Sociais que mais tem conseguido suscitar interesse público. Ora, esta interação tem vantagens e desvantagens. Se, por um lado, vários historiadores têm assumido o controle de coleções editoriais e a história tem se tornado interessante para uma boa parcela do público letrado, por outro é

[169] Carlos Fico e Ronald Polito produzirão ao longo dos anos 1990 vários artigos que visavam discutir e avaliar a produção historiográfica no Brasil daquele período, tomando sempre por base as teses esposadas no livro a “História no Brasil” e tentando adequá-las às modificações sofridas pela produção historiadora no país ao longo desta década. Cabe destacar aqui alguns artigos: “Brasil: historiografia nos anos 80”, publicado em 1992 na LPH - Revista de História ligada a UFOP e ao CNRH. O artigo “A historiografia brasileira nos últimos 20 anos; tentativa de avaliação crítica”, publicado em 1994 na Revista Varia História. O artigo “Teses e Dissertações de História Defendidas em 1995” publicado na Revista Estudos Históricos, em 1996. Cf. FICO, Carlos, POLITO, Ronald. Teses e dissertações de história defendidas em 1995. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 9, Nº 17, 1996, pp. 167-176. _____. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica. **Outros Olhares**, Campinas, Vol. 1, Nº.1, 1996, pp. 75-84. _____. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica. **Varia História**, Belo Horizonte, Nº 13, 1994, pp. 147-163. _____. Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Nº 2, 1994, pp. 111-126. _____. Brasil: historiografia nos anos 80. **LPH - REVISTA DE HISTORIA**. Mariana, Vol. 3, Nº.1, 1992, pp. 295-302.

> inegável que demandas pelo exótico, pelo escabroso, pelo sexual, etc. podem induzir a uma comercialização" das sistemáticas de escolhas de temas de pesquisa. Além do mais, a aproximação entre a esfera da repercussão e a da produção torna mais difícil o refinamento técnico, metodológico e teórico-conceitual que é indispensável ao conhecimento científico e que, na maioria das vezes, não é compatível com o senso e a linguagem comuns (FICO, 1995, pp. 114-115)

Este argumento de Fico resume uma das principais críticas que Cardoso, Zaidan, Viotti e Petersen[170] faziam aos "novos historiadores" e a "nova história" ao longo dos anos 1980 e início dos anos 1990. Mas para além disso explicita este caráter de rede intelectual que começa a se formar em torno das definições de crítica historiografia e da própria área como um lugar privilegiado de disputas, de tentativas de validação e normatização do próprio saber histórico no Brasil[171]. A partir de meados dos anos 1990 parece ficar cada vez mais claro para estes historiadores a necessidade de formação de dados grupos intelectuais que pudessem se contrapor com mais veemência e mais força contra os "centros produtores de sentido" daquilo que nomeavam como historiografia brasileira, pensada sempre como produzida a partir de um centro que servia como força centrifuga e centrípeta para a escrita da história dita como nacional. Ao longo dos anos 1990 estes historiadores, procurando

---

[170] Penso aqui no texto de Silvia Petersen publicado em 1992 na LPH – Revista de História, à época editada por Carlos Fico, com o título "Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do 'novo' e a crítica ao racionalismo". Neste texto Petersen vai dizer: "a crítica à historiografia tradicional se revelou frequentemente frutuosa e a explosão que provocou em todas as direções de pesquisas constituiu uma verdadeira revisão quanto a maneira de vislumbrar o objeto da história, mas deixou questões teóricas de fundo em suspenso. E não é com uma mudança da gama de objetos, com acrobacias de linguagem ou com quilos de papel vendidos que se mede a vitalidade de uma disciplina. Ela se mede pelos avanços realizados no domínio do conhecimento e para isso segue válido o axioma 'sem teoria não há história'" (PETERSEN, 1992, p. 112)

[171] Estou pensando o conceito de rede intelectual a partir de Amor Arelis Hernández Penaloza, conforme ele discute no texto "Las redes intelectuales como mecanismos que permiten la constitución de lateoría y crítica literária", publicado na revista Anos 90, onde ele afirma: "En cuanto redes intelectuales, debemos entender que son redes sociales que nos hacen pensar que el mundo es un tejido, donde todo está entrelazado, pero además al ser intelectuales quienes conforman la red, debemos suponer: '[…] la existencia de contactos profesionales durante um período de años entre un conjunto de personas que se reconocen como pares y que de manera consciente utilizan estos contactos para promover algún tipo de actividad profesional que puede ser: circulación de la información, difusión de su trabajo, organización de equipos, creación de revistas o instituciones y hasta defensa de intereses corporativos (DEVÉS VALDÉS, 2004, p. 338)'... la noción de red especialmente útil que vamos a tener en cuenta, para nuestro trabajo, es aquella donde se entrelazan los estudiosos (académicos), con un medio importante de circulación de ideas: Los encuentros o reuniones científi cas (congresos, jornadas, seminarios, coloquios, etc.), espacio donde se permite conocer nuevos conceptos, informar de nuevos métodos de trabajo, intercambiar experiencias de investigación, estableciendo una red activa de intelectuales que promueve y consolida el conocimiento sobre un tema específico.". (PENALOZA, 2013, p. 94-95). Cf. PENALOZA, Amor Arelis Hernández. Las redes intelectuales como mecanismos que permiten la constitución de lateoría y crítica literaria. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Vol. 20, Nº 37, 2013, pp. 93-114.

cada vez mais assumir a posição de críticos historiográficos, vão se citando e se remetendo, fortalecendo os argumentos um dos outros, num jogo recíproco de transferência de autoridade. E ao fazerem isso, seja de forma consciente ou não, encarceram a escrita da história dentro dos muros da academia. Com a esfera da produção se sobrepondo cada vez mais sobre a da repercussão e circulação. A busca pelo “refinamento técnico, metodológico e teórico-conceitual” que garantisse a cientificidade do conhecimento histórico fez com que os historiadores profissionais fossem se distanciando cada vez mais, ao longo dos anos seguintes, do diálogo com públicos e audiências mais amplas, sobretudo, não acadêmicas.

Se por um lado a historiografia no Brasil tendeu a uma maior profissionalização e especialização, por outro isso não significou a conquista de uma maior legitimidade social para além dos pares ou dos especialistas das Ciências Sociais. E neste sentido, os trabalhos de Fico são exemplares, pois em todos ele aponta para o perigo de duas questões que julga nodais: primeiro, os perigos advindos da esfera da repercussão e o canto da sereia da “comercialização” do conhecimento histórico; segundo, o alerta quanto a aproximação perigosa entre narrativa histórica e narrativa de ficção e a consequente necessidade de se criar mecanismos de controle rigorosos sobre as fontes, de melhorar cada vez mais os aspectos técnicos e metodológicos que garantissem a preservação do estatuto de veracidade do discurso histórico. Ou seja, para ele “a moderna história no Brasil busca[va] atingir este duplo alvo: a utilização de instrumentos e conceitos atuais definidos pelo debate histórico internacional e sua inserção na sociedade brasileira, onde a história se repropõe a perguntar sobre sua serventia” (FICO, 1995, p. 117). Mesmo que esta pergunta não conseguisse transcender os muros da academia ou se recusasse a querer ouvir as vozes que vinham de fora, como sugere Carlos Fico alertando os historiadores brasileiros a não ouvirem ou se deixarem seduzir pelo canto da sereia. Me parece que grande parte dos historiadores tamparam seus ouvidos com cera, deixando com isso uma vaga para que outros profissionais como jornalistas, literatos, romancistas, novelistas, produtores culturais e, mais recentemente, até youtubers ocupassem esse espaço e passassem a produzir conteúdo e narrativas sobre o passado atendendo as demandas e aos encantos de públicos e audiências cada vez mais ciosas por história.

Isto aconteceu devido a emergência deste processo de hisperespecialização e refinamento epistemológico da área, ou seja, a partir de

meados dos anos 1990 uma questão se insinuou como incontornável[172] para o pensamento historiográfico produzido no Brasil, qual seja: as discussões em torno do estatuto do documento e seu uso como indício veritativo daquilo que aconteceu, ou seja, do passado como aquilo que foi, ou para usar uma expressão cara a Roland Barthes, a multiplicação dos efeitos de real no texto historiográfico se constituíram numa das principais problemáticas de boa parte dos estudos acerca de como se escreve a história. Neste contexto, as discussões em torno do estatuto do documento em História se sofisticaram de uma maneira tal que se tornou praticamente impossível ao público não especializado acompanhar o nível do debate. Além disso, fez desta exigência um imperativo do meio, ficando grande parte dos historiadores profissionais, acadêmicos obrigados ou constrangidos a discutir o que é uma fonte histórica, como a concebe, a problematizar qual o estatuto teórico e metodológico que a constrói e a inscreve com certa validade no campo da prova em história, quais foram os critérios, as regras que presidiram o seu arquivamento, etc., etc. e como tudo isto implica no trabalho que iriam fazer ou estavam fazendo. Se, por um lado, esta sofisticação teórica e metodológica em torno do estatuto do documento e seu uso como indício veritativo não tem permitido mais ao historiador ter uma postura indulgente ou ingênua diante do documento, pensando que ele reflete o passado tal qual aconteceu, ou sequer pensá-lo como um texto capaz de dizer o real em sua totalidade e complexidade, independente da origem de sua produção; por outro, ao promover a radicalização da crítica interna e externa iniciada pelos metódicos e que passava a insinuar uma discussão de ordem epistemológica acerca do que é o documento em história e das condições de produção daquilo que Barthes chamou de ilusão referencial[173], afastou os historiadores profissionais do grande público e da esfera da circulação e repercussão do saber histórico para outras audiências, uma das dimensões que garante legitimidade social a este saber e que possibilitava ao historiador apresentar algumas resposta para a questão, sempre fundamental, para que serve a história? Sem que as respostas recaiam no fim em si mesmo da pesquisa pela pesquisa.

---

[172] Dou aqui a este termo o mesmo significado que Paul Veyne o atribui no livro *Foucault: o pensamento, a pessoa*, qual seja: “aquilo que nos enche a vista de outra coisa e torna impossível ir noutra direção: incontornável, é o discurso que nos força a viver no nosso tempo. Contra-senso revelador, de resto, da cegueira do senso comum”. (VEYNE, 2009, pp. 31-32).

[173] Cf. BARTHES, Roland. “Parte IV: Da História ao Real”. *In*: **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2012. pp. 163-200.

No entanto, esta discussão não pode ser dissociada de outra, um tanto quanto mais ampla, mas não menos importante e fundamental para o fazer historiográfico no Brasil, qual seja: a que estabelece, como afirmava Paul Ricoeur, que a história é escrita do início ao fim da operação historiográfica. Ou seja, esta sofisticação teórica e metodológica acerca do estatuto do documento tem de ser entendida no bojo desta discussão maior, que desde Michel de Certeau, possibilitou aos historiadores tomarem uma consciência cada vez maior de que, ao fim e ao cabo, escrevem. E é desta tomada de consciência que parece derivar, senão todas, mas, ao menos, boa parte das incertezas e inquietações dos historiadores brasileiros ao longo dos anos 1990. Em um texto publicado no ano de 1998, na Revista Catarinense de História, significativamente intitulado “Repensando os domínios de Clio: as angustias e ansiedades de uma disciplina o historiador Manoel Salgado Guimarães descrevia este cenário da seguinte maneira:

> Neste final de milênio que se aproxima, parece voz corrente a constatação de vivermos uma certa “crise” da disciplina histórica. Curiosamente esta constatação pode ser feita justamente com uma segunda, que também diz respeito ao exercício do ofício do historiador: de disciplina secundária nos meios de comunicação, parece que recentemente os historiadores têm ganho espaço na mídia e no mercado editorial, ainda que a situação esteja longe de se constituir num “mar de rosas”. Mesmo para o caso do Brasil essa situação tem se alterado ao longo das últimas décadas, particularmente no que diz respeito a uma maior institucionalização da disciplina (o crescimento dos cursos de pós-graduação, por exemplo, é um elemento central deste processo de um campo de saber entre nós) e sua presença na mídia...Estamos, portanto, diante de uma curiosa tensão: o diagnóstico de uma crise da ciência histórica ao lado de uma demanda por explicações históricas por parte de um público (GUIMARÃES, 1998, pp. 05-06).

Além desta realidade mais imediata os historiadores brasileiros profissionais, acadêmicos se defrontavam com outro processo de tomada de consciência, tardio é verdade, principalmente se considerado e comparado com outros países e realidades, que é o encontro com o fato de que escrevem, de que o produto de seu fazer é muito mais uma escrita, um texto que o passado tornado presente. Ou como vai dizer Roger Chartier:

> Os historiadores sabem bem hoje em dia que também são produtores de textos. A escritura da história, mesmo a mais quantitativa, mesmo a mais estrutural, pertence ao gênero da narrativa, com o qual

> compartilha as categorias fundamentais. Narrativas de ficção e narrativas de história têm em comum uma mesma maneira de fazer agir seus "personagens", uma mesma maneira de construir a temporalidade, uma mesma concepção de causalidade. (CHARTIER, 2002, p. 14)

Mas foi justamente a emergência desta consciência que colocou algumas questões fundamentais para os historiadores brasileiros e para a historiografia por eles produzida, principalmente no tocante às tentativas de construir barreiras a interpenetração da narrativa puramente ficcional (entendida muitas vezes como a literatura romanesca) na narrativa histórica[174]. Neste sentido, o redimensionamento do estatuto do documento e os usos que a historiografia vai fazer dele, parece tornar-se regra fundamental para boa parte do fazer historiográfico no país daquele período em diante. Ou ao menos era isso que críticos historiográficos como Fico e Petersen advogavam e colocavam como horizonte de expectativas para os historiadores brasileiros[175]. Fico vai finalizar o artigo publicado na Revista anos 90 da seguinte maneira:

---

[174] Roger Chartier no livro "A História ou a leitura do tempo" assim estabelece a diferença entre história e ficção: "Entre história e ficção, a distinção parece clara e resolvida se se aceita que, em todas as suas formas (míticas, literárias, metafóricas), a ficção é 'um discurso que 'informa' do real, mas não pretende representá-lo nem abonar-se nele', enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é" (CHARTIER, 2010, p. 24). É nestes termos que vamos nos referir a narrativa de ficção, imaginária ou imaginada ou aos vários termos correlatos que são utilizados por Chartier quando formos voltar a esta discussão ao longo deste texto, sempre pontuado que Chartier parte de um dado lugar, como explicitado anteriormente neste tese, para pensar a relação entre história e ficção. Cf. CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

[175] Os textos de Fico referidos acima trazem, em todos eles, não só o mapeamento ou uma tentativa de diagnóstico do "estado da arte" no Brasil, mas apontam para os possíveis horizontes de expectativa da disciplina, explicitado o caráter prescritivo de como eles pensava a crítica historiográfica. Cito aqui apenas um destes exemplos, recortado de seu artigo publicado na Revista Varia História no ano de 1994. Dizia Fico: "uma tentativa de balanço dos caminhos da história no Brasil nos últimos vinte anos sugere alguns traços que, em maior ou menor grau, interferem nas perspectivas que possamos apontar para o futuro próximo, com todos os riscos que um objetivo desse implica" (FICO, 1994, p. 162). Os textos de Petersen que se dedicam a pensar estas questões também apontam na mesma direção e tentam controlar a imprevisibilidade do futuro do conhecimento histórico, ao tentar delinear, possíveis caminhos por onde os historiadores brasileiros poderiam seguir. Neste sentido, o texto mais emblemático é o que ela publica na Revista Anos 90 com o título "Dez hipóteses (e algumas conjecturas) para o conhecimento histórico no próximo milênio", publicado em 1999. Cf. PETERSEN, Silvia. O pensamento histórico brasileiro: relações com as vertentes europeias e americanas, tendências teóricas e temáticas recentes. **História em Revista**. Pelotas, Vol. 9, 2003, pp. 7-43. _____. Alguns comentários sobre a história do conhecimento histórico. **Organon**, Porto Alegre - RS, Vol. 16, Nº 32-33, 2002, pp. 203-217. _____. Dez hipóteses e algumas conjeturas sobre o conhecimento histórico no próximo milênio. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Vol. 12, 1999, pp. 42-58. _____. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Vol. 8, 1997, pp. 62-78. _____. Linhas de pesquisa e as dissertações/teses nos programas de pós-graduação em História: algumas idéias para discussão. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Vol. 6, 1996, pp. 154-164.; _____. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Vol. 3, 1995,

> As pretensões de verdade inerentes às narrativas históricas dependem quase que integralmente de uma crítica rigorosa destas fontes, sob pena de se construir uma narrativa ingênua, acrítica, verossímil mas falsa. Esta questão, penso eu, assume especial importância quando se percebe – é o que me parece – que os trabalhos históricos que privilegiam a dimensão narrativa e que se amparam nos procedimentos técnicos e metodológicos deste campo irão produzir em larga escala nos próximos anos no Brasil (FICO, 1995, p. 124)

Desta maneia ele procurava prescrever ou direcionar os possíveis usos que a historiografia produzida no país pudesse vir fazer dos documentos, dos procedimentos e das técnicas de manejo e redimensionamento espacial e temporal dos mesmos. Estes procedimentos técnicos e metodológicos vão ser colocados por ele, mas também por Petersen, como uma das marcas, uma das regras a diferenciar a narrativa historiográfica da narrativa puramente ficcional. No entanto, isto ainda não parecia ser garantia, por si só, de um conhecimento verdadeiro sobre, como diz Paul Ricoeur, aquilo “que um dia foi” e que não é mais. Pois, apesar dos historiadores terem perdido muito de sua ingenuidade e de suas ilusões “agora sabem que o respeito às regras e às operações próprias à sua disciplina é uma condição necessária, mas não suficiente, para estabelecer a história como um saber específico” (CHARTIER, 2002, p. 15). Esta parecia ser uma questão fundamental colocada para a historiografia brasileira do século passado e no início deste milênio, e que Roger Chartier, um dos principais interlocutores estrangeiros dos críticos historiográficos brasileiros, estabelecia, naquele momento, da seguinte maneira:

> Quais são os critérios graças aos quais um discurso histórico, que é sempre um conhecimento sobre traços e indícios, pode ser considerado como uma reconstrução válida e explicativa (em todo caso, mais válida e explicativa que outras) da realidade passada que ele constitui como seu objeto? (CHARTIER, 2002, p. 17)

Recuperando, desta maneira, mais uma vez Michel de Certeau e sua operação historiográfica e antecipando em alguns anos a discussão que Ricoeur iria estabelecer em *Memória, História e Esquecimento*, Chartier se posicionava mais uma

---

pp. 129-153.; _____. Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do novo e a crítica ao racionalismo. **LPH – Revista de História**. Mariana, Vol. 3, Nº 1, 1992, pp. 108-126.

vez contra as posturas que, segundo ele, tentavam dissolver o estatuto do conhecimento histórico no mesmo caldo de mais uma expressão, dentre outras, do que ele chama de “invenção ficcional” ou “histórias imaginadas” ou “imaginárias”. E para isto advogava que o conhecimento histórico seria sustentado e comandado por “uma intenção e por um princípio de verdade, que o passado que ela estabelece como objeto é uma realidade exterior ao discurso, e que seu conhecimento pode ser controlado” (CHARTIER, 2002, p. 15). Ao lado de Carlo Ginzburg, Chartier é sem dúvida o grande interlocutor estrangeiro de praticamente toda esta discussão e uma das vozes de autoridade utilizadas por boa parte dos críticos historiográficos brasileiros na hora de avaliarem o trabalho de seus pares e o definirem de um dos lados da contenda.

E neste sentido, os indícios, os rastros sobre e com os quais o historiador trabalha teriam um papel importante para garantir e estabelecer o princípio de verdade do discurso histórico e, notadamente, a realidade daquilo que foi e que não é mais. Tudo isto levado a efeito por um saber cientificamente controlado, que atenderia a regras que lhe são específicas e, sobretudo, que não se confundiria com as regras de produção das narrativas de ficção. Pensar a produção historiográfica a partir deste princípio ou destas virtudes epistêmicas passa a ser elemento fundamental na hora de fazer um trabalho de crítica historiográfica e, sobretudo, de definir a cientificidade ou não da produção analisada.

Desta maneira, também para Chartier, o trato com o documento, o seu uso, o seu manejo, não só a necessidade, mas, sobretudo a obrigação de citá-lo, de articulá-lo na escrita se coloca como uma regra incontornável do saber histórico, que se não o distingue por completo da narrativa puramente ficcional, que também pode utilizar estes mecanismos, demarca o limite que a narrativa historiográfica não pode ultrapassar sob pena de se ver confundida e tomada como narrativa puramente ficcional, como pura estética. Ao afirmar que não se faz história sem documentos, Chartier procura garantias de que a prática historiográfica esteja articulada a um princípio de realidade exterior ao discurso, ou melhor, que seja articulada a um “haver-sido” que a possibilite afirmar, como saber controlado, “assim foi”. Assim, tanto Ricoeur como Chartier fazem de uma constatação de Certeau acerca dos procedimentos escriturísticos de fabricação do conhecimento histórico uma lei do meio, uma regra incontornável para o fazer histórico. E neste sentido, tanto Ricoeur como Chartier, contribuem para uma mudança de polo na constituição do saber

histórico enquanto articulado a um princípio de realidade. Eles fazem com que o saber histórico migre do polo do produto oferecido ao consumo, do resultado da produção para o polo do seu postulado, da sua fabricação. Ou seja: do "real enquanto *é o conhecido* (aquilo que o historiador estuda, compreende ou "ressuscita" de uma sociedade passada)" ao "real enquanto *implicado* pela operação científica (a sociedade presente a qual se refere a problemática do historiador, seus procedimentos, seus modos de compreensão e, finalmente, uma prática de sentido)" (CERTEAU, 1982, p.45).

É, em suma, uma tentativa de refundar a disciplina histórica como saber cientificamente controlado[176] e epistemologicamente validado. A crítica historiográfica no Brasil emerge neste contexto e mediante estes pressupostos. Isto parece ser fruto também da angústia de grande parte dos historiadores brasileiros frente à proliferação de narrativas sobre o passado (memória, ficção, romance, cinema, teatro, mídia, etc.), que transcendem e ultrapassam o campo do saber histórico, assim como da utilização dos critérios de estabelecimento da prova documental em História por outras formas de representar o passado, sobretudo pela narrativa literária. Tudo isto tem colocado em polvorosa uma boa parte dos historiadores a partir de então, receosos de verem, como afirmam alguns, o saber cientificamente controlado que produzem ser subsumido e tomado indistintamente em meio a outras formas de representar o passado. Em outro texto publicado em 2002, na Revista Organon do Instituto de Letras da UFRGS, Petersen afirma o seguinte:

> A estetização da historiografia, que alguns autores concebem como a maior criação pós-moderna, inevitavelmente resulta em uma trivialização da história através da derrubada das características de conhecimento que, ao mesmo tempo, definem a história como uma forma de pensamento e lhe dão seu significado. Enfim, pode-se escrever excelentes livros sob o passado, mas isto não significa que sejam história. (PETERSEN, 2002, p. 215)

Este configura outro grande espectro a rondar os historiadores profissionais, acadêmicos no Brasil. A diluição das fronteiras da disciplina a ponto de não se reconhecer nenhuma diferença entre o que fazem os historiadores e o que

[176] Se entendermos, com Foucault, por disciplina "um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos" (FOUCAULT, 1996, p. 30) e se entendermos também, com Certeau, científica como "um conjunto de regras que permitam 'controlar' *operações* destinadas à *produção* de objetos determinados" (CERTEAU, 1982, p. 109).

fariam os literatos. O que levou Chartier a afirmar, em tom melancólico, num diálogo com outros historiadores no ano de 2007, também angustiados com as “incertezas” que rondam o campo da história, que:

> El gran riesgo, en mi opinión, no es el complejo de inferioridad de los historiadores, sino una marginalización de un tipo de producción que procura representaciones del pasado diferentes de las memorias o de las ficciones y que deben aceder a una cierta presencia y visibilidad pública...Lo importante es que no se constituya una desigualdad demasiado fuerte entre los discursos sobre el pasado que vaya a ubicar las obras analíticas y científicas en un espacio totalmente reducido. (CHARTIER, 2007 B, p. 68)

Este tom pessimista que ecoa da fala de Petersen, mas também a nível internacional da fala de Chartier parecia expressar aquilo que Michel Foucault chama de logofobia, ou melhor dizendo, uma logofobia travestida de logofilia[177] que estaria na base de nosso pensamento, de nossa sociedade e, sobretudo, de nossos saberes, em especial da História (FOUCAULT, 1999, p. 50). O que impediria a mesma, ainda hoje, de questionar radicalmente nossa vontade de verdade – para muitos, como Ginzburg e o próprio Ricoeur, a intenção de verdade do discurso histórico é o que o distingue dos demais discursos, notadamente, da narrativa literária –, de restituir ao discurso seu caráter de acontecimento, de prática, portanto – daí a dificuldade de trabalhar as distinções entre fato e acontecimento[178] –; e, por fim, de suspender a soberania do significante – do referente. Isto parece derivar também do fato da História ter sido a disciplina, sobretudo no Brasil, que mais tardiamente tomou consciência de

---

[177] Para Michel Foucault, em nossas sociedades de discurso: “tudo se passa como se interdições, supressões, fronteiras e limites tivessem sido dispostos de modo a dominar, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso. De modo que sua riqueza fosse aliviada de sua parte mais perigosa e que sua desordem fosse organizada segundo figuras que esquivassem o mais incontrolável; tudo se passa como se tivessem querido apagar até as marcas de sua irrupção nos jogos do pensamento e da língua. Há sem dúvida, em nossa sociedade, uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso.” (FOUCAULT, 1999, p. 50)

[178] No texto publicado em 1994, na Revista estudos Históricos, Hayden White afirmava o seguinte a esse respeito: “a teoria tropológica não destrói a diferença entre fato e ficção, mas redefine as relações entre os dois dentro de qualquer discurso. Se não existem “fatos brutos”, mas apenas eventos sob diferentes descrições, a factualidade torna-se questão dos protocolos descritivos usados para transformar eventos em fatos. As descrições figurativas de eventos reais são não menos “factuais” do que literalistas, são apenas factuais – ou, diria eu, “factológicas” – de maneira diferente. A teoria tropológica implica que não devemos confundir “fatos” com “eventos”. Os eventos acontecem, os fatos são constituídos pela descrição linguística. O modo da linguagem usado para constituir os fatos podem ser formalizados e governado por regras, como nos discursos científicos e tradicionais, pode ser relativamente livre, como em todo discurso literário “modernista” (WHITE, 1994, p. 37)

que os saberes caminham, como vai dizer Gilles Deleuze, em direção a limiares distintos, quando não em direção a vários limiares ao mesmo tempo, embora em ritmos diversos, sejam eles epistemológicos, científicos, éticos, estéticos e/ou políticos[179]. E os encontros da história com cada um destes limiares têm sido no Brasil, ao longo dos anos, traumáticos e violentos para os historiadores. Encontros estes com os quais boa parte dos historiadores profissionais, acadêmicos parecem ainda não saber lidar a não ser pelo negativo, ora dando o nome de crise, ora se acantonando na defesa de determinados lugares e se recusando, quase sempre, a se fazer a pergunta: as formas de se escrever história, até então praticadas ou atualmente praticadas, não se estariam esgotando socialmente, não estariam elas deixando de ser significativas? Não seria preciso mudar as maneiras de se escrever a história, mais uma vez, sem angústias, sem incertezas, mas experimentando e embarcando numa outra experiência. Uma experiência no sentido expresso por Foucault, e que Manoel de Barroas Motta caracteriza da seguinte maneira:

> O sentido da experiência para Foucault é especial – é algo do qual se sai transformado. Escrever não é um ato de comunicar o que já se sabe. Esse tipo de escrita, diz Foucault, ele não teria coragem de fazê-lo. Ele escreve porque não sabe ainda exatamente o que pensar dessa coisa que ele deseja muitíssimo pensar. Trata-se de uma experimentação, e não de um trabalho de teoria para construir um sistema geral...Neste sentido, o que diz o texto deve ser verdadeiro em termos de verdade acadêmica, historicamente verificável. Porém, o essencial não está ai, mas nas experiências que ele permite fazer...Trata-se de uma relação com os efeitos da ficção. O livro é o agente de uma mudança da relação histórica, teórica e ética com o que ele estuda e constrói. Diz Foucault: “uma experiência não é nem verdadeira nem falsa. Uma experiência é sempre uma ficção; é alguma coisa que nós próprios fabricamos, que não existe antes e que vai existir depois. Isto é a relação difícil com a verdade, a maneira pela qual esta se encontra engajada em uma experiência que não é ligada a ela e que, até certo ponto, a destrói”. (MOTTA apud FOUCAULT, 2005, pp. XVII-XVIII)

[179] Boa parte das incertezas e inquietudes que afligem os historiadores nos últimos 50 anos parece advir do fato de que a história e os historiadores descobriram que escrevem, ou seja, de que trabalham com a linguagem e que esta, quer eles queiram ou não, é vazada esteticamente em uma narrativa, em uma trama que se utiliza dos mesmos *tropos* linguísticos a que os literatos recorrem. E mais recentemente a história e os historiadores redescobrem-se diante de limiares éticos e, por que não, políticos, emaranhados que estão na teia que articula memória e esquecimento e as questões éticas e políticas daí derivadas, tais como: quais os limites do lembrar e do esquecer? E por que não dizer da constante pergunta acerca da cientificidade ou não do nosso saber, que, volta e meia, perpassa e densinfica ainda mais estas outras discussões.

Neste sentido, ao que me parece, poucos críticos historiográficos no Brasil trilharam caminhos distintos, à medida que é lugar comum em quase todos eles a defesa de um saber controlado, de determinadas regras científicas de construção do saber, principalmente do saber histórico, assim como a identificação de inimigos a combater, de um outro que precisar ser silenciado ou superado para que o conhecimento histórico, científico, verificável, referenciado possa continuar em sua marcha na direção de dizer aquilo que foi. Identifico, ao longo deste período, além do grupo que orbitou em torno do primeiro número da REH – Manoel Salgado Guimarães, Angela de Castro Gomes e Ricardo Bezaquen de Araújo –, apenas mais alguns poucos historiadores que assumiram o lugar de críticos historiográficos ou de historiógrafos, que procuraram desviar desta ordem e encontrar maneiras de não se deixar aprisionar na "ordem do discurso" que buscava prescrever e regular a produção historiadora no Brasil. Dentre eles posso destacar Durval Muniz de Albuquerque Jr. e Temístocles Américo Correa Cezar, professor da UFRGS.

Em texto publicado na Revista Anos 90, no ano de 1995, com o título "Estruturalismo e pós-estruturalismo na perspectiva do conhecimento histórico", Temístocles Cezar procura pensar como os conceitos de estruturalismo e pós-estruturalismo foram articulados e pensados pelos historiadores" principalmente porque, segundo ele, "ambos os códigos teóricos colocaram os historiadores em uma posição desconfortável: o primeiro remete o estatuto cognoscente do conhecimento histórico para um plano discreto; o segundo reinscreve a historicidade em suas análises promovendo uma redefinição na própria noção de história". Este texto é indicativo de uma abordagem distinta de todas as demais que se faziam sobre esse tema à época. Principalmente porque dentro do arquivo dos historiadores brasileiros falar em estruturalismo e pós-estruturalismo era falar, muito comumente, em "giro linguístico" e em "pós-modernismo" vistos, via de regra, como grandes ameaças ao conhecimento histórico, como apontamos no capítulo anterior. No entanto, Cezar faz uma abordagem que vai na contramão destas leituras à medida que afirmava:

> O propósito do presente artigo é o de mapear introdutoriamente estas questões, reconstituindo os argumentos estruturalistas e pós-estruturalistas na perspectiva da teoria da história. Para contemplar a amplitude do tema em um espaço reduzido optou-se por dividir o texto em duas partes breves: na primeira procura-se analisar os elementos centrais do programa estruturalista e a forte crítica à história nos trabalhos de Claude Levi-Strauss, além da incorporação do

> estruturalismo pelo marxismo conduzida por Louis Althusser; na segunda, o objetivo é o de expor os enfoques acerca do pós-estruturalismo a partir do trabalho de Michel Foucault; e por fim, nas considerações finais será considerado concisamente a crítica marxista ao estruturalismo e pós-estruturalismo, e também uma rápida incursão no debate sobre o pós-estruturalismo como uma variante pós-moderna (CEZAR, 1995, p. 130)

Fica evidente como Cezar trata a questão a partir de uma abordagem substantiva, procurando discutir os aspectos teóricos e conceituais que a enformam e, com isso, fugindo das análises de cunho adjetivista que se faziam, majoritariamente, até então. Em nenhum momento do texto ele vai pensar a interlocução dos historiadores e da história com estes conceitos a partir de noções como crise, modismo, novidade, renovação ou de conceitos vagos e imprecisos como racionalismo e irracionalismo, narrativistas e realistas, céticos ou algo que o valha, como era tão comum de se fazer à época. Muito pelo contrário, sua análise procura fazer uma crítica substantiva a este tipo de leitura, e as escolhas dos pensadores com os quais vai dialogar ao longo do texto explicita este posicionamento. Ao escolher Michel Foucault como um de seus interlocutores, sobretudo para pensar a questão do pós-estruturalismo, já denotava não só uma tomada de posição teórica, mas também um sentido político, uma vez que Foucault vai ser um dos intelectuais mais detratados e mal interpretados por boa parte dos historiadores de ofício, em especial no Brasil, naquele momento. Neste sentido, afirmava Cezar:

> Foucault seria entre os historiadores antes apenas um filósofo e não um historiador, e ao que tudo indica, para os filósofos seria antes um historiador do que um filósofo.
> Foucault tornou-se para os historiadores *senão um modelo, pelo menos uma má consciência*, porque rompeu com os limites (temáticos mas também epistemológicos) a que estava submetida a disciplina histórica e parece difícil hoje ignorar sua contribuição. Incondicionalmente aceito ou totalmente rejeitado, talvez os historiadores não tenham atingido o ideal metodológico que o próprio Foucault reivindicava para si: *quanto a mim, os autores que gosto, eu os utilizo*. Lê-lo e utilizá-lo mais do que citá-lo, eis a questão (CEZAR, 1995, p. 142. Grifos no original).

Este tipo de leitura ia de encontro, sobretudo, a uma crítica de extração marxista que não só punha em cheque a abordagem proposta por Michel Foucault, mas que o fazia a partir de uma análise superficial e adjetiva, quando não caricatural e preconceituosa, se negando a discutir os pressupostos teóricos e metodológicos

que sustentavam às posições do filósofo e sua interlocução com o discurso do historiador. Como vimos nos textos de Cardoso e Zaidan, era uma crítica muito mais de fundo político e moral, do que teórica ou epistemológica. Se no texto em questão Cezar faz esta crítica tendo como interlocutor preferencial o historiador marxista inglês Perry Anderson, contra o qual se posiciona e faz alguns reparos a sua análise, não se pode desprezar o fato de que, certamente, Cezar buscava dialogar, de forma indireta – isso era uma regra tácita a época –, com a historiografia marxista produzida no Brasil, sobretudo com os críticos historiográficos que se referenciavam no marxismo para pensar as mudanças na produção do conhecimento histórico e as ressonâncias do pensamento de Foucault neste processo. Isto parece ficar explícito quando ele faz as seguintes ressalvas aos historiadores marxistas e suas críticas ao pós-estruturalismo e a Foucault:

> Neste sentido, muitos historiadores, na maior parte das vezes de extração marxista, atribuem ao pós-estruturalismo os signos do *irracionalismo*, da condição pós-moderna ou mero epifenômeno dos modismos intelectuais com os quais, segundo eles, os franceses nos brindariam de vez em quando.
> Entretanto, houve críticas ao estruturalismo e ao pós-estruturalismo que ultrapassaram o nível acintosamente preconceituoso e antiacadêmico...é preciso, [também] verificar a validade da inserção de Foucault ou do pós-estruturalismo como representante da pós-modernidade e adversário da *razão*. (CEZAR, 1995, p 143.) (Grifos no original).

Fica evidente que este diálogo se dá, sem no entanto nomear diretamente seus interlocutores, com a historiografia brasileira de extração marxista e as leituras que estes vinham fazendo, sobretudo, da inserção de Michel Foucault como uma das principais influências intelectuais da historiografia produzida no país a partir da década de 1980, e concluía afirmando que tais historiadores de extração marxista mantinham-se “atrelados a uma concepção segundo a qual criticar o marxismo é afrontá-lo, ainda que por ingenuidade ou infidelidade” (CEZAR, 1995, p. 144). Mas o que explica esta postura de Cezar naquele momento? Arrisco afirmar que ele ainda não estava totalmente envolto pelo arquivo dos historiadores profissionais, acadêmicos e sua gramática, especialmente na hora de fazer a análise historiográfica de uma dada produção. Afirmo isto, pois, apesar dele ser professor do Departamento de História da UFRGS, onde lecionava as disciplinas de teoria e metodologia da história – o que certamente havia contribuído para que fizesse esta abordagem conceitual e

substantiva –, ele havia terminado seu mestrado em 1994, portanto um ano antes da publicação do artigo, no PPG de Ciência Política daquela mesma universidade. Portanto, ele é um “olhar estrangeiro”, que observa a questão a partir das margens e com um certo distanciamento, o que possibilitou este tipo de análise e crítica historiográfica substantiva, e até certo modo pouco carregada de um caráter regulador ou prescritivo.

7.1 DURVAL MUNIZ DE ALBUQUERQUE JR.: A crítica historiográfica pensada a partir da “terceira margem do rio” ou “um olhar das margens”

Durval Muniz de Albuquerque Jr. ao longo dos anos 1990 produziu uma série de artigos que explicitam uma leitura e um tipo de crítica bem próximo deste realizado por Cezar e diversa daquelas predominantes naquele período. No entanto, ele ainda preservava, naquele momento, uma leitura até certo ponto polarizada em suas análises. Para dar conta de explicitar a leitura que Albuquerque Jr. vai fazer da produção historiadora naquele período escolhi seis artigos reunidos no livro *História: a arte de inventar o passado*. O livro foi publicado em 2007, mas traz artigos publicados originalmente em outros espaços e momentos do percurso historiográfico do historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. Apesar de ter sido publicada já na segunda metade dos anos 2000 a obra indicia e condensa como o autor experimentou todo este percurso dos anos 1990, permitindo com isso pensar uma imagem de conjunto de sua produção de crítica historiográfica ao longo daquele período, considerando-a como produto de uma escolha consciente do autor, daquilo que ele julgou significativo e central na sua relação com o pensamento historiográfico produzido no país a época para constituição de sua produção como historiador, ao ponto de trazer aqueles textos mais uma vez para publicação e apreciação do público e dos pares. Textos estes que buscavam discutir, de um ponto de vista teórico, metodológico e historiográfico, sobretudo a relação do pensamento de Foucault com a história e seu fazer. O que torna, para mim, mais emblemático ainda o trabalho com estes artigos, uma vez que esposar a imagem de Foucault ou do pensamento deste para pensar e produzir história no Brasil significava, quase sempre, comprar uma briga homérica com boa parte de nossos historiadores, sobretudo com aqueles que se consideravam realistas, racionalistas, científicos, modernos.

Os seis artigos são os seguintes: seguindo a ordem do livro, o primeiro artigo é *Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio*, originalmente publicado no ano de 1990, na Revista Resgate da UNICAMP[180], momento em que Albuquerque Jr. havia ingressado no doutorado em história daquela instituição. O segundo se intitula *Os "maus costumes" de Foucault*, publicado originalmente na Revista Pós-História da UNESP – Assis[181], no ano de 1998. O terceiro texto é *Experiência: uma fissura no silêncio*, publicado originalmente na Revista Territórios & Fronteiras da UFMT, em 2002[182]. O artigo *Um leque que respira: a questão do objeto em História* é o quarto artigo, originalmente publicado no ano 2000, no livro *Retratos de Foucault*, fruto da compilação dos textos apresentados no *Colóquio Foucault* daquele ano e organizado por Vera Portocarrero e Guilherme Castelo Branco[183]. O quinto texto é o artigo *A História em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia*, originalmente publicado na Revista Anos 90, da UFRGS, no ano de 2004[184]. Por fim, o sexto e último artigo a compor esta segunda parte do livro é o texto *Michel Foucault e a Mona Lisa ou como escrever a História com um sorriso nos lábios*, publicado originalmente no livro *Figuras de Foucault*, fruto da compilação dos trabalhos apresentados em mais um *Colóquio Foucault*, organizado por Alfredo Veiga-Neto e Margareth Rago e publicado em 2006[185]. Portanto, os artigos foram reunidos por Albuquerque Jr. no livro *História: a arte de inventar o passado,* praticamente seguindo a mesma ordem cronológica das publicações originais, com exceção do artigo quarto, pois sua publicação original é de dois anos antes do artigo de número três.

Assim, acreditamos ter um panorama considerável de seu percurso acadêmico e historiográfico, que vai do ingresso no doutorado em 1990 até o ano de 2006, quando de seu concurso para professor titular da Universidade Federal do Rio

---

[180] Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Mennocchio e Riviére: criminosos da palavra, poetas do silêncio. **Resgate (UNICAMP)**, Campinas: Vol. 2, 1990, pp. 48-55.

[181] Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Os Maus Costumes de Foucault. **Pós-História**, Assis: Vol. 6, 1998, pp. 67-87.

[182] Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de Experiência: uma fissura no silêncio. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá/MT: Vol. 03, Nº 01, 2002, pp. 61-75.

[183] Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Um leque que respira: a questão do objeto em história. *In*: PORTOCARRERO, Vera e BRANCO, Guilherme Castelo. (Orgs.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000, pp. 117-137.

[184] Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. A História em Jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. **Revista Anos 90**. Porto Alegre: Vol. 11, Nº 19/20, 2004, pp. 79-100.

[185] Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Michel Foucault e a Mona Lisa ou como escrever a história com um sorriso nos lábios. *In*: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, pp. 97-107.

Grande do Norte (UFRN). Diga-se de passagem, dois marcos bastante significativos deste percurso; o primeiro como o último ritual de iniciação ao saber histórico (o doutorado) e sua colocação entre os pares como historiador de renome, sobretudo a contar da conclusão do doutorado e a publicação de sua tese em livro, ocorrida em 1996, com o título *A invenção do Nordeste e outras artes* (ALBUQUERQUE JR., 1996) Tese vencedora do prêmio *Nelson Chaves de teses sobre o Norte e Nordeste brasileiros*, conferido pela Fundação Joaquim Nabuco. E o último, seu concurso para professor titular da UFRN, no ano de 2006, como a consolidação deste percurso com o estabelecimento e reconhecimento institucional do nome Durval Muniz de Albuquerque Jr. como historiador e autor, em especial com a criação do mestrado em História na UFRN. Programa que é criado em consonância às marcas do trabalho historiográfico de Albuquerque Jr., ao estabelecer como área de estudos a relação entre História e Espaços:

> A proposta de fundação do PPGH era inovadora e almejava transformar um tópico importante, mas que ainda não fora trabalhado de forma sistemática pela historiografia nacional: *o espaço e sua historicidade*. No projeto original, a justificativa tratava da constituição de uma abordagem historiográfica de desnaturalização do espaço: "Qualquer acontecimento histórico possui uma dimensão espacial, se refere ou se remete a um dado recorte espacial, no entanto, esta dimensão da história tem sido negligenciada quando se trata da produção do conhecimento nesta área. A ênfase dada à dimensão temporal, que caracteriza a disciplina histórica, tem levado, muitas vezes, a que o espaço seja pensado como um a priori, um dado prévio, um 'já lá' que não precisa ser pensado historicamente" (PROJETO MESTRADO UFRN, 2004, grifo nosso).

Portanto, trata-se de pensar a produção de um historiador hoje já assentado no *stablishiment* acadêmico brasileiro, muito embora sempre militando profissionalmente em instituições fora do centro-sul do país, mas que nos anos 1990 ainda procurava se instituir como historiador a partir deste espaço marginal. O que impõe uma outra marca a seu percurso historiográfico, sobretudo do ponto de vista de sua atuação política na área, de questionar não só uma dada ideia de naturalização do espaço, como também de problematizar a própria noção de regional atribuída a praticamente toda historiografia brasileira produzida fora das instituições do centro-sul do país e que não tenha como tema aquele recorte espacial (ALBUQUERQUE JR., 1994).

Dito isto, os textos aqui recortados da produção de Albuquerque Jr. procuram discutir as regras, os procedimentos e os conceitos agenciados na construção do saber histórico e da escrita da história a partir do diálogo com a produção historiográfica nacional e internacional. Esta é uma marca de seus textos à medida que discute com a produção historiográfica brasileira em suas diferentes abordagens e perspectivas, pensando a prática do historiador nos seguintes termos:

> O que faz o historiador é reconstruir as visões sobre o passado que os homens que nele viveram foram capazes de construir. O que nos chega do passado nos vem como signos que precisam ser significados ou nos vem como significações dadas por uma dada época e por dados homens a seu próprio tempo, às suas ações ou a eventos que tenham vivenciado ou analisado. O historiador opera sempre com a realidade, mas opera não com a realidade em si mesma, como coisa, como objeto naturalizado, mas como realidade construída pelos homens em suas diversas práticas, discursivas ou não. (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 200).

Essa forma como Albuquerque Jr. pensa o fazer do historiador está diretamente relacionada à forma como ele entende que Michel Foucault, um de seus principais interlocutores, senão o principal, em especial ao longo do período aqui abordado, concebe a história, a pensa e busca escrevê-la, assim como este conceberia aquilo que nomeamos de real. Para Albuquerque Jr., esta forma de Foucault pensar a história e o real o colocaria em uma outra perspectiva de discussão, bem distinta daquela que os historiadores de ofício estariam habituados a trabalhar, pois:

> Foucault sustentou que não existe uma ordem objetiva subjacente em tudo o que acontece, e que não há uma finalidade única para a qual tudo deve tender, como faz Thompson. A “documentação” de uma sociedade é a sua própria realidade, não existe um substrato material chamado real fora desta “documentação”. A sociedade que vemos e dizemos, a partir desta documentação, depende do regime de visibilidade e de dizibilidade do momento em que o historiador está inserido, mas também do diálogo desta visibilidade e dizibilidade com aquelas outras, expressas na documentação. Foucault, ao contrário de Thompson, não pretende fazer história de “coisas”, mas história de termos, de enunciados, de imagens, de sinais, de signos. Ele faz história das técnicas e categorias da visibilidade e dizibilidade que em cada época instituíram as coisas a serem vistas e ditas. Ele não faz a história de uma experiência, mas de como esta foi construída, como esta foi possível, como ela chegou até nós, e a partir de que interesses ela foi “documentada”. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 138).

Portanto, para Albuquerque Jr., Foucault não só pensa a história em outros termos, mas a produz alicerçado em outras regras. Ele seria um historiador de um outro tipo, praticando o nosso fazer de forma quase que oposta a historiadores de ofício como Thompson e também Ginzburg, outro historiador com quem o fazer de Foucault vai ser comparado e contraposto por Albuquerque Jr. Esta oposição vai ser um dos contornos traçados por este para compor a sua prática historiadora e seu trabalho de crítica historiográfica. Isto vai estar presente tanto no texto de 2002, no qual ele "diferencia as concepções de experiência presentes na obra de E. P. Thompson e Michel Foucault" quanto no texto inaugural de 1990, *Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio,* no qual, segundo o autor, "[...] numa espécie de resposta às críticas adjetivistas que Carlo Ginzburg faz ao trabalho de Michel Foucault na introdução de seu livro *O Queijo e os Vermes*, procuro mostrar as diferenças substantivas entre a maneira de pensar a história destes dois autores." (ALBUQUERQUE JR., 2006, p 20)[186]. Desta maneira, Albuquerque Jr. foi construindo e trabalhando com uma imagem do pensamento de Foucault que se opunha ou era oposta ao que pensavam e praticavam uma boa parte dos historiadores de ofício, sobretudo Thompson e Ginzburg e, certamente, aqueles historiadores brasileiros que tinham sua prática balizadas pelas abordagens de ambos. É em grande medida, pensando num Foucault nestes termos, que Albuquerque Jr. vai se apropriar e usar seu pensamento. E esta apropriação e uso vão deixar marcas profundas no seu percurso historiográfico, como ele aponta em seu memorial para o concurso de professor titular da UFRN, apresentado em 2006:

> Ítalo Tronca que, numa disciplina intitulada Historiografia Brasileira, me proporcionou o encontro com o autor que seria decisivo em minha vida acadêmica e em minha produção intelectual daí para frente: Michel Foucault, de quem li maravilhado *Vigiar e Punir* e *História da Loucura.* A novidade de suas abordagens, de seus temas, sua escrita poética e arrebatadora me abriu a possibilidade de pensar de um modo diferente do que fizera até então. Se pensar é modificar-se, como ele sempre ensinou, lê-lo me fez outro, me fez nascer de novo. (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 13, grifos do autor).

---

[186] Este texto, como vimos acima, foi referenciado por Margareth Rago no artigo "As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea" como um dos símbolos e marcos da presença do pensamento do filósofo francês no Brasil. Cf. RAGO, Margareth. As Marcas da Pantera: Foucault para historiadores. **REVISTA RESGATE**. Campinas – SP, Vol. 1, Nº 5, 1993, pp. 128-147.; RAGO, Margareth. As Marcas da Pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Vol. 1, Nº.1, 1993, pp. 121-143.

E uma dessas marcas, no período que ora analiso, é esta suposta polarização entre Foucault e os historiadores de ofício. Me parece que aqui Albuquerque Jr. procurava pôr em questão o próprio modo como os historiadores profissionais vinham sendo formados e forjados no Brasil naquele momento. Uma vez que esta oposição perpassa todos os seis artigos com os quais discuto neste tópico. Isto me permite afirmar que esta será uma imagem de Foucault também presente em toda a produção historiográfica de Albuquerque Jr. elaborada neste período. Isto fica muito explícito na sua obra, em especial nestes dois artigos, um do início da década de 1990, *Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio* e o outro produzido já na primeira década deste século e publicado pela primeira vez em 2002, intitulado *Experiência: uma fissura no silêncio*. Detenhamo-nos então nesses dois textos. No primeiro, Albuquerque Jr. busca "fazer um confronto entre" a abordagem teórico-metodológica feita por Michel Foucault no livro *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, meu irmão e minha irmã* e a abordagem empreendida pelo historiador italiano Carlo Ginzburg no livro *O queijo e os vermes*, "na tentativa de explicitar os caminhos trilhados pelos dois autores, que são caminhos [possíveis de serem] trilhados por nós historiadores". No entanto, ao longo do texto, fica claro ao leitor a preferência do autor pela abordagem teórico-metodológica empreendida por Foucault, fruto, talvez, da tentativa que Albuquerque Jr. faz para refletir "sobre as contribuições do pensamento de Michel Foucault para a escrita da História e para as reflexões sobre o saber histórico".

Nesse sentido, o percurso analítico trilhado por Albuquerque Jr. busca estabelecer um diálogo substantivo, mas ao mesmo tempo comparativo, com a crítica historiográfica representada por Thompson e Ginzburg. Naquele momento isto é muito significativo, pois Thompson e Ginzburg, talvez ao lado de Chartier, sejam os grandes modelos de historiador profissional a ser perseguido no Brasil. São personas acadêmicas modelares. Ao estabelecer, mediante este diálogo, o que seriam "as contribuições originais" de Michel Foucault para o campo da História ao comparar sua obra historiográfica à de outros grandes nomes desta seara de pesquisa, como o historiador inglês da classe trabalhadora e o historiador italiano da micro-história, Albuquerque Jr. procurava alça-lo àquela mesma condição, ou seja, Foucault era uma persona acadêmica a quem poderíamos chamar de historiador e, portanto, seguir-lhe o exemplo a partir do esposamento das virtudes epistêmicas sugeridas pelo seu trabalho.

Neste sentido, para Albuquerque Jr., as contribuições ou as virtudes epistêmicas mais elaboradas e atualizadas para o ofício do historiador seriam as de Michel Foucault, pois estas possibilitariam uma prática mais sofisticada no interior do campo, assim como traria uma visão mais substantiva para este, abrindo a "possibilidade de pensar de um modo diferente do que se fizera até então". Foucault, diferentemente de Ginzburg e Thompson, vai ser construído como o oposto da imagem do historiador de ofício, como aquele que não só produz a história desde regras diferentes, mas, sobretudo, permite, possibilita pensá-la e praticá-la de forma distinta de tudo que se tinha feito até então.

Esse tipo de procedimento adotado por Albuquerque Jr. parece se explicitar de forma mais evidente no segundo texto em questão, *Experiência: uma fissura no silêncio* onde ele "se propõe a debater a diferença entre a forma como Thompson utiliza o conceito de experiência, central em sua teoria da história, e a forma como Foucault utiliza o mesmo conceito, que também é fundamental em seu trabalho historiográfico". Neste texto, em especial, Albuquerque Jr. opera de forma mais enfática a oposição entre Thompson e Foucault, do que a estabelecida de forma latente entre este e Ginzburg no texto anterior, e faz isto advogando que:

> Fazendo parte de tradições distintas no pensamento Ocidental, Thompson e Foucault pensam de forma diferenciada a experiência humana e sua relação com o conhecimento, com a consciência, com a representação e com as práticas sociais. A obra de Edward Thompson se inscreve dentro da tradição marxista, embora se proponha a ser uma nova leitura desta tradição [...]. O marxismo, por sua vez, liga-se a toda tradição do pensamento moderno de inspiração platônica e hegeliana, ou seja, um pensamento comprometido com as essências, com as totalidades, com a Razão [...]. Já a obra de Michel Foucault liga-se a outra tradição do pensamento Ocidental, a tradição de inspiração heraclitiana ou pré-socrática, e a outra tradição do pensamento moderno, a de inspiração nietzscheana e heideggeriana, ou seja, um pensamento não essencialista, que busca dispersar as totalidades, inclusive a totalidade da Razão, [...] (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 134).[187]

[187] Em artigo publicado no ano de 2004 na Revista Anos 90, sob o título "A narrativa da experiência em Foucault e Thompson", o historiador Fernando Nicolazzi aponta que, do ponto de vista do conceito inserido e encadeado em uma narrativa, a noção de experiência em Thompson e em Foucault não apresentava assim diferenças tão profundas, relativizando, portanto, esta abordagem de Albuquerque Jr. e escapando assim a esta dicotomização e oposição, no nível epistemológico, observada pelo autor da *Invenção do Nordeste*. Diz Nicolazzi: "parece-me, contudo, neste caso [a abordagem de Albuquerque Jr.], se trata da experiência muito mais como uma ideia norteadora de determinada postura epistemológica (para Thompson, história como estudo das semelhanças; para Foucault, como estudo das diferenças) do que precisamente, tal como se entende aqui, como conceito inserido em uma narrativa, utilizado para garantir a dinâmica temporal de um definido processo. Essa é uma

Assim, agenciando esses procedimentos de análise, Albuquerque Jr. terminava por submergir no debate que muitas vezes tentou denunciar, ao se propor fazer uma análise historiográfica e produzir e pensar a história a partir de uma terceira margem. Proposta que aparece referendada em dois artigos presentes na primeira parte do livro de onde recorto os artigos aqui discutidos[188]. Neste sentido, esta oposição que ele constrói entre Foucault e os "historiadores de ofício", estes identificados ou alinhados, em grande medida, ao que se nomeava a época como História Social, falava naquele momento de dentro do debate que constituía os lugares de moderno e pós-moderno e seus derivados como condição *sine qua non* da produção do conhecimento histórico no Brasil ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000[189]. E este texto traz bem esta marca de historicidade, ao remeter àquele momento em que as discussões em torno da relação/tensão modernidade/pós-modernidade se fizeram sensivelmente presentes nas discussões das ciências humanas no país, em especial entre os historiadores. Albuquerque Jr., com este procedimento, que polariza Foucault e os historiadores de ofício, mesmo tentando fazer um diálogo substantivo com eles e evitando os adjetivos, terminava por submergir às regras, aos procedimentos e à lógica de produção do saber histórico definidos a partir do estabelecimento da relação entre aqueles dois lugares, mesmo não aderindo à lógica adjetivista aí presente; ocupando, portanto, o lugar de sujeito historiador enquanto derivada do enunciado que estabelece as oposições entre o moderno e o pós-moderno (SANTOS, 2012), muito embora fazendo o esforço e

---

sutileza teórica que sugere certo desvio em relação a grandes generalizações. Tomando-se a experiência como conceito que tem por escopo estabelecer uma referência empírica na ordem temporal de determinado fenômeno, pode ser possível realizar-se essa reflexão no ponto de cruzamento dos textos de tais autores...Tanto Thompson como Foucault estabelecem o conceito de *experiência* como um espaço onde uma ação desenvolve-se segundo articulações de tempo distintas (NICOLAZZI, 2004, p. 122). Coincidentemente ou não neste mesmo número da Revista Anos 90 Albuquerque Jr. publicará outro texto discutindo as ressonâncias do pensamento de Michel Foucault para o ofício do historiador. O artigo é um dos que analisaremos mais adiante, intitulado "*A História em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia"*.

[188] Conferir os artigos *Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre História e invenção*, que conta como introdução ao livro. E o segundo artigo da Parte 1, História e Literatura, que tem por título *História: a arte de inventar o passado*. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Introdução e Parte 1 – História e Literatura. In: _____. **História:** A arte de inventar o passado. Bauru/SP: EDUSC, 2007.

[189] Para uma discussão mais aprofundada acerca da construção dos lugares de moderno e pós-moderno pela historiografia brasileira da década de 1990 e início dos anos 2000, ver SANTOS, Wagner Geminiano dos. Invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-moderno. **Revista de Teoria da História**, Goiás, Nº 7, 2012, pp. 128-155.

pretendendo falar da “terceira margem do rio”[190]. Perspectiva esta também evidenciada e criticada por Temístocles Cezar, em resenha ao livro *História: a arte de inventar o passado*:

> Trata-se de uma resposta prévia à provável objeção de um pós-modernismo-relativista do qual devemos manter as crianças afastadas? Talvez. O certo é que Durval Muniz sabe ser doutor quando quer. Mesmo optando em situar sua produção em um discurso sobre a pós-modernidade [sinceramente não sei qual razão o leva para esse debate, ainda um embate de grandes narrativas, que visam mais desqualificar o outro do que contribuir para um entendimento sociocultural do mundo em que vivemos], o autor deixa claro que não rompeu com os princípios da ‘operação historiográfica’ de um autor que lhe é caro, Michel de Certeau. (CEZAR, 2008, p. 267).

Albuquerque Jr., nesse sentido, ainda parecia estar discutindo a relação do pensamento destes autores com a produção historiográfica em termos de contribuição e vinculado ainda a uma prática dos “historiadores de ofício”, a quem opunha Michel Foucault, ao se inserir, como afirma Cezar, em “um embate de grandes narrativas”. Ou seja, isso ocorre, em grande medida por ele pensar a partir da contribuição que cada autor, teórico, historiador, filósofo e suas obras e pensamento poderiam dar para o desenvolvimento da disciplina e sua inserção neste debate paradigmático de fundo. Neste sentido, Albuquerque Jr., ao pensar a produção historiográfica a partir do conceito de contribuição, mergulha naquela dicotomia e, portanto, na mesma lógica que tenta nomear cada prática segundo um determinado lugar ou gaveta. Uma vez que o conceito de contribuição e sua relação com a disciplina histórica, da forma como o autor o pensava naquele momento, parecia remeter ainda a um certo ideal de acabamento ou de aperfeiçoamento gradativo da disciplina História mediante um processo no qual cada teórico, filósofo, historiador etc. viria acrescentar sua parcela de contribuição para a composição do todo (do paradigma, moderno ou pós-moderno) ou para o seu estabelecimento enquanto tal.

Assim, a disciplina História seria um todo maior, ainda inacabado, mas preenchida constantemente pelas diversas “contribuições” oriundas das diferentes perspectivas do pensamento histórico. E, segundo o autor dos textos em questão, as maiores contribuições haviam sido dadas pelo pensamento e pela prática historiadora

---

[190] Ver a este respeito a introdução do livro em análise intitulada *Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre História e invenção.* ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Introdução. In: _____. **História:** A arte de inventar o passado. Bauru, SP: EDUSC, 2007. pp. 19-39.

de Michel Foucault. Este teria contribuído para um maior enriquecimento do campo disciplinar da história-conhecimento. E quando pensa assim, a imagem de seu pensamento que se constitui é de um pensamento em continuidade com o já estabelecido no campo. Uma continuidade em termos dialéticos, tanto como melhoramento, enriquecimento, quanto como salto, ruptura com uma determinada prática anterior ou contemporânea para a construção e desenvolvimento de um todo maior: o campo do saber histórico. Este aspecto coloca esta produção de Albuquerque Jr. ligada a um momento bem preciso da produção historiográfica brasileira, trazendo as marcas de historicidade deste período, que vai de finais da década de 1980 a início dos anos 2000, quando diversos historiadores brasileiros – como estou demonstrando – buscaram fazer uma transição daquilo que se chamava, a época, das bases epistêmicas da História Social para a História Cultural de inspiração francesa.[191] Ainda como um esforço de síntese, não mais no sentido de justapor contrários, como ao longo dos anos 1980, mas de estabelecer as diferenças teóricas, metodológicas e epistemológicas de cada área e suas contribuições para a construção do campo no país.

Portanto, há, por parte de Albuquerque Jr., a construção de uma oposição aparente dentro do campo do conhecimento histórico no qual a imagem do pensamento de Foucault por ele elaborada aparece como o outro polo, como o elemento de ruptura, de descontinuidade com as práticas dos historiadores de ofício e/ou tradicionais, representados nas personas acadêmicas de Ginzburg e Thompson. Desta forma, a imagem do pensamento de Foucault usada e apropriada por Albuquerque Jr. serve, por um lado, como arma para contestar e criticar determinadas práticas historiográficas representadas pelo historiador italiano e o historiador inglês ainda hegemônicas nos anos 1990 e início dos anos 2000; e, por outro lado, para alargar as possibilidades do campo do saber histórico trazidas pelo olhar, pela prática historiadora de Michel Foucault. Deste modo, Foucault vai ser usado para cavar novos espaços dentro do campo epistemológico do saber histórico, sem, no entanto, romper definitivamente com ele, e sim permitindo apenas o alargamento de suas fronteiras e

[191]Ver, por exemplo, como Margareth Rago apresenta esta transição nos seguintes textos: RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente. In: GUAZZELLI, C.A.B.; PETERSEN, Silvia; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, C. L. (Orgs.). **Questões de teoria e metodologia da História**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000, pp. 41-58. RAGO, Margareth & GIMENES, Renato A. de O. (Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, 2000.

limites disciplinares. Isto parece bastante claro quando recuamos um pouquinho no tempo e observamos como ele se refere ao uso e apropriação feitos do pensamento de Foucault quando da feitura de sua dissertação de mestrado, defendida na UNICAMP, em 1988:

> Dois anos depois de haver defendido a dissertação, 1990, volto à UNICAMP para cursar o doutorado em História. Sabendo que o Departamento encontrava-se agora dividido entre historiadores sociais e historiadores culturais e que a anterior aliança e o uso concomitante nas dissertações de autores como E. P. Thompson e Michel Foucault, o que também fizera em minha dissertação, que ocorrera no momento em que as disputas pela hegemonia no interior dos Departamentos de História e do campo historiográfico davam-se entre a chamada nova história e a chamada "velha guarda marxista" haviam sido rompidas com a aposentadoria da maioria dos professores e com o acirramento da disputa por espaços entre as novas gerações, resolvo estrategicamente apresentar um projeto apoiado na obra de Thompson. (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 15).

Ou como vai afirmar Igor Guedes Ramos:

> Albuquerque Jr. afirma a diferença entre os pensamentos de Foucault e de Thompson, porém considera que ambos possuem deficiências que podem ser corrigidas a partir do outro, por meio de aproximações e complementações, constituindo assim um pensamento capaz de escapar das deficiências da produção historiográfica brasileira anterior. Estas deficiências são imputadas ao "marxismo ortodoxo" que, devido a uma "leitura muito apressada que se faz da Ideologia Alemã", percebe os discursos, a produção de ideários, o imaginário, etc. apenas como "mero reflexo das estruturas econômicas e sociais" e/ou como misticismos para que "os homens de carne e osso dominem e explorem os outros homens de carne e osso" (RAMOS, 2014, p. 447.)

Portanto, posso afirmar que, nos anos 1980, a apropriação e uso do pensamento de Foucault por Albuquerque Jr. servia também a um combate por posições institucionais dentro da reelaboração do saber histórico no país, a contar dos combates entre "a chamada 'velha guarda marxista'" e a "chamada nova história", que possibilitava e requeria o uso concomitante do pensamento de Foucault e de Thompson de forma muito pouco problemática ou problematizada. Uma apropriação feita muito mais dos "conteúdos" propostos pelas obras de Foucault do que propriamente um uso teórico-metodológico e/ou epistemológico de suas práticas

historiográficas, decorrentes das suas formas de historiar desenvolvidas nos três eixos de sua obra, como explicita Ramos:

> Foi exatamente onde descrevemos a existência de uma aproximação entre Thompson e Foucault que ocorreu a apropriação deste último. Ora, mas esta aproximação não abarca a concepção de microfísica do poder integralmente; diz respeito principalmente às noções de poder como relação e de história como luta, raríssimas vezes diz respeito às noções de história das práticas (sem sujeito) e de resistência tendo a mesma natureza do poder. Deste modo, o que ocorreu em geral é a utilização de alguns elementos da microfísica do poder para elaborar uma reflexão teórica sobre as múltiplas formas de dominação; em última instância, estas são explicadas pela intenção de uma classe que empreende um projeto de dominação, do qual os outros procuram resistir para, em algum momento, atingirem a verdadeira liberdade. Enfim, mais do que apropriações da concepção teórico-metodológica do filósofo francês, ocorreu uma utilização do que podemos denominar de "conteúdo" de seus livros, isto é, de suas descrições e argumentações a respeito de uma prática, de processo histórico, etc. (RAMOS, 2014, p. 365, grifo do autor).

Assim, se nos anos 1980 a apropriação e uso feito por Albuquerque Jr. do pensamento de Foucault se faz partindo de uma "apropriação de conteúdo", dado seu uso concomitante em sua dissertação com o pensamento de Thompson, desconsiderando a diferença epistemológica existente entre o pensamento de ambos em prol das contribuições que o uso simultâneo poderia trazer para o conhecimento histórico, nos anos seguintes, a sua produção já apontava para uma ruptura com aquela postura, uma vez que, diferentemente de outros historiadores contemporâneos seus que seguiram esta mesma tendência, a preocupação com a forma, e não apenas com o conteúdo, já se fazia sentir na sua produção historiadora de finais dos anos 1980, como evidencia o próprio Igor Guedes Ramos ao afirmar que:

> Em suma, acreditamos que, nessa pesquisa, Albuquerque Jr. propôs um estudo dos discursos (do imaginário, da ideologia, da hegemonia cultural ou como se quiser denominar) que estabeleceram o "problema da seca do Norte", fundamentado, sobretudo, no arcabouço teórico-metodológico do "materialismo histórico cultural", tal como operou Thompson. Também procurou complementar esta prática historiográfica com a arqueologia foucaultiana, o que tornou a pesquisa mais atenta à lógica dos discursos particulares e suas regularidades mais gerais. Finalmente, aproximou Foucault de Thompson por meio da concepção de história como luta e de poder como relação. Esta composição teórico-metodológica e algumas apropriações de conteúdo permitiram o autor contestar as leituras ortodoxas, mecanicistas ou, como preferimos denominar, formalistas

> da historiografia anterior e, evidentemente, contar a história da invenção da “seca do Norte” a partir da luta de classes expressa nas múltiplas atividades humanas. (RAMOS, 2014, p. 450.)

Vai ser, portanto, na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, dadas as novas disputas departamentais no interior da UNICAMP, onde Albuquerque Jr. vai ingressar no doutorado no início desta década; dada a consolidação da pós-graduação como *locus* privilegiado de produção do conhecimento histórico no país; dada a consolidação do historiador profissional, formado e forjado na academia, como principal sujeito produtor do conhecimento histórico; dada a emergência de uma maior preocupação com as regras deste fazer que o articulasse e o embasasse como um conhecimento cientificamente orientado, que vai emergir uma maior preocupação epistemológica por parte dos historiadores com a apropriação e uso teórico e metodológico do pensamento, dos conceitos e da obra dos teóricos utilizados em suas produções. Sobretudo no tocante a marcar os lugares de fala e de produção do saber histórico nesta nova configuração da geografia disciplinar que se consolida nos anos 1990. Neste sentido, a produção de Albuquerque Jr. não está descolada destas alterações, como vai se explicitar no artigo em que contrasta a prática historiadora de Ginzburg e Foucault, que data justamente do início daquele período. Assim como vai estar claramente marcada esta diferenciação em todos os níveis, no início dos anos 2000, quando ele discute a noção de experiência em Thompson e em Foucault, afirmando que:

> Nas últimas duas décadas, a historiografia brasileira tem sido marcada, fortemente, pelo diálogo com as obras do historiador inglês de inspiração marxista Edward P. Thompson e do filósofo e historiador francês pós-estruturalista Michel Foucault. No começo da década de 1980, foi muito comum, inclusive, a utilização conjunta de ambos em uma série de teses e dissertações que vieram a se transformar em livros que revolucionaram a historiografia brasileira. Nestes trabalhos, o Michel Foucault da genealogia do poder, do livro *Vigiar e punir*, é utilizado juntamente com Thompson para se fazer uma história do processo de constituição da classe operária brasileira, com a sua necessária disciplinarização. São analisados os vários momentos de constituição do mundo operário no Brasil, seja dentro da fábrica, seja fora dela. Ignorando-se a crítica de Foucault à chamada história social, ele é transformado em um historiador social e usado para fornecer conceitos novos para uma historiografia que, embora já se afastasse do marxismo mais mecânico e economicista, ainda não havia se afastado definitivamente deste paradigma, que aparecia renovado nas páginas das obras de Thompson.

> Embora hoje seja comum, entre os historiadores brasileiros, a percepção de que são opções teóricas e metodológicas diferentes, não existe, praticamente, texto algum que tematize as diferenças substanciais entre a obra de Thompson e a de Foucault, que discuta em que se afastam, o porquê de eles significarem formas diferenciadas de compreender a História. Este texto pretende contribuir para esta discussão, já que se propõe a debater a diferença entre a forma como Thompson pensa o conceito de experiência, central em sua teoria da história, e a forma com Foucault utiliza o mesmo conceito, que também é fundamental em seu trabalho historiográfico. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 133-134, grifo do autor).

Assim, de finais da década de 1980 a inícios dos anos 2000, temos uma clara modificação no uso do pensamento e obra de Michel Foucault pela produção historiadora de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Alteração essa que indicia uma mudança na própria geografia disciplinar do saber histórico no Brasil. Uma vez que se, nos anos finais da década de 1980, a imagem de Foucault usada é a de uma teoria e um produto em combate com a “velha guarda marxista”, o que possibilita o uso concomitante com o pensamento de Thompson, alocando assim as preocupações de Albuquerque Jr. muito mais no polo do conteúdo ou do produto historiográfico do que propriamente das regras ou da forma de sua produção. Desde o início dos anos 1990, esta relação se inverte e a imagem do pensamento do filósofo e historiador francês que vai ser agenciada é aquela que permite se pensar e alterar as regras do fazer historiográfico no país. O que vai estar em evidência é como o pensamento de Foucault vai permitir pensar as formas de fazer história e como, a partir dele, é possível alargar as fronteiras e os limites do conhecimento histórico no Brasil, tanto em termos temáticos, como em termos de objetos, de fontes e de abordagem, utilizando-se de seu pensamento para, inclusive, questionar a própria historicidade destas noções, tão caras à prática historiográfica.

Dessa maneira, a imagem que Albuquerque Jr. constrói de Foucault e com a qual trabalha é a de um filósofo historiador que, justamente por vir de fora da geografia disciplinar dos historiadores de ofício, não estaria totalmente condicionado ao arquivo com o qual estes estariam acostumados a trabalhar. A partir da década de 1990 e dos textos aqui analisados, a imagem de Foucault que emerge da obra de Durval é a de um outro diferencial do sujeito historiador tradicional, um outro que rompe com as maneiras e as formas de praticar o *métier,* características dos historiadores de ofício, uma vez que, segundo Albuquerque Jr:

> Para Foucault, a história é nominalista, ou seja, ela é uma prática discursiva que participa da elaboração do real, assim como outras práticas. No entanto, a prática discursiva da História se distingue de outras por sua normatividade específica, ela possui regras próprias de funcionamento e de produção [...] A História, por sua normatividade, estaria próxima da ciência, mas seria também, em grande medida, uma arte narrativa, pois não só representa o real, como participa da sua invenção, de sua criação escritural. Todo discurso, mesmo o historiográfico, é interessado, nasce de lutas políticas, de embates de poder, é presidido por estratégias e táticas, portanto, não é um discurso imune à ideologia, mas plenamente ideológico. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 135).

Assim, essa imagem do pensamento de Foucault vai permitir a Albuquerque Jr. pensar e questionar alguns lugares-comuns e determinadas abordagens que se cristalizavam em torno de alguns temas que estavam se tornando tradicionais na historiografia brasileira ao longo dos anos 1990 e início dos 2000, a exemplo dos estudos sobre os costumes. Dimensão esta discutida no texto *Os 'maus costumes' de Foucault*, publicado originalmente em 1998, a partir de uma imagem do filósofo francês e de seu pensamento que questiona radicalmente, segundo Albuquerque Jr., a forma como os historiadores de ofício vinham abordando tal temática:

> Por entender a prática do filósofo desta maneira, é que, na vida, Foucault se encaminhou, cada vez mais, no sentido de expressar, em forma de práticas, o que estava presente em seu pensamento. Para ele, a filosofia devia ser não apenas amizade pelo conhecimento, pelo saber, mas um saber capaz de instaurar novas formas de amizade, de amor, de afetos, de sentimentos. O saber deveria servir para nos afastar de nós mesmos, tornar o nosso presente diferente dele mesmo; deveria estranhar o corriqueiro, o senso comum, o eterno, o sabido, o tido como correto. Deveria nos incitar à prática do diferente, do inesperado, da infâmia. [...] [desta maneira] Seu pensamento continua sendo fundamental na construção de minha historiografia e de minha história, na escrita de mim mesmo, dos meus costumes e "maus costumes". E faz parte dos meus "maus costumes" lançar o seu pensamento como arma para a construção de novos objetos historiográficos, como os costumes, o que faço aqui e agora. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 129, grifos do autor).

Sobressai assim, mais uma vez, a imagem do pensamento de Foucault como arma teórico-metodológica e epistemológica de combate para a construção e ampliação de novos horizontes e objetos historiográficos, para a abertura de novas formas de ver e dizer o passado que seu trabalho proporcionou. É depois dela que se

desenha também a imagem do pensamento de Foucault como perturbadora para os historiadores de ofício. Um Foucault ao mesmo tempo desagradável e revolucionário, perturbador e inspirador, um historiador-filósofo incontornável tanto para seus detratores quanto para aqueles que nele se inspiram, um pensamento que, segundo Albuquerque Jr., teria se "tornado uma referência tão importante neste campo, que não se poderia passar por ele impunemente, a ele seria obrigatório referir-se, nem que fosse para denegá-lo?" (ALBUQUERQUE Jr., 2007, p. 150). Repare aqui que há uma enorme semelhança entre este argumento e àquele utilizado por Cezar no texto de 1995, publicado na Revista Anos 90. Isto indicia como ele e Durval parecem falar a partir de uma mesma tradição de pensamento, que como vimos na primeira parte desta tese, possibilitará o encontro de ambos em uma rede intelectual que terá na figura de Manoel Salgado Guimarães um dos seus pontos de articulação. É neste sentido que Albuquerque Jr., no artigo *Um leque que respira: a questão do objeto em História*, publicado originalmente no ano 2000, vai advogar que o pensamento de Foucault provocou reações enfurecidas por parte dos historiadores profissionais, uma vez que ele seria aquele que veio para incomodar, para abalar as certezas dos historiadores, para tirá-los de seus lugares de acomodação:

> Os historiadores profissionais, enfurecidos pela invasão do território feita por aquele "cavaleiro bárbaro da filosofia" e desconcertados por sua forma de pensar o objeto em História, tentaram, de início, ignorá-lo, para, com o passar do tempo, irem adotando algumas de suas formulações ou partido para o ataque frontal, tentando desqualificar o seu trabalho como historiador, deixando clara a compreensão distinta que estes profissionais tinham do que Foucault fazia e chamava de história. Assustados com a forma original como Foucault ordenava os acontecimentos, recortava novas tramas, distintas daquelas consagradas pela historiografia, daquelas nomeadas como a trama principal de um dado momento, os historiadores o acusam de imprecisão, de não consultar os documentos adequados e de não levar em conta os fatos que deveria, aparecendo, claramente, nestas críticas, uma visão naturalizadora dos objetos históricos, mesmo entre aqueles que pretendem ter, há muito tempo, escapado de uma visão positivista do objeto em história. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 154, grifo do autor).

Foucault seria assim um historiador de outro tipo, trabalhando em uma outra ordem ou com outra ordem de práticas e discursos, ordenando e reordenando o conhecimento histórico que produz mediante outras regras e procedimentos metodológicos, por trabalhar a partir da historicidade das próprias práticas que

agencia, mostrando as estratégias de construção e elaboração do discurso histórico, apresentando seu caráter contingente, histórico e interessado. Seria devido a esta imagem que seu pensamento foi, segundo Albuquerque Jr., violentamente confrontado pelos historiadores profissionais de uma forma geral, e por aqueles que pretenderam fazer avaliações de seu trabalho historiográfico em particular, produzindo análises que, em sua maioria, não seriam mais que "iracundos ataques adjetivos à sua pessoa, assacando adjetivos como: niilista, confuso, reacionário, esteta contemplativo, impreciso, etc." (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 155). A estes termos, Albuquerque Jr., ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, opõe uma imagem de Foucault como um pensador nominalista, pós-estruturalista, um pensador da diferença e ligado à tradição de pensamento que Deleuze nomeia de filosofia da diferença[192].

Ao configurar Foucault desta maneira, Albuquerque Jr. produz um lugar para seu pensamento na historiografia brasileira que, ao mesmo tempo em que o apresenta como um renovador do meio, como alguém que aí produz um abalo, rupturas, descontinuidades, provocando reações de ódio e de admiração, de detração e de elogio, elabora, por outro lado, a imagem do seu pensamento como um pensamento sem contradições. A imagem do pensamento de Foucault pensada por Albuquerque Jr. é uma imagem sem furos, sem brechas. Ela produz brechas, furos, rupturas na ordem estabelecida do saber histórico, mas ela mesma não as têm; ou, se as têm, não aparece nos textos compilados e reeditados na segunda parte do livro *História: a arte de inventar o passado*. A imagem do pensamento de Foucault produzida por Albuquerque Jr. nestes textos serve para incomodar ou confrontar a imagem bastante genérica do historiador profissional com a qual ele também trabalha para opô-la ao pensamento do filósofo francês; mas não incomoda ou confronta a própria imagem que se construiu do pensamento de Foucault. Isto talvez se explique pelo fato de Albuquerque Jr., no período que esta análise abarca, ainda estivesse se elaborando ou se inscrevendo como historiador dentro de um campo ainda em disputa e na busca por pertencimentos na seara historiográfica brasileira. Portanto, esposar esta imagem do pensamento de Foucault, naquele período, significava se armar de um instrumento de combate bastante poderoso para este fim. Um instrumento de combate que não só permitia alargar o campo de possibilidade para a história, mas

[192] Para uma discussão acerca da filosofia da diferença a partir de Deleuze Cf. MACHADO, Roberto. **Deleuze e a Filosofia**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

também abrir espaços institucionais e intelectuais dentro da geografia disciplinar da historiografia brasileira para o sujeito historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr.[193]

E parece ser esta trincheira e este espaço que Albuquerque Jr. busca delinear nos artigos *A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia*, originalmente publicado no ano de 2004, e *Michel Foucault e a Mona Lisa ou como se escreve a História com um sorriso nos lábios*, publicado originalmente em 2006. Nestes dois textos, a começar da imagem do pensamento de Foucault com a qual trabalha, Albuquerque Jr. vai externar, de forma mais enfática, como pensa a História e o trabalho historiográfico:

> Foucault propõe três usos para a História, três maneiras de praticá-la que reafirma esta necessária aceitação do caráter subjetivo e político de nossa atividade. Um é o uso paródico ou irônico, que se opõe à História vista como reminiscência ou reconhecimento. Uma história praticada como riso, como destruição das versões consagradas da realidade, como produção de um distanciamento entre nós e aqueles que nos antecederam, como reposição diferencial dos saberes, dos discursos que produziram o que achamos que somos. Outro é o uso dissociativo e destruidor da identidade, que se opõe à História como continuidade e tradição. Uma história praticada como afastamento da continuidade, como dilaceramento dos modelos da identidade que nos chegam do passado e se impõem como indispensáveis. O terceiro é o uso sacrificial e destruidor da verdade, que se opõe a história-conhecimento. Uma história praticada como desconfiança em relação a todas as verdades que nos chegam prontas, a todas as certezas que nos chegam sem questionamento. A história tem assim, para Foucault,

[193] Se observarmos a produção historiográfica de Albuquerque Jr. pós-publicação do livro *História: a arte de inventar o passado* e das críticas que o livro sofreu, em especial às feitas por Temístocles Cezar em resenha aqui citada, veremos que Albuquerque Jr. vai abandonando esta imagem ou estas imagens do pensamento de Foucault com a qual trabalha neste período, em função de um uso e uma apropriação menos homogênea e mais diversificada e cheia de brechas, furos, à medida que passa a relacionar Foucault e a pensá-lo em relação a outros autores e imagens de pensamento, que, em grande medida, apontam para as lacunas e silêncios do pensamento de Foucault em relação à História e à prática historiadora no Brasil. Penso que este distanciamento é produto também de seu encontro com Manoel Salgado Guimarães e com a discussões acerca da história da historiografia. Como vimos na primeira parte desta tese é este encontro que provoca um deslocamento no próprio modo de Durval pensar a historiografia e, sobretudo, de escrutiná-la. Acredito que isto permite a ele se afastar de seu lugar de formação, a UNICAMP, e das marcas que ele ainda inscrevia nos seus trabalhos. Sobretudo a partir da sua relação profissional e intelectual com Margareth Rago, que sempre quando pode fez questão de referenciar Albuquerque Jr. como um dos principais nomes a trabalhar com o pensamento de Foucault no país, mas sempre vendo-o muito mais como um historiador forjado na UNICAMP, do que propriamente alguém que atuava fora deste centro e que, por isso mesmo, havia construído um percurso historiográfico a partir de um olhar viajante, estrangeiro. Neste sentido, ao falar de Foucault como um *outsider*, como um estrangeiro, Albuquerque Jr. fala mais de si e de sua prática do que a do filósofo francês. A ruptura com este lugar de formação só ocorrerá um pouco mais adiante, em seu percurso historiográfico. O Durval Muniz de Albuquerque Jr. que chega a presidência da ANPUH não é mais este *outsider*, mas também não tem mais o cordão umbilical ligado a UNICAMP, sua rede intelectual passou a ser outra e nela encontram-se nomes como Manoel Salgado Guimarães, Temístocles Cesar, Benito Schimidt e alguns outros historiadores que militam em torno da teoria da história e da história da historiografia.

> todas as características de um saber pensado como jogo, pois ela implica a brincadeira com as máscaras, a violência do embate e do combate, a entrada em cena do acaso e da sorte e o desejo de vertigem, da perda das referências fixas que amarram nossos corpos e mentes a dadas identidades, razões e lugares. A história é *agôn*, é *alea*, *é mimecry* e é *ilinx*, ou seja, conflito, acaso, simulação e vertigem. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 179, grifos do autor).

É partindo destes três usos, que Albuquerque Jr. vai pensar sua própria prática historiadora e sua inserção no campo historiográfico nacional, propondo o questionamento dos lugares assentados e estabelecidos dentro desta historiografia e "a própria luta no campo historiográfico", defendendo uma crítica substantiva e não adjetivista que, embora feita em meio às lutas e embates por pertencimento institucional, teórico, metodológico e epistemológico, evitem que se "transformem em uma guerra de todos contra todos, embates em que ferozmente se quer eliminar o contendor e seu pensamento a golpes de adjetivos e desqualificação." (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 179). Uma prática historiadora que seja pensada como dessacralização de verdades eternas, que seja feita com ironia e com um sorriso no rosto, com humor e terror a ponto de encarar a historicidade inclusive do saber que se pratica e do próprio sujeito que tenta dar conta dele, uma história sem salvadores da pátria, sem limites e fronteiras rígidos que precisariam ser defendidos de invasores estranhos ao campo, de "cavaleiros bárbaros" que viessem a devastar as certezas erigidas. Em grande medida, é assim que Albuquerque Jr. pensa a inserção de Foucault no campo e, por intermédio desta imagem de seu pensamento, pensa sua própria inserção como historiador naquilo que estava sendo constituído e estabelecido como a historiografia brasileira profissional, acadêmica:

> Tratado como "bicão", Foucault seria uma ameaça para a nossa atividade, com ele a própria História estaria em jogo, nosso sacrossanto saber estaria ameaçado de ser conspurcado e remetido para os obscuros domínios do irracionalismo, do esteticismo e do reacionarismo político. Surgem, então, como sempre, os salvadores de última hora, que vão evitar que a História sofra esta ameaça e este rebaixamento. Aqui como no futebol e na religião, devemos desconfiar destes enunciadores do caos e do apocalipse; o que querem é tomar o jogo para si, querem impor regras que só eles estão dispostos a seguir; o que querem é poder, disfarçado de verdade; querem acabar o jogo no momento em que acham que estão ameaçados de serem derrotados. Isto, sim, é o fim do jogo, é o fim do lúdico, é o fim da possibilidade de invenção e de criação; isto, sim, é o fim da História. A História morreria não por criatividade, mas por

> paralisia, por fata de renovação em suas regras de produção. Não é o invasor a maior ameaça ao jogo, é o que dele participa jogando na retranca, buscando evitar a surpresa e o inesperado, é o que busca torná-lo rotina e mesmice, é o que faz um jogo burocrático e odeia aquele companheiro que brilha e que desconcerta com a magia de sua arte. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 180).

É, portanto, a defesa de uma história praticada como sátira. Uma história irônica, provocativa, questionadora das certezas e verdades estabelecidas, inclusive as do próprio campo. Uma história feita sob o signo do riso e do humor, "brincando com o perigo da própria existência e pensando-a como uma sucessão de artimanhas, do emprego permanente de astúcias." (RAGO e VEIGA-NETO, 2006, p. 102). É a defesa da história como descentramento e da prática historiadora como um fazer de fronteira, sempre feito no limite entre o mando e o mundo, para além do bem e do mal. Uma prática historiadora que se assume como linguagem, que se assume como agente histórico ao "encarar a discórdia e a precariedade que habitam tudo aquilo que fazemos, cremos e dizemos." (RAGO e VEIGA-NETO, 2006, p. 101). Uma prática historiadora praticada sempre à beira da falésia, onde só o riso permite sobreviver ao fato do historiador esta condição agonística. É, portanto, a defesa da escrita da história como acontecimento ético-político, a escrita da história produzida para intervir no presente e nele produzir muito mais efeitos éticos e políticos, do que propriamente estabelecer verdades inquestionáveis. São, portanto, estas imagens de pensamento de Foucault as quais Albuquerque Jr. constrói, se apropria e usa, que permite a ele, dentre outras coisas, pensar uma questão fundamental do fazer historiador, qual seja: o que poderia nos ensinar nosso saber? Ou, colocado em outros termos, para que serve a história? Questão que mais uma vez, em tempos de golpe e de ameaças a democracia, passa a afligir os historiadores brasileiros de uma maneira geral. E que mais uma vez só conseguem reagir a estes sobressaltos gritando crise, crise, crise. Mais uma vez, como ocorreu no final dos anos 1980, mas também como ocorreu no final dos 1990 em meio aos transtornos e ameaças, sobretudo a universidade pública, causados pelo último governo Fernando Henrique Cardoso, a nossa primeira reação seja como historiador, seja como intelectual, seja como cidadão é a histeria provocada pela ideia de crise. Estaríamos novamente em crise, e mais uma vez provocada por

um giro, desta vez ético-político[194]. Me parece que, mesmo lidando com o tempo e com a mudança, nós historiadores profissionais, acadêmicos, permanecemos profundamente despreparados para lidar com mudanças abruptas que interferem diretamente no nosso fazer. O nosso repertório de enfrentamento destes momentos parece não ter mudado muito desde a década de 1980, tanto é que estamos nos colocando as mesmas questões e usando praticamente o mesmo vocabulário para tratar delas. E pouco estamos pensando sobre o nosso papel nisto que estamos, mais uma vez, nomeando como crise da história e do ofício de historiador frente às ameaças do revisionismo, das narrativas midiáticas sobre o passado, do relativismo da verdade histórica, etc., etc., etc.

Acredito que precisamos construir mecanismos que nos permitam escapar da retórica da crise e pensar modos de intervenção no presente que possibilitem agirmos como historiadores profissionais, disputando sem medos e constrangimentos, às narrativas sobre o passado com as outras maneiras de o fazê-lo, sem permanecermos assombrados por fantasmas e espectros que nos levaram, ao longo dos últimos 20 ou 30 anos, a nos trancafiar dentro dos muros da academia como se com isso nos protegêssemos de todos os perigos do mundo. Coube, mais uma vez, a crueza da realidade arrombar a nossa porta e nos mostrar que a covardia de nossas escolhas teóricas, epistemológicas, temáticas e, sobretudo, éticas e políticas não nos protegeu e muito menos construiu barreiras sólidas que garantissem a inviolabilidade do saber histórico produzido por historiadores profissionais, acadêmicos. É preciso, portanto, tomar consciência que a crise que estamos vivendo hoje é também produto das escolhas que a comunidade de historiadores brasileiros fez ao longo dos últimos anos e de como definimos, recortamos, nomeamos e inventamos aquilo que chamamos hoje de historiografia brasileira.

Espero que esta tese contribua para repensar um pouco estas questões e possibilite a todos nós, historiadores profissionais, acadêmicos fazermos escolhas melhores daqui por diante. Quem sabe, em busca de uma nova (in)disciplina e de inventar outra historiografia brasileira mais plural, democrática e aberta ao outro, ao diverso, ao mundo.

---

[194] Para uma discussão sobre o giro ético-político ver: VOIGT, André Fabiano. Há um “giro ético-político” na história? **Revista Expedições: Teoria & Historiografia**. Vol. 6, Nº 01, 2015. pp. 109-120.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese procurou pensar como aquilo que chamamos hoje de historiografia brasileira profissional, acadêmica foi pensada, discutida, configurada, elaborada e, por que não dizer, inventada a partir dos anos 1980. Ao historiar esta questão procuramos apontar para o fato de que assim como toda e qualquer prática humana, o saber histórico não escapa ao tempo e, portanto, tem de ser pensado, também, a partir de sua historicidade. E isto significa, dentre outras coisas, remeter esta prática a um tempo e lugar. Nós, historiadores, sempre tivemos bastante acostumados a fazer este tipo de procedimento com outras práticas e quase nunca paramos para fazer ou pensar sobre as nossas, dentro do nosso ofício. É certo que nas últimas décadas esta percepção venha se alterando, em especial no Brasil onde a história da historiografia se transformou, de 10 anos para cá, numa das áreas de produção do conhecimento mais proeminentes e qualificadas, dado o nível dos debates e das discussões feitas neste campo e a densidade profissional e intelectual dos historiadores que praticam a história da historiografia no país.

Contudo, isto não parece ter oferecido maiores garantias institucionais ao saber histórico produzido na academia e ao historiador profissional, disciplinado, entendido como a persona acadêmica responsável pela produção deste tipo de discurso. Este sujeito se vê, hoje, mais uma vez acossado e ameaçado por todos os lados. É o movimento escola sem partido. É a não regulamentação da profissão de historiador que se arrasta anos a fio pelo congresso, de comissão em comissão, de gaveta em gaveta. É toda uma nova legislação da educação básica no Brasil que retira a obrigatoriedade do ensino de história. São as acusações de doutrinação ideológica. É a releitura de acontecimentos traumáticos de nossa história por grupos reacionários que desconsideram, relativizam ou simplesmente negam narrativas historiográficas consagradas academicamente. É uma crescente perda de legitimidade social do saber histórico produzido na academia. O que faz, inclusive, com que eu me pergunte se algum dia, no Brasil, o saber histórico produzido por historiadores profissionais, acadêmicos já gozou de alguma legitimidade social e autoridade para além dos pares ou da comunidade de cientistas sociais?

Foi, portanto, diante destas questões e cenário que esta tese foi sendo pensada e construída. Sobretudo a partir de 2013/2014 quando este cenário deixa de ser uma mera virtualidade e ganha contornos dramáticos para a sociedade brasileira. Diante disso procurei retornar a outro momento agônico da história do país, a década de 1980, para poder pensar como a história-disciplina era pensada e produzida e como os historiadores brasileiros se postaram ante os acontecimentos também dramáticos que constituíram aquele período de reabertura política e de reconquista da democracia. Minha intenção foi contrapor estes dois tempos a partir da análise da nossa produção historiográfica. Neste sentido, a primeira parte desta tese procurou dar conta, em três capítulos distintos, da constituição da geografia disciplinar da história no Brasil, mapeando-a a partir da produção circulada na Revista Brasileira de História e das relações editoriais que ela mantinha com a ANPUH e os demais centros de produção do saber histórico no país, em especial os programas de pós-graduação.

Evidenciei a partir deste *corpus* documental como a RBH serviu para constituir um espaço privilegiado para a definição de uma dada hierarquia de lugares e espaços de produção do saber histórico no país e como, a partir deles, determinadas virtudes epistêmicas, determinados temas, modelos de escrita da história e de personas acadêmicas são alçadas a condição de marcos fundacionais do saber histórico no país, em especial aquilo que começava a ser visto e dito como “moderna historiografia brasileira”, ou seja, o conhecimento histórico produzido por historiadores profissionais, acadêmicos a partir, sobretudo, de uma nova e poderosa oficina, os PPGHs da Universidades públicas, em grande medida. É este lugar que se arvora, a partir de então, a prerrogativa, a legitimidade e a autoridade de produzir uma narrativa verdadeira sobre o passado no Brasil. E ao historiador disciplinado é concedido o lugar de sujeito produtor deste conhecimento.

Para além disso, mostrei que, de forma correlata, a partir da constituição desta geografia houve também a elaboração de uma memória disciplinar para o que se estava chamando de “moderna historiografia brasileira” ou tão somente “historiografia brasileira”. E que esta memória derivava das disputas por espaço e por pertencimento a dadas tradições de pensamento, esposadas como matriz do conhecimento histórico no Brasil. A exemplo da tradição francesa que atua na criação das primeiras universidades no país, notadamente a USP em São Paulo e a UDF no Rio de Janeiro. Pensar esta memória disciplinar faz parte de uma reflexão que, segundo Manoel Salgado Guimarães:

> É igualmente parte de um exercício que chamaria de natureza historiográfica e que objetiva interrogar a memória disciplinar que se constitui, memória esta que tende a sacralizar procedimentos, autores e obras como parte de um exercício de escrita da história própria da disciplina. Refazer assim esse percurso de institucionalização de nossa disciplina significa considerá-la como eminentemente histórica, e portanto sujeita às transformações próprias das criações humanas. (GUIMARÃES, 2006, p. 70)

Foi, portanto, considerando também esta dimensão que apontei, ainda na primeira parte da tese, os procedimentos sacralizados, os autores e obras alçados a condições de lugares reguladores e marcos temporais do fazer história profissional no Brasil, a partir dos anos 1980. Mostrei como a RBH é um desses lugares privilegiados e que, a partir dele, determinados grupos e redes intelectuais, notadamente de São Paulo e Rio de Janeiro, procuraram hegemonizar a historiografia brasileira, passando a se autoproclamar a própria encarnação do nacional e os centros produtores de sentido acerca da história no Brasil.

Finalizei esta primeira parte da tese explicitando como a história da historiografia se configura como um mecanismo privilegiado e uma estratégia de regulação e de disputa tanto da geografia quanto da memória disciplinar do saber histórico no Brasil. Esta discussão introduz e convoca àquela que foi feita e aprofundada na segunda parte da tese. Que consistiu em pensar como os trabalhos de análise da produção historiadora no Brasil, posteriormente assumindo uma perspectiva de crítica historiográfica, se colocaram a partir de finais dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990 como uma espécie de epistemologia da história atuando como uma polícia dos costumes buscando regrar, prescrever e normatizar a escrita da história no país, em especial aquela feita pelos historiadores profissionais a partir dos programas de pós-graduação em história, entendidos como *locus* privilegiado deste fazer e, sobretudo, como lugar capaz de garantir a especialização e profissionalização do historiador.

Mostrei como estas disputas tensionaram o território dos historiadores, sobretudo a partir do estabelecimento de determinados “discursos, destinados a convencer, a persuadir” os historiadores que “um passado em comum, bem como de um presente com a mesma identidade” se colocavam como definidores da historiografia brasileira e, portanto, do seu ofício. Ao longo do período aqui analisado estes discursos assumiram ora a condição de uma retórica da crise, que

supostamente atingiria a história, no geral, e os historiadores em particular e ameaçaria a própria possibilidade da história conhecimento, ora se revestia das roupas do enunciado da renovação, apontando para um horizonte vigoroso e promissor tanto para a disciplina quanto para os historiadores.

Esta segunda parte da tese foi pensada a partir do *corpus* documental das revistas Estudos Históricos, do CPDOC-FGV, e da Anos 90 do PPGH/UFRGS. Mais uma vez pensadas como lugares privilegiados de produção e circulação destes debates. Assim procurei apontar como a constituição da área de história da historiografia no Brasil, que emerge sendo pensada primeiro como crítica historiográfica, buscou se colocar como espaço privilegiado de regulação, avaliação e definição das regras procedimentais, das estratégias discursivas, do recrutamento, dos métodos daquilo que estava sendo chamado de historiografia brasileira profissional, produzida por um historiador disciplinado.

Desta maneira, ao historiar estas questões procurei apontar para o fato de que a escrita da história em um dado período e lugar tem de ser pensada, sempre, a partir de sua historicidade. Isto implica dizer, por mais óbvio que seja, que não há um modelo permanente de se escrever a história, assim como não há um único modo de ser historiador. Que o historiador profissional, acadêmico é apenas mais um modo, produto de nossas escolhas ao longo do tempo e que, se ele hoje encontra-se ameaçado talvez seja porque aquilo que ele faz ou como ele vem sendo formado e forjado não permita mais apontar respostas satisfatórias para o mundo em que vivemos, que talvez seja necessário nos reinventarmos ou reinventarmos e ocuparmos outros lugares de e para sermos historiadores, e para continuarmos escrevendo história com significado dentro de nossa atual cultura histórica, marcada por um presentismo provocado pela hiperaceleração do tempo que nos impede de dimensionar com precisão o que é passado, presente e futuro, dando-nos a sensação de viver num presente contínuo e “ao vivo”.

Assim, esta tese procurou apontar, ao questionar e historiar como os historiadores brasileiros produziram história nos últimos anos, se é possível outra postura e perspectiva de escrita da história que não se obriga e não nos obriga, enquanto historiadores, a seguir presos a ordem do discurso e a se aferrar a uma erudição, muitas vezes enfadonha, no trato documental. Ou a determinados protocolos e virtudes epistêmicas que só nos tornam historiadores diante dos olhos de nossos pares. O que nos leva a produzir textos secos, maçantes, modorrentos e

cansativos, resultado da sofisticação no trato documental, de elaboradíssimas discussões teóricas e epistemológicas, mas claramente pobres de imaginação, de invenção, de uma estética narrativa capaz de atualizar o passado no presente, sem que seja apenas espalhando a cinza dos mortos sobre os vivos ou carregando nas costas o sarcófago da razão, sem saber ao certo o que fazer com o cadáver de tempos pretéritos. E, pior ainda, sem ter para quem contar estas histórias além da banca de especialistas ou aos pareceristas anônimos das revistas especializadas para onde encaminhamos parte das discussões produzidas. Esta tese, ao revirar a produção e a invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica ao longo dos últimos anos, procurou, antes de qualquer coisa, afirmar que mesmo lidando com os mortos há vida na história, por mais que não tenhamos garantias de continuarmos vivos amanhã, a história como expressão de uma "cultura da lembrança" será sempre possível, independente da forma que ela venha a tomar. Só não podemos continuar falando apenas para os pares. Nossas escolhas, daqui por diante, tem de apontar, também, em direção a sociedade que nos acolhe enquanto historiadores e que, hoje, mais que nunca, nos dispensa a função de guardiões do passado ante os umbrais do lembrar e do esquecer, entendido como limites éticos e políticos de nosso fazer, e nos cobra que produzamos história, sem que possamos, contudo, fazer dela história apologética ou legendária e, acrescento, sem transformar a narrativa historiográfica tão somente em cavalo de batalha para fincar posições intelectuais, político-institucionais ou demarcar lugares de poder na ordem do discurso vigente e intra muros acadêmicos. A sociedade que nos acolhe e nos financia espera muito mais da comunidade de historiadores brasileiros, sobretudo daqueles formados e forjados profissionais na universidade pública.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca e SOHIET, Rachel (Orgs). **Cultura política e leituras do passado:** historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: José Olympio. 2010.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. Bauru: Edusc, 2007.

_____. **Nordestino: Uma invenção do falo** (uma história do gênero masculino – Nordeste 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003. 254 p.

_____. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo/Recife: Cortez/Massangana, 2001.

_____. **O engenho anti-moderno:** a invenção do Nordeste e outras artes. Campinas. Tese de Doutorado. 1994.

_____. **Falas de astúcia e de angústia:** a seca no imaginário nordestino – do problema a solução 1877-1922. Campinas, Dissertação de mestrado. 1988.

_____. O Regionalismo Nordestino: acontecimento e dívida. *In*: OLIVEIRA, Tiago Bernardo de; AIRES, José Luciano de Queiroz e SILVA, Vânia Cristina da. (Orgs.). **Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016, p. 261-273.

_____. Manjar Foucault ou o relato das relações possíveis com um pensamento. *In*: BARBALHO, José Ivamilson Silva. (Org.). **Michel Foucault: história, ética e subjetivação**. Maceió: EDUFAL, 2015, p. 17-47.

_____. Edifício em construção ou em ruínas: os usos e abusos do pensamento de Michel Foucault na contemporaneidade. *In*: SOUSA, Cátia Menezes de e PAIXÃO, Humberto Pires da. (Orgs.). **Dispositivos de saber/poder em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade.** São Paulo: Intermeios, 2015, p. 209-221.

_____. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. *In*: BELINI, Ligia, NEGRO, Antônio Luigi e SOUZA, Everton Sales. (Orgs.). **Tecendo Histórias: Espaço, política e identidade**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 13-26.

_____. A Condição de Ser Duplicado: uma análise do lugar epistêmico da Nova História Cultural. *In:* NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; GRILLO, Maria Ângela de Faria. (Orgs.). **Cultura, Gênero e Infância: nos labirintos da História**. Recife: Editora da UFPE, 2008, p. 13-30.

_____. Introdução. *In*: **História:** A arte de inventar o passado. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p. 19-39.

_____. Parte 1 – História e Literatura. *In*: **História:** A arte de inventar o passado. Bauru/SP: EDUSC, 2007.

_____. O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. *In*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2007. pp. 192-215.

_____. Michel Foucault: a contribuição para a historiografia brasileira. *In*: ANDRADE, Marcelo Ferreira de. (Org.). **Editora Vozes: 100 anos de história**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 373-380.

_____. Michel Foucault e a Mona Lisa ou como escrever a história com um sorriso nos lábios. *In*: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo. (Org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 97-107.

_____. Um leque que respira: a questão do objeto em história. *In*: PORTOCARRERO, Vera e BRANCO, Guilherme Castelo. (Orgs.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000, p. 117-137.

_____. Conferência: Ritual de Aurora e de Crepúsculo: a comemoração como a experiência de um tempo fronteiriço e multiplicado ou as antinomias da memória. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 33. Nº 65, 2013, pp. 385-397.

_____. Um mestre de rigor: Manoel Luiz Salgado Guimarães e a delimitação do campo dos estudos de historiografia no Brasil. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Ouro Preto, Nº 13, 2013, pp. 144-153.

_____. O Caçador de Bruxas: Carlo Ginzburg e a análise historiográfica como inquisição e suspeição do outro. **Saeculum** (UFPB), v. 21, 2009, p. 45-63.

_____. Entre Luzes e Sombras: Michel Foucault, um pensador pós-moderno?. **Caminhos da História** (UNIMONTES), v. 14, 2009, p. 11-28.

_____. A História em Jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. **Revista Anos 90** (UFRGS), Porto Alegre, v. 11, n.19/20, 2004, p. 79-100.

_____. Experiência: uma fissura no silêncio. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá/MT: Vol. 03, Nº 01, 2002, pp. 61-75.

_____. Os Maus Costumes de Foucault. **Pós-História**, Assis, V. 6, 1998, p. 67-87.

_____. Mennocchio e Riviére: criminosos da palavra, poetas do silêncio. **Resgate** (UNICAMP), Campinas, V. 2, 1990, pp. 48-55.

_____. O Historiador está Nu*:* a crítica historiográfica como o *strep teese* dos pressupostos e aporias do trabalho do historiador. **XXVII SNH – ANPUH**, Natal – RN, 2013. Mimeo.

_____. **A Invenção de Mim**. Memorial Acadêmico para o concurso público de provas e Títulos para o Cargo de Professor de Terceiro Grau na Classe de Professor Titular do Departamento de História. Natal: UFRN, 2006. 55 p.

_____. A moda que incomoda: as novas tendências teóricas na historiografia brasileira. 1989 (Mesa-Redonda). Mimeo.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de 'empate' no Acre. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, V. 14, Nº 28, 1994, pp. 247-267.

ARAUJO, Ricardo A. Bezaquen de. Textos e Contextos. **Nossa História**. São Paulo, Vol. 12, 2004, pp. 104.

_____. Através do espelho: subjetividade em Minha Formação, de Joaquim Nabuco. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, Vol. 19, Nº 56, 2004, pp. 5-13.

ARAUJO, Ricardo A. Bezaquen de. Ronda Noturna - Narrativa, Crítica e Verdade em Capistrano de Abreu. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 1, Nº.1, 1988, pp. 28-54.

ARRUDA, José Jobson e TENGARRINHA, José Manoel. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

ASSIS, Arthur. A teoria da História como hermenêutica da historiografia: uma interpretação de Do Império à República, de Sergio Buarque de Holanda. *In:* **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Nº 59, Vol. 30, 2010, pp. 91-120.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. Parte IV: Da História ao Real. *In*: **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2012. pp. 163-200.

BARROSO, Antonio V. L. T. A virada linguística e o contextualismo linguístico. **Revista de Teoria da História**. Goiás. Nº 14, Novembro 2015. pp. 170-182.

_____. Parte IV: Da História ao Real. *In*: **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2012. pp. 163-200.

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A (des)construção do discurso histórico; a historiografia brasileira dos anos 70**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

CANABRAVA, Alice Piffer. Associação Nacional dos Professores Universitários de História. *In*: **Revista Brasileira de História**: São Paulo, Nº 01, 1981, pp. 1-11.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lúcia. A escola uspiana de História. *In*: CAPELATO, Maria Helena Rolim (Org.). **Produção Histórica no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia: Ensaios**. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **Ensaios Racionalistas**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da História**. São Paulo: Campus Elsevier, 2011.

_____; MALERBA, J. **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000.

_____; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. **Los Métodos de La Historia. Iniciación a los problemas, métodos y técnicas de la historia demográfica, económica y social**. Barcelona (Espanha): Editorial Crítica, 1976.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion. et VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Anelise M. M; MATE, Cecília Anna; ANTONACCI, Maria Antonieta de M.; AQUINO, Maria A. de; REIS, Maria C. D; NICOLAU, Salma. Aprender quase histórias?. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Nº 13, Vol. 07, set. 1986/fev. 1987. pp. 153-164.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise:** Entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer: Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 29-41.

_____. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). **História da Historiografia**, Nº. 17, 2015, pp. 440-461.

_____; TURIN, Rodrigo. Apresentação. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Ouro Preto, Nº 13, 2013, pp. 11-13.

_____. Estruturalismo e pós-estruturalismo na perspectiva do conhecimento histórico. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Nº 4, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **A beira da falésia:** A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

____. A História hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Nº 13, 1994.

_____. El pasado en el presente. Literatura, memoria e historia. *In:* **HAFO:** Revista de Historia, Antropología y fuentes orales. Nº 37, Barcelona, 2007 a. pp. 127-140.

_____. Conversar con Chartier. *In:* **HAFO:** Revista de Historia, Antropología y fuentes orales. Nº 38, Barcelona, 2007 b. pp. 53-79.

CONSELHO EDITORIAL. Apresentação. *In*: **Revista Brasileira de História**: São Paulo, 2010.

CONSELHO EDITORIAL. Apresentação. *In*: **Revista Brasileira de História**: São Paulo, 2009.

CONSELHO EDITORIAL. Apresentação. *In*: **Revista Brasileira de História**: São Paulo, 2008.

CONSELHO EDITORIAL. Apresentação. *In*: **Revista Brasileira de História**: São Paulo, 2007.

CONSELHO EDITORIAL. Apresentação. *In*: **Revista Brasileira de História**: São Paulo, 2005.

CONSELHO EDITORIAL. Apresentação. *In*: **Revista Brasileira de História**: São Paulo, 2004.

CONSELHO EDITORIAL. Apresentação. *In*: **Revista Brasileira de História**: São Paulo, 2003.

CONSELHO DE REDAÇÃO. Editorial. *In*: **Revista Brasileira de História**: São Paulo, 1984/85. pp. 1-5.

COSTA, Emilia Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. *In*: **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Nº 10, 1998. pp. 07-22.

_____. A Dialética Invertida. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 14, Nº 28, 1994, pp 10-26.

_____. A nova face do Movimento Operário na Primeira República. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 2, Nº 4, 1982, pp 217-232.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

D'ALESSIO, Marcia Mansor e JANOTTI, Maria de Lourdes M. A esfera do político nas pós-graduações (1985-1994). **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Nº 17, 1996. pp. 123-149.

DECCA, Edgard Salvadori De. **1930: O Silêncio dos Vencidos** – Memória, História e Revolução. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Prefácio. *In*: RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1985. p. III. (Grifos no original).

_____. A Revolução acabou. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 10, Nº 20, 1991, pp. 63-74.

_____. A Ciência da produção: fábrica despolitizada. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 04, Nº 08, 1984, pp. 47-79.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira; década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1999.

_____. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

_____. **A matriz da cultura histórica brasileira: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

_____. **A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira (IV)**. Porto Alegre: Evangraf, 1993.

DUMOULIN, Olivier. **O Papel Social do Historiador: Da Cátedra ao Tribunal**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

ERBERELI JR., Otávio. De preterida a preferida: considerações em torno da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). *In*: **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, Nº 22, dezembro 2016. pp. 97-115.

FAGUNDES, Bruno Lontra Flávio. História, historiador e identidade profissional: Sobre a História do curso de História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Nº 54, 2014.

FALCON, Francisco Calazans. Estudos de Teoria da História e Historiografia. Volume I - Teoria da História. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 2011. V. 1. 206 p.

_____. A Historiografia Fluminense a partir dos anos 1950/60: algumas direções de pesquisa. *In:* GLAZER, Raquel (Org.). **Do Passado para o Futuro**: Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011. pp. 13-68.

_____. História e Memória: origens e desenvolvimentos do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Ouro Preto: Nº 11, 2013, pp. 15-32.

_____. Reflexões sobre o Programa de Pós-Graduação em História Social – trinta anos. *In*: **TOPOI**. Rio de Janeiro: Nº 25, 2012, pp. 6-24.

_____. O Brasil de Capistrano de Abreu. Trajetos. Fortaleza, Vol. 3, Nº. 05, 2004, pp. 65-77.

_____. O Rio de Janeiro como objeto historiográfico. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 15, Nº 30, 1995, pp. 63-75.

_____. Historiografia Contemporânea: balanço e perspectivas. **Revista da Faculdade de Letras-História**. Porto – Portugal: Série II, Vol. 11, 1994, pp. 353-376.

_____. Memória e História. A fundação da ANPUH. *In*: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011.

FENELON, Dea Ribeiro. Sobre a proposta de Ensino de História do primeiro grau. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Nº 14, Vol. 07, set. 1987/fev. 1988. pp. 249-254.

_____. Estado, poder e classes sociais. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 04, Nº 07, 1984, pp. 33-57.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação Patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Set. 1992/Ago. 1993, Vol. 12, Nº 25/26. pp. 256-276.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício:** a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

____. O ensino da História, a formação de professores e a pós-graduação. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, V. 23, Nº 44, 2016, pp. 21-49.

_____. O lado escuro da força: A Ditadura Militar e curso de História da FNFi-UB. **Revista História da Historiografia**. Nº 11, 2013.

_____. Apresentação. *In*: **Revista Brasileira de História**: São Paulo, Nº 65, 2013, pp. 09-13.

_____. Apresentação. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Nº 62, 2011.

_____. Apresentação. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Nº 61, 2011.

FICO, Carlos, POLITO, Ronald. **A história no Brasil; elementos para uma avaliação historiográfica.** Ouro Preto: UFOP, 1992. V. 1

_____. Apresentação. *In*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 7-12.

_____. Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 90. *In*: GUAZZELLI, C.A.B.; PETERSEN, Silvia; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, C. L. (Orgs.). **Questões de teoria e metodologia da História**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000, pp. 27-40.

_____. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos - tentativa de avaliação crítica. *In*: MALERBA, Jurandir. (Org.). **A velha história: teoria, método, historiografia**. Campinas: Papirus, 1996, p. 189-208.

_____. Teses e dissertações de história defendidas em 1995. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 9, Nº 17, 1996, pp. 167-176.

_____. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica. **Outros Olhares**. Campinas, Vol. 1, Nº 01, 1996, pp. 75-84.

_____. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica. **Varia História**. Belo Horizonte, Nº 13, 1994, pp. 147-163.

_____. Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Nº 02, 1994, pp. 111-126.

_____. Brasil: historiografia nos anos 80. **LPH - REVISTA DE HISTORIA**, Mariana, Vol. 3, Nº 01, 1992, pp. 295-302.

FLORENTINO, Manolo. Apresentação. *In*: **Revista Brasileira de História**: São Paulo, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos**: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Vol. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

_____. **Ditos & Escritos**: Estratégia, Poder-Saber. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

_____. **Ditos & Escritos**: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Vol. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 18 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANZINI, Fábio e GONTIJO, Rebeca. Apresentação. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Ouro Preto: Nº 11, 2013, pp. 10-14.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. Antiguidade, proposta curricular e formação de uma cidadania democrática. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Nº 14, Vol. 07, set. 1987/fev. 1988. pp. 261-262

_____. Ensino de História: Opções em confronto. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Nº 14, Vol. 07, set. 1987/fev. 1988. pp. 231-248,

GEBRAN, Philomena. Sobre o Escravismo Colonial. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 06, Nº 12, 1986, pp. 197-202.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GLAZER, Raquel (Org.). **Do Passado para o Futuro**: Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1977.

_____. "A fundação da Revista". *In:* **Revista Brasileira de História**. Órgão da Associação Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH. São Paulo, março de 1981.

GOMES, Angela Maria de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. *In*: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Culturas políticas:** ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, pp. 21-44.

_____. A reflexão teórico metodológica dos historiadores brasileiros: contribuições para pensar nossa história. *In*: GUAZZELLI, C.A.B.; PETERSEN, Silvia; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, C. L. (Orgs.). **Questões de teoria e metodologia da História**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000, pp. 19-26.

_____. Historia, historiografia y cultura política en Brasil: algunas reflexiones. **Ayer**: Madrid – Espanha, Vol. 2, 2008, pp. 115-139.

GONÇALVES, Marcia de Almeida e GONTIJO, Rebeca. Sobre história, historiografia e historiadores: entrevista com Francisco José Calazans Falcon. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Ouro Preto: Nº 07, 2011, pp. 365-382.

GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano. Capistrano de Abreu**: memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7Letras/Faperj, 2013. 182 p.

_____. Capistrano de Abreu Viajante. *In:* **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Nº 59, Vol. 30, 2010, pp. 15-36.

GUAZZELLI, C.A.B.; PETERSEN, Silvia; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, C. L. (Orgs.). **Questões de teoria e metodologia da História**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000.

GUIMARÃES, Lúcia. M. Paschoal. **Debaixo da imediata proteção imperial**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. São Paulo: Annablume, 2011. 180 p.

_____. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007. 246 p.

_____. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949). *In*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 162-181.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, 284 p.

_____. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. *In*: PESAVENTO, Sandra Jathay (Org.). **História Cultural**: práticas de pesquisa. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

_____. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *In*: **Revista Topoi**. Rio de Janeiro, 2002, pp. 184-200.

_____. Reinventando a tradição: sobre o Antiquariado e a Escrita da História. *In*: **Humanas**. Porto Alegre, Vol. 23, 2000.

_____**.** Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *In*: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro; Vol. 01, Nº 01, 1988, pp. 5-27.

HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HEINZ, Flávio M. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 29, Nº 58, 2009, pp. 263-289.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HILL, Christopher. Uma revolução social burguesa? *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 04, Nº 07, 1984, pp. 07-32.

IGLESIAS, Francisco. "A historiografia brasileira atual e a interdisciplinaridade". *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: 1983.

JAMES, Daniel. Ideologia populista e a resistência de classes: O Peronismo e a classe operária, 1955/1960. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 06, Nº 10, 1985, pp. 05-27.

KOLlERITZ, Fernando. Testemunho, juízo político e história. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 24, Nº 48, 2004, pp.73-100.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

_____. Uma História dos conceitos. Problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Nº 10, 1992.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A história em questão:** historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976.

LARA, Silvia (Org.). Dossiê Escravidão. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 08, Nº 16, 1988.

LARA, Silvia. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. Tendências atuais da historiografia brasileira. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 1982, pp. 153-172

LE GOFF, Jaques e NORA, Pierre. **Faire de l'historie**. Paris: Gallimard, 1974.

_____. **História: novos temas, novas abordagens, novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LIBLIK, Carmem Silva da F. K. Trajetória de Maria Yedda Linhares, notas sobre a construção de um devir. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto: Nº 22, 2016. pp. 116-133.

LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 03, Nº 06, 1983, pp. 07-46.

MAIA, Carlos Alvarez. Crise da História ou crise dos historiadores no *linguistic turn*, o caso brasileiro. **Revista Projeto História**. Nº 41, dezembro 2010, p. 351-382.

_____. Verdade e realidade na crise da história promovida pelo *linguistic turn*. **XXIV SNH**. Fortaleza, 2007. pp. 01-08. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0613.pdf>. Acessado em 11 de julho de 2017, as 16:49 h.

MACHADO, Daiane Vaiz. Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX. *In*: **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, Nº 22, dezembro 2016, pp. 134-151.

MACHADO, Roberto. **Deleuze e a Filosofia**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

MACHADO, Roberto (Org.). **Danação da norma**: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MALERBA, Jurandir. **Ensaios**: teoria, história & ciências sociais. Londrina: EDUEL, 2011. 233 p.

_____. **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. 238 p.

_____. (Org.). **A escrita da história:** teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 7-10.

_____; AGUIRRE R., C. A.. (Orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007, pp. 351-370.

_____; CARDOSO, Ciro Flamarion (Orgs.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000. 275 p.

_____. História, memória, historiografia: algumas considerações sobre história normativa e cognitiva no Brasil. *In*: _____; AGUIRRE R., C. A.. (Orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007, pp. 351-370.

_____. Apresentação. *In*: _____ (Org.). **A escrita da história:** teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 7-10.

_____. Teoria e História da Historiografia. *In*: _____ (Org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 11-26.

_____. As Representações numa abordagem transdisciplinar: um problema indócil, porém melhor equacionado. In: _____; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Orgs.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000, pp. 269-288.

_____. A História e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico. **Locus.** Juiz de Fora, V. 12, 2007, pp. 41-78.

_____. Em Busca de Um Conceito de Historiografia - Elementos para uma Discussão. **Varia História**. Belo Horizonte, Vol. 17, 2003. pp. 23-56.

_____. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. **Textos Históricos**, Brasília, Vol. 10, Nº 1-2, 2002, pp. 181-214.

MARCHI, Euclides, BONI, Maria I. M, SIQUEIRA, Márcia e NADALIN, Sergio. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Set. 1992/Ago. 1993, V. 12, Nº 25/26. pp. 131-141.

MARTINS, Maria do Carmo. **A história prescrita e disciplinada nos currículos recentes:** quem legitima esses saberes? Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

_____. A CENP e a criação do currículo de História: a descontinuidade de um projeto educacional. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Nº 36, Vol. 18, 1998.

_____. A outra lei de Gerson: *in memoriam* de Gerson Moura (1939-1992). **Revista História**. São Paulo, Nº 127-128, 1993. pp. 181-186.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Decifra-me ou devoro-te: nacionalismo acadêmico x brasilianismo. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 04, Nº 07, 1991.

MELLO, Ricardo Marques de. **Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História: 1981-2000**. Tese de Doutorado [Orientadora: Tereza Cristina Kirschner]. Brasília: UnB, 2012.

MERQUIOR, José Guilherme. **Michel Foucault ou o niilismo de cátedra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MESGRAVIS, Laima. O curso de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Nº 5, 1983, pp 87-118.

MIGLIO, Ilka. Entrevista com Doutora Déa Ribeiro Fenelón. *In*: Cadernos de CEOM: Belo Horizonte: Nº 29, 2008.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História Oral, caminho e descaminhos. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Set. 1992/Ago. 1993, Vol. 12, Nº 25/26. pp. 55-65.

MORAES, José Geraldo Vinci de, e REGO, José Marcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.

MOREIRA, Regina da Luz. Brasilianistas, historiografia e centros de documentação. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 03, Nº 05, 1990, pp. 66-74.

MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. *In:* **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Nº 59, Vol. 30, 2010, pp. 53-72.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1977.

_____. **História e contra-história***:* Perfis e contrapontos. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2010.

NADAI, Elza. A escola pública contemporânea – propostas curriculares e Ensino de História. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Nº 11, Vol. 06, set. 1985/fev. 1986. pp. 99-116.

NEGRO, Antonio Luigi. Editorial. *In*: **Revista Brasileira de História**: São Paulo, Nº 70, 2015. pp. 09-10.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio**. Sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, V. L. (Orgs.). **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

_____; BAUER, C. S. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia História**. Belo Horizonte, Vol. 32, 2016, pp. 807-835.

_____. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Vol. 11, Nº 19/20, 2004, pp.101-138.

NORA, Pierre e FURET, François. **Les lieux de la memorie**. Paris: Gallimard, 1986.

NORBERTO, Luiz Guarinello. História científica, história contemporânea e história cotidiana. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: 2004, Vol. 24, Nº 48, pp. 13-38.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. **Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)**. Tese de Doutorado. UNESP: Assis – SP, 2017.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O Direito ao Passado**. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, 2003.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Historiografia, memória e ensino de História: percursos de uma reflexão. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Ouro Preto, Nº 13, 2013, pp. 130-143.

_____. Fazer História, escrever a História: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *In:* **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Nº 59, Vol. 30, 2010, pp. 37-52.

PAULA, Eurípedes Simões de (Org.). “O Homem e a Técnica”. **Anais ANPUH**, São Paulo: 1977.

PENALOZA, Amor Arelis Hernández. Las redes intelectuales como mecanismos que permiten la constitución de lateoría y crítica literaria. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Vol. 20, Nº 37, 2013, pp. 93-114.

PEREIRA, Maria Clementina. **Junquery – Espelho do mundo**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

PETERSEN, Silvia. R. F. A pós-graduação em História: novas e velhas questões. **Revista Anos 90**. Porto Alegre: Vol. 23-24, 2006, pp. 29-44.

_____. Escala e legitimidade no saber histórico: desafios da pesquisa na pós-graduação. **História Unisinos**. São Leopoldo, RS. Vol. 7, Nº 8,2003, pp. 171-188.

_____. O pensamento histórico brasileiro: relações com as vertentes europeias e americanas, tendências teóricas e temáticas recentes. **História em Revista**. Pelotas, Vol. 9, 2003, pp. 7-43.

_____. Alguns comentários sobre a história do conhecimento histórico. **Organon**. Porto Alegre, RS. Vol. 16, Nº 32-33, 2002, pp. 203-217.

_____. Dez hipóteses e algumas conjeturas sobre o conhecimento histórico no próximo milênio. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Vol. 12, 1999, pp. 42-58.

_____. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Vol.8, 1997, pp. 62-78.

_____. Linhas de pesquisa e as dissertações/teses nos programas de pós-graduação em História: algumas idéias para discussão. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Vol. 6, 1996, pp. 154-164.

_____. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Vol. 3, 1995, pp. 129-153.

_____. Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do novo e a crítica ao racionalismo. **LPH – Revista de História**. Mariana, UFOP, Vol. 3, Nº 1, 1992, pp. 108-126.

QUADROS, Carlos Fernando. **A polêmica historiográfica como um espaço de embate teórico e político:** o caso Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Silvia Lara. (Monografia de Conclusão de Curso em História). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____; VEIGA-NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

_____;GIMENES, Renato A. de O. (Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, 2000.

_____. Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente. *In*: GUAZZELLI, C.A.B.; PETERSEN, Silvia; SCHIMIDT, Benito Bisso; XAVIER, C.L. (Orgs.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000, p. 41-58.

_____. A "nova" historiografia brasileira. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, Vol. 11, 1999, pp. 73-97.

_____. O Efeito Foucault Na Historiografia Brasileira. **TEMPO SOCIAL - REVISTA DE SOCIOLOGIA DA USP**. São Paulo, Vol. 3, Nº 28, 1995.

_____. As Marcas da Pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, V. 1, Nº.1, pp. 121-143, 1993.

_____. As Marcas da Pantera: Foucault para historiadores. **REVISTA RESGATE**. Campinas – SP, V. 1, Nº.5, pp. 128-147, 1993.

RAMOS, Igor Guedes. **GENEALOGIA DE UMA OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA:** as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. Tese de Doutorado. UNESP, Assis – SP, 2014.

_____. Algumas falas sobre Michel Foucault, Edward P. Thompson e sua *apropriação* pelos historiadores brasileiros. *In*: Simpósio Nacional de História, XXVII, 2013**,** Natal**. Anais...** Natal/RN, ANPUH, 2013.

RIBEIRO, Gladys Sabina. "Pés de Chumbo" e "Garrafeiros": a revista "O Progresso" e a (re)crição da monarquia constitucional no Brasil (1846-1848). *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Set. 1991/Ago. 1992, Vol. 12, Nº 23/24. pp. 141-164.

RIBEIRO JR., José. Memórias de um profissional de História. *In*: **História da Historiografia**. Ouro Preto, Nº 11, 2013, pp. 33-44.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2007;

_____. **Identidades do Brasil:** de Calmon a Bonfim. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RODRIGUES, José Honório. **História da história do Brasil**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1979.

_____. **História e historiografia**. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1965.

_____. **A pesquisa histórica no Brasil**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1952.

_____. **Teoria da história do Brasil**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1949.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Ouro Preto. Nº 11, 2013, pp. 85-103.

_____. Resenha. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 35, Nº 66, 2013.

RODRIGUES, Maria Cristina de Matos. A formação superior em História na UFRGS de 1943. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Ouro Preto. Nº 11, 2013.

ROIZ, Diogo da Silva. **Linguagem, cultura e conhecimento histórico:** ideias, movimentos, obras e autores. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2012, 240 p.

_____. **Os Caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino:** a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968). Curitiba/PR: Editora Appris, 2012, 266 p.

_____; SANTOS, Jonas Rafael dos. **As transferências culturais na historiografia brasileira:** leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2012, 296 p.

_____. Dos "discursos fundadores" à criação de uma "memória coletiva": as formas de como escrever a(s) história(s) da Universidade de São Paulo". *In*: **Revista Brasileira de História da Educação**. Nº 19, jan/jun 2009, pp. 137-185.

ROUANET, Sergio Paulo. As **razões do iluminismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Historiografia Brasileira em Debate**: olhares, recortes e tendências. São Paulo: Humanitas, 2002.

_____. Mulheres das Américas: um repasse pela historiografia Latino-Americana recente. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 11, Nº 21, 1990/91. pp. 227-240.

_____. A História da Família no Brasil. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 09, Nº 17, 1988/1989. pp. 07-35.

SANTOS, Alessandra Sores. A normatização disciplinar da historiografia universitária, Francisco Iglesias e sua tese de livre-docência. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Nº 23, 2017.

_____. Francisco Iglésias e o curso de Geografia e História da FAFI-MG (1940). *In*: **Revista de História da Historiografia**. Nº 11, 2013.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. Invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-modernos. **Revista de Teoria da História**. Goiás, Nº 7, 2012, pp. 128-155.

SCMIMIDT, Benito Bisso. Conhecimento Histórico e diálogo Social. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Nº 67, 2014. pp. 325-344.

SENA JR., Carlos Zacarias F. de. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 24, Nº 48, 2004, pp.39-72.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Marcos. Notícias do brasilianismo. Saudades da historiografia brasileira. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, 1996. pp. 76-88.

_____. A impaciência do preconceito e o coro dos contentes. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Nº 14, Vol. 07, set. 1987/fev. 1988. pp. 255-260.

_____. O Trabalho da Linguagem. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 06, Nº 11, set. 1985/fev.1986, pp. 45-61.

SILVA, Rogério Forastieri da. A história da historiografia e o desafio do giro linguístico. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto; Nº. 17, 2015, pp. 377-395.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino.** São Paulo: Moderna, 1984.

SIQUEIRA, Antonio Jorge. O direito da fala (violência e política em "Vidas Secas"). *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Set. 1991/Ago. 1992, Vol. 12, Nº 23/24. pp. 91-98.

SOUSA, Francisco Gouvea. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v. 24, n. 46, dez. 2017. pp. 159-181.

SOUZA, Laura de Melo e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

STORCH, Robert D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 05, Nº 08 e 09, 1984/1985, pp. 07-33.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria** (**ou um planetário de erros**): uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. *In*: **Revista de História da Historiografia**. Ouro Preto, Nº 13, 2013, pp. 78-95.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 393 p.

VEYNE, Paul. **Foucault:** O pensamento, a pessoa. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

VOIGT, André Fabiano. Há um "giro ético-político" na história? **Revista Expedições: Teoria & Historiografia**. V. 6, Nº 01, 2015. pp. 109-120.

WILL, Pierre-Étienne. A distinção entre os mandarins. *In*: ROCHE, Daniel & BOUVERESSE, Jacques (Orgs). **La liberté par la connaissance. Pierre Bourdieu (1930-2002)**. Paris: Odile Jacob, 2004, 215-232.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: A imaginação Histórica do Século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

_____. Teoria da História e escrita da História. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Nº 13, 1994.

ZAIDAN, Michel. **A Crise da Razão Histórica**. Campinas - SP: Papirus, 1989.